

NILTON DE ALMEIDA ARAÚJO

**PIONEIRISMO E HEGEMONIA:
a construção da agronomia como campo científico na Bahia
(1832-1911)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Regina de Mendonça

**NITERÓI
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEDICATÓRIA

*A Maria Petronília de Almeida Araújo,
Minha Mainha, Sula, Caçula, Mãe, Guerreira.*

*A meu saudoso mestre,
Rogério Fátima, "Papa".*

AGRADECIMENTOS

No mais pessoal dos momentos institucionais, farei uso destes poderes concedidos a quem ultrapassa esta jornada de pesquisar e escrever, para agradecer e, desde já, solicitar indulto pelas injustas omissões.

Ao povo brasileiro, que por meio da bolsa do CNPq viabilizou a maior parte deste trabalho.

A Sonia Mendonça e Zé Carlos Santana (Perpétuo e Vitalício), por acolher, por entender e sempre orientar, em tudo.

A meu padrinho e grande amigo Beto Seixas.

A André Mattedi Dias, Graciela Oliver, Ivoneide, Rodrigo, Ana Paula e todo o grupo historiociências Bahia e da disciplina História Social da Cultura na UEFS.

Na UFRB, a Dona Risoleta e aos servidores, e aos professores Cláudia Sampaio, Vital, Rute, Aureo, Baiardi, Paulo Gabriel, Rita, Cláudio, Rita Almico, Luiz Fernando, Walter Fraga e aos amigos da residência estudantil Trio em Cruz das Almas, na pessoa de “Bola Sete”, e também à equipe do PET 2001-2003 (Isabel, Juliano, Gustavo, Rômulo e grande elenco).

Na UEFS, aos professores Coelho, Elizete, Elói, Zorzo, Valtinho, Maslowa, Acássia, Monica Quaresma, Juarez, André Uzeda, Godi, Tânia Gandon, Haroldo Benatti. Também na Secretaria do DEXA para Ana e Disney. E, claro, à Área de Geociências.

No Programa de Pós-Graduação UFBA/UEFS, aos mestres Olival, João Salles, Charbel, Eliana bem como aos amigos do mestrado Eliene, Vânia, Katemary, Marisa, Walker, Esther, Abraão. A Sr. Orlando e Marli igualmente.

Aos amigos da história das ciências "Mama" Alda Heizer, Luiz Carlos Soares, Moema Vergara, Guto Videira, Lorelai Kury, Flavio Edler, Ivan Marques, Magali Sá, Pedro Marinho, Heloísa Gesteira, Adriana Keuller e Maria Amélia Dantes.

A Letícia, Tuninho, Carol, Saulo, Cássia, Mônica, Théo, Luciana, Emiliano e todo o grande elenco do Núcleo Estado e Poder.

No Colegiado de Ciências Sociais da UNIVASF, aos meus colegas e amigos Lúcia, Luzania, Luciana e Hilda, Fernando (Autarquia), Flavio, Hermogenes, Marcelo, Paulo, e Vanderlei. Também aos colegas da REVASF, da PROSA INVOCADA e a Marcelo Ribeiro (outra Autarquia); também a Zé Eduardo e Gisele em Senhor do Bonfim. E meus colegas do Colegiado de Artes, além de meus alunos de Engenharia da Produção e da "eleita" disciplina História das Ciências e da Saúde no Brasil.

A Christina nas Obras Raras da UFRJ, a Marilene em nome dos funcionários do APEB, a William no IGHBa, a Jorge em nome dos funcionários da Biblioteca Nacional e a Rosana e Penha do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

À família Bastos de Souza, pelo apoio e pela amizade.

À minha comadre-mãe Rosa e toda nossa família.

Aos meus amigos Dingo, Célio e Valmir em nome dos colegas do Grupo Escolar Monsenhor Mário Pessoa; às minhas amigas Stella, Nal, Sandra, Adriana, Izamara, e Daniel Pinto em nome dos colegas do IEGG.

Aos irmãos das repúblicas Oca-Ôca (Paloma, Iuri, Dantas, Marcelo), Clube da Luta (Fabrício, Samuel, Igomes e Jeffinho) e Éden (Sandrinho, Gleissinho, Guinho, Romário de la Rosa, Wil, Biato, Guinho e dona Rute) em Feira de Santana. Aos irmãos feitos no Rio de Janeiro Orahcio, Miriam, Lígio Maia e Vanderlei Marinho. Também Cheyene, Marcelo e Naiara. Também a Bia e Paulo (e Camilinha que me acordou para a prova de línguas da UFF!).

Aos irmãos do NENNUEFS, e dos eternos HPT e OUSAR.

A meu tão amado sobrinho, Carlos Joaquim, meu Bil.

A meu encanto, minha graça, meu amor de sempre e depois também, Luise.

RESUMO

A história da agronomia na Bahia é o tema deste estudo. Esta investigação se debruça sobre a institucionalização da agronomia enquanto campo científico em dois momentos: enquanto *projeto* e enquanto *ação*. Como *projeto* através da análise da *Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia* (SACIPBA) e do *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* (IIBA), e, especialmente, como *ação* entre 1877 e 1911, a partir da *Escola Agrícola da Bahia* (EAB, 1877) fundada pelo *Imperial Instituto*, da *Secretaria de Agricultura da Bahia* (SEAGRIBA, 1896) e da *Sociedade Baiana de Agricultura* (SBA, 1902), buscando reconstituir as práticas e representações dos grupos sociais envolvidos neste processo - principalmente os engenheiros agrônomos.

Nossa hipótese é de que a emergência da agronomia como campo científico na Bahia se vincula a um projeto de construção de hegemonia de uma fração de classe dominante em formação a partir do Recôncavo baiano. Neste sentido utilizaremos diversos tipos de fontes emanadas destas instituições (SACIPBA, IIBA, SBA, SEAGRIBA e EAB) para mapear um processo de construção de hegemonia, a elaboração de hierarquias raciais e um conjunto de valores, práticas e métodos socialmente apreendidos, reproduzidos e partilhados por estes novos agentes. Destacamos no interior deste corpo documental as teses escritas pelos estudantes da EAB como vias para reconstituir este processo ao mesmo tempo científico e político.

PALAVRAS-CHAVE: agronomia, hegemonia, campo científico, história das ciências, Recôncavo Baiano.

ABSTRACT

The history of agronomy in Bahia is the subject of this study. This research focuses on the institutionalization of agricultural science as a field in two phases: like a *project* and like *action*. Like a project through the analysis of the Society of Agriculture, Trade and Industry of the Province of Bahia (SACIPBA) and Imperial Bahian Institute of Agriculture (IIBA), and especially like an *action* between 1877 and 1911 from the Agricultural School of Bahia (EAB, 1877) founded by the Imperial Institute, the Department of Agriculture of Bahia (SEAGRIBA, 1896) and Bahia Society of Agriculture (SBA, 1902), seeking to reconstruct the practices and representations of social groups involved - particularly the agronomists.

Our hypothesis is that the emergence of agricultural science as a scientific field in Bahia is linked to a construction project of hegemony of a dominant class fraction in formation from *Recôncavo baiano*. In this sense we will use different types of sources emanating from these institutions (SACIPBA, IIBA, SBA, and SEAGRIBA EAB) to map a process of construction of hegemony, the establishment of racial hierarchies and a set of values, practices and methods socially perceived, reproduced and shared these new agents. Highlight within this body of documents theses written by students of the EAB as ways to restore this process both scientific and political.

KEY-WORDS: agronomy, hegemony, scientific field, history of sciences, Recôncavo Baiano.

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
BN – Biblioteca Nacional
BOLSEAGRIBA – Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia
EAB – Escola Agrícola da Bahia
EMOP - Escola de Minas de Ouro Preto
EPOBA – Escola Politécnica da Bahia
EPORJ – Escola Politécnica do Rio de Janeiro
EPSP – Escola Politécnica de São Paulo
ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
IAB – Instituto Agrícola da Bahia
IIA – Imperiais Institutos de Agricultura
IIBA – Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
IIFA – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura
JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro
MACOP – Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
OAB – *O Agricultor Bahiano*
SACIPBA – Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia
SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SBA – Sociedade Baiana de Agricultura
SEAGRIBA – Secretaria de Agricultura da Bahia
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Ciência e sociedade civil: questões teórico-metodológicas	1
1.1. É possível falar em história das ciências no Brasil?	2
1.2. História das ciências: internalismo e externalismo	6
1.3. Uma História Social e Institucional das ciências no Brasil	8
1.4. Ciência, modernidade, classes e Estado no Brasil	12
1.5. O ensino agrícola da Bahia na historiografia	19
1.6. O ruralismo brasileiro: agriculturas, ciências e raças	32
1.7. Pressupostos teórico-metodológicos	38
Capítulo 2 - Escola de Agricultura na Bahia enquanto Projeto (1812-1875)	51
2.1. Agricultura ilustrada no Brasil e na Bahia	51
2.2. Cadeira de Agricultura, um curso para a Bahia (1812)	56
2.3. A Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA)	59
2.4. Raça, Escravidão, Agronomia e Direção Intelectual	67
2.5. Os Imperiais Institutos de Agricultura como Aparelhos Privados de Hegemonia	73
2.6. O IIBA e o Estado Imperial nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	88
2.7. Organização e Mobilização: As atas da Diretoria do IIBA	95
2.8. IIBA: representações e interesses	102
2.9. O periódico do IIBA: O Agricultor Bahiano	112
2.10. Imperial Escola de Agricultura na Bahia: o projeto de Francisco Gonçalves Martins	117
2.11. Uma proposta: a ampliação do laboratório civilizatório do Império	121
Capítulo 3 - Escola de Agricultura na Bahia enquanto ação	128
3.1. Engajamento docente: professores europeus	129
3.2. Engajamento docente: engenheiros e médicos brasileiros	137
3.3. Entre o idealizado e o realizado	143
3.4. Tese publicamente apresentada...	153
3.4.1. Agriculturas	156
3.4.2. Raças e organização do trabalho	167
3.4.3. Engenharias	183
3.4.4. Ciências	195
Capítulo 4 - Escola de Agricultura e ruralismo: agronomia como campo científico na Bahia	224
4.1. A Bahia na Primeira República	226
4.2. A Escola Politécnica da Bahia	231
4.3. A Secretaria de Agricultura da Bahia.	236
4.4. A Sociedade Baiana de Agricultura (SBA)	254
4.5. O Instituto Agrícola da Bahia	266

4.6. Entrementes: o Congresso do Cacau (1911)	298
4.7. Oligarquia, agronomia e hegemonia	305
Conclusão	311
Fontes primárias	313
Bibliografia percorrida	315
ANEXOS	320
I - Sócios da SACIPBA (1832-1836)	
II - “Relação dos membros para a Diretoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por Decreto do 1º de Novembro de 1859”	
III - Relação nominal das pessoas que compõem o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto de 1º de novembro de 1859	
IV - SACIPBA e IIBA: Membros e/ou famílias em comum	
V - Diplomados pela Escola Agrícola da Bahia em São Bento das Lages (1880-1904)	
VI - Projeto de uma Escola de Agricultura para a Província da Bahia, pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura	
VII - Egressos da EAB e da EPOBA (quinquênios)	
VIII - Quadro comparativo da Escola Agrícola da Bahia em São Bento das Lages: EAB, IAB, EMTTAB	

Capítulo 1

Ciência e sociedade civil: questões teórico-metodológicas

A história da agronomia na Bahia é o tema deste estudo. Mais precisamente, esta investigação se debruça sobre a institucionalização da agronomia enquanto campo científico. O núcleo-chave da pesquisa é o ensino de agricultura na Bahia em dois momentos, enquanto *projeto* e enquanto *ação*. Como *projeto* através da análise da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia e do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, e, especialmente, como *ação* entre 1877 e 1911, a partir da Escola Agrícola da Bahia (EAB, 1877) fundada pelo Imperial Instituto, da Secretaria de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA, 1896) e da Sociedade Baiana de Agricultura (SBA, 1902), buscando reconstituir as práticas e representações dos grupos sociais envolvidos neste processo - principalmente os engenheiros agrônomos.

Docentes e discentes da EAB se engajaram quer na criação da Secretaria de Agricultura e na publicação de seu boletim (1902), quer na atuação da Sociedade Baiana de Agricultura (1902-1911).

A *Escola Agrícola da Bahia*, criada em São Francisco do Conde, é um marco da história das ciências no Brasil por seu pioneirismo na formação dos primeiros engenheiros agrônomos, bem como atuação destes diplomados na Bahia e no país.

Escola Agrícola da Bahia (EAB), Sociedade Baiana de Agricultura (SBA) e Secretaria de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA) se constituíram em espaços privilegiados para que um conjunto de agentes constituíssem um universo social em que produziram, reproduziram e difundiram a agronomia, ou seja, um *campo científico* (BOURDIEU, 2004; 1983).

Assim, da análise da documentação emanada das três instituições citadas se pretende reconstituir um determinado conjunto de valores, práticas e métodos socialmente produzidos e reproduzidos por estes novos atores para apreender e intervir junto à realidade agrária.

Mas na medida em que uma mesma fração de classe dominante, partindo do Recôncavo Baiano, de 1832 a 1911, buscou promover e controlar a difusão destes conhecimentos agrônômicos emergiu outro processo: a apreensão da institucionalização da agronomia enquanto um processo de construção de hegemonia na Bahia.

Este grupo, ao se engajar em propostas de ensino agrícola, envolveu-se ao mesmo tempo em um debate de idéias lastreado na produção científica do período, na

formulação de políticas estatais e nas mobilizações de grupos privados na sociedade civil, ao tempo em que não perdeu de vista o processo de formação de seus sucessores e da classe dominada.

Para este desiderato buscamos fazer convergir duas principais linhas de abordagem. Por um lado, aprender com a produção historiográfica especializada que, a partir de uma perspectiva gramsciana, observa a atuação organizada de classes e suas frações na criação de instituições que representam seus interesses. Tais entidades funcionaram não apenas como grupos de pressão, mas como formuladoras de propostas ao longo do século XIX no Brasil e na Primeira República, com atuação e repercussão na construção histórica do Estado (MENDONÇA, 2006).

Por outro lado, aprender com uma história das ciências no Brasil que nos últimos vinte e cinco anos tem se redimensionado teórica e metodologicamente, a partir de um entendimento da ciência enquanto um conhecimento elaborado em uma época, e cujo sentido advém de práticas, valores e métodos compartilhados por seus praticantes e socialmente reconhecidos. Esta reorientação também representada pela assimilação, filtração e adaptação de elementos da sociologia, da antropologia e outras ciências humanas vêm constituindo por meio de uma história social das ciências um painel sobre a quantidade e a qualidade da atividade científica no Brasil antes de 1930, marco anteriormente consagrado.

Reunindo estas perspectivas, eis o tema desta pesquisa: a institucionalização da agronomia como *campo científico* na Bahia, entre 1832 e 1911, desde associações como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, passando pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura até alcançar a instalação da Escola Agrícola da Bahia (EAB, 1877) – pioneira no ensino agrícola no país –, da Secretaria de Agricultura da Bahia (1896) e da Sociedade Baiana de Agricultura (SBA, 1902).

1.1. É possível falar em história das ciências no Brasil?

É possível falar em história das ciências no Brasil? Mais precisamente, é possível falar em história das ciências no Império? Há vinte anos ou trinta anos, este seria um campo impensável. Era uma espécie de consenso entre os estudiosos de que a presença das ciências no Brasil antes do século XX, ou antes, do período republicano ou fora insignificante, ou fora uma atividade clandestina.

As Ciências no Brasil, livro organizado e apresentado por Fernando de Azevedo (1955) sintetiza este ponto de vista. De acordo com Azevedo até os anos 1930 predominaram na cultura brasileira a retórica e o domínio da Igreja Católica. No império, o máximo que ocorreram foram manifestações esporádicas de produção científica.

O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram no Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinha, em tão longo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas e experimentais e, de modo geral, nas ciências e, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de ceticismo em fase de perspectivas de progressos nesse vasto setor do universo cultural. (AZEVEDO, 1955: 12).

O desapontamento com relação à inaptidão brasileira no século XIX era tanto maior pelo fato de o impulso ao desenvolvimento científico e cultural da humanidade coincidir com a história do país, desde a descoberta das terras do Brasil e sua colonização por Portugal até a república ¹. Para explicar os motivos da demora da penetração e difusão do espírito crítico e do método experimental nos países latino-americanos em particular no Brasil, Azevedo remete à “hostilidade ibérica” a “um novo tipo de cultura”.

A Península Ibérica não havia produzido nenhum homem que se pudesse pôr ao lado dos “grandes criadores” da ciência moderna. Espanha e Portugal, apresentaram o mesmo desinteresse pelas atividades de pesquisa e pelos processos experimentais, sem elaborar até os fins do século XIX qualquer contribuição original, realmente importante, para o progresso científico da “humanidade”.

A despeito de os portugueses terem elevado a arte de navegar “à categoria de uma ciência nova” no período das grandes navegações dos séculos XVI, predominou o apego da cultura lusitana ao dogma e à autoridade, com seu gosto pela escolástica, e pelos comentários dos livros e dos antigos textos filosóficos e religiosos. O resultado foi o isolamento tanto da Espanha como Portugal da “Europa culta” e de suas respectivas colônias dos fins do século XVI e do XVII ².

¹ “A época colonial, as lutas pela independência e as que se lhe seguiram pela unidade nacional, recobrem os três primeiros séculos da história moderna das ciências e o último, da independência à era republicana, corresponde, na história cultural e científica, ao ‘século de ouro’ que foi, sob tantos aspectos, o XIX no Ocidente europeu. Tudo se passou como se o Brasil, mesmo na fase mais recente de sua história, se tivesse mantido estranho, quase totalmente alheio ao movimento que se processava, com uma força incoercível, na Europa e, a partir da 2ª metade do século XIX, também nos Estados Unidos”. (AZEVEDO, 1955: 12).

² “O insulamento, portanto, de Portugal (como de Espanha) em relação aos povos cultos da Europa, em

Maria Amélia Dantes (2001) reconhece neste livro o interesse em vincular a prática científica à cultura, mas as concepções de ciência do autor, buscando as “contribuições” da ciência brasileira em termos de descobertas e invenções, interditaram a percepção da ciência realmente praticada no país.

As ciências no Brasil, organizado, nos anos 1950, por Fernando de Azevedo, constitui o primeiro estudo abrangente que, de um ponto de vista sociológico, procurava compreender o desenvolvimento das áreas científicas no país (Azevedo, s.d.). No entanto, esta obra ainda se situava na tradição de uma história da ciência voltada para a formulação de grandes teorias e que pensava as regiões periféricas como receptáculos passivos da ciência produzida nos grandes centros, em especial os europeus (DANTES, 2001b: 17).

A leitura desta obra poderia sugerir aos leitores um paradoxo, na medida em que na obra organizada por Azevedo se apresenta uma gama considerável de personagens e instituições, que revelam uma quantidade considerável de atividades científicas no Brasil desde o período colonial. Mas, notando-se que esta espécie de “história-com-pedigree” procurou “pais” e “avôs” da ciência moderna com suas contribuições para a ciência universal, o paradoxo se desfaz.

Uma “história dos vencedores”, dos sucessos, das descobertas e invenções terminou por deixar de lado a “história cotidiana” das ciências. Portanto, ainda que Azevedo e outros que ele influenciou, como Schwartzmann (2001 [1979]), ponham a sociedade como mola do progresso científico, o caminho para este conhecimento seguia sendo um só. E o significado da atividade científica no Brasil somente aferido em comparação à ciência moderna europeia, negligenciou como, no Brasil, os grupos científicos construíram, em cada época, práticas, valores e métodos de acordo com seus objetivos, posições, interesses, suas formas de ver o mundo e sua relação com outros atores históricos.

É esta “história cotidiana” que constitui a maior parte do processo (FIGUEIRÔA, 1997), que nas últimas duas décadas vem atraindo a atenção. Neste período, o estudo das instituições científicas no Brasil, especialmente as imperiais, tem sido empreendido por historiadoras e historiadores profissionais “integrados às mudanças que, a partir dos anos 1970, vêm ocorrendo internacionalmente na área e que

que se difundia, através de dificuldades e resistências, o espírito moderno; a compenetração que vinha da Idade Média, do religioso e do profano; a influência preponderante se não decisiva do clero, - camada social que, naquela sociedade estratificada em estamentos, ‘possuía’ e dominava a instrução, não podiam deixar de refletir em todos os mecanismos de transmissão da cultura que os portugueses, pelo seu clero regular e secular, armavam nas colônias, ao lado das grandes empresas ultramarinas.” (AZEVEDO, 1955: 18).

estão revolucionando as concepções sobre a natureza da ciência e seu desenvolvimento histórico” (DANTES, 2001a: 225).

Esta produção tem partido de novas conceituações, crítica aos anacronismos, tendo como um de seus principais pressupostos a compreensão dos padrões de cientificidade próprios do século XIX para o estudo do período imperial. O desenvolvimento desde a década de 1980 de estudos sobre o processo de implantação de atividades científicas em países que não ocuparam papéis de liderança na ciência moderna, contudo, é um processo que não se restringiu ao Brasil, atingindo outros países latino-americanos.

Se a produção historiográfica anterior, buscando o esperado (descobertas, invenções) não encontram o realizado (a história cotidiana), esta nova vaga de trabalhos empreenderam uma revisão crítica da historiografia das ciências produzida “até hoje *no e sobre* o país (e a América Latina), identificando suas bases epistemológicas e metodológicas, bem como suas motivações ideológicas” (FIGUEIRÔA, 1997: 16).

Ocorre uma ampliação seja do conceito de ciência, seja do conceito de institucionalização. A ciência passa a ser entendida “como uma prática de produção de conhecimentos e aplicação de resultados que se estabelece, através de indivíduos que a realizam, como síntese de suas tradições formadoras, com características locais, em determinados meios sociais” (DANTES, 1996: 16).

E a institucionalização deixa de ser pura e simplesmente identificada como “gênese, crescimento, especialização e reconhecimento de disciplinas científicas” para compreender um processo de formação de um “conjunto articulado de valores particulares que normatizam e regulam o comportamento de seus praticantes”, envolvendo outros elementos além das instituições e da “comunidade” científica, para englobar os diferentes apoios ou resistências “dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares (e os mecanismos de efetivação desses interesses)” (FIGUEIRÔA, 1997: 24).

A historiografia latino-americana das ciências, desta forma, redimensiona o sentido da “atividade científica”.

A palavra atividade científica expressa uma realidade concreta, aqui e agora. Seu estudo se dirige para uma tradição diferente, em que as idéias sempre existem relacionadas a homens e instituições; seu estudo nos confrontaria com toda crueza, com o problema do tempo e do espaço histórico e nos obrigaria a um diálogo concreto, preciso, profundo com as fontes manuscritas e documentais (DANTES, 1996: 18).

A idéia do atraso científico brasileiro passou a ser seriamente revista, em especial, a fronteira que se cristalizou em torno dos anos 1930, onde o advento universitário delimitaria pré-história das ciências de uma história das ciências “plena”. Para autores como Schwartzmann, uma “ciência profissionalizada” somente começou a ser realizada a partir das universidades, quando profissionais dedicaram-se prioritariamente a atividades com reconhecimento social (SCHWARTZMAN, 2001).

O componente acadêmico surgiria muitas vezes como uma atividade ‘clandestina’ dentro das instituições de pesquisa aplicada e só se institucionalizaria com a criação das primeiras universidades brasileiras, na década de 1930. Em consequência, o trabalho científico raramente contava com o clima e com o espaço favoráveis ao estímulo intelectual e à iniciativa que normalmente predomina em situações dotadas de forte componente acadêmico. (SCHWARTZMAN, 2001: 92-93 – Grifo nosso).

Em sua elaboração para períodos anteriores a 1930, Schwartzmann recorreu a informações contidas no livro editado por F. de Azevedo, bem como utilizou-se extensamente de depoimentos de cientistas de universidades e institutos de pesquisa. Foi preciso voltar a atenção para a pesquisa empírica, e ao mesmo tempo esclarecer a própria trama de idéias acerca do que significava a própria história da ciência (FIGUEIRÔA, 2000: 12).

Ultrapassando o marco 1930 e recuando até a Colônia, atividades científicas em quantidade, qualidade e variedade têm sido localizadas. Mas na revisão desta interpretação tradicional também foi preciso enfrentar uma bifurcação mais geral na área da história das ciências em abordagens internalistas e externalistas.

1.2. História das ciências: internalismo e externalismo

Durante muito tempo, a história das ciências foi uma estranha no interior dos estudos históricos³. No século XIX, quando a ciência é elevada a conhecimento de mais

³ Uma das expressões da institucionalização da área de história das ciências no Brasil tem ocorrido por meio da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC, fundada em 1983, desde 2008 Associação Brasileira de História da Ciência), da publicação da revista e dos Seminários Nacionais de História da Ciência e da Tecnologia. Outros movimentos importantes são a publicação da revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* desde julho de 1994, bem como a perene realização nas reuniões da ANPUH de Simpósios Temáticos voltados para a história das ciências. Sobre os 25 anos da SBHC cf. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. 25 anos de SBHC. Cadernos de Resumos do 11º Seminário Nacional de História da Ciência, Niterói, outubro de 2008. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2008. Sobre a revista de Manguinhos cf. BENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; MARTINS, Ruth B.; MENDONÇA, Amanda. “História, Ciências, Saúde – Manguinhos: um balanço de 12 anos de circulação

alto grau, tornando-se oficial, a História da Ciência foi produzida e transmitida enquanto exemplo edificante para os jovens estudantes e motivo de orgulho para as “comunidades” científicas.

A história que foi feita nesse período cumpria muito mais o papel de justificar a ciência, contendo pouca *história*. No século XIX os cientistas, vão se especializando, ocupando o lugar dos filósofos naturais, e neste movimento de especialização, empenham-se não só em se tornar os agentes mais autorizados e exclusivos para praticar ciência, mas também para falar da sua própria área. “Surge então uma espécie de cientista-filósofo ou cientista-historiador (...) que decide mostrar o glorioso caminho da ciência e/ou dar o exemplo edificante desta a novas gerações” (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 64).

Neste tipo de abordagem, internalista, os escritos são geralmente de autoria de profissionais reconhecidos no respectivo campo. Os processos e significados contidos nestas obras se referenciam exclusivamente ao próprio conteúdo da ciência ou ao método autonomizado. Questionamentos sobre os sujeitos, as condições, os objetos e os produtos do fazer científico não são valorizados. Este tipo de história se fixa em fatos e biografias pinçadas ao longo do tempo. A história das ciências se resume a um desenvolvimento linear, contínuo e cumulativo, e motivado por questões intrínsecas⁴.

A corrente externalista se preocupa, por seu turno, em entender como fatores externos à ciência podem influir no seu desenvolvimento.

*O exemplo clássico da História da Ciência externalista ainda é o artigo **As razões sociais e econômicas dos ‘Principia’ de Newton**, do físico soviético Boris Hessen, apresentado no Segundo Congresso Internacional de História da ciência (Londres, 1931). Segundo ele, o propósito do seu trabalho foi ‘utilizar o método do materialismo dialético e a concepção do processo histórico criada por Marx para analisar a gênese e o desenvolvimento da obra de Newton, em relação com a época na qual este viveu e trabalhou’, Tratava-se da primeira proposta de concepção marxista para a História da ciência. (DIAS, 1997: 117).*

De acordo com Olival Freire Jr. a maior força do trabalho de Hessen foi estabelecer a relação de determinação “entre as tarefas econômicas e técnicas colocadas pela burguesia ascendente e a temática dos problemas científicos da época”, mostrando uma imagem de Newton que destoa da figura olímpica consagrada nos manuais, de um

ininterrupta”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.221-257, jan.-mar. 2007.

⁴ Nesta formulação baseei-me na caracterização de André Mattedi Dias sobre a história da matemática internalista. Cf. DIAS, A. L. M. “A qualidade do ensino da matemática e as perspectivas em história da ciência”, 1997: 114-118.

indivíduo preocupado exclusivamente com a reflexão e formulação científica. Freire Jr., contudo, ressalta que na maior força reside a maior fragilidade do trabalho de Hessen, pois enfoca a ciência como uma determinação direta da infra-estrutura.

Além de ignorar a especificidade de seu objeto, Hessen “não contempla as mudanças conceituais na transição do aristotelismo para a mecânica clássica e não distingue os estatutos epistemológicos da obra newtoniana e dos seus antecessores” (Freire Jr. apud Dias, 1997: 117-118). Dentro do externalismo, a despeito dos avanços, a idéia de que a ciência se desenvolve de forma continuada, sempre progredindo, numa direção natural do pensamento humano seguiu imaculada ⁵.

Internalistas e externalistas, de acordo com Figueirôa, partilhavam uma “visão padrão” de ciência, conquanto assumissem “que os cientistas operam com critérios universais de verificabilidade, teste e adequação do conhecimento” (Figueirôa, 1997: 21).

A postura de renovação historiográfica, noutro sentido, assume que a ciência não é uma instituição com *status* epistemologicamente superior a outros tipos de crenças como religião, arte, etc. Os processos internos à ciência não são menos sociais, ou seja, as considerações sociais não se limitam à operação de influências externas.

A ciência é parte da cultura como qualquer outra manifestação, dentro dos respectivos limites definidos pelos atores para um determinado conjunto de significados, crenças e atividades. Não opera, portanto, num vazio social, e mantém, por conseguinte, relações estreitas de interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural. (FIGUEIRÔA, 1997: 20).

Estas mudanças teóricas abriram um campo prolífico para que a história das ciências passasse a englobar personagens, grupos e países antes ignorados, mas também com evidência empírica em arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, etc. Particularmente a partir dos anos 1990 tem se consolidado uma história social e institucional das ciências no Brasil com a qual esta pesquisa entabulará um diálogo contínuo.

1.3. Uma História Social e Institucional das ciências no Brasil

⁵ Silvia Figueirôa também destaca o mérito de Hessen e do externalismo subsequente em aprofundar as ligações entre Ciência e Sociedade. No entanto, ressalta que esta corrente “jamais questionou os conceitos de verdade e de objetividade intrínsecos ao conhecimento científico” (FIGUEIRÔA, 1997: 19).

Estudando a formação da “comunidade científica” articulada em torno das ciências geológicas, Figueirôa (1997) articula a acentuada profissionalização e especialização científica com as demandas e interesses das “elites locais e do Estado” no período que vai de fins do século XVIII à década de 1930. Da análise da introdução e florescimento desse campo do conhecimento no país, problematizando os fatores condicionantes, propulsores e/ou limitantes, e os atores envolvidos no processo, assim como as tradições científicas mobilizadas, a autora visa “fornecer subsídios ao processo de repensar as Geociências no Brasil e o papel dos profissionais a ela ligados” (nos quais se inclui) (FIGUEIRÔA, 1997: 15).

Desmarcando três momentos das ciências geológicas no Brasil⁶, a autora destaca o período pós-1870 como um marco das atividades científicas no Brasil, pela criação de novos espaços institucionais e reformulação dos preexistentes. Este movimento faria parte de outro processo, simultâneo e interligado, de especialização e profissionalização de técnicos e cientistas, representado pela criação e/ou reformulação de escolas profissionais como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ), a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), ou a Escola Politécnica de São Paulo (EPSP). Neste particular, discorda da interpretação de José Murilo de Carvalho sobre a criação da EMOP como dependente do capricho do monarca Pedro II.

Esta concentração de iniciativas científicas contemporaneamente à fundação da EMOP e a condução desse processo mais amplo nas mãos do mesmo grupo político leva Figueirôa a concluir que se trata de um projeto maior, ilustrado, que não dependeu apenas da vontade pessoal do monarca, mas seu vínculo a um projeto ideológico, “ilustrado e cientificista mais amplo” (FIGUEIRÔA, 1997: 131).

José Carlos Santana em *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* (2001) apreende a formação e atuação de Euclides da Cunha como engenheiro e participante da “comunidade científica brasileira” no alvorecer do século XX. Tal formação e atuação foram determinantes para o conteúdo relacionado às Ciências Naturais em *Os sertões* (1902) e outras obras de Euclides da Cunha, mas também são explicadas como resultantes do momento histórico que as ciências viviam no Brasil na passagem do século XIX ao XX, destacando a profissionalização e especialização destas no período indicado.

⁶ 1º) 1808-1870 - compreendido à luz do movimento das reformas ilustradas iniciadas em Portugal e que alcançou o processo de independência, destacando a partir de 1840 a construção de uma ciência nacional; 2º) 1870-1907 – com expansão de espaços já existentes e criação de específicos das ciências geológicas (Comissão Geológica do Império, Comissão Geográfica e Geológica-SP, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Escola de Minas de Ouro Preto); 3º) 1907-1934 – correspondendo à emergência da polarização “ciência pura” *versus* “ciência aplicada”.

Santana propõe-se a estudar a trajetória de Euclides contextualizando os modelos e conceitos por ele utilizados considerando os aspectos ideológicos, políticos e econômicos. Estudando as relações entre Euclides, as ciências da época e suas relações com a “comunidade científica”, especialmente no que tange à geologia, Santana apresenta um escritor/engenheiro atualizado com relação à ciência, ao mesmo tempo que corrobora a existência de significativa atividade científica no Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Para explicar as relações entre Euclides da Cunha e as Ciências Naturais, Santana discute fatores diversos desde a sua formação como engenheiro militar, incluindo os currículos, as correntes de pensamento vigentes, as trajetórias institucionais das práticas científicas, as relações entre os personagens, além das questões sociais, políticas e econômicas etc., que tinham como pano de fundo o papel fundamental das ciências nos destinos da nação.

Este autor propõe que no período se desencadeia em São Paulo a formação de uma “comunidade científica” composta especialmente por engenheiros, geógrafos e botânicos. São criados espaços como Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886), Instituto Agrônomo de Campinas (1887), Instituto Bacteriológico de São Paulo (1892), a Escola Politécnica de São Paulo (1893), o Museu Paulista (1894) e o Instituto Butantan (1901), por exemplo (SANTANA, 2001: 83).

Maria Margaret Lopes em *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* (1997) investiga a partir dos Museus de História Natural a institucionalização das Ciências Naturais no Brasil. Ressaltando que até recentemente os museus brasileiros e outras instituições que desenvolveram atividade científica no país até o século XIX haviam sido praticamente ignorados, expõe como um de seus objetivos essenciais negar a visão de que não houve produção científica no país até o início deste século, ou de que estas atividades fossem “pré-científicas”. “No que se refere às Ciências Naturais, os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações no país” (LOPES, 1997: 21).

A partir destes museus e em especial do Museu Nacional do Rio de Janeiro, processou-se um movimento de profissionalização, especialização e institucionalização das ciências naturais integrado a outras instituições como a Faculdade de Medicina, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Colégio Pedro II, ou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (LOPES, 1997: 329).

Neste processo, os diretores dos museus e cientistas lutam pela dedicação exclusiva e concursos de admissão, angariando não poucos problemas, mas também se profissionalizando (LOPES, 1997: 326). A autora faz um uso sagaz da documentação burocrática para trazer à baila o cotidiano da atividade científica. Os regulamentos particularmente foram tomados “não como meras determinações burocráticas”, mas como parâmetros de análise para apreender o “ideal de instituição” elaborado no período.

Assim, a análise do que foram os ideais expressos pelos diferentes regulamentos dos museus brasileiros em suas mediações práticas permitiu perceber como esses se materializavam em incansável reunir e classificar coleções, realizar excursões, atender solicitações dos órgãos públicos, solicitar verbas, ampliar edifícios inadequados, ministrar cursos e palestras, estabelecer intercâmbios nacionais e internacionais, publicar periódicos, estabelecer prioridades de investigação, disputar espaços de profissionalização, travar embates políticos no bojo do processo de consolidação da comunidade científica no país. (LOPES, idem: 330).

Lopes inscreve a indissociabilidade entre as dimensões política e científica nesse movimento de proliferação de museus e reformas do Museu Nacional. Por um lado, elas integraram um movimento internacional de renovação dos museus em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais no decorrer do século XIX. Mas por outro lado, Lopes explica-as como “frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais” (LOPES, 1997: 153).

Os estudos de Santana, Figueirôa e Lopes têm vários pontos em comum, e são representativos das produções mais recentes, mas poderiam ser destacados dois aspectos no seu modo de historiar as ciências. Primeiramente, neles não se perde de vista os movimentos estratégicos de ajuste e reelaboração de modelos científicos, o que implicou nestas análises a observação da formação de uma rede de sustentação das atividades e a participação da “comunidade científica”, do Estado, dos interesses privados e demais grupos sociais. Em segundo lugar, o conhecimento científico não é identificado e avaliado apenas pela ligação com as formas com que é praticado nos países europeus (sem jamais deixar de ser uma questão relevante). As ciências também são pensadas como uma das manifestações da própria história social e da cultura do país.

1.4. Ciência, modernidade, classes e Estado no Brasil

Esta história das instituições científicas no Brasil, segundo Moema Vergara (2004) tem se configurado numa abordagem hermenêutica que postula que a atividade científica é uma das vias para a compreensão das relações sociais e culturais. A par desta vertente, desenvolveu-se uma outra legada por Fernando de Azevedo e renovada na obra de Simon Schwartzmann, entre outros. Juntos, estes dois vieses da historiografia contemporânea das ciências no Brasil têm como questão de fundo o debate sobre a modernidade e, especialmente, a adequação do Brasil à modernidade ocidental e a superação do passado colonial.

Ainda que ambas expressem uma tendência de deslocamento da ascendência da epistemologia sobre a história das ciências para uma historiografia das ciências propriamente dita, Vergara converge no diagnóstico anteriormente exposto de que para Schwartzmann como para Fernando de Azevedo, houve até antes das universidades uma “inaptidão nata do brasileiro” para os estudos das ciências (VERGARA, 2004: 23).

Vergara, no entanto, vai mais longe e localiza na intelectualidade brasileira, em especial do Rio de Janeiro, as bases do pensamento de Fernando de Azevedo. Utilizando-se da *Revista Brasileira* (ponto de partida para constituição da Academia Brasileira de Letras em 1897), espaço de reunião tanto para as artes e literatura quanto para a ciência nacional, mostra que tanto cientistas como literatos acreditavam que a ciência possibilitaria o acesso à essência nacional e auxiliaria a superação da herança do período colonial (VERGARA, 2004:24).

Aquela geração intelectual oriunda dos 1870 (influenciada pelo positivismo, materialismo, darwinismo e outras teorias científico-cientistas), para a autora, “praticamente desconsiderou as políticas ilustradas da metrópole, que deram as feições da prática científica realizada no Brasil desde os tempos coloniais”, pois estavam construindo uma noção de *brasileiro* em oposição e negação ao *português* (VERGARA, 2004: 25).

Esta “purificação da memória” permeada de “antilusitanismo” e a negação de tudo que defluisse do passado colonial seguiu carreira na interpretação dos historiadores das ciências no Brasil até meados do século XX, em especial. Mas a historiografia brasileira em geral partilharia a compreensão do passado colonial e seus resquícios como entraves à modernidade. Isto seja na obra de Caio Prado Jr., seja no caso de

Sérgio Buarque de Holanda, como do pensamento latino-americano nos anos 1930-1950.

Segundo Vergara, no caso da historiografia brasileira, ao centrar foco nos obstáculos do desenvolvimento urbano e industrial, elaborou uma barreira epistemológica que interditou a visão de atividades e instituições científicas no período colonial e imperial. O escravismo, a forte hierarquização social, o patriarcalismo e a indiferenciação entre público e privado obstaram a plena expressão de uma modernidade ocidental.

Para Sérgio Buarque, estas características, acrescidas do iberismo de nossa tradição – o culto à personalidade e o gosto pela aventura – produziram o homem cordial, apegado às relações pessoais de afeto e de sangue e resistente à universalidade dos princípios abstratos do liberalismo. O pavor em viver isolado conferiu ao homem cordial grandes qualidades retóricas, mas limitadas aptidões no que se refere à reflexão e à contemplação. Se por um lado Raízes do Brasil fecundou importantes interpretações sobre a cultura brasileira, por outro não facilitou o entendimento do brasileiro como sujeito do conhecimento científico. (VERGARA, 2004: 26).

Na medida em que a inserção do Brasil estava determinada pela sua posição no mercado internacional como fornecedor de matérias primas, o retrato da colônia traçado por Caio Prado Jr. em *A formação do Brasil contemporâneo* também vislumbra somente obstáculos a qualquer forma de atividade científica nestas terras, o que conseqüentemente também obstou a possibilidade de historiar ciências no período, dada a importância do seu livro.

‘Assim, a história dos primeiros séculos do Brasil vai girar ao redor de interesses que não estão necessariamente no país, mas que estão alhures’. Esta noção estaria em consonância com a ideia do Novo Mundo como depósito natural que deveria ser incorporado ao arsenal de conhecimentos da Europa, sem lugar para se pensar uma vida cultural animada por agentes locais. (VERGARA, 2004: 27).

Moema Vergara, portanto, atribui não só às tradições da historiografia das ciências, mas também à historiografia brasileira *tout court* parte da invisibilidade de certos processos, instituições e personagens coletivos ligados às ciências. Como condição para produção desta lacuna o “atraso colonial” e o apego às relações pessoais e de simpatia jogam papel decisivo para a continuidade de tais interpretações.

Um exemplo da repercussão destes pressupostos na subestimação de atuação de algumas entidades foi sintetizado na pena de José Luiz Werneck da Silva (1979). Silva observa que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) apesar de ter

sido uma instituição que funcionou durante todo o período imperial, e tendo publicado um periódico ininterruptamente desde a primeira edição em 1833 até o fim da entidade, passara despercebida aos clássicos Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., bem como a uma série de outros autores.

As exposições que realizou ou apoiou, a propagação seu mensário (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833), o intercâmbio com associações semelhantes nacionais ou estrangeiras, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura são no máximo mencionadas. Inventariando alguns autores, Silva afirma que para Sérgio Buarque de Holanda, o imperador tinha “muito lastro para pouca vela”.

(...) a subserviência da Sociedade Auxiliadora à tutela do Imperador foi uma das razões do esvaziamento da função da Sociedade Auxiliadora, ela também envolvida pela ‘meticulosa prudência que deixa de ser virtude no momento em que passa a ser estorvo’. Mas, Sérgio Buarque de Holanda, nem neste ponto, nem em qualquer outro de seu livro Do Império à República citou a Sociedade Auxiliadora. (SILVA, 1979: 13).

A despeito da forte presença de burocratas numa instituição “parcialmente” burocrática, Faoro não trata da associação.

(...) passou, porém, despercebido por Raymundo Faoro nos seus Donos do Poder. O mesmo autor também omitiu a Sociedade Auxiliadora no seu A Pirâmide e o Trapézio, mas dessa omissão é co-responsável Joaquim Maria Machado de Assis, o que tanto mais nos surpreende quanto sabemos ter sido ele próprio sócio efetivo da mesma Sociedade... (SILVA, 1979: 13 – Grifo do autor).

Fernando Uricoechea em seu *O Minotauro Imperial* ainda que destacando o pacto poder estatal e privado, também, de acordo com Werneck da Silva, foi omissos quanto à importância da SAIN.

Na medida em que a Auxiliadora foi, a um tempo, uma sociedade civil de direito privado (estatutos registrados em cartório, personalidade jurídica, patrimônio próprio) e também uma instituição cooptada pelo Estado (estatutos aprovados pelo Governo Imperial, enquadramento ministerial, subvenção anual no orçamento, parecerista oficial) ela se nos parece, dentro das categorias [weberianas] do autor, um caso peculiar da ‘arte de pactuar entre o poder estatal e o poder privado’, acentuada por Uricoechea que todavia omitiu por completo a Sociedade em seu livro. (SILVA, 1979: 14).

O que mais chamou a atenção de Silva “ao constatar o alheamento predominante entre os historiadores, quanto à Sociedade Auxiliadora da Indústria

Nacional” foi a negligência ao que entendia “ser seguramente, a mais importante fonte primária hemerográfica da estrutura social durante o Império, ou seja, o Auxiliador da Indústria Nacional.” (SILVA, 1979: p.16 – Grifo do autor).

Mas, do mesmo modo que Vergara indica que pressupostos interpretativos estão na origem de algumas interdições para pesquisar as ciências no Brasil (já que, a princípio, elas sequer existiram), é preciso questionar se não há na origem da interdição historiográfica à atuação de organismos como a SAIN, a persistência de esquemas explicativos que excluem a existência de algum tipo de organização enquanto sociedade civil no Brasil antes de 1930.

Conquanto Faoro em seu *Os Donos do Poder*, explique as mazelas da nação à estrutura de poder patrimonialista estamental legada pelo Estado português, em que o “Estamento” se contrapõe ao “resto” da nação, imutavelmente, através da Independência, do Império e da República no Brasil, não sobra espaço para a atuação de qualquer segmento da sociedade civil. Se o Estado se impôs à colônia antes que ela tivesse povo, mantendo-se daí um divórcio entre Estado e nação, e não havia opinião pública mas apenas “o espírito burocrático”, é uma consequência lógica que a ciência seja entendida por Faoro como mera “fruta importada” em um mundo de matriz portuguesa limitado a comentários (FAORO, 1984: 392, 63) ou à “cópia de modelos alheios” (FAORO, idem: 414).

Em uma sociedade que não se organizou, senão de forma subsidiária, em classes, o corte social fundamental se dava entre o “Estamento” e o resto da população (sejam as camadas proprietárias ou não). No Brasil se estabeleceu, assim, um tipo de capitalismo que adota as máquinas, a técnica, as empresas, mas não incorpora, na leitura faoriana, a racionalidade impessoal e universal, mas a racionalidade personalista e o casuismo, aproximando-se das conclusões de Sérgio Buarque de Holanda. O que há de capitalismo no Brasil depende da tutela e do estímulo do Estado. Esta ausência da atuação do “povo”, que não se organiza enquanto sociedade civil contraposta ao Estado, não é seguramente terreno para o associativismo neste esquema explicativo⁷.

Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* diverge de Faoro quanto ao Brasil ter sido uma sociedade estamental. Por outro lado, sua análise da vida de um contingente populacional rural não-escravo e não-proprietário no século XIX, em São Paulo, concluiu por seu turno não ser possível falar em uma sociedade de classes. A partir de seu arcabouço também não é possível haver sociedade

⁷ “O poder não nasce da soberania popular, nem por ela se justifica, senão que preexiste à sociedade, autenticado pelo tempo e pela tradição nacional”. (FAORO, 1984: 673).

civil no período, se não só os pobres, mas mesmo os ricos, apresentam falta de coesão social, e não desenvolvem a percepção e o desenvolvimento de projetos coletivos.

(...) ao ter o mundo reduzido a dimensões pessoais, os alicerces mesmos de seu poder determinavam seus limites: quase onipotentes porque fechados em seus pequenos reinos, por isto mesmo mostram-se incapazes de transcendê-los (FRANCO apud CAMPANTE, 2003: 165).

A construção da ordem de José Murilo de Carvalho será objeto de análise mais adiante no decorrer da exposição, mas é preciso adiantar que a par de a burocracia imperial brasileira ser a explicação fundamental para a manutenção da unidade, em um único Estado, das ex-possessões portuguesas, como pode haver sociedade civil se, como em Faoro, herda-se um Estado coeso dos portugueses, mas não havia coesão dos latifundiários? É a elite burocrática e política (que nele quase coincidem) que conformaram o Estado e fazem a sociedade. Não é, portanto, de surpreender que a SAIN não tenha nesta análise de Carvalho desempenhado qualquer instrumentalidade no Império ou para ser mais preciso “não parece ter exercido peso político que merecesse atenção especial” (CARVALHO, 2003: 52-53).

O historiar ciências no Brasil antes de 1930 defronta-se desta forma com pensar, ao lado dos cientistas e técnicos, dos grupos científicos, sobre qual a natureza e a dinâmica do Estado e das “elites” no período em foco. Num balanço historiográfico que contribui para realizar esta tarefa, Théo Piñeiro (2006) situa como questão de fundo para pensar a natureza e a dinâmica do Estado Imperial brasileiro, o estudo do caráter de classes da sociedade imperial.

Piñeiro apresenta uma proposta de estudo de caráter classista desse Estado, trazendo propostas de autores que marcaram a historiografia do tema, em especial a instauração de interpretação para o processo histórico-político do Império que o apreende em um “jogo de dualidades” em que:

O nexo de explicação passa a ser a disputa entre centralização x descentralização, entendida como representativa do embate entre autoridade x liberdade, ordem x anarquia, tendo a ORDEM como objetivo. (PIÑEIRO, 2006: 74).

Na maioria destas obras, de acordo com Piñeiro, perpassa a ausência da participação da sociedade civil na construção do Estado. Este autor concorda com os autores compulsados sobre a importância do mercado de escravos como elemento central para explicar a manutenção da unidade nacional após a ruptura com a metrópole. Porém, a noção de *ORDEM* adquiriu uma importância tal nestes trabalhos que resultou

numa visão simplificada. Ainda que em graus diversos, cristalizou-se uma concepção da sociedade do século XIX polarizada entre escravizados e seus senhores que pôs as outras classes e grupos sociais como meros coadjuvantes (PIÑEIRO, 2006: 79).

É dentro desta quadra que ele propõe a necessidade de uma busca: “recuperar as diversas formas de organização das classes sociais – e suas frações – existentes na sociedade brasileira”. Sem negligenciar as clivagens regionais do sistema de dominação, este é inseparável do conjunto das relações de classes que explicam a dinâmica do exercício do poder no século XIX no país (PIÑEIRO, 2006: 71).

Piñeiro crítica nas obras compulsadas a permanência de uma idéia fixada no próprio século XIX que, ao invés de criticada, foi assimilada mesmo em análises que partiam de matrizes teóricas distintas. A idéia de “**família ampliada**” da época foi incorporada pela historiografia. Resultando na “reificação do patriarcalismo, imagem que, no plano da auto-identificação, retrataria aquela sociedade, em detrimento e aquém da sua divisão em classes” (PIÑEIRO, 2006: 80). Além desta caracterização das classes sociais, também dois tipos de caracterização do Estado se fazem presentes:

Além de confundirem a compreensão da dinâmica das relações entre as classes sociais, trazem em si concepções de Estado que, ora o percebem como SUJEITO, isto é, dotado de autonomia absoluta, relacionada ao próprio poder detido pelo Estado, supervalorizando os portadores desse poder e da racionalidade estatal, pondo em destaque a burocracia, ora o apresentam como COISA, um ‘instrumento passivo’, controlado e manipulado por uma única classe, ou fração de classe, não havendo, neste caso, nenhuma autonomia a lhe ser reconhecida. (PIÑEIRO, 2006: p.81).

Como alternativa explicativa à luta entre “elites” ou entre “projetos idealizados”, para Piñeiro o que estava em jogo eram disputas resultantes da luta entre classes. As disputas entre “centralização” e “descentralização”, por exemplo, precisam ser consideradas, mas como elementos que reforçam a constituição da classe sem, contudo, criá-la” (PIÑEIRO, 2006: 82).

O Império Brasileiro é assim explicado como produto de uma expansão e uma dominação de classes em aliança, que se materializaram na subordinação das diversas regiões aos interesses e à direção dos grupos dominantes do sudeste e, em especial, do Rio de Janeiro. Desta forma, a “classe dominante” no império é composta de diferentes segmentos sociais, “ou melhor, ‘frações de classe’, com relação às quais deve-se também considerar sua diferenciação regional, contribuindo para comprovar seu caráter heterogêneo”, formando um “bloco no poder” (PIÑEIRO, 2006: 83).

Esta diversidade de extração social explicaria o conflito em seu interior. O estabelecimento de uma hegemonia por uma delas transforma as outras em “frações dominadas da classe dominante”. Falando de aliança entre “Negociantes e Proprietários de terra e escravos”, não identifica tais denominações como meros termos.

Antes, são conceituações de classes – ou frações de classes –, cujo conteúdo aponta para suas especificidades, tanto no que se refere à sua posição na produção social – logo na base da construção do conceito de classe social – bem como aos seus interesses, sua ação e sua trajetória na sociedade brasileira do século XIX. (PIÑEIRO, 2006: 83)

Os “Proprietários de Terras e Escravos”, ainda que consistissem no segmento mais importante do bloco, correspondiam a uma das frações da classe proprietária⁸. Esta compreensão dos “Proprietários de Terras e Escravos” e dos “Negociantes” (enquanto fração dominante dos segmentos urbanos) se inscreve numa concepção “ampliada” de Estado, elaborada sob uma perspectiva gramsciana. Desta maneira, o Estado

é visto também não só como o exercício do poder de uma determinada classe – o que seria empobrecedor -, mas como o ‘lugar’ de confronto entre as classes dominantes – e suas frações –, organizadas hierarquicamente, o que, apesar de se apresentar como uma unidade, oculta a luta travada quotidianamente no interior do próprio Estado, transformando o exercício do poder no próprio processo de construção e redefinição do Estado (PIÑEIRO, 2006: 84).

É neste sentido que este autor fala de uma “sociedade civil em formação”⁹ ao longo do Império, com a criação de instituições de representação de interesses e se organizando não somente por meio de grupos de pressão, mas formulando propostas que permitem recuperar os diversos projetos existentes.

⁸ Théo Piñeiro traça uma diferença capital entre comerciantes e negociantes: “Por *Negociante*, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que exerça o controle sobre setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra”. (PIÑEIRO, 2006: 83-84). Para uma análise mais abrangente da atuação dos “Negociantes” enquanto fração de classe no Império cf. PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “*Os Simples Comissários*”. *Negociantes e política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.

⁹ Tratando do “bloco do poder” do império em que se incluíam frações dos proprietários de terras e de escravos das áreas da grande lavoura cafeeira e açucareira do sudeste do Império (e outras frações compostas por comissários, exportadores e capitalistas dos centros urbanos do litoral, “e até frações de proprietários de manufaturas e fábricas, particularmente as ‘naturais’”), Silva descreve este conjunto construtor da “nação” e manipulador do Estado, enquanto “classe dominante burguesa, em processo de formação numa sociedade de classes em formação” (SILVA, 1979: 95). É com nuances deste gênero que neste trabalho se fará referência a burguesia em formação na Bahia, ou seja, em meio a uma formação social em que elementos do capitalismo e do escravismo moderno coexistem ou se amalgamam.

Assim, conquanto o aprofundamento dos estudos sobre este tipo de organizações abra uma compreensão “mais acurada da natureza e da dinâmica do Estado Imperial Brasileiro, ao mesmo tempo em que permitirá apreender o comportamento dos diversos grupos que o integraram e lhe deram o seu caráter classista”, a institucionalização da agronomia como campo científico na Bahia pode trazer subsídios para pensar tais processos na região.

1.5. O ensino agrícola da Bahia na historiografia

Por que a primeira escola superior de agricultura do Brasil foi criada, precisamente, na Bahia? Durante a pesquisa no mestrado alguns resultados foram alcançados, e outras questões emergiram. Estudando a produção de professores e estudantes da Escola Agrícola da Bahia (EAB) em São Francisco do Conde (1877-1930), especialmente as teses de conclusão de curso, e outras fontes como relatórios, decretos, livros, artigos, revistas e suas interações com o ambiente político e científico baiano e nacional, foi possível estabelecer seu papel estratégico na institucionalização da agronomia no país.

Sua importância não se limitou à formação dos primeiros engenheiros agrônomos brasileiros. Ocorrendo num período de demarcação de especialidades, a agronomia brasileira adquiriu nova configuração. É na análise das suas formas de organização, produção e difusão do conhecimento agrônomo, que está o cerne de seu pioneirismo, além da diplomação. Num momento em que a prática de fertilização dos solos inexistia no país, a EAB marcou a institucionalização da química agrícola enquanto disciplina de ensino superior no país, constituindo-se em um dos elementos diferenciadores do engenheiro agrônomo ante outras áreas científicas.

Os destinos da EAB estiveram especialmente ligados a instituições do estado da Bahia, como a Escola Politécnica da Bahia (1896), a Secretaria de Agricultura (1896) e a Sociedade Baiana de Agricultura (1902). E alguns de seus professores e diplomados participaram de momentos decisivos na constituição da agronomia enquanto campo científico no país, como a criação e consolidação de instituições de ensino superior e de pesquisa para a agricultura e a constituição de associações profissionais.

Seu ensino partiu de três eixos básicos: o papel auxiliar conferido às ciências naturais, o vínculo entre matemáticas superiores e a engenharia, e o papel de síntese da

cadeira de agricultura, que retomava as disciplinas “acessórias”, ou seja, as ciências físicas, matemáticas e naturais, aliada ao ensino de matérias diretamente afeitas à administração como economia política, contabilidade e legislação agrária.

Apesar das mudanças de regime político (da monarquia para a República) e de estatuto da EAB (escola de nível superior, instituto agrícola com escola prática, escola média, quer federal ou estadual), ao lado da valorização da ciência como instrumento para superação dos problemas agrícolas e racionalização da produção no campo, uma constante foi identificada: a preocupação da escola de São Bento das Lages em procurar atender à clientela composta pelos filhos dos grandes proprietários (e dos filhos de trabalhadores rurais).

Ao lado da continuidade de um núcleo de engenheiros agrônomos que permaneceu na EAB, constata-se também a presença de uma mesma fração de classe dominante na condução do processo de implantação da agronomia na Bahia: as frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo Baiano.

Ainda que preliminarmente, foi possível identificar uma incontornável continuidade entre o movimento de criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e outras duas associações. De um lado sua antecessora, a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA, 1832). De outro lado, uma associação posterior (e sucessora), a Sociedade Baiana de Agricultura (SBA, 1902).

Em todas as três havia a permanência marcante de um núcleo restrito de poderosas famílias das frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo Baiano como Tosta, Calmon, Costa Pinto, Teive e Argollo, Argollo Ferrão, Pires de Carvalho e Albuquerque, Bulcão, Tourinho, Moniz Barreto que participaram de uma ou mesmo de todas estas entidades que pugnavam pela ciência por meio de associações da classe da lavoura, propugnando todas elas a recuperação da lavoura por meio da difusão dos conhecimentos científicos no campo a partir do ensino agrícola. As razões para que a Escola Agrícola da Bahia fosse a primeira do gênero no país ganharam contornos mais precisos. Poucos, todavia, haviam se lançado a um estudo detido da escola baiana de agricultura e da conexão entre aquelas três associações.

Ainda que a história das ciências no Brasil tenha passado por um processo de reformulação teórico-metodológica que lhe permitiu alcançar uma grande diversidade e surpreendente volume de atividades em ciências no Brasil antes de 1930, a Escola Agrícola da Bahia é praticamente ignorada neste movimento.

Quando se trata de agronomia, em geral, menciona-se como primeira instituição científica estritamente voltada para a agricultura do Brasil o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC, 1887) como Schwartzmann (2001: 98), ou no máximo, faz-se breves referências à escola baiana (MALAVOLTA em Ferri, 1981; MELONI, 1999). As exceções são constituídas pela tese de doutorado de Heloísa Domingues (1995) e a tese de Graciela Oliver (2005)¹⁰.

Num levantamento documental em que se destacam as leis e normas referentes ao ensino agrícola, abrangendo desde o período imperial até os cursos de pós-graduação nos anos 1960, temos uma referência breve, porém elucidativa, sobre a EAB na obra de Capdeville (1991). Este autor situa a criação da EAB junto a uma iniciativa de particulares e do governo no Império, expressa na criação de Imperiais Institutos não só na Bahia (novembro de 1859), mas também em Pernambuco (dezembro de 1859), Sergipe (janeiro de 1860), Rio de Janeiro (junho de 1860), e Rio Grande do Sul (agosto de 1861) (CAPDEVILLE, 1991: 42).

Segundo Capdeville, a composição social do IIBA apresentou o mesmo perfil dos demais Imperiais Institutos de Agricultura. Nestas associações se fizeram representar os grandes proprietários de terra, os comerciantes, a cúpula do clero, a oficialidade das Forças Armadas e da Guarda Nacional e os políticos, e um de seus principais objetivos era a criação de uma escola de agricultura (CAPDEVILLE, 1991: 43).

Para articular as relações entre as dimensões “internas e externas” das ciências, Capdeville partiu de duas justificativas básicas para o surgimento de uma nova profissão de nível superior. Isto se daria, de um lado, pela existência de uma demanda social, para satisfazer certo tipo de problema (que ele chama de “*demand pull*”), e o “crescimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos de uma determinada área do conhecimento, a qual passa a exigir dedicação exclusiva daqueles que a ela se dedicam” (CAPDEVILLE, 1991: 24-25).

Mas a presença da EAB na obra de Capdeville, no entanto, é pontual, a ponto de, para afirmar que a escola baiana era superior, toma como base uma solicitação de alunos de 1886 à diretoria do IIBA para que pudessem confeccionar um anel de formatura que representasse o grau de diplomação que alcançaram (CAPDEVILLE, 1991: 130).

¹⁰ O Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz traz na internet (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>) uma cronologia e os primeiros currículos e professores da escola.

Em termos de historiografia baiana temos, além de breves menções de sua existência por Kátia Mattoso, Walter Fraga Filho, Sílvio Humberto Cunha ¹¹, duas incursões mais densas nos trabalhos de Antonieta Tourinho (1982) e Amílcar Baiardi (2001). Particularmente o trabalho de Tourinho será analisado no próximo capítulo, mas fazemos uma breve apreciação daqueles dois trabalhos.

A dissertação de Tourinho ainda constitui leitura obrigatória. Em termos acadêmicos, é o texto inaugural sobre a Escola Agrícola da Bahia. Tourinho divide a história do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) em duas etapas (1859-1877, e 1877-1904), pondo como divisor a fundação da EAB. Inaugurada pelo IIBA em 1877, para Tourinho a EAB representou um empreendimento de formação de uma mão-de-obra especializada que, disseminando pelo Recôncavo uma tecnologia mais desenvolvida, contribuiu para a recuperação da economia açucareira. Esta formação se daria em dois níveis: operários e regentes agrícolas de nível elementar e a graduação de nível superior de veterinários e engenheiros agrônomos, tendo se concretizado apenas a última opção¹².

Para esta autora o IIBA foi criado dentro de “uma política de recuperação da agricultura em crise, provocada na área de produção por problemas de mão-de-obra, capitais e atraso tecnológico, e na área de circulação pela retração no mercado internacional e conseqüente diminuição do preço do açúcar” (TOURINHO, 1982: 7-8). Empreendimento da “elite do Recôncavo Baiano”, o IIBA reuniu, de acordo com suas conclusões, senhores de engenho, banqueiros, comerciantes, comissários de açúcar, antigos traficantes de escravos, industriais (TOURINHO, 1982: 80).

Ainda segundo Tourinho, o IIBA teve na criação da Escola Agrícola da Bahia sua maior realização, germe de todo o ensino agrícola da Bahia. No entanto, dentro do seu recorte cronológico, afirma que apenas dois de seus diplomados se tornaram professores, pouco contribuindo para a agricultura e mesmo para a história da Escola (TOURINHO, idem: 165).

Amílcar Baiardi (2001) empreende em artigo um balanço acerca da contribuição do IIBA para o aumento das exportações de produtos agropecuários da Bahia, tanto quanto para a diversificação e dinamização da agricultura de gêneros alimentícios para o mercado interno. Assim, influenciou para a reversão da crise da

¹¹ “A vida universitária era reduzida. A Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do Brasil, fundada em 1808, foi a única instituição de ensino superior da Província até 1877. Nesse ano foram fundadas a Escola Superior de Agricultura e a Academia de Belas-Artes” (MATTOSO, 1992: 673).

¹² Uma síntese dos resultados desta dissertação foi publicado na forma de artigo. TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. “A Salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages” em Revista da FAGEDUFBA. nº 4, Salvador: UFBA, 2000: 27-37.

economia agrário-exportadora e da crise do abastecimento, especialmente no período que tange à segunda metade do século XIX.

Neste sentido, este autor menciona a relevância das primeiras atividades do IIBA, em especial dos profissionais estrangeiros envolvidos com a consolidação da instituição e a articulação entre governo imperial, provincial e elite local na promoção da atividade científica voltada para a agricultura.

Em seguida analisa a performance da agricultura baiana durante o período que aponta como mais ativos do Imperial Instituto. Finalmente, empreende uma avaliação do desempenho agrícola para a exportação e o mercado interno, concluindo pela relevância da instituição não só no plano econômico, mas também científico ao constituir-se, neste *locus institucional*, a gestação de uma “comunidade de ciências agrárias” na Bahia. Este texto contribui na revisão do papel do IIBA na história das ciências como fundamental para o início da pesquisa agropecuária na Bahia.

Baiardi interrompe um silêncio sobre o IIBA que vinha desde a dissertação de Tourinho, mas articulando questões econômicas e científicas, identificando suas trajetórias específicas, sem estabelecer uma hierarquia entre elas. Diferentemente de Tourinho, que afirma ter sido pouca a contribuição dos formados pela EAB para a agricultura da província, para Baiardi,

um balanço cobrindo o período que vai de 1875 a 1911, os 36 anos de maior atividade institucional, sugere que o IIBA produziu um acervo de conhecimentos técnico-científicos, o qual contribuiu para a expansão e consolidação no Recôncavo Baiano e adjacências das lavouras da cana-de-açúcar, fumo, café e algodão, tipicamente geradoras de commodities, e de mandioca, outros tubérculos e raízes, fruteiras, legumes diversos, bem como de atividades de produção animal, voltadas, majoritariamente, para o mercado interno. (BAIARDI, 2001: 82).

Inicialmente trata da trajetória da agronomia na Europa, que se consolida em meados do século XIX (ou seja, pouco antes da criação do Instituto) em vários centros.

*Na Alemanha emergia, pela mão de Justus Liebig, o ensino e a pesquisa em química agrícola na, Universidade de Giessen. Em 1840 é publicado seu livro **Die Organische Chemie in Ihrer Anwendung**, um verdadeiro compêndio de química aplicada à agricultura” (Baiardi, 2001: 78).*

Ainda segundo Baiardi, estes novos modelos de agricultura científica foram prosseguidos por Hellriegel, Wilfarth e Edmund Ruffin. Da França, destaca a

contribuição de Jean Baptiste Dieudonné Boussingault. Na Inglaterra, ressalta o trabalho de Davy Hamphry que estabelecia relações entre a composição das cinzas da massa vegetal e a composição dos nutrientes em formas de sais, que deveriam ser incorporados aos solos quando a análise destes revelasse sua carência (BAIARDI, 2001: 78-79).

É sob influência destas inovações científicas no âmbito agrícola que surgia na Bahia, “a primeira instituição, *stricto sensu*, de pesquisa agropecuária no Brasil: o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”. Baiardi, contudo, ao afirmar que “sua construção, entretanto, somente foi finalizada cerca de quinze anos mais tarde, em 1875”, confunde a entidade IIBA com sua criação, a Escola Agrícola (Baiardi, *idem*, 78).

Baiardi traça a formação da primeira comunidade de ciências agrárias da Bahia, bem como sua trajetória institucional. O recorte temporal adotado por Baiardi extrapola a atuação do IIBA (ou seja, além de 1904), atingindo efetivamente o período em que a EAB ficou em São Francisco do Conde. Tal opção possibilitou entrever num panorama maior o impacto do IIBA em termos de atividades científicas.

Contudo, se Baiardi postula que o IIBA contava com uma biblioteca de mais de oito mil volumes, laboratórios e outras instalações, e tendo em vista que a questão central para este autor é indicar a produção de um acervo de conhecimentos técnico-científicos, “o qual contribuiu para a expansão e consolidação no Recôncavo Baiano e adjacências das lavouras da cana-de-açúcar, fumo, café e algodão”, além de conhecimentos voltados a produtos tipicamente voltados para o mercado interno, é pertinente atentar em que tipo de instalações estes conhecimentos foram revertidos em resultados experimentais relativos à seleção e à introdução de variedades, práticas de conservação do solo e controle de infestações.

O que constituía este acervo de conhecimento? Quem foram os responsáveis pela sua constituição? Qual a rede de relações políticas, pessoais e científicas mobilizadas para construir a biblioteca, os gabinetes e laboratórios? Conquanto Baiardi afirme que os egressos do IIBA tenham constituído um acervo de conhecimentos que não se restringiu às técnicas de cultivos de bens comercializáveis, mas também de lavouras visando o consumo interno, contribuindo para a diversificação agrícola no espaço do artigo tais questões não foram aprofundadas ou explicitadas.

A maior influência de Baiardi nos desdobramentos posteriores da pesquisa foi sua indicação de outras fontes, constituídas por textos elaborados por professores da

EAB que atuaram após o período aqui em foco (Fiúza, 1934 e Guimarães, 1934). Também contribuiu para buscar além de uma contribuição econômica para a Bahia, a perspectiva de que a partir do IIBA desencadeou-se a “formação de um grande número de engenheiros agrônomos e realização de atividades de pesquisa, experimentação, assistência técnica e extensão rural no Recôncavo, adjacências e até em áreas mais remotas por parte dos professores e alunos do IIBA” (BAIARDI, 2001: 82).

Em suma, diversamente de Tourinho, Baiardi sustenta, a partir de seu balanço de 1875 a 1911, que o IIBA contribuiu para a expansão e consolidação da agricultura do Recôncavo Baiano. Contudo, tanto Baiardi, quanto Tourinho enfatizam a importância dos profissionais estrangeiros junto às atividades de ensino e pesquisa desta instituição

13.

Porém, num processo que não foi nem progressivo ou linear, a institucionalização das ciências no Brasil contou não só com a atuação de profissionais estrangeiros, do Estado nos seus diversos níveis e dos grupos dirigentes locais, mas principalmente com os próprios cientistas locais, dentre os sujeitos históricos envolvidos na implantação, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas no Brasil. O trabalho de Heloísa Domingues representa este tipo de pesquisa e explica a institucionalização das ciências por meio das ações dos grupos sociais envolvidos no processo, em especial naturalistas e cientistas estrangeiros e brasileiros, e como estas ações impulsionaram, obstaram, limitaram e condicionaram o desenvolvimento de tradições científicas.

Segundo Domingues, a agricultura no Império constituiu um motor para a atividade científica e favorecia os progressos do saber na medida em que seu aperfeiçoamento dependia de conhecimentos científicos tais como a meteorologia, a mecânica, a zoologia, a fisiologia vegetal e, principalmente, a química e a botânica. Domingues detecta uma continuidade da agronomia imperial com o período colonial no que tange à atenção com introdução de plantas exóticas e pesquisa sobre espécies nativas desconhecidas.

Mas esta autora também localiza uma diferença em relação ao período que antecedeu o processo de independência política. A par da valorização das riquezas do solo e da flora do país, estas eram sempre “invocadas em contraste aos métodos agrícolas considerados atrasados, aos quais cabia às ciências mudar”. (DOMINGUES,

¹³ Para um panorama histórico da evolução da agronomia no ocidente cf. BAIARDI, Amílcar. “A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental” em MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone sul: 3º Encontro*. Campinas: AFIHC, 2004: 23-28.

1995: 65).

O atraso da produção agrícola e do país era relacionado aos métodos agrícolas do período colonial, considerados superados e incompatíveis para explorar a natureza rica, como à mão-de-obra, cuja imagem “incomodava” aos grupos dirigentes imperiais desejosos de inscrever o Brasil no seletorol das nações civilizadas da Europa.

Os escravos eram considerados ignorantes, e sua condição era considerada um impedimento para o desenvolvimento da agricultura. A idéia que a escravidão era uma mancha da sociedade que cabia aos construtores da nação destruir, seria usada também como justificativa para desenvolver a aplicação de conhecimentos na agricultura, pois as ciências eram vistas como um meio para produzir mais com menos emprego de braços. (DOMINGUES, 1995: 91-92).

(...) a aplicação de conhecimentos científicos na agricultura adquiria dupla justificativa, pois, além de argumento econômico, tornava-se um forte argumento político da ideologia da nação, uma vez que a sua aplicação prática podia fazer aumentar a produtividade agrícola com menor número de braços empregados. As ciências funcionavam como uma bandeira civilizada frente à barbárie da escravidão negra. Uma bandeira que, como se verá adiante, foi ainda mais acenada à medida em que o tempo passava. (DOMINGUES, 1995: 93).

Estas propostas de inovação da agricultura que partiam da cúpula do Estado e de instituições especializadas integravam uma política bem definida, centrada no desenvolvimento da agricultura, mediante a diversificação das culturas e do ensino agrícola, “partes integrantes do movimento de construção da nação” (DOMINGUES, idem: 101). Domingues destaca como expressões institucionais desta política de Estado foram as Comissões Científicas ¹⁴.

Na segunda metade do século XIX, Domingues observa a introdução de novas práticas científicas que, deixando em segundo plano a botânica, abriam novos campos de pesquisa no país. Também neste período dois novos elementos entram neste jogo: o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e os Imperiais Institutos de Agricultura.

Dando especial ênfase ao instituto do Rio de Janeiro, menciona a criação de congêneres em Pernambuco e Sergipe, além da exceção que se efetivou: o instituto da Bahia. É preciso frisar que esta autora localiza o parentesco entre o primeiro presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), Miguel Calmon du Pin e

¹⁴ “As comissões, organizadas desde os anos 1840, tinham a dupla finalidade de empreender conhecimentos dos aspectos físicos em geral do país, abrangendo a geografia, a geologia, a botânica, a zoologia, a mineralogia, ou a astronomia, esta última devida a relação com os aspectos climáticos diferenciados e, por outro lado, visavam travar maior conhecimento com a cultura dos povos que habitavam o interior do país. Interior que o governo projetava povoar e cultivar, e assim, foi também enormemente valorizada a etnografia.” (DOMINGUES, 1995: 155).

Almeida, marquês de Abrantes, com o presidente do IIBA na mesma época (na verdade, diretor) Antonio Calmon du Pin e Almeida, seu irmão (DOMINGUES, 1995: 209-213).

A autora ressalta que as iniciativas do IIBA na criação de uma escola de agricultura eram guiadas por preceitos científicos europeus conquanto modificados conforme as circunstâncias locais:

Os dirigentes do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não projetavam o mimetismo puro e simples das escolas européias correspondentes. Os estatutos da escola foram aprovados em 1875 e dividiam o ensino profissional da escola em elementar e superior (DOMINGUES, idem, 268).

Mas menciona as críticas feitas dois anos depois pelo Ministro da Agricultura e pelo presidente da província da Bahia sobre a predominância da teoria sobre a prática nos cursos da EAB. Ela explica tais críticas como resultado da incongruência entre as propostas político-institucionais para o desenvolvimento da agricultura regional e as demandas daquele momento (DOMINGUES, ibidem), concluindo pelo malogro da EAB apesar da contratação de naturalistas estrangeiros ¹⁵.

Ao analisar os antecedentes da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil entre 1930 e 1950, a partir do papel desempenhado por quatro escolas superiores de agricultura¹⁶, Graciela Oliver considera os Imperiais Institutos criados no século XIX como uma última etapa no processo de emergência das ciências agrícolas no Brasil (OLIVER, 2005: 38). Para esta autora, os Imperiais Institutos e suas escolas representavam uma mudança por representarem um desejo de “substituir ou transformar a figura do fazendeiro ilustrado brasileiro, isolado nos seus experimentos, num industrial orientado por engenheiros agrônomos, para a formação de uma nova nação” (OLIVER, 2005: 42).

E neste sentido, os engenheiros agrônomos formados pela EAB se formaram dentro de um currículo de escola Teórico Prática. Assim, diferenciam-se dos egressos do ensino politécnico que influenciou mais fortemente, a seu ver, a Escola de Minas de

¹⁵ “Na Bahia, a escola da Fazenda das Lages a cargo do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não parece ter obtido melhor sorte. O seu programa previa, além do ensino elementar, o estabelecimento daquele que seria um dos primeiros cursos superiores de agricultura do país. Pouco tempo depois de ter apresentado ao Governo imperial a proposta de criação da Escola de São Bento das Lages, o governo provincial, contratou para dirigir a escola, o francês Louis Jacques Brunet que trabalhava como viajante naturalista do Museu Nacional. Já a serviço da Escola, em 1872, Brunet foi enviado à Europa a fim de adquirir instrumentos, biblioteca, laboratórios e animais vivos para o ensino projetado no estabelecimento.” (DOMINGUES, 1995: 267).

¹⁶ As escolas analisadas foram: a Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais em Viçosa e Escola de Agricultura da Bahia.

Ouro Preto (1875) e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), atentando para o fato de que na EAB “seu projeto e construção tenham sido iniciados na década de 1860” (OLIVER, 2005: 42).

Ainda que sem aprofundar a análise sobre a EAB no império, conclui a partir de um balanço da bibliografia que (como ocorreu àquela), a escolha e a organização dos conteúdos das escolas enfocadas se ampararam e adaptaram em modelos institucionais externos, “de acordo com os conhecimentos e profissionais disponíveis no país e no estado do conhecimento científico na época” (OLIVER, idem: 57). Como Baiardi, destaca no período imperial a atuação de naturalistas, como Frederic Maurice Draenert, Louis Morreau e Louis Jacques Burnet (OLIVER, 2005: 40)¹⁷.

Contudo, me foi possível constatar, no mestrado, que, além de diplomar os primeiros engenheiros agrônomos do país, a EAB exerceu papel-chave na formação da agronomia enquanto um novo campo científico na Bahia e no Brasil.

Apesar de a EAB no período imperial ter sido mantida pelo IIBA, apesar de transformada em Instituto Agrícola da Bahia (IAB) pelo governo estadual (1905-1910), apesar de federalizada em 1911 ficando sob jurisdição do Ministério da Agricultura, e apesar da volta à jurisdição do governo da Bahia e do ensino superior nos anos 1920, um núcleo de profissionais permanece em São Bento das Lages.

Diversamente da bibliografia compulsada, pode-se afirmar que se tratava de uma escola plenamente inscrita no contexto científico brasileiro. Destaca-se, especialmente, que profissionais formados pela instituição participaram de momentos decisivos da constituição de um campo científico, como a fundação de instituições de ensino, pesquisa, publicações e associações profissionais.

A literatura sobre o IIBA e a EAB enfatiza sobremaneira a importância dos profissionais estrangeiros nas atividades de ensino e pesquisa. Mas um outro aspecto, até então negligenciado, diz respeito ao fato da EAB ter apresentado, de 1877 a 1930 – logo, o período compreendido por Baiardi –, um grau significativo de endogenia, com um terço de seus diretores e quase 40% de seu corpo docente compostos por seus próprios diplomados. Acrescente-se, ainda, que 70% dos diplomados pela EAB é composto de alunos oriundos do Recôncavo Baiano (ver anexos V). Daí nossa proposição, detalhada no decorrer do trabalho, de que a criação do IIBA e especialmente da EAB miraram além recuperação e consolidação da lavoura.

¹⁷ Alguns dos principais resultados desta pesquisa foram sintetizados por OLIVER, Graciela e FIGUEIRÓA, Sílvia no artigo “Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2: 104-115, jul/dez 2006.

A EAB e o IIBA integraram um movimento de recuperação e consolidação de uma fração de classe dominante de uma região particular: o Recôncavo da Bahia.

Mas voltemos aos egressos e docentes da EAB e sua participação na institucionalização da agronomia, a partir de informações constantes nos trabalhos de Sonia Mendonça. Domingos Sérgio de Carvalho, formado em 1887, foi lente do Museu Nacional, e diretor da Seção de Antropologia e Etnologia. Carvalho participou da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde sua fundação em 1897, bem como de sua Diretoria Técnica, na Seção encarregada de estudos e respostas a consultas sobre questões específicas sobre a temática do Álcool e Defesa Agrícola (MENDONÇA, 1997: 119). Teve papel ativo no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) para a transformação da instituição em S. Francisco do Conde da Bahia em escola média federal de agricultura.

Carvalho foi o principal formulador do projeto de autonomização institucional do curso federal de agronomia, ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) em vez do Ministério da Educação e Saúde. Este projeto transcendia a reformulação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV, 1913) propondo ao fim e ao cabo a remodelação de todo o ensino agrônômico federal. Conquanto Carvalho tenha sido do corpo técnico do MAIC, este projeto foi aprovado quase uma década após a morte de Carvalho, mas regulamentado praticamente na íntegra (MENDONÇA, 1998: 133-136). Por fim, foi convidado para o cargo de Secretário da Agricultura da Bahia, em 1920, gestão J. J. Seabra. Tendo recusando o convite, assumiu a Secretaria o ex-aluno da EAB e seu discípulo José Barbosa de Souza, diplomado em 1892.

Quando houve a reforma do Museu Nacional em 1911, o organizador do projeto foi Carvalho. Uma das suas principais medidas consistiu na transferência do Museu do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o MAIC, alterando-se significativamente os fins a que se destinava o museu, introduzindo explicitamente sua função escolar. Coordenando a integração de mais uma agência científica ao âmbito do MAIC, e ampliando sua esfera de influência, o regulamento explicitava, ao lado das funções de investigação científica, prestação de serviços e consultoria ao ministério, sua obrigação de promover por todos os meios convenientes a vulgarização do estudo da História Natural. As conferências voltaram a ser cursos, o museu foi novamente aberto ao público, mas destacam-se entre as novas diretrizes a realização dos cursos de especialização da ESAMV, que necessitavam de laboratórios (LOPES, 1997: 229).

Além disso, em sintonia com o Regulamento do Ensino Agrônômico de 1910, profissionais estrangeiros só podiam ser contratados caso candidatos nacionais não aparecessem ou não fossem aprovados nos concursos (LOPES, *ibidem*). Portanto, não é de surpreender o rumo da reforma do Museu Nacional em prol da agronomia.

Também diretor da SNA, o professor e diretor da EAB (1894-1898) Gustavo Dutra. Egresso da primeira turma da escola, em 1880, foi um dos autores mais regulares na produção de textos técnicos constantes da revista da SNA, *A Lavoura*, entre 1920-25 (MENDONÇA, 1997: 58). Outro trabalho de Sonia Mendonça que constitui manancial importante de informações sobre egressos da EAB como Carvalho ou Dutra é *Agronomia e Poder no Brasil* (1998). Neste livro a autora empreendeu um estudo que contrastou a Escola Superior Luiz de Queiroz (Piracicaba – SP) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Rio de Janeiro – RJ), da qual Dutra foi o primeiro diretor¹⁸.

Outras fontes também ajudaram a composição do quadro de contribuições dos formados na EAB. Pouco depois sua diplomação, seria ele o responsável pela introdução da soja no Brasil, em 1882¹⁹. Dutra foi um dos autores mais citados pelos estudantes da EAB nas suas teses de conclusão de curso, seja no período imperial, na fase da EAB-EMTP ou mesmo no retorno do ensino superior em 1920.

Em outro trabalho Mendonça nos informa da atuação do professor José Geminiano Guimarães (formado em 1886), transferido da EAB para a ESAMV, que se tornou o primeiro presidente da primeira entidade nacional da profissão, a Sociedade Brasileira de Agronomia entre 1928 e 1930²⁰.

A Sociedade Brasileira de Agronomia surge em 1927 como órgão central de organização, mobilização e coordenação das entidades dos engenheiros agrônomos no

¹⁸ Mendonça informa ainda que: “Dutra logo partiu para especializar-se na escola francesa de Grignon (...) Após ligeira passagem pela Escola em que se diplomara, na qualidade de professor, Dutra migrou para São Paulo integrando, de pronto, missão oficial designada pela Secretaria de Agricultura, incumbida de visitar os estabelecimentos de Agronomia dos EEUU e Europa no ano de 1900. Em seu retorno, após apresentação de substancial relatório, seria convidado para ocupar um dos mais relevantes cargos junto àquele órgão do Executivo paulista: a direção do Instituto Agrônômico de Campinas, onde permaneceu até 1908, sendo logo alçado à testa da Secretaria [de Agricultura do Estado de São Paulo], em substituição a Candido Rodrigues quando de sua indicação ao Ministério da Agricultura” (MENDONÇA, 1998: 126).

¹⁹ Esta informação é corroborada por uma tese de Alvinio Pires de Argollo, *Cultura da Soja*, de 1900, onde à pág.14 informa que “já em 1882 o ilustre agrônomo Gustavo Dutra fazia referências, num artigo sobre soja, no *Jornal do Agricultor* de 16 de Setembro, vol. 7, n.º168 e páginas 182 a 188 de uma cultura experimental de soja (...). O mesmo agrônomo ilustre tem feito em Campinas (Estado de São Paulo, Brasil) de cujo instituto é Diretor, culturas experimentais, de diversas variedades de soja e com muito bom êxito. Baseado nas suas observações faz propaganda desta utilíssima planta”

²⁰ MENDONÇA, S. R. *Agronomia, Agrônomos e Projetos para a Agricultura Brasileira no pós-1930*, 2005.

país. Iniciativa de um grupo de professores da Escola Nacional de Agricultura (ENA), resultante do desdobramento da ESAMV, esta associação era constituída por altos funcionários do Ministério da Agricultura e dirigentes da SNA, ou ambos.

A entidade posicionava-se como porta-voz dos engenheiros agrônomos e por sua dimensão nacional, possuía influência junto ao aparelho de Estado no que tange à agricultura (MENDONÇA, 2005: 1-4). A atuação desta Sociedade, em torno da defesa e ampliação do espaço profissional, fiscalização do exercício da profissão e a ampliação do seu quadro de associados contribuiu para a constituição de sua identidade como grupo profissional.

Na Bahia, os engenheiros agrônomos, paulatina, mas continuamente, estiveram ativos no surgimento de novos espaços educacionais, políticos e científicos. A Escola Politécnica da Bahia (EPBA), por exemplo, teve dentre seus fundadores os professores da EAB José Nuno de Barros Pereira (também da primeira turma) e Arlindo Fragoso, que seria o seu primeiro diretor (dias, 2002; Guimarães, 1972). Quando da criação e organização da Secretaria de Agricultura da Bahia, também em 1896, além de Arlindo Fragoso, igualmente seu primeiro titular, contou com egressos da EAB junto a seus órgãos.

Os engenheiros agrônomos da EAB teriam uma conduta típica de um contexto em que a especialização profissional e ampliação dos espaços institucionais contavam, além das iniciativas governamentais, com a movimentação e proposição dos próprios cientistas, interessados na sustentação de suas pesquisas e na afirmação profissional em suas carreiras. Mas, para precisar o alcance e importância da EAB, é preciso saber o que acontecia a estes agrônomos após a defesa de suas teses? Como se relacionavam com outras instituições científicas e profissionais do estado?

Pudemos identificar o destino de alguns deles, mas não aquilo que propunham, quais as suas referências, métodos e estratégias de inserção. A resposta a tal indagação pode ser obtida, haja vista que docentes e diplomados da EAB também participaram ativamente de organizações civis como a Sociedade Baiana de Agricultura (SBA) ou agências estatais como a Secretaria de Agricultura da Bahia e seu *Boletim*.

Criada em Salvador em 1902, após o Primeiro Congresso Brasileiro do Açúcar, a Sociedade Baiana de Agricultura (SBA) visava “promover e animar o progresso agrícola no Estado da Bahia, ocupando-se de tudo que se refere à cultura do solo, à criação, às indústrias rurais, às águas e florestas e à agricultura em geral”²¹. Na década

²¹ Frase publicada em todas as edições da revista.

de 1920, por meio de sua revista, *Correio Agrícola*, discutiria assuntos científicos e técnicos relativos à Agricultura e Pecuária. Declarada de utilidade pública pelo Congresso Nacional em 1924, a SBA reunia entre seus filiados membros de tradicionais famílias baianas como os Calmon du Pin e Almeida, Costa Pinto, Araújo Pinho, Muniz Barreto, Bittencourt, Tosta, Tourinho, Argollo Ferrão entre outras, e era confederada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Ocorre que os ex-alunos Dutra e Carvalho, ou o professor Draenert, ou trabalharam no Ministério da Agricultura, ou foram diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, ou ambos.

De acordo com Mendonça, entre o fim da escravidão e 1930, um movimento protagonizado por frações “dominadas” da classe dominante agrária brasileira, especialmente da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros estados como Pernambuco, empreendeu uma disputa com as frações agrárias hegemônicas, de São Paulo, sobre os rumos da agricultura brasileira, que ela conceituou como **ruralismo**.

1.6. O ruralismo brasileiro: agriculturas, ciências e raças

O movimento ruralista brasileiro envolvia a organização de aparelhos privados como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, fundada em 1897) e suas afiliadas estaduais, como a SBA, concentrando esforços em institucionalizar suas demandas no aparelho de Estado e em estabelecer instituições agrícolas. Na sua materialização este movimento político era composto por agências e agentes empenhados na criação canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, dentre os quais a meta-chave era a recriação do Ministério da Agricultura.

Extinto em 1892, no processo de descentralização republicana, passou a ser reivindicado pela SNA a partir de 1901, no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura²². Instituído por decreto em 1906, foi efetivamente implementada em 1909. Nesta campanha se evidencia a capacidade de penetração da SNA junto à sociedade política, “tendo sido decisivo em seu transcurso o trabalho de dois de seus ‘sócios-deputados’ – os usineiros Ignácio Tosta (Bahia) e Christino Cruz (Maranhão) – no nível da Câmara dos Deputados (SNA, 1906)” (MENDONÇA, 1997: 55).

O *lobby* liderado por Tosta é sintomático, segundo a autora, na medida em que o presidente honorário da SNA foi “secundado por representantes do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, em luta pela afirmação institucional de um espaço

²² De acordo com Capdeville, o Ministério da Agricultura foi transformado numa seção de uma das diretorias do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) (CAPDEVILLE, 1991).

burocrático próprio para a canalização de demandas não cafeeiras” (MENDONÇA, idem: 120).

Este processo que, simultaneamente, foi movimento político, debate de idéias e implantação de políticas públicas, expõe nuances indicadoras de segmentações no seio da classe proprietária rural, sinalizando oposições à sua fração hegemônica, por parte de “frações dominadas da classe dominante” (MENDONÇA, idem: 13). Nos estados mais destacados no resgate do Ministério da Agricultura - Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul – verifica-se também um movimento que, em meados do século XIX, culminou na criação dos Imperiais Institutos de Agricultura e de um Ministério próprio para a agricultura, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), em 1860.

No que diz respeito à Bahia, setores vinculados à SBA, à SNA e ao movimento ruralista têm interseções com o movimento de criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. São momentos históricos onde sobressai o mesmo grupo social: a “elite” política e econômica do Recôncavo. A família Tosta, por meio de Francisco Vieira Tosta, barão de Nagé, e outros três de seus membros, é uma das fundadoras do IIBA. O próprio Joaquim Ignácio Tosta foi um dos sócios mais atuantes do IIBA, entre a década de 1890 e 1902, antes mesmo de participar da fundação da SBA e ser seu primeiro presidente.

Do Império à República, a situação de proeminência das classes dominantes do Recôncavo seria abalada com a passagem da estagnação do açúcar para sua marginalização do mercado internacional, ocupando peso insignificante na economia republicana (SAMPAIO, 1998: 35).

Além disso, as demais regiões da Bahia como o Sul, a zona do Alto e Médio São Francisco e as Lavras Diamantinas passaram a se constituir em esferas políticas autônomas, participando das eleições e disputando-as com os grupos do Recôncavo (PANG, 1979: 70). Mas nenhuma destas outras regiões pôde reivindicar preponderância econômica. Foi à aristocracia política oriunda do Recôncavo e da capital, firme controladora dos maiores redutos eleitorais, conquistados e cultivados ao longo do Império que se recorreu para administrar a Bahia na República. Estes homens de influência foram cortejados para compor os quadros dos novos partidos (PANG, 1979: 70-71) ²³.

²³ Guardadas as devidas proporções e idiossincrasias, quando Gramsci tratando da aristocracia inglesa a caracterize como “velha classe agrária, que perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, sendo assimilada como ‘intelectuais tradicionais’ e como estrato

Do Recôncavo formou-se um núcleo dirigente que se distinguiu das frações de classe dominante de outras regiões do estado, engendrando um processo de diferenciação e individuação, ao mesmo tempo em que, além da direção da atividade econômica, levaram a cabo seu forjar como classe transbordando seus interesses para a organização de toda a sociedade baiana. A preparação, elaboração, organização e difusão de seus interesses e projetos foram experimentadas em espaços de classes nucleados em torno de práticas e representações científicas. Daí nossa proposição em trabalhar este núcleo não como “elite”, mas como “fração dirigente da classe”.

Nossa hipótese é de que SACIPBA, IIBA e SBA evidenciam este componente da formação da classe, especialmente se observamos a insistência em projetos e debates acerca da formação da classe operária rural baiana. As vivências comuns deste grupo social ante aos demais e aos segmentos dominados incluem não só protagonismo nos melhoramentos materiais, como o controle do processo de implantação da malha ferroviária e dos engenhos centrais e usinas. É especialmente no controle de instituições responsáveis pela produção e reprodução das representações que acabam por dirigir a conduta social, dentre elas a Escola Agrícola da Bahia, a Escola Politécnica da Bahia (1896) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894) ²⁴.

E no sentido de compreender o significado e a natureza desta direção, exercida por esta fração de classe dominante, e considerando seu empenho em lastrear sua dominação e direção nas ciências, é preciso ter em mente que um dos principais debates realizados pelas instituições científicas do período em foco ocorreu em torno da questão racial. Num contexto em que novas relações sociais de produção e técnicas produtivas são implantadas (ou desejadas), legitimadas e engendradas por novas concepções científicas, de que maneira a categoria “raça” emerge e é mobilizada no discurso do engenheiro agrônomo da EAB e da fração dirigente baiana?

De que maneira as teorias científicas foram incorporadas e reelaboradas neste universo particular que, aliás, ao fim e ao cabo, era o universo decisivo dos

dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder” (GRAMSCI, 2000: 28), problematizar a atuação coletiva destes intelectuais tradicionais baianos pode ter nas suas elaborações uma plataforma prolífica para pensar a importância de instituições culturais controladas pelas frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo seja do ponto de vista cultural seja do ponto de vista político na Primeira República.

²⁴ Sobre a trajetória da Escola Politécnica, a atuação de seus professores e egressos e o contexto político, econômico e cultural, e a institucionalização da matemática na Bahia, cf. DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres e matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. – São Paulo: [s.n.], 2002. A respeito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia cf. BRITO, Ana Clara Farias. *Diálogo entre literatos nas páginas da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. 2005.

debates de colonização e imigração – o mundo rural? Se este debate foi plasmado em instituições como faculdades de medicina e direito, institutos históricos, museus, e em suas respectivas revistas (SCHWARCZ, 1993), tal proposição adquire dupla relevância.

Primeiramente, por trazer à baila as representações e projetos acerca das raças pelo profissional com formação científica especialmente voltada para o mundo rural, e, secundariamente, por contemplar uma área científica que não é contemplada no estudo de Schwarcz.

Trata-se de um processo com dimensões políticas, econômicas e culturais, conquanto o pano de fundo dos debates em torno da categoria “raça” fosse constituído pela formação do Estado nacional, a emergência de novas relações de produção e a constituição de um grupo intelectual diferenciado:

a emergência de uma nova elite profissional que já incorporava os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social (...) adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo em que se faziam das diferenciações sociais variações raciais (SCHWARCZ, 1993: 28).

Analisando a constituição do mercado de trabalho como uma das questões nevrálgicas do movimento ruralista, Mendonça detecta ambigüidades e hesitações deste movimento ante os homens saídos da escravidão: “na ausência de outra opção que não admitir a humanidade do ex-escravo – um vendedor em potencial de sua força de trabalho – porém na impossibilidade ou recusa de generalizarem as relações contratuais entre livres compradores e vendedores de uma mercadoria”. Operou-se desta maneira um deslocamento no prisma de explicação da questão, passando da formação do mercado de trabalho e das instituições, “para os indivíduos, estereotipando-os” (MENDONÇA, 1997: 77). Em meio a esta ambigüidade, em que as classes dominantes agrárias temem e necessitam dos negros, expressar-se-ia uma institucionalização da hierarquia entre os trabalhadores:

O MAIC institucionalizaria, dessa forma, burocraticamente, não somente uma hierarquização, entre trabalhadores nacionais e estrangeiros – cabendo aos primeiros o estatuto de inferioridade em razão da marca de Caim legada pela escravidão – como também entre unidades federativas de peso político diferenciado, já que a quase totalidade dos trabalhadores de segundo tipo localizava-se ao Sul. O binômio atraso x progresso também revelava-se enquanto modalidade de incorporação da desigualdade da representação política de segmentos distintos, consagrando-se os desequilíbrios regionais. (MENDONÇA, 1997: 170).

Na Primeira República, a instituição de uma hierarquização racial pode ser localizada também no interior do discurso ruralista contra-hegemônico, acerca do fornecimento da mão-de-obra livre, uma avaliação do país centrada na idéia de “atraso”. O responsabilizado por tal “atraso” era

o tipo de homem produzido pela escravidão: ignorante, vadio e indisciplinado. Ao passo que no caso dos representantes da cafeicultura paulista igual argumento fora usado para justificar um projeto de reorganização da produção e do trabalho com base na importação em massa do imigrante estrangeiro, para os proprietários dos complexos agrários menos dinâmicos, fundamentalmente voltados para o abastecimento do mercado interno, ele serviria para legitimar propostas mais ou menos coercitivas, que evitassem a fuga ao mercado dos únicos trabalhadores com que podiam contar – os nacionais. (MENDONÇA, 1997: 77).

Em nome desses “párias lamentáveis” se justificariam as propostas de reforma rural, quando, segundo Mendonça, a grande questão se localiza na geração de impedimentos à reprodução autônoma dos trabalhadores, “garantindo sua forçosa incorporação ao circuito da produção mercantil” (MENDONÇA, idem: 78).

A adesão maior a “sugestões mais claramente repressivas quanto ao *trabalhador nacional*” (MENDONÇA, idem: 85) partiria de representantes das outrora prósperas áreas de agroexportação à falta de recursos para empreendimentos da envergadura da imigração subvencionada paulista, e “sintomaticamente secundarizados também no plano do sistema de dominação consagrado com a política dos governadores”, – a exemplo de Rio de Janeiro, Maranhão ou Pernambuco.

Englobados sob a denominação de nacionais, libertos e seus descendentes, assim como os sertanejos e caipiras, eram identificados ao núcleo da “desordem” e, como tal, passíveis de rigorosa disciplina. De forma mais ou menos violenta, era a classe sem hábitos, integradas por seres inferiores, porém laboriosa por atavismo, que se buscava domesticar por meio do discurso embebido das concepções sócio-médicas das teorias organicistas. A atitude disciplinar como instrumento de correção comportamental prevalecia. (MENDONÇA, idem: 87).

A modalidade de intervenção pública requerida pelos defensores de tais projetos, atualizando uma concepção militar de colonização vigente no segundo reinado, dava ampla autonomia concedida à iniciativa privada para a instalação de tais núcleos, ao tempo que supunha a ação supletiva do Estado, “sobretudo nas tarefas de fiscalização e vigilância das relações de trabalho a serem estabelecidas. Seria ele o fornecedor dos

técnicos encarregados da demarcação das terras privadas cedidas em loteamento, assim como o supervisor dos contratos entre proprietários e colonos” (MENDONÇA, idem: 88).

A pedagogia da “Civilização” elaborada pelos representantes dos segmentos menos dinâmicos das classes dominantes agrárias, articulados em torno da SNA, depositava na Educação as possibilidades de recuperação do homem do campo e, por conseguinte, da agricultura brasileira.

A instalação de instituições de ensino agrícola e sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior, almejava assim constituir a diversificação dos canais de formação dos segmentos dominantes, delimitando social e simbolicamente, para a massa da população rural, papel de mão-de-obra potencialmente adestrável (MENDONÇA, 1997: 91-92). Na Bahia, desde a primeira metade do século XIX que tais questões começam a ser debatidas, em associações, pela classe dominante local.

A política de arregimentação de mão-de-obra desenvolvida pelo MAIC no decorrer da República Velha se pautou, então, em “um discurso jurisdicista e institucionalizante, destinado a dar substrato à Nação pela incorporação de todos os elementos tidos como marginais a ela, sobretudo caboclos, mulatos e negros associados à recém-abolida escravidão.” (MENDONÇA, 1997: 163).

Considerando que a direção intelectual se articula em torno de valores, práticas e representações para produzir e reproduzir consenso e adesão, uma das representações centrais das publicações intelectuais e científicas em geral, no período, girou em torno de oposições como civilização e barbárie, agricultura científica e rotina, trabalhadores europeus e trabalhadores negros (invisibilizados na categoria “nacionais”). Que tipo de representações e proposições foram elaboradas por este profissional especialmente formado para mediar tais mudanças?

Em suma, o objetivo do presente estudo é compreender de que forma ocorreu a emergência da agronomia como campo científico na Bahia e como isto se vincula a um projeto de construção de hegemonia de uma fração de classe dominante em formação a partir do Recôncavo baiano. Para compreensão do proposto e do executado, do dito e do feito, o cruzamento dos artigos publicados por professores e diplomados da EAB no *Boletim* da Secretaria de Agricultura, documentação referente à Sociedade Baiana de Agricultura e as teses escritas pelos estudantes da EAB a fim de obter o grau de engenheiros agrônomos, constitui a principal via para reconstituir um conjunto de

valores, práticas e métodos socialmente apreendidos, reproduzidos e partilhados por estes novos agentes a um só tempo políticos e científicos, destacando-se a elaboração de hierarquias raciais.

1.7. Pressupostos teórico-metodológicos

As pesquisas de Mendonça (2005, 1998, 1997) tiveram um impacto para a pesquisa não apenas informativo, referente a algumas personagens e instituições, mas em termos de orientações teóricas e metodológicas. Ao comparar ESAMV e ESALQ (*Agronomia e Poder*, 1998), a autora faz este contraste na linha de Pierre Bourdieu, confrontando o *habitus* gestado por estas escolas, ou seja, o estilo de percepção e ação inculcado nos egressos desta escola através de um trabalho pedagógico que cria disposições. Mendonça situa os diferentes *habitus* como componentes de um processo de disputa de hegemonia entre frações agrárias de São Paulo de um lado e um bloco galvanizado pelos fluminenses de outro. As diferenças e divergências entre as escolas evidenciam a importância das questões de classe e de disputas intraclasse dominante, ao tempo em que destaca a formação de especialistas em agricultura formados em diferentes *habitus* como decisiva para esta disputa de hegemonia.

O trabalho de Mendonça não se inscreve exatamente no âmbito da história das ciências, mas é crítico sobre a superestimação de 1930 enquanto “marco” da modernidade, da sociedade civil e, especialmente, da origem dos saberes técnicos no país.

Indicando uma limitação da bibliografia sobre a história do ensino superior e construção do Estado Nacional, circunscrita às escolas de direito, engenharia ou medicina, Mendonça questiona se o Estado brasileiro teria prescindido de quadros formados pelas escolas de Agronomia, único ramo de fato novo do ensino superior durante a Primeira República (MENDONÇA, 1998: 15).

O ruralismo brasileiro (1997) enquanto análise da atuação das frações de classe dominante agrária subalternizadas na agroexportação e no controle do Estado pela hegemonia cafeicultora paulista, resgata o embate entre essas frações de classe dominante, do fim da escravidão até o fim da República Velha.

Mendonça inaugura um processo de revisão do significado do ruralismo, discordando de posições que insistem em referir-se ao tema partindo de analogias com matrizes teóricas fisiocráticas ou liberais, conferindo-lhe um “caráter doutrinário vago e

impreciso”. Conquanto a ênfase historiográfica fique nas semelhanças, subestimando as divergências e conflitos, apresentando

o mercado de trabalho sob estreito controle e inexistindo oposições efetivamente organizadas por parte da sociedade civil, os donos da terra – categoria tomada como conjunto aparentemente uniforme e homogêneo – tenham limitado sua ação política às coalizões intra e interpartidárias e ao clientelismo burocrático, dando a impressão de que as associações de classe seriam, até certo ponto, produtos desse processo e não também seus protagonistas (MENDONÇA, 1997: 44 – grifo nosso).

O ruralismo é “aqui tomado como um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes” (MENDONÇA, 1997: 26). Destarte, os arcabouços teóricos de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu são articulados para pensar o ruralismo numa tríplice dimensão:

- 1) enquanto um movimento na sociedade civil a partir de aparelhos privados de hegemonia como a Sociedade Nacional de Agricultura;
- 2) como um conjunto de políticas públicas incorporadas e institucionalizadas no aparelho de Estado, notadamente por meio do Ministério da Agricultura e;
- 3) como o conjunto de representações e práticas elaborados pelos intelectuais orgânicos destas frações de classe dominante, onde destaca o papel estratégico do ensino agrônômico.

A influência de Mendonça, portanto, tem duas dimensões nessa proposta, haja vista que, ao lado da formação da agronomia como campo científico, pretende-se contribuir para a compreensão do ruralismo na Bahia.

De modo mais direto, a emulação de sua metodologia tridimensional orientou a elaboração desta pesquisa no período imperial, mas se evidencia particularmente no período republicano, quando foca as relações entre um aparelho privado de hegemonia que se constitui como um canal extrapartidário privilegiado (a Sociedade Baiana de Agricultura), um órgão do aparelho estatal estadual (a Secretaria de Agricultura) e uma instituição de formação dos quadros responsáveis pela produção, organização, difusão e implementação da atividade científica e de uma ideologia modernizadora e bipolar, que opunha agricultura atrasada a agricultura mecanizada, rotina a modernização, braços nacionais negros a braços estrangeiros europeus, barbárie a civilização. Tensões e polarizações sobre as quais a história social das ciências no Brasil nos últimos anos também tem se debruçado ao estudar o mesmo período.

Partindo de uma perspectiva gramsciana de construção histórica do Estado, i.e., enquanto movimento de incorporação dos aparelhos privados de hegemonia ao Estado, faz-se preciso captar a sociedade civil na dupla perspectiva de sua relação com as condições materiais de existência, ao sistema privado de produção e também ao aspecto educador do Estado referente a estes aparelhos ideológico-culturais de hegemonia.

De acordo com Gramsci, a dimensão pedagógica do Estado se caracteriza quando este se coloca uma tarefa particular, além da regulação da produção econômica ou garantia da ordem:

precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de 'racionalização', de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e 'pune', já que, criadas as condições nas quais um determinado tipo de vida é 'possível', a 'ação ou a omissão criminosa' devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (GRAMSCI, 2000: 28).

Em seus escritos carcerários Gramsci ainda ressalta que no desenvolvimento histórico de uma classe nacional, “ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico, etc.”, desenvolvimentos indispensáveis para que o desenvolvimento no terreno econômico ocorresse (GRAMSCI, 2000:150).

Seguindo esta orientação, é possível pensar o esforço das “elites” do Recôncavo baiano em estabelecer um papel pedagógico na atuação de uma sucessão de organizações privadas que junto ao grupo social mais amplo e junto ao Estado, almejam viabilizar suas demandas e interesses.

O tempo saquarema (1986), de Ilmar Mattos é o trabalho pioneiro sobre o Império que parte de uma interpretação gramsciana para compreender e explicar os processos de construção do Estado Imperial e de constituição da classe senhorial ²⁵. Buscando demonstrar a relação necessária, conquanto histórica, entre formação da

²⁵ A analogia entre as análises vinculadas entre os processos de formação da classe e formação do Estado é possível particularmente no que diz respeito ao empenho das frações de classe dominante agrária em um movimento de restauração e expansão no Estado e através dele, dialeticamente. Em *O ruralismo brasileiro* atentar especialmente para o segundo capítulo: “*Conservar, ampliando e aumentado*” (MENDONÇA, 1997: 37-62).

classe e construção do Estado, Mattos postula a intervenção consciente e deliberada de uma força social, os “Saqueiros”.

Estes são caracterizados como os intelectuais da classe senhorial em constituição, que ampliaram o exercício da dominação desta classe forjando uma direção intelectual e moral, através da “difusão das luzes” e da promoção do “espírito de associação”. Forjando a classe senhorial e o Estado no movimento dessa intervenção, os “Saqueiros” dirigiram e organizaram a sociedade imperial escravista almejando fazer do Brasil parte do conjunto das “Nações Civilizadas”, (MATTOS, 1986: 157-158).

Seguindo trilha similar na análise do escravismo no Império e no emprego de Gramsci, Ricardo Salles, em *Nostalgia imperial* (2002), aponta a organização dos interesses da classe dominante escravista além do plano imediato da produção para a consolidação e expansão do Estado:

Para além de organizar as relações imediatas de exploração de seus escravos – e, em última assegurar a sua permanência – os senhores de escravos organizaram esta sociedade que foi a base de uma cultura, um modo de vida e um Estado próprios, numa palavra, de uma civilização particular, a civilização imperial. (SALLES, 2002: 41-42).

Referindo-se às relações estabelecidas entre este núcleo dirigente, constituição da classe e constituição do Estado no Império por Mattos, Salles afirma que foi a partir de posições privilegiadas no mercado internacional e ligações com a burocracia estatal, que os senhores de escravos cafeicultores fluminenses forjaram-se enquanto fração de classe. Um forjar “em comunhão com o aparato estatal, seja pela proximidade geográfica, seja pelos estímulos da Corte ao desenvolvimento de uma nova cultura de exportação, seja ainda pelos vínculos contraídos em negócios comuns e constituição de laços familiares.” (SALLES, 2002: 60).

Apresentando o processo de estabelecimento pelos “Saqueiros” dos interesses de um segmento de classe – os cafeicultores escravistas fluminenses - como os interesses de toda a classe, “de uma parte da região como o de toda a região e o das demais regiões”, fazendo com que os demais homens livres tomassem o monarca e o Império como referências, Mattos destaca o papel da **instrução** para o projeto de hegemonia levado a cabo pelos “Saqueiros” (MATTOS, 1986: 179).

Contudo, o estudo de Mattos, apesar de partir de Gramsci, concentra-se de tal forma na sociedade política como espaço de construção da hegemonia que pouco espaço

sobra em sua análise para um exame dos aparelhos privados de hegemonia organizados e atuantes na sociedade civil.

Neste aspecto, noutra recorte temporal (a Primeira República), Sonia Mendonça realizou no seu exame do **ruralismo** uma minuciosa reconstituição de um *movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil no nível da sociedade política tanto quanto em nível da sociedade civil.

Contrastando os conteúdos discursivos e estratégias produzidos e veiculados pelos agentes e agências privadas e estatais na re-criação do Ministério da Agricultura e das intervenções da Sociedade Nacional de Agricultura, Mendonça articula precisamente o nível da sociedade política, no âmbito de um de seus aparelhos (o MAIC); e no nível da sociedade civil com a reconstituição da formação e atuação da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por outro lado, uma das proposições teórico-metodológicas do estudo de Mattos que pode auxiliar na compreensão do ruralismo enquanto movimento histórico, particularmente na Bahia é o uso da obra de Edward Thompson. O desenvolvimento (ou tentativas) da difusão científica no campo, e de uma ideologia correlata não se formou espontaneamente, nem exclusivamente a partir da base material, ou do papel no processo social de produção, nem tampouco da importação acrítica de doutrinas científicas. A identidade de classe do grupo em questão se assentou sobre um conjunto de tradições, saberes e práticas dos conflitos sociais anteriores entre senhores e escravos.

Precisamente, em uma de suas caracterizações sobre “classe”, Thompson utiliza esta categoria para referir-se a “uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstratamente ou isoladamente mas apenas em termos de relação com outras classes” em um movimento de fricção de interesses; “e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito” (Thompson, 1998a).

Destas formulações de Thompson sobre formação de classes, pode-se acompanhar a partir da agronomia como a identidade das classes dominantes baianas, proprietários de terras e escravos, que se fazem classe senhorial e, em seguida, as frações dominantes agrária e comercial, incorporou essa experiência histórica (dirigir a institucionalização da agronomia) para nutrir seu processo de formação de classe em expressões institucionais como a SACIPBA, o IIBA ou a SBA.

A institucionalização da agronomia constitui tema privilegiado para tal demanda, na medida em que as transformações estruturais no plano sócio-econômico verificados no império, agudizados ao fim do século XIX, conformam parte determinante, mas não exclusiva, das estratégias de ação coletiva engendradas pela classe dominante brasileira. Tal estudo sobre a agronomia como campo científico envolve não só o peso de novos paradigmas científicos e procedimentos técnicos, a ascensão da química agrícola, da fitopatologia e da engenharia, etc., mas também - e principalmente - a proposição da elaboração de novas formas de controle/direção sobre o trabalhador rural, ante as transformações nas relações sociais de produção e no mercado de trabalho.

É preciso situar o apelo ao consórcio entre ciência e agricultura como dependente das mudanças na prática científica, e também de um esforço daquela fração de classe burguesa em formação de reelaborar e ampliar os seus mecanismos de dominação sobre os trabalhadores.

Os engenheiros agrônomos, ponta de lança deste movimento civilizatório da vida rural, tem na sua pauta de debate e intervenção um dos momentos em que a heterogeneidade étnica do trabalhador brasileiro alcançaria novo patamar com a imigração maciça de europeus em quantidade equivalente ao de africanos forçados à escravidão.

A presente prospecção histórica em última instância é tributária de uma tradição crítica aberta por Marx e Engels, especialmente em *A ideologia alemã*, onde “sociologicamente” explicam a formação das classes sociais a partir do processo social de produção e das posições ocupadas na divisão social do trabalho e “historicamente” se estabelecem na luta comum contra outra classe, com outro grupo fundamental.

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm de manter uma luta comum outra classe; no restante, eles mesmos defrontram-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho. (MARX, ENGELS, 1986: 84 – grifo nosso).

A par de explicarem a sociedade civil enquanto a esfera das necessidades materiais dos indivíduos, e dos interesses particulares, Marx e Engels, portanto reino

das relações econômicas e base de toda história, o sentido fundamental desta proposição se direcionava para colocar em primeiro lugar, a história da sociedade civil, e não a história do Estado. E já neste momento atentam para a divisão, dentro da própria classe dominante, entre seus membros “ativos”, ocupados com a prática da dominação, e seus membros “intelectuais”, encarregados de elaborações ideológicas.

A noção de experiência, formulado por Thompson, mostra-se prolífica na medida em que é por meio dela que se estabelece a mediação entre consciência e determinação das relações de produção. Conforme o próprio Thompson:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, em encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987: 6).

O arcabouço de Thompson é mais comumente vinculado ao âmbito de áreas como história social do trabalho, escravidão, movimento operário, estudos sobre lei, justiça e crime, estudos sobre protestos da multidão, enfim, “os de baixo” (ou para usar a expressão original, “*the history from below*”).

A centralidade da luta de classes também pode ser alcançada através de um estudo sobre a natureza e os elementos de coesão “dos de cima” na Bahia, por meio das experiências comuns vividas por este grupo em torno da instituição de uma área científica. É na medida em que suas experiências nesta esfera lhes possibilitaram sentir, identificar, organizar e mobilizar seus interesses como algo que lhes era comum, forjando valores, tradições e representações em contraposição a outros grupos de homens – os trabalhadores escravizados ou livres – que a institucionalização da agronomia lança luz sobre a história das frações dirigentes agrárias na Bahia.

Ao lado da relevância e dos benefícios da história “dos de baixo” para a nossa compreensão do passado, uma história que olhe também “para cima” esquadrinhando os mecanismos culturais de dominação de classe neste plano, enriquece nossa compreensão sobre a complexidade da luta de classes e a formação da sociedade civil no Brasil em períodos convencionalmente desconsiderados.

A recíproca influência entre formação de um campo científico e da sociedade civil na construção do Estado brasileiro conta com um antecedente exemplar nos trabalhos de Pedro Marinho, que se debruçou sobre a engenharia e os dirigentes

imperiais a partir do surgimento do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), do Clube de Engenharia e dos grupos ali representados (MARINHO, 2008; 2002).

São pesquisas que vislumbram as intersecções entre a engenharia imperial e o processo de construção da nação pelo Estado imperial, esquadrihando o processo de formação, habilitação e inserção científica, burocrática e política dos engenheiros formados no Rio de Janeiro ao longo do século XIX. A partir da institucionalização do ensino da engenharia, destaca-se o IPB como instrumento de construção da identidade, mobilização e articulação política e científica dos engenheiros brasileiros.

O aprofundamento do estudo da Escola Agrícola da Bahia, especialmente entre a sua proposição em 1859, sua implantação em 1877 e sua crise e reconfiguração após o fim da monarquia, junto a estudos como este de Marinho, trazem novas questões sobre o significado que as várias engenharias exerceram durante o segundo reinado, em especial sobre a complexificação da sociedade civil brasileira.

Para reconstituir as mediações entre os “engenheiros-intelectuais” e a sociedade imperial, e a articulação dialética entre ator social e estrutura social, Marinho também parte das formulações de Pierre Bourdieu para focar os processos de diferenciação e especialização e estruturação da engenharia enquanto um espaço de luta pelo monopólio da autoridade científica (MARINHO, 2002: 24).

Bourdieu e Thompson, cada um estudando os limites e possibilidades da tensão entre estruturas sociais e capacidade de autonomia dos sujeitos históricos ²⁶, partilhando alguns referenciais marxistas (ainda que em densidade bastante distinta), podem, junto ao conceito de ruralismo brasileiro (MENDONÇA) e à história social das ciências, formar um conjunto teórico-metodológico coerente para uma análise histórica dos processos reais de formação, embates, conflitos sociais na Bahia e em uma forma particular de organização estatal (no plano estadual) e numa configuração particular de um campo científico.

Considerando que os engenheiros agrônomos baianos formados na EAB (doravante, eabianos) foram majoritariamente empregados *no* e *do* Estado – assim como outros profissionais de formação superior na época –, ao lado das possibilidades

²⁶ Apresentando a coletânea *Pierre Bourdieu*, Renato Ortiz afirma que se Sartre define a mediação entre sujeito e história no conceito de projeto, sublinhando a especificidade de uma ação colocada no tempo futuro, para a elaboração de uma teoria da prática “Bourdieu recupera a velha idéia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado” (ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*, 1983: 14). O *habitus* de Bourdieu conforma e orienta a ação, “mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram. (...) ele propõe uma teoria da prática na qual as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global”. (ORTIZ, idem: 15).

heurísticas do conceito de campo científico, também Bourdieu agrega teoricamente o pensar a relação dialética entre agentes e Estado no seu fazer-se histórico em um *campo* do poder.

Reformulando a definição de Weber para Estado como uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado, Bourdieu diz “que o Estado é um X (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 1996: 97).

Conquanto tenha como uma de suas preocupações centrais o estabelecimento de “invariantes na variação”, Bourdieu vislumbra na reconstrução da gênese, na dimensão histórica, o instrumento de ruptura mais poderoso para superação de um pensamento de Estado que lhe aplica categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo próprio Estado, compreendendo sua instituição arbitrária (BOURDIEU, idem: 91).

A dimensão histórica do programa de pesquisa de Bourdieu pode ser localizado na sua atenção para as condições materiais e institucionais que presidem à criação e transformação de aparelhos de produção simbólica. Os bens simbólicos elaborados por tais aparelhos não são vistos como meros instrumentos de comunicação e consenso ou conhecimento, mas também como instrumentos de poder, na medida da legitimação da ordem vigente. A lógica mais profunda do mundo social só pode ser capturada “submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la” (BOURDIEU, 1999: 15).

O conceito de “campo científico” pode ser entendido como um conceito adequado a uma investigação histórica na medida em que é da hierarquia das áreas, das obras e das competências legítimas momento a momento no tempo em que se pode apreender a evolução da estrutura das relações de força simbólica.

Definindo *capital simbólico* como “uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996: 107-108), a luta pelo controle da construção do Estado é a construção do *campo do poder* no qual os detentores de capital (de diferentes espécies) lutam *particularmente* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente através de sua instituição escolar) (BOURDIEU, 1996: 100).

Particularmente na concentração do capital de força física, exige-se do Estado sua afirmação em dois contextos distintos: “no exterior, em relação a *outros Estados*, existentes ou virtuais (os príncipes concorrentes), na e pela guerra pela terra – que impõe a criação de exércitos poderosos; no interior, em relação aos contra-poderes (príncipes) e a resistências (classes dominadas).” (BOURDIEU, 1996: 101).²⁷

Numa aproximação com a problemática gramsciana da coerção e do consenso, Bourdieu coloca que a “concentração das forças armadas e dos recursos financeiros necessários para mantê-los não funciona sem a concentração de um capital simbólico de reconhecimento, de legitimidade”, indicando na instituição do imposto uma das chaves para a explicação da legitimação do Estado. Tal questão careceria de análise em detalhe da passagem progressiva do imposto “de um uso 'patrimonial' – ou 'feudal' (...) a um uso 'burocrático' como 'despesas públicas', transformação que é uma das dimensões fundamentais da transformação do Estado dinástico em Estado 'impessoal'.) Só progressivamente se passa a ver no imposto um tributo necessário às necessidades de um destinatário que transcende a pessoa do rei, isto é, esse 'corpo fictício' que é o Estado.” (ibidem: 102).

Considerando o debate historiográfico sobre o caráter “gelatinoso” ou não da sociedade brasileira após a independência, temos na criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos Imperiais Institutos de Agricultura, em meados do século XIX, um momento privilegiado para compreender a paulatina e problemática transformação do Estado “patrimonial” em “impessoal”.

Por fim, a este conjunto de questões a que se testar uma hipótese sobre as primeiras organizações de classe voltadas para a agricultura. Antecedendo a movimentação de instituições como a SNA e a criação do MAIC, ou seja, “as primeiras tentativas de organização da *classe agrícola*” não tiveram lugar com os *clubes da lavoura*²⁸, no ocaso do Império, mas na criação de um conjunto de canais de representação da “boa sociedade” (a classe senhorial e seus intelectuais orgânicos) das províncias em meados do século XIX: os Imperiais Institutos de Agricultura.

Há que se considerar que Mendonça destrincha, na movimentação das frações “dominadas” da classe dominante agrária na Primeira República, um salto qualitativo

²⁷ Neste sentido, o caso de formação do Estado brasileiro, *grosso modo*, tem entre as pressões da nova “metrópole” inglesa e a massa de escravos e livres estas duas forças fundamentais. Ver os conceitos de “construção do Estado imperial” (MATTOS, op.cit.) e de “Civilização Escravista” (Salles, op.cit.).

²⁸ “As primeiras tentativas de organização da *classe agrícola*, teriam lugar ainda no ocaso do Império, intimamente correlacionadas ao fim da escravidão, mediante a criação dos *clubes da lavoura* na região centro-sul, numa clara tentativa de controle sobre as mudanças em curso”, seguidos dos Comícios Agrícolas. MENDONÇA, 1997: 41.

em sua organização, desenvolvendo estratégias de controle dos aparelhos de estado pelos “complexos econômicos regionais de dinamismo variável e diferentemente contemplados no bloco no poder”. As *oligarquias bagageiras* empreenderam de forma incisiva a multiplicação de agências da sociedade civil, para inscrever e institucionalizar suas demandas junto a aparelhos de Estado, interferindo em sua configuração. (MENDONÇA, 1997: 40).

A despeito desta presente pesquisa se tratar de um trabalho em escala distinta, o acompanhamento de tal metodologia de pesquisa implica que compreender o Estado é compreender a sociedade civil, é ampliá-lo, cabendo verificar quem são os grupos ou agentes sociais, as classes ou frações a que se vinculam, e o que disputam junto a cada órgão público (MENDONÇA, 1998b: 22).

Há que verificar-se, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses destes grupos? Quais os demais grupos na sociedade civil que possuem representantes, ainda que em posição não hegemônica, dentro de cada órgão? Somente assim será possível explicar o porque de determinada política pública e não outra; ou ainda o porque de duas políticas distintas superpostas, emanadas de órgãos do Estado distintos. (MENDONÇA, 1998b: 22-3).

Pode-se afirmar que Mendonça em *Ruralismo brasileiro* (1997), *Agronomia e poder* (1998) e *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)* (2002) elaborou uma abordagem tridimensional balizada pela concepção gramsciana de Estado. Esta abordagem busca superar o esquematismo dicotômico que ou institui o Estado como sujeito ou como objeto de grupos e/ou classes, para problematizá-lo como “produto do permanente e contínuo entretecer de embates entre grupos sociais distintos” (MENDONÇA, 2002: 9)²⁹.

Para pensar o Estado no Brasil, Mendonça indica como essencial verificar, “em cada momento histórico, o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, analisar como as formas próprias de organização da sociedade articulam-se **no e pelo** Estado”, através da atuação de seus agentes e interesses (MENDONÇA, 1998: 22).

²⁹ Noutro momento, esta marca gramsciana desta trilogia fica patente na recusa de um marxismo mecanicista, em que o Estado nem é visto como objeto, nem como pura coerção ou violência, nem como pura ocultação ideológica, em prol dos interesses exclusivos das classes proprietárias: “O Estado – integrado pela sociedade civil e pela sociedade política – tem uma **outra dimensão**, para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão é, para Gramsci, a **cultura**.” (MENDONÇA, 1998b: 21 – Grifo da autora).

Destacando sob um discurso aparentemente monocórdio, divergências e posições distintas, a autora não deixa, contudo, de identificar um arsenal discursivo comum nestas disputas “cujo escopo consensual era atualizar a *vocação agrária do país*” (MENDONÇA, 2002: 89).

Atentando para o vínculo entre sociedade civil e Estado para entendermos como a dominação se inscreve em todos os espaços sociais, “educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos”, Virgínia Fontes aponta a relevância do trabalho de Mendonça na medida em que

apontou como, precocemente, setores considerados como ‘atrasados’ pela historiografia dominante organizaram-se em aparelhos privados de hegemonia, estabeleceram uma pedagogia própria e agências para sua difusão e, finalmente, penetraram no Estado, capacitando-se a disseminar suas reivindicações específicas, transpostas como ‘fala nacional’. Conseguiram a instauração de um ministério – o qual, (...) os capacitaria a ‘nacionalizar’ temas caros a esses grupos e a institucionalizar certos procedimentos, naturalizando-os. (FONTES em Mendonça, 2006: 273-274).

Guardando ainda de Fontes que tal trabalho de produção de consenso e convencimento se consolida dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias no Estado, e vice-versa, fortalecendo e consolidando determinada direção na sociedade civil, a análise de algumas instituições científicas como aparelhos privados de hegemonia pode evidenciar que a precocidade da organização destes setores “atrasados” pode ser maior do que se pensava.

A ampliação do Estado quer no período imperial, quer na Primeira República, exige, que se leve em conta a incorporação de aparelhos da sociedade civil, como na relação entre os Imperiais Institutos de Agricultura e o MACOP, ou entre a Sociedade Nacional de Agricultura e suas afiliadas e o MAIC.

Ao longo do século XIX, o grupo baiano em foco, junto aos agrônomos, empenhando-se desde o Império a ser mais que classe dominante, mas também classe dirigente, educadora do consenso, formando um pequeno, mas influente, conjunto de atores educados numa árdua tradição intelectual e protagonista da “vocação essencialmente agrícola do país”.

Problematizar a formação da burguesia baiana numa chave ampla, contemplando todo o grupo social extrapola os limites do presente trabalho. O estudo de um aspecto circunscrito - os projetos culturais e científicos ligados à agricultura - e algumas das expressões institucionais do “Estado-Maior” da classe abrem perspectivas, contudo, para estudos mais abrangentes da formação da classe dominante na Bahia. Por

ora, acompanhemos um processo em que se esboça uma direção intelectual e política sobre toda a Bahia, as hesitações, os mecanismos experimentados, os recuos e as objeções a estes propósitos hegemônicos. À medida em que a hegemonia é ensaiada.

ererererererererer

Capítulo 2

Escola de Agricultura na Bahia enquanto Projeto (1812-1875)

O tema deste capítulo são as movimentações para criar uma escola de agricultura na Bahia focando duas associações: a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia (SACIPBA) e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA).

A principal fonte para alcançar as atividades e proposições da SACIPBA foi o seu periódico, o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*. Antes de tratar da SACIPBA, traçaremos um panorama da agricultura ilustrada na Bahia, e a atuação de alguns membros desta entidade antes de sua criação. Especial destaque foi dado à proposta de criação de um curso de Agricultura através de Carta Régia de D. João VI (1812).

As atividades do IIBA serão analisadas compulsando um conjunto de fontes mais diversificado, passando pelas atas da Diretoria do Imperial Instituto, seu livro de representações a Pedro II, um periódico (*O Agricultor Bahiano*) e Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1889).

Nestes diferentes momentos, a instituição da agronomia na Bahia será contrastada com a história e a historiografia do período afim à temática, em especial sobre processos similares no Rio de Janeiro.

2.1. Agricultura ilustrada no Brasil e na Bahia

Ao fim do século XVIII, intelectuais brasileiros formados nas principais universidades européias, especialmente em Coimbra, a partir de 1772, mas também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo, constituíram uma geração que participou da Independência e protagonizou os primeiros esforços de adaptação da cultura ilustrada e científica da Europa no século XVIII: a geração ilustrada do Brasil. Expressando um daqueles raros momentos em que a elite intelectual e os interesses materiais das camadas dominantes da colônia se identificaram de forma explícita, nesse movimento de estudiosos dedicados majoritariamente às ciências naturais, o fomento do progresso material e das condições de vida dos homens foi resultado de uma política de Estado, de acordo com Maria Odila Dias (2005 [1968]).

A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do 'quinto', os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em razão de desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas. Data desse período a introdução do fumo da Virgínia na Bahia. (DIAS, 2005: 49)

Interessada na relevância desta política e da atuação de estudiosos luso-brasileiros para a história social, política e cultural, bem como para a história científica do Brasil no raiar do século XIX, Odila Dias articula os interesses materiais da “elite rural brasileira” e a atuação dos governos com a atuação destes intelectuais. Vários baianos participaram deste movimento que ensaiou a diversificação da agricultura e introdução de novas técnicas e instrumentos de cultivo. Vejamos alguns destes “agricultores ilustrados”.

Domingos Borges de Barros, de Santo Amaro, futuro visconde de Pedra Branca, é o primeiro mencionado como “agricultor ilustrado”. As viagens de Borges de Barros pela Europa visavam informar-se das “últimas invenções e processos úteis” para introduzir em sua terra natal (DIAS, 2005: 46). Borges de Barros registrou as viagens de baianos à Europa como Alexandre Gomes Ferrão, que lhe precederam (DIAS, 2005: 46-47). Veiculando a superioridade das ciências ante as artes, Borges de Barros publicou uma série de memórias e trabalhos de cunho prático, escritos para *O Patriota*, primeiro periódico no Brasil depois de *A idade de ouro* do Conde dos Arcos, advogando a introdução de plantas para abertura de novos ramos de comércio ³⁰.

Borges de Barros realçava, num rasgo típico de sua geração, a utilidade dessas informações para o Brasil. Morando em Paris, e querendo prestar serviços à sua terra, procurava entrevistar-se com inventores e especialistas e divulgar estudos para serem aproveitados pelos brasileiros (DIAS, 2005: 84).

³⁰ “Memória sobre a plantação e fabrico do urucu. *O Patriota*, n.1, janeiro de 1813, p.34; Noções sobre a cultura e o fabrico do Anil. *O Patriota*, n.2, fevereiro de 1813, p.15; Notícia acerca de vários carros de transporte. *O Patriota*, n. 4, abril de 1813, p.68; Memória sobre o café, *O Patriota*, n. 5, maio de 1813, p. 3; Sobre o meio empregado pelos chins para a propagação das árvores frutíferas. *O Patriota*, n.3, setembro de 1813, p.20; Sobre o método de branquear a cera em Limonges. *O Patriota*, n.3, setembro de 1813, p.49; Memória sobre os muros de apoio ou muros que servem para sustentar as terras. *O Patriota*, n.4, outubro de 1813, p.70.” (DIAS, 2005: 47).

Outro intelectual que foi objeto de incentivo e motivação pela metrópole foi o futuro Intendente-geral das minas de ouro e diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Câmara foi encarregado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João VI, para proceder a exames de História Natural, à introdução de novas plantas e especiarias como a fruta-pão, a cochonilha, o linho cânhamo e especiarias como a pimenta e a canela (vindos do Pará), bem como de pesquisas mineralógicas e divulgação de “métodos adiantados de cultivo e adubagem, assim como de novos processos para máquinas e fornos” na Bahia, entre 1800 e 1807 (DIAS, 2005: 65-66)

Também aqui se insere a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira; apesar do caráter excepcional que adquiriu como primeira expedição científica, convém lembrar que se inseria em toda uma messe de roteiros e informações, recolhidos por D. Rodrigo de Souza Coutinho e pelo ministro Martinho Melo e Castro. Esses relatórios de viagem devem ser estudados como mais um aspecto da tomada de contato dos brasileiros com a realidade de sua terra, embora não se destinassem a ser divulgados, mas apenas servir de instrução ao governo, dada a política de sigilo e a intenção de Portugal de manter o Brasil fechado para o mundo (DIAS, 2005: 70-71)

Esta política de inovações e de reformas, este movimento de incentivo da produção de matérias-primas no Brasil, envolto à influência de princípios fisiocratas, da decadência do ouro e da volta à prioridade para a agricultura, era determinada sobretudo, pela necessidade de formar os elementos indispensáveis à administração da Colônia e reinserção de Portugal na Europa que se industrializava. Assim, os estudos mineralógicos de baianos como Baltazar da Silva Lisboa, de Agostinho Gomes, ou nela fixados como Ferreira da Câmara, diziam respeito aos ensaios sobre a indústria siderúrgica no Brasil ³¹.

Alguns destes ilustrados não somente divulgaram técnicas européias, mas buscaram experimentá-las e adaptá-las, algumas vezes com êxito na capitania da Bahia. Em 1807, por exemplo, Ferreira da Câmara voltou-se ao aperfeiçoamento das fornalhas dos engenhos, a fim de economizar dois terços do combustível de lenha, à construção de um canal condutor para operação da moenda e levada, suprimindo o trabalho de setenta cavalos, também obtendo êxito na promoção da cultura da fruta-pão, das jacas, e do

³¹ “Manuel Ferreira da Câmara, intendente das minas de ouro e diamantes, encarregado de examinar as minas de Vila Rica e Tejuco, tinha o ferro como o verdadeiro mineral da Real Fazenda. (...) Em 1813, Baltazar da Silva Lisboa foi encarregado pelo Conde dos Arcos, então governador da Bahia, do exame de uma mina de carvão descoberta algumas léguas ao norte de Salvador, nas proximidades do Rio Cotegipe (...) Francisco Agostinho Gomes chegou a fundar uma companhia, com vários outros brasileiros, para a fundição do cobre e ferro encontrados nas cercanias de vários outros distritos da Comarca da Bahia, projeto frustrado pelas suas próprias dimensões” (DIAS, 2005: 87).

trigo entre outras plantas. Francisco Agostinho Gomes investiu com recursos pessoais na propagação da pimenta da Índia e em bolsas de estudo na Europa, tendo também por conta própria importado máquinas e instrumentos agrícolas (DIAS, 2005: 92). Caldeira Brant aclimatou algumas raças bovinas européias “e adotou o engenho a vapor, que o Conde dos Arcos trouxera para o Brasil nos fins do século”, além de introduzir a vacina contra a varíola em 1804 (DIAS, idem).

É preciso ressaltar, contudo, que estes “filhos em sua maioria da elite rural brasileira, nunca pretenderiam um liberalismo democrático”. Suas propostas reformadoras eram sempre no sentido de orientar a Coroa portuguesa e não romper com ela. Sua atividade científica trazia, nas palavras de Dias, “o selo do despotismo ilustrado”, que impulsionara estudos científicos de finalidade prática, principalmente de mineralogia e história natural, em detrimento de estudos políticos e filosóficos, “sempre mais perigosos para os antigos privilégios e para a ordem constituída” (DIAS, idem: 102-103).

Nesta ordem, a despeito de todo o esforço destes ilustrados em demonstrar e expressar sua cultura européia, onde fica patente a aspiração de em “querer a cada página lembrar e afirmar a sua participação na comunidade de sábios e ilustrados de seu tempo”, era a exploração de africanos escravizados que sustentava o sistema.

Estas pessoas feitas propriedades de outros homens, cuja vontade era subordinada à autoridade de seu dono, cujo trabalho se obtinha mediante coação e que podiam ser transmitidas por herança, venda, doação, aluguel, etc., transformados, legalmente, em “coisas”, eram incapazes juridicamente. Mas só em parte, pois esta “incapacidade jurídica não era acompanhada pela incapacidade penal: pelo contrário, ao escravo estão reservados os castigos mais duros e a tortura” (CARDOSO em Linhares, 1996: 91).

Se a fuga, a resistência e a revolta desde o início eram inseparáveis da escravidão, entre 1701 e 1810 cerca de 1.891.400 africanos foram desembarcados em portos da América portuguesa (CARDOSO, idem: 94), e as fugas, as resistências e as revoltas em Salvador e seu Recôncavo se tornaram quase anuais³². É preciso aqui fazer um parêntese e olhar com vagar como o açúcar produzido por esta população escravizada o Recôncavo Baiano se insere no mercado internacional nesta conjuntura de ilustração.

³² “Entre 1808 e 1835, revoltas e motins são praticamente anuais. Contudo é a revolta de 1835 que deixa, por razões distintas, uma lembrança indelével nos brancos, ou pretensamente brancos, e, ainda mais, nos negros” (MATTOSO, 2005: 23)..

Neste momento em que a Bahia foi palco de uma série de iniciativas para que o conhecimento científico se imiscuísse ao processo de produção agrícola, especialmente entre 1787-1821, tratava-se de uma fase próspera para a província. A produção açucareira, neste momento, é impulsionada pela redução paulatina de taxas que caracterizavam o “regime exclusivo” do mercantilismo colonial, e que incidiam sobre a produção e a exportação do açúcar.

As guerras da Revolução e do Império francês, e a desorganização da produção nas Antilhas (Haiti e Jamaica), favoreceram as exportações baianas. A esta conjuntura internacional favorável, adicione-se o papel exercido a partir da década de 1780 pela Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco do governo português, que supervisionava a qualidade dos vários tipos de açúcar exportados e a homogeneidade do peso nas caixas em que eram remetidos. Kátia Mattoso assinala que na década de 1810 houve um incremento na introdução de novas variedades de cana-de-açúcar (MATTOSO, 1992: 572) o que vai ao encontro da análise de Odila Dias.

Mas este “boom” açucareiro após a revolução negra haitiana, a expansão dos engenhos e concomitante intensificação das demandas sobre os trabalhadores escravizados, junto a períodos de escassez de alimentos e de mudanças e agitações políticas criaram um ambiente propício a revoltas, na visão de Stuart Schwartz (1988: 380-381).

Fossem as mudanças em curso na Europa ou a revolução haitiana, de acordo com Schwartz os escravos haviam distinguido claramente a conexão lógica entre sua situação e estes movimentos. Igualmente ou mais atentos ainda, os proprietários de escravos e os administradores coloniais temiam as implicações na difusão de tais notícias seja sobre a população escravizada ou, principalmente, sobre a população de cor livre.

Nos anos iniciais do século XIX, os ataques e revoltas intensificam-se, organizando-se segundo linhas étnicas, aproveitando as distrações do ciclo religioso (SCHWARTZ, 1988: 385-388), com conflitos especialmente intensos nos anos de 1813 a 1817. Tal onda de insurreições escravas pôs os proprietários de escravos baianos e o Conde dos Arcos em conflito direto acerca do melhor método de controle da escravaria.

Dentro do campo da história intelectual, Rafael Bivar de Marquese (1999) ao analisar as idéias sobre a administração escravista do século XVII ao século XIX, localiza na geração dos ilustrados uma alteração profunda no campo discursivo dos tratados agrônômicos. Até a primeira metade do século XVIII, estes se basearam na

noção de *governo da casa* e, nesse campo, prenderam sua atenção “primordialmente na normatização das relações sociais presentes na *oikos*, não havendo nenhuma preocupação em prescrever medidas para a maximização da produção” (MARQUESE, 1999: 102).

Da segunda metade do século XVIII em diante, a propriedade rural cada vez mais deixou de ser entendida isoladamente e passou a ser apreendida e explicada enquanto unidade produtiva imbricada a circuitos mercantis mais amplos, o que por seu turno teria influência decisiva nas concepções de funcionamento de cada exploração.

Neste esquema conceitual, a propriedade rural não era mais encarada apenas como a casa do senhor, mas como negócio privado em que o proprietário se encarregaria de maximizar os fatores de produção, i.e., terra, instrumentos de trabalho e, especialmente, a mão-de-obra.

Afirmando que “as prescrições sobre a administração dos escravos elaboradas pelos autores da ilustração luso-brasileira não deitaram raízes no mesmo solo dos textos dos religiosos da primeira metade do século XVIII”, Marquese considera a conjuntura econômica internacional favorável ao açúcar do Brasil, com a desestabilização da produção haitiana, sendo percebida pelos intelectuais brasileiros como uma oportunidade. Esta sensação de oportunidade, todavia, era acompanhada de uma atitude menos tolerante com os homens de cor livres e um medo generalizado de revoltas escravas.

Desta maneira, a necessidade de controlar o escravo constituiu um dos pilares fundamentais da agronomia ilustrada. Entre visões ambíguas da escravidão negra, ora enxergada como perigo para as classes dominantes, ora como fonte de recursos para os senhores escravistas e administradores, foi ao lado das propostas de vigilância e controle do corpo escravo e de incentivo de relações matrimoniais estáveis entre os escravizados (MARQUESE, 1999: 131) que surge a primeira proposição de criação de um curso de agricultura no Brasil, mais exatamente, na Bahia.

2.2. Cadeira de Agricultura, um curso para a Bahia (1812)

A crença na capacidade da ciência em promover o progresso material, e o desejo de integrar o Reino Unido na cultura ocidental, buscando romper com a estagnação produtiva tem, numa Carta Régia de D. João VI de 1812, a expressão de que era necessário animar o surto de novas culturas e difundir a ciência no Brasil. Para atingir tais objetivos e materializar aquela crença, criar uma cadeira de agricultura

significava um voltar-se do reino para “a primeira e inexaurível fonte de abundância” das nações, sendo nomeado o já citado ilustrado baiano Domingos Borges de Barros.

CARTA RÉGIA – DE 25 DE JUNHO DE 1812
Cria na cidade da Bahia um curso de Agricultura

*Conde dos Arcos, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu, o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquele que amo. Sendo o principal objeto dos meus vigilantes cuidados o elevar ao maior grau de opulência e prosperidade, de que forem suscetíveis pela sua extensão, fertilidade e vantajosa posição, os meus vastos Estados do Brasil; (...): hei por bem que debaixo da vossa inspeção, (...) se estabeleça imediatamente **um curso de Agricultura na cidade da Bahia** para instrução pública dos habitantes nessa capitania, e que servirá de norma aos que me proponho estabelecer em todas as outras capitanias dos meus Estados³³.*

E conforme as “Instruções provisórias para o ensino de Agricultura, orientado pela Carta Régia de 25 de Junho de 1812 ao Governador e Capitão General da Bahia”, muitas eram as atribuições do professor desta Cadeira de Agricultura. Com abertura de dois em dois anos, este professor teria direito a “todas as honras, privilégios e isenções concedidas aos Lentes da Academia Militar do Rio de Janeiro pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810”.

Em compensação, a abrangência de sua atuação dificilmente poderia ser levada a cabo por uma única pessoa. Cabia-lhe explicar, no primeiro ano, princípios de botânica, química e medicina, “indispensáveis à inteligência da bem entendida cultura, e economia, e arquitetura rural”. Já no segundo ano junto à explicação dos princípios de agricultura, e da “aplicação das doutrinas do 1º ano a esta ciência”, deveriam ser ensinadas o aperfeiçoamento das culturas indígenas e exóticas. Particular atenção devia ser dada à “invenção e prática dos melhores métodos, instrumentos e máquinas que se usam na lavoura e suas fábricas”. O fim do curso passaria pela explicação dos “diferentes métodos de propagar os vegetais, a física dos bosques, o corte e reprodução das matas, os prados artificiais, a criação dos animais e o aproveitamento dos seus produtos” (*Instruções*, art.2.º).

A par de tal conteúdo, o professor da Cadeira ainda deveria fazer “passeios literários para exercício prático de seus ouvintes pelas terras cultivadas nos subúrbios da Bahia” (*Instruções*, art.3.º); organizar os compêndios das doutrinas até 1818 para

³³ JOÃO VIa. “Carta Régia de 25 de junho de 1812 - Cria na cidade da Bahia um curso de Agricultura” em SNA. *LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL*. Volume III. Fim do primeiro período. Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.245.

servirem nos futuros cursos de Agricultura “que devem e houverem de estabelecer nas outras capitânicas” (*Instruções*, art.5.º); ser “incumbido da direção, formação, cultura, e economia do Jardim Botânico, que deverá servir de escola de agricultura” (*Instruções*, art.6.º), viajar anualmente pela Capitania, sendo obrigado:

1º a observar o estado da agricultura; 2º a conferenciar com os lavradores de melhor inteligência e habilidade, buscando desarraizá-los de abusos e má rotina, e substituindo-lhes os bons e proveitosos conhecimentos agrônômicos, ensinando-lhes o uso e manejo de instrumentos e máquinas tendentes a economizar e melhorar o seu trabalho, e aumentar o seu produto; 3º a indicar-lhes segundo a natureza e localidade do terreno, o gênero de plantação mais apropriado e interessante. (Instruções, art.8.º).

Dentro ainda de suas obrigações estava organizar o Gabinete de modelos e máquinas rurais, de Mineralogia e de Botânica a serem usados no ensino, além de “entreter correspondência precisa para as adquirir”, distribuir pelas Câmaras da Capitania “todas quantas sementes recolher no Jardim das plantas”, e anualmente “escrever o resultado de suas observações, (...) e assim também as medidas e providências que houver dado, e finalmente sua opinião acerca do progresso da lavoura territorial, e melhoramentos praticáveis” (*Instruções*, art.10.º).

A cadeia hierárquica de autoridades no sentido de “prestação de contas”, desde o professor até o monarca, passava do Governador e Capitão General, “Inspetor do Curso de Agricultura, para este o fazer presente a Sua Alteza Real pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil”, bem como à Real Junta do Comércio estabelecida em Salvador (*Instruções*, art.9.º).

O artigo 7º das Instruções autorizava o mesmo professor “a apresentar ao Governador Inspetor do curso da agricultura um plano de Sociedade para prover a agricultura e artes que lhe são relativas, por contribuições voluntárias”, da mesma forma que as estabelecidas “nas nações mais civilizadas”, criando destarte fundos para o estabelecimento do Jardim Botânico, da coleção de instrumentos e máquinas, prêmios “aos que se distinguirem em invenção ou melhoramento da cultura e fábricas rurais”, além da impressão de memórias sobre “conhecimentos agrônômicos”, além das despesas das viagens que deve fazer pela Capitania.

Este artigo também previa a instituição de contribuições voluntárias, bem como a implantação de uma taxa: “o produto anual da multa de 400 réis, sobre as arrobas excedentes ao peso taxado dos rolos de tabaco até agora recebido pela mesa da Inspeção da cidade da Bahia” (*Instruções*, art.11º).

À Carta Régia de 1812, criando a Cadeira de Agricultura na Bahia, seguiu-se outra de 28 de janeiro de 1817, “Cria na cidade da Bahia uma cadeira de química”. (SNA, 1910). Nenhuma delas chegou a ser implantada na Bahia, mas mesmo assim ajudam a entendermos a emergência e consolidação de um discurso em que a primazia conferida à agricultura se faz acompanhar da defesa da difusão dos “bons princípios agronômicos”, “dos processos e máquinas rurais”, bem como da crítica à rotina que estorva a produção na concorrência nos mercados da Europa.

Especialmente relevante é a proposta considerando que uma cadeira de agricultura baseada neste projeto foi criada na Corte em 1812, após a criação do Horto Real, futuro Jardim Botânico do Rio de Janeiro (DOMINGUES, 1995: 37), pondo o horizonte das relações entre Estado e ciência como um caso de política.

A valorização econômica dos produtos agrícolas e a crença na prodigalidade do solo brasileiro marcaram o domínio da botânica na agricultura do início do século XIX. À valorização dos produtos originários do país, passíveis de ganhar o mercado externo, seguiu-se a progressiva ênfase na prática botânica e, relevando-se o caráter útil da flora, sendo repetidas as experiências científicas com os produtos nativos, dentro da estruturação de um movimento nacionalizante e de inserção do Brasil no capitalismo (DOMINGUES, 1995: 107). Domingues defende que a análise das relações entre ciência e agricultura ganha maior importância na medida em que tais relações envolvem o governo e as suas instituições, bem como os grupos sociais que participam das esferas do poder.

Não há maiores referências sobre porque a Cadeira de Agricultura não se tornou realidade na Bahia, mas Domingos Borges de Barros deu continuidade à aliança entre ciência, agricultura e política. Desta feita este estudioso estava num novo espaço, e dentro de um movimento coletivo, no interior de uma associação que reuniu alguns dos ilustrados citados acima como Caldeira Brant, Manuel Ferreira da Câmara, Alexandre Gomes Ferrão e Agostinho Gomes – a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia: a SACIPBA.

2.3. A Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA)

O primeiro número do *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da província da Bahia* (SACIPBA) foi publicado em 13 de outubro de 1832. Propostas e iniciativas que integraram a agenda das frações agrárias da classe dominante

e do Estado no decorrer do Império foram debatidas neste periódico. Temas como hortos botânicos, instituição de prêmios, introdução de novas culturas e raças, envio de estudantes para formação na Europa, estatística, imigração, colonização de mendigos e vadios eram pauta daquele periódico que revelou uma entidade organizada segundo uma estrutura bastante próxima às Instruções de D. João VI.

A SACIPBA, a fim de promover, “por todos os meios possíveis e lícitos, o aumento, e melhoramento dos diferentes ramos de Agricultura, Comércio, e Indústria Provincial”, estava organizada e dirigida por uma Assembléia, um Conselho de Direção, “e tantos Chefes, quantos forem os Ramos da mesma Sociedade”. (*Jornal da SACIPBA*, 01/04/1833, *Estatutos*, Capítulo I). Os Ramos, “ou Assembléias parciais” eram compostos pelos sócios “residentes ou existentes num distrito ou Freguesia notável”.

Dentre os estabelecimentos previstos no Capítulo VII (*Dos Estabelecimentos da Sociedade*), projetava-se uma infra-estrutura bastante similar ao previsto na Carta Régia de 1812: “Um gabinete, que contenha modelos de todas as máquinas e utensílios que possam ser aplicados à cultura, e indústria da Província”; um Horto Botânico; um depósito de animais acessórios; uma Biblioteca; uma “Tipografia para a Impressão do Jornal, Memórias, Programas e mais papéis da Sociedade, traduções úteis; assim como para a reimpressão de livros interessantes à mesma Sociedade”.

(...) Além dos estabelecimentos indicados, a Sociedade fundará uma Escola Veterinária, cujo Professor, (...) obrigar-se-á; 1. a ensinar a todos os indivíduos que lhe forem apresentados pela Sociedade; e 2. fazer na ocasião de alguma epizootia, e em qualquer ponto da Província, os exames que lhe forem requeridos pelo Conselho. Esta Escola será estabelecida no lugar onde existir o depósito de animais. (Estatutos da SACIPBA, art. 29).

Os estatutos ainda mencionam que “se por qualquer motivo deixar de se estabelecer a Cadeira de Agricultura, criada por lei, a Sociedade cuidará em fundá-la, no lugar onde estiver o Horto Botânico”. Referência à lei de 1812? De qualquer forma, como a questão da mão de obra era nevrálgica nos tratados agronômicos do período e nos projetos de instrução agrícola, também ocupam espaço no *Jornal da SACIPBA*.

A SACIPBA foi criada na mesma década da primeira proibição oficial do tráfico intercontinental de escravos. Sob a inevitabilidade do fim ainda que tardio da escravidão, a Sociedade se propôs a empregar todos os esforços em promover a introdução ou aquisição de braços úteis e livres, para suprir “o vazio, que a proibição do recrutamento Africano deve, anualmente, deixar nos trabalhos do Campo”:

(...) tendo principalmente em vista, como meio eficaz para animar a Colonização, quer Nacional, quer Estrangeira, a necessidade de vigiar atentamente, e requerer com instância: 1.º a exata observância da Lei, que veda o tráfico da escravatura; 2.º a escrupulosa execução dos Regulamentos policiais contra vadios, e vagabundos; 3.º o necessário respeito às Leis, que garantem a segurança pessoal, e da prosperidade de cada um (Estatutos. Capítulo IX, Disposições Gerais).

O fim eminente, ainda que impreciso, da escravidão, refletiu-se no estabelecimento da necessidade para seus sócios de “promover, por meio de práticas, e, mais que tudo, do exemplo de todos os seus Membros, o bom tratamento dos escravos”. Esta postura se inscrevia num momento de reformulação das estratégias de controle e administração dos grandes contingentes de escravos. O suposto empenho da Sociedade em dar “à mocidade dessa classe uma educação conveniente para inspirar-lhes o necessário respeito à Religião Cristã, o hábito do trabalho, e aversão à malfetoria”, ainda guarda reminiscências das concepções de administração dos escravos formulados ao longo do período colonial (MARQUESE, 1999).

Mas este empenho também expressa a nova preocupação com a reprodução da mão de obra escrava, questão antes ausente dos tratados agronômicos, na medida em que propunha promover segundo o *Jornal*, “casamentos, e a possível melhoria dos costumes”.

Uma das características que sobressai da leitura do *Jornal da SACIPBA* é que são os próprios membros que realizam a atividade científica como montagem de biblioteca e de gabinetes, traduções e produção de artigos. Um exemplo deste perfil de atuação foi dado por um de seus fundadores, Miguel Calmon (1794-1865).

Miguel Calmon du Pin e Almeida, enquanto sócio efetivo e um dos fundadores desta Sociedade, é encarregado de “procurar, e haver naquela Corte, os modelos de máquinas que ali possam achar-se, de fazer aquisição de quaisquer objetos interessantes, assim como de mandar contratar o Professor da Escola de Veterinária” em sua viagem ao Rio. Também o Presidente Manuel Ferreira da Câmara apresentou ao Conselho da SACIPBA

uma sua memória sobre a criação ou melhoramento das raças do gado Vacum e Lanígero; e sobre outros assuntos de economia rural; oferecendo ao mesmo tempo um modelo de máquina para fazer manteiga, e sementes de Capim Mineiro denominado Ribeiro, e da preciosa raiz, chamada pelos Ingleses, Arrow-Root. (p.27)

Ainda nesta sessão Miguel Calmon pôs à disposição do Conselho “uma pequena Biblioteca Agrícola” trazida da Europa, recomendando a tradução e publicação de parte dela para que “se derramem de pronto, entre os nossos Lavradores as idéias necessárias para se melhorar a criação dos diferentes gados, e prevenir e curar as mais ordinárias moléstias, que degenerando em epizootias, devastam os nosso Campos”. Além dos livros, Calmon ofereceu ao Conselho sementes de feno, “sonfoin”, luzerna, e outros capins, que trouxe da Europa. Quem seriam os responsáveis pela plantação e cultivo destas sementes? Os próprios sócios.

O Conselho deliberou que as sementes fossem entregues aos Srs. Barão de Maragogipe, Ignacio Rigaud, e Manoel de Vasconcellos de Souza Bahiana, e serem tratadas nas suas respectivas propriedades, até que fossem transplantadas para o Horto Botânico da Sociedade, devendo, ao lado do plantio, realizar observações sobre o seu plantio, vegetação e colheita para submetê-las à Sociedade e fazê-las publicar. Do mesmo modo, os trabalhos de tradução e publicação dos livros doados por M. Calmon foi encaminhada à Comissão de Revisão da associação.

O encaminhamento do estabelecimento da entidade naquele momento ainda contava com duas pendências: o já citado horto botânico e o depósito de animais. A Comissão de Agricultura foi encarregada de examinar, dentre os muitos oferecimentos dos sócios, o terreno oferecido por José Netto da Silva, para o Horto Botânico, junto a São Francisco do Conde, “e bem assim o pasto, que nas terras o Engenho Novo oferece o Sr. José Maria Pina e Mello, para o referido depósito, ou também outro qualquer, nas ditas Propriedades dos demais Sócios presentes”.

Em 26/01/1833, a SACIPBA manifestaria opinião sobre os impostos, considerando-os obstáculos à produção, à livre circulação e ao desenvolvimento das propriedades. Uma questão cara às associações de proprietários rurais no Império. O tópico enfatizado, no entanto, seria a educação, em especial o ensino superior. Referindo-se ao decreto de criação de duas universidades (melhor dizendo, as faculdades de direito) como “demasiado fausto”, o *Jornal da SACIPBA* argumentaria pelo estabelecimento de escolas primárias “estabelecidas por toda a parte”, escolas secundárias numerosas, e “Escolas especiais nas diversas províncias”.

a nosso ver é péssimo meio de favorecer a educação, o principiar pelos estudos maiores, sem haver antecedentemente criado escolas preparatórias, Colégios, Liceus e outras instituições indispensáveis para ser profícua a instrução Universitária. (26/01/1833, p.125).

A questão do estabelecimento de duas instituições de ensino superior, na ótica dos dirigentes da associação, envolvia não apenas questões culturais, mas, principalmente, de ordem política na medida em que poderiam inquietar e excitar “movimentos contra o Sistema monárquico”. Temia-se, particularmente, os “germens democráticos” existentes no País, “mormente ao Norte do Rio de Janeiro”, e uma certa tendência de cada Província a se governar separadamente, e a formar uma ou muitas confederações.

Manifestando mais uma vez um legalismo do *Jornal da SACIPBA* que apesar da crítica aos impostos, aceitara o fim do tráfico atlântico e posicionava-se a favor da unidade monárquica, o articulista advertia sobre o reforço de disposições separatistas pela identidade dos produtos agrícolas da maior parte das Províncias, e pela pouca dependência Comercial em que estão umas das outras: “só há relações íntimas, fundadas em precisões recíprocas, entre o Rio de Janeiro e as Províncias Meridionais”.

Remetendo à “experiência recente” do que se passa nas ex-colônias espanholas como prova da “imprevidência das paixões” e de quanto “mais fácil é obter-se a independência do que estabelecer um governo livre e estável”, ponderava-se que o resultado de uma revolução Republicana no Brasil seria sua divisão em duas ou três frações, qualquer uma delas fraca em população e incapaz de “se constituir em Estado de alguma importância”. Descartando uma Confederação Geral como solução como incapaz de estabelecer um Poder Central vigoroso o suficiente para se fazer obedecer nas Províncias remotas, se refutaria a implantação da República por faltarem ao Brasil elementos de Republicanismo.

Enquanto isso, o Horto Botânico da Vila de S. Francisco seguia em sua instalação, e a comissão de revisão examinava uma memória sobre estrumes oferecida pelo “Sr. Manoel Rodrigues da Silva”. Manoel Maurício Rebouças indicava e foram aprovados sócios honorários “os Srs. Manoel Rodrigues da Silva e Doutor Eduardo Ferreira França”. Manoel de Oliveira Mendes é encarregado de solicitar a extração de modelos de dois arados existentes na Alfândega. Persistindo no seu tento de diversificação das culturas, foram pedidas mais sementes de chá “aos Sócios Srs. George March e Bernardo José Serpa Brandão”.

A SACIPBA foi responsável neste particular, pelo impulso na introdução na Bahia da cultura da Árvore do Pão, bem como da Araruta, procedendo também à distribuição de bastantes sementes de Tabaco (Virginia) e de chá. A Sociedade de Agricultura, com vistas a promover a cultura da fruta pão ofereceu prêmio àqueles que

mostrassem haver plantado certo número de pés. A expectativa da SACIPBA, com a generalização da “árvore de pão”, era fazer dela, até 1840, uma alternativa à farinha de mandioca.

Já a cultura da Aratura, trazida do Rio de Janeiro em 1823 pelo Conselheiro Câmara, também foi divulgada nos programas da Sociedade. (14/08/1835, p.787). Sementes das folhas de tabaco da *Virgínia* e *Havana* foram distribuídas entre lavradores de Muritiba, S. Gonçalo, Brejões, e Inhambupe; e quanto às sementes de chá foram “recebidas por mais de 30 Lavradores dos subúrbios da Cidade, e de vários Distritos do Recôncavo”.

Paralelamente à distribuição de sementes, memórias sobre a cultura e fabrico da araruta e a plantação e preparação do tabaco *Virgínia*, respectivamente de autoria do Presidente Conselheiro Câmara e do Conselheiro Calmon, Vice-Presidente, foram publicadas. Sobre o plantio e fabrico do chá foi impressa e distribuída pela sociedade, outra *Memória*. E se nada foi publicado pelos sócios sobre a “Árvore do Pão”, reproduziu-se neste Jornal um artigo, “escrito pelo Sábio F. S. Constanço, e inserido no *Jornal das Ciências e Artes*, donde o copiamos”.

A Bahia ainda ocupava, então, posição privilegiada no mercado açucareiro internacional e tal posição se reverteu em artigos, traduções e extratos, como por exemplo, “Sobre a notícia do Caldeirão Vácuo para o fabrico do açúcar” (nº 3, 01/04/1833), “Descoberta de uma máquina em vaso aberto, que transforma o sumo da cana em açúcar” (nº 14, 15/11/183), “Melhoramento no fabrico do açúcar puro ou refinado” (nº 14, 15/11/183). Isto não interditou a defesa do emprego de “adubos calcáreos” como complemento do trato cultural, bem como escritos sobre a cultura do girassol, ginseng e apicultura também compuseram o leque das perspectivas de diversificação agrícola apontadas pelas suas “Memórias”.

No que diz respeito à Estatística enquanto área de interesse da SACIPBA, já sob a presidência de Miguel Calmon, foi solicitado aos Juizes de Direito das Diversas Comarcas (menos de Salvador), “que houvessem de comunicar ao Conselho as observações estatísticas, que pudessem colher, sobre os ramos da Agricultura, Comércio e Indústria de seus respectivos Distritos”.

Os últimos registros da SACIPBA e seu jornal são do ano de 1836. Na Quarta Sessão Ordinária da Assembléia Geral, a 31 de Janeiro de 1836, em Salvador, no Convento de Santa Thereza, registram-se duas perdas de peso no seu quadro de sócios. Miguel Calmon noticia o falecimento do sócio-honorário José da Silva Lisboa,

Visconde de Cairu, e do Conselheiro e Senador Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, presidente da SACIPBA.

Miguel Calmon proferiu o primeiro discurso do ano. Após lamentar estas perdas, “raros ornamentos do nosso acanhado Templo das Ciências”, o futuro marquês de Abrantes fez uma exposição acerca do Estado da Sociedade, da situação da agricultura, indústria e comércio da Província e, por fim, propôs “Meios de promover a Riqueza Material”.

Após expor que o quadro nominal de Sócios Efetivos atingia 276 membros (com 110 pagando as jóias, e contribuindo com os mensais), 22 Honorários e 6 Correspondentes Estrangeiros em 1836, enumerou as atividades empreendidas pelo Conselho de Direção da entidade:

*Durante o ano, que se findou o Conselho de Direção, fez distribuir sementes de chá a mais de 60 possuidores de roças, nos Subúrbios desta Cidade, e nalguns pontos do Recôncavo. Igual distribuição se fez aos Lavradores de Tabaco nos Campos da Cachoeira, Brejões, e Inhambupe, das sementes da folha de Havana, que a Sociedade oferecera o nosso Consócio o Sr. André Pinto da Silveira. Publicou-se regularmente o nosso Jornal, cuja redação caminha para o fim que tem em mira; isto é, para a ilustração dos que se tovam à Economia rústica, industrial e fabril. Abriu-se correspondência com a Sociedade Auxiliadora do Rio de Janeiro, e respondeu-se ao convite da Politécnica prática de Paris. Começou-se, dentro da cerca deste Convento, o nosso viveiro de plantas, ou pequeno Horto, cujos trabalhos acham-se atualmente parados, não só por causa da estação desfavorável às sementeiras, como porque **convém resolver sobre o estabelecimento, em sítio mais oportuno, de uma escola prática de Agricultura, para a qual a Sociedade pode e deve concorrer antes, do que dispender fundos agora, e talvez sem mor proveito, como o experimentamos na Vila de S. Francisco.** Entretanto, já no começado Viveiro foram recebidas algumas plantas, devendo mencionar especialmente as que há pouco vieram do Jardim Botânico do Rio, e nos foram trazidas pelo nosso falecido Presidente, que assim deu-nos uma prova final da solicitude com que tratava os negócios da Sociedade. Enfim, o Conselho arbitrou a pensão anual de 400 francos a um Jovem artista, que foi instruir-se na Escola-prática de Chalons, em França [Grifo nosso].*

À persistente convicção no estabelecimento de uma Escola, Calmon empreendeu simultaneamente balanços específicos sobre a agricultura, indústria e comércio da Bahia. Na agricultura, de acordo com seus cálculos, a conjuntura era da maior safra de açúcar, ressurgimento do tabaco, pequena queda do café, estacionamento da cultura do algodão, destacando o início da exportação de um novo gênero, o cacau:

Outra produção, a do cacau, principia a figurar entre os gêneros, que exportamos. Consta do Mapa geral da Mesa das Diversas Rendas, que

foram despachadas no ano de 34 a 35 o número de 2,223 arrobas dessa rica amêndoa; e conforme outro Documento, que me foi confiado pela Administração da mesma Mesa, já a exportação de Julho a Dezembro de 35 subia a 2,716 arrobas.

(...) em curto período veremos florescentes as Comarcas do Sul. E porque julgo de grande valia o promovermos a cultura dessa planta, mormente naquelas paragens, dei-me ao trabalho de redigir uma breve memória, que terei a honra de ler nesta Sessão.

Sobre o comércio avalia que “durante o ano findo [1835], podereis com a possível exatidão ajuizar do estado do nosso Comércio, que, se não é muito florescente, tem, de certo progredido”. Sobre a indústria, o presidente da SACIPBA argumenta não se devia negligenciar nesta esfera, ainda que recentemente nascidos para o mundo político, não se podia “ostentar os prodígios da indústria manufatora”. Listando nove fábricas em Salvador, sendo duas de dois consócios, inscreve possibilidades para empreendimentos fabris.

Todavia, dado que nos faleçam, na generalidade em que falo, os materiais necessários para que sejamos fabricantes, não devemos ainda assim renunciar ao estabelecimento de algumas empresas industriais ou fabris, mormente nas Povoações mais consideráveis, e nos distritos menos bons para a cultura das plantas.

Na última parte do seu discurso, “Meios de promover a Riqueza Material”, Calmon encaminhou medidas que sintetizam bandeiras de interesse da SACIPBA expressas no decorrer dos quatro anos de edições do seu *Jornal*: a urgência em “reprimir a negligência dos devedores, e restaurar o nosso perdido crédito comercial e individual”; o estabelecimento de um Registro de Hipotecas para “facilitar as transações, de aumentar o crédito dos proprietários, e de mobilizar os bens de raiz, em manifesta vantagem Pública e privada”; a instituição de um Banco Provincial; o arrendamento de terras; a colonização “livre”; a reforma do sistema de impostos; “alguma proteção de mais às fábricas” considerando que a “indústria nascente carece dessa proteção”; e a garantia da “Ordem Pública”, “mais imperiosa das nossas atuais necessidades”.

A par destas proposições, o engajamento em ingressar no “progresso dos Povos mais cultos” e civilizar a população, a instituição de uma escola de agricultura novamente figura entre as principais reivindicações do grupo reunido em torno desta associação.

Uma Escola de Agricultura, onde a mocidade receba lições práticas da nossa Cultura, da Arte Veterinária, e dos Ofícios mais necessários à

Lavoura e Economia Rural, é, no meu conceito, o primeiro e mais conducente meio para o melhoramento que desejamos.

Miguel Calmon, ao pôr a instrução no mesmo pé da Ordem Pública, escreve numa circunstância histórica ímpar. A primeira metade do século XIX circunscreve esta preocupação, marcada pelo medo do exemplo do Haiti, um pouco mais à frente, por fugas e levantes no Recôncavo baiano, e, particularmente pela então recente Revolta dos Malês (1835), ocorrida um ano antes destas palavras de Calmon.

Segundo Ilmar Mattos, a primeira metade do século XIX marca a superação das ações individuais dos escravos em favor das ações coletivas, destacando o quanto estes movimentos de rebeldia escrava propiciavam a aproximação dos setores proprietários, que “acabavam por transferir ao Estado o monopólio da violência que os distinguia, malgrado seus interesses imediatos” (MATTOS, 1987:74). Neste contexto, Miguel Calmon complementa reafirmando o unitarismo da SACIPBA, i.e., contra a divisão do país recém independente:

Do sossego interno, da execução das Leis, depende toda a felicidade de nosso País, e o bem ser particular de nossas famílias. Se lograrmos desse bem, o Brasil, dentro de curto período, excederá em opulência e grandeza aos cálculos, ainda os mais exagerados, dos Estadistas, que o contemplam, e admiram. Ao contrário, se por adversa fortuna, continuarem as agitações Públicas, e efetuar-se a divisão deste Todo maravilhoso, em lugar da riqueza virá a miséria; e em vez do Pavilhão Auri-verde, que ainda nos reúne, veremos, ali e acolá, alçada a meio pau a mortalha de Saladino. Oxalá, que esta amarga verdade cale em todos os corações Brasileiros, que ainda palpitem pela glória e felicidade da Pátria. (Jornal da SACIPBA, 15/02/1836, p.32 – Grifo nosso).

Outra referência, mais indireta aos malês, encontra-se nesta mesma edição na descrição do “Estado da Sociedade”: “Não professamos o Islamismo, nem nossos Estatutos são capítulos do Alcorão, para que façamos crentes a golpes de cimitarra”. Entretanto, alguns dos “crentes” da SACIPBA persistiram em seu esforço de incremento produtivo e difusão de novos conhecimentos agrônômicos com a manutenção da escravidão.

2.4. Raça, Escravidão, Agronomia e Direção Intelectual

Em 1835, entre 24 e 25 de janeiro, as ruas de Salvador foram tomadas por um levante de africanos escravos e libertos. A revolta dos malês poderia ser vista como

frustrada sublevação que não durou mais que três horas. A reação da polícia, comandada pelo jovem chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins, sócio da SACIPBA, deu cabo da sublevação, que ainda que mal sucedida, marcou a memória dos coevos à insurreição (REIS, 1986).

O leitor de escritos agronômicos da primeira metade do século XIX entrevê, ao lado do apelo à ciência e à técnica para elevação da lavoura, reflexões bem como recomendações sobre como administrar a mão de obra escrava. Escrever sobre agronomia era em primeiro lugar tratar do trabalho servil, como controlá-lo e submetê-lo. Um dilema assim vai se destacando: a ambiguidade das classes dominantes brasileiras nos tratados no tocante à escravidão negra, ao mesmo tempo vislumbrada como fonte de riqueza e ameaça a estas mesmas classes. As preocupações da SACIPBA e Miguel Calmon inscreveram-se, assim, num momento particular da história dos escritos agronômicos no Brasil.

Rafael Marquese (1999) resgata a publicação de memórias pioneiras sobre o café de autoria de Borges de Barros, entre outros ilustrados brasileiros, pelo mensário *O Auxiliador da Indústria Nacional* da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) na década de 1830. Marquese situa a criação da instituição como parte do processo de fortalecimento do Estado Nacional levado adiante pela elite política que havia participado da Independência, e como tributária da ilustração portuguesa de matrizes reformistas ³⁴.

Os escritos agronômicos de mais vulto, manuais como os de Miguel Calmon du Pin e Almeida (da SACIPBA) ³⁵, Carlos Augusto Taunay ³⁶, Francisco Peixoto de Lacerda Vernek e Antônio Caetano da Fonseca, reservaram capítulos inteiros de seus livros para tratar do controle do trabalho escravo.

³⁴ “A dívida da S.A.I.N. com a geração dos ilustrados luso-brasileiros era inequívoca: a publicação de uma memória sobre o café n’*O Auxiliador* de março de 1835, escrita pelo octogenário José Caetano Gomes, explicita alguns desses laços que unem a produção intelectual da geração pós-independência com a dos autores da virada dos setecentos para os oitocentos”. (MARQUESE, 1999: 166).

³⁵ Em *Ensaio sobre o fabrico do açúcar* (1834), no capítulo “Bom tratamento dos escravos” Miguel Calmon tentou convencer os senhores brasileiros a bem tratar seus escravos, mas em vez de recorrer a argumentos cristãos e morais, como os tratados agronômicos anteriores, nada mais fez “do que lembrar, e desenvolver o interesse que nisso vai, essa mola (por mais que nos envergonhemos de confessá-lo) de quase todas as ações que procedem do coração humano” (ABRANTES apud MARQUESE, 1999: 204). O receituário de Miguel Calmon du Pin e Almeida, em termos de Economia Política, aproximou-se das prescrições dos ilustrados luso-brasileiros da passagem do século XVIII para o XIX. “Todavia, o que mais preocupou Miguel Calmon foi o problema – levantado pelo fim legal do tráfico negreiro em 1831 – da reprodução da mão-de-obra escrava no Brasil, inquietação que estivera ausente dos escritos dos ilustrados.” (MARQUESE, 1999: 206).

³⁶ “*O Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, trouxe, sem sombra de dúvidas, a reflexão mais sistemática sobre a administração do trabalho escravo que apareceu na primeira metade do século XIX. (...) Indiscutivelmente, o assunto que mais prendeu a atenção de Taunay em seu livro foi a administração do trabalho escravo” (MARQUESE, 1999: 206).

Taunay argumentaria em seu *Manual* que ante a “força irresistível” de lidar com um mal estabelecido, uma “violação do direito natural”, mas condição da “existência nacional” traçou estratégias para obter o melhor proveito possível desta circunstância. E no diagnóstico de Marquese, em Taunay, “o único mecanismo capaz de permitir de fato aos proprietários comandarem seus escravos, obrigando-os a cumprir seus deveres, seria ‘o medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista’”, mobilizando o argumento racista da “inferioridade nata” dos africanos³⁷.

Entre a proposição de aberturas de estradas e canais, premiações a produtores e publicações, similarmente à linha da SACIPBA, Taunay elaborou duas propostas em que escravidão e ensino agrícola se combinaram:

2º) *A redação de um código para a escravatura, que uniformize o tratamento que se deve dar aos escravos, e combine o interesse dos senhores com o tolerável bem-estar dos pretos, pois que a religião, a humanidade e a utilidade pública assim o exigem. (...)*

4º) *A criação de cadeiras de agricultura em todas as capitais de províncias, e mesmo cabeças de comarcas importantes, exigindo-se que os administradores e primeiros feitores dos engenhos e fazendas que contassem mais de vinte escravos fossem assistir às lições, e proibindo-se mesmo, depois de um prazo razoável, que se destinassem a semelhantes empregos as pessoas que não apresentassem diploma de terem freqüentado aquelas escolas. (TAUNAY, 2001 [1839]: 39).*

As conexões entre os projetos de melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX, e o racismo do pensamento liberal-escravista são estudadas de forma detida por Fernando Lourenço em *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira* (2001). Em meio a diferenças ideológicas de vulto, Lourenço localiza nos escritos ilustrados para a agricultura uma reiterada discriminação contra a população e temor da população negra por parte da intelectualidade imperial.

O empenho em implantar mecanismos de controle social e de cerceamento à participação política dos escravos, libertos e demais “homens esquecidos” se vocalizou em proposições de reforma da agricultura, que apesar de seus vários aspectos progressistas, também comportavam representações discriminatórias contra os escravizados e libertos, inseridos na de mera categoria de “braço”.

³⁷ “A inferioridade física e intelectual da raça negra, classificada por todos os fisiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças, especialmente a branca, ao lugar ínfimo, e ofícios elementares da sociedade (...) e o primeiro golpe de vista nos costumes, moralidade e educação desengana o observador e o convence de que a escravidão não é um mal para eles, e sim para os seus senhores” (TAUNAY, 2001: 52-53)”.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) funcionou nesta ótica como espaço para fazer ver aos lavradores do Brasil seus interesses, plasmando uma mentalidade reformista, e dando vazão a uma demanda pela emancipação dos escravizados, mas também contribuidora do racismo à brasileira tendo no horizonte “desafricanização do país” (LOURENÇO, 2001: 139)³⁸.

Frederico Leopoldo Burlamaque é destacado por suas páginas em defesa dos valores do universalismo e de condenação do tráfico e do trabalho escravo, por um lado, e não obstante, Lourenço resgata textos onde Burlamaque apresentou os negros como “uma raça extremamente perigosa” que punha em risco desde os senhores até os interesses nacionais³⁹.

Ainda que não problematize esta questão enquanto processo de construção de hegemonia, o exercício combinado da repressão e a aspiração à civilização foi um problema com que grandes proprietários, negociantes e administradores do Estado se defrontaram no decorrer do Império e das trajetórias que percorreram para preservar e expandir seu poder, segundo Lourenço. A exploração e controle dos trabalhadores e a modernização das forças produtivas estão intrincadas. Raça, escravidão e ciência entrelaçaram-se nesta dupla perspectiva, o que nos traz a possibilidade de prisma a constituição da agronomia como campo científico no interior da formação do Estado brasileiro no seu sentido ampliado, ou seja, a partir de uma certa leitura gramsciana.

De acordo com Gramsci, na ação política e na vida estatal, dá-se o enfrentamento de uma “dupla perspectiva”, em dois graus fundamentais, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade “correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico” (GRAMSCI, 2000: 33).

³⁸ “Os autores desses artigos, admiradores dos progressos das Luzes e de uma civilização assentada nos direitos do cidadão e no trabalho livre, receavam pelo fatal perigo representado por uma lavoura tão dependente das ‘mãos dos cafres’: a africanização da nação brasileira. Apesar das diferenças entre seus autores, as propostas predominantes no *Auxiliador* recomendavam a supressão gradativa e cuidadosa da escravidão, acompanhada por medidas que impedissem a contaminação moral da jovem nação brasileira por esta ‘bárbara raça africana’. Prevendo, ou desejando, o desaparecimento natural da população negra, justificando e propondo medidas para a exclusão destes ‘inimigos domésticos’ do território brasileiro, a mentalidade reformista, ao mesmo tempo que reclamava a favor da emancipação dos escravos, não deixou de legar seu quinhão para formação do ‘racismo à brasileira’.” (LOURENÇO, 2001: 134).

³⁹ Analisando a *Memória analítica sobre o comércio de escravos e sobre os males da escravidão moderna*, Burlamaque advogava o banimento dos negros libertos: “Conclamando o governo, os homens de bens e suas associações empreendedoras a promover as reformas requeridas aos progressos da agricultura e à civilização da nação, Burlamaque sugeria que se imitassem as iniciativas dos espíritos livres norte-americanos, como aquela da American Colonization Society, que resultou na criação da Libéria, propondo, numa mesma sincronia, a modernização da agricultura, a abolição da escravidão e a expulsão da raça negra” (LOURENÇO, 2001: 160-161).

Gramsci empreendeu uma sólida reflexão no âmbito do marxismo acerca das peculiaridades do Estado Ocidental contemporâneo e a complexidade de suas determinações. Sua nova visão, forjada durante a experiência fascista na Itália, com a aprovação das classes subalternas italianas, sobretudo os camponeses, conduziu-se a reflexões que o fizeram identificar que este Estado Ocidental nem é pura ocultação, nem somente coerção⁴⁰.

Conquanto Mattos aponte os anos de 1850 como tempos luminares, distintos não só pela estabilidade política, simbolizada pela política de “Conciliação”, extinção do tráfico negreiro intercontinental, e “as bem-sucedidas intervenções militares na área platina, a liquidação da onerosa herança ibérica dos limites; e, ainda mais, a regularização das comunicações por vapor com a Europa, ao lado dos inúmeros empreendimentos que demonstravam o avanço do ‘progresso’ e as conquistas da ‘civilização’ – como a construção de vias férreas e os melhoramentos urbanos, aos quais o nome de Mauá quase sempre aparece associado”, foram antecidos e por vezes coevos da inquietação e temor das fugas e insurreições dos escravos, “inimigo inconciliável” da Casa e do Governo.

Estes anos 1850 também foram marcados pela incursão numa outra dimensão da construção do Estado que foi além da coerção: a construção da adesão voluntária a este processo, a formação do consenso. A despeito da SACIPBA não ter sobrevivido à década de 1830, mais uma vez se sobressaiu, nas relações entre ciência e agricultura na Bahia, a proeminência do Recôncavo Baiano como ponto de articulação destas iniciativas, malogradas ou bem sucedidas. Ainda que não tenha sido localizada nenhuma lista do total de seus mais de 100 sócios efetivos, a partir do cruzamento do *Jornal da SACIPBA* com outras fontes primárias e secundárias foi possível chegar à identificação de 81 sócios (Anexo I).

Um aspecto importante do perfil da SACIPBA, a se aprofundar noutra oportunidade, foi a presença de alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia. A SACIPBA, aliás, foi criada no mesmo ano em que a instituição baiana havia sido elevada de Colégio para Faculdade. Esta é uma característica que expressa o relevo que

⁴⁰ Conforme Mendonça no texto “Estado e Sociedade”: Gramsci percebeu, diversamente de um marxismo mecanicista, que o Estado, além de não poder ser visto como objeto, igualmente não pode ser percebido nem como pura coerção ou violência, nem como pura ocultação ideológica, ambos agindo em prol da manutenção das classes proprietárias. Se assim o fosse, diria ele, seria inexplicável que os mais oprimidos e despossuídos da Itália venerassem um ditador. O Estado – integrado pela sociedade civil e pela sociedade política – tem uma **outra dimensão**, para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão é, para Gramsci, a **cultura**. (MENDONÇA, 1998b: 21 – Grifo da autora).

a Faculdade de Medicina vai ter na institucionalização da agronomia como campo científico na Bahia. Conseguimos dados sobre dois professores de Medicina se sobressaíram nos negócios da Sociedade, apresentando o perfil do intelectual ilustrado traçado acima baseado em Maria Odila Dias, preocupado com os "conhecimentos úteis" e formados na Europa: Manoel Maurício Rebouças e José Avelino Barbosa.

Maurício Rebouças, natural do Recôncavo baiano (Maragogipe, 1799-1866), diplomou-se bacharel em ciências e letras bem como doutor em medicina em Paris, em 1831. Voltando à Bahia, prestou concurso, sendo aprovado, para a Cadeira de Botânica e Zoologia da Faculdade de Medicina da Bahia (1833), atuando nas epidemias de febre amarela e cólera nos anos 1850, sendo jubilado em 1861. Foi Conselheiro do Imperador, cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, membro do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, etc. (BAHIA, 1923: 425-426).

O professor e primeiro diretor eleito pelos pares da Faculdade de Medicina da Bahia (1833), José Avelino Barbosa (1784-1838), formado pela Universidade de Edimburgo, destacou-se na vida política por meio do *Diário Constitucional* (1821), combatendo as idéias sustentadas pelo *Idade d'Ouro*, jornal partidário dos portugueses. Foi escolhido após a independência como um dos membros da comissão organizada para governar a Província, e foi eleito pela Bahia deputado à Assembléia Geral (1826-1829). Barbosa não legou obras científicas afora os escritos no *Jornal da SACIPBA*.

Se escreveu alguma obra sobre o ensino de sua Cadeira ou sobre outro assunto de interesse palpitante – nada consta. O que há são artigos esparsos pelos jornais, que sua pena ilustrou, que atestam o seu patriotismo e interesse pelo nosso solo, e entre eles se destacam o Diário Constitucional, que defendia com brilho a grande aspiração nacional e o Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia cujo 1º número apareceu em 22 de setembro de 1832. (BAHIA, 1923: 424).

Todavia, não pudemos precisar em que proporção os catedráticos e egressos da Faculdade de Medicina estiveram na SACIPBA. Por outro lado, num total de 81 membros identificados, descendentes destes sócios em alguns casos, ou pessoalmente 18 destes associados engajaram-se em meados do século XIX em um outro esforço de modernização da agricultura na província. Reunindo desta feita um corpo de sócios majoritariamente de grandes proprietários de terras e escravos, negociantes, extratificantes de escravos, membros da SACIPBA: a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Isto posto, pretendemos aqui problematizar o papel desempenhado pelos Imperiais Institutos de Agricultura – especialmente o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – na construção do Estado brasileiro imperial e na formação das classes dominantes brasileiras, mais especialmente sua fração agrária, enquanto aparelhos privados de hegemonia, organizações privadas envolvidas, simultaneamente, com o engendramento da autoridade, por um lado, e da hegemonia e do consenso, por outro. Nesta década a complexificação da sociedade brasileira se torna mais acentuada, especialmente no que tange à classe dominante, com frações que vão adquirindo paulatina, mas firmemente, contornos mais nítidos. Da Agricultura, Comércio e Indústria, a partir deste ponto compôs-se uma associação eminentemente agrícola.

2.5. Os Imperiais Institutos de Agricultura como Aparelhos Privados de Hegemonia

Entre 01 de novembro de 1859 e 14 de agosto de 1861, foram criadas por Decretos Imperiais um conjunto de associações de classe que deveriam animar e dar desenvolvimento à lavoura de suas respectivas províncias, auxiliando o Governo Geral e Provincial, mas cuja composição como sócios efetivos deveria recair sobre fazendeiros, lavradores, proprietários, capitalistas ou negociantes.

Estas instituições foram os Imperiais Institutos de Agricultura da Bahia (Decreto 2.500 de 01 de novembro de 1859), de Pernambuco (Decreto 2.516 de 22 de dezembro de 1859), de Sergipe (Decreto 2.521, de 20 de janeiro de 1860), do Rio de Janeiro (Decreto 2.607, de 30 de junho de 1860) e do Rio Grande do Sul (Decreto 2.816, de 14 de agosto de 1861).

Os Imperiais Institutos tiveram seus estatutos definidos a partir daquele criado na Bahia, imitando-lhe em praticamente todos os aspectos, à exceção do Imperial Instituto Fluminense, situado na Corte.

Contudo, quase não há registro de funcionamento dos institutos gaúcho, e pouco foi localizado sobre o pernambucano ou o sergipano. O contexto de criação imediata dos Imperiais Institutos de Agricultura era de expansão cafeeira no Vale do Paraíba (e respectivos saldos positivos na balança comercial) e uma série de melhoramentos materiais como a construção das primeiras ferrovias, o estabelecimento de linhas de navio a vapor regulares entre o Brasil e a Europa, da instalação do serviço de iluminação a gás e de uma rede de esgotos na Corte.

Conquanto na primeira metade do século XIX o espectro do Haiti, e das fugas e levantes, estimularam a aproximação dos setores proprietários e a transferência ao Estado o monopólio da violência, é sob o espectro do fim do tráfico negreiro e da instituição da Lei de Terras que os Imperiais foram instituídos.

O fim do tráfico desencadeou a necessidade de resolução da questão da mão-de-obra. Como fazer trabalhar quem não era mais escravo na medida em que a escravidão definhava ante a legislação antiescravista? Considerando ainda a desvalorização do trabalho manual desde o período, como forçar ou persuadir os futuros trabalhadores “livres” a trabalharem ⁴¹?

Domingues (1995) pontua a atuação inaugural dos Imperiais para a consolidação do debate sobre as questões do esgotamento do solo, ressaltando o crescimento do apelo à química agrícola e à fisiologia vegetal, secundarizando a botânica, tendo as mudanças em curso no mundo do trabalho outra pauta decisiva dos debates dos institutos⁴².

Mas o primeiro Imperial Instituto de Agricultura foi criado numa província onde as mudanças de meados do século XIX guardavam algumas peculiaridades. Não se pode perder de vista as movimentações da fração dominante agrária na Bahia, mais especificamente aquela que atuava a partir do Recôncavo Baiano, com algumas iniciativas em articular ciência e agricultura como na cadeira de Agricultura ou a SACIPBA. Várias das famílias da aristocracia do Recôncavo na criação da SACIPBA têm participação direta na fundação do IIBA.

O decreto de D. Pedro II atinge uma região com significativos antecedentes em termos de associações de classe que almejavam melhorar a produção apelando à ciência. Mas a conjuntura dos anos 1850 na Bahia não é das mais auspiciosas. Ante a consumação da lei de abolição do tráfico, os produtores de açúcar “sentem-se ameaçados pela diminuição da população escrava. Um discurso lamentoso e pessimista registra afirmações como ‘não temos capitais, disse eu, não temos igualmente braços’ e ‘abandonados como somos, sem meios de substituir a falência total de braços que nos ameaça’” (TOURINHO, idem: 20). A epidemia de cólera e tráfico entre províncias

⁴¹ “Enquanto a força de trabalho era toda ou quase toda escrava, a questão não admitia dúvidas: a coação física era a resposta pronta. (...) Mas havia o temor de que da libertação da força de trabalho livre disposta a trocar sua capacidade produtiva por salário. Os milhões de brancos, mulatos e caboclos dispersos pelo território brasileiro – formalmente livres – não se comportariam como assalariados num país com abundância de terras. Eles precisaram *ser educados* para verem o trabalho como um dever” (CUNHA, 2000b: 145).

⁴² “A preocupação com a possível falta de mão-de-obra para a lavoura ocupou grande espaço nos discursos políticos e deu novo alento à aplicação dos conhecimentos científicos para aumentar a produtividade da terra”. Domingues, 2001a: 39.

provocam uma alta assustadora de preços e contribuem para a diminuição gradativa da população escrava na província (DAVID, 1996).

Tourinho reconstitui o debate na Bahia, especialmente a partir dos Anais da Assembléia Provincial Legislativa, que esteve longe de marcar um consenso. Uma parte reage contra a utilização da mão-de-obra de obra do trabalhador livre nacional, sugerindo que africanos livres sejam utilizados, outra parte como o deputado Araújo Pinho (de família partícipe da criação do IIBA e da Sociedade Baiana de Agricultura em 1903), afirma que, hipoteticamente “o trabalho livre é mais produtivo do que o escravo, porém na prática a teoria cede lugar a uma realidade caracterizada por uma 'crise de transição ameaçadora de serias dificuldades, com a classe pobre do interior e os libertos reagindo a um trabalho assíduo, regular e metódico'.” (Araújo Pinho apud Tourinho, idem: 26). Aos lamentos seguiu-se o esforço do IIBA de ajustamento à nova situação, em que o peso do açúcar baiano vai perdendo espaço no mercado internacional.

Diversamente na Corte, segundo Maria Martins, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) foi criado “em um momento de consolidação da lavoura cafeeira, particularmente nas novas regiões do Vale do Paraíba fluminense” (MARTINS, 1995: 95). Ainda assim, IIBA e IIFA, apesar de criados em condições distintas, compartilham uma dimensão decisiva para compreendê-los, pela sua composição social e pela sua atuação, como órgãos de classe que intentavam realizar uma modificação, não só no plano econômico-corporativo, mas também no ético-político.

A concorrida sessão inaugural do IIBA congregou diversos representantes de vários setores da economia baiana que, inscritos como sócios, se comprometeram a se engajar junto ao Instituto na recuperação da agricultura da Bahia, particularmente da produção canavieira do Recôncavo. Após as pompas e circunstâncias, porém, a maioria dos sócios registra sua presença apenas nas assembleias gerais, ou simplesmente deserta. Veremos mais adiante que este não foi um processo linear. Tourinho, tentando explicar esta evasão, empreendeu um “levantamento dos interesses e atividades dos sócios fundadores e dos membros que se sucedendo na diretoria e retardam até 1904 a extinção definitiva da instituição” (TOURINHO, idem: 83). Desta maneira, ela identificou uma instituição de caráter rural aristocrático, com ferrenhos defensores da ordem estabelecida:

(...) lutando contra a Sabinada – Barões de S. Lourenço, Matoim e Cahahyba – reprimindo a revolta dos Malês – S. Lourenço – e se definindo por uma política conservadora. Outra característica

marcante é a atuação de seus membros em empreendimentos progressistas: como a modernização de suas propriedades, a importação de colonos, a fundação de Bancos, a criação de instituições agrícolas modernizadoras. (TOURINHO, idem: 84).

A aristocracia do recôncavo monopolizaria a presidência do IIBA tendo como representantes o Barão de Matoim (1865-1870), o Visconde de Sergimirim (1870-80) e o Barão de São Francisco, que a assume desde 1880 até o fechamento da instituição. Destacam-se ainda os Barões de São Thiago, de Viçosa e ainda por Joaquim Ignácio Tosta, filho do grande proprietário de terras, o Barão de Nagé, uma das famílias mais presentes no IIBA junto aos Calmon, Pires de Carvalho e Albuquerque, Costa Pinto, Muniz Barreto, Araújo Góis e Argollo Ferrão.

Tourinho aponta a atuação de Manoel Belens de Lima, principal figura na comunidade de comerciantes e Presidente e um dos três grandes líderes da Associação Comercial no século XIX, encabeçando o Conselho Fiscal do Instituto. A comunidade de comerciantes se representa, segundo Tourinho, através de importantes dirigentes da associação comercial que “participam ativamente de uma instituição criada para defender os interesses dos lavradores”, ao ponto de após a proclamação da República as sessões da Diretoria do IIBA serem transferidas do Palácio do Governo do estado para o prédio da Associação Comercial. Esta atuação dos comerciantes e negociantes no instituto baiano é, certamente, um dos aspectos a serem investigados para uma plena compreensão do papel do IIBA na formação das classes dominantes baianas.

Martins estabelecerá um trato similar ao de Tourinho, selecionando para análise apenas o grupo de sócios que passaram, em algum momento, pelos quadros dirigentes do IIFA. Destarte, nos anos iniciais, a maioria não mantém contato direto com o Instituto, com somente 44 dos 146 primeiros nomes elencados na fundação reaparecendo nas fontes que compulsa, os “demais parecem ser, em sua maioria, pequenos e médios proprietários da província sem nenhuma grande projeção social ou política, já que só dificilmente encontrou-se algum tipo de registro” (MARTINS, idem: 126).

Martins chega a números mais precisos sobre os sócios do IIFA, chegando aos seguintes percentuais de distribuição ocupacional dos sócios do instituto do Rio de Janeiro: Fazendeiros (51 – 43,22%), políticos (31 – 26,27%), intelectuais (30 – 25,42%), capitalistas (6 – 5,08%); total (118 – 100%) (MARTINS, 1995: 102).

Na mais completa lista de sócios do IIBA localizada, o *Livro da Inscrição dos sócios que compõem o Imperial Instituto Baiano*, alguns nomes destacam-se como

Ignacio Borges de Barros, neto de Domingos Borges de Barros e filho de Alexandre Borges de Barros, fundadores da SACIPBA, além de fundadores da SACIPBA como Luis Paulo de Araújo Bastos, Sancho Bittencourt de Berenguer César ou Antonio Calmon du Pin e Almeida (ver Anexos III e IV).

Entretanto, o grande destaque do IIBA é a associação massiva de membros de algumas famílias. Ficaremos em alguns exemplos. Os Pires de Carvalho e Albuquerque com Francisco, Ignacio e José Joaquim (Barão de Pirajá); os Muniz Barreto de Aragão com Egas, Pedro e Salvador (Barão de Paraguaçu); os Rocha Pita e Argolo com Antonio e Francisco Antonio, conde e Barão de Passé, respectivamente; com cinco membros a família Teive e Argolo com José, José Joaquim, Manoel, Miguel e Miguel José Maria (Barão de Paramirim); da parte dos Viana Bandeira há Custódio Pereira, bem como Francisco Ferreira e Pedro Ferreira; os Araújo Góis, representados pelo Barão de Camaçari (Antonio Calmon de Araújo Góis), assim como por Joaquim Gomes e pelos magistrados Francisco Marques e Inocêncio Marques; os Gonçalves Martins com Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço e seu filho Dionísio; os Pereira Marinho, todos negociantes nobilitados, com o patriarca Joaquim Pereira Marinho (Visconde de Pereira Marinho) e seus filhos Antonio (Barão de Pereira Marinho) e Joaquim Elísio (Barão de Guai).

Três famílias ainda de destaque são os Costa Pinto, os Tosta e os Bulcão. Os Costa Pinto tiveram quatro membros com passagem pelo IIBA (Antonio da Costa Pinto - Visconde de Sergimirim, Antonio da Costa Pinto Jr. – visconde de Oliveira, Manuel Lopes - Visconde de Aramaré, e José Costa Pinto). Os Tosta também associaram quatro dos seus – Carolino, Jerônimo, Umbelino e Francisco, Barão de Nagé (é preciso mencionar a participação na diretoria de Joaquim Ignacio Tosta, filho de Francisco na fase final do IIBA e que não consta na lista, mas nas atas das reuniões da Diretoria). Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, 3º Barão de S. Francisco e presidente do IIBA por quase um quarto de século, foi a culminância da presença dos Bulcão com José de Araújo de Aragão Bulcão (1º Barão de S. Francisco), Joaquim Ignácio (Barão de Matoim, também presidente do IIBA por cinco anos), de Baltazar e de Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão.

Do total de 127 sócios listados nesta relação, foi possível determinar a procedência geográfica de 70% deles, com o predomínio da região do Recôncavo. De fora do Recôncavo temos um representante de Feira de Santana, dois de Alagoinhas, um de Inhambupe e um de Ilhéus. Quanto ao Recôncavo, 18 deles como sendo de S.

Amaro, 19 de S. Francisco do Conde, 10 de Cachoeira, dois de Maragogipe, cinco de Nazaré. Na capital residiam 34 membros do IIBA, se bem que alguns sócios forneceram dois endereços, um na capital e outro em engenho de sua propriedade, como Joaquim Elísio Pereira Marinho, Miguel de Teive e Argolo, Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão, Thomas Pedreira Geremoabo ou João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe (com residência na capital e em seu engenho “Cotegipe”).

Se não foi possível estabelecer o endereço de todos os membros listados na relação iniciada em 1859, há, por outro lado, uma vantagem quanto a esta fonte, que registra as ocupações auto-atribuídas pelos membros da associação. Três são os grupos identificados: “proprietários”, “negociantes” e “magistrados”. Com apenas um engenheiro e uma alta autoridade católica, dos 127 membros identificados, há a indicação de ocupação exclusiva de 18 como sendo negociantes (14,1%, segundo grupo mais expressivo), dois magistrados e 92 proprietários (72,4% do total de sócios, o maior grupo). Com dupla ocupação há apenas dois “proprietários e magistrados”, e somente um “proprietário e negociante”. É preciso registrar que 10 sócios ficaram sem identificação ocupacional. Percebe-se portanto que se trata de uma instituição de auto-declarados proprietários rurais, mas que comportou com significado os negociantes.

Mas que Recôncavo é este? É preciso ter em em vista os deslocamentos de posição do Recôncavo seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político. Não é uma posição estática, ainda que muito bem sedimentada, afinal se trata da mais antiga região econômica do país. Durante o Império, a posição de liderança do Recôncavo é incontestável. Segundo Kátia Mattoso, a preponderância de Salvador e do recôncavo na vida política de toda a província se evidencia, por exemplo, na composição da Assembléia Provincial da Bahia. De 1835 a 1889, de 780 deputados estudados, “550 eram de Salvador, 116 do Recôncavo e 114 do interior” (MATTOSO, 1992: 276).

Entre 1825 e 1835, ainda segundo Mattoso, todos os membros dos conselhos provinciais eram habitantes de Salvador e seu Recôncavo. Interessada na “elite de uma elite”, Mattoso por meio de um mapeamento do legislativo, do executivo e do judiciário baiano conclui pela a preponderância de salvador e do recôncavo na vida política de toda a província (MATTOSO, 1992: 255). Na municipalidade de Salvador, seus conselheiros eram freqüentemente de famílias importantes como os Pires de Carvalho e Albuquerque, baseados em Santo Amaro e presentes na diretoria do IIBA ou entre os egressos da EAB. Esta família detinha o único cargo hereditário na Bahia, o posto de

secretário de Estado e de Governo que, desde meados do século XVIII, estava nas mãos da família (MATTOSO, 1992: 224).

O núcleo de famílias que participou da criação da SACIPBA e do IIBA também tiveram destacada projeção na política nacional. Os Ferreira França, Calmon du Pin e Almeida, Gonçalves Martins e Souza Dantas, constituíram dinastias familiares dos senadores (MATTOSO, 1992: 283-284). A maioria dos senadores baianos ocupou algum ministério (19 em 26) .

Entre 1847 e 1889, de trinta presidentes do Conselho de Ministros, mais de um terço (mais precisamente, 11) foram baianos (MATTOSO, 1992: 289). O período mais pró-ativo do IIBA enquanto espaço de representação de interesses, ou seja, de 1859 a 1873, coincidiu com um período identificado por Mattoso como de particular domínio dos baianos na política imperial (1857-1871).

Uma característica relevante deste período, em que “as mesmas pessoas concentravam em torno de si os três poderes”, é a passagem pela presidência das províncias como comum na trajetória destes personagens. Outro traço comum aos senadores, já referido ao período entre 1856 e 1889 é a diplomação em direito, a passagem pela magistratura (com apenas duas exceções) e o início como deputados às Assembléias Provincial e Geral (MATTOSO, 1992: 286). Esta por exemplo foi a trajetória de Manoel Pinto de Souza Dantas. ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1866), ministro da Justiça e do Império (1880), presidente do Conselho e chefe do Partido Liberal (1884). (MATTOSO, *ibidem*).

A despeito da transitoriedade do cargo de Presidente da Província, este posto esteve nas mãos dos baianos durante 41 dos 65 anos considerados pela autora, destacando-se dois sócios do IIBA no interior deste conjunto: João Maurício Wanderley (1852-1855), barão de Cotegipe e Antonio Araújo Bulcão, terceiro barão de S. Francisco (1878-1881).

Foi no começo de seu exercício no mais alto cargo provincial que Bulcão se tornou presidente do IIBA, cargo que exerceria por um quarto de século. Os Bulcão constituíram um raro caso de manutenção do título nobiliárquico na mesma família, pois a nobreza brasileira era de ordem pessoal, i.e., não se transmitia aos descendentes. Todavia, todos barões de S. Francisco eram dos Bulcão, e todos eles participaram da SACIPBA e/ou do IIBA. Das 986 pessoas tituladas durante o Império, 113 nasceram na Bahia (MATTOSO, 1992: 178).

Outro fenômeno verificado neste grupo é a elevada endogamia familiar entre os enobrecidos baianos, ou seja, a realização de matrimônios exclusiva ou preferencialmente dentro do grupo doméstico. Entre os Costa Pinto, “12 dos 26 casamentos dos descendentes diretos dos Costa Pinto foram endógamos”. Estas uniões inter e intrafamiliares de um núcleo tão restrito consistia numa estratégia coletiva de classe, em particular numa tática de manutenção do patrimônio por meio do matrimônio. No caso dos Costa Pinto, estas uniões internas alcançaram segundo Mattoso 46,2% dos integrantes da família⁴³.

Esta "endogamia de classe" que estreitava os laços que já existiam entre os membros das camadas dominantes da sociedade baiana também se refletiu no IIBA. Utilizando de lógica reversa, foi a partir da repetitividade de nomes entre as associações agrícolas da Bahia que foi sendo construída a hipótese de que estes espaços integravam o processo de formação da classe dominante baiana, ou ao menos das frações dominantes agrária e comercial em formação a partir do complexo açucareiro. Desde a lista de presentes na inauguração do IIBA que a persistência de alguns sobrenomes marcava a proeminência de algumas famílias no interior da organização (ver anexo II). Lendo-se as outras listas também se nota esta característica.

Na medida em que a historiografia baiana das ciências vem se caracterizando por um uso intensivo das fontes disponíveis (DIAS, SANTANA, 1999), adotar este prisma diante desta constelação de sobrenomes no circunscrito universo da institucionalização da agronomia, permitiu tecer, a partir destas listas, uma série documental que guiou os passos iniciais da investigação e resultou na identificação das frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo baiano como o núcleo fundamental deste processo.

Paulatinamente no tempo e no espaço foi possível encontrar os mesmos indivíduos ou grupos de indivíduos em contextos históricos diversos, mas tendo os nomes como guia no labirinto documental (GINZBURG, 1991: 173-174). O emprego desta espécie de método onomástico permitiu a reconstituição das famílias envolvidas com as associações agrícolas que pautaram a implantação da agronomia no estado.

Distanciando-se e fontes estritamente demográficas, e fazendo amplo uso de fontes primárias e secundárias, a reconstrução e conexão entre momentos e instituições

⁴³ “Graças a casamentos endógamos, o clã Costa Pinto manteve o controle sobre onze engenhos (Jacu, Europa, Bento Simões, Regalo, Gameleira, Gravatá, Bonsucesso, Canabrava, Oiteiro, Mato Limpo e Aramaré), todos situados nas ricas terras de massapé dos distritos de Santo Amaro, Cachoeira e Água Fria. Em 1880, eles instalaram uma moderna usina, logo famosa, para o refino do açúcar.” (MATTOSO, 1992: 185).

aparentemente dissociadas foi possível emular as proposições de Carlo Ginzburg. Diferenças de peso não podem ser negligenciadas como a ótica dominante nesta abordagem, de caráter não elitista, elaborando-se no caso da agronomia na Bahia, ao invés de uma “prosopografia a partir de baixo” uma prosografia a partir de cima.

Todavia, também se desembocou aqui numa espécie de estudo de caso que tomando para exame entidades numericamente circunscritas (SACIPBA, IIBA, etc.), constituiu uma gama de “**linhas** que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de **teia de malha fina**, dão ao observador a imagem gráfica do **tecido social** em que o indivíduo está inserido.” (GINZBURG, 1991: 175). E dois fios foram, não sem uma série de vaivéns, localizados num nó: a emergência dos engenheiros agrônomos e a constituição de uma fração de classe dominante agrária na Bahia. O nó? A institucionalização da agronomia.

Voltando a Mattoso, a autora identifica na Bahia imperial dois grupos de pressão nítidos: “o dos produtores de açúcar, agrupados a partir de 1859 em torno do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, e o dos comerciantes, filiados à Associação Comercial da Bahia, fundada em 1840” (MATTOSO, 1992: 280).

Partindo do método onomástico reconstituímos o Estado-maior do IIBA, bem como seus antecedentes e desdobramentos, o que articulado a resultados da história das ciências no Brasil, situou aquela entidade como partícipe de um movimento mais amplo integrado especialmente pela SAIN e pelo IIFA.

No que tange às atividades do IIFA, Martins destaca além de seu laboratório químico e as consultas feitas pelo governo, a criação do Asilo Agrícola e da *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Sobre o Asilo Agrícola, ele cumpriria a função de escola destinada a educar a futura geração de agricultores e feitores de estabelecimentos rurais, aprendendo a ler, escrever e se profissionalizar, no que nas palavras de um sócio deveria ser “um viveiro de futuros operários rurais, feitores e administradores de estabelecimentos agrícolas, que ali se mantêm, preparando ao mesmo tempo cidadãos moralizados e amantes do trabalho” (MARTINS, 1995: 80).

A produção intelectual do Instituto do Rio de Janeiro teve na *Revista Agrícola* um espaço privilegiado para a veiculação e troca de idéias, divulgação das experiências e debates desenvolvidos na instituição, bem como angariar sócios e fundos, incentivar a utilização da mão-de-obra livre, pesquisar dados estatísticos e os problemas que enfrentava a agricultura, particularmente na província fluminense. Com sua publicação principiando efetivamente em 1869, “graças a uma subvenção de 5:000\$ fornecida pela

assembléia provincial do Rio de Janeiro, renovada até 1891, quando desaparece a publicação”, ela refletiam as sessões periódicas da diretoria e do conselho fiscal.

(...) nelas eram lidas, debatidas e encomendadas memórias, artigos e estudos, de modo geral frutos das solicitações de origens as mais diversas – dos fazendeiros, da direção do Instituto ou dos membros da diretoria e conselho fiscal, dos sócios ou do próprio ministério. Esses pedidos provocavam a formação de uma comissão ou a designação de um sócio específico para avaliar o tema em questão. (MARTINS, idem: 85).

Os artigos da revista concentraram cerca de 42% no item por ela denominado “Técnicas Agrícolas” – que agrupava temas como mecânica agrícola, adubação, análises química referentes a sementes, solos e qualidade da água, sistemas de rotação de cultura, etc. Este fato comprovaria que o periódico, bem como as atividades cotidianas da instituição, foram dirigidas por técnicos e intelectuais, “que encontraram no instituto a oportunidade para dedicarem-se a uma prática científica que parecia continuar sem espaços definidos nas universidades e instituições congêneres” (MARTINS, idem: 87-88).

O segundo tema mais recorrente na *Revista Agrícola* do IIFA em seu levantamento foi a cana de açúcar. Esta preponderância sobre o café, também confirmada pelas experiências realizadas no instituto, são interpretadas por Martins como um indicativo do “mal monopólio” cafeeiro na visão de alguns intelectuais do instituto. O total de artigos sobre gêneros agrícolas (alimentícios e industriais) atinge a marca de 14%, “quase o dobro daqueles dedicados ao café, confirmando a linha da revista na defesa de uma diversificação na produção agrícola da província do Rio de Janeiro”, mesmo considerando os artigos sobre a cana-de-açúcar.

Trata-se de mais um aspecto comum ao IIBA, que se por um lado surge na perspectiva de recuperar o combalido complexo açucareiro, teve na produção da sua escola superior de agricultura um acervo de escritos sobre tabaco, mandioca, baunilha, cochonilha, seringueira, milho, soja, etc. E também, ainda que em menor número, apresentou também teses de conclusão de curso na área de zootecnia, introdução de raças animais e veterinária. Entretanto, é preciso frisar que reside aqui uma diferença fundamental nas formas de produção, reprodução e divulgação do conhecimento agrônomo, com de um lado artigos dos próprios sócios do IIFA e de outro escritos da lavra dos estudantes da escola do IIBA.

O IIBA, resumidamente, iniciou uma série de atividades e proposições que estavam em consonância com o estabelecido nos seus estatutos, mas que de acordo com

Tourinho não tiveram continuidade: a criação de um banco agrícola (1860); a nomeação de membros do Instituto para Comissões Municipais de Agricultura na região açucareira (1860); o aproveitamento do bagaço de cana como combustível (1862); a criação de uma fazenda modelo (1862); a contratação de europeus e asiáticos para uso do arado a vapor e de sistema de irrigação (1862) e o estabelecimento de correspondência com jornais e publicações da Europa sobre agricultura em geral e fabrico do açúcar em particular, além de publicação de artigos no jornal “A Tarde” referentes à questão agrícola (TOURINHO, 1982: 105-106).

Segundo Tourinho, somente tiveram continuidade o engajamento do instituto na epidemia da moléstia da cana e a criação da escola agrícola. Antes da formação dos primeiros engenheiros agrônomos brasileiros, o IIBA também refletiu e expressou a articulação entre ciência e agricultura numa rede mais complexa (ARAÚJO, 2006)⁴⁴.

Ainda que a transcrição a seguir seja longa, o artigo 2.º dos Estatutos do Imperial Instituto da Bahia traziam nas entrelinhas seis diretrizes nucleares sobre a finalidade dos Imperiais Institutos de Agricultura. É interessante ter em vista que os estatutos do IIBA foram seguidos de forma praticamente integral pelo seu congênere do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, seu papel no estabelecimento dos princípios, sistemas, métodos e processos agrícolas mais modernos. Em segundo lugar, o seu papel de representar junto ao Estado os meios de atender aos reclamos da classe agrícola. Em seguida, a prestação de serviços técnicos de interesse do governo com levantamentos e pareceres (especialmente em estatística). As três questões restantes diziam respeito a trabalhos de divulgação sobre agronomia, a substituição de braços (via colonização e imigração, seja via máquinas e instrumentos) e, por fim, incentivar a aglutinação de produtores em torno da “inovação” por meio de exposições e prêmios. Mais adiante será interessante, após este breve inventário das atividades dos Imperiais, confrontar o “realizado” com o “esperado”.

Art. 2º O Instituto deverá em proporção com seus recursos: 1ª, fundar escolas e estabelecimentos normais que ensinem os princípios, e se ensaiem os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhor concorrer para aperfeiçoar o fabrico dos produtos agrícolas, fazendo as expensas suas a introdução de máquinas e instrumentos, que facilitem o trabalho e melhorem os processos até agora empregados; 2º, estudar por si, e por meio de comissões suas nos diferentes pontos da Província os meios de facilitar o transporte dos gêneros para os seus principais mercados, tendo em atenção a comodidade do preço da condução, e sua menor

⁴⁴ Neste sentido, o capítulo I – “A Imperial Escola Agrícola da Bahia: senhores de engenho e engenheiros agrônomos (1877-1904)”: 33-89.

morosidade, e representar acerca daqueles meios ao Governo Geral e Provincial, indicando a conveniência de levá-los a efeito; 3º rever e fazer anualmente a Estatística rural da Província acompanhando-a de uma memória, em que se exponha o estado da agricultura, a marcha favorável ou prejudicial das estações, o receio ou esperança das colheitas, a escassez ou abundância dos gêneros alimentícios, as causas a que se possa atribuir a sua decadência ou progresso, a natureza dos novos processos introduzidos; quais as suas vantagens; as providências que se deverão tomar para combater as epizootias e outras moléstias do gado, animais e aves domésticas, quais os remédios aplicados que melhores resultados práticos apresentarão; o abandono, decadência e progresso dos estabelecimentos rurais mais importantes, o estado da administração dos que pertencerem a orfãos, ausentes, e as pessoas legalmente impedidas de por si mesmos dirigi-los; as causas permanentes ou transitórias da decadência ou progresso da agricultura nos três anos anteriores; finalmente tudo quanto possa interessar a lavoura; criar e manter um Periódico, a expensas suas, que exclusivamente trata da agricultura, no qual além dos trabalhos próprios do Instituto se publiquem artigos, memórias, traduções e notícias importantes para a lavoura, e que exponha em linguagem acomodada à inteligência da generalidade dos lavradores os melhores meios de cultivar não só os gêneros mais usuais e conhecidos no País, e os novos que deverão ser introduzidos, como o tratamento e criação do gado, e de animais pouco ou não conhecidos, de melhores raças, e aves domésticas; 5º cuidar da substituição dos braços necessários à lavoura, já por meio de máquinas e instrumentos apropriados, estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira que pareça mais profícuo, já auxiliando o Governo neste empenho; 6º mandar vir novas sementes de plantas já cultivadas na Província, e de outras que devem ser introduzidas, novos animais ou pouco conhecidos, os de melhores raças, e distribuí-los pelos fazendeiros e lavradores; promover a exposição anual dos produtos da lavoura, animando-a por meio de prêmios e facilitando o transporte e venda dos mesmos produtos.

No “olho do furacão” entre estes Imperiais Institutos de Agricultura e o projeto de “Ordem” e “Civilização”, conduzido pelos dirigentes saquaremas, esteve a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), entidade responsável pela proposição quer do IIFA, quer do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, refletindo um interesse pelas ciências naturais, como também ocorreu em outros países da América. Forjada na conjuntura pós-independência, embora sendo iniciativa de um grupo de particulares, nasceu sob jurisdição do Governo, mas tornou-se, como os Imperiais Institutos após algum tempo, autônoma, haja vista que “a diretoria sempre foi eleita pelos sócios e tinha independência para tomar decisões quanto aos seus destinos” (DOMINGUES, 2001: 88).

Partindo das considerações de Heloísa Domingues, que afirma ter a SAIN funcionado como “órgão de consultoria do estado”, podemos vislumbrá-la como precursora dos institutos, que no entanto teriam uma pauta mais específica, voltada

eminentemente para a agricultura. A SAIN também apresentava um perfil de sócios mais amplo que os institutos de agricultura ⁴⁵, mas também foi um dos principais *locus* da sociedade civil para articulação da “elite dirigente” imperial, como por exemplo, o Visconde de Uruguai, dentre outros “saquaremas”.

Ambos os institutos não só deveriam manter correspondência com a SAIN, como, no caso do IIFA, havia uma “partilha” de sócios comuns às duas instituições, que às vezes chegava também a incluir o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil ⁴⁶. Domingues é uma das autoras que assinala a estreita ligação entre IIFA e SAIN a tal ponto que “os cargos de Presidente e Secretário seriam ocupados pelas mesmas pessoas.” (DOMINGUES, 1995: 206).

Bahia e Rio de Janeiro, neste particular aspecto, encontram mais uma interface. O primeiro presidente do IIFA (1860-1866) também fora presidente da SAIN (1848-1865) e responsável pela organização das Exposições Brasileiras nas Exposições Internacionais ⁴⁷. Este expoente foi o Marquês de Abrantes, Miguel Calmon de Pin e Almeida (1794-1865), precisamente um dos principais fundadores da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA), em 1832.

Enquanto o Marquês de Abrantes dirigia o IIFA, seu irmão, Antonio Calmon du Pin e Almeida, era um dos diretores do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) (DOMINGUES, 1995: 209-213; TOURINHO, 1982: 84, 243). Mas como podemos ver, além dos laços de sangue, podemos identificar nesta pauta uma agenda comum que atravessa o Império, nos estatutos e atividades dos institutos de agricultura.

À exceção de Tourinho, contudo, as autoras citadas – Domingues, Dantes e Martins – compreendem a criação da SAIN e dos institutos de agricultura como resultado da ação das “elites políticas imperiais”. Martins indica uma clara filiação com os trabalhos de José Murilo de Carvalho, não apenas por dizer que esta “elite política” deve suas principais características “basicamente, a uma maior unidade ideológica (em função de sua formação intelectual e treinamento para participação na burocracia

⁴⁵ De acordo com Domingues, pode-se agrupar as profissões dos associados da SAIN em cinco categorias: “1) proprietários: englobando os fazendeiros, comerciantes e o que chamavam proprietários propriamente ditos, que eram a maioria e que não necessariamente eram senhores de terra, uma vez que os fazendeiros estavam discriminados; 2) profissionais (liberais): entre os quais agruparam-se bacharéis, políticos e funcionários públicos; 3) profissionais especializados: tais como professores, naturalistas e médicos; 4) militares; 5) religiosos” (DOMINGUES, 2001: 92).

⁴⁶ “Uruguai, Itaboraí e Paraná eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; o primeiro deles fazia parte também da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de onde saíra a proposta para a criação daquela primeira instituição nos anos finais das Regências.” (MATTOS, *idem*: 183).

⁴⁷ Segundo Margarida Neves, “todas as Exposições que se realizarão sob a Monarquia será confiada à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sua presidência será entregue a Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes” (NEVES, 2001: 190).

estatal) e a sua origem ligada à grande propriedade mas, ao mesmo tempo, sua relativa autonomia em relação à agroexportação”, e pelas citações a *A Construção da Ordem* que pontuam regularmente seu texto.

A hipótese que busca demonstrar é que o IIFA resultou de uma política de cooptação dos poderes locais pela elite imperial para um projeto nacional de modernização agrícola, na medida em que este era o caminho possível, para a execução de reformas, numa estrutura social e política rigidamente hierarquizada, de forma a salvar da crise a agricultura fluminense, sem ameaçar a estrutura da grande propriedade.

Em que pese a avultada pesquisa realizada com o delineamento detalhado das atividades do IIFA, este é um aspecto criticável do trabalho, ao menos de uma perspectiva gramsciana. A certa altura, afirma que esta “elite política” não procurou agir como representação da classe senhorial, funcionando antes como “intermediária entre os proprietários rurais e a coroa, procurando cooptar esses grupos para apoiar uma política nacional que visava o progresso e o desenvolvimento do país, um projeto que por definição excluía totalmente as classes baixas e os novos setores intermediários da sociedade” (MARTINS, idem: 143).

Ora, é precisa e justamente na exclusão destes setores que reside o segredo mais íntimo dos “saquaremas”. Retomando Mattos,

Em suma e no essencial, o laboratório fluminense não deixava de participar do movimento em que se constituía a direção saquarema sobre o conjunto do Império: ele absorvia os novos dados gerados pelas circunstâncias, procedia reelaborações e imprimia um sentido mais definido à difusão de uma civilidade. E, neste labor, os dirigentes saquaremas da província acabavam por revelar o segredo mais íntimo da experiência que conduziam: unir à classe senhorial os demais homens livres, de modo a possibilitar tanto a expansão da classe que representavam quanto a preservação das posições já dadas no interior da sociedade (MATTOS, 1987 274-5).

No seu esforço de não se referir a “abordagens tradicionais, economicistas, ou que identificam a classe política como a representação de uma aristocracia rural” (MARTINS, idem: 20), talvez esteja na origem da opção por Pareto, Mosca e Carvalho. Partindo de pressupostos teórico-metodológicos elaborados por Gramsci, acredito que estes processos de criação dos Imperiais Institutos de Agricultura podem ser apreendidos seja nas possibilidades conceituais do socialista sardo, mais geralmente, seja nas perspectivas abertas por Ilmar Mattos, mais especificamente.

O Tempo Saquarema em alguma medida constitui uma incursão na trajetória da “parte mais avançada” de uma classe senhorial cuja vivência de experiências comuns

que lhes possibilitavam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum (e desta forma contrapondo-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus), ligando-se intimamente ao aparelho de Estado, expandindo os seus interesses no exercício de uma direção e de uma dominação, significaram a construção de um Estado soberano, e par e passo o seu próprio forjar enquanto classe.

O fato de terem transbordado da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente também na dimensão política e cultural, foi determinada pela recunhagem da “moeda colonial”, ou seja, da reinserção do Brasil nos quadros do capitalismo mundial, de um lado, e da formação de uma identidade de classe forjada em oposição a “outros” além das Cortes portuguesas no movimento de emancipação política, de outro.

Muito ao invés de enfatizar os mecanismos de formação intelectual, estes dirigentes defrontaram-se com diversos agentes históricos e seus respectivos interesses:

Os interesses ingleses contrários ao tráfico negreiro intercontinental; os plantadores escravistas de outros pontos da região de agricultura mercantil-escravista; aqueles produtores interioranos, sobretudo do Sul de Minas, ligados ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e que se haviam projetado politicamente em âmbito local e provincial; os colonos das demais regiões; os escravos insurretos; e a malta urbana eram outros adversários de uma mesma luta que, em sua cotidianidade, abria um caminho que possibilitava uma integração diversa. (MATTOS, idem: 57).

Se recorremos a Gramsci, para quem “partido” não coincide com o partido político convencional, correspondendo a todo e qualquer aparelho que organize um grupo social, cujos “intelectuais” desempenham o papel de organização e elevação de sua vontade coletiva, podemos, portanto, concluir que tanto o IIBA quanto o IIFA, desempenharam no império o papel de “partido”. Se não se constituíram enquanto instituições “de massa”, constituíram espaço do “Estado-Maior intelectual” de sua classe ⁴⁸:

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de ‘partidos políticos’? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por

⁴⁸ Neste sentido, quando pensa a atuação dos intelectuais e das organizações privadas da sociedade civil enquanto sujeitos coletivos, Gramsci indica nuances na compreensão da formação das classes: “Quando se analisam estes desenvolvimentos dos partidos, é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido” (GRAMSCI, 2000: 62).

necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes, o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de um jornal (ou de um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de determinados partidos'. (GRAMSCI, 2000: 349-350).

Os Imperiais Institutos de Agricultura, especialmente através de sua revista (IIFA) e escola superior de agricultura (IIBA) almejavam e, ainda que de forma incompleta, conseguiram levar a cabo “a tarefa de elaborar dirigentes qualificados”, desenvolvendo, multiplicando e selecionando “os dirigentes necessários para que um grupo social definido (...) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado” (GRAMSCI, 2000: 85).

O processo de engendramento histórico deste grupo começou pela composição social dos seus membros e dirigentes. Os Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), as atas da Diretoria do IIBA, do seu periódico do IIBA – *O Agricultor Bahiano* (1866) e de seu livro de representações viabilizam reconstituir a continuidade de um conjunto de bandeiras que vem da SACIPBA, mas também sua reelaboração, especialmente no detalhamento conferido a uma escola para as atividades “rústicas”. Neste sentido, o projeto sistematizado por Francisco Gonçalves Martins, primeiro vice-presidente do IIBA, definindo as diretrizes fundamentais para a escola de agricultura da associação será examinado com mais vagar.

2.6. O IIBA e o Estado Imperial nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Partindo da noção gramsciana segundo a qual o “partido” não precisa se referir ao partido político parlamentar-eleitoral, mas a todo e qualquer aparelho de organização de um grupo social, cujos “intelectuais” desempenham o papel de elaboração e elevação de sua vontade coletiva, podemos indicar que tanto o IIBA, quanto o IIFA desempenharam o papel de “partidos”.

A série de relatórios oficiais do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Rel. MACOP) compreendidos nos anos de 1861, quando se dá sua primeira publicação, até 1889, quando da proclamação da República. Tal recorte foi estabelecido intentando cotejar os resultados alcançados por Sonia Mendonça (1997), acima

descritos, realizando uma primeira comparação entre a atuação do Ministério da Agricultura do Império com o Ministério da Agricultura da Primeira República.

Passando à análise dos Imperiais Institutos de Agricultura e do MACOP através desta fonte de publicação anual, regular, e passível de uma visão panorâmica do período, que são os relatórios. Não se trata de esgotar tal documentação, mas uma primeira leitura sistemática que permitiu chegar a algumas conclusões importantes.

De um ponto de vista geral, Manoel Felizardo de Souza e Melo, primeiro titular do MACOP, define já no primeiro relatório, em 1861, diretrizes fundamentais para ação da pasta que reencontraremos na Primeira República, i.e., criação de um sistema de educação agrícola e mecanização do campo como diretrizes para ação da pasta, e incorporando como estratégia a difusão de publicações.

Julgo de meu dever entretanto insistir na necessidade de ilustrar o nosso lavrador, por meio de um sistema geral de instrução teórica e prática, e a habilidade para assim auferir maiores vantagens de seu trabalho, e capitais, e para empregar os processos, instrumentos, e máquinas agrícolas, de que a lavoura dos países mais adiantados tem tirado tão grandes resultados.

(...) A elas poder-se-ia juntar a difusão de escritos, de pequenos tratados sobre a agricultura, e de gazetas dedicadas especialmente ao serviço desta indústria, e outras, que por certo não escaparão à vossa ilustrada solicitude pelos interesses mais vitais do país. (Rel. MACOP, 1861: 8).

Souza e Melo dá notícia destas instituições que estarão presentes nos relatórios do MACOP até sua extinção, os Imperiais Institutos de Agricultura. Registrando a sua criação nas províncias da Bahia, Sergipe e Pernambuco, comunica a fundação do instituto do Rio de Janeiro, e apresenta tais instituições como uma política do Ministério.

Está nos desenhos do governo imperial criar em todas as províncias do Império estabelecimentos idênticos, dos quais espera relevantes serviços à lavoura do país.

Estabelecidos com o fim de animar, facilitar e dirigir os progressos e desenvolvimento de nossa agricultura, os institutos têm a cumprir uma missão muito elevada, e são destinados a realizar entre nós os mesmos benefícios que em França os comícios agrícolas têm produzido em menos de meio século. (Rel. MACOP, 1861, p.11 – grifo nosso).

Entretanto, o desenvolvimento de uma matriz discursiva em torno da necessidade de espargir o conhecimento agrônomo no campo, e principalmente que tipo de instrução ministrar, foi objeto de contínua oscilação nos relatórios.

Se, por um lado, temos a afirmação de que é “*a prática inteligente, e não o ensino teórico, tal deve ser por ora o objeto da educação agrícola, que ao governo cumpre por todos os meios dispensar largamente*” (Rel. MACOP, 1867, p.9), por outro os mesmos institutos foram propugnados como espaços para desenvolver cientificamente a produção agrícola, como no relatório de 1871:

Por sua parte o governo tem demonstrado sua confiança que, em bem do desenvolvimento da indústria e principalmente da agricultura, lhe inspiram os preceitos da ciência. Criando os institutos agrícolas teve por fim tornar conhecidos os processos agrônômicos e o uso dos instrumentos aratórios mais aperfeiçoados. (Rel. MACOP, 1871, p.6).

O entendimento sobre a necessidade de envolvimento dos poderes públicos na organização do ensino agrícola nos seus diversos ramos atravessou o Império, mas diante da alegada exigüidade de recursos, a prioridade ante o iminente fim da escravidão fez a balança pender pela formação de operários agrícolas. Em 1881, o ministro solicita um crédito de cem contos de réis para dar início a uma organização que mais tarde deveria ser completada pela criação de institutos agrônômicos, então responsáveis por formar especialistas nas aplicações da ciência à cultura do solo, à indústria agrícola e aos variados misteres rurais (Rel. MACOP, 1881, p.32).

A impossibilidade de organizar o ensino agrícola em seus diversos graus traduziu-se na reiterada necessidade de ensaio, como no ano seguinte. O ministro Manoel Alves de Araújo, porém, apontaria diretamente para a necessidade de ampliar as verbas para que os primeiros passos nesse sentido fossem dados, criando *Escolas-modelo de operários agrícolas* em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. O montante exigido, contudo, quase quintuplicara no espaço de um ano: “*O crédito necessário não poderá ser inferior de 480:000\$000 para as despesas de fundação e custeio, durante o primeiro ano, do indicado número de estabelecimentos.*” (Rel. MACOP, p.4).

O uso de trabalhadores nacionais foi uma proposta não só constante dos discursos de abertura, mas também das iniciativas do Ministério. Os anos 1880 indicam uma particular atuação no que diz respeito ao uso dos “braços nacionais” e na formação de operários rurais. Colônias Orfanológicas seriam criadas para filhos de libertos, ou melhor, para a “educação de ingênuos” como a Colônia Santa Isabel, no Ceará, em Pernambuco e em Goiás, além do *Estabelecimento Rural S. Pedro de Alcântara*, no Piauí.

Mas o fim da década também apontou para uma maior diversificação das políticas de difusão da agronomia. Ao lado da solicitação às presidências das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco de informações sobre localidades apropriadas em cada província para a fundação de Escolas-Práticas de Agricultura, há a designação do engenheiro Luiz Monteiro Caminhoá para estudar local para instalação de uma Escola-Modelo que pudesse contemplar as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo (Rel. MACOP, 1883, p.174).

O MACOP junto à verba de 20 contos para a Escola Agrícola de São Bento das Lages, concedeu 30 contos de réis anuais de auxílio para a Escola Veterinária de Pelotas (Rel. MACOP, 1889: 54); encarregou o ex-professor da escola baiana Frederico Draenert de realizar estudos e questionários sobre a viticultura, investigações sobre a moléstia do cafeeiro (Rel. MACOP, idem: 10-11), inaugurou o edifício e laboratório químico da Estação Agrônômica de Campinas e lançou as bases da Escola Agrônômica de Barbacena (Rel. MACOP, idem: 73-74).

Considerando-se estes dados, o desenvolvimento de espaços governamentais voltados para a agronomia e controlados pelo poder central foi abalado. Em outros termos, a constituição de um universo intermediário no qual estariam inseridos estes agentes e as instituições cujo papel seria produzir, reproduzir e difundir a agronomia, ou seja, um *campo científico*⁴⁹ que, ao mesmo tempo, integraria a ossatura do Estado. A preocupação com a formação de trabalhadores divide lugar com uma multiplicação das agências do Estado responsáveis pela produção e reprodução da agronomia.

Elevar o nível da agricultura nacional, já pela difusão de adequado ensino, já pela divulgação de experimentações fisiológicas das plantas, e de outras investigações científicas, já finalmente pela criação de laboratórios destinados a análises de terras, sementes, adubos, águas e produtos, constitui generoso empenho de realização difícil mas de vantagens intuitivas. A lei vigente do orçamento dedicou a esta esfera de interesses nacionais atenção particular, a qual procurei corresponder com a mais viva solicitude, tendo conseguido no curto período de quatro meses por a caminho a fundação de uma Escola Experimental de Agricultura na província do Rio de Janeiro e a de uma Escola Agronomia na província de Minas Gerais. (Rel. MACOP, 1889, p.73).

Mas além de permitir vislumbrar o desenho de um conjunto de políticas públicas para a modernização da agricultura ao longo do Império e o desenvolvimento de uma ideologia correlata, os relatórios lançam luz sobre as relações entre as frações da classe dominante agrária e o Estado. Entre estas esferas da sociedade civil e da

⁴⁹ No sentido que Bourdieu utiliza especialmente em *Usos da ciência*. (BOURDIEU, 2004, p.20).

sociedade política que não deixou de haver certa tensão, considerando-se precisamente seu caráter privado ou estatal.

Os Imperiais Institutos eram mantidos principalmente com recursos do governo, mas também de seu quadro de associados. Sua diretoria não recebia salários e não foram funcionários do governo *strictu sensu*. O entendimento contemporâneo acerca desta ambigüidade alcança seu momento máximo no Relatório de 1866, que contém críticas duras ao IIFA pelo ministro da Agricultura Antonio Francisco de Paula Souza. Paula Souza impõe ao IIFA duas alternativas: ou aceitar um projeto de reforma por ele encaminhado ou o rompimento da parte do governo, com suspensão da verba.

Sua crítica expõe as principais contradições no padrão de institucionalização dos interesses agrários. Após definir o IIFA como uma associação de “capitalistas” e fazendeiros, contrapõe que a nomeação de seu Presidente, seu Vice-presidente, bem como dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal seria prerrogativa do governo imperial. A assembléia geral do instituto poderia deliberar, mas se tal deliberação fosse de encontro à diretoria ou ao conselho fiscal, não teria execução sem resolução do governo, estando, assim, à sua mercê, servindo-lhe de auxiliar, e reunindo-se quando o Ministro da Agricultura, seu presidente honorário, julga-se conveniente.

Este tipo de organização, com esta intervenção, afastava ao ver de Paula Souza a ação particular, anulando a iniciativa individual e eliminando o espírito de associação.

Saltam aos olhos imediatamente, senhores, os germes da impotência: não é uma associação particular com o fim de frutificar seus capitais, cultivando um ramo de indústria, porque tudo depende, e está ao arbítrio da variável administração do país; não é uma instituição governamental, destinada a satisfazer certa ordem de interesses, porque seus fundos e haveres são de particulares co-associados: é um misto incongruente, que participa dos inconvenientes de sua origem dupla sem possuir nem uma de suas vantagens.

Que muito é, pois, ser sua vida uma oscilação constante de hesitações e tímido tateamento? Deseja sem querer, quer sem saber o que; entrevê seu destino, duvida de suas forças; resolve, arrepende-se; retrai e anula-se com grave detrimento do prestígio do governo sobre o qual afinal recai a responsabilidade de tão deplorável resultado.

O artigo 2. dos estatutos revela o que é a sociedade, e explica seu aparecimento; é uma aspiração, um desejo indefinido, que cristaliza-se na enumeração de necessidades a satisfazer!

Um Instituto agrícola auxiliando a administração no empenho de facilitar o transporte de gêneros, promovendo a abertura de estradas novas, conservando e melhorando as atuais!... formando a estatística rural, etc!... Entretanto esta sociedade que não dispõe de seu destino, que não tem liberdade de ação e depende exclusivamente do governo, fez contrato bilateral com o mesmo governo aceitando valores e impondo um ônus a pretexto de serviço público. (Rel. MACOP, 1866, p.24-25).

A solução para este “*exemplo frisante da inconveniência da direção do governo nos negócios de interesse particular*” seria a reforma dos estatutos “*de modo a dar toda a ação e responsabilidade aos sócios na gerência dos seus interesses, estimulando o espírito de associação*”. Se por um lado, Paula Souza advogava o aparecimento de outros institutos nas províncias, por outro determinava que em caso de recusa pelos sócios do IIFA da reforma, que seus estatutos fossem simplificados ligando-o diretamente ao ministério da Agricultura.

O relatório do ano seguinte, já na gestão de Souza Dantas, contrasta bastante. São citadas diversas atividades, inclusive participação do IIFA nas Exposições, e encaminhamento de instalação do Asilo Agrícola. Diferentemente, mais uma vez, de Paula Souza, Dantas assinala com relação ao Asilo que “suas despesas não serão muito elevadas, e o governo imperial não duvidará auxiliar o instituto nesta obra de incontestável alcance para a lavoura do país.” (Rel. MACOP, 1867, p.43).

Esta relação entre governo e particulares não foi sempre uma situação linear, não só por conta da marca de proposição das associações de classe locais, mas também na medida em que tinham uma capacidade de iniciativa própria, como apontado por Tourinho e Martins. Domingues igualmente assinala a autonomia relativa dos Institutos, na medida em que lhes cabia eleger as suas diretorias e redigir estatutos (DOMINGUES, 2001a, p.42).

Mas a autonomia dos institutos sofre uma inflexão em 1868, quando foi rompido o vínculo entre o cargo de presidente dos institutos e o de presidente das respectivas províncias, definindo-se, a partir de então, para aqueles cargos, que seriam escolhidos somente cidadãos residentes nas sedes dos institutos (Rel. MACOP, 1867, p.15).

Ao fim e ao cabo, a trajetória destas associações é repleta de vicissitudes, especialmente no que diz respeito aos Institutos de Sergipe e Pernambuco. Se as informações sobre o IIBA tratavam da Escola de São Bento das Lages, e as do IIFA acerca do Jardim Botânico, da Fazenda Normal e do Asilo Agrícola, e do Imperial Instituto Rio-Grandense apenas se menciona sua criação em 1861, com relação a Pernambuco e Sergipe as informações são bastante esparsas, e quando existem se referem à sua inércia.

Na década de 1880 ensaiaram-se mudanças em ambos os casos, só que em sentidos diferentes. Em Sergipe em 1868 chegaram a ocorrer reuniões do seu instituto

onde decidiu-se pela compra de terrenos para construção de uma escola, pela encomenda da compra de instrumentos e máquinas agrícolas, além de votação da assembléia provincial da verba de oito contos (Rel. MACOP, 1868: 19).

No entanto, só em 1881 temos o registro no MACOP de uma retomada de atuação, esboçando uma nova fase. Constituídos o conselho fiscal e a diretoria, programou-se a fundação de uma Escola-Rural-Modelo, a importação de sementes de vegetais úteis e de maquinismos e utensílios aperfeiçoados para serem distribuídos aos lavradores pelo preço da compra e a fundação de uma revista consagrada à economia agrícola (Rel. MACOP, 1882: 66). O relatório ainda apontava a conveniência de “decretar uma subvenção anual para auxiliar o útil empenho do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura”. Entretanto, até 1887, nada havia sido encaminhado.

Os relatórios do MACOP revelam sobre Pernambuco o que poderia ser a mesma situação do seu congênere gaúcho. Contudo, ao lado de marcar a inércia do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura, registram a existência de outra associação, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco, que estava prestando “valioso concurso à ação administrativa e bom serviço à agricultura, encarregando-se da distribuição das mudas, de que o Governo Imperial fez várias remessas” (Rel. MACOP, 1880: 145).

No ano seguinte o Ministro José Antonio Saraiva propõe, a despeito deste Instituto não se reunir e nenhum resultado ter produzido, “confiar ao Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura a gerência da escola-agrícola ou fazenda-modelo que houver de ser fundada na província”. Sua confiança nos agricultores de Pernambuco para se associarem em tal empreendimento provinha da “patriótica dedicação com que há sido mantida na província a Sociedade Auxiliadora da Agricultura” (Rel. MACOP, 1881, p.65).

Extrapola obviamente o escopo desta pesquisa, mas é inevitável perguntar-se o porquê da existência de duas associações da agricultura simultâneas em Pernambuco, bem como quais segmentos da classe dominante agrária representariam, e que rumos tomariam na República.

Emergem ainda outras questões atinentes mais diretamente a esta investigação. Podemos, concluir que o movimento dos Imperiais Institutos de Agricultura anteciparia tarefas que o movimento ruralista republicano encampou, conforme Sonia Mendonça. Tanto os Imperiais Institutos de Agricultura (que funcionaram) como os afiliados à Sociedade Nacional de Agricultura atuaram como instâncias organizadoras de classe,

como agências de formação de opinião e propaganda e como órgãos de prestação de serviço e consulta.

Trata-se de capítulos do processo de organização das classes dominantes e do Estado no Brasil que passaram por desdobramentos de formação de uma matriz discursiva lastreada no cientificismo, da configuração de organismos especializados dentro do aparelho de Estado e na formalização de canais políticos extrapartidários para institucionalização de seus interesses.

No entanto, a partir dos elementos levantados não se pode caracterizar os IIA como instrumentos de pressão junto ao estado, tendo sido muito mais o Estado que, através da coordenação do MACOP, defendeu e ensaiou (muito mais do que promoveu) a diversificação produtiva, o associativismo, a mecanização da produção e a difusão da instrução agrícola. Ou melhor, como já indicado, a intenção do governo era criar institutos em todos os estados, mas o êxito se limitou, com ressalvas, ao IIBA e ao IIFA.

Portanto, a distinção fundamental em ambos os momentos históricos se dá nos padrões de institucionalização, nas estratégias de articulação, pois os Imperiais não se reúnem sob um organismo da sociedade civil para promoverem uma articulação nacional, como no caso da SNA. Todavia, antes que uma correia de transmissão do Ministério da Agricultura que configuraria os Imperiais Institutos, as fontes compulsadas a seguir oportunizam refazer a continuidade e a mudança de uma tradição associativa nucleada em torno da promoção da agronomia.

2.7. Organização e Mobilização: As atas da Diretoria do IIBA

As atas da Diretoria do IIBA se constituíram na principal fonte para reconstituirmos o funcionamento interno da entidade. Estas fontes evidenciam uma instituição que atuou seja como um órgão de prestação de serviços e consulta ao governo e a particulares, seja como um espaço para formação de opinião e representação. Estas atas do IIBA constituem ainda espaço para registro de suas relações institucionais. O IIBA manteve relações com órgãos como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, e especialmente a Presidência da Província e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Por elas é possível também acompanhar o processo de organização e montagem das instalações físicas e do engajamento de profissionais para a sua Escola

Agrícola, oportunizando apreender na média duração a institucionalização de atividades científicas voltadas para a agricultura.

Logo nas primeiras sessões verifica-se o interesse pela mecanização dos processos de beneficiamento, de forma mais acentuada que o emprego de máquinas e instrumentos no cultivo. Desde a sua primeira sessão a Diretoria do IIBA revelou interesse em incrementar a produção através da mecanização dos processos de beneficiamento. Em 16/12/1859, seria discutida a instalação de “máquinas de fabricar mandioca, e a indicação das bases de ajuda do governo aos proprietários.

Na Sessão seguinte (13/01/1860), Augusto Frederico de Vasconcellos Souza Bahiana expôs as condições para instalação de uma máquina de fabricar farinha de mandioca em sua propriedade, de maneira a que fosse aberto o acesso à máquina a quem “a quiser estudar e dela utilizar-se, sem que resulte ao proponente vantagem alguma a não ser a satisfação de concorrer para o engrandecimento do País e com especialidade do lugar em que reside”. Ainda nesta sessão foi oferecida pelo Presidente da Província uma memória de “M. G. Herrison a respeito do ensaio que deseja fazer de um novo processo de fabricar açúcar”.

Na 3ª Sessão (03/02/1860) tratou-se ainda de “máquinas de fabricar farinha de mandioca movida por animais inventadas no Rio Grande do Sul pelo Eng. Frederico Heischmann”, compradas pelo Governo da Província e oferecida ao IIBA visando facilitar aos Lavradores da Província o exame e conhecimento da nova invenção e de “suas vantagens práticas sobre os processos até agora usados”, tendo a Diretoria aceito. Também foi lembrada na oportunidade “a conveniência de ver estabelecida a outra máquina, a movida por água, na Fazenda Taperoá, pertencente ao Comendador Francisco Muniz de Oliva”⁵⁰.

Ao receber ofício de seu sócio Antonio de Lacerda, de 10/02/1862, onde este comunica um novo invento apresentado na 4ª Sessão da Associação Americana para Adiantamento da Ciência do Professor B. Silliman, sobre o emprego do bagaço úmido como combustível no fabrico do açúcar, com a modificação das fornalhas; a Diretoria,

⁵⁰ Tratou-se ainda do fabrico a partir de máquinas, por exemplo, na 6ª sessão (09/05/1860), na 7ª sessão (08/06/1860), 22ª sessão (04/07/1862), sobre a imperfeição das máquinas empregadas na preparação da farinha de mandioca na Bahia e a conveniência de seguir o modelo das usadas na Província do Rio Grande do Sul, “e se ofereceu a dar as instruções para se assentar uma em lugar onde pudesse ser observada pelos Agricultores que se empregam nesse gênero de Cultura; pelo que o Sr. Miguel de Teive e Argolo, também se ofereceu a fazê-la executar no seu Engenho denominado – Novo –; fornecendo a madeira precisa, e sendo a despesa com a Carpina e ferragens, à custa do Instituto.”

resolveu que o Sr. Presidente dirigisse ao Sr. Ministro do Brasil nos Estados Unidos, remetendo-lhe Cópia do dito Ofício, e pedindo que minuciosamente fizesse examinar por pessoa perita a exatidão e vantagens dessa nova descoberta, a fim de que reconhecidas reais, contratasse um Engenheiro Mecânico e dous Operários práticos para a construção das fornalhas, e comprasse logo todo o preciso para esse fim, sacando sobre a Presidência pela despesa que fizesse, a qual seria paga pelos fundos do Imperial Instituto.

A par desta estratégia de montagem e exposição de máquinas em propriedades dos membros do Instituto, outra medida adotada até o fim do Império foi a captação e redistribuição de sementes de culturas diversas, além do cultivo de sementeiras do próprio Instituto e depois da Escola.

Inicialmente a intermediação das relações entre IIBA e Imperador era feita pelo Ministro dos Negócios do Império (4ª Sessão, 03/11/1860). Em julho de 1861 o IIBA já se dirige ao titular do MACOP,

agradecendo-lhe a remessa dos cinco exemplares do seu relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, e se lhe lembrasse a solução das representações dirigidas a S. M. o Imperador pedindo a aprovação para a criação da dita escola; e de uma Sociedade ou Banco de crédito mútuo para auxiliar a lavoura, e providenciar acerca dos impostos que sobre ela pesam; mas também que se desse publicidade a esta última representação. (17ª Sessão da Diretoria do IIBA, 19/07/1861).

O IIBA continuaria a esperar por uma resposta a suas demandas de redução dos impostos e aumento do crédito. O apelo vai ser feito não só ao MACOP, mas também aos representantes da Bahia na Corte.

(...) não tendo o mesmo instituto conseguido ainda solução da Representação respectiva Diretoria e o Conselho Fiscal dirigiram a Sua Majestade Imperial em 29 de Junho de 1860, relativa à Indicação, que a acompanhou, apresentada pelo Sr. Visconde dos Fiais em 3 de fevereiro do dito ano, para a diminuição dos Impostos, e um empréstimo em socorro da Lavoura da Província, resolveu a mesma Diretoria que uma Cópia de ambas fosse dirigida, não só ao Sr. Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Conselheiro João Lins Cansansão de Sinimbu, que grande interesse tem sempre mostrado pelo bem da mesma Província, mas também a cada um dos Srs. Deputados Gerais, e Senadores por ela, solicitando seu valioso apoio a favor dessa solução.” (22ª Sessão da Diretoria do IIBA, 04/07/1862)

A verba para a Escola do Instituto foi finalmente ordenada, pela primeira vez, em 1871, dividida em duas prestações. Mas ao invés dos 25 contos, determinou-se a subvenção anual de 20 contos de réis (68ª Sessão da Diretoria do IIBA, 05/10/1871). Os

Estatutos da Escola, porém, não haviam sido ainda aprovados, e somente com esta aprovação poderiam iniciar-se, oficialmente, suas atividades.

Em 1874 os Estatutos originais de 1861 foram reformados e encaminhados ao Ministro da Agricultura para serem aprovados. Em junho de 1875, com a sanção dos estatutos, tem início a prestação de informações ao Ministério para composição do seu relatório anual.

O Instituto sempre era instado a remeter todos os dados para elaboração do relatório do Ministro a ser apresentado na abertura da Câmara dos Deputados. Mas além desta rotina o IIBA era solicitado seja para distribuir plantas e mudas, seja para fornecer pareceres e opiniões sobre questões agrícolas ⁵¹, como foi o caso da distribuição de mudas de canas entre os lavradores dos lugares atacados da moléstia da cana em 1867. Quando Governo Imperial incumbiu o Engenheiro João Martins da Silva Coutinho para estudar a moléstia que atacou a Canaviais da Província, o MACOP observa, segundo as atas da Diretoria do IIBA,

que pelos muitos esclarecimentos que sobre a lavoura da Província possui o Imperial Instituto, pode este prestar ao referido Engenheiro o maior auxílio par ao desempenho de sua Comissão; e que não só a respeito da Cana, como sobre outra qualquer matéria ministrará o mesmo Instituto as informações de que carecer o Comissário; do que ciente a Diretoria revolveu que fosse convenientemente respondido o mesmo Aviso. (40ª Sessão da Diretoria do IIBA, 14/03/1867).

Um ano depois, o Presidente da Província compareceu à Sessão da Diretoria e pedindo esclarecimentos sobre a moléstia da cana, para poder satisfazer a requisição do MACOP, fazendo três questionamentos básicos:

*Qual o Estado atual da moléstia da cana?
O governo deve continuar a mandar mudas de cana?
Saber qual a providência que deve o Governo tomar a respeito de deliberar alguma outra medida para o fim de combater imediatamente o mal?(50ª Sessão da Diretoria do IIBA, 04/06/1868)*

Outras consultas do MACOP trataram do ensino agrícola prático, endossando a interpretação de que a relação entre Ministério e IIBA foi de intercâmbio. Este intercâmbio, contudo, não necessariamente implicava em equidade. O Governo Imperial através da pasta recomendou a organização de um projeto, em que se declarassem as bases necessárias ao estabelecimento de uma Escola prática de Agricultura, solicitando

⁵¹ Às vezes o IIBA respondia a pedido do Ministério a solicitações estrangeiras como do Ministério de Agricultura no Egito, “por intermédio do Cônsul do Brasil em Alexandria qual o de conhecer o processo adotado pelos nossos lavradores na cultura de algodão” (45ª Sessão da Diretoria do IIBA, 01/08/1867).

a remessa das informações, e outros esclarecimentos por parte deste Instituto, deixando subjacente a transformação da Escola do IIBA de instituição de superior em escola prática (125ª Sessão da Diretoria do IIBA, 04/08/1880).

Quando é lido um comunicado sobre a vinda do Conselheiro Nicolau Joaquim Moreira, para que, a partir de sua avaliação, se estabelecesse “os meios de organizar de modo mais econômico e profícuo, o ensino superior de agricultura neste estabelecimento”, Moreira já estava no IIBA presente à Sessão e, pedindo a palavra,

externou sua opinião, e as disposições em que estava de propor ao Governo de S. M. I. [Sua Majestade Imperial] para que o ensino fosse mais prático do que teórico, desenvolvendo as observações colhidas nas diversas escolas agrícolas que visitou, não só na Europa, como nos Estados Unidos, aguardando para depois de sua visita ao Instituto o completá-los, no que concordou a Direção que se mostrou satisfeita com as idéias por S. Exa. (...) e que a realizarem-se abrirá uma nova era ao ensino de Agricultura nesta Província, cuja lavoura no futuro deverá colher grande vantagem.(134ª Sessão da Diretoria do IIBA, 04/06/1883)

O MACOP demandou ainda auxílio do IIBA para imigração e colonização

Ofício do Exmo. Sr. Presidente da Província, ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto com uma cópia da Circular do Ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sabendo se pode o Instituto se encarregar de promover uma subscrição com o fim de montar uma hospedaria para emigrantes, e certeza de terem lotes de terras já medidas para serem pelos mesmos cultivadas, aproveitando-se assim grandes extensões de terrenos que possuímos ainda de todo improdutivas, assim como de persuadir aos agricultores que possuem terrenos incultos a cedê-los gratuitamente, ou com condições módicas aos sofridos imigrantes. (137ª Sessão da Diretoria do IIBA, 16/10/1884).

Docentes da EAB eventualmente prestavam serviços ao Ministério da Agricultura como o professor de Veterinária e Zootecnia João Gonçalves Martins (1878) ou Frederico Draenert (1887). A partir de 1893, porém, o IIBA passa a se dirigir agora ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP). A partir daí, a subvenção de 20 contos é cancelada. Com o cancelamento da verba estadual de 25 contos, a Escola e o Instituto encerram suas atividades em 1904, com sua transferência para a Secretaria de Agricultura do Estado em 1905.

As atas da Diretoria do Instituto guardam um valor especial no sentido de indicar as formas de promoção a convite e adesão de novos sócios. É interessante atentar para a quantidade de títulos nobiliárquicos e militares dos convidados, demarcando desde já um critério de seleção. As atas servem também para tomarmos a lista de sócios (1859) ou mesmo a relação feita por Tourinho (1982) como indicativas,

pois não há correspondência integral com os convidados ou nomeados e que aparecem no decorrer dos anos.

Em 05/06/1863 foram propostos e aprovados Pedro de Lima Gordilho, Antonio Calmon de Araújo Góis, e os “Doutores” Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque, João de Araújo Aragão Bulcão, e Domingos Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, “aos quais, resolveu a Diretoria, se oficiasse na forma do estilo”. As adesões prosseguiram em 1871, com a nomeação como sócios efetivos do Barão de S. Thiago, Antonio Pereira Marinho, José Gabriel Calmon, João Vicente Viana, Joaquim Elísio Pereira Marinho e Antonio de Freitas Paranhos Jr. Cinco anos depois seria a vez de “Ten. Cel. Antonio Felipe de Melo, Luiz de Oliveira Mendes, Dr. José Pacheco Pereira, Barão dos Fiais, João Vicente Viana e Carlos F. Viana Bandeira”. Outras adesões ocorreriam até 1889, com por exemplo a entrada no IIBA o Conselheiro Francisco Sodré e o Comendador Aristides Novis.

O espectro de sócios honorários traz os personagens e instituições a que o IIBA pretendia render homenagem e reconhecimento, ao mesmo tempo em que também se projetava e buscava reconhecimento, particularmente com agentes do poder público e de outras associações co-irmãs. A 13/04/1860 se faz a concessão do título de sócio-honorário a João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império quando da criação dos Imperiais Institutos de Agricultura, ao Visconde de Sapucaí, e ao Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz, futuro Visconde de Bom Retiro e futuro Presidente do Instituto Fluminense. Outros homenageados com a filiação honorária foram o naturalista norte-americano Charles Frederick Hartt, da Comissão Geológica do Império, o Conselheiro João José de Oliveira Junqueira e, estatutariamente, os presidentes da Província.

O presidente da província durante todo o período imperial foi um dos principais mediadores do IIBA no que tange não só à canalização das verbas provinciais ou do governo central. A Presidência da Província foi responsável pela intermediação na obtenção de mudas, sementes, amostras vegetais, minerais e, principalmente, publicações científicas e relatórios de órgãos oficiais, especialmente junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

No que tange à sua própria atividade de divulgação, o IIBA deliberou pela impressão de mil exemplares dos Estatutos do Instituto (o Decreto N. 2.500A de 1.º de Novembro de 1859), com os atos das primeiras Nomeações Imperiais e a Ata da inauguração do Instituto, além de contratar com o *Jornal da Tarde*, de Salvador, “a

publicação dos artigos mais importantes relativos à agricultura, e atos emanados da Diretoria”, e a contratação de um tradutor de artigos “e do mais que possa interessar a lavoura” (6ª Sessão – 09/05/1860).

Seis anos depois, quando faltavam três anos para a publicação da revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o IIBA dá início à publicação de seu próprio, ainda que efêmero periódico, *O Agricultor Bahiano*, dirigido pelo Sócio Honorário Alexandre de Mello Moraes⁵².

Os anúncios das sessões da Diretoria e Assembléias de 1866 a 1872 seriam publicados no *Jornal da Bahia*. Estes anúncios mensais funcionam como indicativos de publicidade e visibilidade para a diretoria da instituição e suas atividades. As Convocatórias das reuniões nos jornais de Salvador visavam principalmente aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, e de todos sócios para a Assembléia Geral Anual de Aniversário. O *Livro de Anúncios* (1859-1873) tem especial importância por também registrar a prestação de serviços como a distribuição de mudas e sementes, em boa parte vindas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Um dos primeiros anúncios se referia ao já citado episódio de avaliação de máquinas de fabricar farinha do Rio Grande do Sul. Estes anúncios ainda marcaram chamadas para aquisição de terrenos para a futura escola de agricultura e, principalmente, a distribuição espacial das atividades do IIBA que se dividiriam entre o Palácio do Governo da Província, o Mosteiro de São Bento em Salvador, e as obras do "Estabelecimento Agrícola da Província" em São Francisco do Conde, no engenho de S. Bento das Lages.

O primeiro espaço era reservado para realização das reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal. O segundo funcionava como Secretaria do IIBA, e no terceiro funcionavam os campos de ensaio da associação ao mesmo tempo que se tocavam as obras da futura escola (IIBA. *Livro de Anúncios*. 1859-1873).

Mas o IIBA além da publicação de anúncios e editais, patrocinou parte da publicação de um de seus professores, Frederico Maurício Draenert⁵³. Antes disto, Draenert já havia

⁵² “Propondo o Sr. Dr. Mello Moraes, Sócio Honorário presente, que pela sua retirada para o Rio de Janeiro, o Imperial Instituto se prestasse, ou a tornar por sua conta a publicação que só por si tinha até o presente feito, do Periódico – *Agricultor Bahiano* –, ou um n.º certo de assinaturas, concordou a Diretoria em agradecer seu importante e espontâneo serviço, e tomar somente a si a assinatura de cem exemplares do referido Periódico; (...) e ao Proponente fornecido, conforme este pediu, cópia da presente ata, uma vez aprovada, bem como de outras que se seguirem, e por interessas sua publicação, ele quisesse mandar extrair na Repartição do Instituto” (34ª Sessão da Diretoria do IIBA, 05/04/1866).

⁵³ Trata-se do “Cathecismo de Agricultura prática”, em 5 fascículos, tendo até então sido impresso o primeiro, lamentando a Diretoria ter contribuído apenas com a quantia de 300\$000, “visto as finanças do Instituto não permitirem dar mais verba” (136ª Sessão da Diretoria do IIBA, 21/05/1884).

sondado o Instituto sobre a publicação de um Dicionário Etimológico dos termos técnicos da mineralogia que estava organizando (81ª Sessão da Diretoria do IIBA, 04/12/1873)⁵⁴.

2.8. IIBA: representações e interesses

O IIBA foi um espaço de aglutinação e canalização de demandas das frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo, em nome da lavoura da Bahia, diante do Estado imperial. O *Livro destinado para o registro das representações que dirigir o Instituto a Sua Majestade o Imperador (1860-1867)*, do IIBA é uma fonte manuscrita que conta com algumas particularidades neste sentido. Diferentemente das atas da Diretoria, não cobre todo o período de existência do Imperial Instituto. Por outro prisma, contudo, dispõe de uma riqueza quando se trata de trazer à tona argumentos e processos ausentes ou apenas mencionados nas atas. Aqui “emancipação da escravatura”, “abolição da escravatura”, “provável abolição” e “trabalho servil”, “braços africanos” aparecem como questões em profusão, em contraste com a brevidade, quase silêncio, das atas da Diretoria do IIBA⁵⁵.

Este livro de “Representações” oportuniza conhecer de forma mais direta os interesses, as reivindicações e a direção intelectual que se pretende construir. As atas da Diretoria trazem de pronto a vantagem de cobrir desde a fundação até a extinção do IIBA. As atas também reconstituem as questões institucionais, as redes de intercâmbios entre entidades e personagens e as relações com o Estado em várias esferas. Cada tipo de fonte obviamente tem um estilo, um modelo de composição, um vocabulário próprio, dada a sua natureza e condições em que foram produzidas. Não obstante, são fontes que se complementam pela repetição de temas, informações e argumentos.

Em sessão 20 de junho de 1860 que reuniu a Diretoria e o Conselho Fiscal do IIBA, dirigiu uma representação ao Imperador acerca da criação da Escola de Agricultura na Província da Bahia. Apresentou ainda uma indicação do Visconde dos Fiaes, relativa ao funcionamento de um Banco Agrícola e da diminuição de impostos sobre a Lavoura da mesma Província. Da fala cortesã são apresentados os limites do

⁵⁴ Pouco depois, Draenert “apresentou um Catálogo das Coleções de Mineralogia, e um Dicionário dos termos do mesmo Catálogo, o que se agradeceu, e mandou-se arquivar para mais tarde serem impressos” (82ª Sessão da Diretoria do IIBA, 05/03/1874). Não há mais notícias referentes a obra nas atas.

⁵⁵ A primeira menção explícita a braços “escravos” somente vai aparecer nas atas da Diretoria desta associação de senhores de terras e escravos, e de ex-traficantes e negociantes, na 61ª Sessão (01/12/1870).

poder do monarca, das finanças imperiais e do xadrez das províncias, eis o contexto em que a lavoura decaiu e os fiéis súditos prostram-se aos pés de Pedro II.

Senhor.

Aos Pés do Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial, submissos se chegam os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, que a dedicação incansável de Vossa Majestade Imperial à felicidade de seus fiéis súditos criou por ocasião da saudosa e sempre lembrada Imperial Visita a esta Província, e pela primeira vez exprimem eles reunidos e diretamente, seus humildes sentimentos de amor, lealdade e de gratidão.

Senhor.

(...) Os abaixo assinados honrados pela Escolha Imperial para instrumentos imediatos de realização de tão útil Estabelecimento, hesitam na preferência do caminho que lhes cumpre seguir para auxiliar eficazmente a quase agonizante lavoura baiana; e hesitam, Senhor, por que nem a Mão Poderosa de Vossa Majestade Imperial, pouco ou nada podem tentar de sério e proveitoso, e invocando a Proteção Imperial, receiam magoar ainda mais o Coração Paternal do Augusto Fundador deste Instituto, pedindo o que dificilmente poderão obter em vista do estado das finanças do Império, e do reclamo quase uníssono das Províncias, mais ou menos afetadas dos mesmos sofrimentos.

Os abaixo assinados descrevem a cultura da cana de açúcar como a que mais tem sofrido, a de que mais se receia “o completo aniquilamento”, recordando ser a cana também das culturas “justamente a mais antiga, a que alimentou a infância deste povo, dirigiu sua educação, e lhe deu forças para constituir-se Nação livre e independente”. Ainda que afirmando a impropriedade de tratar em uma representação de tema tão “dito e escrito”, “objeto tão fértil de conjecturas”, os diretores e conselheiros do IIBA expõem sua compreensão acerca da crise da lavoura onde a “velha rotina” era contrabalançada pela importação contínua de africanos, “que o proprietário brasileiro obtinha fácil e comodamente, progredíamos, e com este progresso avançava o Brasil a tomar lugar importante entre as Nações cultas”.

Escravidão e civilização neste momento não são tratadas antiteticamente, mas como pares que sintetizam-se para o progresso da jovem nação. Mas entre uma Europa que é modelo e uma Europa competidora, fatores estruturais de declínio do açúcar brasileiro são identificados pelos “açucarocratas”⁵⁶:

Depois, porém, que o proprietário Europeu, rico de capitais, auxiliado pelo rápido progresso da química, com todas as proporções para obter comodamente braços robustos e inteligentes, bem como maquinismos

⁵⁶ Remetemos aqui ao termo usado por Evaldo Cabral de Mello para se referir aos grandes proprietários de terras e escravos voltados para a produção de açúcar (MELLO, 1999).

apropriados, pôde quase tornar dispensável o açúcar da cana; depois que a facilidade da navegação, quer a vela, ou a vapor, colocou as férteis e povoadas regiões da Ásia às portas do mercado Europeu, o açúcar brasileiro não pôde afrontar a concorrência, e começou a uma vida de languidez e decadência.

Às questões estruturais os signatários do documento reúnem fatores conjunturais de declínio do açúcar, em especial, o custo e a mortalidade dos “braços” africanos:

O mal, porém, Senhor, que deveria ter seu progresso lento, mas sem dúvida mortal pela inanição, agravou-se repentinamente com a série de infortúnios que sobrevieram.

A importação de braços africanos cessou completamente e sem substituição; e o preço do escravo, quase entre nós único instrumento do trabalho agrícola, subiu seis e oito vezes mais, assim como triplicou o de sua alimentação.

A mortalidade cresceu horrivelmente com a invasão de epidemias até então desconhecidas; e o clima, até o clima, Senhor!, também parece ter passado por sensível e prejudicial variação! Repetidas e irregulares estações, chuvas excessivas, ou secas devastadoras tem completado a ruína da agricultura baiana.

Com o desaparecimento dos braços trabalhadores, “a miséria penetra no lar onde reinou a abundância, cessa a produção, e diminui sensivelmente a renda pública”. Os súditos fieis de Sua Majestade Imperial indagam, mas já apontam a resposta para tamanho infortúnio representando como “classe” que “sem injustiça às outras, constitui o mais seguro esteio da ordem pública”, emendando a passagem de um discurso corporativo a uma necessidade de reforma intelectual e moral, reivindicando o crédito, mas colocando-se contra o “individualismo” e vinculando o seu destino ao interesse de outras classes. Ao demandar o que falta à lavoura, instrução agrícola, instauram uma polarização, uma dicotomia: instrução *versus* rotina.

Falta-lhe a instrução que inventa ou imita os melhoramentos para economia do trabalho, e aumento de fertilidade ou de força de produção; falta-lhe mesmo o indispensável para conservar-se na rotina, surda devoradora do capital, por quanto muitos estão privados dos meios da própria alimentação, recorrendo as repetidas alienações dos próprios instrumentos do trabalho!

Nesta posição desgraçada, que se vai estendendo a todas as outras classes, torna-se geral a ansiedade, e cada qual procura salvar-se com a precipitação, egoísmo, e imprudência, com que o fazem os soldados de um Exército depois do – Salve-se quem puder – que inutiliza toda sabedoria e todos os esforços.

O credor assustado se precipita sobre o devedor infeliz, promove-lhe execuções, pede prêmios fabulosos das cominações, e desperta-lhe o pensamento natural da defesa, recorrendo o devedor aos meios extraordinários do abandono das propriedades, da subtração dos

escravos, dos contratos simulados, das vendas lesivas, de tudo enfim que desterra, ou mata o crédito, a boa fé, e a paz das famílias tão necessária para o desenvolvimento do trabalho útil.

(...) Senhor, sem dúvida a proteção mais profícua à lavoura será a de lhe proporcionar a instrução conveniente e apropriada; de que servirá, ter um escritor moderno, e ainda referindo-se à França! De que servirá pôr à disposição dos cultivadores todos os capitais necessários à realização dos melhoramentos, se eles são pouco habilitados para os compreender e executar?

Para os “escolhidos por Vossa Majestade Imperial para auxiliar os desejos de Seu Paternal Coração em bem da Agricultura”, que se reúnem, investigam, e discutem no meio do geral desânimo, identificando-se como representantes de “desventurosos companheiros”, a instrução agrícola devia “preceder a todos os outros esforços, e é o primeiro dos deveres do Governo de qualquer País”. O papel estratégico da instrução para seus interesses já traça o tipo de ensino agrícola a instaurar, definindo a inscrição neste a partir de sua origem de classe.

Os abaixo-assinados, Senhor, possuídos das mesmas idéias pedem com instância, e submissos, auxílio para levar a efeito a criação que projetam, de uma Escola Agrícola e Prática no centro das propriedades agrícolas, onde possam receber a conveniente instrução os filhos dos Lavradores, e onde mesmo uma segunda classe de indivíduos menos favorecidos da fortuna se possam habilitar para desempenhar com vantagem as importantes funções de Administradores de Estabelecimentos Rurais.

Indiretamente, os fiéis súditos revelam não apenas que escutam sua “Paternal Voz”, mas também depõe seus olhos sobre o monarca, acompanhando e pressionando-o, ainda que sutilmente.

A Paternal solicitude de Vossa Majestade Imperial não esqueceu de recomendar à Assembléia Geral tão importante assunto, sendo de crer que o Governo Imperial ficará habilitado com os precisos meios para reforçar os fracos recursos dos Institutos provinciais, que da mesma sorte que o da Bahia, serão de encetar a tarefa dispendiosa (...)

Os signatários da Representação ainda solicitam “algum alívio possível dos impostos”, uma mudança na legislação, quanto às condições da propriedade (“a indivisibilidade dos Engenhos de açúcar, a partilha de seu preço por todos os herdeiros, os ônus que pesam já sobre elas”). Aproxima-se o momento de concluir. Evidenciando a manipulação de quem aparentemente se coloca em condição passiva e submissa, as perguntas fundamentais são feitas, as responsabilidades, estabelecidas, e as respostas, encetadas revelando a mobilização da imagem social, da representação social em torno do monarca em prol próprio:

E de que recursos lançarão mão ou quem lhes proporcionará capitais para, livres dos vexames e das perseguições, sair da rotina e substituir os braços perdidos por máquinas e instrumentos agrícolas mais perfeitos e apropriados?

Neste isolamento não é de estranhar que os olhos de todos se volvam para o Chefe da Nação, Príncipe Magnânimo, que o Povo ufano contempla, Sábio, Estudioso, Ativo e Dedicado, que Confia no progresso, Crê na instrução; Príncipe enfim, Cheio ainda de mocidade, tendo a coragem e a esperança desta feliz idade.

Designariam, Senhor, os Representantes na plenitude da confiança que lhes inspira o Trono, precisar algum pedido para remediar seus males; mas impede-lhes o amor que consagram ao seu Monarca, receosos de magoar o Coração Paternal de Vossa Majestade Imperial, contentando-se de juntar aqui a dois arbítrios lembrados por dois dos Membros da Diretoria, na esperança de uma feliz opção, ou ainda de algum outro meio preferível pela Sabedoria do Governo Imperial, que melhor pode apreciar seus próprios recursos ou da Nação.

(...) O heroísmo e a dedicação, Senhor, encontram felizmente os Brasileiros no primeiro Filho do Fundador do Império.

Indicar-lhes pois o caminho, e eles vos seguirão: a dedicação e a confiança operam milagres.

Bahia.

Sessão reunida da Diretoria e do Conselho Fiscal. 20 de junho de 1860.

No ano seguinte, outra representação da Diretoria seria encaminhada a Sua Majestade Imperial, solicitando a aprovação dos Estatutos da Escola Agrícola do Instituto, bem como a dotação anual de vinte e cinco contos “para auxiliar os sacrifícios da mesma Província e dos particulares em sua empresa grandiosa”. Para viabilizar a Escola, mais uma vez, a responsabilidade do monarca é mobilizada.

Aos Pés do Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial vai novamente a Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia pedir humildemente a aprovação dos Estatutos da projetada Escola Agrícola, nesta Província; reconhecendo, cada dia mais, sua urgente necessidade; assim como que só de Vossa Majestade Imperial poderá vir à Bahia tão vantajosa criação.

A ubiqüidade do solo brasileiro, tão presente nos escritos dos naturalistas e intelectuais brasileiros ao longo do século XIX aqui não parece suficiente. Naquele ano de 1861 a abundância dos gêneros de primeira necessidade parecia-lhes fortuita, cabendo “ser seguida, próximo ou remotamente de correspondente reação”. Os braços “ociosos e meramente consumidores” não eram abundantes. Estavam superabundando. E cabia fazer-lhes “sujeitar-se ao trabalho”. Estes braços, o país, os Poderes do Estado e a própria população confiantes da fertilidade das terras e da admirável bondade de seu clima, somente despertariam quando “à borda do precipício”.

O trabalho agrícola executado no Brasil é descrito como estagnado há séculos, conforme praticado pelos “primitivos habitantes da terra”, à força de um trabalho bruto. Racismo e determinismo climático aparecem num parágrafo, seguido por outros em que se aponta uma saída para a indolência decorrente do clima e da raça, e para a rudeza do trabalho: uma escola.

Executado por braços escravos nenhuma pressa havia de o tornar suave, cômodo, e mais produtivo, e sua rudeza era uma razão de mais para desviar dele os homens livres do país, naturalmente indolentes pelo clima, pela raça, pela facilidade de viver.

Para criar uma nova geração, e modificar nossos hábitos, ou reformá-los, é de mister suavizar o trabalho, diminuir sua rudeza, facilitar sua execução, e torná-lo mesmo mais produtivo, para despertar a ambição pelos seus resultados.

Será esta uma grande e honrosa tarefa, porém a quem incumbi-la?

Somente uma Escola, Senhor, onde se ensine as teorias indispensáveis, onde se aprenda as invenções do gênio ou do acaso, onde se ensaie a imitação, e onde se procure os primeiros sucessos para a animação dos agricultores, poderá produzir o desejado resultado. [(Grifo nosso)]

Para vencer a “rotina triunfante” que se assenhorava do país, os dirigentes do IIBA duvidavam da capacidade da indústria particular em se encarregar deste ensino e dos ensaios e experiências correlatos, não por descrer da iniciativa individual, mas por sua necessidade “de aproveitar o trabalho”. Os diretores revelam cautela quanto a introduzir inovações despidas da indispensável “ilustração” para fazer as precisas modificações à diversidade de circunstâncias, para evitar sua depreciação e descrédito quanto ao apelo à ciência e à técnica, portanto.

Uma Escola, “teatro conhecido de todas as experiências”, centro de todos os esforços, teria o papel de despertar a “viva curiosidade” e engendrar “a sede de novidades tão natural a quem sofre e quer deixar a posição incômoda”⁵⁷. O trecho ressaltado na transcrição a seguir consta no manuscrito original, escrito em letras bem maiores que o restante do texto.

Senhor, depois de feliz visita de Vossa Majestade Imperial a esta província, torna-se de absoluta necessidade a realização de alguns grandes benefícios, e tendo sido como

⁵⁷ Luiz Carlos Soares localiza desde a “Filosofia Experimental” do século XVII a tendência da ciência ocidental à “quantificação das observações, sua repetição e comparação, seu caráter pluripessoal e transmissível e a interrogação crítica dos dados observados (o que de certo modo pressupõe a utilização de uma teoria)”. Com a emergência da Filosofia Mecanicista a necessidade de quantificação e matematização da natureza afirmaram-se integralmente (SOARES, 2001: 45). A incorporação destas características ao lado do desenvolvimento de um conjunto de temas e procedimentos próprios se encontra a nosso ver na base do que vai ocorrer em meados do século XIX, quando Liebig proporcionou uma configuração “moderna” à agronomia. Cf. BAIARDI, 2001.

tal apreciada a fundação do Instituto Agrícola, cumpre que produza o resultado esperado, ou possível, e sem dúvida o mais realizável, e certamente também o mais útil é o da criação da Escola, ainda que arraste o país a algum sacrifício pecuniário, se é sacrifício despendê-lo tão produtivamente; se o pode designar tal a Nação que há prodigamente gastado com a instrução pública, muito além talvez, de sua nascente civilização. [Grifo nosso o destaque original]

Reproduzindo uma crítica comum aos escritos agronômicos da primeira metade do século XIX e de artigos da SAIN e da SACIPBA sobre o domínio do bacharelismo ao lado da falta de ensino para a agricultura, “única indústria da Nação”.

Para tudo e para todos há Escolas, Academias, e Lições no país; em canto algum do Império se ensina o que interesse à cultura da terra, em um século de sucessivas descobertas neste gênero, do espantoso progresso da química, e da invenção dos processos, que na terra, à semelhança da indústria manufatureira, poupam milhares de braços, substituem a força animal pela física, e fazem descer o custo dos produtos a menos de metade, para excluir os da nossa cega rotina! E é portanto o que sucede no Brasil, onde é mais sensível a falta de braços, onde a população é em extremo diminuta, e essencialmente indolente! [Grifo nosso]

Lembrando as representações sobre “o gravame de certos impostos, mais ainda contra sua vexatória arrecadação” e sobre a concessão de recursos pecuniários, naquele momento a Diretoria do IIBA restringia seu pedido à aprovação dos Estatutos de sua Escola, e à dotação anual de vinte e cinco contos. Verifica-se aqui, mais uma vez, um estilo de argumentação que converte pedido em lembrança da responsabilidade. Secundarizando as iniciativas e tentativas anteriores em torno da agronomia na Bahia, a Diretoria do IIBA prefere demarcar para o monarca que foi o próprio monarca o começo de tão grandiosa obra, transmitindo-lhe a autoridade e a responsabilidade de concluí-la.

Foi Vossa Majestade Imperial, Senhor, Quem lançou a primeira pedra para o Edifício da nossa futura prosperidade agrícola, Quem descobriu com Sua Alta Sabedoria o verdadeiro mal do país. Cumpre pois terminar obra tão grandiosa.

Para concluir a exposição desta fonte, a demanda ora apresentada nesta representação datada de 28 de junho de 1867 é por um banco rural e hipotecário, mas o grande tema, correlato à desvalorização ou valorização da propriedade, é a emancipação do trabalho. O destinatário continua sendo o Governo Imperial, mas desta feita há a intermediação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Em nome da “pátria” e de “todos os lavradores da Província”, do “bem-estar” e da “felicidade pública”, é possível pensar a partir de Gramsci na atuação desta associação como uma peleja pela prosperidade, civilização e “desenvolvimento intelectual”, o que instiga o pesquisador a pensar a aplicabilidade empírica do conceito de hegemonia.

Senhor.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, penetrando os altos e patrióticos intuitos do seu Augusto Fundador, julga poder de algum modo desempenhar a honrosa tarefa que lhe fora incumbida, submetendo respeitosamente, com todos os lavradores da Província, uma súplica ao ilustrado critério do Governo de V. M.

*Na missão árdua e gloriosa que V. M. herdou, de governar os povos, cada ato manifesta **a firme intenção de conduzi-los à prosperidade e à civilização**: este pensamento inspirou a criação do Instituto, como mais uma promessa fecunda de benefícios. **A luminosa inteligência de V. M. compreendeu que não completaria aquela gloriosa missão se porventura se limitasse unicamente ao desenvolvimento intelectual de certas classes, e ao progresso das ciências e das letras; e que era mister também criar para os povos a maior soma de bem-estar, e de abundância, que, dissipando os sofrimentos da miséria, torna a vida fácil, moraliza o caráter do indivíduo, e engrandece a nação.**[Grifo nosso]*

Para o desenvolvimento da agricultura, “feliz complemento da civilização no Brasil e do manancial da felicidade pública”, que se não era a única indústria do país, era a principal e que constitui a máxima parte da riqueza nacional, impunha-se mesmo aos “mais incrédulos a evidência e convicção da necessidade de dotar o País com instituições de crédito, apropriadas à produção do solo”. Especialmente nas “circunstâncias atuais, em que acorrente das idéias civilizadoras e humanitárias propaga a emancipação da escravatura e procura transformar a nossa organização social e econômica, mais difícil vai sendo a situação agrícola desta Província”, os diretores do IIBA aguardam pela “iniciativa e alta sabedoria do Governo de V. M., fundando estabelecimentos de crédito, que expliquem a base suprema da riqueza pública”.

Na percepção dos quadros do IIBA, a prevista emancipação da escravatura agravava a desconfiança profunda e geral, em que o comércio e os Bancos tinham o lavrador, fazendo com que a propriedade rural ficasse sem cotação no mercado.

Por mais abastado que seja o proprietário, por mais sustentada que tenha sido sua pontualidade e crédito, por mais ativo e inteligente que tenha sido no trabalho, não inspira hoje nenhuma segurança de cumprir a sua promessa perante um estabelecimento bancário.

Compreende-se que o comércio funda suas desconfianças nos cálculos razoáveis, que devem dominar o espírito mercantil, porquanto, desde

que o único elemento de produção – o trabalho servil – está ameaçado de desaparecer, a produção reputasse problemática e não pode entrar como base segura das transações, e nem o comércio pode considerar uma garantia de cumprimento de obrigação contraídas a propriedade rural improdutiva, destituída de trabalho.

Este descrédito inopinado, ancrullando (sic) grandes valores, precipitou a lavoura numa crise tão grave, que a alta razão de V. M. há de medir-lhe a profundidade perigosa e proporcionar-lhe remédio eficaz e indispensável com aquela energia de resolução e patriotismo dos grandes pensadores e homens d'Estado, que sabem salvar os povos.

Nesta exposição, era preciso perceber tal questão como coletiva, e não individual, acentuando a passagem do plantador escravista para uma atuação enquanto classe senhorial, engajando “todos os lavradores da Província”, cabendo-lhes resistir ao processo de abolição da escravatura, controlando o seu ritmo da melhor forma possível.

Um inquérito, Senhor, (...) verificaria a impossibilidade de continuar a lavoura a existir sob a pressão da má desconfiança, que cada vez, se generaliza, que segue as tendências e a marcha das idéias da abolição da escravatura, envolta com o pânico gerador do descrédito, contra o qual não [há] meios de fazer prevalecer a verdade, de mostrar as intenções e prudência, com os quais o Governo Imperial executará uma medida, que tem de abalar as bases econômicas do País, ferir legítimos e vitais interesses.

*Se pois, é este o verdadeiro estado da lavoura; se é também um fato inegável a falta de crédito, que ela inspira ao comércio, se a gravidade das medidas abolicionistas criara para o presente dolorosos embarços, para o futuro perigos e ruína, **pensa o Instituto que faltará às obrigações, que lhe impõe a honrosa confiança de V. M., se não viesse com todos os lavradores da Província depor, mui reverente nos degraus do Trono, a fiel expressão de tantos males e sofrimentos.***
[Grifo nosso]

Em meio à tutela “cruel e devoradora da usura”, resignada às exigências, aos juros elevados, aos prazos curtos, o IIBA encarava a projetada emancipação da escravatura como “a ameaça fatal”, que despojava o produtor de crédito, anulando o valor de suas propriedades, dificultando-lhe os recursos.

Assim, no prisma da diretoria da associação, nos momentos que precediam a realização do projeto abolicionista, a lavoura necessariamente sucumbiria à realização da emancipação. A crise “está nos convencendo da urgência de tomar, enquanto é tempo, providências azadas a conjurar a consumação da ruína da fortuna pública e privada”, e concluem:

Se há uma época, em que a fundação do crédito agrícola é uma necessidade intuitiva, um reclamo de salvação pública, sem dúvida alguma é a presente. Donde tirará a lavoura o capital circulante, de

que há mister, para fecundar o solo e o trabalho? Despojada do crédito poderá recorrer aos Bancos comerciais, como até hoje o faria?

Se pela provável abolição, tem de perder os braços escravos, com que recursos se há de preparar para substituí-los? É evidente que o crédito, compatível com a natureza da produção da terra com a qual o agricultor satisfaz as obrigações e compromissos contraídos, com a barateza dos juros e longo prazo de amortização, não pode deixar de ser uma questão de vida e de morte, para a agricultura desta Província. [Grifo nosso]

Apesar de os peticionários não estabelecerem qual o sistema de crédito a ser adotado, seu diagnóstico da conjuntura expressa que não há espaço para hesitação, nem mesmo do governo de V.M.I.

Reconhecida a urgência de tal providência salutar, os peticionários, Senhor, não ousam sugerir nenhum alvitre sobre a escolha do sistema, segundo o qual se organizem esses estabelecimentos; pensam, porém, que toda hesitação já não é lícita na presença de tão grave conjuntura.

Se a agricultura de nações como a Rússia, a Áustria, a Dinamarca, e a Suíça, a Bélgica e a França “e recentemente Portugal” fundaram estabelecimentos de crédito agrícola, a do Brasil, não podia dispensá-lo. Os interesses da lavoura e os interesses do Estado são identificados e irmanados. Mais adiante, arrematam: “Aniquilada a lavoura às rendas públicas serão também aniquiladas”.

“Promover tais meios não interessa somente à agricultura, cumpre imperiosamente em honra do nome e do crédito do Estado”. Ou auxílio do crédito à cultura baiana, fazendo a Província descer “do pedestal de sua grandeza e opulência à miséria”. O IIBA traçaria um diagnóstico de resistência a sua proposta e um prognóstico a partir de uma experiência na própria Bahia para reforçar seus argumentos.

O Imperial Instituto Bahiano pede permissão de ponderar um fato, que demonstra a capacidade da agricultura desta Província para sustentar e alimentar os interesses, inerentes a um estabelecimento de crédito rural.

Quando converteu-se o antigo Banco Comercial da Bahia, a máxima parte da dívida pertencia à lavoura, nesta liquidação o Banco não teve um só prejuízo, uma só perda; os lavradores remiram honrosa e dignamente o seu crédito. Esse fato atesta a probidade dos agricultores e sua pontualidade; e ao mesmo tempo confirma que a produção agrícola tem meios suficientes para fazer os interesses de um estabelecimento bancário.

Não é possível duvidar-se dessa capacidade, desde que se atenta que a base de todo o comércio da Província é a sua lavoura de cana, de fumo, de café, de cacau e outros artigos, desde que se atente que a quase totalidade das rendas públicas provém de direitos sobre a importação que tem por consequência correlativa a exportação, e a nossa exportação é o resultado exclusivo da nossa lavoura.

Em meio aos anúncios do apostolado missionário do monarca pela felicidade pública, o tom do documento cada vez é menos suplicante e mais reivindicativo. Afirmado que o Governo Imperial tinha ao seu alcance todos os dados referentes à estatística comercial e agrícola sobre a dívida total da lavoura, seus rendimentos e o valor das propriedades, faz-se a cobrança, mais uma vez em seu nome e de “todos os peticionários agrícolas”.

Cumpra-se, Senhor, a Vossa promessa de benefícios à lavoura, realizem-se os Vossos altos e patrióticos intuitos, fecundando o crédito agrícola, como complemento da obra grandiosa, que empreendestes e como um dos monumentos da glória do Vosso reinado, que atestará a posteridade que a Vossa Mão poderosa e benfazeja salvou a base suprema da riqueza e da prosperidade nacional.

*O Imperial Instituto Bahiano e todos os peticionários agrícolas tem a mais viva esperança de que V. M. se dignará atender-lhes a súplica como for de Justiça, de razão, e das altas conveniências do Estado.
Bahia. Sala das Sessões do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.
4 de maio de 1867.*

2.9. O periódico do IIBA: *O Agricultor Bahiano*

O Agricultor Bahiano foi publicado num momento em que houve um crescimento significativo na criação de periódicos relacionados à ciência a partir de 1860, apesar de o Brasil ainda apresentar um quadro em que a instrução e a educação científica eram extremamente limitadas e restritas às camadas privilegiadas da sociedade (MOREIRA, MASSARINI, 2002: 46). Aliando a difusão de conhecimentos agronômicos e de um fórum de formação de opinião dos lavradores, ocorre a efêmera mas significativa publicação de *O Agricultor Baiano* (OAB) – “Periódico consagrado, exclusivamente, aos interesses da Agricultura brasileira sob os auspícios do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”–, e que vocalizou a necessidade de reformas no âmbito das técnicas agrícolas fundadas em princípios científicos, ao lado da insistência na reforma e ampliação do crédito agrícola e hipotecário.

A carestia de víveres, segundo o texto “A cultura dos mantimentos”, decorria do “mau sistema de culturas” vigente. Negando falta de braços de uma forma geral, e em especial na lavoura de mantimentos, oferecia para melhoramento e progresso da agricultura seu pensamento, “nascido e robustecido na prática da lavoura”. “Todo o amanhã da terra, entre nós, consiste em roçar e queimar; boa queima, boa colheita, é a

opinião geral. A experiência, repetidas vezes desmente este conceito”. Em contraponto a este sistema, recomenda a estrumação e o uso do arado.

*A nossa lavoura e toda braçal, rude e pesadíssima; exige grande número de braços robustos, e muito tempo de trabalho. (...) Entre nós tudo é provisório. (...) o sucesso não está nas mãos do homem; é um caso confiado ao vento, e não há patrono mais incerto.
(...) A lavoura pelo arado é econômica de tempo, de trabalho e de capitais; não é casual e fortuita, mas certa e segura. (OAB, 28/02/1866: 2).*

Na coluna “Agricultura”, realizava-se uma exposição sobre os conceitos das ciências naturais que serviam de base à agricultura. Desta forma foram expostos textos sobre Física, Química e Botânica. As recomendações do periódico do IIBA pretendiam explicar as generalidades das ciências acerca das quais os leitores, desejando, pudessem recorrer aos “tratados especiais”. Um exemplo de busca de equilíbrio entre a linguagem coloquial e a científica, está em “Agricultura. Da Botânica”, publicado na edição de 17/03/1866.

Vamos dar aqui duma maneira muito sucinta um resumo de anatomia e de fisiologia vegetal, que muito aproveitará aos nossos lavradores dando-lhe assim o conhecimento indispensável ao estudo dos vegetais, bem como assentaremos igualmente as bases de duas grandes classificações a que nos remetemos para cada planta em particular, a de Linneo, e a de Jussieu seguidos hoje em toda a parte. (OAB, 17/03/1866: 1).

Um das principais questões do OAB foi o crédito. Junto às reclamações sobre o crédito aqui expostas, temos a oportunidade de ingressar num conjunto de representações e hierarquias raciais entre latinos e anglo-saxões. O sócio Conselheiro Junqueira expressou temor pelo futuro da lavoura, conquanto antevisse o fim do braço escravo.

*Terras não nos faltam, azadas a toda espécie de cultura; mas isto não é o bastante, precisa-se de braços e capitais.
Com a escravatura devemos pouco contar, e convém preparar os meios para que se torne menos sensível o **abalo que principiamos já a sofrer, tendo de substituir-se o trabalho escravo pelo trabalho livre.**
Suposto que a raça latina não tenha a energia da anglo-saxônica, não é todavia a primeira falta a proveniente dos braços trabalhadores; os agricultores não elevariam tão alto o seu clamor se se tivesse tratado de facilitar à sua classe baratos capitais, porque se um ou outro não se aproveitasse dessa grande vantagem, é certo, que a maioria teria achado recursos para adotar os melhoramentos que necessitam de capitais, e bem assim desenvolver todos os auxiliares tendentes a dar os resultados que se poderiam obter por meio do trabalho e da indústria, auxiliados por esses capitais baratos.*

A experiência nos tem demonstrado que aqueles lavradores que têm podido obter alguns capitais, apesar de serem caros e concedidos debaixo das condições errôneas e revoltantes, esses lavradores, dizemos, têm podido resistir não só à inconstância das estações, o que é nada, mas até ao sistema falso das miserandas doutrinas que esses estadistas pigmeus beberam em algumas fontes impuras, e que por desgraça do país tem prevalecido e fazem hoje a lei do estado; e até foram nos parlamentos apoiadas e sustentadas para vergonha nossa! Se pois, os lavradores inteligentes, e laboriosos, resistiram à essas crises, que não teriam eles feito se tivessem encontrado a proteção dos capitais baratos?

E quem tem culpa disto?

Nós temos bastante coragem para responder: é o governo, é o parlamento... (OAB, 03/02/1866: 1 – Grifo nosso).

Ao tempo em que o parlamento discutia a liberação da cabotagem aos estrangeiros – uma “liberdade industrial além de todos os limites” – “assassina o filho mais dileto das teorias modernas”, o crédito.

É na série de textos “*Utilidade dos Índios, em relação à colonização européia que tem vindo para o Brasil*” que se oportuniza estudar representações e hierarquias raciais, não entre latinos e anglo-saxônicos, mas entre índios, negros, europeus e chineses nas medidas de colonização.

Após longa digressão sobre a “cronogonia dos índios”, i.e., sobre suas origens, o autor desta série termina por expor os vínculos entre racismo, colonização, imigração e política de terras. Reafirmando uma imagem comum na época sobre a uberdade do solo brasileiro, com clima ameno e solo fértil, cortado por imensos rios, pondera que a aceitação da colonização européia ainda precisava de um amplo processo de convencimento.

O Índio e o africano, tiveram em sorte, serem escolhidos para o cultivo das terras; porém, com tamanhos desconcertos, que o Índio, para fugir da escravidão, que muito temia, tratou de embrenhar-se, e o africano, que tinha menos recurso, por estar em país desconhecido, carregou com todo o trabalho, sem o que para o substituir, se buscassem meios, que fizessem com que a agricultura se não ressentisse, como já se vai sensivelmente observado, ameaçando-nos com um futuro medonho, se os poderes do Estado, não lhe melhorarem a condição.

Ninguém nos diga, que para melhoramento da agricultura, já se tem empregado os meios de obter-se a decantada colonização estrangeira, e despendido enormes somas, quando vemos que esses meios nada têm de real produzido.

Ai está faltando mais alto que tudo, a colonização, que se mandou fazer de rabichudos, nas ilhas Chinas, que não são outra coisa, que miseráveis desgraçados, que nem para si prestam. O Brasil despendeu mil e tantos contos inutilmente, e o ministro, que teve a infeliz lembrança, nada sofreu em sua reputação, por haver prejudicado ao tesouro nacional.

A experiência constante, nos tem convencido, que os colonos europeus, na máxima parte, que tem vindo para o Brasil, são verdadeiros proletários, vadios, ou antes as fezes do povo europeu. (OAB, 17/03/1866: 2 – Grifo do original)

Em seguida, indaga: “Que utilidade tem tirado a lavoura, com a lei das terras? (...) montar repartições de luxo, com detrimento dos cofres da nação!” Cumpria uma série de medidas ao governo antes dar início à vinda do imigrante.

(...) primeiro que tudo, levantar a topografia do país, demarcar boas terras, acessíveis, para as dar de graça ou por pouco dinheiro, ao estrangeiro; ao mesmo tempo, descrever a natureza do solo, as produções prováveis, a natureza do clima e suas variedades, e tudo, com a maior exatidão, a fim de que os estrangeiros, não se suponha logrado, e nem se possa queixar. (...) A repartição das terras é uma instituição supérflua, e de mero luxo; e o único préstimo, que lhe descobrimos, é de servir de viveiro de reserva, para onde são atirados, os que estão à espera de bons empregos. (OAB, 17/03/1866: 4)

“Utilidade dos índios” constitui um conjunto interessante de textos também para entrevermos “as necessidades do povo” e quem é o “povo”.

A emigração de proletários e vagabundos continua, e os poderes da nação não atendem para ela, esquecendo-se, que vadios, e ratoneiros temos já de sobra, e não é necessário colonização para adquiri-los.

*(...) Cumpre, que se olhe seriamente para o futuro do Brasil, e se abandone esse jogo de transações imorais, a que se tem impropriamente dado nome de política: e **atenda o governo para as necessidades do povo, e enquanto se não empregam os meios razoáveis e profícuos, para termos colonização proveitosa; lembramo-nos que temos entre nós**, uma classe de vadios, sem nacionalidade, dados a todos os gêneros de vícios, e sobre quem ainda se não prestou seriamente a menor atenção, que **são os africanos livres, e os libertos, nascidos destes**, que amontoados nas grandes cidades e povoados, a título de quitandeiros, não só são improdutivos, e viciosos, como acoutadores de escravos, que para eles levam o que podem roubar nas casas de seus senhores, não só para nutrirem seus vícios, como repartirem com eles (OAB, 17/03/1866: 3-4 – Grifo nosso)*

No decorrer dos sete números que localizamos, entre as referências ao cultivo de mantimentos, arroz e algodão, publicou-se uma lista de engenhos da Bahia que atingiu o número de 616. Além desta lista de propriedades, também foi publicado no primeiro número, a Ata da “1.^a Sessão da Diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em 16 de Dezembro de 1859”, donde podemos extrair também listas de sócios efetivos e de homens convocados para ingressar na associação. No último número localizado, a última matéria é um extrato, referindo-se a uma escola de agricultura projetada e ansiada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Uma escola normal de agricultura

*O estabelecimento de uma escola normal agrícola, em que o jovem pudesse receber uma educação e ensino teórico e prático conveniente à agricultura, para que se possam algum dia estabelecer e aproveitar o fruto de seus trabalhos; uma escola em que lhes fosse ensinado tudo aquilo que é necessário para **dar ao país bons agrônomos, e arrancar a lavoura dessa rotina hoje tão generalizada e contrária inteiramente ao desenvolvimento material e moral do país**, é desde há longos anos objeto das mais sérias reflexões da **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Desnecessária se torna a demonstração das vantagens que um tal estabelecimento produzirá no país; os alunos ali criados receberiam além do ensino teórico e prático da agricultura uma educação moral, que muito contribuiria para acabar com essas milhares de barbaridades hoje tão vulgares no interior do Brasil, e para cuja extinção a severa mão da justiça não tem a necessária força. Não há quem não conheça o estado em que se acha a lavoura entre nós. Sem o conhecimento necessário para poder escolher os terrenos, prepará-los convenientemente, semeá-los com aquelas sementes que melhor neles progridem, sem saber preparar e empregar os adubos tão necessários para a boa produção, sem conhecer os métodos de beneficiar os produtos colhidos, a fim de alcançarem bons preços nos mercados, está a agricultura entregue aos sucessos do acaso, que na maior parte das vezes falham, podendo ele ao contrário, fundado sobre princípios de economia rural, sempre contar com uma colheita, que ainda mesmo que não fosse boa, ao menos compensaria de algum modo o seu trabalho.*

*Estas enormes vantagens, filhas unicamente de **um trabalho regular e metódico, fundado sobre os princípios das ciências correspondentes**, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional as vê todas na fundação de uma **escola normal agrícola**, e assim mesmo não pode até hoje executar um projeto que importava um grande passo no caminho do progresso, assim mesmo viu-se obrigada a se conservar por ora nos limites estreitos, que a escassez de seus meios lhe marcavam; porém não descansou, e o que não pôde fazer por si mesma, chamou à atenção do governo, que reconhecendo a pureza de intenções de nossa sociedade, a cada passo lhe dá as mais significativas provas de quanto deseja coadjuvá-la em tudo que tem por fim desenvolver o progresso do país. (Extraído) (OAB, 21/04/1866: 3-4)*

Aproveitando o ensejo, é possível situar O Agricultor Bahiano em um conjunto de periódicos de caráter pragmático, dedicados à valorização da ciência por meio de sua vulgarização, a exemplo de *O Auxiliador* da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, na medida em que difundia as descobertas úteis e propugnava a racionalização da produção agrícola, como *O Auxiliador* (VERGARA, 2003). Aproximando-se também da SAIN, noutra chave, como espaço intelectual-cultural para produção e imposição de uma civilização, a partir de um consenso restrito aos poucos segmentos dominantes para a construção da nação associada ao

conhecimento das ciências naturais, e restrito aos especialistas responsáveis por aclimatar e reconfigurar o aporte teórico europeu às novas condições e demandas.

2.10. Imperial Escola de Agricultura na Bahia: o projeto de Francisco Gonçalves Martins

Mais tarde, quando a lavoura, inspirando-se nos princípios da ciência assumir a importância que lhe compete, pagará a história ao Imperial Instituto de Agricultura os encômios que lhe forem devidos. (Antonio da Costa Pinto, Presidente da Província da Bahia – Assembléia Geral do IIBA, 18/11/1860).

O discurso do futuro Visconde de Sergimirim, Antonio da Costa Pinto ocorreu no primeiro aniversário do IIBA, em sua assembléia geral, e foi a ocasião de apresentação do primeiro projeto da instituição de uma escola de agricultura. Tanto o discurso do Visconde, quanto o projeto da escola, ali explícita, aqui implicitamente, giram em torno da ciência enquanto mecanismo compensador da falta de braços, disseminada a partir de um ensino teórico e prático ⁵⁸.

A crença de que os princípios da ciência aplicados à cultura da terra seriam capazes de arrancar a classe agrícola “do abatimento, da ignorância e até da pobreza em que vive” foi o *leitmotiv* do discurso do fundador do IIBA e presidente da província da Bahia em novembro de 1860.

Os Costa Pinto foram dos mais destacados proprietários, negociantes e políticos do Recôncavo Baiano a partir de Santo Amaro no império. Tendo participado da fundação da SACIPBA (PANG, 1979b: 29), do IIBA e da implantação de uma companhia de estrada de ferro bem como do primeiro engenho central do norte, o Engenho Central de Bom Jardim (1880), na análise de Eul-Soo Pang, esta família expressou um esforço político e econômico de modernização e reforma agrária, representando o quanto o “patriarcado” foi o ponto fundamental das atividades econômicas no Brasil. Na Bahia, Pang destaca as famílias patriarcais de Santo Amaro “que dominaram, juntamente, a vida social, econômica e política da Bahia” (PANG, 1979b: 23).

Da SACIPBA ao IIBA, contudo, é possível rastrear um controle e uma liderança também no campo cultural e científico. Uma linha de continuidade é evidenciada no contraste das listas de sócios das duas instituições, e uma persistência

⁵⁸ COSTA PINTO, Antonio da. Discurso a Assembléia Geral do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em BAHIA, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1861, N-11A., 18 de Novembro de 1860.

sobre que medidas implementar para reformar a lavoura também pode ser identificada, destacando-se a criação de uma escola agrícola.

Na fala a seus consócios, o Visconde os convocava ao “dever e glória do cidadão” em servir seu país, “altamente agrícola”, e sua província, “essencialmente agrícola”, com a memória da epidemia de cólera (1855), “três anos de seca”, a cessação do tráfico de africanos, abatendo a lavoura, mas também visita do imperador à província, cujo principal legado foi, justamente, a criação do Instituto.

(...) cabe-nos o dever de tributarmos a S. M. O Imperador os votos que lhe devemos todos os que os amamos de coração, a prosperidade deste grande Império. A sua visita a esta briososa Província, assinalou-a com traços de luz o Imperador, criando o Instituto de Agricultura.

(...) Necessidade imperiosamente reclamada, desde muito aqui, e por ventura no País todo, era o ajuntamento dos homens da lavoura numa associação adequada às exigências da situação, a fim de que o esforço isolado de cada um deles, do mais patriota ou arrojado não se perdesse no meio da indiferença dos costumes, ou do desânimo geral.

O Visconde argumentaria junto ao auditório sobre a necessidade do empenho em elevar juntos o IIBA “ao grau que exigem os vossos e os interesses desta terra”, derramando os princípios de ciência aplicados à agricultura por meio do ensino ao homem do campo.

Para que o Instituto possa assumir o papel e a importância que lhe competem, é apenas necessário que cada um de vós, na esfera de seus recursos, preste-lhe o concurso de sua dedicação e do seu trabalho. Então, Senhores, quando o braço do homem, favorecido e ajudado da ciência, não abrir maquinalmente a terra; quando a ignorância e as velhas usanças cederem o lugar à ilustração, vossos filhos bendirão esta instituição, cujo aniversário festejamos hoje.

Após, informar sobre o arrendamento da “Fazenda das Lages” do Mosteiro de São Bento, em São Francisco do Conde, Antonio da Costa Pinto anunciaria a discussão do projeto formulado pelo Barão de S. Lourenço dos estatutos da escola a ser criada⁵⁹.

O “aperfeiçoamento” das raças animais foi um dos pontos centrais do projeto apresentado àquela assembléia, devendo na futura escola receber “especial cuidado” fosse por ensaio de diferentes alimentações, cruzamentos ou introdução de novas raças. A “aplicação das teorias” sobre a cultura e os sistemas de fabrico ou beneficiamento do tabaco e de gêneros alimentícios eram áreas de interesse especial a serem contempladas

⁵⁹ MARTINS, Francisco Gonçalves. “Projeto de Uma Escola de Agricultura para a Província da Bahia, pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura” em BAHIA, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1861, N-11A..

na escola no projeto do então Barão de S. Lourenço, ao lado do açúcar, principal objeto de atenção conforme assinalado no seu 25º artigo (Ver no anexo VI, este documento na íntegra):

É com especialidade recomendado à escola quanto diz respeito ao plantio e cultura da cana; a preferência das espécies, de conformidade com a qualidade dos terrenos; a economia do trabalho; a abundância sacarina pela superioridade da cultura, e aplicação dos estrumes mais apropriados; enfim, deve ela procurar descobrir o mais vantajoso método do fabrico do açúcar, acomodado à inteligência, e recursos da maioria dos proprietários. Igual cuidado se lhe recomenda quanto à cultura e manipulação do tabaco, e dos gêneros alimentícios do uso comum, ou que o possam ser com vantagem.

O autor do projeto previa ainda a realização de exposições de produtos, “artefatos” e animais; premiações; recompensa para docentes e discentes de “zelo e inteligência”. Também deveria ser instituída a publicação de relatórios dos alunos (a partir das suas atividades práticas e teóricas), transformados em memórias pelos professores. Outros trabalhos de autoria dos professores e estes relatórios seriam publicados no “Jornal do instituto” (artigo 26 dos Estatutos).

Previendo a existência alunos pensionistas e gratuitos, bem como o regime de internato como externato, a principal diretriz dos Estatutos propostos para a Escola era a divisão e hierarquização do ensino em dois grupos fundamentais: alunos de “primeira classe” e alunos de “segunda classe”. O primeiro curso deveria durar três anos, o segundo dois. O primeiro deveria ser teórico e prático, o segundo, “somente prático”. Aquele curso formando engenheiros agrícolas, este formando agricultores práticos.

Caso os alunos cursassem, por opção o último ano mais uma vez, receberiam outros títulos – engenheiro agrícola mestre e mestre agricultor prático, respectivamente –, dedicando-se ambos ao magistério agrícola. As aulas e laboratórios deveriam ser comuns, mas enfermarias, e refeitórios funcionariam separadamente.

Os Estatutos previam ainda que operários livres ou escravos poderiam fazer “trabalhos” nas instalações da escola para “aprender os diferentes processos agrícolas” e ao fim receber um “certificado” (não um título, como os outros cursos), de conduta e aptidão; na verdade, não frequentariam os cursos, mas tão somente serviriam como empregados, tanto que receberiam um salário (art. 20 dos Estatutos).

Mas a Escola de Agricultura vinculava-se por este projeto ao Império fosse por prever a entrega anual de uma prestação de contas acadêmica, científica e financeira “à Augusta presença do Imperador”, por meio de um relatório especial dos trabalhos da

Escola, e balanço de sua receita e despesa, bem como sobre as memórias escritas por Professores e alunos.

A contração de vínculos de responsabilidade para o governo imperial foi costurada de várias formas neste documento. Sob a administração imediata e direta do IIBA, a Escola seria intitulada “Imperial Escola de Agricultura da Bahia”, e as deliberações do Instituto seriam submetidas “à suprema Inspeção do Governo Imperial”. Aliás, o Imperador, “Augusto Fundador do Instituto” seria o Protetor oficial da Escola, bem como nesta se celebraria o aniversário do monarca. Tal como nas “Representações” ao monarca, por meio da submissão se buscava contrair poderosa responsabilização.

A clivagem entre um curso para os filhos dos proprietários rurais e os filhos dos “menos favorecidos da fortuna” no projeto de 1860 guarda um eco com o *Manual do agricultor brasileiro*, já tratado anteriormente, de Carlos Augusto Taunay, que propôs cursos agronômicos em fazendas-modelo divididos em “duas classes”.

Taunay apontava a necessidade de “que as Câmaras instituíssem cursos agronômicos, aonde os filhos dos habitantes mais abastados, destinados a serem algum dia senhores de grande número de escravos em engenhos e fazendas, se formassem na nobre e benfazeja ciência da agricultura, base de toda a civilização, fonte de toda riqueza, com especialidade da brasileira” (TAUNAY, 2001: 282).

Em contraste com o projeto de S. Lourenço, na Bahia 22 anos depois se previa para o curso de primeira classe um período de três anos. Na fazenda-modelo de Taunay se constituiriam cadeiras de agricultura com o curso atingindo sete anos. O destino dos formados em ambos os casos era comum: proporcionar competência e aptidão para assumir cargos no Estado ou a direção de estabelecimentos agrícolas.

Em ambas proposições o conhecimento das ciências naturais aplicados à agricultura eram o fundamento do curso, a par dos conhecimentos em hidráulica. Contudo, a diferença capital é o horizonte diante da mão de obra escrava.

No *Manual* se tratava do preparo de futuros senhores de escravos, tanto que no sexto ano do curso da primeira classe os alunos ficariam à disposição do administrador geral da fazenda-modelo numa espécie de estágio que “lhes ensinará metodicamente a arte de governar a escravatura, a qual, fora desta circunstância, estará o menos possível em contato com os alunos” (TAUNAY, 2001: 296-297).

Com o freio à expansão contínua da agricultura escravista brasileira em consequência da aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, os escritos agronômicos brasileiros deixaram de se voltar para reflexões sistemáticas sobre a administração de

propriedades rurais escravistas brasileiras. O ponto de virada, conforme Marquese, esteve na passagem da década de 1860 para a de 1870 (MARQUESE, 1999: 244).

Estas mudanças a par de transformações conceituais e metodológicas da própria ciência agrônoma no decorrer da segunda metade do século XIX, e em especial nos anos 1870, dariam às primeiras turmas formadas pela Escola do IIBA, um perfil diverso do expresso por Taunay ou Gonçalves Martins, a partir do funcionamento da Imperial Escola Agrícola da Bahia em 1877. Antes de adentrarmos na análise das turmas iniciais da EAB, a composição de seu quadro docente, sua organização e funcionamento, no próximo capítulo, faz-se preciso abrir um balanço dos resultados até aqui apresentados do ponto de vista historiográfico.

2.11. Uma proposta: a ampliação do laboratório civilizatório do Império

O estudo da o IIBA impõe um redimensionamento da trajetória da classe dominante agrária no Bahia. Se a SAIN, ponto de encontro da elite parlamentar, burocrática e intelectual da Corte foi subestimada pela historiografia, ao menos fora da história das ciências, muito mais o foram os Imperiais Institutos de Agricultura (IIA).

Estas instituições, do ponto de vista da cultura, especialmente no âmbito científico, marcaram um período de mudanças conceituais e institucionais, destacando-se da *Revista Agrícola* do IIFA e a *Escola Agrícola* do IIBA, abrigando ambas atividades de análise do solo, através da química agrícola, que se diferencia da agronomia no Brasil da primeira metade do século XIX, muito lastreada na botânica.

Uma análise que incorpore a SAIN deve contemplar seja a historiografia das ciências, seja a historiografia *tout court*. A história das ciências no Brasil das últimas duas décadas tem resgatado a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional como importante espaço privado para a atividade científica no Império (DANTES, 2001a: 233; DANTES, 2001b: 18; FIGUEIRÔA, 1997: 52-53; LOPES, 1997: 71, 74, 329; MARINHO, 2002: 19, 92).

A estruturação interna da SAIN, ao longo do século XIX refletia uma demanda científica, mas também uma oferta de teorias e conhecimentos que se especializavam. Ao evidenciar quais os ramos das ciências considerados meios para aperfeiçoar a agricultura, artes, ofícios, com o passar do tempo, embora não perdesse a relação com a agricultura, as suas comissões foram se especializando, o que se refletia no seu periódico (DOMINGUES, 2001b: 96).

Domingues ressalta o papel de intermediação da SAIN para aplicação prática e divulgação de conhecimentos científicos sobre a agricultura, agindo como elemento aglutinador de uma parcela das forças produtoras, políticas e intelectuais do país em torno do poder monárquico (DOMINGUES, 1995: 73).

Para José Luiz Werneck da Silva (1979), que destacou a atuação da SAIN no período de 1871 a 1877, nenhuma corporação imperial teve o número de sócios alcançado pela Sociedade Auxiliadora, “sócios estes representando praticamente todos os segmentos da classe dominante”, bem como nenhuma corporação imperial recebeu do governo imperial, tantos favores, em assuntos econômicos, notadamente entre 1850 e 1880 (SILVA, 1979: 9-10).

“Mas suas possíveis ligações ‘administrativas’ não fizeram dela um órgão administrativo. Não foi composta de funcionários. Não foi burocracia, *strictu sensu*. Ficou na confluência do público e do privado”. Em outras palavras, dentro do quadro administrativo imperial, era “uma ‘agência auxiliar’, prestando serviços aos ministérios, ‘agências diretas’.” (SILVA, 1979: 95)⁶⁰.

Voltando à questão da íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, Mattos sublinha a diferença qualitativa entre o plantador escravista e a classe senhorial. “Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão” (MATTOS, 1987: 92). O Estado Monárquico se une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira e os une aos detentores de monopólios que se constituíram nas outras regiões do Império.

Para tanto, o Estado Imperial valeu-se da transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, da aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes na Corte através dos negócios vinculados à restauração da moeda colonial, da união de famílias proprietárias através de alianças matrimoniais, bem como da nobilitação daqueles que gravitavam em torno da Família Real.

⁶⁰ Silva considera ainda que “ao se iniciar a conjuntura de 1871 até 1877, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional se qualificava como um organismo intermediário, na confluência da sociedade civil e da sociedade política, com características semi-governamentais, semi-oficiais e semi-públicas. Não era, certamente, um grupo de pressão ou um grupo de interesses organizados, mas podia ser (e muitas vezes foi) instrumento de pressão de grupos de interesses organizados, como aqueles que se representavam no bloco do poder, definindo em meados do século XIX e modificado no decorrer das suas três últimas décadas”. (SILVA, 1979: 94).

Entre SACIPBA e IIBA, verificamos que a aglutinação, organização e ampliação de associações científicas também constituíram espaço para a expansão de formas de solidariedade horizontal entre aquelas famílias proprietárias. Conquanto Mattos ressalte como espaços para o desenvolvimento desta aglutinação as Misericórdias, lojas maçônicas, e Guarda Nacional, propomos que os Imperiais Institutos também foram espaços para a produção e difusão da civilização.

Extrapolando as conclusões de Mattos, observe-se seu destaque à política de Instrução Pública fluminense, que constituiu um “laboratório saquarema” ao almejar a *formação do povo*, distinguindo cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos, resgatando-os da “barbárie” e inscrevendo-os na “civilização”.

Laboratório também por ter sido espaço para ensaiar, testar, experimentar um processo produção de consenso em torno de um conjunto de representações e práticas. A retomada de princípios diferenciadores e hierarquizantes presentes na sociedade neste laboratório, “de modo a evidenciar para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava” foi um movimento que, enriquecido pela trajetória dos IIA, permite ampliar a noção de “laboratório saquarema” para um “laboratório civilizatório”. Na medida em que “instruir e educar” eram a maneira fundamental “de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil” (MATTOS, 1987: 264-5), as associações científicas em foco cumpriram um papel especialmente pedagógico especialmente no que tange à formação de quadros dirigentes.

Esta reformulação é possível na medida em que a “difusão da civilização” e o “resgate da barbárie” tiveram em instituições científicas um *loci* privilegiado na construção de tais mecanismos. Assim, a proposta aqui é de que os Imperiais Institutos de Agricultura e a SAIN integraram este laboratório civilizatório “ampliado”.

Em outros termos, a construção de uma capacidade de exercer uma direção, uma direção política, uma direção intelectual e moral pelos saquaremas (que visavam, em última instância, a reforma para consolidar um domínio na agricultura), teve em instituições como os Imperiais Institutos de Agricultura e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional um canal de exercício de uma Autoridade quer no governo do Estado, quer no governo da Casa. E isto tanto por conta de seu caráter semi-governamental, como por conta de se constituírem em espaços para a difusão e reelaboração de representações de civilização.

Do nosso ponto de vista, ao lado da dimensão científica dos IIA ressaltada por Domingues, é preciso atentar para sua característica de associação de classe do segmento rural dominante, voltados para a agroexportação. Ainda que fosse uma instituição com chancela oficial do império, o tipo de atividade e relação que estabeleceu com o governo lhe aproxima do perfil delineado por Werneck da Silva para a SAIN, i.e., uma “agência auxiliar”, ou semi-governamental. Por meio da análise dos relatórios do Ministério da Agricultura, de *O Agricultor Bahiano* e demais fontes manuscritas emanadas da diretoria do IIBA, apreendemos que as relações entre o instituto da Bahia e governo central de um lado revelam uma instituição que faz parte de um plano maior, e de outro, as interseções entre público e privado.

E mais, *O Auxiliador* da SAIN (1833) e o *Jornal da SACIPBA* (que principiou sua publicação um ano antes do periódico da Sociedade Auxiliadora) ao lado das memórias que os integram, guardadas as especificidades, foram fóruns de organizações privadas importantes para a articulação das classes dominantes na Bahia e na Corte.

Na Bahia, o consórcio entre ciência, economia e política teria prosseguimento na criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA, 1859), onde estavam mais de um quinto dos criadores da SACIPBA. Fundada por muitos dos remanescentes da SACIPBA, também o IIBA chegou a publicar seu periódico, *O Agricultor Bahiano*, ainda que bem mais brevemente, memórias de inspiração ilustrada em 1866.

Parafraseando Dias, a “continuidade dos grupos e das idéias” (DIAS, 2005: 126) do ponto de vista social e da produção científica na Bahia, diretamente encetada por seus membros, entre a SACIPBA e o IIBA, é um processo jamais identificado na historiografia. Mas esta associação baiana foi responsável pela principal descontinuidade no campo científico da agronomia imperial, através da criação da *Escola Agrícola da Bahia* (EAB).

O IIBA, ao criar a EAB, participaria da reconfiguração dos conhecimentos e práticas no âmbito da engenharia e das ciências agrárias no Brasil. A EAB foi responsável pela diplomação de um novo tipo de agente para o campo no país, um novo tipo de organizador, porta-voz e especialista na ciência aplicada, um intelectual orgânico de novo tipo: o engenheiro agrônomo.

Trata-se de capítulos do processo de organização das classes dominantes e do Estado no Brasil que passaram por desdobramentos de formação de uma matriz discursiva lastreada no cientificismo, da configuração de organismos especializados

dentro do aparelho de Estado e na formalização de canais políticos extrapartidários para institucionalização de seus interesses.

Apreendendo a formação social brasileira a partir de um prisma gramsciano, localiza-se neste laboratório saquarema ampliado (composto pelos IIA, pela SAIN e pela EAB) um espaço nevrálgico da sociedade civil, onde dirigentes imperiais e outros intelectuais especializados engendraram e reelaboraram um projeto civilizatório. Projeto civilizatório com vistas a reinserir a produção brasileira no mercado mundial de produtos coloniais, forjando o Estado brasileiro ao forjar uma direção, não só no plano dos mecanismos de coerção e extração de recursos, mas especialmente da produção de um consenso, de uma direção política e cultural em torno de seu projeto. As atividades científicas dos IIA e da SAIN, com todas as vicissitudes, foram neste sentido estratégicas ⁶¹.

Com Werneck da Silva, Domingues traz a SAIN como fomentadora de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ou do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), e seu protagonismo na divulgação científica por meio de sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN).

Os Imperiais Institutos de Agricultura, especialmente através de sua revista (IIFA) e escola superior de agricultura (IIBA) almejaram e conseguiram levar a cabo, ainda que de forma incompleta, “a tarefa de elaborar dirigentes qualificados”, desenvolvendo, multiplicando e selecionando “os dirigentes necessários para que um grupo social definido (...) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado” (GRAMSCI, 2000: 85).

No caso do IIBA, seu esforço reivindicativo se expressou seja por meio de seu *O Agricultor Bahiano*, seja nos pareceres que formulou em torno de reformas no âmbito das técnicas agrícolas, seja pela insistência na reforma e ampliação do crédito agrícola e hipotecário.

Ainda que tenhamos chegado a conclusões importantes, emergem ainda outras questões atinentes mais diretamente a esta investigação.

Por ora, pode-se concluir que o movimento dos Imperiais Institutos de Agricultura anteciparia tarefas que o movimento ruralista republicano encampou, conforme Sonia Mendonça. Tanto os Imperiais Institutos de Agricultura (que funcionaram) como os afiliados à Sociedade Nacional de Agricultura atuaram como

⁶¹ Ao lado da trajetória em termos de carreira política e administrativa, Ilmar Mattos inclui como decisiva nos caminhos institucionais de engendramento dos dirigentes imperiais, a SAIN. Cf. MATTOS, 1987: 183.

Capítulo 3

Escola de agricultura na Bahia enquanto ação

Este capítulo enfoca as atividades da Escola Agrícola da Bahia (EAB) desde seu funcionamento efetivo em 1877 ao seu fechamento em 1904, inscrevendo-a no processo de profissionalização e institucionalização das ciências no segundo reinado, dedicando especial atenção a sua inscrição no campo da engenharia, junto com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.

A criação da EAB, dentro do panorama científico do Brasil no período, foi iniciativa que se incorporou ao movimento de exaltação das ciências e dos conhecimentos úteis e a penetração de doutrinas científicas como o positivismo e o darwinismo e sua adoção pela “geração 1870”, bem como a configuração que as ciências de uma forma geral e a engenharia em particular tomavam neste momento.

O processo de contratação e a atuação dos professores europeus, responsáveis pela montagem das instalações físicas e do currículo da escola (particularmente o francês Louis Jacques Brunet e o alemão Frederico Draenert), bem como o ingresso de engenheiros e médicos no corpo docente, suas relações com os colegas estrangeiros, a diretoria do IIBA e outros profissionais e instituições também serão objeto de análise neste capítulo.

Entre o idealizado e o realizado, foi no contraste entre as diretrizes do decreto imperial de criação da Escola em 1875, com a conformação que os professores da EAB, por meio da Congregação deram ao ensino realizado que atentamos para as mudanças curriculares bem como as condições de trabalho dos docentes.

Na parte final do capítulo, traçamos a partir das teses de conclusão de curso da EAB uma reconstituição de um conjunto de valores, práticas e métodos socialmente apreendidos e reproduzidos pelos engenheiros agrônomos diplomados pela EAB enquanto síntese de um *habitus*, conforme definido por Pierre Bourdieu. Este estudo se desdobra em torno de quatro eixos:

Agriculturas – análise das teses voltadas para as áreas de fitotecnia, fitopatologia, zootecnia, de um lado, e teses “programáticas” sobre reformas agrícolas.

Raças e organização do trabalho – análise das formulações dos eabianos sobre as raças, em especial as hierarquias raciais presentes nas propostas de colonização e imigração.

Engenharias – análise das teses defendidas na cadeira de Engenharia, destacando aquelas voltadas para estradas de rodagem e ferrovia, bem como construções rurais.

Ciências – análise das formulações dos eabianos sobre a noção de ciência e o papel que a Seção de Ciências Naturais, enquanto ciências “auxiliares” tiveram na configuração de seu *habitus*.

3.1. Engajamento docente: professores europeus

O Barão de S. Lourenço foi um dos primeiros a buscar e levar ao conhecimento da Diretoria do IIBA, entre março e julho de 1861, informações de Paris acerca do engajamento de Professores para a criação da Escola de Agricultura.

Um dos primeiros movimentos do IIBA para a composição de seu corpo docente foi para a contratação de professores da Escola de Grignon, na França, mas não houve êxito nestas negociações (IIBA, *Livro de Pareceres*, 22/06/1861).

As obras de construção da Escola e montagem dos laboratórios duraram de 1863 a 1876. Para dirigir os trabalhos, o primeiro contratado pelo IIBA foi o naturalista francês Louis Jacques Brunet.

Os eixos fundamentais do currículo proposto por Brunet eram a Matemática, a Química, a Engenharia, a Meteorologia e a História Natural conforme podemos identificar abaixo:

1.º ano. *Matemática. Aritmética.*
2.º ano. *Geometria.*
3.º ano. *Álgebra.*
4.º ano. *Geometria analítica.*

1.º ano. *Química elementar.*
2.º ano. *Análise química.*
3.º ano. *Química agrícola.*
4.º ano. *Química industrial.*

.....
.....

Meteorologia

.....

1.º ano. *Construções rurais.*
2.º ano. *Drenagem e irrigação.*
3.º ano. *Mecânica rural.*
4.º ano. *Descrição das máquinas e instrumentos agrícolas e suas aplicações.*

1.º ano. *Elementos de história natural.*

2.º ano. *Fisiologia e Física Vegetal*.
3.º ano. *História das plantas usuais e das plantas cultivadas já introduzidas no Brasil ou que poderiam ser introduzidas*.
4.º ano. *Sericicultura, apicultura, cochonicultura e piscicultura*.
(ROSADO, SILVA, 1973: 313)

Este corpo de disciplinas previa a existência de dez professores, como cada dia letivo composto de três lições de duas horas cada de 3 professores diferentes durante toda a duração (ROSADO, *ibidem*)

Em 1872, a organização da escola da escola foi dividida em três sessões para acelerar os trabalhos, a cargo de Louis Jacques Brunet e os naturalistas Luis Moreau e Frederico Maurício Draenert. Mas quem foram estes europeus que deram as primeiras coordenadas para a escola da Bahia? E como foram eles engajados na Escola Agrícola?

Brunet nasceu em Moulins (França), em 1811, e antes de mudar para o Brasil fora professor de História Natural e Música de Bazas (1835). Chegando a Pernambuco em 1850, tornou-se professor do Ginásio Pernambucano em 1855, tendo sido exonerado em dezembro de 1863, para trabalhar nas obras de construção da Escola em São Francisco do Conde (ROSADO, SILVA, 1973: 23, 42, 305).

Antes de trabalhar para o IIBA, Brunet foi um dos naturalistas viajantes que municiou as coleções de rochas e minerais do Museu Nacional, destacando-se uma viagem à Amazônia entre junho de 1860 e final de 1861, tendo remetido inúmeras vezes produtos naturais do Pará (LOPES, 1997, p.98-99 e 113).

Brunet também mantinha conexões com instituições européias como a Société d'Aclimatation de Paris, que em 1874 conferiu ao naturalista uma medalha⁶².

O catálogo da Biblioteca de Brunet enfatiza tanto uma ligação com as atividades científicas brasileiras como: *Relatório acerca dos Jardins Botânicos* de J. Monteiro Caminhoá (1874); várias edições dos *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, desde o primeiro número (1876); os *Estudos sobre a quarta exposição nacional de 1875*, de José Saldanha da Gama; diversos livros da Associação Brasileira de Aclimação (inclusive os *Estatutos*); *Contribuição ao estudo da Geologia do Brasil* de Orville Derby (1882), e em especial o *Catálogo da Biblioteca da Escola Agrícola de São Bento das Lages* (1875) composto por Frederico Draenert (ROSADO, SILVA, 1973: 46-56). Entre os 186 livros mapeados por ROSADO e SILVA, destacam-se os de

⁶² “Grisard Jules, agente geral da Sociedade, escreveu-lhe a 27/10/1874: 'M. Geoffroy Saint-Hilaire informa-me que a medalha que vos foi conferida pela Sociedade de Aclimação não vos é ainda...

Venho de informar-me sobre o assunto na Embaixada do Brasil; foi-me respondido que a medalha tinha sido enviada e que poderíeis reclama-la no Ministério dos Negócios Exteriores no Rio – Janeiro (sic). Saberá com prazer, Senhor, que obtivestes a entrega de vossa recompensa. Aceitai, Senhor, a certeza de minha consideração mais distinta”. (ROSADO, SILVA, 1973: 310-311).

idioma francês como *Histoire Naturelle des Poissons ou Ichthyologie générale* de Auguste Duméril, *Société D'Apiculture de La Gironde* (1875), *La Colônia Suisse de Nova Friburgo et la Société Philantropique Suisse de Rio de Janeiro* (1877), *Catálogo raisonné du Musée des écoles* (1885), *Dictionnaire Pittoresque D'Histoire Naturelle et des Phénomènes de la Nature* (1835, 5 vol.) ou *Rapport présenté au non du Conseil D'Administration* (1872) de Geoffroy Saint-Hilaire.

Este catálogo também revela um homem conectado com a política imperial. Há bastante "Falas" de presidentes das províncias às Assembléias Legislativas Provinciais, especialmente de autoria de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Encontramos a primeira menção a Sá e Albuquerque na 23ª Sessão da Diretoria do IIBA, em 05/06/1863, realizada no Palácio do Governo. Como os Presidentes da Província da Bahia eram automaticamente presidentes do Imperial Instituto, Sá e Albuquerque tratou com os demais diretores da realização de uma exposição agrícola, do intercâmbio de amostras, a periodicidade das sessões e, principalmente, da fundação definitiva da Escola. Na sessão seguinte de 21/06/1863 a criação da Escola foi pauta única do encontro, nomeando-se comissões encarregadas de elaborar as bases para a criação da Escola e sua Fazenda modelo.

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, segundo ROSADO e SILVA, foi o responsável pela indicação de Brunet para a construção da Escola de Agricultura, pauta que animava os debates das sessões (ROSADO, SILVA, 1973: 305). Até a chegada de Brunet, em janeiro de 1864, o engenheiro Dionísio Gonçalves Martins, secretário-geral do IIBA, filho do Barão de S. Lourenço, tinha dirigido as primeiras obras.

O naturalista antes de assumir o cargo já tomava providências como negociações para a contratação de sete agricultores práticos que viriam do sul da França para as lides agrícolas, conforme as atas da 25ª Sessão da Diretoria do IIBA (01/09/1863). O apoio de Sá e Albuquerque, contudo, não durou, por conta da rotatividade dos presidentes de província. Aliás, esta rotatividade foi motivo de queixas da diretoria do IIBA e foi implementada ainda na década de 1860 a obrigatoriedade da residência na província para se exercer a presidência efetiva do Instituto, ficando o presidente da província na condição de presidente honorário. Designado para adquirir na Europa equipamentos, livros e espécimes para a escola, teve como substituto provisório Luís Blande Moreau (Atas do IIBA, 13/04/1871).

As cadeiras da escola começam a ser estabelecidas. Também em março de 1871 foram nomeados para pareceristas dos programas apresentados para os Cursos de

Botânica, Agricultura e Zoologia, Zootecnia e Veterinária, Trabalhos Práticos, Química, Física e Mineralogia elaborados por Brunet, Draenert e Moreau. O processo de revisão e aprovação dos programas elaborados pelos europeus indica a relevância que os agentes locais desempenharam na escolha e definição das atividades e modelos científicos a serem desempenhados. O grupo revisor era composto por membros da Faculdade de Medicina da Bahia, Luiz Alves dos Santos, Virgílio Climaco Damásio, José Francisco da Silva Lima, e Antonio Mariano Bomfim (Atas do IIBA, 03/03/1871). Sobre o primeiro não localizamos informações, mas Virgílio Clímaco Damásio foi o proclamador da República na Bahia e seu primeiro (e efêmero) governador (SAMPAIO, 1998: 28). José Francisco da Silva Lima (1826-1910) foi um dos principais membros da “Escola Tropicalista Baiana” junto a John L. Paterson (1820-82), e Otto Wucherer (1820-73), desenvolvendo trabalhos sobre beribéri, ancilostomíase, filariose e ainhum (doenças associadas ao clima tropical) (EDLER, 2002). Antonio Mariano Bonfim também foi diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tornando-se seu professor além de ter sido um dos signatários do derradeiro decreto de criação da EAB em 1875.

Os programas constantes no *Livro de Pareceres* com as atas da diretoria do IIBA são as únicas fontes primárias onde localizamos informações sobre Moreau. Em nenhuma delas consta a sua origem ou formação. No “Parecer do Sr. Dr. Antonio Mariano do Bonfim sobre o programa do curso de Cultura e Agrologia”, seu autor julga que o programa continha os principais pontos de tal curso, “revela somente acrescentar que na enunciação de tais pontos um ou outro descuido pasou, que o Professor ilustrado corrigirá sem dúvida na exibição das lições”. Não há, porém, informações sobre sua procedência, mas o detalhamento do programa, dividido em quatro anos E quarenta lições por ano.

No primeiro semestre do primeiro ano, de acordo com Moreau, correspondia ao Estudo do Solo, Elementos de Agrologia, Estudos do Subsolo, Semeamento dos terrenos, Rotearias, Cercas Rurais e Estudos dos Estrumes. No segundo semestre, continuação do Estudo dos Estrumes, Colheitas, Conservação dos produtos. No segundo ano, ao primeiro semestre corresponderia o estudo da Semeadura, Doenças das Plantas, Preparação do Terreno, Tratamento das Plantas e Instrumentos de cultura. No segundo semestre os tópicos eram Cultura geral das plantas, Cultura especial, Culturas das plantas sacaríferas e Cultura das Plantas leguminosas.

Para o terceiro ano Cultura das plantas raízes e das plantas de forragem, no primeiro semestre, e Cultura das Plantas Oleaginosas, Tinturosas, Narcóticas e Têxteis.

O último ano teria no primeiro semestre a Cultura dos vegetais arborescentes próprios dos países quentes e, para o último semestre, “desenvolverão os alunos uma tese agrícola, que serão obrigados a defender para obter o título de Engenheiro-Agrônomo. Esta tese compreenderá um plano de cultura para uma propriedade, cujas condições topográficas ser-lhes-ão apresentadas”. Já o “Parecer do Sr. Dr. Virgílio Clímado Damásio, sobre o programa de Física e Química apresentado pelo Sr. Maurício Draenert” tem maior riqueza de detalhes.

Frederico Maurício Draenert nasceu em Weimar aos 3 de Dezembro de 1838 e faleceu em 09 de setembro de 1903⁶³. Formado na Alemanha em Weimar e Hamburgo, trabalhou na Escola de Instrução Superior para meninas, em Bützoro (Mecklemburg) e posteriormente em Hamburgo, em uma Escola de Instrução Secundária para meninos e o Ginásio Realista do Dr. H. Shleider, ensinando principalmente física e química. (BOLSEAGRIBA, 1903; IIBA. *Livro de Pareceres*, 12/04/1871).

Tendo analisado os certificados apresentados por Draenert, Damásio declarou que “é em resumo meu parecer: 1º que o candidato tem ensinado com louvor Física e Química em Colégios da douta Alemanha; 2º que será incontestavelmente vantajoso que o ensine entre nós”.

O primeiro contato de Draenert com o mundo do IIBA foi na sua contratação pelo Barão de Paraguaçu, Salvador Muniz Barreto de Aragão (membro do IIBA), quando este era Cônsul Geral do Brasil, em Hamburgo (1855), para instruir e educar os filhos de um abastado senhor de engenho em Iguape, Estado da Bahia, funções que também desempenharia na casa de outro membro do IIBA, o Tenente-Coronel Francisco Antonio da Rocha Pita e Argollo, Barão de Passé, genro do Visconde de S. Lourenço⁶⁴.

Os Cursos de Física, Química e Mineralogia submetidos por Draenert estruturava-se da seguinte forma:

Primeiro ano de estudos
Primeiro semestre: Física e Metereologia
Segundo semestre: Química geral
Primeira parte metalóides e ácidos

⁶³ “FREDERICO DRAENERT”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol. 2, n. 3, p.239-241, set., 1903.

⁶⁴ No engenho S. Paulo, propriedade do mesmo Barão, estudou a moléstia da cana de açúcar. Descobriu então a primeira *bacteriose*, conhecida no reino vegetal (1868), descoberta publicada no Jornal da Bahia, n. 4.447, de 6 de Junho de 1868; no *European Mail for Brazil and the River Plate*, Sr. Band Jena, 1899, págs. 13, 17 e 212, e no Jornal do Agricultor, de Dias da Silva Júnior. BOLSEAGRIBA, 1903, Salvador, vol II, n. 3, set/p.240.

Segundo ano de estudos
Primeiro semestre: Química geral;
Segunda parte: metais, bases e sais.
Segundo semestre: Orictognosia e Geognosia.

Terceiro ano de estudos
Primeiro semestre: Química orgânica
Segundo semestre: Química agrícola e análise

Quarto ano de estudos
Primeiro semestre: Química industrial e Análise
Segundo semestre: Tese.
(Livro de Pareceres, 12/04/1871).

Em 1872, ocorre uma nova organização. Na direção dos trabalhos em S. Bento das Lages, dividindo-se o trabalho entre os três profissionais europeus em três seções. O contexto da redefinição é marcado pelo encerramento da direção interina das obras por Brunet, “visto estarem estas terminadas mandou se dar disto conhecimento ao interessado”. Avaliando o estado da propriedade e a necessidade da montagem definitiva dos laboratórios e campos de cultura do estabelecimento, a Diretoria do IIBA resolveu pela reorganização do trabalho em S. Bento das Lages da seguinte forma:

a divisão do trabalho em três seções fica sob a administração e direção do Sr. Brunet, que tem tido a seu cargo até o presente toda a administração das obras do Imperial Instituto. Cada seção é independente das outras, devendo o respectivo chefe dar mensalmente ao administrador Geral, conta do que fez durante esse tempo em um relatório circunstanciado acompanhado dos documentos comprobativos da despesa efetuada, ou paga por ele. (Atas do IIBA, 04/03/1872 – Grifo nosso).

Em termos de atividades, à primeira seção confiada a Brunet concernia a preparação e montagem do museu, armação e classificação da livraria, cuidado das aves, porcos e veados pertencentes ao IIBA. Também lhe cabiam a inspeção e conservação dos edifícios terminados.

A 2ª seção apontava para a realização de atividades de prestação de serviço e pesquisa, além do ensino, na medida em que lhe cabiam a montagem e preparação dos laboratórios de Física e Química, conservação dos instrumentos dos mesmos, bem como análise das terras e estrumes, “todas as vezes que forem exigidas, e esclarecimentos sobre as matérias relativas aos mesmos assuntos, quando a Diretoria assim o exigir”.

Quanto à terceira seção, confiada a Moreau, concernia “o tratamento dos quadrúpedes, das sementeiras plantadas ultimamente com as sementes vindas da Europa, preparação do terreno para os tabuleiros de cultura, destinados às experiências da escola, conservação das estradas, cercados” e às terras de S. Bento das Lages, em geral.

Num primeiro momento, pode-se pensar que Brunet tem neste momento que partilhar poder dentro do processo de organização da escola. Mas teria sido este encaminhamento do IIBA uma solução de compromisso com Brunet? Afinal ele não é mais o único diretor, *status* que doravante foi obrigado a partilhar, mas segue como administrador “geral”.

De acordo com ROSADO e SILVA, a divisão de funções realizada pela diretoria do IIBA ocorreu movida também por conta de um conflito interno aos profissionais engajados. Após a volta de Brunet da Europa, Moreau integrava um conjunto de forças adversárias que tramou pela sua dispensa do cargo de diretor. Brunet, de acordo com estes autores, recorre desta decisão em carta datada de 6/4/1872, ao Visconde de Sergimirim, Antonio da Costa Pinto, então Presidente do IIBA:

Houve por bem ao Sr. Dionísio Martins destituir-me como diretor interino, isto a pedido do Sr. Moreau que lhe declarou não querer mais servir sob minhas ordens, porque eu tinha criticado o abandono no qual ele deixou a propriedade durante minha ausência e também porque eu havia usado de autoridade fazendo uma tentativa além disso infrutuosa para fazer meter no curral (sic) da cidade de São Francisco os bois de seu amigo o Dr. Ulisses, que após haver destruído inteiramente as sementes de cana que o governo do Rio nos havia confiado e igualmente as plantações do jardim que eu mantinha às minhas custas, continuavam a persistir no jardim apesar de minhas reclamações diárias.

Em seguida a esse pedido do Sr. Moreau a seu amigo Dionísio, a ata da sessão de 4 de abril foi sorrateiramente preparada entre eles, e o Sr. Dionísio, aproveitando-se do pedido que eu fazia à Direção de dois adjuntos, um o Sr. Drolnert (sic) para montar e conservar os objetos dos gabinetes de Física e Química, o outro o Sr. Peres para montar e preparar os objetos do gabinete de história natural, o sr. Dionísio encontrou tão habilmente o meio de iludir a Direção, dividindo o trabalho em três seções, independentes, que ela deixou passar sem duvidar em nada do que se tramava contra mim, a ata da sessão de 4 de abril, cuja redação de resto não foi conhecida senão no dia seguinte.

Além do que há de ofensivo para mim na destituição como diretor interino que não penso haver merecido, sobretudo no momento em venho de desenvolver os maiores esforços e sacrifícios para realizar na Europa o melhor possível a missão com que aprouve a V. Excelência honrar-me; por outro lado afirmo, foi feito para cada seção um

orçamento de despesas onde a parte feita para os animais fica inteiramente à disposição do Sr. Moreau; resulta disso que ele ficará livre para a subsistência dos animais que ficam a meu cargo, inclusive os porcos que fizeram a graciosidade de deixar-me, de me (rasgado) livrar ou não, como também a água necessária, pois que fica chefe dos animais de carga e dos carroceiros.

Em primeiro lugar, não posso deixar passar minha destituição sem protesto perante V. Excelência (rasgado) à justiça da qual me confio.

Em segundo lugar, devo dizer-lhe que não posso aceitar frente a frente com o Sr. Moreau, a sujeição humilhante que me foi imposta.

Aceitai Sr. Presidente, a segurança da mais respeitosa consideração.

De seu muito humilde servidor

L. J. Brunet.

(ROSADO, SILVA, 1973: 309)

Dionísio Gonçalves Martins foi designado para o cargo de secretário efetivo do IIBA em 1870. Moreau, por outro lado, foi o substituto de Brunet quando de sua viagem à Europa.

Só é possível especular se a origem das diferenças entre Brunet e Dionísio esteve na substituição deste pelo francês na condução das obras da escola. O que podemos localizar é que Brunet levou, a princípio, a melhor sobre Moreau, pois este foi dispensado em junho do mesmo ano, por diferença de um voto, mas foi demitido apesar do apoio de Dionísio Gonçalves Martins⁶⁵. O triunfo de Brunet durou poucos anos. No fim de 1875 o médico Arthur Cezar Rios foi nomeado Diretor da Escola (Atas do IIBA, 30/11/1875).

Brunet não foi totalmente dispensado. Estava ainda nos quadros da Escola como professor de ciências naturais. Contudo, suas seguidas licenças para tratamento de saúde na Europa culminaram no afastamento definitivo⁶⁶. Assim, ao fim e ao cabo, no momento de funcionamento da escola, havia apenas um cientista europeu: Frederico Maurício Draenert. No decorrer de sua primeira fase, a Escola de São Bento das Lages teve que contar fundamentalmente com um corpo docente brasileiro.

⁶⁵ “Por proposta do Sr. Pinto Novaes, foi demitido das funções que exercia em S. Bento das Lages, o Sr. Luis Moreau, passando o Sr. Brunet a exercer as funções que outrora exercia de Diretor exclusivo do estabelecimento. Votaram a favor da proposta os Srs. Pinto Novaes, Geremoabo e Barros Reis, e contra os Srs. Barão de S. Thiago e Dionísio Gonçalves Martins” (Atas do IIBA, 06/06/1872).

⁶⁶ “Leu-se uma carta do L. J. Brunet pedindo prorrogação da licença, e foi deliberado pela Direção que se escrevesse ao referido Senhor dispensando-o do cargo de lente de História Natural, Botânica, Zoologia, etc., não só por estar perfeitamente substituído pelo Dr. João Ladislau de Cerqueira Bião, como por ter o referido Sr. transgredido o regulamento pedindo nova licença, depois de vencida a primeira” (Atas do IIBA, 21/11/1876).

3.2. Engajamento docente: engenheiros e médicos brasileiros

O engenheiro centraliano e Tenente Coronel João Gonçalves Martins é mais um membro da família Gonçalves Martins que, junto ao irmão também centraliano Dionísio e ao pai Barão, depois Visconde de S. Lourenço, participaram de forma decisiva dos momentos iniciais da Escola e do IIBA.

No início de 1864, no sentido de ensinar a formação de gados da instituição, a Diretoria do IIBA deliberou para que “se mandasse vir do Sul da França um garrote de trabalho, de raça especial – um casal de Carneiros de raça que melhor lã produz, e dous rolos Crostill de diferentes dimensões” e informações sobre o preço de contratação de um veterinário prático “por intermédio do Sr. João Gonçalves Martins”.

Enquanto Dionísio fiscalizava as obras em São Bento das Lages, em outubro daquele mesmo ano, João G. Martins não pôde receber em Paris o dinheiro mandado em pagamento dos objetos encomendados por quebra do Negociante encarregado de auxiliá-lo na França⁶⁷.

Em meados de 1876 teve início um semestre experimental em São Francisco do Conde, e João G. Martins foi nomeado para preparar o Gabinete de Veterinária e “o indispensável para o ensino desta matéria (...) percebendo somente o ordenado enquanto não funcionar a respectiva aula”. Na mesma sessão desta deliberação, foram providas as cadeiras que já começariam a funcionar imediatamente.

Para a 1ª cadeira (Química e Física) foi nomeado F. M. Draenert. Para a 2ª cadeira (Botânica e Zoologia), o médico João Ladislau de Cerqueira Bião e para a 3ª cadeira (Matemáticas elementares), o também médico Joaquim Leal Ferreira. Destarte, a nomeação direta pela diretoria do IIBA foi a principal porta de entrada no corpo docente da Escola. Assim, o engenheiro Francisco Pereira Reis foi admitido como professor de Desenho (julho de 1877); foi “nomeado professor da quarta cadeira o Engenheiro Augusto Francisco Gonçalves” (janeiro de 1878), e o Engenheiro Aristides Galvão de Queiroz foi designado para reger a cadeira de Agricultura (fevereiro de 1879).

⁶⁷ “(...) resolveu mais a Diretoria que ao Sr. Joaquim Pereira Marinho se oficiasse para servir-se de mandar pôr ali à disposição do mesmo Sr. João Gonçalves Martins por conta do Imperial Instituto, a quantia que fosse indispensável e por ele exigida para a compra dos referidos objetos, certo de que, logo que se conhecesse o seu desembolso, seria deste indenizado, resolvendo outrossim a Diretoria que ao dito Sr. João Gonçalves Martins, de quem se esperava esse serviço, se fizesse a precisa comunicação a respeito (Atas do IIBA, 06/10/1864). Estas encomendas só chegaram à Escola em 1868.

Destarte, temos um professor de ciências estrangeiro, o alemão Draenert e o restante do corpo docente composto por brasileiros. Dos seis brasileiros, dois médicos e os quatro outros professores eram egressos da Escola Central do Rio de Janeiro, antes, portanto da reforma que a transformou em Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ) ⁶⁸.

A presença dos centralianos na institucionalização da agronomia na Bahia também é reforçada pela atuação de um ator importante E já mencionado: Dionísio Gonçalves Martins.

Nascido em Santo Amaro a 4 de fevereiro de 1837, filho de Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço) iniciou estudos em Salvador e cedo assentou praça como 1.º cadete, mudando-se para o Rio de Janeiro para cursar a escola de engenharia. Daí seguiu para Paris, onde se dedicou à continuação do curso.

No ano de fundação do IIBA Dionísio G. Martins voltou da Europa, dedicando-se à direção do engenho S. Lourenço, de propriedade da família Gonçalves Martins. De 1857 a 1867 trabalhou como fiscal da Estrada de Ferro Bahia ao S. Francisco, tendo integrado a representação brasileira na exposição universal de Paris. De volta a Salvador publicou, no *Diário da Bahia*, uma longa série de artigos em que relatou sua ação na comissão e propugnou pela necessidade da introdução de novos métodos que aperfeiçoassem a agricultura e a indústria (BOLSEAGRIBA, 1903, vol. II, nº 1, julho, p.53).

Este reformismo característico dos egressos da engenharia da Corte, lastreado pela origem familiar certamente contribuíram para sua eleição como deputado geral em 1868, apesar de opositor ao governo⁶⁹. De acordo com Gonçalo Athayde Pereira, Dionísio G. Martins “se coloca ao lado do imortal Rio Branco para aprovar a áurea lei de 28 de setembro de 1871, aplaudindo e iniciando projetos, referentes ao ensino

⁶⁸ Daí nossa opção em chamar aquela geração de “centralianos”, diferenciando-os da geração posterior à reforma dos “eporjianos”. Usaremos doravante a nomenclatura “eporjianos” para fazer referência aos diplomados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ). A bibliografia convencionou chamá-los de politécnicos. Contudo, como se criaria uma Escola **Politécnica** da Bahia (EPOBA) em 1896, que também formou seus “politécnicos”, o uso deste termo poderia gerar confusão entre os agentes em pauta. A tensa relação entre a EAB e a EPOBA durante a República demanda um trato específico. Assim, os formados pela EPOBA correspondem aos “epobianos”. Ressaltamos “eabianos”, “epobianos”, “centralianos”, “eporjianos” jamais foram termos utilizados na época. Trata-se de artifícios usados nesta tese para facilitar a identificação e distinção dos vários engenheiros. Da mesma forma, como as Escolas Politécnicas de Salvador e do Rio costumavam ser identificadas por EP, as siglas EPOBA e EPORJ também são siglas criadas e usadas para este texto, e não foram utilizadas no período.

⁶⁹ Dionísio Gonçalves Martins teve ainda durante seu mandato parlamentar atuação exitosa na obtenção de verba anual do governo central no valor de 20 contos de réis, ou seja, metade dos recursos governamentais para a EAB (FRAGOSO, 1893: 117).

agrícola e a Escola Bahiana de Agricultura”. (BOLSEAGRIBA, 1903, vol. II, nº 1, julho, p.54).

Não se reelegendo, trabalhou em seguida como inspetor de terras públicas e colonização até a proclamação da República, tendo daí por diante se engajado na organização de entidades como o *Instituto Comercial* para ensino e propaganda dos produtos baianos e, principalmente, da Escola Politécnica da Bahia (EPOBA). Faleceu em 1903⁷⁰.

Dionísio Martins ainda é um agente importante na institucionalização da agronomia pela publicação de textos na *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, formando com os Calmon mais um elo entre os institutos do Rio de Janeiro e da Bahia, bem como pela crítica que faz aos desmatamentos conforme Pádua (2002). Ele atuou ainda junto ao Parlamento por verbas do governo central para a EAB, tendo obtido êxito no fim de 1871. A quantia dedicada pelo Império à Escola do IIBA seria de 20:000 (vinte contos anuais)⁷¹.

A Escola Agrícola da Bahia principiou, portanto, sob forte influência da engenharia da Escola Central da Corte, com quatro centralianos atuando diretamente na condução das cadeiras e um centraliano de intensa atuação tanto no campo científico quanto no político.

O primeiro “eabiano”, i.e., egresso da EAB, a se tornar professor foi Gustavo Rodrigues Pereira Dutra, da primeira turma. Mal Dutra havia se diplomado, o diretor da Escola enviou ofício à diretoria do IIBA que ratificou sua decisão:

(...) comunicando ter convidado o Engenheiro Agrônomo Gustavo Rodrigues Pereira Dutra para substituir ao Engenheiro Aristides Galvão de Queiroz, em gozo de licença, por não possuírem os conhecimentos especiais nenhum dos Professores da Escola, e ter-se mostrado o dito Engenheiro Dutra habilitado nas matérias que constituem o ensino da sobredita cadeira. Autorizado. (Atas do IIBA. 21/02/1881, grifos do original).

⁷⁰ Sobre a atuação de Dionísio G. Martins na EPOBA conferir MATTEDI DIAS, 2002 e GUIMARÃES, 1972: 7, 138-140. Ainda segundo Gonçalo Pereira, Dionísio Martins publicou *A agricultura*, em 1867; *A mecânica agrícola*, em 1868; *Catalogo* da exposição baiana, no ano de 1875; *Relatório* sobre a escola agrícola de Juiz de Fora, 1869; *Relatórios* de 1869 a 1882 sobre a Estrada de Ferro da Bahia; *Navegação do Jequitinhonha*, 1878; *Colônias do Sul da Bahia*; *Trabalho livre e trabalho escravo*; *A cana do açúcar*; *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* e *O Estudo* sobre a indústria do sabão. (BOLSEAGRIBA, idem: 54-55).

⁷¹ A primeira menção nas Atas da Diretoria do IIBA à verba imperial ocorre na sessão de (05/10/1871): “Foi lido um ofício e cópia do aviso que o acompanhou, do Ministro da Agricultura, ordenando o pagamento dos R 20:000\$000, em duas prestações de -R 10:000\$000, cada uma consignadas para este Instituto por lei do orçamento n. ° 1836, de 27 de setembro do ano pretérito”.

Nesta primeira fase da EAB, outros eabianos também ingressaram no corpo docente, evidenciando que o desequilíbrio entre exogenia e endogenia, i.e., entre professores formados em outras instituições e na própria Escola em São Francisco do Conde, com predominância dos centralianos, fez-se acompanhar de uma crescente presença da prata da casa. Foram seis eabianos entre dezesseis professores. A Dutra se seguiram José Nuno de Barros Pereira, Enedino José de Santana, Alexandrino José de Santana, Candido Augusto Ribeiro e João Silvério Guimarães⁷².

A institucionalização da agronomia, neste particular, contribuiu para a profissionalização da prática científica no Brasil através dos concursos. Das nomeações diretas feitas pela Diretoria do IIBA, tem início a partir de 1887 a era dos concursos na EAB, encilhando armas um eabiano e um eporjiano, respectivamente José Geminiano Gomes Guimarães e Arlindo Coelho Fragozo, ambos naturais de Santo Amaro.

Filho de militar como muitos eabianos, Geminiano Guimarães era filho do Capitão José Torquato Gomes Guimarães e de Dona Rosa Maria Guimarães, tendo defendido em 1885 tese que dissertava sobre o tema “Das vantagens da cultura nopal e do seu inseto”. Arlindo Fragozo (1865-1926) se diplomou pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1885 (GUIMARÃES, 1972: 154-156). Ambos foram personagens importantes nas fases seguintes da história das ciências na Bahia conforme exposição no próximo capítulo.

A arena do concurso foi o Palácio do Governo da Presidência da Província. Este concurso definiu as balizas para os concursos subseqüentes. Além da avaliação dos títulos científicos foram realizadas defesas de tese, prova teórica, prova oral e prova prática de 01 a 05 de agosto. Quatro meses antes a Congregação da EAB sistematizara o “Regulamento que deve ser observado nos concursos para os lugares de lentes efetivos da Imperial Escola Agrícola da Bahia” (Sessão da Congregação, 22/04/1887).

Entre as habilitações dos candidatos exigia-se:

1º Ser cidadão brasileiro no gozo de seus direitos civis e políticos.

2º Ter as condições físicas e morais necessárias para o serviço.

3º Haver satisfeito a Lei do alistamento militar, ou estar dela isento.

4º Ter as habilitações literárias seguintes:

Para a 1ª, 2ª, 4ª e 7ª cadeiras: diploma por qualquer Faculdade ou academia do Império ou estrangeira de consideração onde tais matérias sejam professadas.

Para a 3ª e 6ª cadeiras: diploma nas condições supramencionadas, ou carta de habilitação pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Corte ou da Bahia (...).

⁷² Estes engenheiros agrônomos se formaram, respectivamente, em 1880, 1885, 1895, 1890 e 1893. Ver anexo.

O “Regulamento” dos Concursos definia tese como “um trabalho original impresso constará de uma dissertação sobre qualquer das matérias da cadeira em concurso e assunto livremente escolhido pelo Candidato, e de três proposições para cada uma das matérias teóricas da cadeira”. Os candidatos deveriam depositar cinquenta (50) exemplares de sua tese na Secretária da Escola. A prova escrita se efetuariaria no dia seguinte à defesa das teses, com duração de quatro horas.

O protocolo dos concursos era composto de uma sequência de rituais estritamente estabelecidos:

Artigo 42º. Concluída a última prova reunir-se a Congregação no primeiro dia útil em sessão pública para o julgamento.

Artigo 43º. Abrir-se-á a urna das provas escritas e, recebendo cada candidato a que lhe pertence, a lerá em voz alta, guardada sempre a ordem da inscrição do candidato, que nessa ordem se seguirá ao que estiver lendo selará pela fidelidade da leitura, fiscalizando o primeiro inscrito a do último. Quando, porém, houver um só candidato, a fiscalização caberá a um dos lentes designado pelo Diretor.

Artigo 44º. Finda a leitura retirar-se-ão os candidatos e espectadores e proceder-se-á a votação.

Artigo 45º. Não poderão votar os lentes que não tiverem assistido a todas as provas, ou que não assistiu a leitura da prova escrita; e a defesa das teses.

Artigo 46º. O julgamento se fará por votação nominal, depois de lido o parecer da comissão sobre o valor da prova prática de cada candidato, e versará primeiramente sobre a habilitação, ficando excluídos os que não obtiverem maioria dos votos presentes. Procederá depois a Congregação também por votação nominal, a classificação por ordem de merecimento dos candidatos que tiverem sido admitidos pela primeira votação. (Sessão da Congregação, 22/04/1887).

A apresentação dos candidatos pelo diretor da EAB ao IIBA, última instância de definição para nomeação, caracterizando a Escola como instituição efetivamente pertencente a uma associação privada, deveria ser acompanhada de informação minuciosa “não só sobre o concurso, como também sobre as condições físicas e morais do Candidato”. O esquema conceitual do cientificismo de então que articulava a trinca condições físicas, morais e intelectuais tinha em São Francisco do Conde amplo reconhecimento.

Os concursos não eram apenas rituais científicos de ingresso na corporação dos lentes. Eram também uma ocorrência social e política. Tanto na prova oral como na

prova prática, apresentaram-se o Presidente da Província, o Presidente do Instituto, Antonio Araújo de Aragão Bulcão (3º Barão de S. Francisco), e os diretores do IIBA Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (Barão de Vila Viçosa), José da Costa Pinto e Augusto Silvestre de Faria (ambos Negociantes) “e grande número de assistentes”.

No último dia do concurso, “em uma das salas do Palácio da Presidência”, teve ocasião a leitura das provas escritas. Finda a leitura os assistentes são retirados, a fim da Congregação passar ao julgamento do concurso. Após a leitura dos artigos do Regulamento pelo Presidente da Congregação, procedeu-se à habilitação dos dois concorrentes, sendo ambos habilitados. Na classificação “por ordem de merecimentos dos dois candidatos habilitados”, coube o primeiro lugar ao Engenheiro Civil Arlindo Coelho Fragoso, e O segundo lugar, também por unanimidade, o Engenheiro Agrônomo José Geminiano Gomes Guimarães⁷³.

Não foi o primeiro concurso da EAB, pois em setembro de 1876 ocorreu um concurso para a cadeira de desenho, com três candidatos, mas o examinador Alexandre Saldanha da Gama reprovou a todos. O próprio João Gonçalves Martins era interino na cadeira de Zootecnia e Veterinária enquanto não se realizava um concurso. Mas a era dos concursos começa com a disputa pela cadeira de Engenharia⁷⁴.

A análise destes concursos constitui oportunidade ímpar para confirmar duas tendências observadas. A primeira de que em última instância é a Diretoria do IIBA, e não o governo no seu nível local ou central, que confirma os resultados do concurso. A despeito das verbas governamentais nos dois níveis, a EAB era uma escola pertencente a uma associação particular e a falta justamente de um vínculo orgânico com os órgãos estatais como a EMOP e a EPORJ vai se revelar mais adiante como nevrálgica. A segunda tendência é que as deliberações da Congregação em torno dos concursos eram respeitadas pela diretoria do Instituto, ou seja, havia uma significativa margem de

⁷³ Na 144ª Sessão da Diretoria do IIBA, 05/08/1887 as atas registraram a escolha unânime “para preencher a cadeira vaga de engenharia, o concorrente engenheiro civil Arlindo Coelho Fragoso, que foi também unanimemente classificado em primeiro lugar pela congregação da Escola, e havendo exibido no concurso as mais brilhantes provas de aptidão”. Ainda nas atas da Diretoria do IIBA se registra um oferecimento de Geminiano Guimarães, para ocupar a cadeira disputada com Fragoso. Outros dois eabianos, Manoel Alves Nazareth (1885) e José Maria Barroso de Souza (1885) também se ofereceram como Geminiano Guimarães, conforme sessão de 09/03/1887, mas não participaram do concurso.

⁷⁴ Em 1890 foi realizado concurso para a cadeira de Zootecnia e Veterinária, desta feita na sede da Associação Comercial. Em 1891 houve concurso para Topografia e Desenho, para o qual foram elaboradas normas específicas, evidenciando-se uma hierarquia entre as áreas, com o Desenho excluído da condição de cadeira, classificada como “Aula”. Em 1895 novamente concurso de Zootecnia e Veterinária, bem como de Física, Química e Mineralogia. Com a saída de Dutra da EAB em 1897, houve concurso para a cadeira de Agricultura em 1899, realizado na EPOBA, sem candidatos aprovados.

autonomia para a orientação científica que o corpo dos docentes estabelecia para a Escola.

3.3. Entre o idealizado e o realizado

A Escola de São Francisco do Conde foi projetada com uma missão de alcance nacional. Os estatutos da “Imperial Escola Agrícola” definiam como sua finalidade “generalizar no país os conhecimentos da ciência agrícola, pela recepção de alunos internos e externos e de ouvintes no curso das matérias, que se professarem na escola” (Art. 2).

Originalmente, visava-se por meio do ensino elementar formar operários e regentes agrícolas e florestais (Art. 4)⁷⁵. A proposta efetivamente viabilizada na EAB foi a formação de operários agrícolas e engenheiros agrônomos. Sua concepção oficial, contudo, apontava para um modelo à semelhança da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ) diplomando diversos tipos de profissional. No caso em pauta, interpretamos a proposta de graduação de especialistas nos diversos ramos rurais, como a constituição de uma espécie de Politécnica “Rural, uma Academia especializada na Agricultura, haja vista seu quinto artigo definir como titulações pretendidas para o ensino superior formar agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários.

A admissão de alunos internos como externos, bem como gratuitos dependeria do orçamento do Instituto. Estes alunos gratuitos preferencialmente seriam escolhidos entre “os filhos das famílias mais pobres da lavoura, que mostrem vocação para os estudos agrícolas” (Art. 9). Inicialmente, para a matrícula da turma do 1º ano foi estabelecido um limite de 30 alunos internos. Desta época consta a obrigatoriedade para os alunos de freqüentar uma capela, onde todas as manhãs e todas as noites eles fariam orações, vigiados pelos inspetores das aulas (art. 31), procedimento que perderia força estatutária nas fases seguintes da EAB.

Com abertura das aulas a 15 de fevereiro e terminando os cursos em 15 de dezembro, o ano letivo em São Bento das Lages era dividido em duas partes correspondentes aos dois semestres.

O Decreto 5957 de junho de 1875 definia o ensino da Escola como essencialmente prático. O ensino prático consistiria nas “suficientes noções teóricas dos

⁷⁵ Além do ensino superior, os estatutos previam a instalação de uma seção anexa e gratuita, “simplesmente prática, aplicada ao ensino do operário e chefes de trabalho para os diversos serviços da lavoura, especialmente ao emprego e uso dos instrumentos agrários mais aperfeiçoados”.

elementos das ciências histórico-naturais dos princípios gerais de cultura e culturas especiais, e razão das práticas agrícolas, dos princípios de zootecnia e higiene pecuária, contabilidade rural, agrimensura e princípios de desenho aplicados à Agricultura, descrição de máquinas e instrumentos rurais”.

O ensino dado na Escola consistiria de cursos de ciência preparatória e técnica, e de exercícios práticos nos estabelecimentos anexos, dividindo-se em duas seções. Originalmente a organização seria, de acordo com o Art. 10º dos estatutos, a seguinte, com cada uma das seções tendo três cadeiras.

1ª Seção

Ciências preparatórias com aplicação a Agricultura

1ª Cadeira – Princípios de química, física e mineralogia.

2ª " – Princípios de geologia, botânica e zoologia.

3ª " – Matemáticas elementares.

2ª Seção

Ciências técnicas

4ª Cadeira – Princípios de agrologia, culturas e arvenses, arboricultura e epifetias.

4ª Cadeira – Princípios gerais de silvicultura, topografia florestal e artes florestais.

Artes agrícolas

4ª Cadeira – Engenharia rural (1ª parte) compreendendo mecânica, topografia agrícola e princípios gerais de construção.

4ª Cadeira – Engenharia rural (2ª parte) compreendendo hidráulica agrícola e construções rurais.

4ª Cadeira – Economia agrícola e florestal, legislação agrária e florestal. Princípios de higiene pecuária e zootécnica.

5ª Cadeira – Anatomia geral e descritiva e exterior de animais domésticos.

5ª " – Fisiologia e farmacologia veterinária.

5ª " – Patologia veterinária especial e geral.

5ª " – Cirurgia obstétrica, siderotécnica veterinária e química cirúrgica.

5ª " – Clínica médica veterinária e direito veterinário.

6ª " – Desenho.

Cada cadeira deveria ser regida por um professor efetivo que contaria ainda com um substituto para cada seção. Ao substituto incumbia cumprir com as funções de conservador dos gabinetes e dos objetos acessórios a ele pertencentes. O processo de seleção dos professores da IEAB seria o concurso⁷⁶. Os candidatos, nacionais ou estrangeiros, deveriam apresentar habilitações comprovadas e residir no país. Seguindo

⁷⁶ Os Professores só poderiam ser demitidos após audiência e defesa em sessão de Diretoria do Instituto, convocada pelo Presidente, depois de ouvida a congregação (Art.22, Estatutos da IEAB).

o artigo 19, pudemos constatar nas atas da congregação que as primeiras nomeações eram feitas pela Diretoria do Imperial Instituto⁷⁷.

Ao Diretor incumbia exercer “exclusivamente a administração e regência policial e econômica do estabelecimento, salvo a inspeção superior da Secretaria do Instituto”, excluído, portanto de qualquer tipo de atividade científica (Art.28)⁷⁸. Contudo, era prerrogativa do Diretor reunir e consultar a congregação.

A congregação reunia os Professores e Secretário da Escola em sessão presidida pelo Diretor, ou no seu impedimento, por substituto indicado pela Diretoria do IIBA. Aos professores em congregação cabia o desenvolvimento das disciplinas de seus respectivos cursos, formulando o horário e regulamentos internos para o exercício das aulas, definindo os deveres dos alunos, e a sanção correccional das infrações em que incorressem.

Os estatutos da IEAB definiam reuniões mensais da Congregação “para informar a Diretoria do Instituto, sobre o progresso do ensino, e para propor quaisquer reformas, que a prática demonstrar para melhoramento, e facilidade do mesmo ensino, assim como para melhor polícia e economia da escola” (Art.23).

À Congregação cumpria ainda:

1º A escolha dos compêndios e objetos, que devem ser admitidos nas aulas e na livreria, com aprovação da Diretoria do Instituto.

2º Propor à Diretoria do Instituto as emendas e alterações dos estatutos conforme a experiência aconselhar.

3º O julgamento das faltas e culpas, em que os alunos incorrerem contra os Regulamentos e estatutos. (Decreto 5975, art.27).

A Congregação foi o espaço privilegiado de viabilização da institucionalização da agronomia, ajustando o projeto original de 1875 às condições possibilitadas pelos arranjos entre o IIBA e o governo e seus próprios interesses profissionais, imprimindo no decorrer de mais de duas décadas um perfil singular à Escola e seus egressos.

⁷⁷ Este procedimento foi verificado, por exemplo, na nomeação do Engenheiro Augusto Francisco Gonçalves, para reger interinamente a 4ª cadeira da Escola (1ª Sessão ordinária da Congregação, 15/02/1878), do Engenheiro Aristides Galvão de Queiroz para reger interinamente a 7ª cadeira da Escola (11ª Sessão ordinária da Congregação, 15/05/1879), de João Gonçalves Martins para reger interinamente o curso da 5ª cadeira (21ª Sessão ordinária da Congregação, 01/03/1880).

⁷⁸ O Diretor tinha ainda que permanecer no estabelecimento, ou caso tivesse família, sua residência tinha que ser o mais próximo possível do estabelecimento. Para os professores era garantido um cômodo para si dentro do edifício da escola. Aos que tivessem família, era permitido construir uma casa dentro da propriedade.

Conquanto o curso fosse originalmente dividido em duas partes, de ciências acessórias ou preparatórias e ciências técnicas, a Congregação da Escola promoveu uma reorganização das seções e das disciplinas.

A distribuição das cadeiras que foi efetivamente seguida pela Escola, no entanto, compreendia sete cadeiras, assim distribuídas: 1.^a cadeira – Física, Química, Mineralogia; 2.^a cadeira – Botânica, Zoologia e Geologia; 3.^a cadeira – Matemáticas Elementares compreendendo Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; 4.^a cadeira – Matemáticas Superiores; Engenharia rural, compreendendo mecânica, topografia agrícola, princípios gerais de construção, hidráulica agrícola e construções rurais; 5.^a cadeira – Anatomia Descritiva e Fisiologia Veterinária e Exterior dos Animais domésticos, Patologia, Clínica Cirúrgica Veterinárias. Obstetrícia farmacológica e clínica médica veterinária. Higiene e Direito Veterinários e Zootecnia; 6.^a cadeira – Desenho Geométrico e arquitetônico, Geometria descritiva, desenho topográfico e de máquinas, de plantas e de paisagens; e 7.^a cadeira – Princípios de Agrologia e culturas. Princípios Gerais de Silvicultura, Topografia e Artes Florestais. Contabilidade. Economia Política, Rural e Florestal. Legislação Agrária e Florestal⁷⁹.

Entre o idealizado e o realizado, os vinte cinco anos de vida da instituição EAB foram marcados, segundo Tourinho, por um funcionamento precário e problemático com carências de recursos e professores, sendo a instituição bastante questionada do ponto de vista de sua criação e, principalmente, de seu currículo, considerado muito teórico e pouco prático (TOURINHO, 1982: 151).

Propostas de reformas nos anais da Assembléia Provincial, como, por exemplo, do deputado Dr. Domingos Rodrigues Seixas, em 1879 foram uma constante. Tourinho destaca entre os críticos Antonio Araújo de Aragão Bulcão, presidente da Província da Bahia nesta ocasião. Segundo Tourinho, “as críticas do Presidente da Província têm como alvo principal a administração do estabelecimento pelo Imperial Instituto (...) reivindicando a transferência da administração do estabelecimento para o Estado, Bulcão se refere à sua localização em S. Bento das Lages, 'local mal escolhido e distante da Capital', crítica os programas que não seguem as escolas européias e o corpo docente que considera 'não ser a exigível para o ensino que de preferência deve ministrar o Instituto’” (TOURINHO, *ibidem*).

⁷⁹ Inicialmente, este currículo foi estabelecido a partir do cruzamento de diversas fontes primárias, concentrando-se nas disciplinas presentes nas teses, e nos programas que constam do Livro de Atas da Congregação.

Tal registro poderia causar espanto quando se recorda que do ano seguinte (1880) até o fechamento da Escola sua transferência para o governo do Estado (1904), Bulcão foi presidente do IIBA, aliás, disparadamente o mais longevo com vinte e quatro anos de mandato, sem contar que ele foi sócio fundador em 18 de novembro de 1859, quando tinha vinte e sete anos de idade.

A crítica pode ser melhor circunstanciada considerando-se que o deputado Artur Rios fora diretor da EAB entre 1875 e 1879, durante a presidência do IIBA SOB Antonio da Costa Pinto (1870-1880), Visconde de Sergimirim. Rios argumenta os ataques por integrar a bancada oposicionista, enquanto Rodrigues Seixas se alinha ao presidente Bulcão por ser deputado situacionista (TOURINHO, 1982: 150-152).

Rios refutou a má localização da EAB, mencionando as linhas de vapores e barcos a vela que faziam o trajeto de S. Francisco do Conde à capital em três horas. Mas o mais interessante de sua réplica concerne à cientificidade da Escola e sua atualização. Considerando absurda a sugestão de Bulcão de contratar professores europeus, Rios defende não só o corpo docente como os programas da EAB, que “seguem as escolas européias porque a Escola Agrícola tem organização idêntica às escolas de Grignon, Montpellier e outras regionais da França e da Alemanha e do Instituto de Lisboa”. Rios, ainda diretor da Escola, pôs o cargo de diretor à disposição (TOURINHO, 1982: 153).

A organização científica da EAB seguiu alvo de críticas da presidência da Província em 1880. O IIBA convida Nicolau Moreira, cientista dos mais atuantes na SAIN, no IIFA e do Museu Nacional, para emitir opinião sobre a situação da Escola. Presente à sessão da Diretoria do IIBA, Nicolau Moreira foi apresentado por ofício do MACOP “para entender-se de acordo com o mesmo Presidente sobre os meios de organizar de modo mais econômico e profícuo, o ensino superior de agricultura neste estabelecimento”. Encerrado o expediente, Nicolau Moreira pediu a palavra:

e externou sua opinião, e as disposições em que estava de propor ao Governo de S. M. I. para que o ensino fosse mais prático do que teórico, desenvolvendo as observações colhidas nas diversas escolas agrícolas que visitou, não só na Europa, como nos Estados Unidos, aguardando para depois de sua visita ao Instituto o completá-los, no que concordou a Direção que se mostrou satisfeita com as idéias por S. Exa. benditas, e que a realizarem-se abrirá uma nova era ao ensino de Agricultura nesta Província, cuja lavoura no futuro deverá colher grande vantagem. (Atas do IIBA, 04/06/1883).

Questionamentos também foram feitos internamente. O professor da cadeira de Engenharia em 1893, Arlindo Fragoso, publicou no *Jornal de Notícias* de Salvador uma série de textos que guardam forte embate entre parte do corpo docente da escola e a Diretoria do IIBA. A partir deste confronto em que posições no campo político e no campo científico estiveram em jogo, podemos reconstituir um complexo processo de institucionalização da agronomia.

A proposta de Fragoso, naquele momento prefeito de Santo Amaro, cidade de origem de muitos alunos e professores, era pela reforma profunda da EAB, com o fim de qualquer vínculo com o IIBA se necessário.

Para este professor, a difusão dos melhoramentos agrícolas deveria contar como “áureo veio puro e criador da escola primária elementar, média e superior”, englobando instituições como estações agrônômicas, institutos agrícolas, escolas práticas e elementares de agricultura, colégios e cadeiras rurais, asilos agrícolas, quintas regionais, fazendas modelos e normais. A vulgarização agrícola deveria envolver museus, exposições e comícios agrícolas, associações técnicas e a “evangelização efficacíssima do jornal e da revista” (FRAGOSO, 1893: 44)

Fragoso foi incisivo na sua crítica à organização científica da Escola:

O que não pode ser iludido é o atropelo, a desordem e a carência da organização vigente, que liga, ao estudo da botânica e da zoologia, o da geologia; que separa esta da disciplina da mineralogia; que dá duplicidade ao estudo da química agrícola, enquanto limita o estudo, insubstituível, da tecnologia industrial, a que, sem propriedade alguma, chama química industrial; que circunscrive ao tirocínio escolar de seis meses o ensino integral da botânica, enquanto alarga, por um ano, o ensino da zoologia, que tem com a agricultura menores relações e se liga somente à zootecnia pelas espécies domésticas; que deixa dizimados os estudos da meteorologia e da climatologia, que integralmente deviam ser feitos, acorando-os nos elementos de física, enquanto alarga o estudo da análise química, implicitamente incluída nas químicas estudadas, como parte integrante, que é, de cada uma delas; que fixa em uma só cadeira o vastíssimo estudo da agricultura, e o da economia e legislação rurais, em toda a parte separados, pelo menos, em dois cursos; que reúne num só curso, de um ano, os vastos ensinamentos da medicina veterinária, da

zootecnia e da higiene pecuária, ainda sujeitos ao estudo preliminar de antecedências indispensáveis; que confunde, ao fim, por sobre outros atropelos, o largo ensino da mecânica, com as suas inúmeras aplicações aos instrumentos e aparelhos e máquinas agrícolas, com o do gênio rural, voltado ao estudo dos materiais de construção, da sua resistência e modo preliminar de emprego, aonde se vão basear as inúmeras questões da arquitetura rural, das estradas, pontes e caminhos vicinais e da hidráulica agrícola. (FRAGOSO, 1893: 24-25).

Ao fim e ao cabo, estava este currículo baiano atualizado ou não? Estava de acordo com os programas europeus? Foi mera cópia de Grignon, referência mais citada? No periódico do Imperial Instituto congênere do Rio de Janeiro, foi publicado em abril de 1875, um texto que trazia o currículo da tão mencionada Escola Regional de Grignon. De acordo com a *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, o programa era o seguinte:

- 1.º Um curso de física, de mineralogia e de geologia aplicadas à agricultura;*
- 2.º Um curso de química e de tecnologia agrícolas;*
- 3.º Um curso de engenharia rural;*
- 4.º Um curso de silvicultura e botânica agrícolas;*
- 5.º Um curso de agricultura;*
- 6.º Um curso de zootecnia;*
- 7.º Um curso de economia rural;*
- 8.º Um curso de contabilidade⁸⁰.*

Quando contrastamos estas disciplinas com o currículo efetivamente implementado na EAB entre 1880 e 1904 a partir do decreto de 1875 podemos identificar semelhanças e singularidades do currículo baiano. A 1.º cadeira mantém os cursos de física e de mineralogia, e acrescenta-se o de química e de tecnologia agrícolas, mas a geologia é remanejada. A 2.º Transforma-se em um curso de geologia, mais parte da 4ª. A 4ª cadeira de Grignon parte se incorpora à 2ª (botânica), parte vai para a 7ª (silvicultura).

O curso de engenharia rural (em Grignon correspondente à 3ª cadeira guarda identidade quanto à preservação de uma cadeira de engenharia rural). À 6.º cadeira de Grignon, composta por um curso de zootecnia, reuniu-se em São Francisco do Conde um curso de veterinária. A maior diferença pode ser identificada na 7ª cadeira. Na Bahia, além do curso de economia rural, reuniu-se a contabilidade e o curso de

⁸⁰ *Revista Agrícola do IIFA*, Rio de Janeiro, n. 1., p.3-10, abr, 1875

agricultura. Até aqui obtém-se, portanto, cinco cadeiras. Distinguindo a EAB, houve, ainda, a cadeira de desenho, rebaixada posteriormente para o *status* de aula, em vez de cadeira. A cadeira de Matemáticas Elementares supressa nos estertores da EAB sob o IIBA, ao fim dos anos 1890 e início dos 1900⁸¹.

Ao leitor contemporâneo uma das coisas que chama a atenção na distribuição das cadeiras da EAB diz respeito à 1ª cadeira, composta de Física, Química e Mineralogia, e À 2ª cadeira, composta pelos cursos de Botânica, Zoologia e Mineralogia. A expectativa de um alinhamento entre geologia e mineralogia como atualmente poderia nos induzir a julgar pelo atraso da Escola baiana. Contudo, inscrevendo as fontes aos sentidos e formas de fazer ciência da época, dois aspectos precisam ser tomados em conta.

Em primeiro lugar, no século XIX, desenvolveu-se uma batalha em torno da área de alinhamento da mineralogia, sendo os pólos deste embate a história natural de um lado e a química de outro. Segundo Figueiroa (1997: 115), esta batalha foi ganha pela química. Em segundo lugar, há que se considerar o papel nevrálgico que a própria química desempenhou na institucionalização da agronomia e de como a química agrícola, sistematizada por Justus von Liebig em meados do século XIX, se nucleava em torno do conhecimento das substâncias minerais para a nutrição das plantas, ao ponto de seus seguidores serem chamados de mineralistas. Quando, portanto, Frederico Draenert propôs que os cursos de Física, Química e Mineralogia estivessem reunidos, ele alinhava a EAB aos rumos da agronomia de matriz em Liebig, ao mesmo tempo que lhe conferia uma configuração singular ao ensino de química se consideramos outras instituições de ensino superior como as outras escolas de engenharia e medicina, diferenciando o eabiano dos egressos de outras agências.

Mesmo no caso da 2ª cadeira, que durante todo o período em São Francisco do Conde foi lecionada por João Ladislau de Cerqueira Bião, é preciso ter em conta os padrões de cientificidade do período em foco. Conforme no decorrer da segunda metade do século XIX a teoria de Darwin, a par de ter inspirado programas racialistas de pesquisa, também influenciou cientistas e naturalistas no sentido de empreender uma síntese entre botânica, zoologia, geologia e geografia climática, como Emmanuel Liais

⁸¹ O currículo do ensino agrônômico francês segundo Dutra, nas proposições de sua tese de conclusão de curso apresenta bastante similaridade ao publicado pelo IIFA: “O programa, quase uniforme das escolas regionais francesas considera como indispensável ao agricultor o conhecimento das seguintes matérias que, ali, se ensinam, distribuídas por 7 cadeiras, a saber: 1.ª – Física, Química, Mineralogia e Geologia. 2.ª – Botânica e Silvicultura. 3.ª – Zoologia e Zootecnia. 4.ª – Agricultura e arboricultura. 5.ª – Engenharia rural. 6.ª – Economia e legislação agrícolas. 7.ª – Contabilidade rural” (DUTRA, 1880: 120)

em 1881 sobre a natureza brasileira (DOMINGUES, SÁ, 2003: 118). Nas Conferências Populares da Glória, realizadas na Corte, a exposição das ciências naturais ao público leigo reunia as contribuições de Darwin no terreno zoológico e botânico e de Lyell, aliado de Darwin, na geologia (DOMINGUES, SÁ, idem: 114).

Há que se considerar também que no programa original proposto por Brunet constavam idealmente 10 professores. As restrições orçamentárias que acompanharam a EAB desde sua origem tiveram seu peso. Mas a adaptação a estas mesmas limitações se revelou atenta com as questões e controvérsias científicas da época, imprimindo “originalidade à cópia”.

Uma das primeiras regras estabelecidas pela congregação dizia respeito à idade para a inscrição nas matrículas do 1º ano, aonde não deveriam ser aceitos alunos de menos de dezesseis anos, buscando alunos com desenvolvimento intelectual compatível com estudos superiores (2ª Sessão da Congregação, 12/09/1876).

A congregação via as aulas práticas como prioritárias para a formação dos engenheiros agrônomos, de modo que “considerando ainda que se deve facultar aos alunos mais adiantados, a assistência às aulas de cursos anteriores, tanto quanto for possível, especialmente as aulas práticas, que lhes oferecem ensejo para aperfeiçoar-se na aplicação das ciências” (11ª Sessão extraordinária da Congregação, 21/04/1880).

A mudança dos horários, de modo a ampliar as aulas práticas era constante. O professor da cadeira de Engenharia e Mecânica, por exemplo, propôs “que os alunos do 2º e 3º anos do curso sejam obrigados a apresentar trabalhos práticos antes dos exames dos semestres, não podendo prestá-los sem este trabalho” (Sessão ordinária da Congregação, 08/11/1880).

A constituição de hierarquias entre as disciplinas tem em torno da cadeira de desenho um exemplo do quanto os valores, procedimentos e concepções científicas são objeto de negociação e reelaboração. A Cadeira de desenho, correspondente à 6ª do currículo, era ciência ou arte? Neste debate o professor Draenert, da 1ª cadeira, pedindo a palavra,

(...) declarou que reconhecendo ser de utilidade incontornável tomar-se em separado o resultado dos exames da 6ª cadeira das outras aulas, a fim de que a média dos exames daquela que era uma aula de Arte, não influísse nas médias das outras, que eram puramente de Ciências, emitia à consideração da Congregação a seguinte proposta: (...)

Proponho que de ora em diante, os exames de desenho sejam simplesmente qualificados pelos epítetos de habilitado e não

habilitado, tendo o aluno que for qualificado por não habilitado no desenho, de repetir o ano respectivo nesta matéria. (Sessão ordinária da Congregação, 08/02/1881, grifo do autor).

No que diz respeito aos exames da escola, uma reforma (1883) aprovada pela Congregação da Escola Agrícola, estabeleceu um formato que seria seguido inclusive em outras etapas da Escola Agrícola, os exames semestrais. Esta reforma definiu que “os exames são teóricos e práticos, constando os teóricos de duas provas: uma escrita e outra oral, devendo aquela preceder a esta”, ficando a exame prático todas as matérias que a ele se prestassem.

A prova escrita era individual, devendo cada um tirar o seu ponto especial, que poderia versar sobre qualquer uma das matérias do ano. Aos examinandos concediam-se duas horas para fazer a prova escrita. A prova oral sobre um ponto de cada matéria para toda a turma, era tirada à sorte pelo primeiro examinando com antecedência de vinte e quatro horas. A média obtida pelo examinando na prova escrita devia ser somada com a obtida no exame oral da mesma matéria do ano, para dar a média definitiva dos dois exames. O exame de desenho era realizado como os demais exames práticos ⁸². Caso algum aluno fosse reprovado em uma só matéria, era permitido matricular-se no semestre ou ano imediato, não podendo, porém ser submetido a exames, sem prévia aprovação na respectiva matéria.

Quanto ao sistema de notas, os exames seriam registrados por número inteiro de “Um a vinte”, que diriam respeito a cinco conceitos básicos: de um a quatro, péssimo; de cinco a nove, mau; de dez a quatorze, Sofrível; de quinze a dezenove, Bom; Vinte, Ótimo. Os estudantes que obtivessem menos de dez seriam reprovados. Eram considerados aprovados “Simplesmente”, os que obtiverem de dez a quatorze, e “Plenamente” os que obtiverem de quinze a dezenove. Aqueles que obtivessem “Vinte” seriam declarados aprovados “Com distinção”.

O regime disciplinar desta fase também foi estabelecido, à falta do regulamento geral, em outras fontes primárias. As atas da congregação, quando em pauta a punição do aluno, indicavam a existência de seis tipos de punição. De acordo com *Escola Agrícola da Bahia*, de Arlindo Fragoso (1893), eram “a admoestação, a repreensão particular ou pública, a privação de recreio, a segregação, a suspensão e a expulsão, as penalidades regulamentares da Escola Agrícola”, mas estas foram substituídas pela

⁸² Na Sessão ordinária da Congregação de 10/11/1881 é outro momento em que se ratifica o caráter prático da disciplina. Nesta sessão ficou “decidido que de ora em diante os exames da 6ª cadeira fossem considerados como exames práticos e, como tais, sujeitos ao que prescreve o Regulamento Geral relativamente aos exames práticos”.

Congregação em “admoestação e repreensão particular ou pública, com uma proporcional correspondência de *faltas de presença*, para as omissões comuns e, para os graves delitos, suspensão por um a cinco anos.” (FRAGOSO, 1893, p.90).

3.4. Tese publicamente apresentada...

Há registro de que os estudantes da IEAB em seus primeiros anos organizaram uma associação, a Sociedade Progresso Literário⁸³, mas não há qualquer outra menção a esta associação. A experiência que marcaria estes estudantes, obrigatoriamente, era a produção de teses para obterem o grau de engenheiros agrônomos.

Os procedimentos dos alunos na formulação das teses também foram definidos pela Congregação. O tema para a tese deveria ser submetido à aprovação da Congregação em sua última sessão ordinária. A tese era composta de duas partes como pudemos verificar na sua leitura: dissertação e proposições. Os pontos para dissertação eram escolhidos entre as disciplinas que constituíam as seções em que se dividia o ensino da Escola.

A organização das proposições das teses mostra uma nova organização para as seções da IEAB. De duas seções – ciências acessórias e ciências técnicas, as matérias estavam organizadas em três: 1ª Ciências acessórias ou naturais; 2ª Agricultura e Química aplicada; 3ª Mecânica e Engenharia. Uma comissão de três professores, nomeada pela congregação, era encarregada de rever as teses. A ela caberia declarar se a tese estaria, ou não, conforme o Regulamento da Escola. Revista a tese, era então enviada ao Diretor da Escola a fim de ordenar sua impressão.

As teses constituíram também uma iniciativa que visava integrar-se ao movimento científico da época, pois o aluno tinha, além do manuscrito que era arquivado, que “enviar a Escola com exemplares impressos que serão distribuídos pelas diversas Escolas nacionais e estrangeiras” (10ª Sessão extraordinária da Congregação, 22/11/1879). A troca de publicações entre as instituições científicas era uma das principais formas de difusão das atividades científicas, como, aliás, assinalam Margaret Lopes (1997) e Lilia Schwarcz (1993).

⁸³ Sua existência aparece quando o Diretor Francisco dos Santos Silva informava a Congregação de que havendo recebido da Comissão da Sociedade Progresso Literário, instalada pelos alunos desta Escola, com permissão do ex-Diretor Arthur César Rio, um oferecimento de vários objetos para o Museu do Estabelecimento, e do aluno “Francisco Pereira dos Santos Silva uma ossada petrificada para o mesmo fim, propunha que, em nome da Congregação, se agradecesse ambas as ofertas, e que, na ata da presente sessão, se lhes consignasse um voto de louvor: o que foi por unanimidade aprovado”. (Sessão extraordinária da Congregação, 05/11/1880).

A defesa de teses para conclusão de curso na EAB foi mais um dos procedimentos pelos quais esta agência integrou o processo de institucionalização dos campos científicos no Brasil, no período imperial. A defesa de tese fosse para a obtenção do diploma de nível superior, fosse para o concurso das cadeiras da escola era uma exigência que também constava dos cursos de medicina e engenharia (DANTES, 1996: 55).

Diante da ausência de quaisquer documentos tais como pastas de matrícula, com dados como filiação, profissão dos pais, naturalidade, as teses tornaram-se as únicas fontes primárias que permitiram identificar, ainda que parcialmente, a naturalidade e a filiação dos estudantes de São Bento das Lages.

Os frontispícios das teses seguiam um padrão: "Teses apresentada à Escola Agrícola da Bahia para ser perante a mesma publicamente sustentada por (nome do aluno), natural de (estado e cidade). Filho legítimo de (nome do pai) e (nome da mãe) afim de obter o grau de Engenheiro Agrônomo", seguida do ano.

Os eabianos em seus escritos colocam-se, fundamentalmente, como intelectuais a quem cabiam a chefia e liderança da reforma da agricultura baiana e brasileira.

O estilo eabiano de apresentação de seus trabalhos é caracterizado por algo que poderia ser compreendido como uma atitude de "modéstia". Ao tratar da escolha do ponto sobre o qual dissertam, assume-se de forma geral que não há pretensões de originalidade ou prioridade, como Rômulo M. Gonçalves em *A alimentação das plantas e os adubos* (1900), "desde quando bem minguados são os nossos recursos intelectuais e é esta a vez primeira que nos apresentamos à cena pública".

Assim, os autores pedem indulgência para com seus textos, não apenas dos seus mestres, como da opinião pública por sua posição de novatos no campo científico. Sua posição de iniciantes no campo é realçada pela estratégia recorrente de situar-se como autores de trabalhos "desvaliosos", compostos por páginas "escritas em linguagem fácil e acessível a todos os espíritos" (AZEVEDO, 1896: I)⁸⁴, e pela assunção de vigílias para redigir as teses (AZEVEDO, 1896: II), mas também por seu desejo de contribuição

⁸⁴ Como, por exemplo, José Maria Neves em *Resolução da crise agrícola pelo braço nacional* (1894), onde se lê: "Despretensioso e na altura da nossa limitada esfera de ação, escassez de luzes e de habilitações intelectuais; damos à luz da publicidade, o nosso humilde trabalho, cujo valor científico, bem o sabemos, é quase insignificante". João Telmo dos Santos em *Colonização no Brasil* (1896) também ilustra esta modéstia: "A parte que nos tocou na obra que hoje concluímos é essencialmente pequena; tão somente quisemos ser o intérprete para com os nossos ilustrados mestres do quanto colhemos nas suas mui proveitosas lições e dar-lhes um pálido reflexo do quanto temos lido em autores de reputação e crédito firmados e cujas opiniões são corroboradas por fatos incontestáveis.

Sim; porque nem a nossa era consente, nem o nosso espírito dava para uma invenção, uma descoberta ou um sistema" (Santos, 1896: 35-36).

para elevação da agricultura da sua situação rotineira. Desta maneira, os eabianos deslocam o valor de sua monografia para a gravidade e importância dos temas tratados, como, por exemplo, numa tese defendida na primeira turma diplomada pela EAB em 1880.

Gustavo Dutra, propondo-se a estudar a *anatomia do colmo da cana de açúcar, suas moléstias* e alguns dos numerosos *inimigos da cana*, justifica a escolha do ponto da dissertação de sua tese "pela sua natureza e gravidade, por ocuparem, ainda hoje, a atenção dos lavradores".

Foi este, e não outro, o móvel que impeliu-nos à escolha; se com isso nada ganhamos no espírito público, na nossa opinião, certo, nada perdemos, tanto *mais quanto não temos a estulta pretensão de convencer, nem de levar luz ao espírito de ninguém.*
E, de feito, o ponto escolhido é, sem duvida alguma, recomendável pela sua importância e gravidade; oxalá possa a grandeza do assunto, senão suprir, - atenuar, pelo menos, as nossas faltas. (DUTRA, 1880: I – Grifo nosso).

À despretensão, o autor reitera o caráter público das teses e a expectativa da discussão e da crítica.

Não espere o leitor, curioso, encontrar n'ella alguma novidade, não; porque, por mais que quizessemos imprimir-lhe um cunho de originalidade, não nos foi possível faze-lo: molestia pertinaz e dezanimadora roubou-nos quasi todo o tempo precioso, e nossa acanhada intelligencia por vezes fraqueou diante das formulas intrincadas do problema da actualidade, que se nos offerecia á solução.
Depois d'esta sincera declaração, dispensamo-nos de pedir, para este modesto trabalho, a benevolencia do publico competente e sentato, que sóe sempre fazer justiça; deixamo-lhes, com toda a lealdade, abertas as portas á discussão e á critica.... (DUTRA, 1880: I).

E neste empreendimento trazem ao leitor de seus trabalhos o seu testemunho da situação da lavoura, especialmente na Bahia. Por um lado, as propostas elaboradas pelos agronomandos são elaboradas a partir do confronto entre opiniões dos mais reputados cientistas, sábios e engenheiros e, por outro lado, afirmam apreciar os conceitos destes autores com a análise da situação concreta da lavoura para inferir o que seja mais razoável e racional sobre a questão, operando "como deveria ser" a agricultura, descrevendo "como ela realmente era".

A exposição e análise das monografias de conclusão de curso que se segue objetiva destacar o repertório conceitual socializado, internalizado e partilhado pelos egressos desta instituição⁸⁵.

3.4.1. Agriculturas

O Brasil é um país essencialmente agrícola. Esta sentença, tão comumente tomada como válida para representar o Brasil até 1930⁸⁶, pela historiografia, é persistente nas teses dos eabianos. A viabilidade desta essência agrícola, com as transformações no mundo do trabalho com a decomposição da escravidão, na redação das teses, reflete-se enquanto forma de vislumbrar o passado e o futuro do país como da Bahia. Enquanto intelectuais orgânicos, as suas preocupações dirigem-se não só a um país essencialmente agrícola de forma geral, mas à Bahia em particular.

O esquema de percepção e ação eabiano expresso nas teses não apenas diz a agricultura que deve ser, mas também, da agricultura como efetivamente praticada, sob o seu prisma científico e civilizatório. As teses tornam-se fonte história da compreensão de uma convenção histórica enquanto um testemunho empreendido por um conjunto de agentes que partilham um conjunto de valores, práticas e representações plasmados em condições particulares.

A percepção de que a “essência” agrícola era mais que uma realidade, uma tarefa, pode ser localizada em teses das mais variadas áreas como, por exemplo, na dissertação sobre a produção de açúcar a partir da teoria da difusão, *Histórico, Definição e Teoria da difusão*, de Julio Cesar Antunes em que o autor sentenciou: “É o nosso país essencialmente agrícola: esforcemo-nos para que na realidade o seja.” (Antunes, 1883: 25).

Do ponto de vista Zootécnico, José Celestino dos Santos em *Qual o melhor meio de aperfeiçoar-se a criação do gado vaccum atendendo aos fins – trabalho, leite e açougue* ponderando que o estudo da formação e aperfeiçoamento das raças dos animais

⁸⁵ Um repertório de lugares-comuns ou repertório de tomadas de decisão corresponde aqui ao conjunto de esquemas de percepção e ação que os egressos das agências de um determinado campo apresentam, ou seja, seu estilo de apreensão e intervenção em seu respectivo universo, a partir da posição ocupada na estrutura de distribuição do respectivo capital simbólico, no caso, o capital científico (BOURDIEU, 2004; 1983). A idéia de *habitus* é fundamentalmente uma ferramenta conceitual empregada para alcançar a relação entre as estruturas objetivas do campo e as práticas dos agentes. O *habitus* funciona como categoria para apreender o “princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio” (BOURDIEU, 1999: 160).

⁸⁶ VIOTTI, 1994: 52, MATTOSO, 2004: 46; DOMINGUES, 1995; LINHARES, SILVA, 1979; PRADO Jr. HOLANDA, 1994.

de trabalho, açougue e leite é questão transcendental para a classe agrícola, lamentou que a utilidade destes “preceitos estabelecidos pela ciência e sancionados por uma prática racional”, “é incluída em o número das questões supérfluas pela maioria dos lavradores deste país, que, proclamando-se essencialmente agrícola” mantinham-se nas regras criadas pela rotina (SANTOS, 1886:1-2).

O oferecimento dos eabianos era de identificar os meios mais eficientes para “conjurar os males que tão sérios danos ocasionam à primeira de nossas indústrias”. Conquanto a lavoura para os egressos da EAB fosse o motor da prosperidade em todo o país, simultaneamente apreendem que esta é uma realidade a conquistar: “guardemos a convicção de que o Brasil só poderá ser digno de seus elevados destinos, quando, arrefecida a febre do funcionalismo, tornamo-lo essencialmente agrícola.” (BARAÚNA, 1889: 12). Outros autores traçaram esta diferença entre o Brasil essencialmente “realmente existente” e aquele que a ciência e os seus arautos tinham a capacidade e missão de realizar.

A nossa lavoura, mal dirigida, explora sem princípios, sem teoria, sem inteligência, concorrendo quase que unicamente para as necessidades do erário público, devia necessariamente sucumbir, porque, então, era uma crença geral que o país era por sua natureza somente agrícola, e outra qualquer indústria era apenas acessória.(DAVID, 1888: 8).

Para Virgílio David, a crença na essência agrícola do Brasil carecia de mudanças substanciais. A “essência” da “essência agrícola” deveria ser modificada apresentando-se um traço dos escritos eabianos que advogavam não apenas a reforma nos “antigos sistemas de cultura” mas, principalmente, nos “modos de vida”. Mas se “é indiscutível que a maior parte dos nossos agricultores não está em condições de poder fazer uma reforma no seu antigo sistema de cultura, e ainda menos, no seu modo de vida” (DAVID, 1888: 30), quem seriam os sujeitos capazes de empreender tal reforma? Os engenheiros agrônomos da EAB se ofereceram para a tarefa, apresentando-se ao fim e ao cabo como os especialistas da ciência aplicada (GRAMSCI, 1987: 55) que espargiriam as luzes da agronomia, mediando a implementação tanto de novas forças produtivas como preconizando novas relações de produção.

“Bem árdua é essa tarefa”, avaliou David, observando que a solução desta tarefa para o Norte e para a Bahia tem que ser diferente do sul, “considerando o estado da lavoura da nossa província, e as condições em que se acham todas as outras do norte do Brasil, não devemos tomar por norma as do sul”.

Em vez de querer imitar as províncias do sul ou copiar os seus destinos, David destacou a necessidade de observar no contexto nacional a crise monetária, a deficiência de safras, o abatimento do comércio, e em especial “essa propaganda empreendida no louvável empenho da abolição da escravidão do Brasil” para bem-estar do país e “engrandecimento, riqueza e verdadeira independência de nossa cara pátria” (DAVID, 1888: 5). No contexto baiano, o “estado desastroso da lavoura” da província não se devia ao clima ou ao solo.

Atravessa seu texto, como o de outros agronomandos, a crítica aos grandes proprietários. A origem dos males que afligiam a principal cultura da Bahia estavam “no dinheiro, na inércia e no pouco hábito do trabalho da maior parte dos grandes proprietários, que a si mesmos devem a sua própria ruína e a ruína comum” (DAVID, 1888: 6). Com a pena voltada para os “usos” e “costumes” dos grandes proprietários, David de um lado assinalava o cenário de dificuldades que a província da Bahia passava naquele ano de 1888:

Nossa província que não pode pagar regularmente a seus funcionários, que fez um empréstimo de algumas dezenas de contos de réis para fazer face a suas despesas urgentes; os arsenais que fecham suas portas a centenas de artífices, os estabelecimentos de indústrias particulares, que lutam com dificuldades enormes, e despedem seus operários, outras tantas famílias sem pão; por toda parte as queixas; aqui e ali a miséria cada vez mais crescente! (DAVID, 1888: 5).

Por outro lado, reitera a crítica aos grandes proprietários:

Desde longos anos, acostumados a uma vida larga e de prazeres, de nada se privando, possuindo terrenos infatigáveis e centenas de braços escravos; exigindo destes a maior soma de trabalho, sem se preocuparem com o desaparecimento de muitos, porque outros os substituiriam; empregando em seus trabalhos essa velha rotina, tão nociva, de que não se podem afastar; os nossos agricultores nunca se lembraram de que o futuro nem sempre é o presente (...).

Um mote a partir da leitura de David foi se confirmando na leitura de outras teses acerca de sua tarefa de organização da cultura e seu papel de organizadores da vontade da “classe agrícola”, pois evidenciavam uma percepção aguda pelos ebianos do quanto o “hábito” escravocrata, as relações escravocratas moldaram e plasmaram os grandes proprietários e a classe rural brasileira e baiana em particular.

Os desafios e as medidas a serem implementadas eram expressos invocando sua competência científica como fonte de autoridade sobre ex-escravos e ex-senhores de escravos. Os ebianos indicavam ter consciência que é sobre este legado/herança/tradição e conjunto de práticas e valores, i.e., é partindo de uma sociedade de herança escravista, que precisavam inculcar/mobilizar novas práticas e valores, mais consentâneas com os processos mais “modernos” e “civilizados”.

De quase todas as províncias, a Bahia é uma das mais atrasadas na arte de lavrar a terra. Conserva ainda, como lembrança, os costumes portugueses – herança infeliz que nos legara a metrópole. (BARROSO, 1885: 57).

A análise das condições concretas da produção na Bahia é uma constante ebianiana. Antonio Lopes da Silva Lima, autor de *Caminhos Vicinais e sua influência sobre o desenvolvimento da lavoura*, advogando pela necessidade de mudanças nas atitudes de “nossos fazendeiros e agricultores” para “esquecerem das rivalidades que os dividem e isolam”, apontou a situação dos transportes na província como um resultado dos modos de vida vigentes e que estorvaVAM a prosperidade destes mesmos produtores.

Nos nossos engenhos e fazendas, o transporte das canas ou de outro qualquer produto agrícola é feito por meio de carros, e os caminhos por onde eles passam, são geralmente maus, muitas vezes lamacentos, causando sempre danos aos produtos, ou aos carros, e até mesmo aos animais, que muito sentem e sofrem. (LIMA, 1886: 46).

Com a “indústria agrícola atualmente tão subjugada entre nós pela classe mercantil” (SÁ, 1887:6), as palavras dos ebianos buscavam a emergência de um lavrador que deixasse para trás o trabalho unicamente para si, pensando somente nos seus interesses, limitando seus esforços à obtenção do necessário a si próprio, para “uma missão sagrada, um dever imperioso a cumprir; porque da sua indústria dependem todos os principais elementos de riqueza e prosperidade” (DAVID, 1888: 19).

Para tanto, a superação do exclusivismo cultural da cana de açúcar, bem como a concentração das propriedades, são sobejamente criticadas. O domínio da grande propriedade em um país “como o nosso”, onde faltam “quase completamente, os meios de transporte rápido e ao alcance de todos; onde as comunicações são difíceis, onde a vigilância não pode ser exercida com eficácia em todos os pontos onde é requerida” (DAVID, idem: 21) era um erro, que na Bahia tinha exemplos expressivos em “distritos agrícolas como Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré”.

O perfil fundiário da Bahia exigia a divisão da propriedade para conquistar a civilização, e este movimento “nas circunstâncias atuais” previa para os eabianos tanto a divisão das grandes propriedades em pequenas propriedades, quanto a substituição do exclusivismo das grandes culturas por pequenas lavouras.

Tendo estudado o estado vigente da lavoura brasileira, e “referindo de preferência nossas observações à província de que somos filho”, eabianos como Baraúna assinalaram o seu repúdio ao “enfeudamento” dominante e defenderam o “parcelamento racional do solo”:

Adepto da democratização da lavoura pelo parcelamento racional do solo; pouco confiante na grande propriedade, a despeito dos proveitosos auxílios com que o governo atual procura minorar os efeitos da imprevidência dos que resolveram o problema servil, descuidosos da organização do trabalho, pensamos que o enfeudamento do solo não poderá subsistir entre nós, sem grave detrimento para o futuro da lavoura brasileira. (BARAUNA, 1889: 21).

Esta crítica às estruturas “feudais” que obstam o desenvolvimento da agricultura racional feita por Barauna também pode ser verificada mais explicitamente nas teses elaboradas por Silvério Guimarães quando este se refere às “instituições feudais do direito de propriedade” (GUIMARÃES, 1893: 21); e por Arthur Navarro sobre a conjuntura ora vivida pela produção agrícola brasileira, “nesta quadra reformista porque passa a indústria agrícola” – “obrigada a desenfeudar-se” (NAVARRO, 1889:16).

Esta dimensão da crítica dos engenheiros agrônomos de São Francisco do Conde revela por outro lado uma afinidade com os valores capitalistas e a economia política clássica. A principal preocupação dos formandos era com a eficiência da grande fazenda, e não uma intervenção anti-capitalista.

Virgílio David que é um dos que mais adotou um tom de simpatia com as camadas proletárias posicionou sistematicamente o papel do agrônomo como um agente mediador de valores capitalistas, defendendo o capital:

Os grandes proprietários, que representam os capitais, representam igualmente a grande agricultura. O capital é a base fundamental de toda a empresa industrial; o proprietário tem direito, por consequência, aos gozos dos resultados desse capital, tanto quanto lhe compete na partilha da produção. (DAVID, 1888: 24).

A adoção de mecanismos de mercado foram postas por Silvério Guimarães como imprescindível à racionalização da agricultura. Entre as principais causas que em

seu prisma, como de outros eabianos contribuiria “poderosamente sobre o desenvolvimento da indústria agrícola, figuram duas leis primordiais que regem a propriedade territorial: primeira a que garante a segurança da posse; a da liberdade das transmissões”. (GUIMARÃES, 1893: 20-21).

A liberdade das transmissões do solo e a livre circulação das propriedades em contraponto às “instituições feudais do direito de propriedade” ou seja, a institutos como os morgados e as interdições à execução das propriedades eram nesta ótica “obstáculos ao bom emprego do solo, impedindo de um modo o desenvolvimento da classe enérgica dos cultivadores proprietários, os mais aptos e os mais interessados à cultura”. (GUIMARÃES, 1893: 21).

A análise eabiana envolveu, assim, a remoção de obstáculos à constituição de um mercado de circulação de propriedades e também uma dimensão de eficiência da produção, em especial do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar na Bahia, conquanto “essas enormes extensões, cobertas desse vegetal, seguem-se, amontoam-se sem a menor solução de continuidade, sem nenhuma das regras requeridas pela comodidade do trabalho, pelo zelo, cuidados e meios de transportes” (DAVID, 1888: 28).

A origem do pouco rendimento baiano estaria nas formas pelas quais a cana era cultivada, resultante de sua estrutura fundiária concentrada que criava dificuldades para os trabalhos técnicos, o que com “aparelhos insuficientes, e na má distribuição do pessoal e do tempo” só aumentaria o desperdício⁸⁷. Enormes extensões sob um só proprietário implicavam na

*impossibilidade para o trabalhador de seguir, de uma maneira assídua e proveitosa a vegetação, de examinar o estado das plantas, de zela-las, entrete-las em perfeito estado de limpeza e vigor”.
E da falta dessas condições essenciais provêm a má qualidade e a pouca quantidade de matéria sacarina aproveitada. Acresce ainda que não medindo as suas forças, ou para melhor dizer, não sabendo aproveita-las, o lavrador de cana de açúcar só tem um fim: plantar e plantar muito. (DAVID, ibidem)*

⁸⁷ “A distribuição do tempo e do pessoal é de tal sorte defeituosa – sem inteligência na nossa grande cultura que não é raro ver-se um proprietário, depois de ter aplicado todos os seus braços à plantação da cana, incendiar um terço das suas plantações porque os seus aparelhos não podem reduzir o açúcar de má qualidade a totalidade das canas plantadas.

Daí as safras pouco rendosas em relação ao número de trabalhadores e ao tempo, porque é certo que, depois de haver plantado muito, é de esperar que se colha na mesma proporção; e o desânimo, o desespero, a ruína são as conseqüências fatais dos sistemas adotados, e dos vícios adquiridos” (DAVID, 1888: 28).

A limitação à cultura de um só vegetal estaria, ao ver de David, mais vulnerável a um “desequilíbrio entre capitais empregados e os resultados obtidos”. Por outro lado, desenvolvendo uma oposição entre monocultura e policultura, postulou que o cultivo de diversos gêneros, simultaneamente com a cana, abriria “necessariamente uma divisão, e por conseguinte cada uma dessas culturas, absorvendo uma parte da sua energia e da sua vigilância”, produzindo resultados diversos que reunidos tem como resultado uma soma em lucros compensando os capitais e o tempo empregados. (DAVID, 1888: 35).

Os eabianos tinham uma aguda percepção da natureza política das distintas situações da lavoura no Norte e no Sul. Ervídio Pedreira de Souza Velho em *A Colonização no Brasil* (1891) pondera que a pujança e grandeza no sul “são fictícias”, “aos olhos do agrônomo”, sustentando esta asserção no domínio naquela região do exclusivismo cultural. Todavia, mais adiante, reconhece que:

A indústria agrícola no Brasil meridional, apesar do predomínio do sistema exclusivo de cultura, tem progredido alguma coisa. Os modernos instrumentos agrários já começam a ser adotados. Procura-se acompanhar de perto a evolução científica que veio bater às nossas portas, a fim de despertar-nos do marasmo profundo em que vivemos (VELHO, 1891: 18).

Qual o mecanismo que compensaria a falha agronômica no domínio do exclusivismo cultural? “É que os favores do governo nunca atingiram as regiões setentrionais. Nos tempos da monarquia, o governo só fitava as províncias do sul, abandonando completamente as futuras zonas do norte” (VELHO, 1891: 44).

Esta percepção da relação entre o governo central e as regiões na distribuição dos recursos é verificada tanto nas teses de início da República como nas imperiais como, por exemplo, na esperança de que:

o governo, à imitação do que tem feito em outras províncias, estenda sua proteção até esta, e compreendendo que é para ele um dever sagrado auxiliar com todo o seu poder e com a sua poderosa iniciativa, a nossa lavoura, cuja existência representa uma das mais fecundas fontes das suas receitas. É esse o dever de um governo sério. (DAVID, 1888: 21).

Falar em auxílio do governo implicava falar em instrução, vias de comunicação e principalmente, acesso ao crédito. “Queremos falar dos capitais” (DAVID, 1888: 34), uma demanda urgente conquanto a escassez de capitais, mais aguda no Norte punha em similaridade “grandes e pequenos lavradores cuja situação precária não permite criar

novos sistemas de lavoura, aumentando juros elevados às despesas inerentes a seus trabalhos” (DAVID, *ibidem*).

Thomaz da Silva em 1886, afirmando que “nesta província a depressão do crédito agrícola é fato que não merece contestação”, exprime não só as dificuldades de sua obtenção, como aponta a necessidade de criação de planos que atendessem tanto às necessidades da lavoura como dos interesses dos mutuantes. De forma geral os eabianos ressaltam a imprescindibilidade do crédito para o melhoramento da agricultura e sua concreta escassez.

Os estabelecimentos bancários na Bahia, “exigindo o juro de 8 a 12%, longe de libertarem o lavrador da posição a que levaram” o fragilizam ainda mais no seu testemunho. Mas também nesta tese se encontra a mesma crítica de favorecimento do governo central ao Sul, evidenciando que as tomadas de posição do eabiano se vinculam a sua posição enquanto intelectual orgânico da lavoura da Bahia e do Norte. A crítica à ação do Banco do Brasil se inscreve nesta situação.

Entre nós o banco do Brasil que mais serviço tem prestado aos lavradores de algumas províncias do sul do Império é alvo de maiores acusações da classe agrícola, por isso mesmo que, recebendo do Governo grandes concessões não tem feito os empréstimos nas condições que se obrigou.(SILVA, 1886: 21).

Silva faz uma crítica aos empréstimos feitos a juro alto e prazo curto, como seus pares, e ao seu efeito maléfico aos interesses do lavrador que tem sua propriedade hipotecada, pois na maior parte das vezes o produto líquido dos trabalhos é inferior à quantia estipulada para amortização e juros do capital retirado dos estabelecimentos bancários.

Contudo, Silva também recusa as proposições que apontam para um sistema oposto, i.e., os defensores de “empréstimo a prazo bastante prolongado e a juro muito diminuto”, argumentando que “é claro que esse plano se torna inexecutável, porque os capitalistas, longe de empregarem o dinheiro com o fim único de animar e proteger a indústria agrícola são impelidos pelo interesse de auferir lucros para aumentar a massa de seus capitais”. (SILVA, 1886: 12). As idéias refutadas por Silva em seu entender eram irrealizáveis posto que “os capitalistas não serão bastante insensatos para fazer empréstimos a prazo exageradamente prolongados, nutrindo a certeza de que não está longe o dia da redenção completa dos escravos, que a lei considera como acessórios dos imóveis” (SILVA, *ibidem*).

Contribuía também para impossibilitar a execução de tal tipo de plano o pouco valor das terras, então ainda cultivadas com o braço escravo, “auxiliado das práticas rotineiras”. Deveriam assim ser criados planos que contemplassem não só as necessidades da lavoura, mas também dos interesses dos mutuantes (SILVA, 1886: 13).

Assim, se os capitalistas “retraem-se de fazer empréstimos à lavoura, preferindo as firmas comerciais ao nome do agricultor”, faz-se preciso tornar a agricultura apta aos empréstimos dos capitalistas⁸⁸. A dissipação da desconfiança dependia de a lavoura oferecer maiores garantias, “pela organização do trabalho, que se executará depois da solução do problema servil e com auxílio de medidas tomadas pelo governo”. Destarte, Silva elenca algumas medidas “imprescindíveis”:

A introdução de trabalhadores livres e inteligentes, a criação do imposto territorial, que fará desaparecer a cultura extensiva, a divisão das grandes propriedades, concorrerão poderosamente para estabelecer a agricultura em bases mais sólidas, tornando-a apta a gozar das vantagens do crédito. (SILVA, 1886: 14).

Mas como nó na execução das propriedades, conclui seu rol de providências propondo:

Deverá o governo ter o maior empenho na reforma da lei hipotecária, na abolição dos privilégios da lavoura, na garantia do direito da propriedade na adoção de outras medidas que em sua alta sabedoria julgar necessárias. (SILVA, 1886: 32).

Dez anos mais tarde, Miguel Olimpio Pinto de Azevedo em *Crédito agrícola* (1896) ratificaria tais recomendações escrevendo que “a existência das instituições desta natureza [de crédito] impõe a reforma das leis hipotecárias que cerceiam o poder de desapropriação dos proprietários”. (AZEVEDO, 1896: 9).

A nosso ver, a tomada de posição de Azevedo e outros eabianos em prol da implantação de mecanismos capitalistas é nuançada pelas demandas da produção agrícola. A urgente instituição particular do crédito agrícola se justificava pela diferença da agricultura “das outras indústrias, principalmente da comercial, que é tão pronta em seus processos e quase nada depende, em seu exercício, da natureza”. Com os trabalhos, “muito mais rudes”, “sob a influência direta dos agentes naturais”, e sob processos mais lentos, “precisa o agricultor, mais que outro qualquer industrial, reunir ainda uma grande soma de conhecimentos técnicos e científicos”, que os acidentes naturais como

⁸⁸ “Entre nós, quando os pagamentos não são feitos no dia determinado, só depois de longo tempo o mutuante pode apossar-se da propriedade hipotecada, que legitimamente lhe pertence, não raras vezes quantias avultadas nos processos judiciais, o que não se dá no comércio em que a questão é resolvida pela jurisdição comercial”.(SILVA, 1886: 15).

as chuvas, as tempestades, as enfermidades das plantas, as epizootias, reduziam a prejuízos. Em suma:

É que a lavoura tem suas necessidades especiais; e, pois, para poder utilizar-se do capital em condições vantajosas, requer a instituição do crédito agrícola estabelecido com vistas a servi-la exclusivamente; visto como as condições, em que obtém o lavrador o dinheiro nos institutos de crédito mercantil, são demasiado gravosas e de todo ponto detrimntosas à classe agrícola. (AZEVEDO, 1896: 17-18).

A criação de um instituto de crédito *exclusivamente* agrícola, para atendimento às condições especiais em que ocorre a produção agrícola ainda precisavam, no entender de Azevedo, enfrentar duas ordens de obstáculos. A primeira resultante da legislação e regulamentação existentes, e mesmo dos “próprios costumes”, com disposições que tornam gravosas as garantias de penhor e a liberdade de empréstimo, comprometendo as garantias oferecidas ao capitalista. Em segundo lugar, e não menos importante, no prisma deste eabiano a questão do crédito agrícola não dispunha só de sectários; “tem também convictos adversários. Estes, entre os quais estão banqueiros, legistas, industriais e negociantes, sustentam que o crédito é o mais funesto dos presentes a fazer à agricultura, por entenderem que a classe agrícola é ainda muito ignorante para saber empregar, com proveito, o dinheiro tomado por empréstimo; ao passo que aqueles sustentam, com bons argumentos, que a falta de capital barato é uma das chagas mais dolorosas que flagelam a lavoura.” (AZEVEDO, 1896: 24-25).

Dez anos antes, uma fonte ao encontro desta assertiva sobre o proveito do capital e seu emprego adequado poderia ser a tese já mencionada de Thomaz da Silva, onde afirmava que “sem um estudo sério sobre a ciência agrônômica, que nos fornece os conhecimentos necessários sobre o adubo das terras depauperadas de sua riqueza natural, sobre a execução das lavouras, o lavrador não poderá aproveitar-se das vantagens do crédito” (SILVA, 1886: 7), de modo que “estabelecer instituições de crédito, sem difundir previamente o ensino profissional agrícola, é concorrer para a ruína do Estado e dos particulares” (SILVA, *ibidem*).

A posição do agronomando em causa não é contrária ao instituto do crédito especialmente agrícola, mas visava suprir a deficiência apontada pelos “sectários contrários”, ou seja, implementar a reforma do crédito, mas precedendo da instauração da instrução agrícola.

Para que as instituições de crédito agrícola possam, entretanto, oferecer auxílio à lavoura que definha, faz-se preciso que a rotina

seja banida dos trabalhos rurais, dando lugar a uma prática racional, que será o salvatério da classe agrícola.

Pode-se inferir do que fica exposto que muito antes de tratar-se dessa reforma, deve o Governo fundar nas diversas províncias do Império escolas especiais de agricultura, onde a par de conhecimentos técnicos, sejam dadas lições puramente práticas, a cujo influxo possam os indivíduos que se dedicam à lavoura empregar em suas propriedades todos os melhoramentos que se tornam necessários ao aumento da produção agrícola. (SILVA, 1886: 6-7).

E no momento em que Thomaz da Silva escreveu, a preocupação com o encaminhamento final do escravismo e seu impacto na produção, foram uma questão particular:

Ameaça o Brasil uma crise assustadora: o trabalho agrícola passará por uma transição admirável, logo que seja extinto o elemento escravo, e entretanto o governo que trabalha para execução dessa reforma não procura auxiliar a lavoura, com a fundação dessas instituições de crédito, afim de evitar os males que possam advir ao país.

Em pouco tempo, a ameaça se tornaria um fato com a extinção da escravidão em 1888. Contudo, não só o 13 de maio, como as posturas da ciência e do Estado ante a herança escravista bem como sobre a população negra liberta do cativo, seguiram como tema de profundo interesse dos engenheiros agrônomos recém-diplomados. Tema candente da história das ciências e das idéias no Império e na República para as áreas de ciências naturais, medicina, direito e história (SCHWARCZ, 1993) a trajetória da noção de raça no interior da agronomia constitui uma lacuna.

Conquanto a agronomia ocupe no interior do campo científico a situação de área em emergência e, por conseguinte, a posição particular do pioneiro engenheiro agrônomo ante outros profissionais legitimados cientificamente a partir de posições adquiridas ao longo do século XIX, as teses ebianas são oportunidade de mergulhar nas questões raciais e do mundo do trabalho na passagem dos regimes e de séculos numa particular forma de apreender a instauração da civilização nos trópicos. Compreender um tema canônico sob outro prisma.

3.4.2. Raças e organização do trabalho

“Já não existe a escravidão no Brasil; a nossa pátria está libertada, porque a lei de 13 de maio de 1888 é para nós brasileiros infinitamente mais grandiosa, mais moralizadora do que o ato que nos emancipou do jugo de uma potência dominadora, e que proclamou a nossa independência”. (DAVID, 1888: 27)

Virgílio David expressou acima o júbilo com a abolição da escravatura. No decorrer de sua tese, ele defendeu ser “intuitivo” que o homem liberto da escravidão “competentemente remunerado, produzirá uma soma de trabalho muito superior àquela que produziria sob o domínio de um senhor; porque o resultado de seus esforços não será em benefício alheio, mas próprio” (DAVID, 1888: 28).

Encontraremos V. David como personagem do trabalho do professor Sílvio Humberto Passos Cunha (2004)⁸⁹. O título da tese de Cunha, *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia*, sintetiza seu objetivo de analisar como o racismo estruturou a reorganização do trabalho no pós-abolição no recôncavo baiano, num diálogo crítico com o conjunto de discussões acadêmicas que se tornaram canônicas. Da indagação sobre as maneiras engendradas pelas sociedades herdeiras da escravidão, de maioria negro-mestiça, de lidar com seu passado escravista, Cunha questiona os limites dos estudos clássicos da formação econômica do Brasil que tomaram a experiência de São Paulo como válida para as demais regiões do país e a desconsideração da ótica “do ex-escravo, do negro, para a compreensão da formação econômica, fazendo crer que o destino desse coletivo não teve qualquer relevância econômica, tratados-os acriticamente como “trabalhadores nacionais” (CUNHA, 2004: 253).

Estudando as explicações da opção pelos imigrantes europeus, Cunha salienta que a abertura para a entrada de um novo protagonista, o racismo, na agenda das discussões sobre o desenvolvimento econômico, tem na hegemonia da abordagem freyreana acerca das relações raciais, que reduz racismo a ódio racial explícito, defronta-se com esta barreira epistemológica ainda hoje presente na maioria dos estudos no campo da historiografia econômica.

A relação entre racismo e economia na historiografia conferindo dimensão política e econômica ao pertencimento racial, reconhecendo-o, portanto, como objeto passível de políticas de Estado tem no período de 1871-1902 um momento particularmente relevante para evidenciar tal conexão.

⁸⁹ CUNHA, S. H. P. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902* (tese de doutorado) Unicamp: Campinas-SP, 2004.

Especialmente, Cunha parte do princípio de que a “transição” não é restrita tão somente ao regime do trabalho, fazendo uma incursão no processo de desestruturação do escravismo no Recôncavo Açucareiro. Analisando os esforços mobilizados pelo governo provincial e em seguida pelo governo do Estado para atrair a corrente imigratória estrangeira para a Bahia, e os movimentos das “elites baianas”, em especial do recôncavo, para preservar internamente a supremacia de raça e de classe (ainda que com perda de espaço político e econômico no cenário nacional), Cunha localiza a elaboração de um arcabouço institucional edificado sobre a exclusão racial e social da “população”. É neste esforço investigativo que ele localiza um relatório algo destoante neste arcabouço, elaborado pelo Inspetor Geral de Terras Públicas e Colonização, Virgílio David, nosso eabiano, e encaminhado ao Presidente da Província Luiz D’Almeida Couto, em 1892⁹⁰.

David apresenta uma crítica contumaz ao sistema de recrutamento de imigrantes apesar de crer que a colonização fosse o caminho para a salvação da lavoura. Antes que a escravidão, o malogro da imigração, para David se encontrava nos diferentes atrativos que o Sul dispunha em relação ao Norte.

A falta de um estudo mais aprofundado, que apontasse para essa diversidade de elementos, se traduzia, para o inspetor, no ‘entorpecimento da realidade (...) esta falta de atenção em questão desta natureza, a ideia diz que o colono que se estabelece no Sul pode residir no norte, provem de um defeito todo natural entre nós – a imitação’. (DAVID apud CUNHA, 2000, p.30).

David propõe, assim, a adoção de uma solução doméstica para questão dos braços, utilizando a própria população egressa da escravidão. Mas qual o significado de “imitação”?

É fundamental ir além do simples ato de imitar, é necessário apreender o significado ideológico, isso é, identificar a ideologia que norteia essa ação. Assim como a escravidão era uma instituição no país, para muitos, responsável pela unidade nacional, a ideologia racial – parte da construção da identidade nacional – objetivava transformar o Brasil em um país de brancos, negando todo o seu passado escravista. Nesse sentido, devem ser entendidas as manifestações/apelos/esforços pela

⁹⁰CUNHA analisou duas teses da Escola Agrícola da Bahia: *Necessidade do trabalho obrigatório no Brasil* (1896) de Joaquim Gonçalves e *Lavoura e despovoamento dos campos*, de Alexandrino José de Santana (professor da EAB nos anos 1890). Este autor também faz referência ao trabalho de Antonieta Tourinho (1982), único trabalho conhecido além de ARAÚJO (2006) que faz uma análise sistemática das teses dos engenheiros agrônomos da EAB.

vinda dos imigrantes europeus. A Bahia não era uma exceção, muito pelo contrário, aqui a situação é agravada, tal o tamanho do passado a ser apagado. A imitação pode ser apreendida como uma tentativa de uniformização das atitudes no pós-abolição – a concepção do imigrante civilizador, agente catalisador do desenvolvimento e de melhoria da população, portador de novas técnicas, o vencedor da inércia. Muito embora a ideologia racial brasileira não utilize seus mecanismos de exclusão uniformemente no País, as expressões que ela assume vão depender do contingente populacional negro-mestiço e das suas reações. (CUNHA, 2000, p.30).

Dando prosseguimento às questões desenvolvidas por Cunha, pode-se fazer uma incursão na instituição que plasmou a ideologia de Virgílio David como de seus pares, os egressos da EAB. Os esquemas de percepção e ação que nortearam os escritos de David quando este era um recém-diplomado, bem como de outros eabianos, ou seja, elementos de *habitus* eabiano tem na categoria “raça” um de seus componentes. Em que medida David foi uma exceção ou regra, ou o quanto o objetivo de “transformar o Brasil em um país de brancos” constitui o alvo desta seção.

Inicialmente, esta pesquisa não tinha em mente desenvolver incursões sobre a questão racial na institucionalização da agronomia. Contudo, no interior da discussão sobre imigração e colonização esta temática foi surgindo com cada vez mais força, e isto começou aqui não pela questão negra, mas pela “questão chinesa”.

Ezequiel F. Coelho em sua tese mencionou diversas tentativas feitas por particulares e pelo governo para estabelecer núcleos coloniais no Brasil. Segundo Coelho a composição européia destes núcleos foi a causa de sua rápida dissolução, “posto que sejam mais civilizados, constitui isto por si só uma causa contrária, porque exige, como remuneração dos seus trabalhos, preços enormes”. Considerando que a lavoura baiana suportaria apenas pequenos salários, a quais braços se devia recorrer? Ele se revela um dos “sectários da opção pela asiática” pela sua sobriedade e perseverança, além de principalmente, acomodar-se a salários módicos, “de acordo por consequência com a nossa situação” (COELHO, 1896: 41). No mesmo sentido, em suas proposições, em uma tese de 1891 de Artur Nuno de Barros Pereira, apresentava-se uma representação semelhante à de Coelho sobre africanos, europeus e asiáticos.

*I. A imigração é o meio mais poderoso de promover o aumento da nossa população; II. A imigração chinesa é a mais própria para o trabalho dos nossos canaviais; (...) IV. **O trabalhador asiático é sóbrio, paciente, pouco absorvente e incontestavelmente superior em inteligência ao africano;** (...) O colono europeu não expatria-se a troco de pequeno salário, por isso não é o que mais convém à atual*

situação agrícola do norte; IX. Ele ambiciona melhor futuro e mais liberdade, e todo o seu ideal é constituir-se proprietário do solo que agricultura; X. Com a divisão da grande propriedade a imigração européia terá em nosso país mais um poderoso atrativo. (PEREIRA, 1891: 87-88 - grifo nosso).

Tornando a David, neste autor a extinção do “elemento servil” abria a possibilidade e necessidade de “reabilitarmos-nos perante as nações civilizadas, que nos dão todos os dias o exemplo do trabalho, da energia, da vontade e do saber”. Árdua seria a tarefa considerando-se os proprietários “habitados, há longos anos, a exercer uma prepotência que não tem justificação, a manobrar centenas de homens escravos, e a usufruir-lhes o trabalho sem conhecer-lhes o valor e a importância” (DAVID, 1888: 23).

Com o horizonte na conciliação entre ex-escravos e ex-senhores de escravos, ou em suas palavras, considerando que “o senhor de ontem é o irmão de hoje; ambos concorrem para o bem-estar mutuo, para a prosperidade e riqueza da pátria; ambos tem necessidade de subsistir-se, e o excesso reverterá em benefício geral” (DAVID, *ibidem*). Em que medida este otimismo foi partilhado? O realismo de David pontuava a imprevisibilidade do futuro, e também consciência de que a lei de 13 de maio de 1888 teve consequência uma crise no *status quo* da lavoura, assim, “para completar o nosso trabalho, é de nosso dever tratar de outras questões que se relacionam com a indústria agrícola” (DAVID, 1888: 37).

João Leovigildo Barauna (1889) preocupou-se particularmente com o “movimento que se opera em todo o país, [que] a lavoura nacional atravessa, na atualidade, uma fase de transição”. O regime escravista “coarctava os passos para o do trabalho livre, que será a causa propulsora de seu desenvolvimento”, mas como observado por David, eis os lavradores cercados de dúvidas e incertezas, esperando, na expressão de Baraúna, “a série de reformas complementares que devem formar o cortejo da lei de 13 de Maio, para então percorrer, desassombradamente, o longo estádio que lhe é traçado” (BARAÚNA, 1889: 1).

Entre os fatores identificados como obstáculos para a “regeneração do trabalho” que “assinalam um momento tristíssimo em nossa história econômica”, Barauna acentuou o retraimento das medidas do governo para minorar o temor dos proprietários agrícolas. Sem querer recriminar “porém cumpre salientar a responsabilidade” da “alta administração do país”. A reforma abolicionista impunha-se

a seu ver em particular pelo “NÃO QUERO DOS CATIVOS” (caixa alta original do autor):

Os escravizados, despertados da inércia que os condenara o aviltamento de sua personalidade, repelem o jugo que até então, haviam suportado e, na província de S. Paulo, lavram o mais significativo protesto contra a escravidão, refugiando-se nas serranias, onde a força pública, por uma indisciplina necessária, negara-se a ir apreendê-los.

(...) Antes, muitos antes dos efeitos assinalados da propaganda abolicionista, que desorganizou o trabalho na grande propriedade, transformando os escravos, outrora submissos, em verdadeiros germens da desordem, tornando-os inertes para as lides do trabalho, compreendida a espoliação de seus direitos, já se fazia sentir esta crise que atualmente nos assoberta, estiolando todos os nossos elementos de vida, peando a iniciativa particular que muito poderia expandir-se avigorada pelo trabalho livre. (BARAUNA, 1889: 2-3).

O escrito do agronomando é revelador tanto de um testemunho quanto de uma interpretação. Em seu diagnóstico sobre o “aspecto contristador” da grande propriedade, Barauna ponderou a insegurança, perigoso e improficuidade da permanência da propriedade servil “entre nós” como: “constante ameaça às nossas vidas e interesses”, além de obstáculo poderoso à urgente “nobilização do trabalho”. Ele traçou um painel em que falta de capitais e fugas dos escravos, mais a persistência da escravidão “seria conflagrar o país, inflamando a cólera dos cativos, em desproveito da lavoura e com perturbação da ordem pública”⁹¹:

a lavoura ficaria, por certo, em luta com maiores embarços, porquanto os escravos ausentar-se-iam em massa das propriedades agrícolas, para, acoitados, esperarem o dia, em que houvesse de realizar-se a promessa do governo.

Ficaria, pois, a lavoura privada inteiramente de braços e ainda que não faltassem capitais para solver os dispêndios com o trabalho

⁹¹ “A falta de capitais, unida ao preço baixo dos produtos agrícolas, colocara a maioria dos proprietários na triste contingência, em que a abolição os veio surpreender.

O custeio da propriedade já lhes era difícil e o escravo que fora o seu mais forte sustentáculo, longe de remover tais embarços, agrava-os sensivelmente, porquanto o trabalho que executavam não bastava para compensar os dispêndios que a obrigavam seus possuidores.

A deserção de escravos das propriedades agrícolas recrudescia progressivamente, sob a tolerância das autoridades policiais, dedicadas, quase em sua totalidade, à causa abolicionista; pelo que os senhores, que outrora não poupavam esforços para readquirir as presas que fugiam, deixavam-se ficar impassíveis, vendo demolir-se o alicerce sobre que assentava sua fortuna particular.

Propriedades houve, em que o trabalho foi, por vezes, interrompido, em conseqüência dessas continuadas fugas, além de que eram freqüentemente alarmadas por escravos revoltados que queriam a liberdade, ainda com sacrifício da vida de seus senhores.” (BARAUNA, 1889: 4)

rural, tornar-se-ia muitíssimo sensível a falta de trabalhadores (...)
(BARAÚNA, 1889: 5).

A par da cobrança ao governo da organização do trabalho, o agronomando não poupou os modos de vida dos grandes proprietários, particularmente sua insolvabilidade e imprevidência⁹². Segundo este autor, atento aos impactos da legislação emancipatória, os “agricultores escravizaram-se à rotina”: “descravavam da economia de seus haveres, sem que lhes ocorresse a idéia de que extinto o império da África pela lei de 1831, revigorada pela de 1850, faltar-lhes-iam bem cedo a sua poderosa alavanca, o forte escudo de seus empreendimentos – o trabalho escravo.” (BARAUNA, 1889: 9).

Considerar “gloriosa”, “diamantina e humanitária” a lei de extinção da escravidão, na pena de Francisco Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, não o impediu de estimar o pós-abolição como “um novo período de desgraças” e, ao mesmo tempo, saudar a remoção de “todos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso; que a escravidão e a monarquia, concomitantemente, se perdem nas frias regiões de um passado estéril e obscuro, novas reformas surgem imponentes, exigindo do governo pronta e imediata realização” (ALBUQUERQUE, 1890: 1).

Destacando o ensino agrícola como um dos principais campos destas “novas reformas”, Francisco Carvalho e Albuquerque argumentou pela necessidade de um estudo das “bases” para o ensino agrícola, i.e., analisar “o estado de rusticidade de nossos trabalhadores agrícolas”.

A participação da EAB no debate evolucionista tem nesta tese uma de suas expressões mais diretas. Nivelando fatores naturais e fatores sociais, apresentando de forma subjacente uma esquema interpretativo em que a dimensão social é deduzida de um imperativo natural universal, a fatalidade do “progresso”.

*O homem sem instrução e educação volta-se para as ações instintivas e fica no estado intermediário da **fera domada**; ama a família, porque isso é uma lei geral dos animais; trabalha, porque é uma lei fatal que rege a vida, mas é despido sempre dos ternos sentimentos da ética.*
(ALBUQUERQUE, 1890: 6).

⁹² “A negligência, a falta de iniciativa, os dispêndios improficuos e mal calculados, cooperaram muitíssimo para este resultado desastroso, já de há muito previsto por quantos se têm demorado em estudar as questões atinentes ao futuro da lavoura nacional.” (BARAUNA, 1889: 8).

Em sua “etnografia”, o agronomo apresentou-se como adepto de um “sadio positivismo”⁹³, ainda que fazendo observações mais afinadas a um darwinismo social, ao postular que os costumes dos ex-escravos são “inalteradamente, transmitidos de pais a filhos” (ALBUQUERQUE, 1890: 19).

O testemunho de Francisco Carvalho e Albuquerque se estende tanto à resistência dos produtores a inovações técnicas como as empreendidas por seu pai (Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão de Vila Viçosa, diretor do IIBA)⁹⁴, como à emigração dos camponeses para as cidades (“máxime depois da libertação dos escravos”), onde um número extraordinário de homens e meninos emigrados dos campos em estações das estradas de ferro e pontes de desembarque e à convivência com os ignorantes, fonte de informações e interpretações:

Vivemos em contato com esses pobres ignorantes; temos procurado estudar-lhe os hábitos, os costumes, enfim, o quer que seja de desenvolvimento moral e intelectual que possam ter recebido de nossa parca civilização; e só encontramos nestes semi-selvagens – ignorância, preconceito e superstições.

*Semi-selvagem porque, quanto mais esclarecido for o indivíduo, mais elevar-se-á ao estado do seu verdadeiro **natural**, que é, já se o vê, o desenvolvimento completo da inteligência e do espírito; e é a ausência desse desenvolvimento que nele lamentamos.* (ALBUQUERQUE, 1890: 17-18 – Grifo do autor).

Oscilando entre a “naturalidade” do comportamento dos emancipados e sua redução a portadores apenas de instintos (“Parece que só trabalham para a satisfação da necessidade do estômago”), e a aposta na “regeneração dos costumes agrícolas”, na “marcha evolutiva do progresso” e no ensino agrícola, que há de transformar “o liberto em cidadão”, a sociologia eabiana de Francisco Carvalho e Albuquerque apresenta uma crônica e uma descrição pejorativa e desqualificadora da cultura, dos hábitos e da religiosidade de matriz africana dos “pobres aldeãos”.

⁹³ “Escrevi sobre o *Ensino agrícola no Brasil*, porque penso que só a agricultura científica, livre de todos os obstáculos que coarctam-lhe a marcha evolutiva, inspirada nas fecundas concepções da liberdade hodierna, nos princípios reais de um sadio positivismo, poderá transfigurar em objetividade rutila e suntuosa as justas ambições de nossa grande Pátria.” (ALBUQUERQUE, 1890: 1).

⁹⁴ “Somos filho de cultivador, que, renegando um passado talvez de negligência, inscreveu-se ao lado dos poucos que servem-se da ciência em sua indústria.

E quando ele, prevenido as trágicas peripécias da libertação dos escravos e reconhecendo, depois de longo estádio percorrido, a insuficiência dos processos de que utilizava-se, tratava de adquirir um modesto aparelho de fabrico aperfeiçoado de açúcar, muitos dos seus colegas de classe empenharam-se em dissuadi-lo de tão feliz propósito, ao passo que outros anunciavam que o espírito vidente, que fazia a plausível apostasia da rotina para o progresso científico, fora atacado de alienação mental; tal era para eles o absurdo estupendo de querer progredir.” (ALBUQUERQUE, 1890: 52-53).

Há nesses espíritos obcecados pela ignorância, os trabalhadores, a ausência completa da mais rudimentar idéia ou simples intuição do progresso. A ambição natural, o estímulo, o desejo de melhores condições, a posse, enfim, do bem estar e do gozo, tudo lhes é indiferente.

Neles, o sentimento humanitário é sotoposto pelos impulsos bestiais do instinto.

O sentimento do amor, do belo, do infinito parece que ainda não infiltrou-se nesses milhares de cérebros vazios e perdidos. (ALBUQUERQUE, 1890: 15).

A desqualificação da cultura dos trabalhadores rurais diz respeito não só à ausência de uma ética burguesa de amor ao trabalho. Também é feita pelo demérito de sua música que para o eabiano é “ruidosa e tronituaante confusão de vibrações sem gosto”, “impudicas” e pornográficas canções⁹⁵. Atenção especial é dedicada ao candomblé: “A religião dos camponeses é um misto de crenças antagônicas: saem da igreja e vão à casa dos *candomblés*” (ALBUQUERQUE, 1890: 16)⁹⁶.

Eivada de vícios, contaminada dos perniciosos costumes da escravidão, a classe dos trabalhadores rurais, inconscientemente, levanta a mais insuperável barreira, a mais inamovível obstância, a todo o comprometimento progressista, ou ensaio alteroso e alevantado, em que possa empenhar-se aqueles dos cultivadores que, afortunadamente, ainda não votaram-se ao ostracismo vulgar, ao nada da inércia, ao trio letífero do desânimo, da descrença. (ALBUQUERQUE, 1890: 14-15).

Dois movimentos vão sendo delineados assim, nestes escritos. A transitoriedade da condição “inconsciente” e instintiva e a crença na regeneração de um lado, e a hierarquização entre a cultura negra e a cultura européia, em detrimento daquela, do outro. Em jogo, a organização do trabalho livre.

A dimensão racial da organização do trabalho na passagem do Império para a República tem nas teses eabianas do campo da imigração e da colonização,

⁹⁵ E Albuquerque indica suas fontes em nota de pé de página: “* Vide o “Selvagem” do Dr. Couto Magalhães, pág. 142 e “Questões de Literatura e Arte Portuguesa”, pág. 61 a 80, do Sr. Theophilo Braga.” (ALBUQUERQUE, 1890: 16).

⁹⁶ Albuquerque publicou as conclusões de sua tese no *Jornal do Agricultor* conforme Fernando Antonio Lourenço, inclusive a sua avaliação sobre a incoerência dos “aldeões” entre a Igreja e o Candomblé (2001: 173). Ainda segundo Lourenço, “Carvalho e Albuquerque vislumbrava a vulgarização do ensino elementar agrícola por todo o país. (...) Os asilos agrícolas, ao dosarem corretamente a instrução profissional com a educação moral do menor abandonado, trariam um indispensável auxílio para a realização da maior aspiração reformista – a *transformação do trabalho*” (LOURENÇO, 2001: 174). Lourenço ainda registra que as “expressões com que este reformador e engenheiro agrônomo do século passado se refere aos prisioneiros (‘cérebros inanes, almas sem aspirações, vampiros tremendos, inutilidades-parasitas’; ‘larva nojenta e asquerosa’) devem, sem dúvida, chocar a sensibilidade do leitor deste começo de século XXI” (LOURENÇO, 2001: 176), mas integram o movimento por ele analisado da interseção entre discriminação racial e discriminação social.

efetivamente, um tipo de documentação que convergem com as ponderações de Cunha sobre como o racismo estruturou a reorganização do trabalho no pós-abolição.

Não é o racismo de ódio que vamos localizar, por exemplo, em J. J. Monteiro (1896). Este formando ressaltou a relevância do histórico de leis que resultam na “escassez de braços”, atentando particularmente para a “cessação de suprimento prestado até 1850 pelo tráfego de escravos” agravada com a lei de 13 de Maio de 1888.

Sem ignorar “o singular fenômeno de aumento da produção em diversos ramos de cultura” após a abolição, Monteiro considerou que, apesar da melhoria de processos, de economia de trabalho, de aproveitamento dos recursos, das forças naturais e a concorrência dos braços livres, o que sobressai é “a diminuição dos operários, em que consistia toda força da grande cultura”. A preocupação maior de Monteiro é com o transcorrer dos anos, quando “desses operários, ainda robustos atualmente e capazes de fecundos esforços, poucos terão sobrevivido aos serviços do campo”. Então, “por perfeitos que sejam os processos, por maravilhosa que se mostre a cooperação das máquinas”, apesar disto, “à míngua, de braços, a terra deixará de ser sulcada e a lavoura terá de fechar os mais importantes de seus laboratórios”. Que fazer? “importar operários que auxiliem a agricultura nas fazendas existentes, substituindo os que o tempo e as enfermidades inutilizam ou arrebatam” (MONTEIRO, 1896: 45).

Na Índia e na China estavam os “reservatórios” onde se encontrariam sucedâneos “em número incomparavelmente superior aos que a cessação do tráfego e a extinção da escravidão tiraram aos laboratórios coloniais”. A desumanização dos africanos, reduzidos a mero braço foi expressa na lamentação quanto aos africanos apresados pela Marinha inglesa no combate ao tráfico atlântico, pois:

*Em vez de estarem nos depósitos de S. Helena e Serra Leoa, gastando-se na ociosidade e ocasionando enorme despesa sem compensação, ao contrário com escasso proveito, seria melhor que fossem os seus serviços ajudar a quem tanto os havia mister. Ganhariam assim com que viver e afinal ficariam mestres. **Se no tirocínio morreram muitos, estava esse fato na ordem natural das cousas.*** (MONTEIRO, 1896: 23 – Grifo nosso).

Em seguida, o formando resalta o uso de “braços livres da África” pela França em suas colônias. Portanto, a “qualidade” do trabalho africano, em si, não era impeditivo absoluto. Mas os trabalhadores asiáticos, em especial os da China, são preferíveis por seu labor, robustez e frugalidade da alimentação, sem restrições com substâncias animais como os da Índia por preceito religioso. Industriais e tolerantes a

precárias condições de vida, é com espanto que Monteiro assinalou a rejeição pelos chineses e desdenha do proprietário “que se habituara a rudez, selvajaria, superstição e imunidade dos negros boçais da Costa d'África” (MONTEIRO, 1896: 29).

A par do seu preconceito com os africanos, Monteiro crítica a resistência aos Chineses originária de fatores como: “a superstição dos Chins, da sua fealdade repugnante, do cruzamento de sua raça com alguma das raças existentes no país, dos seus hábitos extravagantes, da sua linguagem pouco eufônica e até do seu trajar sem elegância” (MONTEIRO, 1896: 31-32). A despeito de a “pureza de sangue” não constituir argumento central na exposição, não é estranha na compreensão os temores “de degenerar na pureza de sangue pela aliança com esses homens emigrados do extremo oriente” (MONTEIRO, 1896: 32).

Resolução da crise agrícola pelo braço nacional de José Maria Neves (1894) é uma tese que apresenta uma maior aproximação com as abordagens racialistas de corte na antropologia física. Para Neves constituía “verdade antropológica” de que o “organismo brasileiro precisa ser retemperado com sangue novo, genial, escaldando na febre do progresso, e que lhe faça subir ao coração a seiva da força, da mocidade e da energia” (NEVES, 1894: 9)⁹⁷.

Contudo, incompatibiliza-se com a antropologia física e com o darwinismo social ao afirmar que: “A humanidade transforma-se, fundem-se as raças e por sucessivas modificações vão perdendo os antigos caracteres, a fisionomia nativa” (NEVES, 1894: 7). Esta perspectiva evolucionista de melhoramento e assimilação se choca com os autores darwinistas sociais, pois para estes “o progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória” (SCHWARCZ, 1993: 61).

Tratando dos trabalhadores nacionais, Neves não vislumbrou na mestiçagem um obstáculo ao progresso: “Que valioso contingente para a cultura do solo não poderão prestar esses homens, as mais das vezes de raça mestiça, nos quais o cruzamento apurou a força física e intelectual?!” Há mesmo certo otimismo ao reconhecer quão “são preciosos para o desbravamento esses hercules brasileiros, que resistem à ação do mais cáldo clima”, derrubando a machado “trancos gigantescos, cuja vista só gela de desânimo o filho da raça teutônica!” (NEVES, 1894: 12). A salvação da agricultura nacional dependia, destarte, de “chamar ao caminho do bom brasileiro, que ao em vez de serem bons cidadãos, são elementos que concorrem para o desmoronamento da

⁹⁷ Sobre a antropologia física e determinista, aliada à biologia evolutiva e às ciências naturais cf. SCHWARCZ, 1993).

pátria”, modificando a “índole do operário de hoje”, educando os “nossos homens do campo” no amor pelo trabalho.

A conservação da República no caminho da ordem e do progresso, evitando os “desastres das repúblicas espanholas” dependia de o país “libertar-se dos hábitos tradicionais de indolência, em que a lançou a fácil colheita do trabalho escravo e arrojá-lo à gloriosa conquista do progresso” e de educar os camponeses como “bons operários”, mas apagando “do nosso pensamento os princípios da democracia, pois, em um país, onde a selvageria não está de todo extinta, serão eles forçosamente burlados” (NEVES, 1894: 11). A defesa da colonização pelo europeu e pelo nacional (“Os braços nacionais não faltam, carecem, apenas, de educação moral, intelectual e física”) se faz acompanhar de um testemunho similar ao de Albuquerque (1890) na forma e no conteúdo, tratando do mundo rural na prática e fazendo uma avaliação negativa direta e indireta à cultura negra:

Há, fora dos recintos das cidades e nas imediações das fazendas, muita família desvalida, muita gente, quase proletária, que vive miseravelmente do produto da pesa e da caca, ou de pequenos hortos e quintalejos, contíguos aos pobres ranchos de sapê, em que se abrigam das intempéries.

Alguns trabalham a jornal ou por empreitada, nas roças dos fazendeiros, sendo considerados como agregados dos estabelecimentos agrícolas; outros vagam na mais degradante ociosidade, tocando machete e cantando modinhas nos sambas, onde, não raro, sucedem desordens e se representam sangrentas tragédias, em que são protagonistas estes menestréis do sertão. (NEVES, 1894: 11-12).

As medidas sugeridas para o aproveitamento dos braços nacionais consistiam em implantação de colônias penitenciárias e militares e da criação de um imposto territorial. Mas quanto aos “amarelos do celeste império” a idéia de deturpação da raça é resgatada, e o prisma darwinista social, de sobrevivência das nações e raças mais aptas se expressou na recomendação de “encourajar-nos contra a invasão dos chins contratados”: “Creio que as nações, como os indivíduos, caem também em senil incapacidade, em irremediável (...) decrepitude, prenúncio de morte”. A aproximação com o racismo craniológico e frenológico de prioridade às feições e caráter fisionômico de um lado, e a possibilidade de melhoramento nos hábitos, de outro, são conciliados num prisma de revolução física e moral nas fontes batismais do progresso universal (NEVES, 1894: 8).

A “questão chinesa” e sua fusão têm uma dimensão aqui não apenas biológica, mas também “social”, subjazendo um esquema que diferencia e aproxima sociedade envelhecida e decrépita a implícitas sociedades “primitivas” negra e indígena, em contraposição às “sociedades mais adiantadas”:

Verdade é que os chins adaptam-se perfeitamente ao clima do norte e de diferentes pontos do sul do país; mas, preciso é convir que a emigração chinesa, sob o aspecto social, tem os mais deploráveis resultados; os chins, pertencendo, não a sociedades primitivas, cujos membros estão prestes a se fundir, por instinto natural, nas sociedades mais adiantadas, porém a sociedades envelhecidas e decrépitas conservam com tenacidade seus hábitos e costumes.

Ao fim e ao cabo, a aspiração por uma “cultura adiantada e inteligente” e a “verdade antropológica” de que “a raça chinesa abastarda e faz degenerar a nossa” articulam-se num movimento mais de síntese do que de antítese.

A conexão raça-organização do trabalho é mais candente nas teses que mencionam o 13 de maio como, por exemplo, *Imigração e Colonização do Brasil*, de Jacinto Antonio de Matos (1895).

As conseqüências que daí resultaram para a nossa colonização foram por demais funestas. Depois do dia 13 de Maio de 1888, todos os Estados do Brasil, onde a imigração européia não foi estabelecida, ressentiram-se do depauperamento de suas lavouras, resultado fatal, não só do abandono imediato das propriedades dos novos libertos, como também da criminosa imprevidência dos nossos legisladores, sempre preocupados com o presente, porém abandonando o futuro nas mãos de um absurdo fatalismo. (MATOS, 1895: 18).

Matos também esteve preocupado com a “introdução de uma boa raça” (p.52). Como Neves, fixou-se nas desvantagens da imigração chinesa, não sem tecer considerações sobre a “raça africana”. Matos desenvolveu sua tese seguindo um roteiro que tem se revelado um traço do estilo eabiano, ao preceder a exposição com uma seqüência de fatos e datas apresentados como uma história da evolução (no caso em pauta, a história da evolução do povoamento do solo).

Como outros eabianos, repudiou os tempos nefastos do sistema “feudal”⁹⁸ e defendeu a pequena propriedade, além de posicionar-se contra os costumes e hábitos despóticos do tradicionalismo (ainda que em seu lugar contraponha uma espécie de despotismo racional, fundado no cientificismo, mas igualmente autoritário e

⁹⁸ “(...) aumentando a produção, ao invés dos grandes *feudos* que possuímos, onde é grande a propriedade e pequena a cultura” (MATOS, 1895: 46 – Grifo do autor).

autocrático), ressaltar a imensidão e uberdade do território, bem como expressar implicitamente um paternalismo para com índios e negros, também tratou do desafio de “vencer a má vontade dos nossos fazendeiros acostumados ao regime escravista” (MATOS, 1895: 42).

O trabalho de recepção e internação dos imigrantes europeus, caracterizado pelo “desleixo e imprevidência” nas primeiras colônias estaria na raiz do descrédito do serviço imigratório brasileiro, mesmo que desde “1825 em diante começa já o governo do Brasil a revelar certo cuidado em preparar o país para a substituição lenta e gradual do trabalho escravo pelo livre”, seu estabelecimento “não obedecia ainda aos ensinamentos modernos”.

O Brasil a seu ver precisava ser povoado, e um dos principais mecanismos de atração seria a adequada acomodação do imigrante com “a pequena propriedade, que é o único meio de atrair-se a imigração espontânea, alentando no espírito do europeu a idéia tão aflagada – a de constituir-se proprietário” (MATOS, 1895: 46).

O receituário do eabiano se repetirá em outras teses quanto às operações da colonização (i.e.) 1) internamento/recepção, 2) vias de comunicação (ferrovias e caminhos vicinais), 3) “retalhamento do solo”⁹⁹.

Entre as constantes eabianas, além de atuar “espancando as trevas do barbarismo” como Velho (1891), outro esquema de percepção persistente é a aspiração à civilização viabilizada pela identidade entre civilização e sangue europeu. Se apela ao europeu com a esperança de que este venha “difundir o sangue e o grau de civilização de sua procedência” (MATOS, 1895: 4). Desta maneira, se estava “na colonização a solução forçada da crise do braço nacional”, este eabiano não adotou meias palavras em suas preferências e hierarquias:

Queremos os europeus, que são o elemento colonizador por excelência.

Contudo dentre eles uma seleção se impõe forçosamente; assim, devemos preferir o habitante do norte da Itália aos viciados da Calábria, Sicília e Nápoles; os imigrantes da França, Alemanha,

⁹⁹ “As estradas de rodagem resumem em si, não só a vantagem da construção relativamente barata e do módico transporte, como também põem em jogo a atividade comercial da colônia no sentido da fácil comunicação de umas com as outras e do melhor escoamento dos produtos agrícolas.

Escolhido o local para o estabelecimento da colônia, oferecendo todos os requisitos apontados, trata-se de sua divisão. Uma rede de linhas paralelas e perpendiculares entre si, estendidas na direção das correntes ribeirinhas, e formando uma multidão de retângulos, cada um com a área precisa para cada colono, forma a segunda operação indispensável para a fundação de uma colônia. Não falamos das colônias estabelecidas em fazenda, onde o trabalho se faz por parceria ou a jornal; isto fica ao alvedrio do proprietário, que coloca o colono aqui, ou acolá, conforme as necessidades de suas lavouras e outras razões de conveniência. O que nos preocupa é o retalhamento do solo, povoando o país, e constituindo a pequena propriedade”. (MATOS, 1895: 45-46).

Áustria e Suíça aos Espanhóis e Portugueses; os primeiros amigos eternos das aventuras das estradas (isto é, a classe baixa, que é a que nos vem), e os últimos por só se darem ao comércio.

O imigrante não deve só trazer força física, como o chin, deve também trazer inteligência e moralidade. Com a introdução de uma boa raça, melhorar-se-á a do país o que não se conseguirá com os chins. (MATOS, 1895:52).

Em seguida, demarca que grupos estariam excluídos do estabelecimento das colônias e, por conseguinte, de seu projeto de lançamento das bases do Brasil como uma sociedade civilizada, com população estável, permanente, sedentária e progressiva. País que “precisa de cidadãos, que formando famílias, tomem parte na direção dos negócios públicos”, para Matos o Brasil deve ter mais rigor “do que outros países, em não fazer engajamentos de negros ou chins” (Matos, 1895: 52-53):

*Não somos contra a imigração espontânea, que aliás seria a melhor, mas **somos francamente hostis aos negros ou coolis**, de quem nossa agricultura não tem muito a esperar, porque, além da força bruta, não têm eles atributos necessários para poderem auxiliar-nos na obra da elevação técnica da nossa primeira indústria. (MATOS, 1895: 53 – Grifo nosso).*

A rejeição aos negros, chins ou coolis não é absoluta nas teses eabianas, podendo variar os graus de tolerância desde alguma e condicionada presença até a total ausência de todos estes grupos ou de algum deles, mas a hierarquia e a explicação das aptidões físicas, intelectuais e morais entre brancos europeus e não-brancos, sejam eles negros, coolis ou chins é um esquema de apreensão da realidade que os agronomos da EAB partilharam em diferentes proporções, mas com uma estrutura hierarquizada e hierarquizante comum, constituindo um componente do seu *habitus*.

Conquanto o *habitus* comporte variações no interior de um repertório partilhado de temas, percepções e formas de intervenção foi mais comum nos escritos eabianos a desqualificação dos não-brancos do que a afirmação explícita da superioridade branca. Este é o caso de João Telmo dos Santos que em *Colonização no Brasil* (1896), instando o governo equilibrar ao menos quanto seja possível a falta de braços que produziu a abolição da escravidão:

*Sem falar das vantagens que se prendem e que resultam do acréscimo da **população branca a única capaz que pode colocar o país no posto que lhe compete pelo seu extenso território entre as nações as mais poderosas e as mais civilizadas** (...) (SANTOS, 1896: 30).*

A intervenção solícita dos poderes do Estado para operar a grande mudança no sistema de trabalho por meio da **substituição** do elemento nacional pelo elemento estrangeiro (SANTOS, 1896: 11), é lastreada no que os eabianos vão chamar de “Economia Social”, em que aliando a economia política clássica aos princípios da sociologia de matriz positivista e evolucionista, preconizam melhoramentos no sistema social através da ação dos governos. A agricultura, a colonização entre outros temas afins como a Civilização são inscritos em várias teses dos egressos da EAB como “parte da Sociologia” ou da “Economia social”.

Raro foi o tipo de proposição elaborada como no caso de Mário Spinola Teixeira, irmão do educador e intelectual Anísio Teixeira que, voz isolada, bateu-se em suas proposições de Economia pelo “Socialismo”:

Seção de Agricultura e Química Aplicada. Economia Política. Socialismo.

I – O fim do socialismo é torná-lo universal. Proletários de todo o mundo, uni-vos!

II – No dia em que estiver realizado este grande desideratum, soará a hora de sua emancipação.

III – O trabalhador vencerá o soldado. O homem livre e consciente transformará o mundo, entronizando a paz e a justiça no lugar onde campeia a desigualdade social.

IV – A sociedade em vez de madrasta odienta, converter-se-á em mãe protetora e desvelada.

V – Todos sem exceção, terão garantido o direito a instrução e ao trabalho, que é o direito de existência.

VI – A educação e os meios de produzir deixarão de ser privilegio de minoria rica e favorecida pela sorte.

VII – Todos, não só serão iguais perante a lei com também perante a sociedade, pelo desenvolvimento físico e moral, pela posse dos instrumentos de produção e pelo gozo do crédito.

VIII – O altruísmo e a bondade vencerão ao egoísmo e a crueldade da sociedade moderna.

IX – Na sociedade futura, a produção, mudando de forma, fará desaparecer o comércio, apanágio da sociedade atual.

X – Contra a opressão a rebelião é um direito. (TEIXEIRA, 1898: 63-64).

Da utopia ao realismo eabiano, é provável que afirmações como a de Mandacaru de Araújo de que o povo brasileiro “sendo supinamente ignorante é preguiçoso” (ARAUJO, 1900: 22) seria acatada pelos seus pares tanto de primeira como última geração na EAB, mas também acederiam ante o juízo de que “perante o santo ideal da civilização a Instrução primária é o alicerce” (ARAUJO, idem: 18). Em

dissertação de tema tão diverso quanto *A lã – Suas propriedades e seu preparo nas fazendas de criação* (1900) de João Marques de Souza, ressalta-se novamente a importância das proposições nas teses. Também nas proposições da Seção de Agricultura, Química Aplicada e Economia, sobre “Liberdade na indústria”, exprimiu-se outra constante eabiana, a da articulação entre liberdade-ciência-moralidade:

*I – A liberdade na indústria, associada à **ciência** e à **moralidade**, é o alicerce poderoso sobre o qual ergue-se o edifício da prosperidade universal.*

II – A liberdade industrial é o termômetro com o qual mede-se o grau de civilização de um povo.

*III – O **operário livre**, acalentado pela ridente esperança de progredir, trabalha mais e melhor que o escravo. (SOUZA, 1900: 67 – Grifo do autor).*

A sociologia expressa pelos eabianos apresentou-se, assim, como uma expressão da sociologia engendrada na passagem do século XIX ao XX, com bases na política, filosofia, biologia e reforma social, de um lado, e com uma configuração enciclopédica, evolucionista, “positiva”, de “ciência de uma nova sociedade” e controversa, de outro lado, conforme a caracterização de T. Bottomore (1987). Ainda segundo este autor, a Filosofia da História e o levantamento social, foram particularmente importantes” no início da Sociologia enquanto disciplina (Bottomore, 1987: 16).

Precisamente, o estilo eabiano de introdução e exposição das teses passava geralmente por uma exposição desde a origem da Agricultura ou da Humanidade, passando em seguida pelos primórdios da área em questão (fosse Botânica, Engenharia, etc.), até culminar, na contemporaneidade, expressão última do progresso.

Juntamente a este traço característico, a evolução da marcha da sociedade passa por um esquema explicativo que tem a família por base, a associação por princípio e a civilização por fim. **É o que subjaz, por exemplo, na tese de Joaquim Pinto de Sá** (*Qualidades e disposições pessoais inerentes ao empreendedor de indústria agrícola*, 1887), marcada pelo etapismo e pela inevitabilidade de raiz positivista:

Criada pelo Eterno, ou segmento de uma nebulosa primitiva, um dia a terra apareceu no espaço, onde mais tarde foi habitada pelo homem.

Ele, sentindo-se cercado de necessidades, procurou de princípio satisfazê-las a expensa exclusiva da natureza; mas o amor à reprodução da espécie teve de aumentar-lhe a família e mais tarde a

natureza já não produzia quanto bastasse, em condições favoráveis para sua subsistência.

Com a família cresciam as necessidades e o homem devia satisfazê-las. Foi inevitavelmente nessa época que ele deu os seus primeiros passos na carreira das indústrias; tudo, porém, envolto nas trevas da ignorância.

O espírito de associação, concorrendo para toda sorte de progressos, ateava cada vez mais à luz dos conhecimentos no seio da sociedade, que, desenvolvendo-se física e moralmente, acelerava sua marcha no caminho das artes, das indústrias e das ciências nascentes.

Este movimento, ora modificado, ora auxiliado, conduziu a humanidade para o século das luzes que finalmente raiou (...) (SÁ, 1887: I).

Cabe frisar que os eabianos foram mais do que positivistas, defrontando-se com questões científicas muito específicas, próprias do seu campo. Ainda que a abolição, por exemplo, tenha promovido distintas interpretações e expectativas, a matriz científicista e racialista compunha o esquema estruturante e estruturado dos eabianos para tratar desta questão no interior de uma autêntica sociologia eabiana. Porém, seu fardo foi não só o de estabelecer uma discussão profissional sobre mudanças nas relações sociais de produção e na organização do trabalho, mas também no campo das forças produtivas. Nesta dimensão, a contribuição da EAB na aplicação da ciência também tem, no seu pioneirismo, traços distintos dos outros homens de ciência da época.

3.4.3. Engenharias

Pelos planos originais do decreto 5.957 de 23/06/1875, a Engenharia no currículo da EAB seria uma das disciplinas da seção técnica. No decorrer dos trabalhos iniciais da Escola, a Engenharia passou a constituir uma seção à parte. Assim, diferentemente do ensino superior do período e do projeto original da EAB, que se organizava em duas seções fundamentais, uma primeira “geral” ou preparatória e outra seção especial ou “técnica”, na EAB as matérias estavam organizadas em três seções: 1ª Ciências acessórias ou naturais; 2ª Agricultura e Química aplicada; 3ª Mecânica e Engenharia.

Fora do grupo das teses estritamente de Engenharia, a centralidade desta matéria pode ser asseverada em teses como a de J. S. Guimarães (1893), V. David (1888), Nuno de Barros Pereira (1880), ou Ervídio Pedreira de Souza Velho (1891).

Guimarães, tendo em vista o papel das estradas como “órgãos principais da circulação comercial”, viabilizando o escoamento dos produtos agrícolas, facilitando a constituição da riqueza agrícola, não deixou de mencionar que as vias terrestres “se dividem em grandes estradas, estradas de ferro, de rodagem, pontos, caminhos vicinais, etc.”, mas suspendeu a indagação das “minudências de cada um destes meios de comunicação” tendo em vista extrapolar a tarefa de sua dissertação.

Virgílio David se preocupou, por seu turno, com a substituição dos “velhos instrumentos de cultura por outros aperfeiçoados, vantajosos e econômicos”, para obtenção da facilidade dos trabalhos e economia de tempo (DAVID, 1888: 31).

Desde as primeiras teses havia um destaque para a Engenharia. Dissertando sobre *Funções de Nutrição* na Seção de Mecânica e Engenharia de sua tese, Nuno de Barros Pereira tratou das “Estradas em geral”, destacando-se as três primeiras de suas dezessete proposições:

I – As estradas são elementos de civilização e facilitam o transporte e o trabalho.

II – Uma boa estrada é um excelente auxiliar para uma fazenda agrícola e contribui para maior economia.

III – Uma boa estrada deve ser baseada nos princípios de solidez, simplicidade e economia. (PEREIRA, 1880: 26)

Reiterando a plataforma eabiana em prol da organização do trabalho, divisão da propriedade, criação de bancos rurais, garantias necessárias ao estabelecimento dos colonos, fundação de orfanatos e inauguração do ensino profissional agrícola, a construção de estradas de ferro e de rodagem foi considerada por Ervídio Velho como cabal para êxito da colonização européia no país (VELHO, 1891:6). Especialmente condicionando o desenvolvimento da civilização no Brasil à vinda dos imigrantes, e esta vinda dos imigrantes à construção de vias de rodagem ou férreas, Velho destacou o lugar estratégico das estradas escrevendo sobre colonização no Brasil:

Construam-se as estradas de ferro e as estradas de rodagem, abram-se os canais, aproximando-se o mais possível as zonas produtoras e a corrente imigratória se avolumará consideravelmente, e o nosso embrionário país tomará imediatamente a senda luminosa do progresso e da civilização. (VELHO, 1891: 32)

A arquitetura rural constituiu também ponto de interesse particular para os eabianos. Em *Construções rurais e distribuição dos edifícios necessários para uma fácil e econômica exploração agrícola* (1886), Joaquim Francisco Gonçalves também empreendeu sua análise das construções rurais geralmente existentes e da arquitetura que deveria ser, a partir dos preceitos científicos. Seus esquemas de percepção e ação tratam analogamente arquitetura e agricultura racional, conquanto ambas sejam possíveis pela aplicação dos princípios científicos e pela sua dimensão aplicada, de prestação de serviços à economia. Contudo,

A arquitetura rural, que devia ocupar a atenção dos arquitetos modernos com o fim de fornecer, para as diversas necessidades da agricultura, edifícios construídos econômica e solidamente, não tem sido ainda convenientemente estudada no Brasil. (GONÇALVES, 1886: 6)

Do menosprezo ao conhecimento da arquitetura rural e do aperfeiçoamento das construções rurais no país para abrigar os operários, colheitas, instrumentos, animais de tiro e renda, etc. resultava para Gonçalves que:

Em toda parte em que os edifícios do trabalho agrícola ou aqueles que são destinados ao alojamento dos animais são acanhados e construídos, segundo princípios viciosos, podemos, sem receio dizer que a agricultura não é florescente; ao passo que quando bem colocados e dispostos vantajosamente, somos levados a concluir que a agricultura aí há de prosperar. (GONÇALVES, 1886:7)

Atentando para a precisão de uma intervenção restrita a algumas províncias do norte do Império, atacadas pelas secas (“As províncias do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e outras têm sido teatro do mais cruento morticínio e das mais desesperadoras catástrofes”). Outro agronomando de 1886, Romualdo Baraúna, se dedicou ao estudo das irrigações e registrou a visita de uma Comissão de estudo das secas do governo em 1879, “e alguns dos membros da comissão para aí dirigida pelo governo imperial propuseram um sistema de canais, cuja exequiabilidade torná-la-ia, estamos certos, um Éden” (Baraúna, 1886: 19).

Assim como em outras teses, textos na área de engenharias também apresentaram um olhar que inventaria a situação do país na área, avaliava e indicava um

programa que, implementado, alçaria o país ao nível dos países civilizados e de sua uberdade. Dentre as estradas existentes ao tempo da redação de sua tese, Antonio Lopes da Silva Lima, autor de *Caminhos Vicinais e sua influência sobre o desenvolvimento da lavoura* (1886), tratando das estradas gerais, provinciais, municipais antes das vicinais propriamente ditas, elencou as estradas de rodagem União-Indústria; a de ferro D. Pedro II e a de rodagem D. Francisca; a do Rio Grande do Sul; o prolongamento da estrada de ferro da Bahia; as estradas de ferro Conde d’Eu e Baturité como estradas “gerais” por destinarem-se especialmente ao serviço da administração geral do Estado.

*As estradas **provinciais** são concedidas pelos governos provinciais dentro do limite do território de uma mesma província, com a condição de serem estabelecidas, embora com a mesma direção dentro de uma certa zona, que não prejudique outra qualquer estrada pertencente à administração do Estado, ou já estabelecida ou iniciada pelo governo geral. Estão nesses casos as estradas de rodagem do Presidente Pedreira, de Magé a Sapucaia, as de ferro Ituana, Cantagalo, Carangola, Leopoldina, etc.*

*As estradas **municipais** são abertas no território de uma municipalidade, ou no terreno de uma cidade ou vila; como a estrada da Gávea, no Município Neutro. (LIMA, 1886: 3-4 – Grifo do autor)*

As estradas ou caminhos *vicinais* “são abertas para estabelecerem passagem entre uma povoação, sítio, fábrica, ou mesmo alguma fazenda, estação, ou qualquer outro ponto, e são construídas por particulares empresas, ou mesmo pela municipalidade, ou governo provincial” e, baseando-se no *Curso de Estradas* de Paula Freitas, usado na época na Escola Politécnica do Rio, afirmou que estas constituíam vias “indispensáveis ao desenvolvimento das grandes, que são de interesse imediato de uma província ou de todo o país” (LIMA, 1886: 4).

Entretanto, ainda que ressaltando alguns “progressos desta parte da Engenharia” no Brasil, como “as estradas União-Indústria e Graciosa, construídas pelo inteligente engenheiro André Rebouças; e os caminhos vicinais mandados construir pelo governo geral nas colônias de D. Francisca, Blumenau e Itajaí” (LIMA, 1886: 9), o formando foi taxativo em contrastar a situação da natureza brasileira em contraponto aos seus meios de transporte.

*O sertão da nossa província, rico e mesmo muito rico de metais e pedras preciosas, e construção, de uma flora e fauna variadíssima, quase excepcionais, semelha-se a um avaro, que esconde o tesouro, de cujas riquezas somente fala-se, sem se conhecer o verdadeiro peso; e **tudo isto se esteriliza diante da dificuldade dos transportes.***

Urge, pois, estabelecer, e manter boas estradas. (LIMA, 1886: 56 – Grifo nosso).

A fala programática do reformismo eabiano ressaltava o encurtamento das distâncias e a economia de tempo por contribuir “poderosamente para civilizar, moralizar e confraternizar os povos pela permuta das idéias e dos interesses”:

As vias de comunicação fáceis são o dinamômetro do engrandecimento de uma região. E esse engrandecimento não é somente material: ao lado das indústrias que se desenvolvem e se nobilitam pelos produtos que chegam melhor bonificados e mais baratos aos centros de consumo, se estende também a luz dos conhecimentos práticos e teóricos da civilização e da mesma moral. (LIMA, 1886: 55).

“Felizmente, o Brasil já ocupa o sexto lugar entre os países nos quais se desenvolve a indústria da viação férrea. Nossas estradas, já em tráfico, já em estudos, somam 12.507,178,77 metros”. Este otimismo era contrabalançado pela “insignificância daquela soma” através da inscrição dos números em um “Império conta 8.350.000 quilômetros quadrados de superfície”.

A engenharia eabiana ao mesmo tempo em que apontava para o “primitivismo” das populações e o estado “primitivíssimo” das estradas e das regiões infantilizadas, apostava nas reformas para alcance do progresso material e moral. A civilização a se atingir por meio da centralização agrícola, da pequena propriedade, da instrução e da regeneração da raça na engenharia e sua capacidade de administração, tinha em um novo conjunto de profissionais, os engenheiros brasileiros, os sujeitos capazes de desenvolvendo seus “desenhos, tabelas e orçamentos”, fórmulas, domínio do cálculo, e controle da experiência por meio de métodos exatos e hodiernos, elevar a pátria e a agricultura nacional.

Um programa conciso da engenharia eabiana pode ser localizado em uma tese de 1889, *Estradas de rodagem*, de Arthur Navarro.

Indicar os processos de exploração; sumariar as formas de métodos de construção, tendo antes determinado a maneira mais conveniente, econômica e aperfeiçoada de levar os traçados; estudar as formas de calçamento e apedrejamento, buscando as lições dos espíritos esclarecidos e as experiências mais variadas dos ingleses, franceses e italianos, mesmo quando secundárias e teóricas; aproveitar as memórias de Coullaine, Dumas, Dupuit, Muntz e as observações de Vignen e Boissillete, sobre a conservação das estradas, a par das práticas mais vantajadas; buscar as observações mais importantes

para a tiragem dos carros de transporte; tentar uma classificação das estradas de que nos devemos servir, procurando melhorar, timidamente, as existentes; são o objeto de nossa explanação, por ser assunto que nos parece oportuno, iminente, preciso, inadiável, procurando desta arte concorrer com o nosso modestíssimo e desvalido trabalho para esta obra, eminente, patriótica que se vai iniciando, brilhantemente, e da qual surgirá, inevitavelmente, o renascimento da Agricultura Nacional. (NAVARRO, 1889: 18-19).

Navarro preocupou-se com questões estritamente conceituais como avaliação das áreas; cubação das terras; *fórmula prismoidal e americana*; métodos da *média das áreas extremas e área da seção média*; *marcação quilométrica*, mas igualmente atentou para as ações do Ministério da Agricultura, aos melhoramentos na capital do império. Navarro também se lastreou, além dos autores franceses, num corpo de periódicos técnicos, autores e associações brasileiras como a *Revista de Engenharia*, a *Revista de Estrada de Ferro*, os irmãos Rebouças e o Instituto Politécnico Brasileiro.

Preocupado com o melhoramento do processo de transporte dos produtos da lavoura na Bahia e no Recôncavo baiano, Navarro também descreveu o cenário vigente dos transportes, marcado pela preguiça e pela negativa herança portuguesa:

(...) [Em] nossa província, no seu recôncavo agrícola, ainda hoje, assistir-se ao processo de transporte dos produtos da lavoura, vinculado a um sistema primitivíssimo, em inteiro desacordo com as regras que temos buscado estudar. Pesadíssimos carroções de rodas pesadíssimas, de grande raio, carregam, puxado por oito e dez possantes animais (bois) um número pequeniníssimo de frutos. Preguiçosamente arrastadas pelos campos e estradas vão estas carroças duras, sem elasticidade, atritando, desmesuradamente, as calçadas, desmontando-as, estragando-as, sem darem um trabalho compensador. Verdade e verdade tristíssima, que muita vez estes carroções são precisos! Porque a travessia feita por lameiros profundíssimos, chamamos <<estradas>> (NAVARRO, 1889: 101)

Descrito como um dos mais aterradores fatos na “estremedíssima” província, uma das “antiquilhas que nos legaram a inércia portuguesa”, este transporte de gêneros para comércio “por meio de carretas mal construídas, impróprias, puxadas, esforçadamente, por homens, chocando-se, violentamente, contras as pedras das calçadas, entesadas, continuamente, nos eixos de suas rodas iguais” representavam na ótica civilizatória do autor “um nojento manifesto da nossa incúria industrial” (NAVARRO, 1889: 104-105).

Do testemunho ao diagnóstico da situação no Brasil, este agronomando dedicado à engenharia também incorporou como causas deste estado a dispersão

populacional, história dos transportes desde a colonização e o difícil alcance da “civilização” em meio à “preguiça”:

A vida industrial circunscrita às cercanias das capitais, a atividade agrícola concentrada em zonas muito limitadas, a pequena propriedade sem importância e valimento, o número de situações agrícolas muito reduzido pela sua extensão, a circulação dos produtos aproveitando, imensamente, a navegação fluvial e marítima, a vida individual muito protegida pelos recursos locais deram em resultado essa estreiteza de meios de comunicação, e com ela a demora, a lentidão, a preguiça com que se vão levantando as povoações interiores, centralizada a civilização nas capitais. (NAVARRO, 1889: 12).

Navarro observou também a mudança da paisagem no entorno da EAB, o que reforça nossa hipótese de que os eabianos tomavam posição no campo das ciências e da agronomia enquanto intelectuais que pensavam a transformação da agricultura a partir do contexto do norte e, mais especialmente, da Bahia. Se as estradas de rodagem se deterioravam naquele momento e:

(...) em alguns pontos, sendo substituídas por estradas de ferro, aqui, como em nossa província, como na zona agrícola dos municípios de Santo Amaro e S. Francisco, como em outros pontos do norte, vão desaparecendo pelo abandono a que estão sujeitas, sem entretenimento, sem conservação de espécie alguma por mínima de que careçam. (NAVARRO, 1889: 14-15).

A carência de civilização no Império brasileiro ainda podia ser atestada pela ausência de um sistema postal bastante desenvolvido, bem como pela não generalização das suas estradas de rodagem que “não são numerosas”, caminhos provinciais que “não se estendem muito”, bem como caminhos vicinais “bastante limitados” (NAVARRO, 1889: 10).

A ausência de estradas era um dos sinais do “primitivismo” do norte: “Nenhuma província se acham acorrentadas a este primitivismo como as do norte, em que a indústria dos transportes é muito precária e a natureza dos caminhos ainda é muito rudimentar” (NAVARRO, 1889: 11).

Ponderando a conjuntura de expansão das ferrovias, para Navarro era preciso ao Brasil: o estabelecimento de um sistema vicinal “perfeitamente determinado, porquanto as longas estradas de rodagem provinciais tendem a ser suplantadas pelas estradas de ferro”. Da combinação dos dois sistemas de estradas, i.e., ferrovias e estradas de rodagem, “e suficientemente multiplicados os caminhos vicinais, de modo a permitir o desbravamento de regiões ainda infantilizadas nos processos culturais da

indústria”, dependia a segurança das indústrias agrícolas brasileiras, “que, tendo meios rápidos e econômicos de comunicar-se com os centros de consumo, acharão incentivo para pronto desenvolvimento” (NAVARRO, 1889: 15-16).

Nesta “quadra reformista” porque passava a indústria agrícola, o *habitus* programático do intelectual orgânico apontou a reforma dos modos de vida como uma das medidas centrais na reorganização da agricultura brasileira. A questão do estabelecimento de vias de comunicação era vital, visto o impacto que um sistema de estradas de rodagem, caminhos vicinais e rurais diretamente teria nas lides agrícolas. Obrigando a agricultura brasileira a “desenfeudar-se de suas grandes propriedades e culturas exclusivistas, forçada a procurar novas forças num modelamento novo”, junto ao advento da centralização agrícola e da manutenção da pequena propriedade, “rasgados novos horizontes ao seu futuro pela introdução de práticas científicas”, com maior abundância dos mercados centrais, para onde concorreriam os produtos da pequena lavoura, e estabelecida a concorrência, “reguladora do preço, por si suficiente para estimular os lavradores a melhorarem os seus processos”, a diminuição dos custos da produção aquinhoaria interesse dos proprietários. (NAVARRO: 1889: 15- 17).

A demarcação de uma área de “exclusiva competência do engenheiro” aparece em torno destas “duas ordens de condições” técnicas e econômicas, oportunizando acompanhar um processo de reivindicação do monopólio da autoridade científica. As condições técnicas “referem-se ao conjunto de condições precisas para que a estrada ofereça solidez, segurança e comodidade, aproveitada, quanto possível, a disposição topográfica do terreno, evitados os grandes declives, as curvas fortes, por uma seleção cuidadosa entre os diversos traçados” (NAVARRO, 1889: 26). A diretriz eabiana de “princípios científicos” aplicados às “circunstâncias da prática” também foram situadas no domínio técnico:

A observação completa dos princípios científicos e a regular aplicação deles às variadíssimas circunstâncias da prática são, ainda, do domínio técnico, enquanto, por outro lado, economicamente, o engenheiro e a administração procuram obter a precisa solidez da obra com o mínimo de despesa (...) (NAVARRO, 1889: 26 – Grifo nosso).

As duas ordens de condições técnicas e econômicas demandariam no prisma eabiano metodização da técnica na sua ordem de sucessão prática, reunindo lógica e prática. Assim, o eabiano propôs o acompanhamento da marcha das operações, “na ordem por que se sucedem, dando ao nosso estudo feição prática, tornando-o

proveitável”, afirmando que desta forma se seguia no assunto “a marcha dos engenheiros brasileiros” (NAVARRO, 1889: 28). Trata-se certamente de referências à *Revista de Engenharia*, a *Revista de Estrada de Ferro*, os irmãos Rebouças; e as do Instituto Politécnico Brasileiro (NAVARRO, 1889: 98). Como Velho, Navarro traçou uma relação de dependência entre vias de comunicação e colonização, coerentemente ao que estabeleciam os engenheiros centralianos e eporjianos que lhes serviam de referência:

Tempos atrás, o grande brasileiro Antonio Rebouças, de saudosa memória, acentuava em um luminosíssimo trabalho inserto no tomo segundo da <<Revista do Instituto Politécnico Brasileiro>> hoje a cargo de um dos mais eruditos dos nossos economistas, tais idéias que hoje buscamos novamente propagar.

Dizia o grande engenheiro:

<<É a combinação de um sistema de vias terrestres, planejado sob as vistas econômicas, com a canalização artificial, onde ela caminha mais, no intento constante de completar a navegação interior de nossos grandes rios, o projeto, que a nosso ver seria praticável no mais curto prazo, e daria o mais profícuo resultado de dotar o Império da facilidade de comunicações, reconhecida e proclamada como a necessidade capital do seu progresso moral e material.>>

Em 1878, o engenheiro civil Dr. Antonio de Paula Freitas dizia em seu monumental curso de estradas: <<Nenhuma de suas colônias prospera (referia-se ao Império) se do lugar, onde estão fundadas, não parte uma estrada, ou qualquer outro meio de via, que estabeleça comunicação pronta e direta com algum centro acessível aos grandes consumidores; e o Brasil terá sempre de lutar com milhares de obstáculos, no empreendimento da imigração, enquanto não apontar do seu extenso litoral o caminho mais curto e bem construído, que conduza o imigrante às terras que lhe forem destinadas, e lhe faculte os meios de dispor com vantagem das forças naturais representadas pelo solo, águas, florestas, minas.>> (NAVARRO, 1889: 114-115)

É preciso fazer um parêntese sobre esta relação entre a engenharia eabiana, produzida no interior de sua cadeira de Mecânica e Engenharia Rural e as relações do seu corpo de lentes com a engenharia imperial. Segundo Pedro Marinho (2008), o coletivo de engenheiros que integrava o campo da engenharia na Corte foi um grupo capaz de conjugar seus interesses específicos enquanto uma nova categoria de intelectuais à capacidade de formular “planos globais” em uma formação social em crise.

Assim, ao estudar o conjunto de Escolas de Engenharia ao longo do século XIX (com exceção da EAB), Marinho identificou a constituição de um conhecimento profissional que foi se tornando relevante e a conformação de um “campo” próprio para a atuação desses profissionais. As diversas concepções científicas e ideológicas que

circulavam por entre as salas de aula e corredores da Escola Central/Politécnica reforçaram a coesão hegemônica de grupos sociais em formação que tinham no Instituto Politécnico e no Clube de Engenharia, espaços por excelência de movimentação destes intelectuais da sociedade civil para a sociedade política e vice-versa (MARINHO 2008: 91-92).

Os intelectuais-engenheiros também se caracterizaram por uma pauta de discussão e mobilização centrada na “superação do atraso e a implantação do 'moderno'”:

Fruto da construção dos engenheiros civis, que se organizavam nesse momento, evocar 'progresso' e 'civilização' passava também, aos poucos, a falar desses agentes. Assim, uma nova 'agenda' estava sendo consolidada e os engenheiros brasileiros lograram emergir como parte expressiva e imprescindível deste momento. A engenharia adquiria o status de conhecimento matemático particular, aplicável a situações práticas voltadas para a exploração da natureza e a melhoria das condições materiais de existência do ser humano. Nesse contexto, a valorização sócio-profissional e política do engenheiro era fomentada pela defesa de pretensa 'superioridade' da profissão sobre outras ocupações. (MARINHO, 2008: 86).

Voltando aos professores da EAB, Aristides Galvão de Queiroz, primeiro professor da cadeira de Agricultura, por exemplo, foi um dos fundadores do Clube de Engenharia (MARINHO, 2008: 364) e participante da Sessão Solene de inauguração do Primeiro Congresso de Estradas de Ferro do Brasil (MARINHO, 2008: 237). O professor Frederico Draenert também foi membro do Clube. Entre os sete primeiros professores da EAB, quatro foram engenheiros provavelmente saídos da Escola Central, como o professor Augusto Francisco Gonçalves. A ligação da EAB com a engenharia do Rio de Janeiro foi reforçada com o concurso para a cadeira de Engenharia vencida pelo eporjiano baiano Arlindo Fragoso. Para ficar num exemplo mais imediato, Navarro faz uma referência que permite articular diretamente a engenharia do Rio de Janeiro à engenharia que ora começava na Bahia por meio de uma escola de agricultura, remetendo à questão da resistência de materiais à compressão dos veículos:

Para não nos demorarmos nesta referência, basta lembrar as belíssimas experiências dos ilustres engenheiros Drs. André Rebouças, Adolpho Del-Vecchio e Borja Castro, experiências minuciosamente discutidas pelo Dr. Arlindo Fragoso no seu curso de arquitetura rural. (NAVARRO, 1889: 71).

Engendrou-se um conjunto de valores, práticas e representações entre os eabianos, a partir desta matriz centraliana e eporjiana que permitem inscrever a EAB

junto à EMOP e à EPORJ no campo da engenharia. A agronomia baiana, destarte, emerge simultaneamente no período imperial como tributária de um movimento agrônômico resultante de uma tradição associativa e como um ramo da engenharia.

Em comum, engenheiros civis e engenheiros agrônomos apontaram cuidados para garantir o prestígio (ou desprestígio) social:

Diante da complexidade dos trabalhos com que enfrenta, das variantes apresentadas, das dificuldades que se ostentam, a competência do profissional entra em luta, embaraça-se nas complicações que surgem, multiplica-se em novos estudos, jogando com a prática de trabalhos semelhantes, com a experiência colhida em situações congêneres, para que, observados os princípios da ciência, possa com segurança marcar a diretriz da estrada que se projeta. (NAVARRO, 1889: 33)

Uma marca do habitus eabiano foi assim a dimensão aplicada do conhecimento, tendo como diretriz a aplicação da ciência à variedade infinita das “circunstâncias da prática”. Neste movimento de aplicação/adaptação dos princípios dos “sábios”: mais do que glosa/cópia acrítica, revelou-se um cientificismo realista e pragmático:

Para nós, atento o que há de aproveitável nos meios que expusemos, para a escolha de um traçado conveniente, a questão se prontifica melhor pela sagacidade do operador, pelo hábito desta ordem de trabalhos, pelo confronto das soluções praticadas indicadas pela experiência.

Certo, a prática, fundamente amparada por uma erudição completa do assunto, melhor orienta o engenheiro que a exclusiva observação desses princípios, que, muitas vezes, se tornam impraticáveis, quando não acarretam erros desastrosos, pela singularidade das condições em que se acha a disposição topográfica do terreno. (NAVARRO, 1889: 46).

Os engenheiros brasileiros são uma referência para os eabianos também pelos resultados da sua prática, como as calçadas, pontes e viadutos, que “se encontram espalhados pelas estradas do país”. Aliar ciência/conhecimento e lucro/resultados positivos constituíram-se assim como pontos de interseção entre a engenharia civil e a engenharia agrônômica, aliadas no melhoramento da agricultura brasileira, partilhando também da postura de reformismo social a partir da ciência. A proposição da parte dos jovens militares no Rio de Janeiro pela educação, industrialização, construção de estradas de ferro e abolição da escravidão (CARVALHO, 2003: 190), encontrou eco na EAB.

Engenharia agrônômica e engenharia civil compartilharam a crença no progresso material e moral que sua formação científica proporcionava e autorizava, mesmo quando aquela se dedicava obviamente de forma muito mais densa à reorganização da agricultura. Conclamando o associativismo e o Estado, ambas as engenharias postulavam que era tempo de reformas e substituições, fosse de técnicas, de regime ou mesmo do povo:

*A reorganização da vida agrícola, acordada dos seus leitos de aristocrática indolência pelo grito civilizador do treze de Maio, está impondo-se impetuosamente; a imigração de operários sabedores dos misteres civilizadores da vida rural é implorada, suplicada; a indústria preparando-se para o certame; os capitais introduzindo-se cautelosamente no país; os recursos de proteção governamental à lavoura aflita exigindo emprego reprodutivo, claro, evidente, imperecível; o espírito público despertado incitando-se para o abandono das peias centralistas; o comércio dependente do sucesso da lavoura decaída; as reformas financeiras sociais impondo-se a previdência do governo; os métodos científicos intrrompendo-se no sistema cultural; **o feitor cedendo lugar ao engenheiro agrônomo, que traça, indica, aponta, calcula, ensina, responsabiliza-se pela sorte das propriedades rurais; o braço inconsciente do escravo boçal substituído pela prática e zelo do trabalhador inteligente;** as condições econômicas e sociais do país inteiro mudadas, outras diferenciadas, distinguidas, assinaladas, diversificadas. Se assim é, se o progresso material e moral está impondo-se escancaradamente como esperar que tudo isto se mova, se adiante, floresça, ande, vitalize-se o governo e as associações, a província e o município, o proprietário e o industrial não correm a rasgar estradas de rodagem, caminhos municipais, caminhos vicinais, caminhos rurais que facilitem as comunicações que diminuam as despesas de transporte, que assegurem a circulação da lavoura. (NAVARRO, 1889: 115-116 – Grifo nosso).*

Ainda que a matriz da engenharia do Rio de Janeiro seja reconhecida e festejada, a auto-confiança nas capacidades da engenharia agrônômica brasileira – o que naquele momento significava dizer, o eabiano – resultou numa auto-representação ciosa da conexão com o engenheiro brasileiro, mas não ao plano da diluição da agronomia na engenharia civil, ocupando uma posição e uma missão “como nenhum outro”:

*E se o engenheiro brasileiro titubeante ao traçar a primeira estrada de ferro, pôde em pouco tempo exceder-se, avantajá-lo, adiantar-se a quantos trabalhadores desse gênero havia pelo ocidente, não é justo que iguais progressos ele não alcance na construção das estradas, principalmente quando grande número das mais difíceis operações são comuns a um e outro gênero de viação. E como nenhum outro, **o agrônomo, ligado à sorte da agricultura nacional,** fator concomitante dos seus progressos pela intervenção direta de suas luzes, de seus exemplos, de sua prática, de sua propaganda, de seus conselhos, de seus estudos, de seus trabalhos*

deverá acrisolar-se no empenho fadigoso e nobilitante de promover o desenvolvimento da viação vicinal, fonte primária do desenvolvimento agrícola deste país. (NAVARRO, 1889: 117-118 – Grifo nosso).

Distinguindo-se na EAB o papel de formadora de intelectuais orgânicos da fração agrária das classes dominantes rurais, e a estrutura e o volume que as teorias e práticas estritamente agrônômicas desempenharam na formação dos eabianos, estes constituíram um corpo de agentes específicos e singulares no campo intelectual e científico imperial.

3.4.4. Ciências

*Amo a glória de minha profissão, a única que devo e posso aspirar.
É uma glória obscura e desconhecida bem sei.* (Epígrafe do Frontispício da tese de Elpídio Paranhos, 1901)

Os agrônomos da EAB afirmam em suas teses de colação de grau a defesa da vocação agrícola brasileira vinculada ao papel que desempenhariam como agentes capazes de disseminar a luz da ciência na lavoura. O agrônomo defendia como seu lugar na ordem social agrária a ocupação de todos os postos de direção inerentes à atividade agrícola, fosse na esfera pública ou privada.

Mas o que é a agricultura, para os eabianos?

Para Virgílio David a agricultura “é o laço que une os homens à sociedade, e conserva-os em plena harmonia (...) é a mais segura e honrosa riqueza dos Estados e dos povos: é a base sobre a qual assenta a prosperidade dos homens”. (DAVID, 1888: 19).

De acordo com Genésio Sampaio Neves, a agricultura é “a única garantia segura de uma nação e de um povo culto”, uma “grande arte que tem por ciência a agronomia e como origem as primitivas épocas da aparição humana” (NEVES, 1898: I).

Segundo Francisco Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, “entre nós a agricultura é uma ciência, como a política, em que qualquer está apto a emitir idéias, combater opiniões, apresentar reformas e introduzir inovações; e é precisamente por isso que não temos nem uma, nem outra.” (ALBUQUERQUE, 1890: p.11).

O autor de *Causa única da falta de agricultura científica no Brasil*, Mandacaru de Araújo (1900), registrou sua “honra e glória” de integrar a “plêiade de cultores da vasta ciência agrônômica, da qual a Agricultura é um ramo” (ARAÚJO, 1900: 14).

Mas Araújo asseverou ainda que: “A Agricultura é uma ciência puramente de aplicação e depende de muitas outras ciências, portanto não pode desenvolver-se senão depois que o povo brasileiro deixar de ser ignaro” (ARAÚJO, 1900: 20).

Por seu turno, preocupado com as qualidades e disposições inerentes ao empreendedor da indústria agrícola, tanto as qualidades e disposições inerentes ao indivíduo, ao fundo industrial do empreendedor, quanto a seus bens materiais, bem como das condições gerais do bom êxito nas empresas agrícolas, Joaquim Pinto de Sá adotou um prisma que hierarquizava, como nas demais teses agronômicas, a arte sob a ciência, ratificando o caráter de reunião de um conjunto de conhecimentos científicos diversos:

A agricultura não é simplesmente a arte de cultivar a terra, é uma ciência muito complexa e chama em seu auxílio quase todos os ramos de conhecimentos humanos que lhe possam coadjuvar na investigação das verdades relativas ao fim a que se propõe o agricultor; ela perscruta os segredos da natureza nas produções orgânicas dos vegetais e animais em suas diversas circunstâncias e aplicações; no fenômeno da produção estuda suas causas e efeitos e explica os meios prováveis de chegar-se aos fins desejados; com o auxílio da mecânica agrícola zomba das resistências da terra e dispensa grande número de braços que figurariam todos os dias como nova despesa na indústria agrícola, aumentando o custo da produção; vale-se das ciências sociais e agronômicas e por tão grande domínio constitui-se a mais difícil de todas as ciências (...) (SÁ, 1887: 1-2 – Grifo nosso)

Sá seguiu uma classificação dos trabalhos agronômicos em “quatro ordens”, exigentes de uma prática racional e dependente de “inúmeras circunstâncias”:

A primeira compreende as operações pelas quais se desembaraça a terra ainda inculta das plantas selvagens que a cobrem, a modificação do solo arável pela mistura das camadas superiores com substâncias que elas não continham, as lavouras, a preparação dos costumes, etc.; a segunda compreende a preparação das sementes, a direção a dar aos vegetais durante seu crescimento e as operações de colheitas; a terceira compreende os trabalhos próprios à conservação das colheitas e a pô-las em estado de serem levadas ao mercado; a quarta compreende os trabalhos consagrados aos animais domésticos e aos produtos que eles fornecem. (SÁ, 1887: 2)

Era a reunião destes conhecimentos e práticas que constituíam a “arma mais poderosa” entre as aptidões do empreendedor. Contudo, este formando ressaltou que nem os conhecimentos teóricos e práticos, nem as condições de bem aplicá-los se podem adquirir sem uma aprendizagem mais ou menos longa e em conformidade com as aspirações do indivíduo. Assim, os fazeres do indivíduo na agronomia

(observar/aplicar/saber escolher e, finalmente, dirigir) seriam consonantes à posição deste na hierarquia social. Em outros termos, a posição no conhecimento seria de acordo com a posição social:

Aqueles a quem a fortuna negou sua sombra e que vão servir de obreiros nas indústrias agrícolas podem limitar-se aos conhecimentos práticos, mas racionais e perfeitas dos trabalhos agrícolas, cuja direção partirá do administrador; os que possuem uma pequena área de terra e que nada mais aspiram se não cultivá-las já devem possuir, além da prática dos trabalhos, conhecimentos que o habilitem, ao menos praticamente, a colher resultados de suas observações e aplicar convenientemente o que deles concluir, a escolher de acordo com o tempo e as circunstâncias o sistema de cultura a adotar e aproveitar-se dos melhoramentos que possam ser vantajosamente empregados na sua indústria; mas aqueles que se destinam a dirigir grandes empresas devem reunir todos os conhecimentos agrícolas, sem os quais se esforçarão debalde para, na altura de sua empresa, atingir o horizonte de suas aspirações e verão a sua ou a alheia propriedade cada vez mais absolvida pelos juros do capital empregado e vítima do direito de seus ambiciosos credores, como vulgarmente se dá com os nossos empreendedores, que se arvoram de sábios e vivem a se espreguiçar em um gabinete, onde só figuram as garantias de transações e as gazetas políticas. (SÁ, 1887: 3-4).

Outra apresentação da heterogeneidade que à agronomia cabia sintetizar pode ser encontrada na tese de João Silvério Guimarães. Guimarães ratificou uma compreensão da diversidade de fenômenos do seu escopo, alertando ao agricultor o conhecimento das condições climatéricas, teratológicas, fitotômicas, da zona geográfica do cultivo, entre “outros princípios da Agrologia e da Fitotecnia”. Refletindo que “o cultivador a todo momento faz aplicação da biologia e da sociologia sem saber como e porque o faz”, indagou sobre não ser preferível que “ele tivesse pleno conhecimento dessas operações constantes?” (GUIMARÃES, 1893: II).

Para Guimarães, “imprescindíveis e eternas são as leis imutáveis da ciência”. Desta forma, para Agricultura alcançar os altos destinos que lhe seriam reservados, “começando a se organizar, espalha já suas luzes e energia sobre o universo que espera dela a subsistência para esta população nova que a paz e a civilização fazem pulular de todas as partes”, era preciso compreender a agronomia não mais como ciência “puramente descritiva e histórica, se limitando a referir os processos em uso entre os cultivadores mais cuidadosos” (GUIMARÃES, 1893: III) ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Enunciado muito similar, fazendo referência a Gasparin, fundador do Instituto Agrônomo de Versalhes (1848), pode ser localizada na tese de concurso de Alexandrino Santana: “Continuemos mostrando a marcha evolutiva porque tem passado a agricultura, que no dizer de Gasparin foi elevada ao nível dos outros conhecimentos humanos; como tal é uma ciência importante, reservada a altos destinos, e

A agronomia eabiana tinha “presentemente a justa ambição de exceder, de explicar e guiar-lhes em suas operações, de reduzi-las em valores numéricos, de aperfeiçoá-las, de lhes indicar novas culturas”. Neste esquema a teoria que investiga a solução dos problemas, e aos agrônomos, ou seja, a si e seus pares, Guimarães definia que “devemos reunir e regularizar todos os conhecimentos empíricos coordenando e subordinando-os àqueles que a ciência por si oferece” (GUIMARÃES, *ibidem*).

A ciência para este eabiano deveria procurar as “qualidades naturais imutáveis, porque a matéria, como o movimento, não se cria nem se destrói; transforma-se”, sustentando-se em “fatos positivos e experiências claras e precisas” (GUIMARÃES, 1893: 19). Os esforços dos economistas na investigação das condições para o emprego da terra em sua ótica eram inúmeros e quase que improficuos precisamente “porque nada há de positivo, de absoluto mesmo, sobre esta magna questão”. (GUIMARÃES, *idem*: 30).

Francisco Albuquerque, como adepto de um “sadio positivismo” acederia a estas proposições. Domingos Sérgio de Carvalho (1887), Velho (1891), Guimarães (1893), Monteiro (1896) e Durval Gonçalves (1900) estariam entre outros partilhando estas posições tributárias de Augusto Comte. O *modus operandi* do agrônomo em sua ótica teria na observação, experimentação e classificação operações fundamentais:

Sábio, elemento principal na indústria agrícola, o agrônomo serve-se da observação (estudo dos fenômenos), da experimentação (estudo de fatos determinados) e da classificação, consoante ao método baconiano, no desempenho da sua árdua e difícil profissão. (ALBUQUERQUE, 1890: p.61).

Do amplo campo da arte de agricultar à agronomia propriamente dita, o agrônomo também se ocupa de diversos estudos:

(...) ele estuda: - a cultura do solo propriamente dita, máquinas agrárias, sementeiras, searas, meios de conservação e bonificação dos produtos, tratamento dos domésticos, e as construções rurais; e na arena da ciência, estuda, relacionando-se com a economia social, a agronomia propriamente dita; busca nas ciências físicas e naturais os princípios necessários ao conhecimento preciso dos solos; estuda a sua natureza própria, qualidades que apresentam a vegetação e a estrutura íntima das plantas, a sua nutrição, o que constitui a base teórica dos estrumes e corretivos. Estuda, outrossim, a agricultura, tirando da astronomia e da geografia o conhecimento

que começando apenas a organizar-se, espalha já suas luzes e sua vida sobre o mundo; e que espera dele subsistência desta população nova que a paz e a civilização fazem pulular de todas as partes. Não é mais esta ciência descritiva e histórica, limitando-se a referir os processos entre os cultivadores mais cuidados; tem hoje a justa ambição de precedê-los, de explicar-lhes suas próprias operações, de reduzi-las a valores numéricos, fazer-lhes a crítica, aperfeiçoá-las e indicar-lhe novas.” (SANTANA, 1899: 16).

dos climas e das zonas de vegetação, visando a naturalização de muitos vegetais que podem concorrer para o enriquecimento industrial de um país; e finalmente, estuda a agricultura como indústria, quando o solo é a matéria-prima da produção. - (ALBUQUERQUE, 1890: 62 – Grifo nosso).

Nesta quadra, à relevância da agronomia não correspondia a existência da agricultura científica no país. Na crítica à escassez institucional, os eabianos ressaltavam a própria EAB como exceção: Afortunadamente, conta o país, que dizem ser essencialmente agrícola, uma só escola agrônômica, e para qual escrevemos, que, indevidamente, tem o título de Escola Agrícola.” (ALBUQUERQUE, 1890: 62).

Outro eabiano a lamentar a distância entre o potencial do Brasil que podia dar lições ao mundo em matéria de agricultura e o testemunho no que considerava retrocesso (“A instrução entre nós é nula” - p.25), também destacou a EAB como exceção e igualmente registrou as oposições à mesma:

A Escola Agrícola, a única do país, luta galhardamente para romper todos os obstáculos, para ferir todos os preconceitos que grupam-se incessantemente diante dela, a fim de tolher-lhe a marcha gloriosa e civilizadora.

Os seus inimigos, que surgem a cada passo, julgam-se invencíveis; mas eles, os adversários inconscientes desta instituição benéfica e utilíssima, hão de baquear forçosamente; baquearão quando a civilização chegar e a instrução espancar as trevas que dominam o espírito do povo brasileiro. (VELHO, 1891: 7).

Como outros eabianos desta e de outras gerações, Velho ufanava-se do fato de a Bahia ser então o único Estado que possuía uma escola de Agronomia, situando como principais adversários os próprios agricultores, “adversários inconscientes e ignorantes”, incapazes de conceber os “altos princípios científicos”. A ignorância neste relato que era a raiz “da oposição sistemática, da guerra inclemente, movida contra tão útil e necessária instituição” (VELHO, 1891: 25).

Verbalizando uma posição comum aos demais eabianos, Sá propugnou a intervenção decidida do Estado no campo da instrução agrícola, criando instituições agrícolas cientificamente conduzidas (ou seja, ampliando o potencial campo de atuação dos eabianos). Cumpria-lhe:

resolver este problema com a criação das escolas superiores, fazendas-escolas, asilos de agricultura e outras instituições, onde os aspirantes à indústria agrícola possam beber os conhecimentos técnicos de que precisam, talvez mais do que um diploma impresso no mais esclarecido pergaminho. (SÁ, 1887: 5)

Frisando como diretriz a adequação entre conferir posição no conhecimento de acordo com sua situação classista, Sá afirmou que “seria loucura desconhecer a diferença das classes para exigir de todos um grande fundo de conhecimentos; mas cada um, segundo sua posição e circunstâncias, escolhe a carreira que deve abraçar e o fim a que se destina” a partir desta premissa (SÁ, 1887: 4).

Contudo, Sá demonstrava estar cômico que não bastava lembrar ao governo de melhorar a instrução primária. Sá na tese registrou o desafio de vencer os risos e desdém à agronomia e aos agrônomo, no lugar de se apegarem à “tábua de salvação”, ou seja, a agronomia e os engenheiros agrônomo. Mais uma vez, a “ignorância” é a fonte da repulsa à ciência¹⁰¹.

O lugar da EAB, nesta quadra, seria difícil, pois conquanto a instrução primária fosse insuficiente, a instrução agrícola, “que devia ser dada todas as províncias, só é profunda nesta Escola, que além de não dispor de meios que a elevem à altura de seus gloriosos destinos”, não podendo ser freqüentada por todos. Por outro lado, a classe dos agricultores era a mais desprezada e ao mesmo tempo a mais inculta.

Subjacente à análise que Sá fez de três métodos de educação agrícola, destaca-se a preferência do roteiro eabiano, i.e., um curso que principiasse pelas “ciências acessórias”, em seguida executando-se os estudos práticos e suas aplicações para encerrar-se com os “estudos superiores”. Enfim, defendendo o próprio traçado eabiano de formação.

No primeiro método começa-se pelos estudos práticos e terminar-se pelos teóricos; e homem educado nele pode identificar-se com a vida rural e aperfeiçoar-se na operação dos trabalhos, cuja importância e necessidade a teoria vem depois lhe demonstrar.

No segundo, ao contrário, começa-se pela teoria, terminando-se com a prática; com este método o indivíduo pode encarecer muito suas habilitações teóricas, repugnar a prática a que tem de se entregar e contrair hábitos prejudiciais ao agricultor; mas certamente não será esta a regra geral.

Pelo terceiro método começa-se estudando os elementos das ciências acessórias, entra-se nos estudos práticos e suas aplicações, terminando-se pelos estudos superiores. Este é usado na Alemanha que tanto deve a Thaër pela idéia de criar fazendas-modelo e escolas

¹⁰¹ “Causa lástima e indignação ouvir-se de agricultores sacrificados pela rotina uma gargalhada em resposta à exposição de um processo, cuja adoção seria talvez para eles uma tábua de salvação, uma fonte de riquezas; mas se tudo para eles tem o caráter de ilusões e ociosas concepções, por não lhes ser dado penetrar, sem as bases requeridas, o fundo das questões e conceber a realização das prescrições teóricas, muitas vezes sancionadas pela prática em países adiantados, outra causa não se deve esperar enquanto a luz da ciência não repelir as trevas da ignorância em todas as classes e especialmente na classe agrícola, a única realmente capaz de fazer de seus conhecimentos as mais úteis aplicações à humanidade” (SÁ, 1887: 9).

de agricultura, cujos benefícios patentes despertaram a mesma idéia em outros países. (SÁ, 1887: 6).

A tese de Francisco Albuquerque, especialmente dedicada ao ensino agrícola, é oportunidade para apreender a defesa do ensino feito em São Bento das Lages, o que não quer dizer unidade de vistas. Dos escritos do Francisco Albuquerque sairiam alguns dos mais ácidos comentários à situação da EAB, mas também a defesa da instituição. A acidez de Francisco Antonio traz um debate interno, porém, tem limite.

Em primeiro lugar, Albuquerque é um defensor da profissão (“Agricultor sem agrônomo é farmacêutico sem médico”) (ALBUQUERQUE, 1890: 65), ciente das turvas e ameaçadoras águas em que a EAB navegava.

Alguns escritores de letras gordas tem dito que a Escola Agrícola é excessivamente teórica; e pretendem que ela seja transformada em fazenda-escola de agricultura artística.

(...) Abolir-se uma instituições das mais legítimas do país, porque pretendem fundar outra em menores condições, é ser o maior destruidor iconoclasta; querer fundar fazendas-escolas agrícolas, destruindo o ensino agrônômico, que deve ser aumentado, é ser igual àquele que cavasse uma planície, para com a terra dela retirada entulhar um pego insondável.

Quem encontra vantagem na fundação do ensino secundário, agrícola, há de, sob pena de ser um ignorante, vê-la também no ensino primário e superior. Agricultor sem agrônomo é farmacêutico sem médico. Inelutavelmente, o ensino técnico da Escola Agrícola é deficiente. (ALBUQUERQUE, 1890: 64).

Mas Albuquerque comemorando o fim de um período de grave e “triste estado financeiro da nossa abandonada Escola, está encarregado dos trabalhos práticos de agricultura uma das glórias da agronomia brasileira – o nosso mestre teórico, o Engenheiro Gustavo Dutra” (ALBUQUERQUE, 1890: 65). Assim, eis um momento de elogio à EAB:

Quem tiver o espírito algo cultivado; quem souber a classificação, o encadeamento natural das ciências há de, certamente, admirar a organização harmônica, metódica, intuitiva, do seu curso, sem dúvida um dos mais bem formados das nossas poucas academias. – (ALBUQUERQUE, 1890: 63)¹⁰².

¹⁰² Anteriormente, Albuquerque já havia eleito como conjunto de conhecimentos necessários ao levantamento da agricultura algo muito próximo da proposta da EAB. A citação é longa, mas válida como síntese das matérias que formaram o estilo “ideal” eabiano conforme detectado em fontes diversas como decretos e atas da Congregação: “Ensinando-se os elementos da ciência matemática, física e natural, noções de zootecnia e medicina veterinária, química aplicada, de engenharia rural, de agronomia propriamente dita; ou antes, particularizando: - divulgando-se as teorias gerais, as leis ecumênicas da natureza, o cultivo dos animais domésticos, os meios de aperfeiçoamento das raças, debaixo do ponto de vista que resume em se quase toda a indústria pecuária: *trabalho, leite e açougue*; propagando-se conhecimentos zoológicos e sobre o tratamento das moléstias que comumente atacam os domésticos agrícolas, a mecânica agrícola, o conhecimento completíssimo da agricultura como arte, e da parte teórica

Os elogios não evitaram críticas à “falta injustificável do ensino da biologia”. O aprendizado na botânica, zoologia e química agrícola de suas teorias gerais não lhe pareceu suficiente, referindo-se desta forma à criação de um estudo especial desta ciência, o que marca uma posição distinta dos eabianos ante o engenheiro civil, este muito mais afeito às ciências exatas. A propósito, Albuquerque ensejou uma proposta de mudança, com a substituição da “geometria analítica, cujos serviços prestados ao agrônomo são insignificantes; sendo, todavia, dadas algumas noções dela na cadeira de mecânica e engenharia.” (ALBUQUERQUE, 1890: 64).

Este autor tem momentos cáusticos, beirando o perigo para alguém submetido a uma banca da própria instituição em pauta, contudo, ao destacar: “Uma escola agrícola forma *engenheiros agrícolas*, como as antecedentes, e não *engenheiros agrônomos*. É uma falta de precisão terminológica; o que revela-se, sobre modo, em aqueles que tratam, geralmente entre nós, da ciência agrícola” (ALBUQUERQUE, 1890: 62-63).

O ensino elementar ocupou sua atenção tanto no sentido da idealização¹⁰³ quanto da realidade no Brasil, não poupando a EAB neste particular, indicando ainda que era a disciplina e hierarquia escolar que o impedia de ir mais longe com a pena.

Na escola para que escrevemos há um curso primário considerado agrícola, composto atualmente de 36 meninos pobres.

De agricultura esses meninos pouco aprendem.

O professor de agricultura dos meninos, feitor da escola, é um feitor como qualquer; e por aí julgar-se-á do que podem aprender com ele

imprescindível ao estudo técnico; noções de silvicultura, a viticultura, sericultura, agricultura, a prática da drenagem e irrigação, das construções rurais, moradias, celeiros, estábulos, cavas, cercas, pontes, canais estradas, etc.; ensinando-se a construção das máquinas agrícolas, noções de Economia, teorias gerais, sistemas de cultura, contabilidade, estatística e, insistimos nisto, a técnica completa da agricultura: - lavoura, prática da estrumação, dos corretivos, estimulantes, o meneio dos instrumentos de arte, condições que determinam o seu emprego, cultura especial das plantas mais importantes: - a do açúcar, do álcool, da tapioca, do vinho, do sabão, etc., e a por cima, ensinando-se o desenho topográfico, de máquinas, de casas rurais, a geodésia; dispensando-se tais conhecimentos debaixo do ponto de vista puramente nacional, - os moços que obtiverem diploma em uma dessas escolas estarão, crê-mo-lo, aptos ao exercício das difícilimas funções de imediato, na grande obra da produção agrícola. (ALBUQUERQUE, 1890: 55-57).

¹⁰³ Do ponto de vista da instrução geral, “o ensino do asilo agrícola constaria de – leitura, escrita e gramática vernáculas, noções de aritmética e geometria agrícolas, moral, desenho linear, música, ginástica e outros exercícios físicos, noções de geografia e história pátrias, e esclarecimentos acerca da organização política do país”. Do ponto de vista agrícola, o ensino elementar seria composto de “conhecimento prático do solo, lavoura, preparação de adubos, e estrumação, corretivos, estimulantes, tratamento dos vegetais, colheita e bonificação dos produtos, meios de conservá-los, noções sobre raças, tratamento dos animais, alveitaria, conhecimento e meneio dos instrumentos agrários, noções práticas de fruticultura, pomologia, e zoopédia, e, finalmente, cultivo especial dos principais vegetais da zona em presença, noções de apicultura, sericultura e viticultura” (ALBUQUERQUE, 1890: 32).

as crianças; já que não podemos, sem quebra da disciplina que nos rege, enunciar-nos francamente.

Não há, portanto, instituição alguma, das raríssimas do país, na qual o ensino elementar agrícola seja bem organizado.

Houve quem lembrasse da criação de fermes-écoles para o ensino elementar de agricultura; mas isso só demonstra a insuficiência da parte de quel de tal lembrou-se.

No entanto, teve curso a errônea idéia. (ALBUQUERQUE, 1890: 35-36 – Grifo nosso)

Como Sá, Albuquerque assinalou a proposição de um “tripé” para o ensino agronômico. Conforme existam o *ofício*, a *arte* e a *ciência*, a que correspondem o *operário*, o *empreendedor* e o *sábio ou agrônomo*, a classificação econômica dos elementos de produção norteia a manifestação dos conhecimentos agrícolas sob três formas distintas, “que se relacionam e completam-se, formando, destarte, a tríade indispensável ao exercício da indústria agrícola”:

1.º O ensino elementar ou primário, divulgado por colônias livres ou forçadas, orfanatos e asilos agrícolas.

2.º O secundário, ministrado por escolas de agricultura propriamente ditas.

3.º O ensino superior, conferido por escolas agrônômicas.

Há três métodos a seguir-se na instrução agrícola: no primeiro adquire-se a habilitação prática, para depois fazer-se o estudo teórico; no segundo é exatamente o contrário; e o último consiste no estudo harmônico, metódico e racional da teoria aliada à prática; método que, em parte, é seguido pela escola que ora escrevemos (...) (ALBUQUERQUE, 1890: 23-24).

Mas o que concernia a cada um destes âmbitos? No caso do ensino elementar, tratava-se de formar especialmente crianças aptas, moldando-se-lhe a, moral, os hábitos e o bem como a força e a robustez para espírito para o trabalho. As crianças acolhidas pelo ensino receberiam “os preceitos de uma simples educação profissional, adquirindo os hábitos de uma vida bucólica, que não se confundirá com o estado aviltante de nossos homens agriásticos”. A estratégia dos dias atuais do “educar para não roubar” encontra alguns dos seus antecedentes, conquanto “sob a benéfica influência do trabalho, naturalmente, voltar-se-iam para os sentimentos morais e religiosos”, evitando-se, assim o aumento de “vândalos, laráprios, homicidas e quejandos elementos subversivos da ordem social” (ALBUQUERQUE, 1890: 28)¹⁰⁴.

Foram traçadas, assim, as missões respectivas do ofício de obreiro, da arte do empreendedor e do rei da natureza.

¹⁰⁴ Sobre meninos, mendigos e vadiagem na ótica das classes dominantes no Império e início da República na Bahia ver FRAGA FILHO e CUNHA (2004). No primeiro autor, inclusive, há um comentário sobre a EAB (FRAGA FILHO, 1996: 133), uma análise da tese do eabiano Domingos Sérgio de Carvalho, de 1887 (FRAGA FILHO, idem: 177), bem como menções a ações de sócios do IIBA no reforço do estigma das camadas livres, pobres e seus ritmos de trabalho, e, ao mesmo tempo, no campo da caridade como o Barão de Guai (p.160), o Barão de Vila Viçosa (p.178), Francisco Gonçalves Martins (p.94), Manuel Beléns de Lima (p.127), além de membros da família Tosta (p.95) e Moniz Barreto (p.138), no sentido de “neutraliza uma população” (FRAGA FILHO, idem: 95).

O primeiro limita-se a conhecimentos algo materiais, dependentes da localidade, da cultura; conhece a terra praticamente, o seu cultivo e suas relações com as plantas úteis; sabe a época mais conveniente para o efetramento das sementeiras e dos plantios e conhece os seus processos; sabe o meneio dos instrumentos da sua profissão, as disciplinas práticas; entende da cultura dos diversos domésticos do agricultor, e, em uma palavra, é, tal como o consideramos, apto ao exercício das funções de obreiro na grande obra da produção agrícola. (ALBUQUERQUE, 1890: 24-25 – Grifo nosso)

Ao obreiro como ao empreendedor, continham-se ambos numa atuação de raio local, enquanto ao último, ao engenheiro agrônomo, concernia a intervenção de base generalizante e causal:

O segundo, empreendedor, tem, já se o vê, mais largo campo de ação na ampla arena da agricultura, tendo, ipso facto, maior cópia de conhecimentos.

Assim, estuda, debaixo do ponto de vista das condições locais em que se acha, os processos e sistemas culturais de lugares diversos, confrontando-os, cotejando-os, a fim de, por uma espécie de ecletismo, arrogando-se de uns e outros, constituir um, que adapte-se perfeitamente às circunstâncias da terra, da planta, em fim, do meio agronômico em presença; combina, ainda, esses sistemas de cultura no intuito de alcançar melhores resultados econômicos; e encara com mais afinco as questões da profissão do que o primeiro. (ALBUQUERQUE, 1890: 25 – Grifo nosso).

Ao terceiro grau, a ciência, ao invés do local, autoridade para generalização estabelecimento da causalidade. Como outros agronomandos que defenderam firmemente seu lugar como profissionais detentores de um novo saber, do qual detém o monopólio da competência para reabilitar a lavoura, o autor de *Valor locativo do solo* e diplomado na mesma turma de 1890, Manoel Francisco de Oliveira afirmou que “O agrônomo é **rex naturae**, que estudando os fenômenos da vegetação, dirige com suas leis, e as mais preconizadas, a agricultura; esta fonte de riqueza de onde emana a civilização dos povos”.

Ao que tudo indica, Oliveira e Albuquerque assistiram à mesma aula, considerando-se que em palavras similares este também reivindicou para os eabianos a legitimação pela sua formação científica, ciência que ocupava o estatuto de conhecimento mais privilegiado.

O último – o rei da natureza – no dizer do ínclito tribuno espanhol E. Castellar, agindo na esfera da ciência agrícola, estuda as relações das causas com os efeitos; generaliza as questões, encara-as

*por todos os prismas possíveis, quer sintética quer analiticamente, e, por meio das observações, deduz princípios, **estabelece leis para a ciência e preceitos para a arte**; busca em quase todos os ramos do conhecimento humano auxílios, a fim de (...) colher das suas tentativas alterosas o melhor êxito possível. (ALBUQUERQUE, 1890: 25-26 – Grifo nosso).*

De uma família de quatro irmãos diplomados na EAB, o agronomando também defende a saída da EAB de São Francisco do Conde. A mudança da Escola para um dos subúrbios da Capital do Estado, SERIA imprescindível, evitando-se a “catástrofe” de conservá-la “nas inóspitas paragens de S. Bento das Lages, que, como indica o nome, é um solo sáfaro, estéril e acidentado”.

Antecipando uma mudança que ocorreria 40 anos depois, subjaz a maior visibilidade que a EAB e seus egressos alcançariam mudando-se para Salvador: “a Escola Agrícola deve ser uma das mais importantes academias do país (...). Una-se o governo à Diretoria do Instituto Agrícola da Bahia, e transportem tão utilíssima instituição para a Capital do Estado” (ALBUQUERQUE, 1890: 68).

*Dêem os elementos de que tanto carece. (...) **Enquanto não perder esse caráter particular** que lhe coarcta os passos, ficando somente sob as vistas do ministério da agricultura; enquanto não transportarem-na para a capital do Estado, a Escola Agrícola será pouco freqüentada, desconhecida e zingrada iniquamente. Dêem os elementos de que tanto carece (...) (ALBUQUERQUE, 1890: 70-71).*

A EAB e o Instituto deveriam, na sua ótica, portanto, perder o caráter privado e apenas de supervisão do MACOP. Advogando pela utilidade da Escola na capital, a ironia de Francisco Antonio mais uma vez se fez sentir, desta feita sobre suas qualidades, edifício, museus e biblioteca, elementos deslocados na paisagem de São Bento das Lages.

A Escola possui um excelente museu zoológico, geológico, botânico e mineralógico, que não tem caráter nenhum agrícola. Tem uma biblioteca pré-histórica, que ficaria melhor em uma escola médica, porque é de livros de medicina, e acha-se situada em um esplêndido e suntuoso edifício, que contrasta com o local, produzindo o efeito que faria um indígena seminu, com seus penachos, suas flechas e seu arco soprando a tuba em uma Rua do Ouvidor (...) (ALBUQUERQUE, 1890: 65).

Debater os encaminhamentos tomados pelo governo acerca da reforma da Escola foi oportunidade para os eabianos afirmarem a defesa da vocação agrícola brasileira vinculada ao seu papel de principais agentes capazes de disseminar a luz da

ciência na lavoura, especialmente no campo do ensino e do trabalho agrícola. Pelejando pelo seu lugar na ordem social agrária para a ocupação de todos os postos de direção inerentes à atividade agrícola, Genésio Neves dissertou sobre “a razão porque todos os países se adiantam na Agricultura ao passo que o nosso retrocede espantosamente”:

É que neles se trata seriamente das cousas a ela tendentes – o ensino agrícola é uma verdade e as suas reformas são elaboradas por homens diplomados ou competentes na matéria; ao passo que, entre nós, se encara tudo isto sob um prisma muito diferente.

O exemplo vimos quando se tratou ultimamente de reformar a Escola Agrícola de S. Bento das Lages. (NEVES, 1898: I).

O autor de *Adubos orgânicos e sua aplicação na agricultura* (1898) não questiona as habilitações das pessoas nomeadas em suas áreas. Contudo, Neves observou que os Engenheiros Agrônomos estavam excluídos da Comissão. Outro exemplo do descuido com a agronomia – e, portanto, com a agricultura – foi feito em torno de um projeto do Governo sobre a direção das colônias correccionais agrícolas. Segundo Neves, previa-se que “para diretor o Governo nomeará um médico para dirigir cada uma das colônias, ou se não um facultativo e um farmacêutico”. Em oposição a estas medidas que concorriam a seu ver para que o ensino agrícola na Bahia fosse “reduzido ao cúmulo e à miséria”, ele contrapôs a necessidade de o Governo voltar atrás e notar “que neste Estado ainda existe uma Escola Agrícola cujo fim é diplomar moços na ciência agrônômica” (NEVES, 1898: II).

Alertando (ou ameaçando?) sobre os riscos de ignorar a ciência agrônômica (e os engenheiros agrônomos que àquela dedicavam “quatro anos de estudos”) e impedir, assim, o levantamento da agricultura, Neves descreveu um quadro rotineiro onde agronomia e agrônomos não tinham vez, contrapondo ciência e rotina “boçal” como outros eabianos, narrando a contrapelo o quadro de recepção à profissão:

*A agricultura desta terra está entregua à classe baixa e pobre e a alguns **fidalgotes**, senhores de engenhos que, firmados na prática boçal, confiados somente nas ubérrimas terras, não querem crer nas incontestáveis vantagens da ciência contra os inúmeros prejuízos do atrasado vampirismo.*

*Esses **fidalgotes** que se dizem agricultores, não passam de homens, que, dirigindo sua propriedade do senado ou do velho castelo, só comparecem ao campo no tempo da safra e assim mesmo debaixo dos esplendores de uma pompa magnânima.*

E não ligam a importância devida aos trabalhos rurais, pois entregam a gerência da propriedade a um feitor inconsciente.

Há de chegar o tempo, ninguém poderá negar, em que o terreno que antes era fértil se transformará em uma massa estéril. (NEVES, 1898: III – Grifo do autor)

“Fidalgote” e “boçal” foram termos-chave na tese de Durval Gonçalves. Este texto é particularmente interessante pela sua proposta ao mesmo tempo analítica e sintética, por se tratar de uma das mais extensas teses, com 130 páginas impressas, e pelo fato de seu autor tanto escrever uma das últimas monografias desta fase, bem como por ser filho de um dos primeiros professores da EAB, Augusto Francisco Gonçalves¹⁰⁵.

Para Durval Gonçalves, fidalgote é o antigo senhor de engenho, “incapaz de crer nos dados científicos”. O levantamento da agricultura dependeria de três cousas: “o trabalho obrigatório; a divisão da grande propriedade territorial; a criação das escolas agrícolas” (GONÇALVES, 1900: 72). Gonçalves considerava particularmente no que tange ao ensino agrícola o papel da fazenda modelo “para o desenvolvimento e melhoramento dos processos agrícolas”, e das escolas práticas, que “estabelecidas em diversos pontos dos nossos Estados, seriam auxiliares prestimosos e indispensáveis da escola superior”. A prioridade e centralidade do ensino agrícola, portanto, localizava-se na escola superior que “bem dirigida, conquistaria novos louros e prestaria relevantíssimos serviços”. (GONÇALVES, 1900: 89).

A posição dos agentes no campo agrônômico constitui-se, nesta lógica, a partir da “força” dos estudos. Traçando uma analogia entre as “indústrias” em geral e a “indústria agrícola” em particular, este eabiano estabeleceu uma correspondência entre o artesão, o artista, e o sábio de todas as indústrias, apresentando uma hierarquia triádica como SÁ (1887) e ALBUQUERQUE (1891).

Defendendo “a necessidade do ensino profissional para todas as indústrias e mui principalmente para a agricultura”, Gonçalves detaca que os “mais poderosos agentes de produção” na agricultura vão ser, assim, buscados “nos diversos ramos das ciências naturais, sobretudo na mecânica e na química aplicada”. Mais uma vez sobressai no habitus eabiano a posição de relevo da química no interior das demais disciplinas, como “chave mestra da agricultura”.

Em seguida Gonçalves destaca como mais relevante para o lavrador a mecânica aplicada à agricultura, “pois que ele tem de empregar constantemente forças, máquinas, instrumentos e motores. A hidráulica aplicada lhe dará os meios de suprir a umidade natural, e de desembaraçar-se da umidade supérflua” (GONÇALVES, 1900:

¹⁰⁵ A filiação consta tanto no frontispício da tese como no interior do texto (GONÇALVES, 1900: 99).

83-84). A fazia-se duplamente necessária pelas suas relações com a química e com a meteorologia agrícola.

A química, esta ciência que mal sabem os diplomados (sem querer nos gabar, porque neles estamos incluídos), ensina os meios de suprir a terra com as substâncias fertilizadoras que lhe falta, sua escolha, sua combinação, preparação e valor; de mãos dadas com a física e a mineralogia, faz conhecer as propriedades dos diferentes corpos que constituem as terras e a natureza íntima desses corpos. As relações dos meteoros, da luz, do calor e da umidade dos vegetais, não podem ser indiferentes ao lavrador; ele deve portanto ter conhecimento de meteorologia agrícola. (GONÇALVES, 1900: 83). Isto dito, compreende-se que a agricultura depende de muitos ramos dos conhecimentos humanos.

Que outros conhecimentos foram invocados neste desiderato? A botânica e a fisiologia vegetal tratariam dos vegetais não especulativamente (numa possível crítica indireta ao bacharelismo e à cultura da glosa, da citação livresca), mas sim no sentido de “descobrir meios eficazes de os produzir perfeitos e abundantes”¹⁰⁶. Noções de Mineralogia e de Geognosia deviam ser conhecidas para “conhecer a natureza, a formação e a disposição dos materiais que compõem as terras da cultura”. O estudo da zoologia agrícola, da zootecnia e da veterinária também se faria preciso para “conhecer quais são os animais úteis ou nocivos à agricultura, os animais domésticos, sua criação, educação e usos e os meios de prevenir suas enfermidades e de tratá-los quando as padecem” (GONÇALVES, 1900: 84).

Enquanto estudo universal, a Aritmética era “indispensável ao agricultor que tem necessidade de ter uma escrituração regular, uma contabilidade como em qualquer ramo industrial ou comercial”. O domínio da arquitetura rural para – “com solidez, elegância e economia” - construir edifícios agrícolas como “as casas de morada, os armazéns, as enfermarias, os celeiros, os moinhos, as estufas e todas as construções convenientes e necessárias para preservar as colheitas da ação dos meteoros, dos insetos e micróbios daninhos”, era demandado, bem como o estudo da geometria era igualmente “indispensável” na medida em que a hidráulica e a arquitetura, os nivelamentos e a agrimensura compunham também o extenso ramo de conhecimentos precisos para a administração racional da agricultura. Compendo o repertório comum eabiano, Gonçalves também ressaltou em sua tese a posição culminante da “economia social” na formação e atuação dos diplomados pela EAB:

¹⁰⁶ O esquema no habitus eabiano de oposição entre bacharelismo e instrução positiva foi uma constante: “A gente que governa, ou desgoverna, o nosso malfadado país, não tem instrução positiva e clara da importância que a agricultura representa na vida da nação”. (GONÇALVES, 1900: 40).

Finalmente, a economia social aplicada à agricultura, à qual se dá geralmente o nome de economia agrícola, iniciará ao lavrador as leis da produção, da repartição e consumo dos produtos agrícolas; e o direito civil aplicado lhe fará conhecer as relações íntimas com a sociedade.

Tais são os estudos complexos, sem os quais ninguém pode hoje dizer-se perfeito agricultor. (GONÇALVES, 1900: 85).

Descrevendo, e afirmando, que tais estudos só poderiam ser feitos “em estabelecimentos bem montados, onde a prática puramente experimental, conforme, invalide e modifique as teorias”, Gonçalves circunscreveu também a densidade “de tão fortes estudos” entre os que vivem da agricultura. “Os grandes estudos teóricos constituem o *agrônomo*” (GONÇALVES, *ibidem*). Endossando um sistema de forças em que posição na organização da produção se daria a partir da "força" dos estudos, pôs-se de um lado “os grandes estudos teóricos da agronomia” como domínio do agrônomo, a quem pertence as deduções da ciência, e do outro lado “ao simples cultivador basta o manual da arte e a prática necessária”. Para aquele, os postos de direção:

Todas as classes têm os seus chefes.

*O chefe da agricultura, é este ser que não conhecem – o **agrônomo** –, e não médicos, bacharéis, rotineiros, etc., que são simples amadores da agricultura, às vezes ignorantes ofensores do crédito nacional. (GONÇALVES, 1900: 86 – Grifo do autor).*

A obtenção desta chefia, contudo, não seria fácil a considerar a atitude dos fidalgotes e os trabalhadores boçais. Gonçalves descreveu com ironia e mordacidade a conduta seja dos antigos senhores de engenho, seja dos então libertos, ao mesmo tempo que revela ao leitor sua convivência com ambos. Para ilustrar o nível dos conhecimentos dos fidalgotes, este agronomando registrou o seguinte episódio:

*Soubemos por intermédio de um escravo (antigo escravo) do Sr. Barão de (nome do "Barão" suprimido pelo autor), que tendo ele mandado vir **guano** para maior produção e aumentar a força de seus canaviais, já esgotados, mandou espalhá-lo por seus escravos, a **torto e a direito**, acontecendo ser a quantidade tão grande que não só aniquilou a força dos canaviais, como também fez rachar as mãos e os pés daqueles que o tinham espalhado.*

*Esta falta de conhecimentos, de raciocínio fez diminuir, ou por outra, acabar com a importação do **guano**.*

*Eis alguns dos conhecimentos agrícolas dos **fidalgotes** do império! (...) (GONÇALVES, 1900: 32-33 – Grifo do autor).*

Durval Gonçalves fez menção não apenas de acontecimentos, como também anedotas, como esta que soube “de um agricultor”:

<<Sustentava eu em 18..., perante uma das principais famílias do sertão, que as secas aí são mais devidas à incúria deles do que a defeito da natureza; para me convencerem do contrário, todos me asseveraram que as folhagens verdes que botam de manhã sobre os grãos, que lhes servem de alpendre nas portas, são à tarde levadas pelo vento, ressequidas.

<<Para que não plantam antes (lhe disse eu) um maracujaeiro, outra qualquer trepadeira semelhante, mesmo um jasmineiro – um pé de S. Caetano?...

<<-Ora! Ora! disseram todos: não temos água para outras cousas, temos para aguar plantas?

<<-Pois todos não lavam os pratos, não lavam os pés?

<<Ora? botar água suja nas plantas?! Era esmerecer? O senhor bebe água suja?>>

E o que responder a isto?

Ou ensinar agronomia a quem acredita nestas asneiras, ou dar-lhes uma gargalhada como única resposta.

Não é, por certo, essa população que há de fomentar.
(GONÇALVES, 1900: 101)

A população, ao lado da instrução, são os dois elementos-chave para a análise e o prognóstico que este filho de professor da EAB elaborou. É importante frisar que este agronomando organizou sua dissertação em três partes: 1ª) “Estudo atual ou análise da agricultura brasileira”; 2ª) “Instrução Agrícola” e 3ª) “População Rural”. E no decorrer do seu texto, perpassando as três partes do trabalho, este formando apresentou uma ambiguidade comum aos seus pares eabianos, a simultânea aposta na instrução agrícola como caminho de redenção da população rural brasileira e baiana em particular e a degenerescência racial desta mesma população.

Os brasileiros então estão condenados pela raça mas serão salvos pela agronomia? Gonçalves expressa aqui este traço do *habitus* eabiano que permite uma paráfrase (guardadas as devidas proporções, particularidades e distintas implicações) com a medicina sanitarista e suas campanhas a partir da década de 1910 no Brasil. Refiro-me à expressão de Nízia Lima e Gilberto Hochman: “Condenado pela raça, absolvido pela medicina”. Este artigo discute o contexto em que as principais formulações do movimento sanitarista pela reforma da saúde pública que, nos anos 1910 e 1920, expressou uma interpretação do país como “doente” ou um “imenso hospital” (HORCHMAN, LIMA, 1996). Através da liderança de um grupo de médicos e intelectuais que almejava intervir no quadro sanitário para resgatar as populações rurais das doenças endêmicas e do isolamento por meio de políticas públicas de saúde, o

movimento sanitaria mobilizou segmentos da sociedade civil e do Estado, e inscreveram uma pauta no aparelho de Estado a partir de uma mobilização política extra-parlamentar e intelectual, junto à restrita opinião pública. Apesar da nossa proposital aproximação do sanitarismo com o ruralismo conforme definido por Sonia Mendonça, por ora nossa pretensão é ressaltar a dualidade condenação biológica, salvação pela mudança das condições de vida. Ainda como interseção entre os dois movimentos uma preocupação com a produtividade do trabalhador brasileiro enquanto braço, sem qualquer projeto igualitário.

Nesse sentido, a agricultura e a população são dois fatores da riqueza das nações com funções homogêneas, e determinar se o desenvolvimento da população é ou não favorável ao aumento da riqueza, implica “indagar de que elementos se compõe essa população”. Uma população é um mal social quando “apresenta só criaturas submetidas à impotência pela inércia da sua vontade, pela degenerescência da espécie, pela influência do clima, que não honram a grande lei do trabalho por seus esforços perseverantes e inteligentes, sua multiplicação é funesta à propriedade e à moral pública” (GONÇALVES, 1900: 104-105).

O que foi ansiado nesta tese eabiana é que “em vez desses seres improdutivo e necessariamente deserdados”, “novos recrutas” tomassem lugar ao lado desses trabalhadores, produzindo o “espetáculo de uma raça de trabalhadores”. Entusiasta da imigração espontânea, uma das saídas para que o Brasil saísse do “vergonhoso atraso” consistia na colonização por europeus: “Tal é a população que contribui para o desenvolvimento progressivo da riqueza, a única cujo aumento a ciência e a filantropia podem aconselhar” (GONÇALVES, 1900: 105).

Além da força produtiva e do capital potenciais, Gonçalves preconizou não apenas o tipo de trabalhador desejado, como também os que não deveriam entrar no país:

*O Brasil precisa de população estável, permanente, sedentária e progressiva, e não incerta, ambulante, nomada e interrompida; precisa de cidadãos que, formando famílias, tomem parte na direção dos negócios públicos do país, se interessem pelas cousas de seus municípios, que deixem de ser estrangeiros, pisando o solo brasileiro; que produzam e consumam os gêneros; e assim **mais rigorosa deve ser a República do que outros países em não fazer engajamentos de negros ou chins.*** (GONÇALVES, 1900: 21 – Grifo nosso).

Destarte, para a formação dos membros da sociedade civil, os não-europeus, negros e chins encontravam-se excluídos *a priori* dos elementos que deveriam compor a população. Tal discriminação e subalternização guardam suas sutilezas. A principal delas diz respeito aos “naturais desta terra”. Se num momento ele se revelou preocupado com a degenerescência da espécie”, noutro ele pergunta sobre a causa dos defeitos morais dos brasileiros. “Consideramo-lo-emos como uma casta degenerada da qual não é possível auferir o menor proveito?” (GONÇALVES, 1900: 75).

A desqualificação das práticas culturais de matrizes africanas, antagônicas à “moralidade” retorna poucas páginas depois: “escolas destinadas à educação dos filhos do povo são o único meio de pôr um paradeiro ao incremento da *capoeiragem* e da *capangagem* que tanto prejudica a nossa moralidade” (GONÇALVES, 1900: 77 – Grifo do autor). Das contradições às condições, Gonçalves ao mesmo tempo em que descartava o chin, pontuava que este fisicamente era como “quaquer homem”. Enquanto localizava a origem dos defeitos morais na miséria e na ignorância, criticava aos proprietários pela sua mentalidade ainda escravocrata, conquanto continuassem a conceber que ser trabalhador rural é seguir a sorte dos escravos, originando-se daí inclusive a predileção pelo chinês pela sua pouca exigência como um “sucedâneo”:

Nossos antigos fazendeiros, que estavam acostumados a lidar com escravos, desde a infância, não podem afazer-se à ideia de outros trabalhadores que nada mais sejam do que sucedâneos de escravos.

Não compreendem que possa existir a grande lavoura, se não em fazendas inteiriças de grandes dimensões, com centenas de trabalhadores a cultivarem a terra por conta de um só proprietário.

E como reconhecem a impossibilidade de encontrar braços livres que se sujeitem à sorte dos escravos, entendem que de outra sorte não há salvação possível.

Sabendo que os Europeus que para cá vêm nada têm em mira se não tornarem-se proprietários, e não simples assalariados sem futuro para si, nem para as suas famílias, encaram a China como o único país donde lhes pode vir o remédio.

Entendem que o Chin é, não só bom trabalhador, como até contenta-se com um salário mais módico que outro qualquer trabalhador, o que aliás é uma perfeita ilusão.

O chin, considerado fisicamente, não pode ser menos exigente do que qualquer homem. (GONÇALVES, 1900: 73 - Grifo nosso)

Note-se que o escopo da reflexão sobre o chin é especialmente do ponto de vista das necessidades e das capacidades “físicas”, ou seja, a discussão central é sobre a conveniência de agenciar “braços” para a lavoura. Enquanto o debate ficava polarizado “entre o pensamento de *atrair* colonos europeus ou de *importar* asiáticos”, Gonçalves

indagava “onde ficam os brasileiros? (...) Há porventura falta de gente neste país?”, e destacava a existência de “milhões de homens que se poderiam com proveito entregar aos trabalhos da grande lavoura”. Por que não eram então estes homens aproveitados? Gonçalves antecipa a resposta padrão a esta contraproposta:

*Os brasileiros são indolentes, preguiçosos, incapazes de persistir no trabalho.
Ah, torpes ignorantes, fantasmas exploradores do mundo!
Como nos consideram!
Que idéia fazem do brasileiro!* (GONÇALVES, 1900: 75).

Gonçalves insistiu na tese de que a miséria e a ignorância eram as causas da indolência e da preguiça, o que se de um lado abria uma porta de saída, pois se tratava de uma condição transitória, por outro lado endossava a caracterização do brasileiro como incapazes de perseverar no trabalho. De qualquer sorte, indo às causas das causas, ele localizou a origem da miséria na estrutura fundiária do país, fechada aos nacionais e aberta aos estrangeiros, e nas relações dos fazendeiros com os trabalhadores, enquanto que a ignorância, resultante da falta da conveniente educação aos “pobres brasileiros” e seus filhos, seria um desdobramento deste “estado de cousas”, onde a propriedade territorial é exclusividade dos “fidalgotes”.

*A miséria, porque, habitando um país tão vasto, não podem, entretanto, adquirir a propriedade territorial, a qual pertence exclusivamente aos fazendeiros, e estes, admitindo-os apenas como agregados, reservam o direito de lhes mandar queimar as palhoças, quando entendem convenientemente a seus interesses expeli-los da sua propriedade e os que assim praticam são os orgulhosos fidalgotes da antiga monarquia.
Entretanto, todos os estrangeiros que para cá vêm, em poucos anos, voltam à pátria riquíssimos.
É evidente que em semelhantes condições, acabrunhados, abatidos em sua dignidade, os pobres brasileiros não podem criar amor ao trabalho; vegetam mais do que vivem.
A ignorância que os inabilita para certos serviços é uma conseqüência deste estado de cousas.
Nem receberam a conveniente educação, nem a podem dar a seus filhos.* (GONÇALVES, 1900: 75).

Esta “deplorável situação” poderia ser mudada ou conservada. Quanto aos homens já feitos, “deteriorados pelos vícios e mais hábitos da ociosidade, pouco se poderá obter”, contudo, quanto à infância e à “juventude bem dirigida por uma educação regular”, poderia se esperar mais eficácia no “domesticar”: “Tratemos seriamente de educar a infância desvalida; acostumemo-lo ao trabalho moralizador”. Condenados por um passado degenerado e imersos num presente de vícios e ociosidade, a redenção e

instalação da civilização seriam viabilizadas pela agronomia, i.e., pela ciência ministrada pelos ebianos, o instrumento por excelência para ministrar a moralização e o desenvolvimento do “amor ao trabalho”.

A vinculação entre o debate sobre a raça ou o tipo de população que o Brasil deveria ter e a organização do trabalho no Brasil, também foram desenvolvidas, entre outros, por um personagem que participaria da fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Domingos Sérgio de Carvalho. Dez anos antes da criação da SNA em 1897, Carvalho sustentara tese na EAB intitulada *Transformação do trabalho agrícola* (1887), onde a conexão explicativa da degenerescência da raça com o atraso agrícola tinha como dimensão nevrálgica a organização do trabalho com a extinção da escravidão, então vigente no momento de redação da tese:

A transfusão do sangue africano nas veias da nacionalidade brasileira não danificou o país unicamente pela degeneração da raça e pelo efeito corruptivo com que feriu a organização da família e todas as instituições sociais; mas também pela maneira porque interceptou a evolução do trabalho, dando origem à inclinação manifesta para as funções públicas, que absorvem milhares de indivíduos, cujas aptidões seriam melhor aproveitadas nos trabalhos da indústria agrícola. (CARVALHO, 1887: 14).

Para repara o “dano” o receituário eabiano, o repertório de percepção e resolução do agronomando convergiu com o de seus pares, especialmente Gonçalves, no diagnóstico de que não havia falta de braços. As motivações para a imigração européia iam além disso, portanto. Mas tornando a Carvalho, ele traçou como outros formandos uma diferença entre braços afastados da lavoura e a “falta de braços”, identificando na prodigalidade da natureza para a sua subsistência a causa da não-sujeição da população liberta à expropriação da força de trabalho, argumentando também pelo trabalho obrigatório, através de colônias militares para estas ameaças às “classes laboriosas”, ou seja, para as “classes ociosas”:

Não há, porém, entre nós absoluta falta de braços, notando-se apenas que grande parte da população nacional afasta-se do trabalho agrícola para manter-se em vida descuidosa, graças aos recursos copiosos que oferece a nossa natureza pródiga. (CARVALHO, 1887: 30).

Conquanto a “transformação” do trabalho invocasse a abolição e o fim do monopólio da terra, este esquema também invocava como tarefa fundamental a “conservação” e

controle sobre os braços nacionais para o trabalho. Em outras palavras, para Carvalho era preciso “vincular os futuros libertos à propriedade” (CARVALHO, 1887: 40).

“A escravidão deve ser extinta, sem grande delonga”, mas escrevendo de uma posição particular no campo científico, Carvalho elaborou seu trabalho no sentido de auxiliar os agricultores a conseguir “salvaguardar seus interesses”, indicando a necessidade de “desenvolver os meios que possam vincular os futuros libertos à propriedade, assistindo-lhes também o direito de iniciar em aliança com os poderes públicos, a educação agrícola dos ingênuos”, ou, mais tarde, estes se tornariam “os perturbadores da ordem social e os agentes de subversão da lavoura” (CARVALHO, 1887: 40). Transformação e conservação do *status quo* foi o fio no qual os eabianos se equilibraram enquanto intelectuais orgânicos que buscavam prepara o terreno para uma outra da classe dos proprietários rurais:

A abolição da escravidão e a extinção do monopólio da terra serão fontes de fecundíssimos resultados sendo estabelecidas certas prescrições essenciais a coagir os libertos ao trabalho agrícola e outras que tendam a aproveitar os ingênuos e impedir a vagabundagem, para que não falte à lavoura auxílio valioso dos braços nacionais. (CARVALHO, 1887: 37-38).

Transformar, ou seja, abolir “o crime da exploração do homem pelo homem”? Sim. Conservar, ou seja, tomar todas as prescrições e medidas para “coarctar à desorganização do trabalho e ao entorpecimento da lavoura”? Também. Os frutos abundantes do trabalho livre, todavia, deveriam ser diferente e desigualmente aproveitados pelos europeus e pelos ex-escravos. O reformismo conservador da tese de Sérgio de Carvalho já havia sido assinalado nas obras de Antonieta Tourinho (1982: 187) e Walter Fraga (1996: 177), mas o prisma racista e hierarquizador deste como de outros eabianos é um componente central em sua “unidade de pensamento”, se quisermos resgatar as palavras da primeira autora (TOURINHO, 1982: 175).

As operações diferenciadas de hierarquização e controle para os europeus e para o liberto se evidenciavam particularmente sobre que regime de trabalho estabelecer. Para estes, preferencialmente a parceria; para aqueles, a concessão de lotes, ou seja, sua transformação em proprietário. Segundo Carvalho, o sistema de parceria era “inaceitável em suas aplicações ao colono europeu [mas] será o mais apropriado a manter o liberto adstrito ao solo” (CARVALHO, 1887: 40).

Subalternização com incorporação pela educação, tornando os libertos “convenientemente instruídos”, dirigir inteligências, braços e capitais para restabelecer

a produção agrícola era a missão a que os ebianos se propunham. A fundação de escolas práticas para os ingênuos e filhos de trabalhadores rurais e a formação de fazendas escolas nos centros agrícolas demandaria, por outro lado, a formação de especialistas da ciência aplicada à agricultura para dirigi-las, justificando, assim, a necessidade de uma escola superior agrícola. Contudo, mais uma vez, através das teses conhecemos não só uma interpretação da agricultura que deveria ser, como da agricultura que precisava ser mudada:

*A classe de agricultores nacionais é, em quase sua totalidade, representada por indivíduos que, empossados de diplomas científicos e não podendo encontrar os recursos precisos nas carreiras a que se dedicaram, ou por conveniências particulares, colocam-se à frente das propriedades rurais, onde, muitas vezes, **sem conhecimentos técnicos apropriados à nova profissão**, dedicam-se à cultura das terras, filiados às usanças de seus progenitores.*

***O ensino científico, tal como é delineado no método positivo, deve ter por complemento os conhecimentos de aplicação que mais possam agir sobre o movimento industrial e para fecundação dos germes de riqueza e prosperidade que se acham disseminados em todo o país e que tendem a estiolar-se por influências mesológicas.** (CARVALHO, 1887: 43).*

Os arautos da “nova profissão” tinham em Augusto Comte e no positivismo uma das suas principais matrizes. Contudo, era sobre um conjunto específico de fenômenos econômicos e naturais que ele se debruçava. Igualmente específico era o conjunto de disciplinas cursadas, o volume e a estrutura delas no interior do curso da EAB ante outras escolas profissionais, bem como recorriam a teorias e autores que orientariam as práticas e representações do seu campo.

O campo agrônômico em relação aos outros campos científicos guardava pontos de interseção, particularmente no que tange à engenharia. Mas as singularidades agrônômicas, sua marca distintiva pode ser verificada no desenvolvimento da química agrícola, da fitotecnia, da contabilidade agrícola, por exemplo. Os ebianos fizeram, no decorrer de um quarto de século, referências a um corpo de agências ligadas à agronomia como o Ministério da Agricultura, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ao Instituto Agrônômico de Campinas ou a periódicos como o *Jornal do Agricultor* ou *A Lavoura*, da Sociedade Nacional de Agricultura.

Os ebianos a par do tributo prestado nas teses a Comte primeiramente, secundado por Spencer e Darwin, tinham um conjunto de autores tanto estrangeiros como nacionais a lhe servirem de principais referências na sua prática e no seu discurso. No âmbito de uma química específica, a química agrícola, as principais referências eram

Liebig, Boussingault, Grandeau, Georges Ville e, principalmente, Gasparin. No campo da agronomia brasileira, os eabianos eram leitores e usuários das elaborações de um corpo de autores muito próximo ao laboratório civilizatório composto pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Museu Nacional e a Sociedade Nacional de Agricultura como Nicolau Moreira, Teodoro Peckolt, Paulo Araújo Porto Alegre, Pedro Paes Leme, Moura Brasil, Guilherme Schuch Capanema, e em especial, Frederico Maurício Draenert e Gustavo Dutra.

Os egressos da EAB foram dotados, ao longo do seu curso, de uma série de temas, questões, e formas de apreendê-los e resoluciona-los, de um repertório de percepção e ação único naquele contexto da história das ciências no país.

A matriz cientificista e positivista do habitus eabiano pode ser verificadas não apenas em citações diretas, mas em especial em juízos como o de que “o fato se verifica, a ciência o explica, a ciência deduz leis, regras e preceitos, a prática as sanciona, e tudo quanto não for compreendido nesta órbita não passa de empirismo” (GONÇALVES, 1900: 91). Contudo, se o positivismo procurava “substituir a ciência social imperfeita dos economistas do passado por uma ciência nova, de travacão sistemática – a sociologia – e saber dela o coroamento de todo saber humano, e ao mesmo tempo a base da reorganização social” (CRUZ COSTA, 1967: 248), os eabianos adotavam o prisma da “economia social” aliando a economia política clássica de Smith, Say e Sismondi à análise social de matriz comtiana. Eis uma “originalidade da cópia”.

Mas especialmente singulares, únicas no contexto brasileiro, era o tratamento prioritário no ensino superior às questões agrícolas como a refertilização do solo, os adubos, as derrubadas e queimadas, a mecânica do solo, a fitotecnia e a zootecnia. Em suma, a abordagem científica da agricultura que já vinha sendo desenvolvida em um corpo de agências como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ou mais especialmente o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ou a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, por exemplo, e em uma série de escritos em periódicos destas agências ou livros produzidos por intelectuais vinculados (DOMINGUES, 1995; MARQUESE, 1999; LOURENÇO, 2001), constituindo um campo científico agrônomo, alcançou através da EAB o patamar da profissionalização e da especialização.

Para exemplificar, voltemos ao agronomando Durval Gonçalves. Analisando a falta de gêneros alimentícios, Gonçalves adota uma postura destoante no mundo

intelectual brasileiro, acerca do uberidade do solo do país. Contrariamente à opinião predominante entre nós, de que as terras brasileiras tinham uma uberidade sem rival (mesmo reconhecendo seu valor inestimável, quer por sua constituição física, quer por sua composição química), tais terras eram “ínfima minoria” e “verdadeiros Oasis perdidos em um oceano de areia ou de terras pobres”. A cultura extensiva, devastadora dos campos férteis, tinha no símbolo do progresso um sinal de “duro opróbrio”. O avanço das estradas de ferro eram entendidas por Gonçalves como sinal de que era cada vez mais preciso “atravessar imensos tratos de terra estéril, para atingirem as ilhotas férteis” (GONÇALVES, 1900: 24).

*Devemos ao nosso ilustre patricio, o Barão de Capanema, uma grande verdade geológica: é que a América foi descoberta muito cedo de mais. Começamos, de fato, muito cedo de mais a devastação das matas, muito antes que a decomposição das rochas estivesse bastante adiantada, muito antes de se achar bastante espessa a camada húmifera, a única porção da casca terrestre aproveitável para nós, sob o ponto de vista agrícola. Eis, porque, as nossas terras em geral são feridas de desoladora esterilidade poucos anos depois de abatidas as florestas, que as protegiam; e eis porque as **terras novas** são a eterna cobiça dos nossos lavradores, condenados à perpétua caça do húmus acumulados pelos séculos; e eis, afinal, porque a nossa lavoura de café vai-se internando cada vez mais pelas regiões centrais, afastando-se cada vez mais dos portos de exportação, e, por consequência, ameaçada de um desastre, ao momento em que uma baixa de preço não lhe permita mais suportar o frete. Atualmente, toda a nossa lavoura está acorrentada à existência do húmus natural. Mas, até quando poderá este estado perdurar? (...) (GONÇALVES, 1900: 24-25).*

Gonçalves lamentava tais práticas realizadas inclusive nos arredores da “Escola Agrícola, onde estudamos a agronomia científica”. Este debate nos permite apreender elementos do debate da química agrícola na EAB. No que tange à institucionalização da agronomia este é um debate particularmente importante, conquanto as pesquisas sobre a agronomia imperial, particularmente aqueles realizados por Heloísa Domingues, destaquem o IIFA e a SAIN como espaços privilegiados para a divulgação e desenvolvimento de pesquisas a partir dos trabalhos de Justus von Liebig (DOMINGUES, 1995: 2001a, 2001b).

O primeiro agrônomo da era industrial, mas palavras de Amilcar Baiardi (2001), Liebig publica em 1840 trabalho que segundo Domingues lançou as bases para a moderna química agrícola, lastreando teorias de fertilização do solo visando o aumento da produtividade da terra agrícola pelo uso de adubos químicos artificiais. Durante a existência do cõgenere do IIBA, ou seja, do IIFA, o Jardim Botânico do Rio

de Janeiro esteve sob a jurisdição deste. No Jardim Karl Glasl desenvolveu análises de química agrícola particularmente sobre a cana-de-açúcar, no Jardim Botânico (DOMINGUES, 1995: 231). A EAB foi o primeiro espaço no Brasil em que a química agrícola foi alçada ao nível de disciplina do nível superior (ARAÚJO, 2006).

A agronomia eabiana tinha em Liebig um dos principais referenciais, sobejamente citado nas teses e presente em sua biblioteca. Mas na EAB não se desenvolveu uma importação acrítica e exclusiva daquela teoria. Segundo Romeiro, experimentos de Liebig em que se constatou que as plantas pudessem se desenvolver sem matéria orgânica levou sua “escola” a negar a teoria do humus, isto é, a ausência e matéria orgânica não era impeditivo do desenvolvimento vegetal. Portanto, os fertilizantes orgânicos (matéria animal e vegetal em decomposição) poderiam ser totalmente dispensados, soltando-se as amarras para o aumento da produção agrícola. O procedimento fundamental nesta teoria era a análise das cinzas dos vegetais e do solo. A fertilização adequada a cada terreno poderia ser deduzida da análise das cinzas das plantas adultas, e caso faltasse um das substâncias químicas necessárias, deduziria-se quais substâncias haviam sido retiradas do solo e portanto, e assim, quanto precisava ser repostas a cada safra, atentando-se ao fato de que caso faltasse uma das substâncias necessárias não adiantaria aumentar a dosagem das demais (ROMEIRO, 1987: 61-62).

Destarte, as idéias de Liebig alimentaram a indústria dos fertilizantes tanto quanto fazendeiros que buscavam manter indefinidamente a fertilidade dos solos. A visão estritamente mineral desta corrente “reduzia a velha arte de fertilização a uma questão de simples aritmética” (ROMEIRO, 1897: 64).

Paulatinamente, durante o século XIX, foi sendo formulado um conjunto de teorias que apontava para a importância das propriedades físicas do solo, ao lado da presença de elementos minerais. Por volta dos anos 1860 e 1870, a ação das bactérias como agentes ativos do solo, e a formulação de que o processo de decomposição no solo não era fenômeno puramente químico, como na corrente mineralista, ganhou espaço. Pasteur, segundo Romeiro, enunciou que a nitrificação, ou seja, a fixação do nitrogênio pelas plantas, era um processo bacteriológico. Entre outros trabalhos, Hellriegel e Wilfarth tinham explicado o processo de fixação do nitrogênio pelo processo de simbiose de microbactérias com os nódulos das raízes de plantas leguminosas. Consubstanciou-se assim, um conjunto de teorias e procedimentos que questionavam a visão estritamente química do solo, como mero suporte, para destacar o papel benéfico da matéria orgânica na estrutura do solo, e deste para o desenvolvimento

destes microrganismos úteis. Ainda segundo Romeiro, em 1891, Winogradsky apresentou na Academia de Ciências de Paris um trabalho explicando o processo de nitrificação (ROMEIRO, 1987: 63). A citação de Durval Gonçalves a seguir serve para situar a EAB neste debate, localizando-a com Liebig, mas além dele:

O supremo alimento da planta é o salitre.

Os nitratos de potassa, de soda, de cal, de magnésio, de ferro, etc., são outras tantas formas de salitre.

Todos estes compostos caracterizam-se pela presença do ácido nítrico, que é uma combinação de uma parte de Az com cinco de O.

O ácido nítrico, um dos mais enérgicos e corrosivos agentes de que dispõe a química, não é um produto mineral, é um ácido orgânico, isto é, produto de um organismo vivo.

Em toda terra arável, existe em abundância micro-organismos, bacterios, chamados nitro-nomado ou nitro-nômades.

Essa bactéria de Winogradsky, vista por Muntz, do grupo dos micrococcus, é muito comum no solo e existe, mal estudada ainda, no fermento nítrico.

A terra contém grande número de bactérias que, transformando as substâncias orgânicas, vão nutrir os vegetais.

A ciência de Pasteur tem se ocupado do estudo do solo, com o fim de chegar a conhecer exatamente o número de bactérias que pode conter um terreno.

A certa profundidade do solo, não existem bactérias; e é por isso que as águas das camadas um pouco profundas, são puras.

É sobre a ação dos organismos inferiores, que se produz a nitrificação das substâncias orgânicas; <<é a ação redutora, em virtude da qual os nitratos formados voltam ao estado de nitritos, depois ao estado de protóxido de azoto e mesmo de azoto assimilável.>>

São estes organismos microscópicos que asseguram a existência das plantas; são eles que promovem a combinação do azoto com o oxigênio, formando o ácido nítrico, que, em presença de uma base qualquer, potassa, cal, soda ou ferro, produz o salitre. Eles alimentam-se de carbono, que lhes fornece o húmus; a sua função é tanto mais ativa quanto maior for a quantidade de ar posto à sua disposição.

A alimentação das plantas não é, portanto, direta como geralmente se pensa; elas precisam que o alimento lhes seja preparado, precisam de uma verdadeira cozinha e as nitro-nomades são precisamente as suas infatigáveis cozinheiras.

Nas condições normais de temperatura e umidade essas ativas operárias não descansam um momento, tomando o azoto às matérias orgânicas ao seu alcance e forçando-o a entrar em combinação com o oxigênio.

São elas que operam o apodrecimento das madeiras que juncam o solo, fazem-nas desaparecer em poucos anos, transformando-as em ácido nítrico, e, finalmente, em salitre assimilável. (...) (GONÇALVES, 1900: 27-29).

Gonçalves assinalava que as condições mais favoráveis para a mais enérgica alimentação das plantas, ou seja, para a produção do salitre, eram “a presença de micro-organismos especiais, abundância de matéria orgânica e quantidade correspondente de bases alcalinas para facilitar a nitrificação”. Além disso, do prisma da mecânica agrícola, observou que “Quanto mais porosa, mais fofa, mais permeável ao ar atmosférico for a terra, tanto mais vigorosa será a vegetação”. (GONÇALVES, 1900: 30). Daí compreende-se num sentido muito particular a crítica acima referida às derrubadas das matas, pois “a queima destrói a matéria orgânica, mata as *cozinheiras* vegetais”. A partir daí compreende-se, também, a advertência tanto aos custos destes - “Se os nossos lavradores científicos mandam buscar os adubos químicos necessários, no estrangeiro, têm de pagar a alfândega direitos absurdos, a pretexto de serem drogas de botica” (GONÇALVES, 1900: 31-32) – quanto ao exclusivismo dos adubos químicos:

Não se fiem na virtude exclusiva dos adubos químicos, que muitas vezes empregam ali sem critério e com grande dispêndio pecuniário. A aplicação destas substâncias reclama conhecimentos especiais de química agrícola, podendo mesmo determinar conseqüências desastrosas, se não forem associadas com o estrume animal que é geralmente desprezado. (GONÇALVES, 1900: 39).

A autoridade sobre estes “conhecimentos especiais de química agrícola” e demais ciências agrícolas é que era “a” questão na emergência deste profissional. Os eabianos reivindicavam para si aquela autoridade científica sobre a agricultura, e nem mesmo um das principais figuras da SNA, como Ennes de Souza, escapou da pena do agronomando¹⁰⁷. Neste particular, Durval Gonçalves não apenas apresentou a mesma preocupação com o lugar do engenheiro agrônomo como o eabiano Genésio Neves. Ele o cita: “Sobre uma outra reforma, transcrevemos algumas palavras do Engenheiro Genésio S. Neves quando tratou em 1898” da reforma da escola. Gonçalves registrou a ausência de engenheiros agrônomos na comissão de reforma, integrada por pessoas com habilitações reconhecidas, mas em ramos “diversos” como médicos, bacharéis, professores, “em matéria de agricultura verdadeiros analfabetos”; também fez referência à matéria do *Correio de Notícias* de 25 de maio de 1898, sobre um decreto apresentado ao Congresso e sancionado pelo governo sobre direção das colônias correcionais agrícolas para médico, ou “facultativo”, ou ainda farmacêutico, mas não para

¹⁰⁷ “O Estado tem várias escolas agrícolas funcionando com pessoal docente escolhido na Europa pelos diretores; no entanto (parece irrisão!) uma entidade oficial do Estado foi consultar o Sr. Ennes de Souza, que é **simples amador da agricultura**, a respeito da escolha de instrumentos agrários que melhor se podem adaptar às nossas culturas” (GONÇALVES, 1900: 39 – grifo nosso).

engenheiro agrônomo. Dois anos depois de Neves, Gonçalves exprimiu, ironicamente, sua própria compreensão da atitude do governo Luiz Viana:

Esta falta do governo não era senão fitando interesses pecuniários e, neste caso, aconselhamos aos interessados que pretendem professor a agronomia, a mudarem de rumo e cursarem a Escola de Medicina e Farmácia, tirarem seus títulos e apresentarem-se candidatos à diretoria das colônias correcionais.

Têm eles mais direitos que os agrônomos. (GONÇALVES, 1900: 69 – Grifo nosso).

Na ocasião em que Gonçalves redigiu sua dissertação a EAB tinha já perdido a exclusividade do ensino superior profissional na Bahia. Além da Faculdade de Medicina que lhe precedera, a Bahia também contava em 1900 com a Faculdade Livre de Direito da Bahia (1891) e a Escola Politécnica da Bahia (1896). As reivindicações pelos direitos dos agrônomos, presentes desde as primeiras teses eabianas, foram feitas por Gonçalves em um campo científico e intelectual mais amplo no Estado. A exclusão dos agrônomos da formulação dos planos estaduais ao tempo da emergência da Escola Politécnica é provavelmente um dos primeiros registros da relação de cooperação e competição que vai se estabelecer entre os engenheiros agrônomos e os engenheiros civis na Bahia.

A propósito, esta relação entre estes dois tipos de agentes, ao mesmo tempo pares e concorrentes, foi objeto de reflexão na pena de Gonçalves como em outros textos, preocupando-se em especial sobre como os “clientes” viam a questão, e mesmo a postura dos eabianos que reivindicam a necessidade da engenharia para sua profissão. A agronomia não era engenharia, mas não poderia desenvolver-se sem esta.

Os brasileiros estão muito longe de compreenderem o papel que ele representa, porque o confundem com os *engenheiros*.

O *agrônomo* tem mais este título, porque o agricultor não poderá ser perfeito, como já provamos, sem o estudo da engenharia.

Está visto que, nesta terra, em que o brasileiro não compreende a verdadeira missão social do *agrônomo* confunda-a com a do *engenheiro*, e assim, não encontrando ele meio de subsistência na sua classe, aproveite a ignorância da confusão e recorra a engenharia, uma vez que é *engenheiro*. (GONÇALVES, 1900: 86 - Grifos do autor).

A atuação de engenheiros agrônomos como engenheiros civis foi fenômeno registrado também por Francisco Albuquerque: “É voz geral que os engenheiros agrônomos desprezam a sua profissão e transformam-se em engenheiros construtores, etc.” (ALBUQUERQUE, 1900: 69).

A disputa pela competência nas “searas” profissionais estava apenas começando. Tendo diplomados 64 profissionais até a proclamação da República em 1889, dezesseis destes se dedicavam a atividades de agrimensura e trabalhos de engenharia (TOURINHO, 1982: 165). Para Albuquerque, contudo, tratava-se de invasão dos eabianos enquanto uma compensação:

*Mas se vemos que aqui impera o regime da **invasão das searas**, é justo que, para haver compensação, eles procurem as profissões abandonadas por aqueles que invadem as suas.*

Os cargos da competência exclusiva do agrônomo são exercidos por engenheiros civis, geógrafos, agrimensores e até engenheiros sem título, improvisados.

O governo, com imperdoável facilidade, entrega-lhes cargos agronômicos, coloniais, ajardinamentos, estabelecimentos industriais e agrícolas, etc., sem dúvida, uma das causas que muito têm concorrido para o insucesso de muitas tentativas e explorações.

O governo precisa de alguém que vá estudar no estrangeiro tal ou tal questão relativa à agricultura, à indústria?

Lá vai um engenheiro politécnico.

Nestas condições, o agrônomo vendo usurpados os seus direitos profissionais, há de, forçosamente, procurar os do engenheiro que os empolgou.

Oxalá houvesse, com o dinheiro gasto em cruentas eleições, verdadeiras hecatombes, ou malogradas colonizações estrangeiras, fundado escolas de agronomia!” – (ALBUQUERQUE, 1890: 70).

As escolas, agência central da institucionalização das ciências e da profissionalização, para a engenharia civil e engenharia agrônoma seguiram rumos diversos na primeira década do século XX. As aproximações e distanciamentos entre os egressos da Escola Agrícola da Bahia e da Escola Politécnica da Bahia, são algumas das questões do próximo capítulo, quando eabianos e epobianos estiveram tão próximos e tão distantes.

et et et et et et et et et et et

Capítulo 4

Escola de Agricultura e ruralismo: agronomia como campo científico na Bahia

O Instituto Agrícola da Bahia (IAB) representou uma transição na Bahia entre um modelo de gestão em que a institucionalização da agronomia era diretamente dirigida pelas frações de classe dominante agrária do Recôncavo, subsidiada pelos governos central e estadual, para a sua incorporação direta no seio do aparelho de Estado.

O período de funcionamento do Instituto Agrícola da Bahia, entre o fechamento da Escola Agrícola da Bahia original em 1904 e sua federalização em 1911 é um dos processos menos conhecidos das relações entre ciência e agricultura na Bahia. Antonieta Tourinho apenas menciona a transformação da Escola Agrícola em Instituto Agrícola da Bahia (1982: 219). Sabino Fiúza ofereceu os indícios iniciais acerca das atividades desenvolvidas em São Bento das Lages na fase do Instituto, entre 1905-1910.

De acordo com Fiúza, a transformação da EAB em Instituto Agrícola, punha a Bahia na contramão de sua própria história pioneira, “quando exatamente em outros pontos do país prosperavam escolas agrícolas nos moldes da antiga escola de S. Bento das Lages” (Fiúza, 1934: 22), com a suspensão do curso superior, substituído por cursos para instrução de fazendeiros, agricultores e criadores de um lado, e para trabalhadores rurais de outro lado. No campo das instituições escolares, a EAB de São Francisco do Conde de fato sofreu uma perda de posição, ao deixar o minúsculo círculo das escolas baianas de nível superior. Internamente, entretanto, a dicotomização e diferente distribuição de capital simbólico permaneceria.

Dois personagens SÃO destacados por Fiúza – o jovem secretário de Agricultura Miguel Calmon e o suíço Leo Zehntner. Encarregado pelo Governador, Miguel Calmon devia organizar o Instituto. Assim, este contratou Léo Zehntner para diretor do Instituto Agrícola, após uma viagem de estudos sobre culturas tropicais em Java, sendo também POR CALMON contratados para auxiliares de Zehntner o químico C. E. Julio Lohman e o agrônomo Edmund Schubert.

O novo diretor teria adaptado de pronto o lugar aos seus planos, formando campos de cultura. Mas foram registradas somente 14 matrículas, considerando,

segundo Fiúza, que “Zehntner dedicou-se, inteiramente, ao estudo das culturas experimentais” (FIÚZA, 1934: 23).

Segundo o professor Fiúza, desde o começo Zehntner estabelecera como seu desejo uma estação experimental, e não uma escola. O seu poder e influência nos rumos da IAB teriam atingido tal dimensão que culminaram em um ultimato ao governo estadual contra a “atividade indigna”, i.e., os cursos de agricultura:

[ou] o Governo instala em um prazo breve, por exemplo, até 1.º de abril de 1907, o Instituto Agrícola, segundo os meus desejos, que desenvolverei, assegurando ao mesmo tempo, a meu contento e de uma maneira absolutamente segura até ao fim do meu contrato, os meios para a exploração, a 150:000\$ contos de réis, mínimo, por ano; ou então o Governo liquida este negócio no mais breve prazo, sobre a base do meu contrato, restituindo-me a liberdade de ação e aos meus auxiliares estrangeiros. (FIÚZA, 1934: 23-24, grifos do autor).

Em seguida Fiúza argumenta QUE, Dentre os motivos da decadência do ensino em São Francisco do Conde naquele momento, resultavam “sobretudo da descrença, ou melhor da manifesta indisposição para o ensino, por parte do diretor L. Zehntner, que insistia na permanência, pura e simples, de uma estação experimental” (FIÚZA, 1934: 27).

Teriam se imposto apenas as vontades do naturalista suíço? A partir desta leitura, que foi, todavia, fundamental para traçarmos um quadro dos personagens e processos do período, sim. Considerando-se, porém, o empenho dos grupos organizados primeiro no IIBA e depois na SBA, em torno do ensino agrícola, apenas as diretrizes de Zehntner tiveram validade? Quais os contrapontos, negociações ou conflitos com as camadas dirigentes locais? E com os eabianos formados desde 1880? Para onde apontava o projeto de Miguel Calmon para o Instituto Agrícola da Bahia (IAB)?

Baiardi traçou para o mesmo período de 1905-1910 um quadro bastante distinto de Fiúza, ainda que fazendo referências a este trabalho. Seu foco também recaiu sobre os profissionais estrangeiros. Para Baiardi, a entrega da direção da instituição para pesquisadores estrangeiros se inscrevia no grande prestígio da ciência germânica até 1920, caracterizando este período como fase áurea da instituição¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Baiardi destaca o período que vai até 1911 como decisivo para a constituição de uma “comunidade de ciências agrárias” no estado. Do período do Instituto Agrícola sobressai em sua análise a contratação de profissionais estrangeiros como o suíço Leo Zehntner e seus auxiliares alemães, Julius Lohmann e Edmund Schubert, com a vinda também de outros profissionais à Bahia como P. von Schultzeburg, Paul Bigler, Paul Huart Chevalier, Zolinger e Charles Reginald Girdwood (BAIARDI, 2001: 80-81). De 1875 a 1911 compreenderiam os 36 anos de maior atividade institucional, resultando em um acervo de

A proposta deste texto é incorporar outros sujeitos históricos como a primeira geração de engenheiros agrônomos formados pela EAB original, quadros profissionais como OS engenheiros civis formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica da Bahia, a Secretaria de Agricultura da Bahia e a Sociedade Baiana de Agricultura, no movimento de instituição da agronomia. Desta maneira, a presença e atuação dos agrônomos e químicos europeus são problematizados no interior deste campo científico em formação, mas também, em meio ao contexto político e econômico.

Entre a criação do IIBA e da EAB correspondeu ao período de auge do regime monárquico, mas de declínio econômico para a açucarocracia. Quando a EAB é reconfigurada como IAB, é outro o ambiente, eram ainda os primeiros anos da República.

4.1. A Bahia na Primeira República

Nos primeiros anos da Primeira República, a política baiana foi caracterizada pela historiografia como tomada pelo caos. Diversos partidos políticos e facções organizavam-se de forma personalista, e a atrofia da economia açucareira se fazia sentir desde os anos 1870.

De acordo com Eul-Soo Pang, em seus primeiros quinze anos republicanos, a política na Bahia adquiriu características que persistiram até 1930: “uma divisão política entre o litoral e o sertão; um forte sistema de grupos múltiplos dominados por personalidades, e um alto grau de política de reflexos pavlovianos, ditada segundo o capricho do governo do Rio” (PANG, 1979: 65).

A instabilidade da política baiana, neste prisma, revela-se por um lado pela incapacidade de se fundar um partido republicano sólido, e por outro pela crise de liderança que os dois partidos políticos tradicionais, Conservador e Liberal, passavam na década de 1880. Mas quando o novo regime se mostrou irreversível, os mais ardorosos defensores da Monarquia rapidamente aderiram ao novo regime, e resguardaram para si a organização política e administrativa do doravante estado federado.

conhecimentos técnico-científicos, que contribuiu para a expansão e consolidação no Recôncavo Baiano e adjacências das lavouras da cana-de-açúcar, fumo, café, algodão, e de mandioca e outros tubérculos, raízes, fruteiras e legumes bem como de atividades de produção animal, voltadas para o mercado interno (BAIARDI, 2001: 82).

Segundo Consuelo Sampaio, daí por diante acentuaram-se os choques entre interesses individuais e sobressaíram o personalismo e o isolamento geográfico, daí resultando partidos forjados em “um fechado esquema ofensivo-defensivo para a conquista do poder”.

Do ponto de vista econômico e social, os primeiros anos foram críticos. Desde 1860 até 1889, o ritmo de crescimento anual médio das exportações já apresentava uma variação muito pequena, entre 0 e 0,17%. No ano de 1889, o valor total das exportações da Bahia, porém, desceu a um nível jamais registrado, caindo de dezesseis mil e duzentos contos (16.285:000), em 1881, para pouco mais de nove mil e setecentos contos (9.794:000) (um nível inferior ao de 1850, quando as exportações totalizaram nove mil oitocentos e cinquenta e quatro contos (9.854:000) (SAMPAIO, 1998: 31). A produção agrícola da Bahia em 1889 era diversificada (fumo, cacau, café e açúcar), contudo nenhum produto tinha peso significativo na pauta de exportações¹⁰⁹. Desta forma, a renda oriunda do setor exportador era incapaz de gerar estoques de capital.

À estagnação econômica somava-se um contingente de 82% de analfabetos em seus 1.379.616 habitantes. E considerando que os analfabetos eram proibidos de votar pelo regime republicano, quase toda a população baiana estava impedida de participar ativamente da vida política.

Com a abolição da escravatura em 1888, a rígida estrutura social da Bahia foi desestabilizada, e crescentes levas de ex-escravos chegavam a Salvador num fluxo engrossado pelos retirantes do sertão, afugentados pelas secas vindas do Império. Mas se o bem sedimentado conservadorismo baiano enquistou-se ainda mais, a Bahia já não dispunha de suas grandes lideranças monárquicas.

Do lado Partido Conservador, João Mauricio Wanderley (barão de Cotegipe) morrera em fevereiro de 1889, deixando vago o posto principal. No campo do Partido Liberal, Sousa Dantas se retirara da política ativa. José Antonio Saraiva, apesar de eleito para o senado federal, também se afastou em 1891. Rui Barbosa por seu turno não manifestou interesse em liderar os liberais baianos em nível estadual (PANG, 1979: 68).

Mas enquanto figuras destacadas do lado conservador como José Marcelino de Sousa, João Ferreira de Araújo Pinho (genro de Cotegipe) e Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo) retiraram-se temporariamente da política de Salvador, voltando

¹⁰⁹ Cabe ressaltar que o fumo foi o sustentáculo da exportação baiana nos anos críticos da transição de regimes. Desde 1860 o fumo liderava a pauta de exportações da Bahia, “constituindo-se em segura fonte de arrecadação, mesmo depois de 1907, quando o cacau passou a ocupar o primeiro lugar entre os produtos exportados” (SAMPAIO, 1998: 35).

somente após 1900, Luís Viana, José Gonçalves da Silva, Severino Vieira e outros lutaram pela posição de comando.

A rapidez com que os partidos surgiam e desapareciam é consensualmente descrita pela historiografia baiana com resultado do sabor de interesses individuais¹¹⁰. Bastava que um chefe político de real prestígio decidisse para que se congregassem em torno deste elementos representativos da sociedade para que um partido fosse criado:

O P.R.B. [Partido Republicano da Bahia], por exemplo, fundado em 1901, era o partido eventualmente no poder. Severino Vieira era o governador do estado; em decorrência, o P.R.B. passou a ser identificado como partido *severinista*. O nome do chefe revigorava a agremiação política e conferia-lhe certa autenticidade. A partir da cisão de 1907, ninguém mais se referia ao P.R.B., mas tão-somente a *severinista* e *marcelinistas*. O *Partido Republicano Democrata* (P.R.D.), outro exemplo, era o partido de Seabra. Seus adeptos eram chamados de *seabristas*, e não de *democratas*. (SAMPAIO, 1998: 47).

Assim, sucederam-se os seguintes governadores nos seus primeiros vinte anos:

Nome	Local de nascimento	Ocupação anterior	Ano
Virgílio Clímaco Damásio	Salvador	Prof. Medicina	1889
Manuel Vitorino Pereira	Salvador	Médico	1889-1890
Hermes Ernesto da Fonseca	Alagoas (?)	General	1890
João Gonçalves da Silva	Salvador	Médico	1890-1891
Joaquim Ferreira Leal	Salvador	Senador estadual	1891-1892
Joaquim Manuel R. Lima	Caetité	Médico	1892-1896
Luís Viana	Casa Nova	Senador estadual	1896-1900
Severino dos Santos Vieira	São Francisco do Conde	Ministro federal	1900-1904
José Marcelino de Sousa	São Filipe	Senador estadual	1904-1908
João F. de Araújo Pinho	Santo Amaro	Banqueiro	1908-1911

FONTE: PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979: 245.

A leitura do quadro acima indica a séria instabilidade na chefia do executivo estadual, considerando-se que entre 1889 e 1892 a Bahia tivera cinco governadores em menos de três anos. A questão que ora vimos trabalhar neste capítulo é que, a despeito da instabilidade dos partidos eleitorais durante o período em foco, formou-se na Bahia um campo científico agrônomo. E, por meio da história da institucionalização deste campo científico, é possível localizar um processo de formação de classe dominante e complexificação do Estado no nível estadual.

¹¹⁰ TAVARES, 2001. PANG, 1979. SAMPAIO, 1998 entre outros.

Para as classes dominantes do Recôncavo a transição de regimes foi um desafio para a manutenção do seu domínio sobre o restante do território, considerando que o açúcar, que havia sustentado o prestígio da Bahia no Império, teve peso insignificante na economia republicana.

As demais regiões da Bahia como o Sul, a zona do Alto e Médio São Francisco e a região das Lavras Diamantinas acentuaram sua libertação do domínio de Salvador, intensificando intercâmbios com outras províncias no fim do Império. Pang identifica o fim da monarquia como o momento em que o interior do estado começou a se organizar, conformando esferas políticas autônomas (PANG, 1979: 70).

No entanto, se nenhuma destas outras regiões pôde, na primeira República, reivindicar preponderância econômica. Tanto Sampaio, como Pang ou Tavares, e a maioria dos historiadores da Primeira República na Bahia reconhecem que era a “elite política” oriunda do Império que possuía um controle mais firme dos redutos eleitorais, conquistados através de longo domínio. Se voltarmos ao quadro, verificaremos que dos cinco primeiros governadores, quatro eram oriundos de Salvador. E dos outros cinco, os três últimos (correspondente ao período caracterizado pela literatura compulsada como de maior estabilidade política) tinham como bases sociais e políticas municípios nevrálgicos do Recôncavo baiano. A eleição de governadores de fora do Recôncavo como Caetité e Casa Nova, respectivamente sob a esfera da região da Chapada Diamantina e do Vale do São Francisco, sinalizam uma diversificação dos atores políticos.

Desta forma, a despeito da *débâcle* econômica, iniciada já na década de 1870, os nomes importantes da política baiana durante a Primeira República continuam tendo origem na capital e municípios do Recôncavo (PANG, 1979: 70-71). Este grupo político, para Sampaio, apresenta afinidades de origem social, formação profissional e interesses econômicos que lhes moldaram nítida consciência de classe. Mas, na nossa hipótese, também se constitui como classe dirigente através de um processo de individuação que os distingue dos demais grupos no estado, na medida em que, além da direção da atividade econômica, levavam a cabo seu forjar como classe transbordando seus interesses para a organização de toda a sociedade, criando instituições como o IIBA, a EAB, a SBA, a EPOBA e ocupando o aparelho de Estado.

Os partidos republicanos na Bahia disputaram estes homens de influência para comporem seus quadros. Veja-se, por exemplo, um dos primeiros partidos, o Partido Nacional.

Era uma mistura de antigos titulares: 1 visconde (de Guai) e 5 barões (de Jeremoabo, 3º Barão de Rio de Contas, 3º de São Francisco, de Santiago, de Pojuca); de doutores: Domingos Guimarães, César Zama, José Olímpio de Azevedo, Ildefonso de Araújo, Augusto P. da Silva; de desembargadores: Tomaz Montenegro, Aurélio F. Espinheira, Afonso de Carvalho, Berenguer César, Rodrigues Chaves; além de contar com o conselheiro João Ferreira de Moura, o comendador Augusto Silvestre de Faria e o coronel Temístocles da Rocha Passos. (SAMPAIO, 1998: 62)

Esta é uma lista reveladora, já que os barões de Guai, Rio de Contas, Santiago, São Francisco, Pojuca, o Conselheiro João Moura, e Silvestre de Faria e Temístocles da Rocha Passos compunham a Diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) na década de 1890. Vimos insistindo que a partir das frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo vem se constituindo desde o início do século XIX iniciativas para institucionalização da agronomia na Bahia, com destaque para o IIBA que criou a primeira escola superior de agricultura do Brasil.

Dentre as vivências comuns deste grupo social ante os demais segmentos da classe dominante e aos segmentos dominados, a par do destaque que a historiografia baiana confere ao controle EXERCIDO PELA burguesia do Recôncavo sobre o processo de implantação da malha ferroviária, engenhos centrais e usinas, destacamos o controle que esta fração de classe exerceu sobre instituições culturais e científicas.

Espaços responsáveis pela produção e reprodução das representações que acabam por dirigir a conduta social, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA), o IIBA e a Escola Agrícola da Bahia (EAB) são elementos representativos deste processo. Mas tanto a EAB quanto o IIBA, no início do século XX, passaram por reformulações bastante profundas. Com a criação da Secretaria da Agricultura, em 1896, os eabianos tiveram uma particular inserção no aparelho de Estado no plano regional. Contudo, no interior deste, os egressos de São São Francisco do Conde tiveram que coexistir com diplomados por uma outra agência que por seu volume e estrutura, alterou substancialmente o sistema de posições adquiridas no campo científico em formação na Bahia, a Escola Politécnica da Bahia.

4.2. A Escola Politécnica da Bahia

Em 5 de julho de 1896, os eabianos Joaquim Bahiana (da primeira turma, 1880), Pedro Jaime David (turma de 1883), José Batista Pereira Marques (turma de 1887), Artur Cantolino (turma de 1891) e Pedro Deiró (turma de 1883), encontravam-se na sede da Secretaria de Agricultura, em Salvador, participando da sessão de fundação do Instituto Politécnico da Bahia e da Escola Politécnica da Bahia (GUIMARÃES, 1972).

Liderando a reunião dos membros do Instituto Politécnico e da Escola Politécnica da Bahia (EPOBA), estava o ex-professor de Engenharia Rural da Escola Agrícola da Bahia, Arlindo Fragoso.

Fragoso reuniu tanto a iniciativa de um grupo privado como o apoio expressivo do governo estadual. No primeiro grupo, engenheiros como Afonso Glicério da Cunha Maciel, Austricliano de Carvalho, Alexandre Freire Maia Bittencourt, Justino da Silveira Franca, Salvador Pires de Carvalho e Aragão, Francisco Lopes da Silva Lima, Antonio Luis Freire de Carvalho, Fortunato Fausto Galo e Antonio Augusto Machado, e dentro do governo com o apoio do secretário da Agricultura, o também engenheiro civil José Antonio Costa, e o governador Luiz Viana (1896-1900).

Para alguns autores, a criação da EPOBA respondia à necessidade de ampliação e organização de setores estatais da área de obras e serviços, resultante da descentralização administrativa ensejada pela República. Para a ocupação dos cargos e funções técnicas administrativas correspondentes e garantir um mercado profissional para os filhos das “elites locais”, a EPOBA preenchia uma lacuna, pois a engenharia civil era a única das tradicionais profissões liberais sem uma escola superior de formação profissional na Bahia. A par desta demanda, entre 1896 e 1897 desencadeou-se o conflito contra o arraial de Canudos, fator conjuntural que estimulou na EPOBA a diplomação de engenheiros civis e engenheiros geógrafos. Estes autores ressaltam a adoção do modelo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ) e seu distanciamento da estrutura das Escolas Politécnicas de São Paulo e Recife, a manifestação de autonomia pelas “elites mais esclarecidas do Estado”, o senso de oportunidade de Luiz Viana em combinar os interesses do setor agrário-exportador, conjunturalmente temerosos da liderança em ascensão de Antonio Conselheiro, e do

crescente interesse de setores, como os engenheiros, na industrialização e urbanização do Estado (ROCHA, FREIRE, RIBEIRO, 1998: 330-331) ¹¹¹.

A contribuição da Escola Politécnica para a criação de institutos básicos de ciência para a Universidade da Bahia (futura UFBA) é uma lacuna indicada por estes autores, POR SUA VEZ preenchida pelo estudo de André Mattedi Dias, focado na institucionalização da matemática na Bahia a partir da EPOBA (1896), passando pela Faculdade de Filosofia (1943) até o Instituto de Matemática e Física (1960). Inserido no bojo de trabalhos voltados à difusão, recepção, apropriação e institucionalização e profissionalização das ciências modernas europeias em contextos sócio-culturais específicos, Mattedi Dias se volta para a profissionalização da matemática. Inserindo o projeto da EPOBA como um movimento de articulação de certos interesses corporativos dos engenheiros com certos “interesses de grupos oligárquicos” para “garantir e ampliar o monopólio dos engenheiros em certos campos técnicos e científicos da vida social baiana”, localizou como perspectivas de inscrição profissional a burocracia, os serviços públicos e o magistério (DIAS, 2002: 69).

A Politécnica da Bahia, seguindo orientação da congênere do Rio de Janeiro, privilegiou uma formação eminentemente matemática¹¹², que ocupou posição destacada nos programas de ensino, resultando que os engenheiros brasileiros em geral não eram “convenientemente preparados para desempenhar funções técnica nas grandes obras públicas que foram executadas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX” (DIAS, 2002: 66).

A partir do estudo de Mattedi Dias, podemos contrastar a EPOBA com a primeira escola de nível superior técnico (a EAB) e dimensionar as posições de ambas a partir da estrutura e volume de agentes e recursos que elas ao campo científico baiano. A EPOBA começa a diferenciar-se pelo seu número de professores, inicialmente 20, enquanto a EAB deveria ter seis a sete catedráticos. Enquanto que a EPOBA deveria receber verbas oficiais do governo estadual no valor de 60 contos, a Escola Agrícola recebia – e até 1899 – 24 contos, depois elevados a 36 contos.

¹¹¹ ROCHA, João Augusto de Lima, FREIRE Jr. Olival, RIBEIRO FILHO, Aurino “Escola Politécnica da Bahia, um século de existência” em SBHC. V Seminário Nacional de História das Ciência e da Tecnologia. III Reunião da Rede de Intercâmbios Para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais – São Paulo: SBHC, 1998.

¹¹² Uma das expressões deste privilegiamento à matemática, além do próprio currículo, foi a outorga pela Congregação da EPOBA de medalhas aos engenheirandos “que se destacavam na Cadeira Número Um. Ligados a esta cátedra estavam o Cálculo Diferencial e Integral, a Geometria Analítica, o Cálculo Vetorial, o Cálculo Numérico e as Noções de Nomografia.” (ROCHA, FREIRE, RIBEIRO, 1998: 331).

Em prol da escola dos eabianos, quando a escola de Salvador começa a funcionar, a EAB já havia diplomado 181 engenheiros agrônomos. As primeiras turmas da EPOBA foram diplomadas em 1901 tendo, até 1905, 32 engenheiros civis. A Escola em São Francisco do Conde diplomara em período equivalente (1900-1904) 34 engenheiros agrônomos. Contudo no mesmo período de 1901-1905 a EPOBA também diplomara 37 engenheiros geógrafos e 4 bacharéis em ciências, totalizando 75 egressos, mais que o dobro da EAB. Ainda a partir de um prisma relacional, enquanto que em sua primeira década de funcionamento a Escola Agrícola formou 74 alunos, a Escola Politécnica da Bahia formou 69 engenheiros civis (de um corpo total de 130). Desta maneira, a diplomação em vários cursos em Salvador, em contraste com uma única formatura em São Francisco do Conde conferiu na hierarquia das escolas uma superioridade à soteropolitana, em detrimento da antiguidade da primeira. Com o fechamento do curso superior de engenheiros agrônomos, a EPOBA se tornou virtual e efetivamente a única escola a formar engenheiros na Bahia ¹¹³.

Parte desta disputa entre EAB e EPOBA remetia a uma querela entre o ainda professor de Engenharia Rural da EAB Arlindo Fragoso e a Diretoria da mantenedora da EAB, o IIBA, como exposto no capítulo 3 desta tese. A partir da sua inserção no governo Rodrigues Lima e em seguida na gestão Luiz Viana, Fragoso fez forte oposição ao nível superior da Escola de São Francisco do Conde, obtendo adesões.

Aos escritos de Fragoso se seguiriam em 1895 ponderações do governador Rodrigues Lima sobre o *status*, ou em termos bourdianos, a posição da EAB na hierarquia das instituições educacionais. Em 1895, Rodrigues Lima propôs “que o estabelecimento deva se transformar em uma escola secundária porque ‘não é possível que a Bahia que apenas possui essa Escola defeituosa na sua conformação orgânica, vá agora elevá-la ao grau de estudos altamente científicos’” (LIMA apud TOURINHO, 1982: 160).

Em compensação, no ato de lançamento da EPOBA, “discorreria Arlindo sobre o valor da ciência e suas conquistas, sobre a importância da engenharia e da indústria, e sobre o papel do Estado na distribuição do ensino superior e técnico” (GUIMARÃES, 1972: 8-9), ainda que aquela Escola fosse particular. Ao fim e ao cabo, não se tratava de oposição à ciência pelos governantes, mas de “qual” ciência e técnica, e “por quem” seriam capitaneadas no Estado.

¹¹³ Um estudo sobre a expansão da Escola Politécnica da Bahia e da inserção de seus professores e egressos no campo político da Bahia vem sendo desenvolvida por Emiliano Cortes Barbosa. Cf. “Escola Politécnica da Bahia: história e perfil institucional. 1897-1920” em ANPUH, 2008.

A simultânea instalação da Escola Politécnica da Bahia e da Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas (doravante, SEAGRIBA), pelo mesmo grupo liderado por Fragoso, abriu a possibilidade de suprir uma lacuna historiográfica indicada por Mattedi Dias que ainda que estabelecendo as conexões entre a EPOBA e os governadores do estado, assinalou que “representantes ou chefes oligárquicos (...) que ainda não consegui identificar satisfatoriamente, ocuparam simultaneamente cátedras da EP e altos cargos dos governos desse período” (DIAS, 2002: 50).

Sem querer esgotar tal tarefa, na Secretaria da Agricultura (SEAGRIBA), no seu *Boletim* (BOLSEAGRIBA, 1903) e na transformação da EAB em Instituto Agrícola da Bahia (IAB, 1905), localizam-se espaços de atuação dos eabianos, de sua contínua especialização e sofisticação, ao mesmo tempo em que sua relação simultânea de par e concorrente com os epobianos.

A privilegiada posição que os professores da EPOBA, egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPORJ), teriam ocupando o cargo de Secretário de Agricultura foi um dos principais palcos desta coexistência conflituosa. No período em foco, todos os titulares depois de Fragoso, ou seja, José Antonio Costa, o sucessor deste, José Joaquim Rodrigues Saldanha, em seguida Miguel Calmon du Pin e Almeida (futuro titular do Ministério da Agricultura entre 1922-1926), e por fim Frederico Pontes foram diplomados pela EPORJ (doravante, eporjianos).

EAB, EPOBA e SEAGRIBA foram ingredientes e resultados de uma reestruturação da produção, reprodução e distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados no campo científico. A partir da SEAGRIBA, com Arlindo Fragoso como diretor geral e J. A. Costa como secretário, se expressa uma insatisfação com a EAB “que não tem correspondido aos fins de sua criação, urgindo que se faça, radicalmente, a reforma de seus cursos” (RELSEAGRIBA, 1897, p.141), confluindo com críticas feitas por Fragoso quando este ainda era professor de cadeira da Engenharia da EAB, publicadas no *Jornal de Notícias* quatro anos antes (FRAGOSO, 1893).

A posição em que se devia inscrever a EAB segundo Fragoso, quatro anos depois de um ponto de vista mais independente e ao mesmo tempo com mais recursos, ante esta não correspondência de expectativas dos novos governantes a que o eporjiano habilmente se vinculara, era de fim das subvenções oficiais, tanto do governo estadual quanto da União.

*Sucedendo agora, a retirada pelo Congresso Federal, em seu orçamento para o ano de 1897, da subvenção dada ao Instituto Bahiano de Agricultura, é urgente que o Estado, de acordo com a sua Diretoria, promova a reforma da **Escola Agrícola**, preferindo fazer a fusão dela com a Escola Politécnica da Bahia, onde o ensino da agronomia vai instituir-se com preciso desenvolvimento.*

Sem isso a Escola Agrícola correrá o risco de ter fechadas as suas portas, desde que ao Congresso do Estado não é lícito aumentar a subvenção liberalizada a uma instituição, que nenhuns resultados há produzido até agora, não sobrando ao Instituto Bahiano de Agricultura recursos para mantê-la sem os auxílios que lhe dava o governo federal. (FRAGOSO, 1897: 141).

Antecipando o asfxiamento orçamentário a que o governo estadual em breve submeteria a EAB, iniciou-se aqui a proposta de retirada do curso superior de São Francisco do Conde, concentrando todo o ensino das engenharias na capital. Apesar do poder que Fragoso e seus sucessores dispuseram no período em foco, esta proposta jamais foi realizada. Este foi o prenúncio de uma disputa pelo monopólio da autoridade em torno das engenharias em especial e das ciências, num sentido mais amplo.

No senso comum acadêmico, a institucionalização é vista como um processo histórico de gênese, crescimento, especialização e reconhecimento das áreas científicas, ou um órgão ou estabelecimento. Partimos, aqui, de uma perspectiva que inclui, além das instituições propriamente ditas, a “comunidade” científica, os diferentes apoios e resistências dos grupos sociais, classes sociais, frações de classe e os interesses construídos no e por meio do Estado, no estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades que normatizam e regulam a produção, reprodução e difusão das ciências¹¹⁴.

¹¹⁴ Preferimos o uso do conceito de “campo científico” no lugar de “comunidade científica” também por aquele problematizar na atividade científica o estabelecimento de uma forma específica de interesse, ou seja, “as praticas científicas não aparecendo como ‘desinteressadas’ senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos” (BOURDIEU, 1983: 123). A ruptura com o conceito de “comunidade científica” para Bourdieu implicava em “romper com a imagem irenista da ‘comunidade científica’ tal como a hagiografia científica a descreve” (BOURDIEU, ibidem). Bourdieu reconhecia o alcance da “comunidade científica” conforme Thomas Kuhn, em um âmbito restrito, como “válida para as revoluções inaugurais da ciência debutante (de que a revolução copernicana nos dá o paradigma no verdadeiro sentido da palavra)”, mas ao invés de procurar-se respostas à questão da “boa ou má ciência”, a necessidade fundamental era “analisar sistematicamente essa *retórica de cientificidade* através da qual a ‘comunidade’ dominante produz a crença no valor científico de seus produtos e na autoridade científica de seus membros” (BOURDIEU, 1983: 152). Segundo Maia, a historiografia kuhniana representou uma virada, dando particular contribuição para uma compreensão histórica do processo científico, viabilizando a história das ciências como um empreendimento aberto aos cientistas sociais. Todavia, a outra face da moeda é que tratava-se de uma historiografia que “ainda se encontrava domesticada aos anseios da corporação” científica, e o conceito de “comunidade científica” era uma das principais faces desta domesticação, na medida em que “(1) tanto quando a corporação atua como comunidade, efetivamente, procurando traçar orientações prescritivo-descritivas para o trabalho do seu historiador; (2) quanto o próprio uso do conceito de “comunidade” pelos historiadores torna-se, ele

Pensando um *campo* na acepção de Bourdieu, enquanto espaço de força que é o resultado de posições adquiridas, os postos galgados pelos engenheiros formados no Rio de Janeiro no setor de Obras Públicas da Província da Bahia, durante o Império, auxilia a inscrever a força desta corporação em torno da EAB como algo mais que resultado de um talento individual excepcional ou resposta a uma conjuntura de conflito armado. Ela representou a aglutinação de um grupo com uma inserção privilegiada ao aparelho do Estado bem antes de a EAB ser formulada, criada e implementada.

4.3. A Secretaria de Agricultura da Bahia.

A Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas recebeu em 1896 a solenidade de lançamento do Instituto Politécnico da Bahia (IPBA) e da Escola Politécnica da Bahia (EPOBA). A Secretaria (SEAGRIBA) teve sua remota origem na repartição denominada “Administração das Obras Públicas”, criada pela lei nº 91, de 25 de Maio de 1836, regulamentada em Dezembro de 1845 e solenemente instalada a 15 de Maio de 1846¹¹⁵ e que previa como serventuários: 1 Diretor-geral chefe, 1 Ajudante do Diretor, 1 Diretor das Oficinas (“depósitos científicos”), 1 Contador ecônomo, 1 Almojarife pagador, 1 Apontador geral, 4 Secretários, 1 Escriturário,

mesmo, coercitivo e deformante das análises históricas” (MAIA, 2001: 234). Inserindo as proposições kuhnianas na *querela e/i* (externalismo/internalismo), critica a “história das ciências acessória das ciências”, e a veste de grupo homogêneo ou da toga de “comunidade” na atuação corporativa, como grupo de pressão, transferindo o “aspecto comunitário nas lutas políticas para o interior do laboratório. A ‘comunidade’ que disputa poder e espaço social usa emblematicamente a sua própria imagem para fortalecer os mitos, a históricos, de seu trabalho especializado, dos pequenos grupos de especialistas que ‘fraternalmente partilham do método científico universal’.” (MAIA, 2001: 228). A partir de Fleck, Maia sugere a necessidade de uma problematização que incorpore “um certo tipo de coletivo” para explicar os processos de mediação do enquadramento social do indivíduo na sociedade. A história das ciências tem no conceito sociológico de campo científico uma categoria exploratória que, a nosso ver, cumpre com este papel de busca da mediação e desnaturalização da prática científica.

¹¹⁵ “Aos quinze dias do mês de Maio de 1846 nesta Leal e Valorosa Cidade da Bahia, em uma das salas do Palácio da Província, estando presentes o Exmo. Presidente da Província e os empregados nomeados para a repartição “Administração das Obras Públicas”, o Major do Imperial Corpo de Engenheiros José da Victoria Soares d'Andréa, Director; e 2.º Tenente do mesmo Imperial Corpo, Francisco Pereira d'Aguiar, Diretor das Oficinas e depósitos científicos, servindo interinamente de Ajudante do Diretor; o Conde d'Hermanson, interino. Diretor das oficinas e depósitos científicos; Francisco Justiniano de Castro Rebello Contador Ecônomo; João Antonio Trigueiro Castello Branco, Apontador Geral; Joaquim Antonio de Ataíde Seixas, Escriturário; José da Costa Velloso e João da Silva Pinheiro Baraúna, Amanuense; Antonio Policarpo Araponga Matuim, Porteiro e Gonçalo José Rodrigues. Continuo, e havendo o Diretor prestado juramento perante o Exmo. Presidente da Província e o Secretário do Governo da mesma Província, seguiram-se os juramentos dos outros empregados na ordem dos seus nomes acima, exceto o do Conde d'Hermanson por não ter emprego efetivo: feito o que o mesmo Exmo. Presidente da Província declarou instalada a repartição. E eu Pedro José d'Abreu, secretário que também prestei juramento perante o Diretor com os demais empregados, lavrei a presente ata. Bahia, 15 de Maio de 1846” (BAHIA, 1923: 322).

2 Amanuenses, 1 Fiel do Almojarife, 4 Membros adjuntos, 1 Porteiro e 1 Continuo (BAHIA, 1923: 322-323).

À “Administração das Obras Publicas” incumbiam todos os melhoramentos da Província, inclusive Viação, esgotos, calçamentos, iluminação, pública e abastecimento de água. Esta repartição funcionou com este nome e pessoal, reunindo-se em sessões mensais. Em 16 de Fevereiro de 1848 foi esta repartição reorganizada com o título de “Junta Administrativa”, tendo cinco Engenheiros em Comissão, de acordo com as necessidades do serviço a juízo do Diretor e do Presidente da Província.

Em 8 de Maio de 1858, sendo Presidente da Província o Sr. João Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, foi reformada sob o título de “Junta de Engenheiros das Obras Públicas”, com 5 engenheiros membros Diretores efetivos, com respectivos adjuntos e Arquitetos a serviço da Província.

Em de 8 de Abril de 1865 a resolução n. 956 substituiu a “Junta de Engenheiros” por uma “Seção de Obras Publicas”, anexa a Secretaria do Governo, com um Engenheiro e um ajudante, dividindo a Província em distritos com Engenheiros residentes.

Este serviço passou por mais duas reformulações. A lei n. 155, de 25 de Junho de 1875, de reforma das Repartições Públicas, passando mudou a designação daquele departamento para “Diretoria das Obras Públicas” com um Diretor e um corpo técnico composto de 2 Engenheiros, 1 Arquiteto e 2 Desenhistas. Em 1878, decorridos três anos, a repartição é reorganizada em seu quadro, sendo substituído o lugar de Arquiteto pelo de Conductor de trabalhos, perdurando essa organização até Abril de 1896, sob a Diretoria do 2.º Tenente de Marinha reformado, Jacome Martins Baggi, sócio fundador do Instituto Politécnico da Bahia¹¹⁶.

A reforma que deu origem à Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, contudo, consistiu numa reforma mais ampla da administração do Estado, incidindo numa reorganização de todos os serviços. A lei n. 155, de 18 de Agosto de 1895, dispôs todo o serviço público estadual em 4 secretarias: Fazenda, Interior, Agricultura, Polícia.

Os Relatórios da secretaria da Agricultura (1897-1903) apresentam as vicissitudes da paulatina construção de uma política científica para a agricultura, com tantas idas e vindas quanto a repartição de Obras Públicas imperial, porém com a

¹¹⁶ Antes da docência na EPOBA Baggi teve intensa atuação profissional como organizador da Carta Geográfica da Província da Bahia (GUIMARÃES, 1972: 77) e como deputado provincial (CUNHA, 2004: 72-74)

persistente atuação tanto no sentido de sofisticar os recursos científicos para aprimoramento da agricultura quanto no sentido de controlar a formação do mercado de trabalho, especialmente ao tratar do ensino agrícola elementar e da imigração.

O primeiro relatório da SEAGRIBA, de autoria de José Antonio Costa, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de pronto, já apontava para considerações relativas à necessidade de serem criados alguns departamentos e serviços, e reformar outros. O desenvolvimento das indústrias (os engenhos centrais e usinas), da agricultura, da imigração e colonização e finalmente da viação do Estado, deveria ser coadjuvado pela promulgação de códigos de minas, florestal, além do estabelecimento de uma carta geográfica e geológica, argumentando pela utilidade do empreendimento, na medida em “que não só a ciência pura pode trazer ensinamentos, se não às aplicações à indústria, a que podem ser da maior utilidade, em região que se supõe tão rica em minerais, pois que estudando a geologia a constituição do solo é a precursora do mineralogista” (COSTA, 1897: 8).

O esquadrinamento do território baiano foi uma das tarefas a que se dedicou a SEAGRIBA. Processo caro à institucionalização da engenharia no Brasil, de acordo com Pedro Marinho, a conformação do espaço territorial monárquico foi resultante da complexificação do aparelho estatal imperial segundo diretrizes estabelecidas ao longo da segunda metade do século XIX, pelos dirigentes imperiais sediados no Município Neutro, e pelos engenheiros formados no Rio de Janeiro. Consistindo este esquadrinamento, por exemplo, na elaboração de uma Carta Geral do Império (1878), elaboração de mapas, cartas, plantas, etc. (MARINHO, 2008: 135).

A importância particular dos engenheiros nesse processo se repetiu na Bahia, com a presença tanto de engenheiros civis como engenheiros agrônomos. A principal área de atuação destes agentes foram as Delegacias de Terras. Argumentando que a eficácia de um programa estadual de política de terras dependia da organização e “criação de uma repartição central ou inspetoria geral das terras”, o baiano Joaquim Francisco Gonçalves Junior traçou uma extensa proposta para o Secretário da Agricultura em seu relatório também de 1897.

1º Dirigir a extremação das terras públicas das do domínio privado, por meio de discriminação nos termos das leis vigentes;

2º Fazer proceder a medição, demarcação, divisão, descrição e inventário das terras devolutas;

3º Encaminhar os serviços de legitimação de posses e revalidação de sesmarias e concessores;

4º Reclamar ou efetuar as diligências julgadas necessárias para obstar a invasão nas terras devolutas, fiscalizar e promover a fiscalização das mesmas, sua conservação, reserva das que forem necessárias para manutenção de matas úteis e de árvores florestais com aplicação aos trabalhos públicos, construções intentadas pelo Estado, alimentação e conservação de cabeceiras de mananciais e rios, etc.;

5º Organizar a estatística das terras públicas e possuídas;

6º Informar sobre todos os processos de discriminação de terras, legitimação de posses e revalidação de sesmarias e concessões e medições em geral, finalmente sobre todas as questões de terras pendentes de decisão;

7º Confeccionar quadros anuais das posses legitimadas, sesmarias e concessões revalidadas, terras devolutas medidas e demarcadas e as que forem vendidas, com indicação dos perímetros, áreas, limites, nomes dos possuidores e dos confrontantes, designação das Comarcas, Municípios e localidades da situação das mesmas terras;

8º Examinar e verificar os trabalhos técnicos de levantamentos, medições e demarcações, memórias e plantas, anexos aos processos sujeitos a decisão final;

9º Computar, pelos memoriais descritivos das terras e das medições, pelas plantas e outros documentos comprobativos e de acordo com atos do governo taxando os preços das terras devolutas, o valor das que houverem de ser vendidas, tendo em consideração as condições locais, qualidade, estados das mesmas.

10º Preparar os títulos de domínio de terras que, em virtude da legitimação, revalidação, venda ou concessão, hajam de ser expedidos pelo governo; registrá-los, numerá-los e fazer chegarem às mãos dos respectivos donos;

11º Passar certidões que se referirem aos documentos arquivados, tendo a seu cargo o arquivo onde serão guardados todos os papéis concernentes ao serviço da repartição;

12º Construir mapas topográficos e cartas cadastrais, indicando as terras devolutas, a área e qualidade delas, os núcleos coloniais com os respectivos lotes, estradas e caminhos, etc.;

13º Promover a organização da carta geral do Estado, colecionar elementos para definitiva confecção de um cadastro territorial;

14º Exercer ampla ação fiscal sobre a satisfação das obrigações imposta em contratos e concessões de terras;

15º Manter escrituração regular de todo o serviço, velando pela boa marcha e regularidade do mesmo;

16º Fiscalizar a mineração no território do Estado;

17º Dirigir e inspecionar todos os serviços referentes a terras públicas ou possuídas¹¹⁷. (GONÇALVES Jr. 1897: 183-185)

A criação das Delegacias de Terras representou, pela primeira vez, a expansão e ampliação do aparelho de Estado no nível estadual, sem que isto representasse uma intervenção exclusivamente repressiva ou fiscal do governo estadual. Esta nova face, “redistributiva”, visando, ao menos na letra do texto, uma melhor distribuição e

¹¹⁷ Relatório do Engenheiro Joaquim Francisco Gonçalves Junior, Inspetor de Terras, Colonização e Imigração apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Antonio Costa, Digníssimo Secretário da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas em 18 de janeiro de 1897.

ocupação fundiária na Bahia, implicou numa extensão da ossatura do Estado pelo território.

Para encetar este corpo de atividades burocráticas e técnicas, a SEAGRIBA foi criada inicialmente com oito delegacias de terras que paulatinamente se espalharam pelo Estado, priorizando o Sul cacauero, a região de mineração da Chapada Diamantina e um posto na mais antiga zona econômica do Brasil, o Recôncavo.

DESIGNAÇÃO	Zonas dos Distritos
1º	Comarca do Bonfim e Município de Jacobina [Chapada Diamantina]
2º	Comarca do Camisão e Municípios de Morro do Chapéu e Monte Alegre [Chapada Diamantina]
3º	Comarca de S. Félix [Recôncavo]
4º	Comarcas de Valença, Camamu e Município da Barra do Rio de Contas [Sul]
5º	Comarca de Ilhéus, menos Barra do Rio de Contas [Sul]
6º	Comarca de Canavieiras e Porto Seguro [Sul]
7º	Comarcas de Caravelas e Alcobaça [Sul]
8º	Comarcas de Condeúba e Município de Jequié [Sudoeste]

FONTE: RELSEAGRIBA, 1898: 25.

Observe-se no quadro acima que à exceção do 3º distrito, todos os demais espraiam-se por outras regiões do estado da Bahia, marcando a prioridade que o governo estadual conferia à região de mineração e ao sul e sudoeste, seja pela produção de cacau, seja principalmente pelas perspectivas imigrantistas.

A projetada atuação da SEAGRIBA em todo o Estado teria na restrição de pessoal um sério obstáculo, na opinião dos secretários. J. A. Costa deu início aos protestos sobre a impossibilidade de com o quadro existente atender a tão “múltiplas necessidades das obras públicas”, especialmente se considerando que herdara a estrutura da repartição de obras públicas, mas tinha uma área de intervenção muito maior, antes limitada à capital, a partir dali, ao menos na letra da lei, por todo o território¹¹⁸.

Ponderando as inconveniências das comissões provisórias, Costa deu início à reivindicação pela composição de um quadro permanente para a Secretaria, mas

¹¹⁸ “A Secretaria da Agricultura foi criação nova, pouco aproveitando da antiga repartição de obras públicas, que tinha atribuições limitadas e restringia seu campo de ação à reforma dos próprios estaduais desta Capital. No entanto, à Secretaria foi concedida na lei de 15 de agosto de 1895, pessoal em número quase igual ao da antiga repartição, constituindo isso um obstáculo que a coloca, ela um departamento técnico da administração, cuja atividade se distribui por todo o Estado, na posição de ver limitadas à Capital, as obras que pode empreender; ficando na contingência de nomear comissões externas, de pessoas sem competência e conhecimentos técnicos, sempre que realizar qualquer melhoramento em bem das regiões sertanejas”. (COSTA. RELSEAGRIBA, 1897: 101).

também de um orçamento à altura das várias tarefas da pasta, especialmente para o momento em que o governo tiver de entrar em seu programa de “melhoramentos”¹¹⁹:

O governo tem procurado, nomeando pessoal técnico, em comissão, suprir essa falta, capaz ela só de sacrificar os fins da criação da Secretaria.

Para executarem-se obras tais como estradas, açudes, poços artesianos, exploração de rios e sua desobstrução, reconhecimento de algumas estradas de ferro, e outros trabalhos, como estudos de alguns portos do sul do Estado, para onde se encaminhem os produtos das regiões próximas, atualmente obrigados a longos percursos em demanda do porto desta Capital para tudo isso, digo precisa-se de pessoal subordinado a esta Secretaria, trabalhando isoladamente, ou em comissões se avultar a importância dos seus encargos. (COSTA. RELSEAGRIBA, 1897: 102).

Para levar aos municípios do Estado as obras de “melhoramento” e “certo bem estar material, além do conforto moral” como abertura de estradas, de pontes, de açudes, de edifícios públicos, e, portanto, o amparo e proteção do “poder público”, também a execução das obras públicas, a exemplo das Delegacias de Terras, poderia ocorrer dividindo-se o Estado em distritos, em que se dividia este Estado, distribuindo-se nestes condutores de obras, auxiliares e desenhistas.

Os relatórios das Delegacias de Terras e os ofícios publicados no *Boletim da Secretaria da Agricultura* (BOLSEAGRIBA), expressaram a atuação destes agentes. Inscrevendo-se numa das primeiras secretarias de agricultura estaduais do Brasil, e abianos assumiram as Delegacias de Terras ou nelas trabalharam como auxiliares, tornando-se prepostos do governo estadual que paulatinamente foram distribuídos pelo território baiano.

Reunindo informações sobre suas respectivas jurisdições, publicadas pela Secretaria, sua formação científica constituiu um prisma singular na percepção e ação sobre as populações e os recursos naturais, marcando um capítulo das ciências e da construção do aparelho de Estado na Bahia, precisamente num momento em que as demais regiões adquirem maior autonomia ante Salvador e seu Recôncavo.

¹¹⁹ Costa questionava particularmente o limite orçamentário para gastos com pessoal como “insuficiente para os serviços”, especialmente o teto até a décima oitava parte da importância votada para a SEAGRIBA, quando o “próprio legislador estadual adotou na lei n. 4 (organização dos municípios), art. 20, um oitavo as rendas municipais para o máximo as despesas com empregados, não compreendendo ainda os do fisco, da polícia e da instrução municipal”. Considerando-se a verba daquele ano de 1897 em 1.800\$000, destinar-se-iam “duzentos e vinte e cinco para despesas com o pessoal, em vez de proximamente cem contos consignados no orçamento”. (COSTA. RELSEAGRIBA, 1897: 102-103).

A presença de eporjianos nesta primeira fase da SEAGRIBA foi marcante principalmente considerando a criação desta a partir da antiga Diretoria de Obras Públicas, onde os engenheiros eram formados no Rio de Janeiro em sua maioria. Conquanto a Secretaria tenha sido organizada inicialmente em três seções (seção administrativa, seção de finanças e seção técnica), foi nesta última que se destacaria a presença de eabianos.

Dentro da seção técnica estavam lotados os serviços de Hospedaria dos Imigrantes, Estrada de Ferro de Santo Amaro, Inspetoria de Terras e Núcleo Colonial do Boqueirão¹²⁰. Ao lado do fomento ao ensino agrícola através da estadualização da EAB e sua transformação em Instituto Agrícola da Bahia, a SEAGRIBA deu início à formação de um conjunto de espaços institucionais para pesquisa agrícola e zootécnica e sua exposição, como a Fazenda Modelo do Catu, ou para fornecimento de dados para a seção de estatística, como o seu Serviço Meteorológico.

O espaço por excelência, contudo, para atuação dos eabianos foi nos Distritos (ou Delegacias) de Terras e Minas da Inspetoria Geral de Terras, como se identifica numa leitura panorâmica desde a publicação inicial do Boletim em 1903 até 1911.

O Boletim da Secretaria da Agricultura da Bahia (BOLSEAGRIBA), criado em 1903, constituiu-se em espaço para a publicação de trabalhos de egressos da EAB, especialmente para os Delegados de Terras.

No segundo número do BOLSEAGRIBA (agosto, 1903) Joaquim Gonçalves Jr.¹²¹, da Inspetoria Geral de Terras, comunica as diretrizes traçadas por Miguel Calmon du Pin e Almeida para elaboração das observações e redação dos relatórios dos delegados de terras.

Sucinta e isenta de divagações teóricas, essa notícia, poderá abranger observações sobre os trabalhos agrícolas e o estado geral das lavouras, ocorrências favoráveis ou desfavoráveis às culturas e colheitas, regularidade ou irregularidade das estações, benefícios ou prejuízos notados; informações sobre as safras, seu início, desenvolvimento e termo, previsões e estimativas das mesmas, cômputo final da produção; indicações sobre os produtos naturais explorados e os aproveitáveis; apontamentos sobre criação de gado de qualquer espécie; referências às indústrias desenvolvidas e as suscetíveis de desenvolvimento;

¹²⁰ Na Comissão do Núcleo Colonial do Boqueirão atuavam Artur César Navarro, José Maria de Souza e Candido Garcez dos Santos, eabianos diplomados em 1889, 1885 e 1890, respectivamente.

¹²¹ Joaquim Gonçalves Jr. atuou na Inspetoria de Terras do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo um dos profissionais do mais citados por Jair Ramos (2006) em seu estudo sobre a política de colonização e imigração do ministério, especialmente nos capítulos “Autoridade Federal e Tecnologias de Poder na montagem dos *núcleos coloniais*” (RAMOS, 2006, p.105) e “As Tecnologias de Poder empregadas na Condução dos *subsidiados*” (RAMOS, idem, p.161).

esclarecimentos a respeito de mercados nacionais recebedores dos produtos, comércio de importação e exportação, relações entre produtores, consumidores e intermediários; dados estatísticos e, finalmente, quaisquer notas que recordem quanto houverdes observado e colhido, de proveito público, pertinente ao objetivo enunciado. (grifo nosso) ¹²².

Ao lado de reprodução de periódicos nacionais e internacionais com dados sobre exportação, importação e cotação de produtos coloniais, notadamente açúcar, tabaco e principalmente, cacau, o BOLSEAGRIBA traz ofícios, relatórios e outros textos produzidos pelos Delegados de Terras onde dois eixos vão se delineando: a função fiscalizatória, funcionando como olhos do governo que se espalhavam pelo território do estado, e, também, de realizadora de pesquisas e demonstrações, fazendo destes órgãos espaços de funcionamento da pedagogia do exemplo, onde se realizaria a agricultura modelar a ser admirada e imitada pelos agricultores e trabalhadores rurais.

O engenheiro agrônomo formado pela EAB que ingressou na SEAGRIBA era um engenheiro, mas com um perfil peculiar. O ensino agrônômico superior desenvolvido em S. Francisco do Conde partia de três eixos básicos: o papel auxiliar conferido às ciências naturais, o vínculo entre as matemáticas superiores e o ensino de engenharia, e o papel de síntese da cadeira de agricultura. Nesta cadeira, a retomada das disciplinas “acessórias” (ou seja, as ciências físicas, matemáticas e naturais) era aliada ao ensino de matérias diretamente afeitas à administração como economia política, contabilidade e legislação (ARAÚJO, 2006, p.181).

Olhando, vendo e descrevendo pelo prisma da agronomia a natureza enquanto recurso natural e enquanto fonte de riqueza econômica, temos o eabiano atuando como testemunha e olhos da ciência e do Estado, como no caso de Luiz Zuanny, diplomado em 1886, Delegado de Terras do 10º distrito (em Belmonte, no Sul da Bahia), em suas “Notas sobre a cultura do cacauero”:

*Nos vales do rio Jequitinhonha e Pardo os cacaueros são plantados em terrenos de várzea, úmidos, silico-humíferos e que são quase sempre alagados por ocasião das enchentes dos referidos rios.
(...) Os terrenos são de grande fertilidade realmente admirável, tendo o cacauero grande longevidade.*

¹²² Gonçalves Jr. ainda recomendava aos Delegados da Inspeção que enviassem informações sobre as espécies florestais de valor, indicando as mais procuradas para o comércio, a época escolhida para o corte, preparo e tratamento das madeiras, “amostras curiosas de qualquer espécie, encontradas na zona dos seus trabalhos, informando sobre o lugar em que foram achadas, qualidade, preciosidade e valor”, bem como remetessem “amostras de minerais importantes, que porventura aí existam, a fim de serem examinadas e figurarem no museu que o Governo trata de organizar”. BOLSEAGRIBA 1903; 2: p.152.

Conheço cacauzeiros que têm hoje cerca de 70 anos, plantados, em um pasto, distanciados uns dos outros, em terreno de declive e que todos os anos produzem mais de uma arroba por pé. Outros que têm de 80 a 100 anos e que ainda produzem perfeitamente.

Tenho visto serrar cacauzeiros doentes (na altura de 1 metro de solo) com o fim de forçá-los a renovar; e o mais admirável é que isto se dá quase sempre, frutificando de novo o cacauzeiro, no fim de 3 a 4 anos.

As plantações são feitas geralmente na distância de palmos 18X18; no entanto, há quem os plante desde palmos 15X15 até 25X25.

O cacauzeiro começa a frutificar no fim de quatro anos e atinge seu completo desenvolvimento no fim de oito anos.

O plantio é feito por muda ou por caroço; sendo que plantam-se quatro caroços em cada balisa; aproveitam-se quase sempre dois a três cacauzeiros em cada balisa, ao passo que com as mudas, apenas se tem um cacauzeiro por balisa.

(...) O valor de um hectare de terras próprias para o cacauzeiro é de 25\$000 ¹²³.

Ao lado da apreensão via botânica, a ótica sobre a produtividade pondera as despesas com a colheita, preparo, embarque, etc. Formação científica e visão no mercado concluem que:

“admitindo-se o valor de 10\$000 por cada arroba de cacau”, ocorre um “lucro líquido de 5\$058, além de um juro de 10% sobre o capital empregado no estabelecimento da fazenda, o que demonstra exuberantemente as grandes vantagens da cultura do cacauzeiro, para a qual devem convergir os capitais disponíveis, como a única que pode salvar o nosso Estado” ¹²⁴.

São muito poucos os textos de baianos sobre açúcar. Os artigos sobre cacau preponderam, mas não só. Ao lado da cacauicultura, predominam textos sobre fumo, cotonicultura, viticultura e maniçoba (para produção de borracha). Experiências, produtividade e utilidade de novas culturas como taníferas, índigo, piassaveiras e madeiras para construção civil são apresentadas. Especialmente nos primeiros anos, desponta uma preocupação com a monocultura (“o exclusivismo cultural”) ¹²⁵ e a defesa da diversificação agrícola, bem como com os minérios baianos.

A Inspetoria Geral de Terras e Colonização era uma repartição que coordenava as Delegacias de Terras, e que também se ocupava da análise das condições de recepção de imigrantes e desenvolvimento de ulterior colonização, incumbindo-se de pesquisas mineralógicas, bem como sobre estudos preliminares para a instalação de campos

¹²³ BOLSEAGRIBA 1903; 2: 121.

¹²⁴ BOLSEAGRIBA 1903; 2: 123-124

¹²⁵ Exemplificada, por exemplo, por Francisco Pereira de Cerqueira Rego, que diplomara-se em 1891 defendendo a dissertação intitulada “O exclusivismo cultural e suas conseqüências agrícolas e econômicas”.

práticas ou montagem de estações meteorológicas, como no ano de 1903 em Feira de Santana.

Naquela ocasião o Ajudante da Inspetoria também ocupou-se de fiscalizar a concessão feita ao cidadão americano Adolph Hirsch, elaborando relatório sobre o centro agrícola do referido município, onde, além de indicar que atividades técnicas a repartição poderia desenvolver, ou que devia ser plantado, do potencial sobre as culturas adaptáveis ao terreno feirense, também expunha sobre as culturas adaptáveis, ou seja, o olhar destinado tanto à determinar o que deveria ser, mas também o que era feito, ou em outros termos, qual a agricultura “real”, quais os preços praticados, etc¹²⁶.

Os relatos do eabiano Pedro Deiró sobre Porto Seguro, jurisdição de sua Delegacia de Terras, cumpriram à risca o papel primordial de descrição do estado das culturas e das safras dos gêneros de exportação e alimentícios, e das condições de mercado. Deiró informava que “a situação atual da lavoura deste distrito é melindrosíssima, em virtude das abundantíssimas chuvas que têm caído sobre estas regiões, privando a colheita do café, que com grande dificuldade é feita em grande parte está sendo perdida”, com impactos também na produção de cacau, mandioca, fumo e cereais¹²⁷.

Deiró reportava os preparativos para instalação de um campo de experiências agrícolas, para distribuição de sementes aos lavradores, bem como “animá-los com a difusão prática das diversas culturas que precisam aqui ser ensaiadas”, e também para o fornecimento de dados. Sua maior dificuldade, contudo, dizia respeito às suas capacidades de se impor como representante do governo estadual, carecendo da coexistência e colaboração de outras autoridades, no caso policiais, para fazer valer sua autoridade técnica e científica na preservação das florestas:

Quanto aos produtos florestais, que nestes distritos são muitos, torna-se necessário que aquele que os fiscaliza e guarda, bem como as riquezas minerais, esteja cercado da força pública, a fim de impedir a devastação e a invasão, aqui, principalmente, onde julga quase toda esta população que a lei é letra morta. (DEIRÓ, 1903: 144).

No ano seguinte (1904), Deiró voltaria à carga, destacando desta feita a contribuição às rendas estaduais pela produção de sua jurisdição, apesar da crise monetária, “das cheias quase constantes do grande número de caudalosos rios que

¹²⁶ BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, p.155, Vol. 2, n.2, ago., 1903.

¹²⁷ DEIRÓ, Pedro. “Informações sobre a lavoura na comarca de Porto Seguro”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.2, n.2, p.143-144, ago., 1903.

cortam regando este Distrito e da invariabilidade das estações”. Os entraves ao seu trabalho e à “marcha do progresso” deveriam prosseguir, conquanto se queixasse de “alguns maliciosos” que lhe cabia “impedir de destruírem pelo fogo e pelo machado o prodigioso patrimônio Estadual excessivamente rico neste Distrito”¹²⁸.

Um traço das teses de conclusão de seus cursos e que se mantém na condição de delegados de terras é a observação e condenação dos trabalhos agrícolas, feitos pelos “processos rotineiros”, sem máquinas e os riscos implicados para a exportação, por exemplo, do fumo, especialmente de perda do mercado alemão caso os cultivadores de fumos da Bahia não preparassem seus produtos “de uma maneira mais aperfeiçoada”¹²⁹.

Produzir informações sobre os recursos naturais e humanos do Estado, mapeando e esquadrinhando o território no BOLSEAGRIBA comportava, também, espaço para divulgação de resultados de pesquisas mais sofisticadas. O BOLSEAGRIBA acolheu textos de personagens da história das ciências no Brasil como os médicos Pacífico Pereira, J. F. Silva Lima, o geólogo Orville Derby, mas contribuiu para a consolidação de um campo agrônomo publicando massivamente textos de agrônomos de outros estados como Dias Martins, J. C. Travassos ou Gustavo Dutra, ex-eabiano e no início do século XX diretor do Instituto Agrônomo de Campinas.

O BOLSEAGRIBA tanto pode ser inserido como espaço de divulgação de informações de interesse mais diretamente econômico, como pode ser vista como um *locus* para a divulgação científica, na medida em que serviu para difundir as idéias destes e outros protagonistas da institucionalização da agronomia. Segundo Moreira e Massarini, nas primeiras décadas do século XX a vulgarização científica (termo da época) por meio de periódicos visava a valorização social da atividade de pesquisa e sensibilizar o poder público para a criação e manutenção de instituições ligadas à ciência (MOREIRA, MASSARINI, 2002: 56)¹³⁰.

¹²⁸ BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.3, n.3-4, p.241, mar./abr., 1904.

¹²⁹ Veja-se, por exemplo, este relato do eabiano diplomado em 1898, Álvaro Povoas: “A qualidade poderia ser muito melhorada se os lavradores não fossem tão negligentes e descuidado nas suas culturas; plantam, colhem e beneficiam pelo processo mais irracional e primitivo que se pode imaginar”. PÓVOAS, Álvaro P. “Informações sobre a lavoura: Comarca de Itaberaba”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.2, n.3, p.221-226, set., 1903.

¹³⁰ Todavia, se existe uma convergência de análise quanto ao esforço do grupo estudado pelos autores, quanto do coletivo aqui estudado, no texto de Moreira e Massarini estuda-se a divulgação científica na década de 1920 como momento em que “um embrião de comunidade científica brasileira” empenhava-se na “difusão de conceitos e conhecimentos de ciência pura e menos para a exposição e a disseminação dos resultados das aplicações técnicas dela resultantes”, enquanto que no caso do campo científico agrônomo, a reversão dos conhecimentos científicos em conhecimentos “úteis”, mesmo que mediatamente, era vital. Assim sendo, no BOLSEAGRIBA verifica-se a publicação de textos tanto de interesse do público leigo como do público especializado, funcionando, a exemplo da revista *O Campo*, estudada por Rosana Temperini (2003), como “um espaço de comunicação social e de interação” entre a atividade científica desenvolvida pelas agências e agentes do campo científico agrônomo e as demandas

O BOLSEAGRIBA prestigiou eabianos **da** Bahia e eabianos **na** Bahia. O professor da EAB em sua primeira fase e no IAB, o eabiano Silvério Guimarães deu a conhecer em “Estudo fitotécnico de uma planta indígena; sua classificação, descrição e análise” um escrito de 1901 que poderia ser entendido pelo leitor como uma das “divagações teóricas” que não interessariam ao projeto do BOLSEAGRIBA¹³¹.

Dissertando sobre uma planta silvestre que surgia espontaneamente em terrenos de massapês, nas cercanias de S. Bento das Lages e na fazenda da Escola Agrícola da Bahia, Guimarães mapeia o tipo de solo com maior presença do vegetal (“salão e areia, *argiloso*, silico-argiloso e puramente silicoso”). Também atenta para as nomenclaturas populares (“conhecida vulgarmente pelo nome de *saboreana* pelos camponeses e pastores e alguns a chamam *branganzala*, *branganzela* e outros a intitulam – *gravitaia*”), bem como a taxonomia científica.

Martius, em sua obra - “Flora Brasileira”, fala de uma planta da família das Amariliaceas e a chama – carapitaia.

*Não sei se a carapitaia de Martius é corruptela de gravitaia e vice-versa: mas sei pelos estudos fitológicos que a **gravitaia** dos camponeses de Santo Amaro pertence à mesma família que a **carapitaia** de Martius.*

É uma planta fanerógama, de haste sarmentosa, trepadeira sem gavinhas, de folhas alternas e lanceoladas de um verde-escuro lúcido no limbo superior e de branco-acinzentado no limbo inferior.

Cultivada por mim, cheguei a medir hastes de 1m,6 a 2m,00 com 32 a 36 folhas de 0,13 de comprimento e 0,034 de largura.

É planta anual e não resiste às grandes secas, resiste bem ao frio do inverno e às geadas de Agosto e Setembro. No verão, só pode medrar protegida por plantas umbrosas nas localidades sujeitas a verões abrasadores. (GUIMARÃES, 1904: 212).

Descreve então os procedimentos realizados em abril de 1901, plantando uma amostra em terreno *silico-argilo-humoso* “para acompanhar todas as fases de desenvolvimento dessa planta e para poder melhor estudá-la, classifica-la, visto como eu não conhecia e jamais pudera lograr uma só flor dela no estado selvagem”. Observando seu desenvolvimento por mais quatro meses, até agosto, Guimarães concluía seu trabalho de classificação:

*É pois a flor uma **hexandria trigenia** pela classificação de Lineu e pela classificação de Brongniart, classificarei esta planta como pertencendo*

do setor agrário brasileiro. As duas formas de intervenção dos intelectuais ligados à cientificização do campo percebidas por Temperini, i.e., fazer do Estado o lugar da mediação de implementação da prática científica e a divulgação de conhecimentos científicos em revistas voltadas para os leigos (TEMPERINI, 2003: 34), ocorriam no BOLSEAGRIBA simultaneamente.

¹³¹ GUIMARÃES, S. “Estudo fitotécnico de uma planta indígena; sua classificação, descrição e análise”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.3, n. 3-4, p.212-216, mar./abr., 1904.

à classe das Lyrioideas, família das Amarilíaceas, tribo das Hypoxidéas, gênero Hypoxis, espécie – Tuber-brasiliensis. O nome científico é Tuber-brasiliensis eu tirei do latim tuber (tubérculo, batata) e brasiliensis em homenagem ao meu País por ser esta planta originária do Brasil, onde vegeta espontaneamente. (GUIMARÃES, 1904: 213).

A divulgação teórica, no entanto é aparente. Após as etapas de observação e classificação, Guimarães busca apontar as possibilidades de utilização da espécie. Em seu parecer, a planta podia ser cultivada como vegetal de ornamentação pelo tamanho e pelas flores “que são lindas e de cores atraentes, (o perianto externo tem a cor de rosa externamente e cor verde clara com a nervura cor de veludo roxo e umas manchas e pontos da mesma cor)”, bem como cultivada economicamente por fornecer “batatas feculentas, açucaradas, comestíveis cuja análise darei em seguida a este estudo, podendo servir sobretudo para forragem, bem como as folhas”, tendo já observado que os gados bovino, muar e cavalariça apreciavam-na.

Uma das principais vantagens a seu ver da espécie em questão, era sua maior produtividade, conquanto fosse mais resistente às patologias do que a alfafa e outras forragens, com exceção da “*ferrugem*” que acometia o vegetal depois da floração. Mas o prisma eabiano ressaltava suas possibilidades como forragem, decoração ou corretivo do solo, priorizando as suas “qualidades econômicas”:

Esta planta além das qualidades econômicas de servir como excelente forragem fornecendo folhas e batatas e de ser bom elemento de decoração pelas lindas flores que fornece, está destinada como todas as tuberosas a servir de corretivo químico e botânico do solo.

Outro procedimento de Guimarães caro aos eabianos foi a realização da análise química das folhas, frutos e outras partes da *Tuber-brasiliensis*. Isto não significava que estivesse restrito à química analítica ou à botânica classificatória, mas também ao processo de nutrição dos vegetais, especialmente ao processo de fixação do nitrogênio pelas plantas por microorganismos, um tema caro às teses eabianas da década de 1890, quando este campo se consolidava na Europa.

Assim, no campo da experimentação e observação de Guimarães também estavam as nodosidades do tomateiro, publicados em novembro de 1904¹³². “Qual a verdadeira causa dos tubérculos? É o que a ciência precisa definir por não ser problema definitivamente resolvido.” (GUIMARÃES, 1904b: 217). Apesar disso, Guimarães

¹³² GUIMARÃES, S. “Estudo fisiológico do tomateiro”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.4, n. 5-6, p.217-229, nov./dez., 1904b.

não se esquivou de anotar algumas questões, durante o trabalho com o *Tuber-brasiliensis*.

Quando procedia à muda de um pé de *tuber-brasiliensis* para uma leira, Guimarães segundo seu relato observou que uma raiz estava completamente cheia de nodosidades. Surpreendeu-o que aquela raiz pertencesse a um tomateiro, após retirar toda a terra que a envolvia. Trazendo mais um experimento realizado em São Francisco do Conde, relata:

Arranquei o vegetal para submetê-lo a estudo e não satisfeito com este único individuo, retirei, de canteiros diferentes da horta da Escola, outros.

Os tomateirinhos que vegetavam em solo humoso tinham grande número de tubérculos e os que estavam em solo fraco ou pobre de húmus quase não tinham nodosidades.

Estudando os tubérculos, isolei com a ponta de um alfinete dois corpos minúsculos brancos, luzidios de forma equívoca ou não bem definida, vistos a olhos nus; com a ponta de um estilete, separei outros tantos de outros tubérculos. (GUIMARÃES, 1904b: 217-218).

Levando os tubérculos a instrumentos como o microscópio de modelo composto de Nachet, o *micrometro* (para medição as dimensões) e de um *microscópio solar*, que segundo o texto foram transformadas em estampas que não foram publicadas no BOLSEAGRIBA, procede-se ao levantamento de uma série de hipóteses, e em seguida descartando-as, no sentido de definir a natureza daqueles corpúsculos, Guimarães chama a atenção dos leitores do BOLSEAGRIBA, ou melhor “a atenção dos competentes no assunto e é preciso que fique bem elucidado este importante acontecimento pelos agrônomos, fitopatologistas, bacteriologistas, etc. De que se trata?” “Protoplasmáticos cristalóides”? Grãos de amido? Celulosa?

*Julguei que tratava de um caso de simbiose; que uma espécie de um gênero da ordem dos Schizomycetos de vida aeróbia fosse a causa dos tubérculos do tomate e que por intermédio deles retirasse esta planta o azoto livre diretamente da atmosfera como o fazem os **Bacterium radícola Beyerinch** e o **Rhizobium leguminosarum** de Franck, nas leguminosas. (GUIMARÃES, 1904b: 219)*

O ânimo de Guimarães com a sua descoberta é que deste “estudo fisiológico das nodosidades do tomateiro” ele contribuiria para demonstrar que a simbiose, “como a fisiologia chama à vida comum dos micro-organismos, estudada e brilhantemente discutida por Charles Naudin, Wilfarth, Hellriegel, Schloesing”, etc., não tinha lugar somente nas *leguminosas* (plantas que frutificam em vagem como o feijão, soja, amendoim, etc.).

Este é um trabalho especialmente interessante não apenas por recuperar um corpo de experiências realizadas na EAB, mas também para apreendermos o *habitus* eabiano, conquanto indique que dentre as suas opções teóricas, sua agronomia eabiana extrapolava a química mineral de Liebig, atentando às pesquisas e teorias de Pasteur sobre a fixação do nitrogênio pelas plantas como um processo bacteriológico e os trabalhos de Hellriegel e Wilfarth que explicavam o processo de fixação do nitrogênio através da simbiose de microbactérias com os nódulos das raízes de plantas leguminosas. A possibilidade de que além das leguminosas também plantas solanáceas como o tomateiro também desenvolvessem uma fixação de nitrogênio pela simbiose nas raízes abriria o campo de alternativas para adubação e refertilização dos solos.

Ainda que tributário da química de Liebig, o *habitus* revelado por Guimarães pode inclusive contemplar atividades de observação e experimentação sem a realização de análises químicas, considerando ele que “para quem sabe que, os caracteres exteriores, são uma excelente base de análise e que a análise física bem detalhada e firmada”, e foi baseando-se na forma, na maneira, na cor do que observava que chegou às suas primeiras conclusões. Após uma afirmação mais contundente de que a análise química seria mesmo dispensável, talvez no afã da suposta descoberta, Guimarães adotaria um tom de mais cautela e se embasaria em citações de autores da área da fitopatologia e bacteriologia.

Não será desenvolvida aqui uma análise detalhada dos estudos neste temário por este eabiano, até por nos faltarem conhecimentos para tal, mas cabe assinalar que ele prosseguiu suas investigações com gengibre, couve repolho, agrião, coentro, baseando-se tanto no trabalho de campo como o trabalho em laboratório, em especial no microscópio, concluindo que não eram somente as leguminosas que possuíam os tubérculos da fixação do nitrogênio nas plantas, Guimarães não deixava de assinalar questões a resolver: “Resta saber se estas nodosidades são da mesma natureza daquelas das leguminosas e se, como aquelas, têm igual função, isto é, resta-nos saber se o seu papel na vida econômica e fisiológica da planta é o mesmo do *bacterium leguminosarum*” (GUIMARÃES, 1904b: 225).

Não temos documentação que informe se Guimarães obteve êxito em suas investigações. Mas para ajudar-nos a dimensionar, recorde-se que as pesquisas no século XX da agrônoma tcheca naturalizada brasileira Johanna Döbereiner, utilizando bactérias para adubação em gramíneas, resultaram hoje numa economia de mais de 5 bilhões de dólares por ano com a compra de fertilizantes no início do século XXI.

Guimarães investia num campo novo, nem em leguminosas que constituiu o ponto inicial, nem as gramíneas do século XX, mas em solanáceas. O revelador deste episódio foi o esforço deste eabiano em obter capital científico “puro”, do tipo que segundo Bourdieu se adquire principalmente, “pelas contribuições reconhecidas ao progresso das ciências, as invenções ou as descobertas” (BOURDIEU, 2004: 36). Aqui, o que nos interessa não é tanto o sucesso, mas a busca dele e as estratégias adotadas para alcançá-lo.

O capital científico pode tanto resultar de um investimento de maior risco, mas com maior retorno, como no caso acima, como pode advir de um longo acúmulo, da persistência em um tema ao longo do tempo. O BOLSEAGRIBA como espaço privilegiado de interseção do campo político e do campo científico viabilizou também a alguns eabianos prosseguir com questões surgidas em seu processo de formação.

Cerqueira Rego em “A cultura exclusiva: suas conseqüências agrícolas” retomou o tema de sua tese defendida “a fim de obter o grau de engenheiro agrônomo”. Esta tese se intitulava “Exclusivismo cultural: suas conseqüências agrícolas e econômicas”, e se ocupava da crítica à produção exclusiva de poucos gêneros de exportação, e que passava do açúcar e do café para o domínio deste último como único produto a sustentar o sistema econômico do país (REGO, 1891). No tese, os impactos que mais preocupavam Rego eram a “inexpansibilidade” da atividade econômica, ao comportar a cultura exclusiva como corolários a grande propriedade e a cultura extensiva, chocando-se com o esquema de percepção e ação que articulava “as leis da Agricultura racional”, “os preceitos da Economia rural” e a “silvicultura”, por conta dos “grandes capitais [que] são dispendidos *na obra condenável da destruição das florestas*, que se despovoam para ser cedido o lugar à cultura *predileta* e, ao fim de alguns anos, todo o domínio está a *descoberto*; as terras *cansadas* e lá se vai o homem no mesmo roteiro, com a mesma imprevidência, adquirir novos terrenos, que são disputados à força de somas consideráveis” (REGO, 1904: 16-17 – Grifo do autor)¹³³.

Entre a infelicidade de ter tido a seu ver razão por bastante tempo, sendo “corroboradas as asserções e confirmado o quanto havíamos, a treze anos passados, emitido, no primeiro trabalho científico que, em 1891”, da decadência à agonia, a agricultura baiana começava a ser alevantada “pelo esforço quase que exclusivo do proveto Dr. Secretário da Agricultura deste Estado”.

¹³³ REGO, Francisco P. de Cerqueira. “A cultura exclusiva: suas conseqüências agrícolas” BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.1, n. 1-2, p.15-17, jan./fev., 1904.

A despeito do tom laudatório comum aos relatórios oficiais da época, revela-se a preocupação de um intelectual orgânico, especialista da ciência aplicada de uma região econômica determinada que pretende reformá-la por meio da difusão da ciência que estamos aqui. Um agente capaz de realizar a crítica da classe dominante e das reformas das condições para revitalizar o sistema econômico, mas também que apreendia o alevantamento da Bahia como o retorno a uma posição perdida.

A política diversificadora encetada na gestão Miguel Calmon de fato era sobejamente elogiada, mas convergia para um interesse há muito manifestado na disseminação da “pluralidade de culturas” (REGO, 1904: 17), ou da “policultura” (REGO, 1891: 21), para usar os termos do eabiano em dois momentos distintos.

O fomento à cultura da maniçoba, propagação de bacelos de videira pelos agricultores do centro do estado, a distribuição de sementes de fumo e algodão, de forragens e legumes, integravam-se num movimento histórico de mudar para a Bahia reocupar “o lugar que lhe compete e que, em *saudosos tempos*, ocupou com a galhardia ainda hoje confirmada pela suntuosidade dos edifícios rurais, disseminados, embora muitos hoje em ruínas, pelo recôncavo dos municípios circunjacentes a esta capital” (REGO, 1904: 17 – Grifo nosso).

Estar nos primeiros lugares dos estados brasileiros para os baianos tinha assim este significado particular de retorno, de resgate, de reivindicar um lugar no presente pelos feitos do passado. O BOLSEAGRIBA foi um espaço de divulgação e articulação de iniciativas científicas, econômicas e políticas, mas também foi um espaço de construção de uma memória. E esta diretriz seria seguida desde o texto inaugural do Boletim, de autoria de Miguel Calmon¹³⁴.

Em primeiro lugar, para Miguel Calmon, a publicação do *Boletim* preenchia “uma das mais sensíveis lacunas do nosso meio agrícola-industrial”. Para suprir esta lacuna Calmon remetia a duas pontas, à SBA e à SACIPBA. Esta desde 1833 “possuía um *Jornal de Agricultura*”, e àquela destacava-se no presente pela *Conferência Açucareira*. De ambas, Calmon argumentou pela necessidade da publicidade, de “uma ação contínua e eficaz faz-se mister para educar e animar os nossos lavradores”, advogando a ação do Governo neste esforço considerando a “falta de instrução e bons elementos de civilização” dos países “mais novos”.

Diferentemente de um prisma ortodoxamente liberal, em que questões reservadas à iniciativa particular devem ser afastadas da interferência do Estado, o

¹³⁴ CALMON, Miguel. “Programa”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.1, n.1, p.1-4, mai., 1903.

Secretário propugnava pela direção e auxílio do Estado à iniciativa particular, legitimando a atuação daquele na esfera econômica especialmente no sentido de reformar os processos produtivos, um tema caro anos depois ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A divulgação e reunião de informações no BOLSEAGRIBA integrava este programa. Como vimos, o BOLSEAGRIBA divulgava tanto textos mais destinados a especialistas tanto quanto informações para avaliação dos movimentos de produção e respectivos preços.

Nos planos de Miguel Calmon, um desdobramento e continuidade do BOLSEAGRIBA seria proporcionado pela instalação que planejava de uma estatística geral do Estado, reunindo dados remetidos mensalmente por intendentes, industriais, comerciantes, engenheiros de estrada de ferro, etc., com informações fornecidas pelos delegados de Terras. BOLSEAGRIBA, SEAGRIBA, Delegacia de Terras, Serviço de Estatística integravam um programa de saber e poder sobre o conjunto do Estado.

O *Boletim*, como um dos primeiros passos neste sentido, foi formulado segundo este Secretário com “um caráter prático e imediatamente utilitário; afastando, de princípio, quaisquer divagações teóricas, que são sempre enfadonhas aos homens do campo”. Isto poderia contraditar com alguns textos de eabianos publicados no BOLSEAGRIBA expostos acima, mas a par desta prioridade à “prática”, i.e., ao imediatamente útil, também havia espaço para escritos mais minuciosos e profundos. O BOLSEAGRIBA adotou uma estrutura em torno de quatro seções principais que se manteria mesmo após o recorte cronológico aqui em foco, percorrendo toda a Primeira República: 1ª Atos Oficiais; 2ª Memórias; 3ª Informações úteis; 4ª Estatística e meteorologia.

A primeira terá por fim principal mostrar ao agricultor ou industrial as leis e decretos que se acha sujeito e, bem assim, manifestar o interesse que o governo dedica aos seus negócios para melhor os dirigir e auxiliar.

Na segunda encontrarão notícias profundas e minuciosas de tudo quanto houver feito de importante no estrangeiro e no país sobre o que afetar possa à agricultura, indústria e comércio, e também, aí, cada um expandirá as suas necessidades e situação.

Servirá a terceira para informar sucintamente sobre o que de mais interessante haja para fomento da prosperidade baiana.

Pela quarta, enfim, poder-se-á ajuizar das nossas condições econômicas, financeiras e climatológicas, e ter assim um critério para intervir o Governo mais ou menos eficientemente em prol das classes ativas do Estado (CALMON, 1903: 3)

À Estatística e à Meteorologia seriam concedidas as maiores preocupações do articulista, “não só porque ela nos irá apresentar ao estrangeiro, como também por ser a balança que permitirá pesar as diversas circunstâncias e necessidades do nosso meio, para que, orientado, possa o governo seguir com firmeza uma trilha de progresso” (CALMON, *ibidem*).

Até aqui, portanto, acompanhamos a criação e funcionamento da SEAGRIBA e da EPOBA e a inserção dos ebianos após a formatura. Vimos argumentando que a institucionalização da agronomia foi componente da formação de parcela da classe dominante agrária baiana. Vimos argumentando que os egressos da EPORJ tinham na EPOBA um espaço de reprodução e ampliação de suas posições no aparelho de Estado. Mas se Miguel Calmon integrou o corpo docente da EPOBA antes de ser Secretário da Agricultura, também ele fez parte da criação e funcionamento de outro componente do campo agrônomo ora tecido.

Miguel Calmon é tratado na historiografia como um estadista de performance excepcional, dos mais jovens ministros da República Velha e nome de peso da política baiana por sua ancestralidade. O que ora faremos no próximo tópico é apresentar sucintamente como esta produção bibliográfica tratou de Calmon. Antes disso, vejamos o quanto a inserção deste personagem e seus aliados numa associação específica, a Sociedade Baiana de Agricultura, abre perspectivas que dialogando com o materialismo histórico, especialmente de matriz gramsciana, problematiza a oligarquia para pensar a hegemonia.

4.4. A Sociedade Baiana de Agricultura (SBA)

De acordo com a *Edição Especial do Centenário da Independência da Bahia*, publicado pelo Diário Oficial do Estado, a primeira reunião formal para organização da Sociedade Baiana de Agricultura foi realizada em 8 de Janeiro de 1902. Atendendo convite de uma Comissão composta pelo deputado federal Joaquim I. Tosta, do Conselheiro Francisco M. Sodré Pereira e de Antonio Araujo de Aragão Bulcão, Barão de S. Francisco, e nomeada pela Sociedade Nacional de Agricultura, agricultores reuniram-se na Secretaria do Interior do governo estadual. Esta comissão, enquanto cumprimento de resolução do Congresso Nacional de Agricultura (ocorrida no Rio de Janeiro em Setembro de 1901), convocou um Comício de lavradores, criadores e industriais agrícolas em prol do incremento da agricultura baiana, e especialmente, “a

fundação de uma sociedade de agricultura que tivesse por objeto a defesa dos direitos e interesses da agricultura baiana” (BAHIA, 1923: 522).

No “Comício Agrícola da Bahia” (20 a 23 de Fevereiro de 1902), ocorreu a fundação definitiva da Sociedade Baiana de Agricultura. Na instalação da Sociedade Baiana de Agricultura, em sessão solene, a 23 de Fevereiro, presidida pelo Governador do Estado, Severino dos Santos Vieira, estiveram presentes representantes de autoridades civis e militares, comissões de associações e grande número de agricultores do Estado e representantes da imprensa.

Entre as adesões para a SBA nesta sessão estavam o Governador Severino Vieira, o jornalista Odalberto Pereira, pelo tradicional *Diário da Bahia*, o deputado Lellis Piedade, o Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha (intendente de Salvador), o diretor da Associação Comercial Alfredo Cezar Cabussu (escolhido 2º vice-presidente da diretoria da SBA), o senador estadual e sócio da SNA Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo), os engenheiros agrônomos e abianos Clemente de Oliveira Mendes e João Silveira, plantadores de cacau da família Esteves de Assis (Josino Esteves de Assis e Hermelino Esteves de Assis).

A presença de figuras de proa do comércio e da agricultura como o Comendador Aristides Novis, Antonio da Costa Pinto Junior (Visconde de Oliveira), Cons. Francisco M. Sodrê Pereira, Antonio Aragão Bulcão (Barão de S. Francisco) e o deputado federal, Joaquim Ignacio Tosta revelam que a organização do Estado-Maior das frações dominantes agrária e comercial alcançava ali uma nova etapa, pois todos estes compunham a Diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

A sincronia dos movimentos entre a última sessão da Diretoria do IIBA registrada em ata, de 21 de fevereiro de 1902, e da realização do Comício, indica indubitavelmente que uma convenção acadêmica de que o IIBA simplesmente se desfez com a morte dos sócios (TOURINHO, 1982; GUIMARÃES, 1934; FIUZA, 1934) precisa ser revista.

Outro aspecto a ser considerado é que a par desta continuidade de quadros entre duas instituições, a SBA também se constituiu em canal de inserção de uma nova geração de dirigentes que chegaria em breve ao poder na Bahia como o senador estadual José Marcelino de Souza e os engenheiros civis formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro Alexandre dos Reis de Araujo Góis e Miguel Calmon du Pin e Almeida.

José Marcelino de Souza, escolhido como primeiro vice-presidente da SBA, nascido em São Filipe, mas tendo por base das atividades econômicas e políticas a

cidade de Nazaré, no Recôncavo Sul, era filho de fazendeiros do partido conservador, diplomado na Faculdade de Direito de Recife, seguiu estágio como promotor e juiz, assumiu cargos nos legislativos provincial e imperial. Proprietário da Usina da Conceição, em Nazaré, e presidente da Tramroad Nazaré (que ligava Cachoeira a Nazaré), foi eleito senador estadual em 1891 e um dos principais redatores da constituição do estado, ficou afastado da política estadual durante a conturbada fase da década de 1890 (PANG, 1979: 89). Da vice-presidência da SBA em dois anos seria eleito governador do Estado.

Alexandre dos Reis de Araujo Góis, natural de Catu (1878), Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi Engenheiro Chefe do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia-Juazeiro e Fiscal das instalações hidroelétricas do Paraguaçu. Após ingressar na SBA, inclusive tendo seu discurso no Comício Agrícola publicado pela entidade, foi Diretor da Secretaria da fazenda e Secretário da Fazenda no Governo de Marcelino de Souza.

Alexandre Góis era descendente da família Araujo Góis, na Bahia desde o século XVI. Dentre os Araujo Góis destacam-se Bernardo de Araujo Góis, Capitão das Ordenanças de São Francisco do Conde (1790), casado com Maria Bernarda dos Anjos, constituindo o ramo do qual descendem os Araujo Góis, do Catu. No decorrer do século XIX, os Araújo Góis eram principalmente médicos, como José de Góis de Siqueira (1814-1874), doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia (1840) e Professor catedrático da mesma Faculdade (1855), ou bacharéis em direito como Inocêncio Marques de Araujo Góis Junior, Bacharel em Direito por Recife (1860) e Fiscal do Banco da Bahia, ou Antonio Olavo Calmon de Araujo Góis (1847-1919), Bacharel em Direito também por Recife. Todos ingressaram na política¹³⁵. Na nobreza titulada, os Araujo Góis contavam com os barões de Camaçari, Araújo Góis e São Miguel.

O primeiro, Antonio Calmon de Araujo Góis, barão de Camaçari (1871) foi Senador Constituinte, pela Bahia (1891) e Presidente do Senado Estadual (1895). O segundo, Inocêncio Marques de Araujo Góis (1809-1897), que seguiu a carreira da magistratura após formar-se em Recife, chegando a Desembargador da Relação da Bahia (1861-1880), Presidente do Tribunal da Relação da Bahia (1875-1880), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1880), Vice-Presidente da Província da Bahia, várias

¹³⁵ José de Góis foi Inspetor de Saúde Pública em Salvador, Deputado Provincial da Bahia (1846 e 1852), Deputado Geral (1848, 1850 e 1853). Inocêncio foi Deputado Provincial da Bahia (1862 e 1872), Deputado Geral do Império, pela Bahia (1872, 1877, 1885 e 1886), Vereador em Salvador (1887) e Presidente da Província de Pernambuco (1889). Antonio Olavo foi Deputado Provincial da Bahia (1872, 1882 e 1886) (BARATA, BUENO: 248, 249).

vezes deputado provincial (desde 1838). “Conselheiro. Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. Comendador da Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de Cristo. Foi agraciado, por Dec. de 11.12.1886, com o título de barão de Araujo Góis” (BARATA, BUENO, 248-249).

O terceiro, o Diretor do IIBA Paulino de Araujo Góis (1840-1932), barão de S. Miguel e Carolina dos Reis de Araujo Góis foram os pais do Deputado Estadual (1905-06 e 1907-08) e engenheiro agrônomo baiano, formado em 1899, Paulino de Araújo Góis Junior (1876-1936), além de Alexandre dos Reis de Araújo Góis.

Miguel Calmon du Pin e Almeida seria outro secretário do governo José Marcelino. Miguel Calmon havia sido nomeado em setembro de 1902, cinco meses após a criação da SBA, para integrar o governo Severino Vieira como titular da Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas. Ao lado de Miguel Calmon, seu irmão integrou a SBA. Francisco Marques de Góis Calmon, que foi governador da Bahia entre 1924 e 1928, foi o 2º secretário da diretoria, Alexandre Góis era o 2º secretário do Conselho Superior.

Os irmãos Calmon vinham de uma linhagem de política conservadora que tinha pelo lado paterno, um dos principais nomes dos saquaremas, presidente de associações como o Marquês de Abrantes (também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida), era seu tio-avô. O Barão de Araújo Góis era tio-avô daqueles pelo lado materno. O pai fora almirante da esquadra imperial. Senhores de engenho em Santo Amaro e São Francisco do Conde, os Calmon se casaram com membros de famílias igualmente aristocráticas como os Araújo Pinho, os Costa Pinto, os Vilas Boas (PANG, 1979: 178), entre outros como os Bittencourt, etc. Lembrando ainda a atuação do homônimo Marquês de Abrantes em associações como a SACIPBA, SAIN e IIFA.

Para estabelecer com contornos mais nítidos as continuidades e permanências entre as instituições do império e a SBA republicana, confirmando nossa hipótese de que a direção da institucionalização da agronomia foi componente da formação de uma fração de classe dominante baiana, faz-se preciso ir além da fundação, acompanhando o mais possível suas propostas e seu funcionamento.

Qual era o projeto público e formal da SBA? Em seus estatutos, definia-se como principal finalidade da sba “promover e animar o progresso agrícola no estado da Bahia, ocupando-se de tudo que se refere à cultura do solo, à criação, às indústrias rurais, às águas e florestas e em geral à agricultura”.

Em termos de extração dos sócios, a SBA representou uma ampliação do seu leque social em comparação com o IIBA, na medida em que não se limitava aos proprietários. Tratava-se de uma “agremiação de lavradores, industriais rurais, criadores”, mas também de “pessoas notoriamente dedicadas à causa da agricultura”. Em relação a sua antecessora, demarca assim uma prioridade ainda maior para a agricultura, na medida em que o IIBA concedia espaço especial para os negociantes, comerciantes e banqueiros, em especial na sua tesouraria.

Mas a primeira qualidade destacada pela SBA é sua filiação à SNA: “Art. 1º A SOCIEDADE BAHIANA DE AGRICULTURA, filial ou confederada da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, com sede nesta capital”, e enquanto confederada a SNA, adotava o seu programa e os “mesmos princípios gerais e essenciais”.

A caracterização da SBA como aparelho privado de hegemonia pela prioridade concedida à defesa dos interesses agrícolas da Bahia e modernização da produção através da ciência por meio da mobilização e organização deve-se, assim, tanto ao acúmulo de experiências associativas em torno da agronomia desde o Império, mas neste especial momento na sua filiação à Sociedade Nacional de Agricultura e, portanto, incorporação a um movimento efetivamente nacional.

Uma compreensão adequada sobre o papel da SBA deve ponderar a história das ciências e a história econômica e política na Bahia, mas também sua inscrição em um movimento político que na Primeira República foi integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária, enquanto "frações dominadas da classe dominante".

Os segmentos agrupados na SBA, a nosso ver, fizeram parte daquilo que Sonia Mendonça identificou como oposições à fração hegemônica da classe proprietária rural (MENDONÇA, 1997: 13). Também é preciso ter em conta que, como veremos mais adiante, o pertencimento da SBA ao movimento galvanizado pela SNA também pode ter se revertido em capital político a ser manejado da política nacional para o interior da política baiana.

Conquanto estejamos insistindo em que o Recôncavo hegemonizava a Bahia e, portanto, que havia segmentações no interior da classe proprietária baiana de corte setorial e/ou regional, a SBA se insere no movimento ruralista enquanto espaço sócio-político da expressão de conflitos e posições diferenciadas acerca das modalidades de intervenção sobre a agricultura na Primeira República. Integrando um bloco contra-

hegemônico no plano nacional, a SBA expressou um projeto para exercício de uma hegemonia interna, inclusive por seu papel naquele movimento de contra-hegemonia.

Apresentando-se como apartidária, a SBA se afastava de “empresas industriais ou especulações econômicas e comerciais, direta ou indiretamente”, ressaltando ainda não aceitar em “seu seio questões pessoais ou políticas”, ainda que no § 3º do Art. 1º, tenha se colocado a missão de engajar-se em medidas de interesse local. Quando de seu engajamento em medidas gerais para a agricultura brasileira, dependentes dos poderes públicos da União, a SBA reforçava sua filiação à SNA, afirmando que “agirá de pleno acordo com a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, dirigindo de preferência, por intermédio desta, as suas representações ao Governo e ao Congresso Nacional”.

O conjunto de estratégias permanentes anunciadas pela SBA envolvia, a exemplo do IIBA, em primeiro lugar, o ensino agrícola e a vulgarização da agronomia:

Art. 2º A SOCIEDADE preencherá os seus fins promovendo pelos meios ao seu alcance o seguinte:

1º A criação de escolas práticas de ensino agrícola profissional destinadas a habilitar regentes ou administradores rurais;

2º A fundação de campos de demonstração, escolhendo de preferência as localidades onde existam usinas ou estabelecimentos industriais rurais;

Sinalizando um pauta de diversificação agrícola, seu rol de intervenções ainda deveria contemplar a formação de sindicatos agrícolas locais e uniões de sindicatos federais e de sociedades cooperativas, independentemente do gênero¹³⁶. Em termos de fomento à ciência a SBA previa a promoção de “estudos especiais sobre cada assunto agrônomo e consulta aos melhores especialistas em qualquer ramo de agronomia no país e no estrangeiro”, impressão de revistas, boletins, almanaques, livros didáticos, etc., e a realização de “investigações científicas, técnicas, econômicas e estatísticas sobre assunto de seu programa”, vulgarizadas em visitas aos lavradores, criadores e estabelecimentos de indústrias rurais e escolares, bem como a institutos correcionais e penitenciárias de menores e adultos.

¹³⁶ De acordo com Mendonça, havia dentro do movimento cooperativista na Primeira República uma vertente que identificava cooperativa e sindicato, e cujo sentido fundamental era fazer do sindicato um “meio de contrarrestar tendências baixistas vigentes no mercado, propunha sua multiplicação de modo a promover a quebra do 'círculo de ferro' da intermediação comercial e financeira, em benefício do lucro individual.” Será esta a linha adotada pela SBA tanto no Comício Agrícola de 1902 como no Congresso do Cacao em 1911 (MENDONÇA, 2002: 28).

Do ponto de vista da estratégia associativista a SBA se dispunha à convocação de comícios e congressos agrícolas, conferências públicas e exposições de produções agrícolas e máquinas, e lutar pela criação de crédito agrícola, imobiliário, mobiliário e pessoal, “propagando, aconselhando e animando a organização de bancos regionais e caixas locais”.

Em termos organização interna, mais uma analogia pode ser traçada entre IIBA e SBA, na medida em que esta apresentava quatro instâncias básicas idealizadas: uma Assembléia Geral dos sócios, uma Diretoria, comissões municipais e um Conselho Superior, equivalente ao Conselho Fiscal do IIBA.

À Assembléia Geral, aberta a todos os sócios quites com a associação, competia além das matérias de praxe (julgar contas, eleger a Diretoria e o Conselho Superior anualmente, alterar o regulamento orgânico) cabia “indicar à Diretoria medidas que devam ser tomadas em benefício da lavoura, quer pela SOCIEDADE, quer pelos poderes públicos”.

A Diretoria da SBA era composta de 11 membros não remunerados (um presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários e dois tesoureiros) e lhes competia a direção e administração da SBA priorizando a propaganda e desenvolvimento da lavoura, representando sobre os interesses agrícolas junto aos poderes federais e estaduais, sempre em concertação com o Conselho Superior, executando as decisões deste.

Composto por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, ao Conselho Superior incumbiam tarefas mais formuladoras que à Diretoria, a que cabiam tarefas mais executivas. O Conselho tinha especial papel no intercâmbio com a SNA, especialmente para emitir pareceres sobre representações de interesse geral para a agricultura nacional, que a Diretoria julgar necessário dirigir aos poderes federais.

Para as comissões municipais na instituição republicana previa-se o mesmo sentido de capilarização que o IIBA, mas a SBA previa mais que a organização da estatística ou o relato da situação da lavoura e das vias de comunicações de cada município. Cada comissão municipal deveria atuar especialmente na organização de sindicatos agrícolas locais e caixas rurais, ou introdução de processos novos e maquinismos “que favoreçam o progresso da agricultura, despertando e animando a iniciativa particular”, engajando se possível o intendente e o presidente do Conselho do município respectivo.

Art.15. As comissões municipais desempenham as seguintes funções:

- 1º Executar as decisões da Diretoria;*
- 2º Organizar a estatística rural do município, solicitando o auxílio dos poderes municipais e dirigindo circulares aos lavradores, criadores e industriais rurais, para que lhes forneçam os necessários esclarecimentos e informações;*
- 3º Promover a fundação de círculos de profissionais agrícolas, onde se reúnam freqüentemente para conversar sobre assuntos agrários, ler revistas, boletins e almanaques relativos à sua profissão e tratar da defesa de seus direitos e interesses;*
- 4º Fazer propaganda e animar a criação de sindicatos agrícolas, caixas de crédito rural, associações cooperativas de todo gênero e instituições tendentes a desenvolver o espírito de classe e a iniciativa particular;*
- 5º Representar junto aos poderes locais a favor de medidas protetoras da lavoura, como sejam, abertura de estradas, construção de pontes, decretação de posturas, guarda e policiamento das matas, repressão da vadiagem, nos termos das leis, etc.;*
- 6º Reclamar contra os impostos municipais exagerados e os intermunicipais de trânsito, que dificultem o comércio dos produtos agrícolas e atrofiem a vida da lavoura;*
- 7º Prestar à Diretoria todas as informações e os esclarecimentos exigidos, devendo apresentar-lhe anualmente até um mês antes da reunião ordinária da Assembléia Geral, um relatório circunstanciado sobre o estado da agricultura do município e os melhoramentos que houverem sido iniciados ou realizados. (SBA. Estatutos, 1902).*

Para cada Comissão Municipal ou comissário que se destacasse nestas tarefas “tendentes a desenvolver o espírito de classe e a iniciativa particular” se concederia diploma de benemérito, uma medalha de prata e, reforçando seus laços com a SNA, tais prêmios seriam entregues “em sessão solene da Assembléia Geral, remetendo cópia da ata à SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA”.

O maior destaque ora conferido aos municípios se definia na destinação dos donativos, legados ou auxílio dos poderes públicos para serem especialmente aplicados na promoção do “progresso da lavoura municipal”, podendo a diretoria entregá-los à guarda e à administração da respectiva comissão municipal.

O fundo social da SBA consistia em: a) Jóias e anuidades dos sócios; Prestações, donativos ou legados particulares; c) Auxílios dos poderes públicos. (SBA. Estatutos. 1902. Art. 17). Outro aprofundamento da SBA em relação ao IIBA pode ser verificado na administração do respectivo fundo social, visto que os recursos que não tivessem aplicação efetiva seriam preferencialmente postos a juros em algum banco de crédito agrícola da capital ou empregado em letras hipotecárias agrícolas, em vez de qualquer instituição bancária como na instituição imperial (SBA. Estatutos. 1902. Art. 19).

A propósito dos sócios, a SBA seguia uma estrutura padrão das associações da sociedade civil, com quatro categorias (em número ilimitado): efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Seguindo a praxe da época, os sócios efetivos seriam os que residirem no Estado e pagassem e uma contribuição de ingresso e outra periódica. Os sócios correspondentes correspondiam aos que residissem fora do Estado. Mas aos honorários e beneméritos corresponderiam os membros que se destacassem no “melhoramento” da produção rural por meio da ciência ou da técnica, conforme previsto no seu artigo 3º:

§ 3º Serão honorários os que prestarem serviços à lavoura, reputados relevantes pela Assembléia Geral, já por meio escritos importantes, tendentes a melhorar a lavoura e selecionar a raça pecuária, já inventando ou introduzindo no Estado processos ou maquinismos que facilitem ou tornem mais remuneradores a cultura e o fabrico.

§ 4º Serão considerados beneméritos os sócios ou pessoas estranhas à SOCIEDADE, que fizerem donativos não inferiores a cinco contos de réis, ou prestarem serviços reputados da maior relevância pela Assembléia Geral, e neste caso ser-lhes-á conferida uma medalha de ouro, igual à das Comissões Municipais beneméritas; observadas as mesmas formalidades.

Um último comentário acerca dos estatutos deve ser feito a respeito do artigo 21, onde se estabelecia outra similaridade da SBA com o IIBA e com a SNA, enquanto entidade consultiva dos governos:

Art. 21. A SOCIEDADE prestará ao governo do Estado todos os esclarecimentos que forem exigidos, consultará e dará parecer sobre os projetos e as medidas que o mesmo lhe apresentar e o auxiliará pelos meios ao seu alcance.

Bahia, 21 de fevereiro de 1902.

A SBA, por seu turno, não se restringiu a responder a consultas do governo do Estado, mas ocupou-o, seja no seu secretariado, seja inclusive associando o então governador, Severino Vieira (1900-1904), seja elegendo após a fundação da associação o seu Vice-Presidente, José Marcelino de Souza, como governador (1904-1908), seja tendo como sucessor deste o seu sócio João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911).

Mais. Num movimento muito próximo ao desempenhado pela instituição-mãe – a SNA – especialmente no que tange ao associativismo, da diversificação produtiva, de espaços para atender suas demandas no interior do aparelho de Estado, da modernização agrícola pela difusão do ensino e das ciências agrícolas. O Comício Agrícola da Bahia de 1902 foi um primeiro passo de organização das demandas deste grupo¹³⁷.

O Comício Agrícola da Bahia constituiu momento privilegiado para a reorganização das reivindicações, diretrizes e estratégias traçadas pela reconfiguração das relações entre ciências e associativismo classista agrícola na passagem do Império para a República.

Das resoluções do Comício baiano se infere que ocorreu uma pauta de reivindicações que articula demandas priorizadas pelo IIBA com novas prioridades. Entre aquelas, medidas em prol do crédito agrícola e hipotecário, do “ensino profissional” e da lavoura da cana e seus produtos.

Entre as novas posições, uma defesa mais veemente de medidas de incremento da produção de cereais e legumes, bem como da lavoura e comércio de fumo, cacau, café e fibras têxteis, marcando-se a estratégia de diversificação da lista de produtos agrícolas, tanto de gêneros alimentícios quanto de *commodities*.

Articuladas com o melhoramento das grandes e pequenas culturas, a adoção de políticas facilitadoras da aquisição de máquinas e instalação de fábricas. Todas estas diretrizes são expostas como “afirmando a sua solidariedade com o Congresso Nacional de Agricultura, cujas conclusões adota”, solicitando dos poderes públicos e aconselhando aos agricultores baianos um corpo de providências em um conjunto de 39 conclusões.

Em primeiro lugar, a partir destas conclusões fica evidente que a par da vontade em trazer a Bahia a sua antiga posição, não se tratava de uma reunião em prol do açúcar, ainda que galvanizado por egressos da açucarocracia, na medida em que uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento dizia respeito à diversificação conciliando antigas e novas culturas, conjugada à modernização dos processos e redução de impostos.

¹³⁷ De acordo com Sonia Mendonça, na década de 1890 os primeiros “Comícios Agrícolas” eram assembleias organizadas com a finalidade de difundir *in loco* estratégias de compensação para os supostos desajustamentos provocados aos proprietários rurais pela supressão do braço escravo. Tendo por pólo dispersor o estado do Rio de Janeiro, funcionaram como aglutinação naquele estado para a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sendo que o idealizador dos Comícios fluminenses foi o primeiro presidente da SNA (MENDONÇA, 1997: 41).

O Comício julga de imperiosa necessidade:

a) O desenvolvimento e generalização da cultura dos cereais, legumes e solaneas, por meio de eficaz propaganda, obtendo-se para os seus produtos isenção dos impostos estaduais e municipais, diretos e indiretos e transporte barato; ensinando-se ao mesmo tempo aos agricultores os processos para conservá-los sãos e em boas condições de mercado.

b) Sem descurar das atuais culturas, iniciar-se, com esforço e decidido empenho, a do arroz, que já foi cultivado com proveito, neste Estado, e a do trigo. (p.35-36)

O investimento em ciência e, especialmente, no “ensino profissional agrícola” se manifestou numa manobra cuidadosa, onde se concluiu por reformar a EAB. Mas diversamente de uma atitude mais contundente como a de Fragoso, o Comício concluiu por uma solução negociada, onde cabia “Obter-se a Escola Agrícola de S. Bento, de acordo com a respectiva Diretoria e o Estado”. Daí se faria a reforma do seu ensino, conferindo-lhe feição prática, e, no que particularmente nos interessa, “sem prejuízo todavia do ensino científico, tendente a habilitar lavradores na aplicação dos processos modernos de agricultura”.

Trata-se de resolução que comporta tanto uma valorização da ciência como uma priorização da formação de lavradores na “aplicação dos processos”. Juntando-se a isso a recomendação de fusão da Escola Agrícola com a Fazenda Modelo e a Escola Correccional, localiza-se a primeira formulação do que viria a ocorrer de fato com a EAB. Como veremos mais adiante, estas seriam as linhas gerais expressas pelo decreto de avocação da EAB para o estado da Bahia.

O apelo à ciência se manifestou em outros pontos, como, por exemplo, na instituição de estações meteorológicas. Conjugando diversificação produtiva e ciência, a pecuária, ou para usar os termos então mais correntes, a “indústria pastoril”, foi um dos pontos que mais obteve espaço. O Comício aconselhava desde a conveniência de suprir as faltas provenientes da deficiência dos pastos baianos no plantio de forragens apropriadas para alimentos, passando pelo “aperfeiçoamento das raças pela seleção apurada, evitando-se o cruzamento entre animais consangüíneos”, entre recomendações detalhadas sobre que raças bovinas e cavalares deveriam ser importadas e aclimatadas.

Além de comícios e conferências, outro canal de atuação desta associação privada foi uma publicação estatal, o BOLSEAGRIBA.

O BOLSEAGRIBA foi bastante usado pela SBA, inclusive por meio de Miguel Calmon, para dar publicidade aos interesses fundamentais desta fração de classe. Mesmo ao Barão de S. Francisco, último presidente do IIBA, foi concedido espaço para

defender a direção da instituição sobre a EAB, mas também revelar as negociações para a transferência desta instituição para os poderes estaduais, revelando-se um processo muito mais negociado do que indica a bibliografia. No BOLSEAGRIBA, porém, O que mais destacou-se, pelejando particularmente pelo associativismo e cooperativismo foi também um dos últimos diretores do IIBA: o primeiro presidente da SBA, Joaquim Inácio Tosta ¹³⁸.

No artigo “Manifesto: A Agricultura e o Governo do Estado” ao tempo em que elenca as realizações do governo Severino Vieira (1900-1904), indica as principais expectativas da SBA com relação ao futuro governador José Marcelino de Souza (1904-1908), “um dos seus mais distintos diretores”. Cabe salientar que mesmo com a mudança de governo, o Secretário de Agricultura permaneceu o mesmo, Miguel Calmon (1879-1935), sócio-fundador da SBA e figura de proa da Sociedade Nacional de Agricultura ¹³⁹.

Tosta aproveita a ocasião para se queixar de que “não se cogitava da sistematização de proteção à lavoura por um departamento de agricultura central, estendendo, permanente e harmonicamente, a ação governamental por todo o país”, resumindo as aspirações quanto à existência de um órgão governamental que viabilizasse estas propostas, que seriam materializadas com a criação do MAIC em 1909 ¹⁴⁰.

A atuação da SBA apareceu nas páginas do BOLSEAGRIBA também para defender de forma incisiva a fruticultura como uma alternativa produtiva para a Bahia.

A conquista dos mercados de frutas na América do Norte bem poderá ser, d’ora em diante, um dos objetivos dos agricultores que possuem terras nos arredores desta capital ou nas regiões servidas por navegação marítima ou fluvial ou estrada de ferro, que ponham em fácil comunicação os pomares com os vapores que fazem o serviço marítimo inter-estadual ou transatlântico. As nossas frutas (...) podem constituir uma fonte abundantíssima de renda para os nossos agricultores e mais tarde, quando as relações comerciais estiverem bem desenvolvidas e firmadas, um recurso valioso para as finanças estaduais.

¹³⁸ Tosta liderou na Câmara dos Deputados, nos primeiros anos de 1900, como presidente honorário da Sociedade Nacional de Agricultura o lobby pela afirmação institucional de um espaço burocrático para agricultura que canalizasse demandas dos segmentos não cafeeiros. O Ministério da Agricultura foi aprovado em 1906 e implantado em 1909. Mendonça, 1997: 120.

¹³⁹ Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.47, 132 e, especialmente, os Quadros 1 (Sociedade Nacional de Agricultura. Presidentes: procedência e trajetória), p.197 e 9 (MAIC – Ministros titulares: procedência e perfil (1909-1930), p.207.

¹⁴⁰ TOSTA, Joaquim Ignacio. “Manifesto: a agricultura e o governo do estado” em BOLSEAGRIBA 1904; 1-2 (7-8):.3.

Estabelecendo como principal êxito da iniciativa no associativismo (“só a associação é capaz de dar batalha às poderosas sociedades que se formam por toda parte”), Tosta primeiramente traça um diagnóstico sobre a necessidade de transporte fácil, “em vapores apropriados, dotados de câmaras frigoríficas”, e a pesada taxação da exportação.

Quanto à taxa de exportação, os poderes públicos do Estado devem não só isentar de todo e qualquer imposto às frutas exportadas, como ainda animar a plantação, criando prêmios para os agricultores que apresentarem certa extensão de terreno coberta de árvores frutíferas e determinado número de bananeiras, laranjeiras, mangueiras, etc., além de distribuir, gratuitamente, plantas ou enxertos.

E assim, distribuindo sementes e plantas, agravando com impostos de importação, nos termos da Constituição Federal, os produtos estrangeiros, que têm similares no estado, isentando de direitos à exportação, obtendo das estradas de ferro redução de tarifa e concedendo prêmios, até 30 contos de réis aos plantadores do estado do Rio de Janeiro – Dr. Nilo Peçanha, tem conseguido desenvolver a plantação de arroz, alho, cebolas, laranjas, bananas, batatas, de modo a bastarem esses produtos ao consumo interno e serem exportados.

(...) A formação de um sindicato de plantadores de frutas, para o estudo e defesa dos interesses comuns, sem prejuízo da liberdade de agir de cada plantador em sua fazenda, muito contribuiria para a cultura e o comércio de frutas em nosso Estado ¹⁴¹.

A distribuição de plantas, sementes, enxertos, ensaios com gêneros alimentícios bem como culturas de exportação algumas das questões traçadas como do escopo do Instituto Agrícola da Bahia (IAB).

4.5. O Instituto Agrícola da Bahia

Em fevereiro de 1905, o governo do Estado da Bahia assumia a Escola Agrícola em São Bento das Lages com exclusividade. Até então, a EAB pertencia ao IIBA que mantinha a Escola com dotações do governo central no Rio de Janeiro e do governo local. Com a extinção destas verbas na passagem do século XIX para o XX, a diretoria, também presente na SBA, movimentou-se pela transferência, a fim de evitar a extinção do ensino agrícola em São Francisco do Conde.

Esta transformação da EAB de aparelho privado de hegemonia para uma agência diretamente inscrita no aparelho de Estado foi consolidada por dois

¹⁴¹ TOSTA, Joaquim Ignacio. “Cultura e exportação das frutas: o que devemos fazer” em BOLSEAGRIBA 1906, 1-3 (1-3): 59-61.

instrumentos legais: o Decreto 291, de 17 de fevereiro de 1905, de criação do “Ensino Profissional Agrícola” e organização do Instituto Agrícola da Bahia; e o Decreto 292A, que aprovava o regulamento do mesmo instituto.

Os decretos referentes ao IAB previam, por um lado, a formação de agricultores e trabalhadores rurais, “despertando nos alunos a aptidão industrial, mediante o trabalho metódico e racional”, e, por outro, o desenvolvimento de estudos e investigações experimentais, servindo também de centro de propaganda para divulgação de conhecimentos agrônômicos e veterinários.

O Decreto 291 punha a reformulada instituição sob a direção direta e imediata do Secretário de Agricultura, mas dava providências que extrapolavam o “ensino profissional agrícola”, projetando o estabelecimento de um conjunto de diretrizes que abria outros campos de intervenção, marcando no seu artigo 2º um movimento de complexificação e sofisticação da agronomia na Bahia, apesar da supressão do ensino superior:

- a) Escolas Práticas de Agricultura, destinadas a formar agricultores e criadores, capazes de explorar racionalmente e com o máximo de proveito econômico, por conta própria ou administração, as propriedades ou estabelecimentos rurais;*
- b) Escolas Práticas Elementares de Agricultura, com o fim de preparar feitores e trabalhadores, aptos para a execução racional dos serviços rurais;*
- c) Professores itinerantes, cuja função consiste em propagar os métodos racionais de trabalho rural, nos centros agrícolas e pastoris do Estado, realizando para tal fim, conferências e demonstrações **in situ**;*
- d) Estações ou laboratórios agrônômicos, e postos zootécnicos, que têm por objeto efetuar experiências e investigações acerca dos assuntos que sejam de interesse imediato para a lavoura e criação na zona onde se acham situados, servindo, ao mesmo tempo, de ilustrar os lavradores sobre os resultados dos estudos feitos;*
- e) Boletins e publicações, onde se consignem dados e observações, concernentes à indústria agrícola e pecuária, e conselhos práticos acerca do modo de se haverem os lavradores e criadores no exercício de seus vários misteres..*

O núcleo central deste sistema projetado seria o Instituto Agrícola da Bahia (IAB), montado a partir da fusão da Escola do IIBA, com a Fazenda Modelo de Criação (no Catu) e Colônia Agrícola Educadora. Devendo funcionar como núcleo, o IAB teria o papel de “centro do ensino profissional agrícola, que irá sendo difundido pelo Estado, na proporção das necessidades de suas várias zonas e na medida dos recursos orçamentários” (Decreto 291, Art.13)¹⁴².

Uma filiação direta, a principal característica mantida com relação ao modelo da EAB original, foi a divisão do ensino DESTINADO A ATENDER dois TIPOS DE público a partir de sua posição econômica, funcionando como mecanismo de reprodução social, i.e., a formação de proprietários ou administradores e a formação de mão de obra, no mesmo espaço institucional.

O IAB montaria com uma escola de agricultura para criadores e agricultores, formando-os para “explorar racionalmente e com o máximo proveito econômico, por conta própria ou administração, as propriedades ou estabelecimentos rurais” e uma escola elementar, a Colônia Agrícola Educadora, com o fim de preparar trabalhadores aptos para “a execução racional dos serviços rurais”. Desta maneira, a despeito de não mais conferir um diploma superior, a polarização do ensino entre dirigentes e executores foi mantida neste arranjo institucional.

Os alunos eram mantidos sob rígido sistema de vigilância (ou “polícia”), sendo-lhes terminantemente vedado fazer qualquer manifestação em contrário ao regulamento ou “reclamações coletivas”. Esta rígida disciplina que aproveitara muitos dispositivos da escola original, contou com um elemento novo. Eram previstos a prática obrigatória de exercícios militares, bem como cursos de esgrima, ginástica e música¹⁴³.

Os exames dos alunos se dividiam também em teóricos e práticos, com os teóricos SUBdivididos em exame escrito e exame oral, com um sistema de notas agora variando de 0 a 10 (aprovado de 02 a 09 e reprovado de 0 a 01). Eram considerados aprovados com distinção aqueles obtivessem nota 10. Plenamente aqueles entre 6 e 9.

¹⁴² O governo do estado poderia ainda subvencionar escolas de agricultura criadas pelos municípios ou particulares, desde que seus programas fossem submetidos e aprovados pelo Secretário de Agricultura, ficando sob imediata fiscalização do governo (Decreto 291A, Art.14).

¹⁴³ Mendonça identifica nos exercícios militares um dos elementos de configuração do *habitus* dos engenheiros agrônomos da ESALQ, visto que os rígidos princípios de disciplina, ordem e hierarquia, próprios do *ethos* militar integrariam a formação dos alunos da escola, mas este tema sequer seria mencionado pela historiografia do ensino agrícola (MENDONÇA, 1998, p.83-84). A prática de exercícios militares com cursos de ginástica e música no Brasil tem entre seus primeiros propositores o sócio da SAIN e do IIFA, Carlos Augusto Taunay, que advogava estes dispositivos mas matérias do ensino em fazendas-modelo por ele preconizadas (TAUNAY, 2000).

Simplesmente entre 2 e 5 e reprovado de 0 a 01. A média era obtida pela soma dos exames teóricos com o prático.

A principal mudança, a partir do novo escopo do IAB, foi o enfoque no ensino prático, devendo promover além do ensino das noções necessárias de agricultura e veterinária, exercitando os alunos “em todos os misteres agrícolas”. Para consecução deste objetivo seriam organizadas visitas e excursões a fazendas de criação, campos de cultura, fábricas de açúcar entre outros estabelecimentos rurais, visando habilitar os alunos na administração e demais ramos de exploração agrícola (Dec. 292A, Art.3º). O caráter eminentemente prático se reflete no currículo significativamente simplificado, e com a supressão da defesa de teses pelos alunos.

O curso da Escola Agrícola foi reduzido de quatro para três anos, com conseqüente redução das disciplinas, especialmente no que diz respeito ao ensino de matemáticas superiores, supressas, e das ciências naturais, reduzidas ao ensino de noções e princípios. A distribuição das matérias para o curso de agricultores e criadores era a seguinte :

1º ano – Aritmética, noções de geometria e trigonometria prática, de geografia e história do Brasil, desenho linear. Noções de física, química, meteorologia e ciências naturais. Rudimentos de agricultura e pecuária.

2º ano – Noções de química agrícola, agricultura geral, entomologia agrícola. Higiene e criação dos animais domésticos; seu aproveitamento, leiteria, engorda, etc. Noções sobre os inimigos e moléstias mais comuns entre os vegetais e animais, meios preventivos e de tratamento; beneficiadores naturais da agricultura.

3º ano – Noções de fitotecnia, apicultura e sericicultura. Elementos de engenharia rural; rega, fertilização e dessecação das terras; máquinas úteis e ferramentas necessárias numa exploração rural. Desenho aplicado aos aparelhos e construções rurais, planos de jardins e culturas. Princípios de economia, legislação, administração e contabilidade rural.

O curso para trabalhadores rurais compreendia nos seus respectivos três anos:

1º ano – Primeiras letras. Rudimentos de agricultura e pecuária.

2º ano – Língua portuguesa, noções de aritmética e geometria prática, de geografia e história do Brasil. Rudimentos de ciências físicas e naturais. Noções de agricultura geral, arboricultura e horticultura.

3º ano – Noções de agricultura especial, apicultura e sericicultura. Lavra mecânica, fertilização e rega do solo; noções de criação e higiene dos animais. Princípios de contabilidade e economia rural. Noções de desenho e feitura de modelos.

Mesmo com a menor duração dos cursos e conseqüente redução das matérias, os currículos mantiveram uma clivagem entre execução e concepção, ou nos próprios termos da lei do IAB, a divisão do ensino entre “direção racional” e “execução racional”. Desta maneira, tratar-se-ia de cursos que proporcionariam capitais simbólicos distintos, apesar das disciplinas em comum, reproduzindo social e simbolicamente no seu interior os lugares dos segmentos dominantes e da massa da população rural. A análise das matérias revela a diferenciação e hierarquização dentro da aparente homogeneidade.

Voltando às duas listas de conteúdos acima, pode-se verificar que, ainda que as cadeiras sejam praticamente as mesmas, para o curso de “Criadores”, são “Noções” no que diz respeito às ciências físicas e naturais, enquanto que “rudimentos”, na parte “aplicada” das matérias. No curso de trabalhadores, ao contrário, estes terão “Noções” da parte “prática” e “rudimentos” das ciências.

Com as matérias distribuídas agora em quatro seções podem ser detectadas linhas de continuidade com a proposição dos estatutos de 1875, mantendo as matérias que mais se constituíam como elemento distintivo frente ao curso dos trabalhadores, i.e., Engenharia e Economia (agora reunidas numa só cadeira), e outro marco distintivo da escola original, com ênfase na química, especialmente a química agrícola, na quarta cadeira¹⁴⁴.

Em termos de orientações pedagógicas da SEAGRIBA, o Regulamento do Instituto definia com bastante mais detalhe a atuação do corpo docente nas aulas. De um equilíbrio entre o ensino teórico e ensino prático da antiga escola, as lições práticas passariam a ter o dobro do tempo consumido na preleção, incluindo aulas aos sábados.

¹⁴⁴ 1ª cadeira – Primeiras letras e língua portuguesa. 2ª cadeira – Aritmética, geometria e trigonometria prática. Geografia e história do Brasil. Desenho linear. 3ª cadeira – Ciências físicas e naturais. Rudimentos de Agricultura e pecuária. 4ª cadeira – Química agrícola, agricultura geral, fitotecnia, entomologia agrícola, apicultura e sericicultura. 5ª cadeira – Higiene e criação dos animais domésticos, seu aproveitamento, leiteria, engorda, racionamento, etc. 6ª cadeira – Moléstias mais comuns entre os animais e vegetais, meios de prevenção e tratamento; beneficiadores naturais da agricultura. A sétima cadeira era: “Engenharia rural, etc. Administração, contabilidade, legislação e economia rural. Desenho aplicado às construções rurais, etc.” (Dec.292A, art. 7º, 7ª cadeira).

As aulas deveriam centrar-se na observação, repetição, experiência. Os alunos deveriam “deduzir por si das observações dos fatos as conseqüências naturais e lógicas”. Era recomendado o uso de ilustrações, comparações e estampas. Em vez do uso de ditados e compêndios, o interesse dos alunos deveria ser despertado, especialmente, pelas experiências nos laboratórios, museu e gabinetes sem prejuízo da prática obrigatória nos campos de experiências e demonstração.

Ainda que sob esta orientação geral em detrimento da “teoria”, aqui também se marcaria uma distinção entre o curso de proprietários e administradores e o curso de trabalhadores. As exposições teóricas deveriam durar no máximo meia hora para o curso de agricultores, enquanto que no curso de trabalhadores “a exposição teórica dura, no máximo, 20 minutos”. De outro lado, os trabalhos de campo e oficinas durariam ao menos três horas por dia. No total, cada aula do curso de agricultores duraria uma hora e meia, enquanto que o curso de trabalhadores durava no máximo uma hora. Ambas divididas em três tempos para exposição da matéria nova, recapitulação da lição da véspera e demonstrações, respectivamente, mas com evidentes distribuições desiguais no volume de bens simbólicos.

O ensino deveria ser ministrado pelos professores de modo a desenvolver aptidões nos alunos para demonstrações, observações, deduções e experiências, através de “exemplos simples e eloqüentes, comparações justas e oportunas, cálculos fáceis e exatos”, limitando ao máximo a leitura das lições. Desta forma, cabia ao professor realizar “as demonstrações e experiências, sempre que possível, no laboratório, no museu, nos gabinetes, no campo e outras instalações, “sem prejuízo dos exercícios clássicos da prática obrigatória, nos campos de experiência e demonstração” (Dec.292A, Art.18).

Na pauta das atividades do IAB, caberiam investigações de química e fisiologia vegetal e animal, ensaios práticos de cultura e criação de animais, o estudo de moléstias de plantas e animais domésticos, o desenvolvimento de indústrias relacionadas aos laticínios, açúcar, vinho e álcool, além de repressão a fraudes no comércio de estrumes e sementes, estudos meteorológicos e climatológicos e a realização de consultas, análises e experiências junto aos agricultores.

A parte experimental alcançaria na passagem do IIBA para a SEAGRIBA, uma maior ênfase em particular com a idealizada instalação de campos de experiência e demonstração, gabinetes e laboratórios, que realizariam um corpo de atividades mais

sofisticadas e determinadas. Esta complexificação se direcionava, porém, não só para os cursos, mas também para a prestação de serviços de consulta aos proprietários e produção de dados para subsidiar a política agrícola do governo estadual:

- a) *Observações meteorológicas e estudos climatológicos;*
 - b) *Estudos acerca de solos e águas;*
 - c) *Estudo dos pastos espontâneos e das plantas cultivadas ou silvestres, que possam ter aplicação agrícola ou industrial;*
 - d) *Cultivo comparado dos ditos vegetais e estudo experimental dos que sejam adequados à região, pela melhor adaptação ao solo e clima e importância econômica;*
 - e) *Estudos a respeito da escolha e seleção de sementes e seus efeitos;*
 - f) *Ensaio sobre as rotações e alternância de culturas, mais indicadas para aumentar a produção e evitar o esgotamento do solo e a degeneração das espécies ou variedades;*
 - g) *Estudos e experimentos, com relação ao enriquecimento do solo, em substâncias nutritivas;*
 - h) *Exame das moléstias que atacam as plantas e estudo dos meios de preveni-las e curá-las;*
 - i) *Estudos sobre animais e vegetais úteis, e os prejudiciais a agricultura, e maneira de destruir uns e propagar os outros.*
- (Dec. 292A, Art. 28).

O caráter de Instituto de serviços para particulares como para o governo se verificava também pela instituição da distribuição sistemática de mudas e sementes produzidos nos seus terrenos, bem como a publicação dos seus trabalhos em boletins, para distribuição gratuita ou publicados em jornal de grande circulação.

No do Regulamento do governo estadual, a ampliação das responsabilidades do seu quadro pessoal e de suas instalações no campo da experimentação e da prestação de serviços consistiram o traço que singularizou o projeto desta fase da escola. O ensino para a reprodução hierárquica de quadros para gestão e para execução das lides agrícolas, contudo, continuaria sendo o norte central, como o próprio título do Decreto 291 de fevereiro de 1905 para criação do IAB não deixa dúvidas, i.e., o “ensino profissional agrícola no Estado”.

O futuro diretor e seus auxiliares profissionais seriam contratados especialmente para a realização de atividades experimentais, mas suas atividades deveriam convergir para fortalecer a parte “prática” do “ensino profissional agrícola”. A considerar apenas o Regulamento baixado pela Secretaria de Agricultura, as atividades de ensino, práticas e administrativas deveriam ter sido bastante interligadas. O quadro

de pessoal do Instituto, mesmo os mais voltados às questões administrativas, tinham que participar das atividades experimentais e/ou de ensino.

Distintamente dos seus antecessores na escola superior, o Diretor tinha responsabilidades no movimento científico da instituição. O perfil delineado era o de “um profissional de competência, provada por seus trabalhos e estudos especiais de agronomia, feitos no país ou estrangeiro”¹⁴⁵. Além dos tramites administrativos, cumpria-lhe emitir pareceres a partir de consultas e realizar análises e experiências.

O Vice-Diretor também tinha de ser professor, reunindo atribuições docentes e administrativas. Integravam o corpo do IAB um secretário, um químico, um chefe de culturas e um zelador zootécnico como auxiliares diretos do diretor.

A simbiose entre atividades administrativas e de pesquisa também é ilustrada pelo secretário do Instituto, por exemplo, que além das tarefas eminentemente burocráticas cabia dirigir o serviço meteorológico do IAB, a partir de instruções do chefe do serviço meteorológico e, obviamente, do diretor (Art.43). Ao secretário era atribuído também o ensino da segunda cadeira de modo que desempenhava tarefas burocráticas, experimentais e didáticas.

O Regulamento dispunha de uma estrutura de posições no interior do IAB, onde diferentes capitais científicos são requisitados conforme os cargos e destas posições distintas margens de autonomia, prestígio e recompensa se estabeleciam. Isto se caracteriza, por exemplo, no caso do cargo de químico.

Para ocupar este cargo se exigia que fosse um “especialista notoriamente conhecido por seus trabalhos práticos, no domínio da química agrícola e industrial”, realizando os trabalhos técnicos de laboratório de uma parte, e dirigindo os alunos do Instituto na prática dos trabalhos que estivessem sob sua competência. Suas atribuições, contudo eram estritamente técnico-científicas.

O chefe de culturas conduziria os trabalhos de cultura e exploração dos terrenos do Instituto (Art.132 e 133). O zelador zootécnico se encarregaria das experiências com os animais, devendo entre suas atribuições registrar em livro especial a genealogia e biografia de cada animal individualmente. Ambos deveriam dirigir os operários agrícolas do IAB, apresentar folha de pagamentos semanalmente, anotar em livro próprio os serviços diários, zelar pela conservação e guarda dos instrumentos e prédios, bem como da exploração econômica dos respectivos serviços, i.e., produção

¹⁴⁵ O diretor também era responsável pela redação e publicação de memórias, monografias e notícias sobre agronomia e trabalhos realizados no IAB, e pelo estabelecimento de correspondência com instituições estrangeiras congêneres, com especial atenção a permuta de publicações.

vegetal e produção animal. De cada um se exigia apenas que fosse um “profissional experimentado”.

Passando pelo Diretor, pelo Químico e pelos chefes de trabalhos culturais e zootécnicos, a serem contratados no exterior, podemos observar uma gradação, que vai de um “profissional” com “estudos e trabalhos”, passando por um “especialista” com “trabalhos práticos” até chegarmos a cargos que não exigem nem estudos, nem especialidade, mas “experiência”. Observando-se a tabela de vencimentos, nota-se que os maiores salários são do diretor e do químico, e não do diretor e do vice-diretor, e os “profissionais experimentados” seriam feitos equivalentes dos professores com diplomas superiores. Esta discrepância entre formação e posição seria contrabalançada simbolicamente pela origem geográfica dos contratados (européia), mas também PELA capacidade supostamente mais prática e eficaz que dos nacionais, restritos à docência. Os professores, principais responsáveis pelo ensino, dividiam-se, hipoteticamente, em três níveis: professores, adjuntos e conservadores, com os dois últimos fiscalizados pelos primeiros. Cabia aos professores ainda enviar ao diretor e ao Secretário de Agricultura “relatório para dar conta do movimento científico e econômico do Instituto” (Art. 48, 6º).

O Decreto 292A reúne uma minuciosa descrição do processo de provimento do corpo docente no seu capítulo XII. Além de “condições físicas e morais”, os candidatos precisavam ter habilitação profissional comprovada “por diploma de qualquer estabelecimento agrônomo ou científico”, no Brasil ou estrangeiro. O concurso previa quatro etapas: defesa de tese, prova escrita, prova oral e prova prática.

A tese era um trabalho original impresso, organizado em uma dissertação “fundada em experiências e observações práticas” do candidato, sobre TEMA livremente escolhido dentro das matérias da cadeira em concurso e proposições sobre as matérias técnicas da respectiva cadeira. Além da organização da tese em dissertação e proposições, também marca continuidade com a fase original da escola uma comissão avaliadora composta por três professores, indicada pela congregação¹⁴⁶.

Os professores tinham obrigação de assistir às sessões da Congregação, apresentar os programas das matérias e os pontos de exame de suas matérias, dirigindo as instalações correlatas às aulas, fiscalizando os serviços dos professores adjuntos e conservadores¹⁴⁷. Incumbia ainda aos professores dar auxílio ao diretor na elaboração de

¹⁴⁶ Este dispositivo jamais foi usado, contudo. Todos os professores foram nomeados pela Secretaria da Agricultura, na instalação do IAB, e o eabiano Feliciano da Rocha foi contratado para a 7ª cadeira em 1910, último ano de funcionamento do *Instituto*. Cf. Atas da Congregação, 1907-1910.

¹⁴⁷ Este artigo também jamais foi viabilizado, ocorrendo casos como o do professor João Silveira que era

trabalhos científicos e nas respostas a consultas dirigidas ao IAB por agricultores ou pelo governo, aceitar comissões científicas e realizar conferências, por determinação do diretor ou do Secretário de Agricultura.

Em 1905 o IAB é implementado. Em 1906 ocorre a contratação de Zehntner e seus auxiliares europeus. Em 1907, os cursos começam a ser implantados e o quadro pessoal do *Instituto* era composto por L. Zehntner como diretor; João Ladislau de Cerqueira Bião como vice-diretor, professor (e médico); Victor Argollo Ferrão, Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e com curso de agronomia em Grignon (França); J. Silvério Guimarães e João Silveira, eabianos diplomados em 1893 e 1897. Guimarães já havia sido professor da EAB original, enquanto Silveira era do quadro da SEAGRIBA, tendo inclusive dirigido o Campo de Viticultura de Juazeiro até sua transferência ao IAB (1901-1905).

Completavam o quadro de funcionários, na parte técnica: Carlos Ernesto Julius Lohmann, químico; Edmund Schubert, agrônomo e zelador técnico; J. J. A. Bulcão, auxiliar agrônômico; prof. Christino Neves, da Colônia Agrícola Educadora, além dos funcionários administrativos e diaristas¹⁴⁸.

Os ex-alunos da EAB, i.e., os eabianos, tiveram presença relevante nesta fase da instituição. Foram estes personagens que fizeram funcionar de 1907 a 1910 os cursos no IAB, e não Leo Zehntner que está em geral ausente ou em franca oposição às atividades de ensino agrícola.

Havia no IAB, quando da chegada dos contratados europeus, um núcleo de profissionais da agronomia com vínculos diretos ou indiretos com aquele espaço. No corpo docente, além de João Silvério Guimarães e João Silveira, podemos considerar como “eabiano” o professor e vice-diretor João Ladislau de Cerqueira Bião, haja vista sua presença em São Bento das Lages desde 1877 (chegando até 1930), ocupando diversas vezes a diretoria, interina ou efetivamente. E Argollo Ferrão, ainda que formado em outras instituições, era agrônomo por Grignon e descendia da família Argollo Ferrão, com presença em associações agrícolas como a SACIPBA ou o IIBA.

Zehntner aportou em uma instituição que já contava com uma história e com um grupo de agrônomos que partilhavam um conjunto de práticas e representações plasmado naquele espaço. Portanto, o cientista suíço foi contratado para dirigir uma instituição integrada a um projeto de construção de hegemonia no plano estadual e professor da 4ª cadeira (Agricultura) e secretário, ou seja, assumia mais uma cadeira, mais os trabalhos da secretaria e mais os registros meteorológicos Cf. Atas da Congregação, 1907-1910, especialmente referentes aos anos de 1909 e 1910.

¹⁴⁸ Cf. Atas da Congregação, 1907-1910. FIÚZA, 1934; BAHIA, 1936.

contra-hegemonia no plano nacional, institucionalizada nos Decretos estaduais de fevereiro de 1905, como contava com uma Escola de três décadas de atividade, e um grupo de agentes que participaram de sua implantação como professores, como alunos ou como parte das frações de classe dominante.

Esta combinação entre antigos quadros e recém-chegados não foi pacífica. Nas reuniões da congregação da escola do IAB começa a se traçar um quadro em que muito em vez de uma integração entre ensino e pesquisa, verificou-se um processo algo diverso. O trabalho com as atas da congregação trouxe à tona a dimensão menos explorada pela literatura em torno do Instituto Agrícola, seja Tourinho, Fiúza ou Baiardi: o prosseguimento do ensino em São Bento das Lages pelos seus próprios egressos e ex-mestres.

Em 1907, as aulas do curso de agricultores e criadores, e o de feitores e trabalhadores rurais, funcionaram experimentalmente. Em abril, de acordo com Fiúza, Zehntner teria dado um ultimato ao governo, ameaçando romper contrato se suas exigências (mais trinta contos de verbas, o fim do ensino e o IAB exclusivamente no feitiço de uma estação experimental). Um mês após este episódio, o tom do diretor teria mudado significativamente conforme o *Livro das Atas da Congregação da Escola Agrícola*, cujo registro é de que:

(...) o Dr. Governador do Estado Dr. José Marcelino de Souza, que foi saudado pelo Dr. L. Zehntner, diretor do Instituto Agrícola, significando em eloqüente discurso os sentimentos de aplausos de parte do pessoal docente, pelos relevantes serviços prestados com a restauração do ensino agrícola, sob feições práticas e modernas, salientando as dificuldades que foi preciso vencer (...). (IAB. Livro de Atas da Congregação. Ata da sessão solene da congregação da Escola Agrícola de São Bento das Lages. 06/05/1907.

As *Atas da Congregação* retratavam o funcionamento de um curso preparatório para os futuros alunos em 1907, com prosseguimento das matrículas e dos cursos nos dois anos seguintes. Em 1910, sob a possibilidade de uma reforma no IAB, as matrículas cessam no curso de agricultores e criadores. Os elogios de Zehntner não significaram um recuo de suas posições.

As verbas que exigia de cento e cinquenta contos (150:000\$000) não só foram obtidas como ampliadas para cento e oitenta contos (180:000\$000), conforme queixa do

professor Argollo Ferrão, denunciando que apesar da ampliação dos recursos nada foi feito para aquisição dos aparelhos científicos solicitados para sua cadeira¹⁴⁹.

Zehntner só esteve presente nas congregações durante o ano de funcionamento de 1907. Após a sessão do dia 14 de maio de 1908 até o fim do contrato do diretor suíço, Cerqueira Bião, como vice-diretor que assumiria de fato a presidência da Congregação.

E esta, mesmo subordinada ao diretor, não deixou de fazer suas proposições, mesmo e principalmente quando estas se chocavam com suas expectativas, como se registra, por exemplo, na sessão de 23/02/1908, onde o diretor comunica que “dirigiu ao Governo do Estado um ofício, opondo-se a algumas decisões da Congregação, relativamente às matérias a ensinar no ano corrente, não tendo obtido resposta”.

Depois Zehntner passou a comunicar suas decisões através do vice-diretor, por escrito, dentre elas, uma que implicava numa vitória de suas concepções, caso fosse efetivada, pois sua prioridade seria expandida e o ensino reduzido:

*Conforme as comunicações do Sr. Dr. **Frederico Pontes**, o Governo quer abolir os dois cursos existentes, e fundi-los em um só, diminuindo um pouco o programa do ‘Curso de Agricultores e Criadores’ e ampliando o do ‘Curso de Feitores’. Se se mostrar a necessidade de formar Engenheiros Agrônomos, serão organizados cursos teóricos na Escola Politécnica da Bahia, seguidos de cursos práticos no Instituto Agrícola, que **terá uma Estação Experimental mais alargada e provida de maior pessoal técnico** [Grifo nosso]¹⁵⁰.*

Os professores Cerqueira Bião e João Silveira, que por sinal se alinhavam às posições de Zehntner segundo as atas, seriam mantidos dentro desta proposta de reorganização. “Quanto aos Srs. Drs. Guimarães e Argollo”, que eram os que mais contestavam a administração do ensino agrícola no IAB seriam recolocados “provavelmente” na Escola Politécnica da Bahia. Tais propostas dependiam, porém, do Congresso Estadual, que não as aprovou.

¹⁴⁹ IAB. *Atas da Congregação*, 08/03/1910.

¹⁵⁰ IAB. *Atas da Congregação*, 27/02/1909.

Mesmo que tendo se limitado a uma proposição que não teve efetividade, este ensaio de supressão não mais do ensino, mas da própria Escola Agrícola no interior do IAB, submetendo todo o ensino técnico-científico, inclusive agrícola, para a EPOBA, inseriu-se nas disputas do campo científico das engenharias na Bahia.

Frederico Pontes não era somente um membro do primeiro escalão estadual. Tendo substituído interinamente Miguel Calmon du Pin de Almeida durante sua missão de estudos e pesquisas no exterior que culminou na contratação de Zehntner, Pontes ingressou no corpo docente da Escola Politécnica da Bahia (EPOBA), em 1906, como lente substituto, tornando-se catedrático de Materiais de Construção¹⁵¹.

É preciso considerar que os três principais movimentos para subordinação ou extinção da EAB na SEAGRIBA (depois Diretoria da Agricultura) foram encaminhados por eporjianos (formados pela EPORJ, Escola Politécnica do Rio de Janeiro), ou seja, Arlindo Fragoso, Miguel Calmon du Pin e Almeida e Frederico Pontes, formados em 1885, 1900 e 1897, respectivamente. O domínio dos eporjianos no primeiro escalão da agricultura nas duas primeiras décadas republicanas foi absoluto. De Fragoso a Pontes, todos foram diplomados pela EPORJ. E todos eram catedráticos da EPOBA.

Se observarmos o quadro I, verificaremos que mesmo a titularidade das Delegacias de Terras, onde a presença eabiana é forte. Mas qual a posição na estrutura destes órgãos. Numa posição imediatamente subalterna, de menor prestígio principalmente em termos de vencimentos, os eabianos eram maioria, como auxiliares dos delegados. À medida que o prestígio se eleva, no caso dos titulares das Delegacias, os eabianos dividiram igual espaço com os egressos da Escola de engenharia da capital da Bahia, ou do Rio de Janeiro.

Verificaremos que à medida que a EPOBA diplomava cada vez mais profissionais de nível superior, a EAB estagnou nos últimos formados em 1904, somente retornando ao patamar superior nos anos 1920, quando a EPOBA já havia diplomado 222 engenheiros civis, 65 engenheiros geógrafos e 4 bacharéis em ciências físicas e matemáticas, ocupando de forma massiva a área da engenharia no campo científico baiano (anexo VII).

Uma dimensão importante representada pela IAB na institucionalização da agronomia na Bahia e no Brasil é sua canalização exclusiva para questões agrícolas e

¹⁵¹ Após sua passagem pela Diretoria da Agricultura, foi nomeado diretor da Companhia Cessionária das Obras do Porto da Bahia, com destacada atuação na coordenação dos trabalhos de construção do Porto de Salvador (Porto da Bahia), cujo primeiro trecho de cais foi inaugurado a 13 de maio de 1913, além de outras obras de viação. Cf. FARIA, Sérgio Fraga Santos. Escola Politécnica, Tradição de grandes nomes na História da Bahia. Salvador: Helvécia, 2004. 160p.

zootécnicas, acompanhando um movimento que a EAB já apresentava nos seus últimos anos, nas suas teses, quando os temas são estritamente referentes ao mundo rural, num movimento de “desengenheirização”.

No capítulo anterior tratamos da presença majoritária de formados em engenharia no Rio de Janeiro no corpo docente da EAB, bem como a presença significativa de teses de conclusão de curso voltadas para a área e mesmo a atuação de eabianos em campos de atuação típicos do engenheiro civil. O que queremos assinalar é que a EAB surgiu no mesmo movimento de criação da EPORJ e da EMOP, com uma maior especialização da engenharia no Brasil. Ela surge como agência do campo da engenharia. Com um *habitus* muito próprio, único, com todas as interseções com seus pares/concorrentes.

Um *habitus* onde a economia com forte viés sociológico, a química agrícola, as ciências da natureza, a fitotecnia e a zootecnia, no decorrer do tempo foram assumindo mais volume, modificando a composição da estrutura do *habitus* eabiano. O que queremos afirmar é que o IAB, contribuiu para o processo de diferenciação e distinção da EAB e de seus egressos e professores, demarcando sua identidade como um campo próprio, mais “agronomizado”, um campo agrônomico.

Mesmo com todas as hierarquias e disputas desenhadas no interior do IAB, revelados pela legislação oficial e pelas atas da Congregação, algumas questões devem ser feitas ou reformuladas.

As atas da congregação e o Regulamento de 1905 constituíram uma primeira fonte para alcançarmos o funcionamento daquela instituição. Mas qual era o plano mais amplo em que se inseria a instituição? Quais eram os seus respectivos interesses, prioridades e posições? Quais seus respectivos aliados e opositores? Quais temas e áreas foram priorizados? Qual o perfil dos demais profissionais desta instituição, além dos professores eabianos? De que maneira ocorreram a pesquisa e a vulgarização da agronomia dentro deste modelo institucional? Como os recursos eram destinados e utilizados? Como numa dimensão mais geral profissionais, agricultores e governos (estadual e federal) interagiram?

Os relatórios da diretoria do IAB abriram uma compreensão de Zehntner sobre a forma de organizar as ciências agrícolas. Como no campo do ensino, o poder do diretor se fez sentir e teve efeitos duradouros em termos de atividades experimentais e de serviços, contudo, como na Escola, não bastaram os dispositivos legais ou o prestígio científico do diretor para garantir que suas expectativas fossem atendidas.

A teia de divergências ultrapassou a diretoria do fitopatologista à frente da instituição baiana. No penúltimo ano de funcionamento do IAB, foi estabelecida uma situação conflituosa entre o diretor Zehntner e subalternos tanto no âmbito da pesquisa como no âmbito do ensino do Instituto.

Lohman, químico, perdera o cargo em abril, “em virtude de manifesta incompatibilidade com o Diretor”, ou seja, com o próprio Zehntner. Contudo, para não expor a constrangimentos um profissional estrangeiro, ali empregado por mais de dois anos, concedeu-lhe o Governo permissão para terminar alguns trabalhos químicos, e confeccionar o seu relatório. Também foi exonerado do cargo de assistente químico do *Instituto*, o Farmacêutico Durval Borges de Moraes.

O *timing* da chegada e saída dos estrangeiros se faz relevante para dimensionarmos seu papel na institucionalização da agronomia na Bahia. Em primeiro lugar, considerando que a escassa bibliografia que trata do IAB ressalta este período como de intensa atuação dos profissionais estrangeiros, um período áureo com a presença de Zehntner, Lohmann, Bigler e Zollinger (BAIARDI, 2001; FIUZA, 1934).

A importância da cronologia é importante, tendo em mente que o Decreto criando o IAB e o ensino profissional agrícola na Bahia precede à sua chegada em mais de um ano. Zehntner assinaria contrato em junho de 1906, e trabalharia efetivamente a partir de 1907. A colaboração Bigler e Zollinger para as pesquisas do IAB apenas aconteceram em 1910. O químico Lohmann e seu assistente Moraes foram substituídos, respectivamente, por Paul Bigler e Walter Zollinger, contratados em Berna (Suíça), chegando em janeiro de 1910, tendo imediatamente entrado no exercício de seus cargos.

Mas um dos principais embates no interior do IAB se deu entre o engenheiro civil e agrônomo por Grignon Argolo Ferrão e Zehntner. No relatório referente ao ano de 1909, Zehntner não deixa de registrar que “como de costume, o Sr. Dr. V. A. Argolo Ferrão brilhou por uma longa ausência” de mais de 3 meses.

Não obstante, Zehntner presta conta do movimento científico da instituição como as observações meteorológicas executadas em 1908 pelo agrônomo Edmundo Schubert, registrando a aquisição de instrumentos registradores (“*Termógrafo, Hidrógrafo, Barógrafo e Heliógrafo*”, assim como o *Actinometro*”), sendo estas publicadas no *Boletim da Agricultura*, (abril a junho de 1909; janeiro a março e julho a setembro de 1909).

A organização da Biblioteca fez algum progresso com a entrada de 173 trabalhos distribuídos em volumes, fascículos e brochuras, além da organização das

teses de conclusão do curso de engenheiro agrônomo, encadernadas para a Exposição Comemorativa de 1908, no Rio de Janeiro (ZEHNTNER, 1913: 10).

O vulto das coleções do museu fazem-no, na visão de Zehntner, “um dos raros, deste gênero, em toda a República”, solicitando um *preparador-conservador* que cuidasse principalmente das Coleções Zoológicas. Apesar disso, em sua gestão não houve em suas próprias palavras qualquer alteração, exceto para o gabinete de Física, aumentado com certo número de instrumentos, sobretudo destinados à meteorologia.

Coerentemente com sua larga ausência da Congregação da Escola do IAB, são feitas críticas contundentes à parte escolar do curso de agricultores e criadores: “Como de costume, este curso pouco satisfaz, não pelo número bastante restrito dos alunos, mas pela qualidade deles, referindo-se ao seu preparo deficiente e ao pouco zelo revelado pelos mesmos.” (ZEHNTNER, 1913: 11-12).

Dois foram os focos centrais da crítica de Zehntner. O principal defeito da Escola estava no “recrutamento de meninos, dos quais 90 a 95% não querem absolutamente saber da Agricultura e da criação”, reforçado pelos gastos com o internato. Muito mais atenção concedeu à “Parte Prática”, i.e., às atividades de ensaio e experiências.

Não que neste plano as coisas tenham transcorrido ao seu gosto. Zehntner menciona sem detalhar “circunstâncias que impedem um bom desenvolvimento dos trabalhos nos laboratórios”, deixando subjacente seu anseio de reformulação da instituição mas, com certo pessimismo já indicando não ter esperança de que a reorganização do *Instituto se realizasse em breve*.

A “discórdia suscitada entre o químico e a Diretoria do Instituto, provocada frivolamente pelo Dr. Lohmann” é apontada como um dos obstáculos aos trabalhos de laboratórios. Pondo-se como vítima de um “combate injustificado e sem motivos”, em que Lohmann contou com o auxílio de mais dois funcionários (precisamente o exonerado assistente químico e o recalcitrante Argolo Ferrão) (ZEHNTNER, 1913: 19). Reclamando da perda de “um tempo inaudito, um excesso de serviço da secretaria”, “cenas de uma grosseria repugnante da parte dos meus adversários”, esta “má disciplina” ameaçava mesmo invadir a Colônia Agrícola, unidade para órfãos submetida ao IAB.

Não obstante todo este quadro, Zehntner não deixa de registrar seu desapontamento pela permanência do “terceiro desse triunvirato de missão triste, o Sr. Victor Argollo” pelo alto governo, que o afastou, mas com uma prolongada licença.

Aqui provavelmente pesou a ascendência familiar de Argolo Ferrão, destacando-se o presidente da província, senhor de escravos e terras e diretor do IIBA, o falecido Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, barão de Cajaíba.

Considerando-se apenas as atas da Congregação, a polarização entre Zehntner e Ferrão, ainda que em combate surdo, poderia ser considerada como um processo de disputa entre profissionais nacionais e estrangeiros, já que os europeus também não se apresentam nas atas, ainda que listados por Fiúza (1934) como professores do IAB. O que esta pesquisa permitiu alcançar foi que o IAB no projeto do governo estadual teria o papel de unidade de execução e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e vulgarização da agronomia, atuando principalmente como um instituto de serviços.

Nesta configuração, ao professor fundador da EAB, Cerqueira Bião, e principalmente a eabianos foi incumbido a “parte escolar”, enquanto a “parte prática”, mais prestigiosa (especialmente nos vencimentos, bem maiores que os dos colegas da outra “parte”), foi ocupada quase exclusivamente pelos estrangeiros, por sinal não composto por alemães, como indicado pela bibliografia, mas SIM por suíços (Zehntner, Zollinger e Bigler) e um holandês, Lohmann, que poderia ser tomado, a considerar apenas a versão de Zehntner, como um incompetente.

As interações no interior do quadro do IAB em relação a este último personagem tem particular relevância para a compreensão de algumas convenções sobre a instituição das ciências no Brasil. De acordo com depoimento do cientista e diplomata na UNESCO, Paulo Carneiro ao MIS (Museu da Imagem e do Som) em 1979, Lohmann “foi o maior dos mestres que tive no Brasil”. Segundo Carneiro, o químico havia se dedicado a pesquisas de Biologia e Química Tropical em Java quando Miguel Calmon, fazendo uma viagem pelo Oriente o conheceu “e o convidou a vir fundar na Bahia uma estação experimental de cana-de-açúcar” (CARNEIRO apud MAIO, 2004: 270).

Esta é uma versão que se choca com os encaminhamentos feitos pelo governo da Bahia até aqui mapeados, que chegaram a tentar contratar um diretor para o IAB nos EUA, mas em Java os acertos foram realizados com Zehntner.

De qualquer sorte, é fato que Lohmann veio parar na Bahia logo após o contato com Miguel Calmon, onde “verificou que não havia nem laboratório, nem pessoal, e de início ficou perdido, sem saber que destino dar à sua vida científica”. Mais uma vez, um choque com a existência dos laboratórios da EAB transferidos ao IAB e a aquisição de equipamentos pelo governo José Marcelino. Daí após “seis meses de agonia, veio para o Rio de Janeiro, contratado pelo Museu Nacional, por Roquete-Pinto”, quando Lohmann ficou na Bahia de 1907 a 1910, por três anos, como também identificado por Sá (2004).

Sem querer cobrar do diplomata uma exatidão que ele não poderia proporcionar, dado que, certamente, foi o próprio Lohmann que forneceu estas informações. É preciso também não se precipitar e tomar daí que Lohmann tenha sido algum tipo de enganador, pois

Ao chegar tinha sido assistente do Laboratório de Química Vegetal do Jardim Botânico de Buitenzorg, em Java, estudando em particular a composição química do chá e com doutorado em química pela Universidade de Jena (Alemanha), dispondo de capital científico fundamental para o convite de trabalho no IAB (recebendo inclusive um dos maiores salários, apenas inferior ao de Zehntner), bem como para trabalhar em seguida no Museu Nacional e no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, até ser aprovado em concurso para professor substituto da cadeira de Química Geral e Inorgânica da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1916, sendo efetivado em 1918 (SÁ, 2004: 44).

Contudo, o testemunho de Zehnter viabiliza a apreensão de que foi antes uma disputa entre os cientistas estrangeiros, em vez da versão de Paulo Carneiro sobre a “resistência de técnicos e fazendeiros locais às suas idéias inovadoras” (SÁ, *ibidem*) que malogrou seu período em São Francisco do Conde.

A tentação original da oposição baianos *versus* alemães ou brasileiros *versus* estrangeiros teve que ceder lugar a um quadro mais complexo em que personagens de ambos os lados aliaram-se pró e contra o diretor. O corte do conflito não foi pela nacionalidade.

Mesmo Zehntner registrou algum trabalho da parte do químico holandês, como análises de variedades de canas de açúcar, açúcares, raízes de *Ipecacuanha*, e algumas amostras de terras do IAB, não sem ironizar que “o Dr. Lohmann decidiu-se afinal a empreender as pesquisas sobre um certo número de variedades de *mandioca* e de *aipim*, que eu fizera plantar expressamente para tal fim”. Segundo o diretor, desde 1907 até 1909 insistira sobre a realização dessas pesquisas, mas teria recusado “tal trabalho sob pretextos fúteis; só mais tarde ficou descoberto a verdadeira natureza dessa recusa que nada honrou ao químico daquele tempo” (ZEHNTNER, 1913: 20).

Em seu breve relatório, publicado junto ao relatório de Zehntner, Lohmann afirma ter sido obrigado a se demitir, sem especificar as circunstâncias. Dando conta das análises que fizera de amostras de cana, provenientes do campo de experiência do IAB, “algumas amostras de açúcares, de minerais e de outros produtos que foram remetidos ao Laboratório, a fim de serem analisados e continuei, o mais que foi possível, as análises de terras e o estudo de alguns outros assuntos como o da raiz de *Ipecacuanha* e da cera de *Carnaúba*”, expressando seu interesse maior nas análises da *mandioca* (LOHMAN, 1913: 125).

Afora os trabalhos do cientista Theodoro Peckolt, do Rio de Janeiro, Lohmann assinala não ter encontrado nenhum trabalho digno de ser destacado em originalidade. A possibilidade de preencher esta lacuna, de um lado, e a relevância que entrevia na *mandioca* para alimentação como para indústria e como artigo de exportação, devem tê-lo motivado a priorizar esta linha de pesquisa.

Manter o laboratório de química fechado, de modo que os alunos e professores da Escola não tivessem acesso, e resumisse seu relatório em três páginas, já que a comunicação dos seus estudos sobre aquele vegetal, “porém, reservo para a minha publicação”, dando conta ali de “somente notar alguns fatos que não parecem concludentes” (LOHMANN, 1913: 127), faz sentido no interior da lógica do campo científico, aonde a descoberta, a invenção e a originalidade constituem imperativos na disputa por posições. Há que inscrever nesta querela que ganhou contornos pessoais que Zehntner também tinha interesse em pesquisar sobre a *mandioca* para uma problematização mais adequada das linhas de força em torno das atividades científicas naquele *locus*.

O fitopatologista suíço empreendeu viagens exploratórias na zona da cultura do cacau, e durante 10 semanas, investigou *moléstias do Tabaco, particularmente* os ataques de muitos insetos, bem como estudos micológicos sobre batatas americanas (atacadas por cogumelo que já estudara em Java)¹⁵².

Em sintonia com a pauta desenhada pela SBA e pelo secretário Miguel Calmon, desenvolveu estudos fitotécnicos sobre o açúcar, cacau, fumo e leguminosas. No exame das variedades de canas de açúcar, analisou em São Francisco do Conde variedades de Java, Barbados, Pernambuco e da Bahia.

Quando de sua excursão de estudos das patologias do cacau no sul do estado, colecionou algum material e revelou ao Secretário Geral do governo do estado seu desejo de retornar para “poder fazer um estudo mais aprofundado das moléstias”. Zehntner ainda examinou “algumas leguminosas portadoras de nodosidades sobre as raízes, provocadas por bactérias, que têm a faculdade de poder assimilar o azoto elementar da atmosfera”, visando à *adubação verde*, que consiste em plantar-se leguminosas herbáceas sobre um terreno, internadas no solo ao atingirem seu máximo desenvolvimento, lavrando-se a terra e pondo no solo grandes quantidades de matérias orgânicas. A aplicação de *adubação verde* no Campo Experimental para a cultura do tabaco em Sapé (São Félix), obteve resultados satisfatórios com o *feijão de corda*. A coleção das variedades de cana de açúcar atingia ao número de trinta e três.

Todas estas variedades de canas em questão foram segundo a sua descrição dos procedimentos, plantadas ao mesmo tempo e recebendo os mesmos cuidados culturais, para contrastar as cifras reunidas em dois quadros para estabelecer um valor comparativo, calculando as colheitas por tarefa e por hectare. Concluindo pela necessidade de ampliar a escala das experiências, afirma que “É absolutamente necessário continuar-se o estudo das diversas variedades, a fim de serem conhecidas com maior certeza suas qualidades e valor econômico” (ZEHNTNER, 1913: 39).

Sobre a atuação do IAB como um instituto de serviços aos agricultores, destacou-SE o serviço de distribuição de estacas (sementes) de cana, observando, dentre outras coisas as queixas dos lavradores sobre as quantidades oferecidas gratuitamente, e com ironia registrava que “queriam que puséssemos a suas disposições, quase toda a nossa plantação, de modo que pudessem logo plantar tabuleiros inteiros com estacas fornecidas pelo *Instituto*. (...) Não será difícil encontrar pessoas que exijam que o *Instituto* lhes forneçam o açúcar em casa!”

¹⁵² Esta viagem durou 73 dias pela zona de cultura de cacau visitando Zehntner uma parte de Una e de Ilhéus, o Jequitinhonha e o Rio Fundo.

Estranhamentos à parte, constituindo tema que extrapola os objetivos do texto, mas apresentou-se no IAB um fenômeno recorrente em outras agências estatais agrícolas tanto no Império quanto na Primeira República, sobre o desinteresse dos produtores em máquinas; interesse pelas sementes. Uma constante seja na ação do IIBA ou do IAB é a receptividade e relativa facilidade com que se dá a distribuição de sementes ante as dificuldade com relação à novas técnicas, aparelhos e instrumentos¹⁵³.

Quanto à experiência de estrumação com adubos químicos, os quadros elaborados a partir das experiências visavam tanto “dar uma idéia exata do efeito produzido pelos diversos adubos, ou antes pela supressão deles” quando “para conhecer-se o lado financeiro dessa experiência”.visando a redução de custos. Neste como noutros casos, uma linha desenvolvida por Zehntner foi das experiências focadas na distância entre as plantas.

A cultura do fumo no Campo Experimental em Araçás (Sapé – S. Félix) tinha um programa de serviço compreendia:

- a) *Experiências relativas à preparação do solo;*
- b) *Experiências relativas aos diversos sistemas de plantar, tendo em vista, principalmente, a distância entre as plantas;*
- c) *Experiências relativas a diversos sistemas de colher;*
- d) *Esforços tendentes a uma melhor preparação do tabaco colhido;*
- e) *Colheita e distribuição de boas sementes.* (ZEHNTNER, 1913: 50)

Contrastando-se as proposições elaboradas e divulgadas pela SBA no período em foco, e a presença de seus diretores no governo do estado e especialmente tratando das questões da agricultura, foi convergente com suas diretrizes diversificadoras os estudos feitos sobre o fumo em São Félix, bem como os ensaios nos campos de São Francisco do Conde com cacau, café, árvores de caucho, fibras, feijão, milho, arroz, plantas forrageiras e pastos, cultivando-se também bananal, coqueiral, horta, jardim e vinhedo.

¹⁵³ Em 1909 o relatório registra que "o “Campo Experimental de Araçás” distribuiu mais de 300.000 pés ou mudas de fumo, e mais de 40 litros de sementes; e também que a “Fazenda Modelo do Catu” distribuiu mais de 60.000 mudas e 15 litros de sementes de fumo, mais do que aqui em S. Bento se tem feito, como em outros fatos de que tem ciência o Governo". (ZEHNTNER, 1913: 104). Além da distribuição de sementes, o IAB atuou na produção de pareceres a partir de consultas, que infelizmente não foram localizadas como “pareceres por escrito sobre a cultura da Hevea e sobre a introdução eventual desta planta útil; sobre a instalação de máquinas para a preparação do cacau; sobre as Maniçobas, freqüentemente para o exterior; destruição de formigas conforme os diversos sistemas; estrumação do tabaco, dos legumes, flores, etc.; variedades de canas, mandiocas, máquinas aratórias, Esmigalhador, etc. etc.” (ZEHNTNER, 1913: 233).

Outro serviço de mais receptividade entre os proprietários baianos foi atestado pelo gado enviado ao Instituto para cruzamento com os touros de raça existentes no IAB. Além da Fazenda Modelo do Catu, destinada a trabalhos de criação animal, em São Francisco do Conde algumas atividades foram realizados com rebanho de gado indígena, gados de raça “nelore” e européias, vacinação do gado. Porcos, coelhos, galinhas, cavalos e burros compunham o rebanho zootécnico do IAB, que dispunha também de uma pequena criação – carneiros e ovelhas¹⁵⁴.

Enquanto o Campo de Experimentação de Tabaco em Araçás (S. Félix) fora criado após o IAB, e a Fazenda Modelo do Catu e o Campo de Viticultura de Juazeiro existissem antes do decreto de 1905, estes três espaços vão se constituir nas denominadas “Filiais do Instituto”. A nosso ver, tratou-se de um arranjo institucional que visava unificar a partir de São Bento das Lages, as agências estatais do governo estadual voltadas para a agronomia e áreas afins que deveriam operacionalizar a vulgarização pela Bahia de novos processos e sistemas produtivos no espaço rural. Contudo, tanto quanto a “parte escolar” e a “parte prática”, entre o plano concebido e as atividades realizadas nas “Filiais” não foram poucos os problemas enfrentados. Problemas estes reveladores das relações entre campo agrônomo e campo político.

A sobredeterminação deste sobre aquele, por exemplo, fica evidente no caso da Fazenda Modelo do Catu, que em 1909 era palco da indecisão do Governo que não decidia nem pela reorganização, nem arrendamento ou pela venda. Neste quadro, a diretoria do IAB resolveu “reduzir as despesas que ali se faziam”, limitando-se a uma conservação geral do que existia. Na avaliação da diretoria, o governo despendia inutilmente alguns contos de réis para sustentar uma Fazenda que “nas condições atuais não corresponde, mesmo de longe, aos fins para que foi adquirida, e se mantém sem reforma, conhecidos já os seus defeitos”. A principal queixa da gestão era a retirada de uma parte dos recursos de custeio do IAB para Catu quando “esse dinheiro poderia ter em S. Bento das Lages aplicações mais úteis, completando serviços deixados de fazer ou adiados por escassez de meios” (ZEHNTNER, 1913: 95).

¹⁵⁴ Este pequeno rebanho de ovelhas e carneiros chegava a 68 cabeças e foi atacado por uma moléstia não identificada. Zehntner fez desta ocasião mais uma oportunidade para desqualificar desafeto, Argollo Ferrão: “Tivemos muitas esperanças, infelizmente malogradas, de chegar a conhecer o mal e remediá-lo, quanto possível, com os estudos que pretendeu fazer o Sr. Dr. V. A. Argollo Ferrão, lente da 5ª cadeira [Pecuária].

Ele solicitou e foi logo atendido, que se fizesse uma pequena cobertura em pasto separado para poder estudar e tratar os animais doentes; mas seus esforços se limitaram a isto, e sua ambição de Zootécnico satisfiz-se com esse sinal insignificante e sem o menor resultado de seu interesse por nossa criação”. (ZEHNTNER, 1913: 77-78)

Já a situação no Campo Prático de Viticultura de Juazeiro não era de indecisão para Zehntner. A orientação daquela Filial “durante o ano de 1909 foi desesperadora”. As verbas especiais dotados no orçamento não eram liberadas. De acordo com o testemunho de Zehntner, enquanto pôde manter o serviço, valendo-se da venda de produtos do próprio Campo, administrou a situação até que “abandonou o serviço, comunicando previamente, e voltando de novo à Bahia”. A reação do Governo foi “a entrega de algum dinheiro ao encarregado”, e a determinação de que da verba própria de custeio do IAB se derivasse o socorro mensal do Campo Prático, até que o Governo tomasse uma resolução.

A sobredeterminação do campo político sobre o campo científico se fez expressar mais uma vez nesta decisão em que a autonomia do IAB foi desconsiderada pelo Governo estadual. Sem muitas alternativas a não ser lamentar, Zehntner anuiu, “no intuito de mostrar a boa vontade com que tais causas hei querido diminuir e vencer as dificuldades, contribuindo com meus esforços para que se mantenham serviços que reputo úteis ao Estado” (ZEHNTNER, 1913: 96).

Mas a situação não melhorou, antes sendo agravada com o custeio do próprio IAB pago daí por diante com irregularidade e atrasos com reflexos nos serviços, culminando no fechamento da unidade de Juazeiro.

Ainda assim, trabalhou-se, na conservação, das “latadas”, continuando o que se começara no ano anterior, aumentou-se a coleção de variedades de videiras com 72 números que o Instituto fizera importar da França e que cedera ao “Campo Prático” por metade.

Infelizmente, a Estrada de Ferro, guardando somente 20 dias os volumes de plantas vivas – que recebera em 5 de junho, na Calçada, entregou-os em Juazeiro no dia 30 – quase todas mortas, sem explicação satisfatória, a não ser a má organização do serviço.

Quanto ao mais de culturas, fez-se alguma de mandioca, milho e feijão, aumentando bastante a plantação de capim.

Foi mantido o serviço meteorológico, remetendo-se diariamente os avisos, interrompidos só nas duas ausências forçadas do encarregado.

O pessoal foi sendo cada vez mais restrito e reduzido, até que em começo de janeiro do corrente me vi forçado a suspender os serviços. (ZEHNTNER, 1913: 97).

Ante este quadro de sérias restrições orçamentárias, e tendo entrado em contato com o Fiscal Federal nomeado junto aos serviços do Instituto, “o Sr. Dr. Francisco Ferreira Bandeira, julguei dever meu prestar-lhe todas as informações, de conformidade com a verdade”, argumentando pela necessidade de que a filial do IAB em Juazeiro fosse subvencionada pelo Governo Federal.

Não sei o que deva ter causado mais pasmo: se fazer eu ao mesmo Sr. Fiscal todas as lamentações sobre o assunto, ou se ele, cientificando-me de que o Governo Federal já houvera contribuído com um auxílio de 20:000\$, que o Estado recebera para o custeio em 1909 e manutenção daquele Campo!!
(ZEHNTNER, 1913: 97).

Que caminhos as verbas federais percorreram nos trâmites estaduais ao invés de chegar ao IAB não podemos responder. O que o relatório do ano seguinte pode evidenciar é que os problemas de Zehntner mal estavam começando. A história do investimento estatal em atividades científicas na Bahia tem um desafio nas contas do IAB, exigindo posterior investigação, com mais vagar, sobre o financiamento do campo agrônômico. Uma das principais contradições é sobre a verba de fato destinada ao *Instituto*, pois no texto de Fiúza (1934) eram de 150 contos de réis, pelas atas da Congregação eram 180 contos de réis, e pelo relatório de Zehntner era metade disto.

*Em vista de acusações, aliás filhas da ignorância e frivolidade com que são enunciadas e ditadas por motivos baixos e indignos, no sentido de difamar e fazer crer que os 90:000\$000 destinados ao custeio do **Instituto** têm só a aplicação restrita “em algumas tarefas de cultura”, é útil constatar, uma vez que as despesas feitas com os 3 serviços que epigrafam esta observação, são relativamente módicas, não atingindo a 25% da despesa total, incluindo-se nela os vencimentos dos Feitores.*

Do total global de verbas destinadas para o IAB à distribuição deste, revelam-se não só os percentuais como as preferências. Pelas contas da diretoria, “as culturas custam menos que 13%; Feitores 3,1%; cercas 2,7%; serviço do gado, 5,3%; total, 24%”, enquanto que a Colônia Agrícola e as Filiais [Juazeiro, Catu e S. Félix] “absorvem cerca de 23% cada uma, ou em conjunto 46%” (ZEHNTNER, 1913: 106). O internato consumia outro terço das verbas, sem contar os cursos de Agricultores e Criadores ou o de Feitores e Trabalhadores.

Trata-se de ocasião para contrastar alegações do cientista e compromissos do governo. O diretor alegava que em vez de cuidar das necessidades dos serviços que formam a “Estação Experimental de S. Bento das Lages”, foi-me preciso ceder para fins diversos metade dos recursos que só a ela competiam. Todavia, considerando-se os decretos 291 e 292A de fevereiro de 1905, as “filiais” estavam previstas na estrutura do IAB, não constituindo, com exceção da unidade de São Félix, “fins diversos”. E o

contrato estabelecia como tarefa prioritária a “direção do serviço de ensino agrícola do Estado da Bahia”¹⁵⁵.

De um lado o diretor recordava ter apresentado um projeto de reorganização do *Instituto*, entregue ao Diretor da Agricultura em fevereiro de 1909, que infelizmente não foi localizado. De toda forma, as inferências sobre o interesse exclusivo de Zehntner pelas atividades experimentais, indicadas pelas (suas ausências nas) atas da Congregação, são aqui confirmadas. Para além dos caminhos e descaminhos de recursos, além das querelas pessoais, houve aqui um confronto de duas expectativas sobre o que fazer com os recursos longamente acumulados em São Bento das Lages. Em especial, divergências de Zehntner com o governo, e com os eabianos, sobre quando e como implementar o ensino agrícola. De sua parte, o diretor do IAB foi peremptório.

Agora, com mais um ano de experiência, limitar-me-ei ao seguinte: Mais do que nunca firma-se a minha convicção de que o Governo antes do mais, deveria com todo esforço possível desenvolver e completar o serviço das Estações Experimentais. (ZEHNTNER, 1913: 107).

Sem meias palavras, afirma que a parte escolar do IAB “não tem neste momento de vida econômica do Estado, razão de ser”. O único ensino possível “durante os primeiros anos” seria o que saísse das Estações Experimentais por meio da propagação de resultados positivos obtidos nestas Estações, “à vista de todos e dentro das zonas especiais em que devem ser estabelecidas com relação a cada cultura do Estado” (ZEHNTNER, 1913: 108).

Há que se perguntar se as filiais devidamente municadas e articuladas não poderiam desempenhar este papel. Mas voltando ao prisma de Zehntner e tendo em vista quem, onde e como ensinar o público alvo deste tipo de ensino, nas Estações, não seria um alunado fixo, menos ainda em internato, mas “em grande parte ambulante, por se destinar, principalmente, a pessoas que já estão na agricultura e que dela fazem meio de vida e ocupação primordial, e nela se manterão até terminarem seus dias, não podendo abandoná-la para ir freqüentar as escolas” (ZEHNTNER, 1913: 108). Destarte, em primeiro lugar deveriam ser instaladas as Estações Experimentais, de depois, “talvez”, viesse o tempo de abrir Escolas Agrícolas.

¹⁵⁵ BAHIA. “Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o Dr. Leo Zehntner para prestação de serviços profissionais e técnicos no Instituto Agrícola”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.8, n.3, p.233-237, set. 1906.

A favor da reorientação que defendia, de supressão da parte escolar, o cientista suíço elencava suas realizações e a situação da instituição, a despeito das dificuldades da seção experimental do IAB:

*Lembrarei de passagem, entre outros pontos, que graças aos esforços e experiências já realizados em 3 anos decorridos estamos hoje bastante orientados sobre as variedades e as culturas da cana, do tabaco, da mandioca e de diversas outras que nos têm merecido cuidados. Já o **Instituto** dispõe de uma coleção importante de plantas úteis, cuja falta em toda sua fase antiga, acentuei e foi sensível; têm laboratórios bem montados, uma biblioteca de acordo com o movimento científico moderno, uma fazenda em estado de poder prestar-se a uma exploração racional, com seu gado muito aumentado e incontestavelmente melhorado. (ZEHNTNER, 1913: 109)*

Ao que tudo indica, neste particular, Zehntner estava isolado. Mesmo os cabanos que se posicionavam a seu favor na Congregação, não partilhavam deste ponto de vista. João Silveira, apesar de reclamar (e ser bastante reconhecido por Zehntner) dos trabalhos acumulados na secretaria e na cadeira de Agricultura ou, por exemplo, apesar da sua colaboração na montagem das coleções de sementes, frutas em conserva, e do pomar, tinha no ensino a prioridade do IAB.

A preocupação didática maior de Silveira referia-se ao tempo concedido para ministrara as matérias, preocupando-se com o conteúdo incompleto, sugerindo inclusive completar no ano seguinte “caso contrario, teremos Agrônomos ignorantes de questões de relevância, de utilidade prática, de nossas condições e exigências de clima, meio e interesses econômicos”.

Assim, Silveira também revelava por este expediente que a situação do ensino era precária, mas em vez de ser encerrada, deveria ser promovida.

O curso de Agricultores era chamado por Silveira de “Curso superior”, como em algumas vezes ocorre nas atas da Congregação, revelando que entre os professores funcionava uma hierarquia interna no alunado, e a projeção neste do curso primitivo de São Bento das Lages. Aliás, numa linha argumentativa de reforço da profissão, o encaminhamento adequado para superar a falta de alunos seria a garantia conferida pelos “títulos com que tenham de se apresentar e lutar pela vida na concorrência das aptidões” (SILVEIRA apud ZEHNTNER, 1913: 150). Se para Zehntner ou o governo acabava com o ensino ou o dispensava, para Silveira ou as reformas deveriam garantir títulos reconhecidos “ou a entrega ao Governo Federal para nivelar em categoria e

importância com as que vai criar em outros Estados, a nossa Escola Agrícola” (SILVEIRA, *ibidem*).

Não obstante o aliado, Zehntner ironiza a tradição da antiga Escola Agrícola, ironizando a proclamada “grande perfeição e superioridade”. Por outro lado, crítica as movimentações do governo estadual para efetivar esta transferência para o governo federal, que estavam em curso, e a cláusula que previa estudantes do IAB o direito de continuar na Escola, federalizada, ingressando no primeiro ano, representava um desprestígio, diferentemente de Silveira. As relações, aliás, entre Zehntner e o governo estadual, especialmente a Secretaria e depois Diretoria da Agricultura, nunca foram boas desde que aportara na Bahia.

Dado que o episódio da contratação do “cientista europeu” na gestão de Miguel Calmon à frente da SEAGRIBA é exposto na bibliografia como uma das suas principais realizações, dado também à interface privilegiada de Miguel Calmon com os cientistas e engenheiros, como explicar a hostilidade que sofreria pelo governo? Começa a solução da questão pela distância do principal aliado potencial, i.e., pela ausência de Miguel Calmon da Bahia, eleito deputado federal, à época que Zehntner desembarca no Brasil.

Para o próprio Zehntner, a “chave desta atitude enigmática repousa no fato que entre meu engajamento por Mr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida e minha chegada à Bahia, a situação e a orientação da Direção da Agricultura mudou completamente: Mr. Dr. Calmon teve que sair da Bahia e estava assumindo um cargo legislativo da União” (ZEHNTNER, 1913: 330 – livre tradução do francês). De acordo com Zehntner, o sucessor de Calmon não tinha o mesmo entusiasmo, e o sentimento de querer regressar foi inevitável, “se não estivéssemos do outro lado do oceano”.

A relação ciência e Estado, ou melhor, entre cientista e governo foi problemática. Zehntner também não investiu em manobras diplomáticas. Reúna-se, além de sua oposição ao ponto-chave da institucionalização da agronomia na Bahia, dentro do projeto dos dirigentes das classes dominantes, de enfatizar o ensino desde a primeira metade do século XIX, entre três gerações de entidades, adicione-se que o próprio Zehntner relatar seu combate às decisões do governador “desde a 1ª hora”.

Do ponto de vista de suas relações com a sociedade local, as coisas a seu ver não andavam boas desde que o *Diário de Notícias* de Salvador publicara uma reportagem intitulada “Crianças famintas” (12/04/1910), com repercussões no Senado estadual, acerca do internato, a que Zehntner teria reagido abrindo as portas do IAB e convidando Governo e jornalistas para visitarem a Colônia. A este episódio se seguiu uma animosidade entre Zehntner e a imprensa.

Sem seu contratante e potencial principal aliado, tendo profissionais estrangeiros como inimigos, agrônomos baianos como opositores, estremeado com a imprensa local e hostilizado no interior do governo da Bahia, a situação do suíço a despeito de todo o poder legalmente conferido ao diretor e pelo contrato, ilustram como a institucionalização das ciências é um jogo em que o campo de forças jamais se explica apenas pelo talento, genialidade ou vontade individual.

Como atividade social de produção de conhecimento e aplicação de resultados, a partir de tradições formadoras, em meio a um sistema de disputa por posições em torno da autoridade científica, Zehntner estava no centro da reformulação de todo um campo científico, e não tinha pontes com praticamente nenhum dos outros agentes com quem tinha contato imediato. Talvez com os recém-chegados da Suíça (Bigler e Zollinger) fosse possível construir uma aliança, mas o seu contrato estava no último ano, válido até 31/12/1910 e tudo indica que o governador Araujo Pinho só estivesse esperando este encerrar-se.

Em Mensagem à Assembléia Legislativa de 1911, Araújo Pinho informava no tópico Instituto Agrícola precisamente o encerramento de contrato dos profissionais estrangeiros, designando uma comissão de funcionários estaduais para inventariar e receber o estabelecimento.

Lamentando que “do funcionamento do Instituto não se colheram os resultados almejados”, reconhecia como realização do governo as boas condições de instalação, e que sabendo das disposições do Ministério da Agricultura para a criação de três escolas médias de Agricultura em estados “que reunissem certos e determinados requisitos, que sobejam a Bahia, ocorria-me o dever de pretender justíssima preferência, alicerçada, a mais, na especialíssima e poderosa circunstância de possuir o Estado, montada de modo satisfatório às exigências do ensino, uma escola profissional que fora a primeira estabelecida no Brasil”.

Araújo Pinho ressalta a intermediação no Rio de Janeiro do deputado federal José Maria Tourinho na Câmara Federal, e Domingos Sérgio de Carvalho (eabiano de 1887) junto ao Ministério de Agricultura.

Com a transferência do IAB ao MAIC combinada na capital federal para transformá-la em escola média, o professor do Instituto João Silveira foi encarregado de enviar memorial a Tourinho. Ao lado da preocupação pelo retorno às atividades de ensino em “bases seguras”, de acordo com o governador, ele se empenhou preservar os direitos dos professores e funcionários do estabelecimento, bem como dos alunos.

Também era facultado aos alunos matriculados nos diferentes anos do curso de agricultura do IAB matricular-se no primeiro ano da escola média com a apresentação de certificado de aprovação nas matérias necessárias à matrícula ou aprovação em exame de admissão.

O governo da Bahia mantinha a Colônia Educadora, poderia utilizar os laboratórios da nova Escola, obter uma quantidade estipulada de sementes dos campos de cultura da Escola para distribuição no Estado. Caso a escola média federal fosse extinta, seria revertida para o governo baiano sem indenização.

O crepúsculo de Zehntner, contudo, foi apenas aparente. Ele foi encarregado de dirigir o Horto Florestal de Juazeiro, permanecendo nele por dez anos (1911-1920) e contribuiu para consolidar as perspectivas da viticultura e da fruticultura no Vale do São Francisco. Meio século depois ainda seria lembrado pelo novo BOLSEAGRIBA pela contribuição de suas pesquisas sobre cacauicultura¹⁵⁶. O testemunho de Zehntner sobre o desligamento, contudo, adquiriria contornos mais dramáticos que apenas o encerramento do contrato por conta do prazo.

Sem a precisão referente às “Crianças Famintas” Zehntner reportava em seu relatório final que em 1908, se podia ler em jornal da Bahia, que o Governador e seu Secretário Geral, se esforçavam para desgastá-lo, “esperando que das repercussões, eu pediria minha demissão!”

O diretor do IAB invocava em sua defesa a necessidade de se fazer cumprir em sua totalidade o Regulamento, boicotado pelo governo e por dificuldades locais, financeiras e provenientes do pessoal, para na seqüência argumentar pela Estação Experimental e que não se abrisse a Escola. Mas a escola foi aberta.

¹⁵⁶ SILVA, Pedrito. “O Dr. Leo Zehntner e os problemas da cacauicultura baiana” BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, 1949, n.4, p.25, set., 1949. Neste mesmo número do BOLSEAGRIBA é reproduzido um texto de Leo Zehntner, “A extração da manteiga do cacau como meio de atenuar a crise cacauieira” (p.19-24).

Revelam-se aí as dificuldades que Zehntner passaria com o antecessor de Araujo Pinho, José Marcelino de Souza. Aquele queria implantar culturas experimentais e de demonstração em pequena escala. O governador queria campos em grande escala. Mas apesar destes desacordos, Zehntner elogiava J. Marcelino de Souza pela atenção e interesse visível em todos os serviços, enquanto Araújo Pinho não visitara o IAB uma única vez.

Queixando-se das raras visitas de altos funcionários, incluído o Diretor da Agricultura que lá estivera em maio de 1908, o suíço solicitou uma audiência particular com Araujo Pinho, que poderia não estar sendo informado de uma maneira exata. Contudo, esta audiência, lamentavelmente não datada por Zehntner

foi transformada em uma espécie de inquisição durante a qual eu sofri ataques veementes do Sr. Secretário Geral e do Diretor da Agricultura, que todos dois estavam armados de documentos a este propósito. (ZEHNTNER, 1913: 338 – livre tradução)¹⁵⁷.

Tão frustrado quando aquela “patrulha” em uma repartição pública e a igualmente frustrada possibilidade de falar com o governador, Zehntner vai encerrando o relatório de seu último ano à frente do IAB desapontado com a conivência do governo diante da insubordinação de alguns funcionários, e reconhece que as desavenças atrapalharam, situação que consumia bastante tempo em correspondência longa e estéril, não sem reafirmar a hombridade de suas posições. Nas páginas derradeiras é com certo orgulho que revela que não se acostumou ao “sistema de circunstâncias e aos costumes”, e conclui:

Quanto a mim, se em meus relatórios ou outros ofícios eu em geral me exprimia com franqueza, se por vezes fui muito exigente; (...) por esta atitude, eu não visava meu bem estar ou as vantagens pessoais, mas unicamente o cumprimento, da melhor forma possível, da missão que havia sido confiada; eu fui sempre guiado pelo intento de me desempenhar útil ao país que durante cinco anos me concedeu sua hospitalidade!

Bahia, Março 1911 (ZEHNTNER, 1913: 342 – livre tradução).

Entrementes, a 1º de Março de 1911 seria promulgado Decreto N. 8.584, confirmando o que já estava sendo encaminhado nos bastidores, a transformação do IAB numa Escola Média Teórico-Prática de Agricultura (EMTPAB) do governo federal na Bahia.

¹⁵⁷ “Il plut à S. Ex. de m'accorder cette audience particulière, seulement elle fut transformée en une espèce d'inquisition pendant laquelle j'eus à subir les attaques véhémentes de Mr. le Secrétaire Général et du Directeur de l'Agriculture, qui tous deux s'étaient armés de document à ce propos.”

A federalização da instituição baiana pelo governo federal muito ao invés de mero processo burocrático, significou um tento dos grupos inscritos no MAIC no atendimento de suas reivindicações. O bloco contra-hegemonico vinha de uma sucessão de vitórias como a própria criação efetiva do MAIC em 1909, a promulgação do decreto n. 8.319, de outubro de 1910, baixando o regulamento do ensino agrônômico desde o nível superior, passando pelo nível médio, até o elementar e demais modalidades. A instauração de escolas médias de agricultura e da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no início da década de 1910 vinculou-se, assim, a processos de reprodução social da classe dominante agrária como um todo, bem como a ampliação do Estado no sentido estrito e a um projeto contra-hegemônico particular: “o do grupo articulado à Sociedade Nacional de Agricultura/Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” (MENDONÇA, 1998: 195).

Na EMTPAB, saber e poder se entrelaçavam reconfigurando o processo de produção na Bahia do corpo de agentes habilitados a ocupar as posições de poder burocrático, em nome de uma competência científica adquirida na mais tradicional das escolas de agricultura. Após o período da diretoria Zehntner, os eabianos voltariam a ter prestígio no seu território, tendo cinco representantes no corpo dos sete primeiros professores. Eram foram formados pela EAB no período do IIBA, além do próprio diretor, Henrique Devoto que se diplomara em 1880, na primeira turma, os professores Durval Olivieri e Firmino Elói de Almeida concluíram em 1897, Aníbal Revault de Figueiredo¹⁵⁸ em 1899, Rômulo Gonçalves em 1900. O professor formado há mais tempo era José Geminiano Guimarães, da turma de 1886. Também o diretor do Aprendizado Agrícola, João Silvério Guimarães, um remanescente do IAB, formou-se também em 1893 pela EAB.

Antes na esfera nacional, e depois estadual, a EMTPAB foi reorganizada enquanto uma escola de caráter regional, devendo seus programas dar preferência “às culturas e aos ramos da indústria rural mais vulgarizados no Estado da Bahia e no norte do país”. A Escola foi recriada com a finalidade de desenvolver um corpo de agricultores instruídos em todos os ramos. A formação dos seus alunos era baseada “nas ciências fundamentais da agricultura”, definida como educação profissional aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e às indústrias rurais, “mediante a difusão de conhecimentos científicos e práticas racionais necessárias à exploração econômica da propriedade agrícola” (Decreto 8.584, 01/03/1911. Art. 1º).

¹⁵⁸ Revault se tornou diretor da EAB-EMTP após o pedido de exoneração de Henrique Devoto (EAB, Livro para as partes das aulas, 1912-1922).

Em seu programa, a EMTPAB aprofundava a tendência à especialização das disciplinas para a agricultura, demarcando uma maior sofisticação e complexificação tendo o ensino de física, química, botânica, zoologia, mineralogia e geologia desde o primeiro momento direcionadas para a agricultura.

O processo de especialização, é cada vez mais acentuado, também fica indicado pelo perfil dos profissionais a se contratar. Da preferência à contratação de profissionais estrangeiros do período do IAB, a nova diretriz era pela contratação de profissionais nacionais, sendo estrangeiros contratados em último caso.

O posto de diretor indicava a mudança mais representativa, considerando diacronicamente o seu significado. Enquanto que no período original sua função era apenas administrativa e de “polícia”, e no período do IAB era exigida formação em “alguma instituição científica”, o decreto 8.584 restringia a ocupação da diretoria da escola para um engenheiro agrônomo ou agrônomo (Art.31), indicando uma política do MAIC de reservar aos profissionais da agronomia a contratação para os cargos de direção junto ao ministério ¹⁵⁹.

A comparação entre a duração do curso, das aulas, dos títulos conferidos pelos cursos superiores, as cadeiras e instalações, entre outros itens do “Quadro comparativo da Escola Agrícola da Bahia” como os requisitos para o exercício da Diretoria ou da entidade mantenedora (ver anexos), expõe as vicissitudes que a EAB passou no campo político, com sua passagem de aparelho privado de hegemonia a órgão estatal (primeiro estadual e depois federal), ao mesmo tempo que reforça em meio às discontinuidades institucionais a permanência de um modelo de ensino que produziu egressos com perfil de apreensão e intervenção no mundo rural muito peculiar. O *habitus* eabiano, contudo, neste mesmo quadro, apresenta um deslocamento fundamental, com a formação de um profissional de perfil científico lastreado especialmente na química agrícola, na fitotécnica, na economia, com cada vez menos espaços para a engenharia, “agronomizando-se” continuamente como o indicam a estrutura e o volume das disciplinas e espaços de ensino e experimentação indicados no quadro.

Entrementes a SBA seguia ativa, promovendo o primeiro congresso do novo carro-chefe da economia baiana, o cacau. Entrementes, o BOLSEAGRIBA deixaria de ser publicado.

¹⁵⁹ Sonia Mendonça considera a imposição da obrigatoriedade da formação agrônômica para a ocupação dos cargos técnicos do Ministério da Agricultura como um dos tentos obtidos pelo grupo da SNA junto ao aparelho de Estado. Mendonça, 1997: 143.

Em janeiro de 1912, Salvador sofreu um bombardeio praticado pelas forças do governo da União, para garantir o cumprimento de decisão de um juiz federal que resultaria na posse de J. J. Seabra, rompendo um círculo de décadas de alternância da açucarcocracia no governo estadual. Esta, porém, é outra história.

4.6. Entrementes: Congresso do Cacau (1911)

Quando a Escola Média Teórico-Prática de Agricultura da Bahia começou a funcionar, a SBA dava os primeiros passos para galvanizar para si interesses de setores agrícolas de outras regiões da Bahia além do Recôncavo. Conforme já observado no início deste texto, na passagem do século XIX e início do século XX as demais regiões da Bahia Alto e Médio São Francisco, Lavras Diamantinas e sul cacaueiro ampliaram sua autonomia em relação ao domínio de Salvador.

A historiografia baiana é unânime em assinalar a decadência do açúcar baiano no mercado internacional, mas com a permanência das lideranças políticas do Recôncavo à frente da política estadual e desta região como maior beneficiária dos recursos públicos. Para citar um exemplo neste sentido, mas mais recente, voltemos aos trabalhos de Sílvio Humberto Passos Cunha.

Cunha avalia que ao longo da Primeira República para o Recôncavo foram destinados inúmeros recursos para a lavoura da cana, fosse sob a forma de isenção de impostos, fosse através de financiamentos para engenhos centrais, usinas, estradas de ferro ou, rubricas no orçamento para imigração. Mesmo que não se verificasse o retorno à pujança econômica de outrora, apenas breves períodos de recuperação, a região privilegiada pelos cofres estaduais foi o Recôncavo. (CUNHA, 2002, 24). De certo que a presença massiva no executivo e legislativo estadual, bem como no primeiro escalão do funcionalismo público contribuiu para este resultado. O que ora propomos é a proficuidade de uma análise gramsciana, reunindo à problematização dos processos econômicos e políticos no sentido estrito, os movimentos de direção intelectual e cultural a partir de aparelhos privados de hegemonia.

Cunha também contribui para nossa investigação quando, ao historiar os debates e disputas em torno da formação do mercado de trabalho na Bahia no pós-abolição, inserindo o racismo como prática e ideologia nevrálgica do processo, localizou pareceres de membros de uma comissão indicada pelo Senado da Bahia para tratar do “esvaziamento” dos braços no estado. Em 1891 foram convocados Antonio

Joaquim Gomes, Manuel Gomes Costa, Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt, o engenheiro civil Affonso Glycerio da Cunha Maciel, Jacome Martins Baggi, Dionísio Gonçalves Martins, Affonso Augusto Teixeira de Freitas e Gustavo Dutra.

Não dispomos de qualquer referência sobre os dois primeiros membros, mas Julio César era desembargador, membro de uma família presente na SACIPBA e no IIBA, os Berenguer de Bittencourt. Os engenheiros Cunha Maciel, Baggi e Dionísio Gonçalves Martins eram do quadro da diretoria de Obras Públicas do estado e passariam para a SEAGRIBA. Em cinco anos, todos os três seriam fundadores do Instituto Politécnico da Bahia e do primeiro corpo docente da Escola Politécnica da Bahia (DIAS, 2002: 233, 238). Gonçalves Martins, como já exposto no capítulo anterior, foi dos mais atuantes diretores do IIBA, principalmente quando deputado geral, onde obteve as verbas do governo central para a EAB. Por fim, Augusto Teixeira de Freitas era engenheiro formado no Rio de Janeiro e Gustavo Dutra engenheiro agrônomo diplomado pela EAB. Os dois foram professores da EAB. Destarte, reuniram-se nesta comissão agentes com inscrições privilegiadas em aparelhos da sociedade civil e da sociedade política.

O que pretendemos ressaltar é que a despeito das mudanças de regime e criação de novas instituições dentro e fora do aparelho de Estado, delineia-se a relevância das posições adquiridas no interior dos respectivos campos para a ocupação dos espaços de direção da (tentativa de) modernização agrícola na Bahia, marcada por um *continuum* que ultrapassou os regimes políticos.

A direção dos órgãos estatais estaduais pelas frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo e Salvador tem em escolas como a EAB e a EPOBA ou associações de classe como SACIPBA e IIBA, espaços de preparação, organização, mobilização e inscrição de suas demandas uma chave para, pelo menos, dar-se início a uma revisão sobre os fundamentos da supremacia do Recôncavo apesar do declínio do açúcar. A SBA, entidade que representa uma terceira geração deste movimento aqui interpretado como de construção de hegemonia no plano baiano, marca uma singularidade no sentido de buscar efetivamente se estadualizar.

Além do aparelhamento no executivo estadual, e a partir daí generalizar por canais como o BOLSEAGRIBA as suas bandeiras e interesses, também a SBA buscou atrair diretamente os produtores baianos. E isto aconteceu não só com o tradicional, mas estagnado, segmento açucareiro, mas também com o ascendente setor cacauero. O primeiro evento de organização das demandas do cacau, apesar de a produção ser realizada no sul da Bahia, ocorreu em Salvador, e sob orientação e direção da SBA.

Destarte, concordando com Pang quanto à passagem dos séculos XIX-XX ter sido o período de conformação de esferas políticas autônomas na Bahia (PANG, 1979: 70), a partir das posições adquiridas pelas frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo no campo intelectual e científico pode-se entender a dominação também como direção, ou seja, resultado de um longo processo de construção de hegemonia.

Em 9 outubro de 1911, no edifício da Associação Comercial, lavradores, agricultores, representantes do comércio e do “mundo oficial”, reuniram-se tendo por pauta a valorização do cacau¹⁶⁰. O evento foi aberto pelo presidente da Associação Comercial, Antonio Carlos de Soveral, sendo secretariado por Jaime Séguier e Joaquim dos Reis Magalhães. Séguier era representante do governo português enviado especialmente para se entender com o comércio baiano acerca da valorização do cacau, na medida em que Portugal e suas colônias, a Bahia e o Equador eram os principais produtores do produto naquela década.

Um sócio da SBA foi convidado para presidir aos trabalhos da sessão inaugural, o maior nome do “mundo oficial”, o governador Araujo Pinho. No início de seu discurso, Pinho assinalava tratar-se de uma assembléia para “*discutir e resolver, de modo prático*”, *um plano de providências para incremento da cultura, bonificação e comércio do cacau*. Pinho verbalizou uma das principais preocupações do encontro, referente às oscilações forçadas pelas especulações nos preços do cacau, com “prejuízo de produtores e consumidores, desequilibrando por meios dolosos as leis da oferta e da procura”, reivindicando o estabelecimento de condições normais do mercado.

Do discurso de Pinho obtêm-se dois motivos fundamentais para a presença do governo naquele *meeting*. Em primeiro lugar, as finanças estaduais:

A indústria do cacau, que é um dos aspectos notáveis do nosso problema econômico, não concerne exclusivamente à remuneração do trabalho individual do produtor, liga-se visceralmente à riqueza do Estado, que nele tem um dos seus mais copiosos recursos financeiros. (BOLSEAGRIBA, 1911: 127).

¹⁶⁰ BOLSEAGRIBA. “Congresso do Cacau”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, v.18, n.4-6, p.126-1333, out./dez. 1911.

Em segundo lugar, e não menos importante:

O cacau é o segundo produto de nossa exportação e sua cultura tende a ampliar-se pela vasta região sul do Estado, que lhe é maravilhosamente apropriada, coberta ainda de espessas matas e irrigada por caudalosos rios; entretanto, força é dizê-lo, apresenta-se ainda no mercado em condições desfavoráveis de preparo. (BOLSEAGRIBA, 1911: 127)

Reconhecendo a influência desfavorável na qualidade do produto e nos gastos de produção, por conta do transporte “[que] se faz ainda em canoas e no dorso de animais” e das dificuldades naturais da zona, o governador do Estado anunciou a inauguração de uma extensão da linha férrea entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, “a qual estabelecerá tráfego mútuo com a flotilha, muito aumentada da Navegação Bahiana” e recursos para a carteira do Banco da Lavoura, para auxiliar os lavradores de cacau, fornecendo-lhes capitais sobre hipoteca no valor de mais de 3 mil contos, e sobre consignações do produto em mais de 63 mil sacas.

Sendo secretariado pelos presidentes da SBA e da Associação Comercial, Joaquim dos Reis Magalhães e Antonio Soveral, pelo representante português Jayme Séguier, e pelo representante do ministro da Agricultura, Henrique Devoto, diretor da Escola Média Teórico-Prática de Agricultura da Bahia, Pinho passou a palavra para o representante do governo português saudando os organizadores do evento:

Quando a mim [sic] (...) felicito à Associação Comercial, a Sociedade Baiana de Agricultura e o Banco de Crédito da Lavoura, pela sua útil iniciativa, - assim como a nossa lavoura, num dos seus ramos principais, pelo nobre movimento de solicitude, pela sua própria causa, que é, ao mesmo tempo, a da prosperidade do Estado da Bahia.

Jayme Séguier também felicitou “o Banco da Lavoura e a Sociedade Bahiana pela excelente organização dos trabalhos preliminares desse comício”, lamentando a ausência justificada do diretor da SBA Octaviano Muniz Barreto, lendo segundo o autor do artigo da BOLSEAGRIBA alguns trechos de uma carta de Muniz Barreto em prol da adesão da Bahia a um convênio internacional no comércio do cacau.

Outro membro da SBA ausente saudado por Séguier foi José Marcelino de Souza, antecessor de Pinho e naquele momento senador federal, presente segundo Séguier na reunião preparatória daquela assembléia em Paris. Advogando a efetivação de um acordo entre Brasil, Portugal e Equador para que estes retomassem sua liberdade

de ação para as suas transações e venda, também fez críticas à especulação como Araujo Pinho, e ressaltou o pioneirismo daquele evento.

O que importa é que deste primeiro congresso cacauero resulte alguma coisa de prático e de útil, e que ele marque o fim do insuportável escândalo que consiste em ver-se toda uma população de agricultores frustrada de legítima recompensa dos seus esforços de um ano inteiro, de todo um cabedal de tempo, de trabalho e de dinheiro empregados para arrancar à terra o seu produto, porque apraz um pequeno grupo de especuladores milionários impor-lhe tiranicamente uma taxa muito inferior ao valor real desse produto e mantê-la sob uma sujeição humilhante e ruínosa.

Feita a sessão solene de abertura, passou-se à organização da mesa, sendo consultada a assembléia que “deliberou favoravelmente, por unanimidade, sendo então aclamados: presidente do congresso, o dr. Joaquim dos Reis Magalhães, presidente da *Sociedade Baiana de Agricultura*”.

Joaquim dos Reis Magalhães¹⁶¹, proprietário rural, pronunciou em seu discurso, além das saudações solenes de praxe, a antiguidade da idéia de uma reunião dos lavradores de cacau, defendida por ele logo após a primeira Conferência Açucareira. Expressa-se aqui uma característica das associações de classe em foco neste estudo, como espaços de articulação e organização do que estamos chamando de “o Estado-Maior da classe”.

Ainda que se diferenciando pela estratégia efetivamente estadual, extrapolando a região do recôncavo, como a SACIPBA e como o IIBA, a SBA não se constituiu como ponta de lança de um movimento de massa, mas como suas antecessoras, espaço de um grupo “seleto”¹⁶².

Neste evento a SBA através de seu presidente apontou o cooperativismo e o crédito como condições do melhoramento da cacauicultura, e endossou a articulação entre associativismo classista e valorização das ciências, indicando inclusive a explanação de princípios científicos, infelizmente não detalhados, no regimento dos trabalhos do Congresso.

Associativismo e ciência se articularam no discurso da SBA como os principais elementos de combate contra “o indiferentismo, o egoísmo e a apatia [que]

¹⁶¹ Reis Magalhães (1854-1935) presidiu a SBA até 1932. Médico diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia e provedor do Colégio de São Joaquim por mais de 25 anos, também foi jornalista (BAHIA, 1923, XXI).

¹⁶² “Devo confessar publicamente que sinto, neste momento, a alma alegre e satisfeita ao enfrentar esta ilustre assembléia, brilhante, se não pelo grande numero, pela seleta individualização dos seus membros” (MAGALHÃES em BOLSEAGRIBA, 1911: 128)

não dominam o vosso espírito, aberto ao ensinamento dos princípios da ciência agrícola e da prática colhida por outros povos”.

Recapitulando, a SBA reuniu no seu seletto grupo: João Ferreira de Araujo Pinho, governador do estado; Graciliano de Freitas, secretário geral do estado; engenheiro Frederico Pontes, diretor da agricultura do estado desde o governo de José Marcelino, aliado e depois adversário de Zehntner; Henrique Devoto, diretor da Escola Agrícola e representante do ministro da agricultura e comércio; o representante da *Sociedade Nacional de Agricultura*, comendador João Umbelino Gonçalves; Jayme de Séguier, cônsul geral de Portugal em Paris e representante dos lavradores de S. Thomé; o presidente e a diretoria da *Associação Comercial*; a diretoria do Banco de Crédito da Lavoura da Bahia; presidente e membros da Junta de Corretores; João Gonçalves Tourinho, diretor do Tesouro do Estado; representantes dos municípios de Porto Seguro, Barra do Rio de Contas, Una, Jequié, Canavieiras, Ilhéus, Belmonte e Itabuna; Arthur de Sá Menezes, Diretor de Terras e Minas; “grande número de negociantes e exportadores, comissários, corretores e agricultores das zonas produtoras e de casas no Estado da Bahia”; os eabianos João David (1885), Alberto Navarro (1891) e Durval Gonçalves (1900); A. Argollo Ferrão, representante do Inspetor Agrícola e ex-professor do IAB; e Gonçalo de Athayde Pereira, diretor do *Boletim da Agricultura* (BOLSEAGRIBA).

Da lista de presentes, destaca-se, como último nome o de “L. Zehntner, ex-diretor do Instituto Agrícola”. Ao que parece, o cientista suíço não só ficou na Bahia, trabalhando em Juazeiro, mas se recolocou no movimento ruralista baiano utilizando de seu prestígio científico, afinal a comissão do Congresso em que foi inserido era justamente a Comissão onde as questões agrônômicas tinham maior presença. A primeira Comissão também contava com o eabiano Alberto Navarro e mais dois membros, sendo responsável por: I – Processos aperfeiçoados da colheita do cacau e da sua conservação; II – Modos de colheita, sua época, cautelas e condições que devem ser observadas para a fermentação do produto; III – Estações Experimentais; IV – Meios de proteção à produção, comércio e indústria do cacau.

A 2ª Comissão era encarregada de: V – Estatística da produção e da exportação do cacau; VI – Condições de embalagem e transporte do produto; VII – Tipos comerciais do cacau, critério de sua formação; VIII – Relação entre a produção e o consumo mundiais; IX – Ponto geográfico mais próprio para entreposto e conservação do produto. Dela tomou parte o eabiano Henrique Devoto.

Voltando a Zehntner, apesar das situações vividas entre ele e o corpo docente do IAB, Lohmann e o diretor da Agricultura do estado, Frederico Pontes, ele contou com um aliado: Gonçalo de Athayde Pereira.

Gonçalo de Athayde Pereira (1863-1944) dirigiu o Boletim desde o início de seu funcionamento em 1903 até 1911, retornando à sua direção em 1920 até 1932. Jornalista, 1º oficial da SEAGRIBA, era também sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto Genealógico da Bahia¹⁶³. Pereira publicou artigos escritos por Zehntner na primeira fase do BOLSEAGRIBA, tendo prestado muitos anos depois uma homenagem ao ex-diretor do IAB, publicando um retrato e uma nota biográfica.

Em 1929, Pereira escreveria no BOLSEAGRIBA acerca dos “relevantes serviços” de Zehntner, publicando seu retrato e dando notícia de suas publicações no mesmo, “consignados nestas páginas a nota dos seus estudos, como homens de Ciência”, onde realizou “proveitosa colaboração, em assuntos de relevância e oportunidade na agricultura, principalmente no que dizia respeito à sua entomologia e fitopatologia”¹⁶⁴.

Zehntner e tantos outros agentes como o diretor da Fazenda Modelo do Catu, Francisco Marques de Araújo Góis, ou Dionísio Gonçalves Martins, o eabiano Cerqueira Rego, entre muitos outros agentes do campo científico que vimos investigando, tiveram no BOLSEAGRIBA, sob a gestão de Pereira, foi a fonte que primeiro nos abriu a possibilidade de problematizar a investigação da institucionalização da agronomia como uma comunidade científica, no sentido dado por Kuhn (1978).

Para Kuhn, uma comunidade científica constitui um conjunto de sujeitos que adere a um corpo de conhecimentos científicos, um “paradigma”, que é estabelecido quando suas realizações são suficientemente sem precedentes ao ponto de atrair um grupo duradouro de seguidores, ao tempo em que também afastando-os de outras formas de atividade científica também deixam abertas questões para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes desta ciência. O surgimento de jornais, revistas especializadas, fundações de sociedades científicas, currículos de cursos universitários, citações, livros didáticos etc. seriam

¹⁶³ Cf. BOLSEAGRIBA, 1903-1932. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. nº 22 (jan-dez) 2005. Salvador: IGB, 2005, p.252-256. Cf. também BOLSEAGRIBA – Comemorativo do Centenário da Bahia. N. 7 a 12 – Julho a Dezembro de 1923, p.80.

¹⁶⁴ PEREIRA, Gonçalo de A. “Leo Zehntner”. BOLSEAGRIBA, Salvador-BA, vol.1, p.107, 1929.

neste esquema os elementos caracterizadores da formação de uma comunidade científica.

Conquanto por meio do BOLSEAGRIBA paulatinamente fosse se traçando um conjunto de agências onde poderíamos localizar eabianos, a SEAGRIBA em particular, os primeiros passos junto a esta fonte basearam-se neste conceito.

A rede de instituições e agentes, alianças e disputas que foram se tecendo em torno da EAB e a conexão da institucionalização da agronomia com o associativismo classista a partir de um prisma gramsciano, centrado numa concepção mediadora da atividade intelectual e da ciência aplicada, teve no conceito mediador de *campo científico*, de Bourdieu, um suporte mais prolífico.

O aporte de Bourdieu a nosso ver ultrapassava abordagens internalistas (voltadas para os métodos e as dimensões cognitivas) e externalistas (centradas na influência da sociedade na prática científica), na medida em que crítica tanto pesquisas referidas apenas no conteúdo textual da produção científica, quanto ao estabelecimento de uma relação direta entre o texto e o contexto. Entre esses dois pólos, entre texto e contexto, Bourdieu postula a existência de um universo intermediário, o *campo científico* (BOURDIEU, 2004).

O emprego deste conceito visou, assim, articular a sobredeterminação dos campos político e econômico com a autonomia da prática científica agrícola, ou seja, de um universo específico da dimensão cultural. Tal concepção, convergente com nosso emprego do arcabouço gramsciano em torno da direção intelectual e cultural no controle do Estado no sentido ampliado, foi canalizada para problematizarmos a constituição deste conjunto integrado pela EAB, SEAGRIBA, BOLSEAGRIBA, EPOBA, SACIPBA, IIBA e SBA como um campo de agências a partir das quais a produção, reprodução e divulgação da agronomia foi implantado.

Aqui fizemos principalmente um mapeamento do campo científico agrônomo, antes que um estudo definitivo. Os resultados alcançados ainda que parciais, entretanto, abrem possibilidades de revisão não só em torno da história das ciências no Brasil, mas da história política no sentido estrito na Bahia.

4.7. Oligarquia, agronomia e hegemonia

Conquanto a SBA: 1) tenha se feito antecâmara para o ingresso no primeiro escalão do poder estadual, e; 2) a condução da sua instalação tenha sido feita por uma comissão toda composta por diretores do IIBA, uma associação de classe fomentadora

da ciência agrícola e da formação de engenheiros agrônomos, a pertinência do estudo daquela entidade para as conexões entre o campo científico e o campo político, especialmente da Secretaria de Agricultura na gestão Calmon impôs um desafio à investigação.

Para usarmos os termos de Regina Abreu, a nomeação daquele “engenheiro-professor-escritor-administrador” para a Secretaria de Agricultura (SEAGRIBA) é bastante destacada na bibliografia da política baiana na Primeira República (PANG; 1979; SAMPAIO, 1998; TAVARES, 2002). Abordagens mais biográficas como as de Francisco Barbosa (1980), Pedro Calmon (1983) ou de Regina Abreu (1996) registram a participação de Calmon na Sociedade Nacional de Agricultura. A produção em história da Bahia, por seu turno, não aborda a passagem de Miguel Calmon pela diretoria da SNA e muito menos da sua trajetória na SBA, que não é tratada por nenhum autor.

A exposição de Barbosa enfatiza os laços familiares entre os Araújo Góis e os Calmon, e trata como fator de projeção do início da vida pública de Miguel Calmon o uso do álcool como combustível em sua monografia *Aplicações Industriais do Álcool*, apresentado à Primeira Conferência Açucareira do Brasil, quando também escrevera outra “monografia pioneira: *Aproveitamento da Energia Solar (1902)*” (BARBOSA, 1980: 29) ¹⁶⁵. Ainda que registrando a atuação de M. Calmon na organização de sociedades e partidos políticos (Liga da Defesa Nacional (1916); Sócio benemérito da Sociedade Nacional de Agricultura (1917); Sócio honorário da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1907) e da Bahia (1908)) (BARBOSA, 1980: 56-57), nenhuma menção à SBA. A passagem pela Secretaria da Agricultura é secundarizada ante a nomeação de M. Calmon para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. O fio condutor do texto é a precocidade de Miguel Calmon, com apenas 27 anos quando é chamado por Afonso Pena para a pasta ministerial.

Para Pang (1979) a nomeação de M. Calmon foi a mais importante decisão de Severino Vieira: “A nomeação de Miguel Calmon du Pin e Almeida para Secretário estadual de Agricultura foi sua mais importante decisão, baseada em mérito, para a

¹⁶⁵ Barbosa elaborou uma nota bastante útil para os leitores e investigadores na distinção dos muitos “Miguel Calmon”: “Miguel Calmon [o secretário de Agricultura da Bahia] teria sido o quarto a usar o nome completo. O segundo foi seu tio Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), bacharel formado em São Paulo, que seguiu a carreira da magistratura, chegou a desembargador e morreu como presidente da província do Rio Grande do Sul. Um filho deste, diplomado em Engenharia Civil, foi professor de Arquitetura na Escola Nacional de Belas-Artes, Miguel Calmon du Pin e Almeida (1873-1961). Um filho e um neto de Góis Calmon também assinariam o nome por inteiro, apondo-se-lhe sobrinho. Miguel Calmon du Pin e Almeida, sobrinho (1912-1967), foi professor da Escola Politécnica da Bahia, reitor da Universidade Federal da Bahia, deputado federal e ministro da Fazenda.” (BARBOSA, 1980: 71).

modernização da economia do estado.” (PANG, 1979: 85). Particularmente no que interessa à instituição da agronomia, referindo-se ao governo de José Marcelino, igualmente avaliou que

Sua primeira decisão de peso foi manter Miguel Calmon como Secretário de Agricultura e enviá-lo para o Ceilão, a fim de estudar os progressos no cultivo da cana-de-açúcar. O governo do estado contratou um agrônomo alemão para estudar o aperfeiçoamento na plantação do cacau, na época a principal fonte de renda do estado, assim como o cultivo do algodão no árido sertão. Novas verbas e interesse foram destinados à agonizante escola de agronomia do estado, para ressuscitar suas pesquisas. (PANG, 1979: 89-90).

Breve trataremos da contratação do “agrônomo alemão”. Ainda no plano da modernização e financiamento da produção agrícola, Pang ressalta obras nas áreas de viação férrea e navegação, bem como os planos de J. Marcelino de prover capitais baratos para a agricultura por meio do Banco do Crédito da Lavoura da Bahia, formado com recursos provenientes dos impostos de exportação da agricultura. (PANG, 1979: 90). Para presidir o banco foi convocado “um conhecido fazendeiro e ex-político conservador, João Ferreira de Araújo Pinho. Reconhecendo o importante papel dos coronéis proprietários de terras na política estadual, Henrique Teixeira foi nomeado diretor e Viriato Ferreira Maia Bittencourt tornou-se secretário; ambos eram coronéis de grande influência no Recôncavo”. O que Pang não registrou foi que Pinho e Teixeira eram sócios da SBA.

Por ora, prosseguindo com a avaliação historiográfica sobre a M. Calmon na política estadual na primeira década do século XX, temos em Consuelo Sampaio um balanço dos partidos eleitorais na Bahia da Primeira República que privilegia M. Calmon como um novo nome levado à Câmara Federal em 1906 e que teria atuação efetiva durante todo o desenrolar da Primeira República, representando uma “nova geração ia despontando no cenário político, pronta a substituir as velhas lideranças que a morte foi arrastando” (SAMPAIO, 1998: 85). O peso de Miguel Calmon como um elemento da luta intra-oligárquica, especialmente em torno do episódio da indicação de um nome para ocupar o posto de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas também aqui é ressaltado.

Pedro Calmon traçou, por seu turno, uma homologia entre o Miguel “Abrantes” Calmon e o Miguel “SNA” Calmon, de forma que a inteligibilidade da trajetória deste torna imprescindível sua passagem na SNA. O texto de Pedro Calmon é

particularmente interessante na medida em que além de historiador e familiar do biografado, foi assessor do tio no MAIC e, mais tarde, nos anos 1940, comporia o Conselho Superior da SNA. A passagem deste na SEAGRIBA e a publicação de um periódico seriam a maior ilustração da íntima conexão entre os dois estadistas da família:

*Obedecia, com o **Boletim da Agricultura**, à inspiração do tio-avô, que em 1833 lançara o **Jornal da Sociedade de Agricultura**, a primeira publicação da província para os que lhe lavravam a terra. Segui-lo-ia no Rio de Janeiro, tomando a frente à Sociedade Nacional de Agricultura, continuadora da missão (e dos ideais) do velho clube do Recôncavo. (CALMON, 1983: 30).*

A SACIPBA e a SAIN, na pena de Pedro Calmon, estava para o Marquês de Abrantes como a SNA estava para M. Calmon. Pedro Calmon inclusive elucida um período da vida de Calmon pouco tratado pela historiografia baiana, mas familiar aos pesquisadores do MAIC e da SNA, mas mais uma vez conectando o Miguel Calmon da SACIPBA e da SAIN ao Miguel Calmon da SEAGRIBA. Este teria proclamado no discurso inaugural da 2ª Conferência Açucareira (Recife, 1905), “a indispensável evocação da Sociedade de Agricultura da Província da Bahia”. Afirmando que à SNA “ligou-se como à casa mais próxima do seu destino”, ingressando em 1912 para a diretoria, na vice-presidência em 1916, assumindo efetivamente em 1922¹⁶⁶ a presidência e recebendo em 1926 o título de “presidente perpétuo”, foi dela que a projeção nacional de M. Calmon consolidou-se (CALMON, 1983: 31).

*Agradeceu a investidura a 12 de março de 1912, lembrando (em honra do Marquês de Abrantes), que ela seguia na República o exemplo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Império. Será o seu clube, o seu escritório, o seu megafone. Impedido de presidi-la por ter sido chamado para o Ministério do Exterior, em substituição a Rio Branco, **Lauro Müller o sobrecarregou com as responsabilidades da direção: a partir daí, encarnou Miguel Calmon a Sociedade Nacional de Agricultura.** (CALMON, 1983: 76-77).*

Uma análise crítica dos biógrafos de M. Calmon, identificando os seus principais temas, argumentos e imagens foi realizada por Regina Abreu (1996). A atuação de M. Calmon na SNA é realizada em vários momentos na obra de Abreu (ABREU, 1996: 83, 116), mencionando que a coleção Miguel Calmon inclusive contava com uma série de diplomas de entidades específicas da agricultura (ABREU, idem: 133). Sem nenhuma referência direta, contudo, à SBA.

¹⁶⁶ De acordo com Mendonça, M. Calmon assumiu a presidência da SNA em 1921 (1997: 197 e 1998: 120).

A partir da análise do acervo familiar doado por Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, viúva do político, ao Museu Histórico Nacional, Abreu percebe na coleção e nos textos sobre a vida de Calmon a construção de uma narrativa linear que associa objetos e fatos à antiguidade e raridade do círculo familiar.

A ênfase na ascendência de Miguel Calmon da parte dos Góis e em especial do Marquês de Abrantes, o significado da transmissão do seu legado material e simbólico, especialmente o nome para o sobrinho, compõem na sua interpretação um conjunto de movimentos para construção de uma memória e consagração de um passado imperial. Por outro lado, igual ênfase conferida à sua formação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sua atuação em obras de engenharia e na Secretaria de Agricultura da Bahia, culminando com sua nomeação para o MIVOP são problematizados por Abreu como mecanismos de valorização dos ideais burgueses de modernidade, ciência e civilização.

Contudo, Regina Abreu aborda estes dois pólos num movimento de tensão e contradição, em que a ética do homem público e patriota tem que lidar com a ética das “oligarquias”, do grupo particular, do clã, em vez do interesse geral.

Como conciliar o ideal de uma comunidade composta de homens livres, autônomos e racionais do contratualismo burguês com as origens, e, principalmente, as demandas “oligárquicas”? A resolução desta tensão encontrada por Calmon e seus pares engenheiros, para a autora, encontrou-se na concepção de seu papel na condução e esclarecimento das massas enquanto elites esclarecidas que moldam e edificam a nação ao longo dos tempos.

Esta concepção elitista de história na composição e exposição da coleção, bem como das narrativas em torno do sucessor do Marquês de Abrantes, contudo, seguiram como uma “conjugação de discursos e práticas dicotômicas” (ABREU, 1996: 97) em que concepções hierárquicas e contratualismo burguês, sociedade pós-escravista e capitalismo efetivamente não se equacionaram se não por meio de um conjunto de ações em que “civilizar é aculturar”.

As categorias civilização e política coronelista em geral não são associadas. Uma das mais conhecidas representações sobre a Bahia e seus coronéis foi proporcionada por Jorge Amado em seus romances. A opulência, reverência e truculência em torno destes personagens marcaram a memória coletiva através de romances, novelas e filmes, como outras mídias.

É possível falar ou pensar em ciências em tal ambiente? O período republicano vem sendo caracterizado pela historiografia como um período em que os interesses dos

grupos dominantes regionais tem maior acesso ao Estado, e em que no campo, desencadeia-se o fortalecimento do mandonismo local, do coronelismo (FRAGOSO, 1996: 168; FRAGOSO, SILVA, 1996: 213).

O coronelismo se configuraria, nesta quadra, como fenômeno ligado à formação de poderes locais sustentados por uma ampla clientela política, baseada em uma sociedade agrária marcada por profundas diferenciações econômicas e sociais, bem como por uma cidadania não plena refletida na baixa representatividade política, “e, talvez, ainda pela presença de relações não-capitalistas de produção – não inteiramente reguladas pelo mercado –, cuja reiteração coincide com a afirmação de relações de poder” (FRAGOSO, TEIXEIRA, 1996: 213).

Mas a par da coerção física e econômica vigente no sistema coronelista que Calmon integrou, por meio da história das ciências a ausência de partidos organizados na Bahia teve em contraponto três gerações de entidades que articulavam ciência e classe. Antes que sujeito excepcional, Miguel “SBA” Calmon também foi ingrediente e resultado da expressão institucional de uma tradição de classe.

Sem negar o óbvio, qual seja a interdição à generalização do trabalho assalariado, a legitimação da violência através do exercício de cargos públicos, a ausência de uma opinião pública, o peso do sistema familiar, o racismo que hierarquizava os trabalhadores e negava cidadania à população negra, havia uma sociedade civil na Bahia, ainda que restrita.

Esta sociedade civil restrita enquanto matriz produtiva e espaço dos aparelhos privados de hegemonia de um lado foi composta pela constituição de um conjunto de agências e agentes voltados para aplicação da ciência na agricultura, como pela incapacidade das unidades açucareiras baianas de evoluir de sua forma semi-autárquica para alguma forma mais próxima do funcionamento de uma empresa, de outro.

Pela instabilidade dos partidos políticos e por uma tradição associativa que sobreviveu a mais de um século, por APH's atualizados quanto à produção científica da época e quinto por um consenso racista.

Modernidade e civilização funcionaram para garantir a exploração e exclusão. Com avanços e recuos, as “elites” da Bahia foram capazes de elaborar e encampar um projeto coletivo de defesa de seus interesses atravessando as décadas. O minotauro imperial transmutou-se em centauro maquiavelicamente republicano.

ererererererererererer

Conclusão

Uma das faces menos conhecidas das frações da classe dominante baiana foi a articulação entre sua formação como classe e a institucionalização das ciências. A partir da análise de três associações agrícolas criadas em distintos momentos articulamos dois processos: a divulgação de conhecimentos agrônômicos e sua inscrição num processo de formação da classe dominante na Bahia de 1832 a 1911.

Criadas em conjunturas distintas, com a Bahia ocupando diferentes posições no xadrez da economia e da política nacional, o que mais chama a atenção numa análise de longa duração é a persistência de um mesmo conjunto de famílias e mesmo de membros na direção destas entidades.

É significativo que SACIPBA, IIBA e SBA tivessem em suas diretorias, num espaço de um século, membros das famílias Calmon, Argollo Ferrão, Teive e Argolo, Costa Pinto, Araújo Pinho, Tosta, Pires de Carvalho e Albuquerque, Aragão Bulcão, Muniz Barreto, Souza Bahiana, entre outras engajadas no circuito agromercantil do Recôncavo Baiano.

É significativa a permanência de uma pauta que passou por proposições que iam desde fertilização dos solos, hortos botânicos, introdução de culturas e raças, uso de máquinas e instrumentos agrícolas, estatística, colonização, etc., até a instalação de escolas de agricultura.

Acompanhando Gramsci (2000), cujo “partido” não coincide necessariamente com o partido político convencional, mas todo e qualquer aparelho que organiza e dirige um grupo social, cujos intelectuais desempenham papel de organização e elevação de sua vontade coletiva, podemos, concluir que a SACIPBA e, principalmente, o IIBA, desempenharam na Bahia imperial papel de “partido”. E, se por um lado, não se constituíram enquanto instituições “de massa”, por outro constituíram espaço do “Estado-Maior intelectual” de sua classe em formação.

A criação da Escola Agrícola da Bahia, instituição pioneira na formação de engenheiros agrônomos no Brasil, expressou um capítulo da institucionalização das ciências marcada pela especialização e profissionalização, com a constituição de um *habitus* diferenciador do egresso da EAB (o eabiano) como uma das principais marcas da implantação da agronomia como campo científico. E a relação contraditória de pares/concorrentes formada entre egressos e professores da Escola Agrícola da Bahia e da Escola Politécnica da Bahia, particularmente dentro da Secretaria de Agricultura da

Bahia, conformaram um sistema de relações objetivas a partir de posições adquiridas no campo científico e no campo político.

O fim da monarquia, e agonia e fechamento dos Imperiais Institutos de Agricultura entre 1902 e 1904, não interrompeu a constituição de um universo intermediário no qual estiveram inseridos agentes e instituições cujo papel foi produzir, reproduzir e difundir a agronomia, ou seja, um campo científico. Campo este que ao mesmo tempo integrou a ossatura do Estado, intimamente ligados aos interesses das classes dominantes, prosseguindo durante a República na Bahia por meio da Sociedade Baiana de Agricultura (SBA).

Três gerações de instituições que corresponderam a três gerações de famílias que ocuparam a mesma posição na organização da produção social, a partir de uma mesma base geográfica, com insistência na instrução do trabalhador nacional revelada na documentação evidencia que da parte dos grupos reunidos nos aparelhos de hegemonia e de Estado citados, as frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo agiu como fração de classe dominante engajada em dirigir intelectual e ético-politicamente não só o conjunto das demais integrantes do bloco no poder, mas também os segmentos sociais dominados fazendo de cientificismo/racismo um par antes sintético que antitético. Em que medida este centauro republicano longamente gestado ainda vive entre nós?

et et et et et et et et et et et

Fontes Primárias

UFRB – Impressas e Manuscritas

EAB. Teses de conclusão de curso da Escola Agrícola da Bahia (1880-1904).

UFRB - Manuscritas

EAB. *Livros de atas da Congregação*. 1876-1883, 1883-1895, 1895-1901, 1901-1907, 1907-1910.

EAB. *Livro de Correspondência da Diretoria*. 1876 a 1880.

IIBA. *Livro das Atas do Imperial Instituto Bahiano d'Agricultura*. 1859-1902.

IIBA. *Livro destinado para o registro das representações que dirigir o Instituto a Sua Majestade, o Imperador*, 1860-1867.

IIBA. *Livro para registro dos anúncios e editais do Imperial Instituto Bahiano*. 1859 a 1873.

IIBA. [Livro de Pareceres, 1860-1872] *Livro de Direito sobre a Disportação do Açúcar*. 1860-1872.

IIBA. *Relação nominal das pessoas que compõem o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto de 1º de novembro de 1859*.

UFRB - Impressas

SEAGRIBA. *Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia* (1903-1911).

BN – Impressas

EAB. Teses de conclusão de curso da Escola Agrícola da Bahia

Ano	Nome	Naturalidade	Título da tese
1886	BARAUNA, Romualdo Antonio	Bahia	Aplicação das irrigações na Agricultura
1886	ESTRELA, José Alves de Souza	Bahia	Cultura da mandioca
1886	GONÇALVES, Joaquim Francisco	Bahia	Construções rurais
1886	GUIMARÃES, José Geminiano Gomes	Bahia (Santo Amaro)	Das vantagens da cultura nopal e do seu inseto
1886	LIMA, Augusto Lopes da Silva	Bahia	Caminhos vicinais
1886	PRAIA FILHO, Franklin dos Santos	Rio Grande do Sul	Sericicultura
1886	SANTOS, José Celestino dos	Bahia	Qual o melhor meio de se aperfeiçoar a criação de gado vacum atendendo aos fins - trabalho, leite e açogue
1886	ROLENBERG, Joaquim Machado de Faro	Sergipe	Fabrico aperfeiçoado e simplificado do açúcar de cana
1886	SILVA, José Tomaz da	Bahia	Crédito agrícola
1886	VALVERDE, José Regis de Lima	Bahia	Classificação e escolha dos instrumentos e máquinas agrícolas
1886	VALVERDE, Otacilio de Lima	Bahia	Extração da fécula da mandioca e fabrico da tapioca
1886	ZUANNY, Luis Alberto	Bahia	Apicultura
	ROCHA, Gustavo Neves	Bahia	Fosfatos e sua importância na agricultura
1889	BARAUNA, João Leovigildo	Bahia (Santo Amaro)	Estado atual da grande e pequena propriedade e da grandeza e pequena cultura do Brasil
1889	NAVARRO, Artur Cesar	Bahia	Estradas de rodagem {Fichamento em andamento}

IIBA. *O Agricultor Bahiano*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson E C., 1866.
[ANNO I, 27 JAN. – 21 ABR. 1866 – NS. 2-7,11. FALTAS: N. 1 (1866), NS. 8-10 (18 MAR. – 20 ABR. 1866)]
IIFA. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (1869-1875)
MACOP. Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1889).
MAIC. Decreto N. 8.584 – de 1º de março de 1911 - Cria uma escola média ou teórico-prática de agricultura no estado da Bahia e aprova o respectivo regulamento.
MAIC. Decreto n. 8.607 – de 8 de março de 1911 - Cria um Aprendizado Agrícola anexo à Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura do Estado da Bahia e aprova o respectivo regulamento.
SACIPBA. *Jornal da Sociedade de Agricultura Comércio e Indústria da Província da Bahia* (1833-1836);
TEIXEIRA, Mario Spinola. *O Boi. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para ser perante a mesma publicamente sustentada por Mario Spinola Teixeira*. Bahia: Lytho-Typ. e Enc. Wilcke, Picard & C., 1898.

UFRJ, BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS

EAB. Tese de conclusão de curso da Escola Agrícola da Bahia de Gustavo Dutra (1880): “Breves considerações sobre a anatomia do colmo e as moléstias da cana de açúcar”.

JBRJ, BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS

IIFA. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (1861-1892).
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Relatórios: 1909-1911.

APEB – Biblioteca

Relatórios da Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas (RELSEAGRIBA, 1897-1903).

ZEHNTNER, Leo. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Diretor de Agricultura sobre os diferentes trabalhos e ocorrências do Instituto Agrícola da Bahia em o ano de 1909 pelo Dr. L. Zehntner, diretor do mesmo Instituto*. Bahia: Litho-Typ. Reis, 1913.

IGHBa – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IMPERIAL Instituto Bahiano de Agricultura. *Regulamento geral da Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1883.

SBA. *Estatutos da Sociedade Baiana de Agricultura aprovados em última redação na sessão de 21 de fevereiro de 1902 do Comício Agrícola da Bahia*. Bahia: Diário da Bahia, 1902.

SBA. *Comício Agrícola da Bahia. Sessão de Instalação da Sociedade Baiana de Agricultura, presidida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino dos Santos Vieira, Governador do*

Estado. Discursos dos Exmos. Srs. Drs. Severino dos Santos Vieira e Joaquim Ignacio Tosta. Bahia: Oficinas do <<Diario da Bahia>>, 1902.

Bibliografia Percorrida

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *O que é história da Ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAÚJO, N.A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Salvador: UFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006 (dissertação de mestrado).

AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1955.

BAHIA, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1861, N-11A. “Projeto de Uma Escola de Agricultura para a Província da Bahia, pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura”, 18 de Novembro de 1860.

BAIARDI, Amílcar. “A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental” em MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone sul: 3º Encontro*. Campinas: AFIHC, 2004: 23-28.

BAIARDI, Amílcar. “O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930”. In Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (7.: 1999: São Paulo) VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais/José Luiz Goldfarb & Márcia H. M. Ferraz (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: [s. n.], 1999.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Idéias econômicas de Miguel Calmon. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC. Brasília – Rio de Janeiro, 1980.

BENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; MARTINS, Ruth B.; MENDONÇA, Amanda. “História, Ciências, Saúde – Manguinhos: um balanço de 12 anos de circulação ininterrupta”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.221-257, jan.-mar. 2007.

BOTTOMORE, Tom B. *Introdução a Sociologia*. (9º ed.) Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico” In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. – São Paulo: Ática, 1983.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*/ tradução Denice Bárbara Catani. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatórios apresentados à Assembléia Geral pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1861-1889.
- CAPDEVILLE, Guy. *O ensino superior agrícola no Brasil* – Viçosa, UFV, Impr. Univ. 1991.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. *Dados*, Rio de Janeiro-RJ, vol.46, n.1, p.153-193, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, São Paulo: Editora Nacional: Rio de Janeiro: Finep, 1979.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.^a ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902. Campinas-SP: Unicamp, 2004 (tese de doutorado).
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. “Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano” em BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador – BA. SEI, v.10, n.1, p.21-34, Jul., 2000.
- D. JOÃO VIa. “Carta Régia de 25 de junho de 1812 - Cria na cidade da Bahia um curso de Agricultura” em SNA. *LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL*. Volume III. Fim do primeiro período. Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.280-284.
- D. JOÃO VIb. “Instruções provisórias para o ensino de Agricultura, orientado pela Carta Régia de 25 de Junho de 1812 ao Governador e Capitão General da Bahia” em SNA. *LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL*. Volume III. Fim do primeiro período. Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.280-284.

- DANTES, M. A. M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001a.
- DANTES, Maria Amélia M. “As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil em HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001b.
- DANTES, M. A. M. “Apresentação” In: HAMBURGUER, Amélia Império | et al.]. *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*- São Paulo; Fapesp, 1996.
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2002.
- DIAS, André Luís Mattedi, SANTANA, José Carlos Barreto de. *Linha de Pesquisa em História das Ciências no Brasil com ênfase na Bahia*. Proposta de Linha de Pesquisa, Feira de Santana: DEXA/UEFS, 1999.
- DIAS, André Luís Mattedi . “A qualidade do ensino da Matemática e as perspectivas em História das Ciências” em DIAS, André Luís Mattedi; EL-HANI, Charbel Niño; SANTANA, José Carlos Barreto de; FREIRE JR., Olival. (Org.). *Perspectivas em Epistemologia e História das Ciências*. Feira de Santana: UEFS, UFBA, 1997.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol, SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas. (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ : Editora Fiocruz, 2003.
- DOMINGUES, H. M. B. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império” in: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DOMINGUES, H. M. B. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*, 1995. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH-USP.
- EDLER, F. C. “A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil” em História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, mai/ago, 2002.
- EDLER, Flávio. “A Medicina Acadêmica Imperial e as Ciências Naturais” em HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1987.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina* – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875 – 1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997
- FIÚZA, S. (org.) *A Escola Agrícola da Bahia*. Salvador: Typographia do Commercio, 1934.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.
- FRAGOSO, João Luis. “O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia Brasileira no século XIX: *mais que uma plantation escravista-exportadora*” In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil* – Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.
- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico” em CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere volume 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. /edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere volume 4. Temas da cultura – Ação Católica – Americanismo e fordismo*. /Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2. Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo*. /Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. “Pedro de Toledo, Miguel Calmon, Homem de Melo, Teodoro Sampaio, Alberto Torres. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, IGHBA, n.º 63 (Separata), 1937.

HEIZER, A. e VIDEIRA, A.A.P. - *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. LIMA, Nísia Trindade, “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. em MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

IIBA. *Atas do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* (1859-1902).

IIBA. *Livro destinado para o registro das representações que dirigir o Instituto a Sua Majestade o Imperador*. 1860-1867.

IIBA. *O Agricultor Bahiano*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson E C., 1866.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KURY, Lorelai. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A Ciência Imperial e a Musa Cabocla” em HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.

LOPES, M. Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997

LOPES, Maria Margaret. “O local musealizado em nacional – Aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil” in HEIZER, A. e VIDEIRA, A.A.P. - *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MAIA, Carlos Alvarez. “A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências” em SOARES, L. C. (org.). *Da Revolução Científica à Big (Business) Science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: Eduff, 2001.

MALAVOLTA, Eurípedes. “As Ciências Agrícolas no Brasil” In: FERRI, Mário Guimarães, MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil – São Paulo*: EPU: EDUSP, 1979.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*, Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF, 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. –São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 1999.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola*. Niterói: UFF, 1995 (Dissertação de Mestrado).

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. – São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2. ed. revista Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.
- MELONI, Reginaldo Alberto. *Ciência e Produção Agrícola. A Imperial Estação Agrônômica de Campinas 1887/1897*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) - Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999. (FFLCH-USP)
- MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia, Agrônomos e Projetos para a Agricultura Brasileira no pós-1930*. Capturado em 18 de janeiro de 2005. Online. Disponível na Internet: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_72.pdf
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. – Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998a.
- MENDONÇA, Sonia Regina. “Estado e Sociedade” em MATTOS, Marcelo Bardaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998b.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MICELI, Sérgio. “Introdução: A Força do Sentido” em BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1999.
- MOREIRA, I. C., MASSARINI, L. “Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil” em MOREIRA, Ildeu de Castro Moreira (org.). *Ciência e Público: caminhos de divulgação científica no Brasil*, 2001.
- NEVES, M. S. “A “Machina” e o Indígena – O Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862” Em HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.

- OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950 : práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Campinas, SP : [s.n.], 2005.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista(1786-1888)*. 2. ed Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a.
- PANG, Eul Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história, 1875 – 1891*. Rio de Janeiro: AN/IHGB, 1979b.
- PESTRE, D. “Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”. *Cadernos IG/UNICAMP*. Campinas, UNICAMP, v. 6, n. 1, p.1-56, 1996.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “Negócios e Política no Brasil Império” em: MENDONÇA, Sonia Regina, VALENCIA, Marta. *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “As classes sociais na construção do Império do Brasil” em MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “Os Simples Comissários”. *Negociantes e política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.
- POLIANO, Luiz Marques. *A Sociedade Nacional de Agricultura: resumo histórico*. Rio de Janeiro: SNA, 1945.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- RAMOS, Jair de S. *O Poder de domar do fraco: Construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional*. Niterói: EdUFF, 2004.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A Revolta dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROMEIRO, A. R. “Ciência e Tecnologia na Agricultura: algumas lições da história” em *Cad. Dif. Tecnol.*, Brasília 4(1):59-95, jan./abr., 1987.
- SALLES, Ricardo. “A Planta Exótica: o projeto político imperial” em: *A Nostalgia imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo/Feira de Santana: HUCITEC/UEFS, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*, Brasília, MCT/CNPq/CEE, 2001.
- SOARES, Luiz Carlos. “O nascimento da Ciência Moderna: os diversos caminhos da Revolução Científica nos séculos XVI e XVII” em SOARES, L. C. (org.). *Da Revolução Científica à Big (Business) Science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: Eduff, 2001.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro/org. Rafael de Bivar Marquese*. – São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.
- TEMPERINI, Rosana Soares de Lima *O Sertão vai virar Campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2003 (dissertação de mestrado).
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª ed. Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, 1998a.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichember. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.
- TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. “A Salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages” em Revista da FAGEDUFBA. nº 4, Salvador: UFBA, 2000: 27-37.
- TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século*

XIX. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX”. REVISTA DA SBHC. Rio de Janeiro. v.2. n.I. p.22-31,jan/jun. 2004.

VERGARA, Moema de Rezende. A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República.. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de História, 2003.

ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

ANEXO I
Sócios da SACIPBA (1832-1836)

1. Alexandre Borges de Barros
2. Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (Barão de Cajaíba).
3. André Pinto da Silveira
4. Antonio Bernardino da Rocha Pitta e Argolo (Conde de Passé)
5. Antonio Calmon du Pin e Almeida
6. Antonio da Costa Pinto
7. Antonio dos Santos Araújo Góis
8. Antonio Joaquim Álvares Pinto de Almeida (irmão do Marquês de Santo Amaro, José Egídio Álvares Pinto de Almeida)
9. Antonio Joaquim de Oliveira Mendes
10. Antonio Joaquim Moreira de Pinho
11. Antonio Pedroso de Albuquerque
12. Antonio Pereira de Rebouças
13. Argollo e Queiroz
14. Barão de Itapicuru
15. Bento Lopes de Araújo Villas Boas (Coronel, Barão de Maragogipe)
16. Bernardo José Serpa Brandão
17. Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca)
18. Domingos José de Amorim
19. Domingos Moniz Fiuza Barreto
20. Eduardo Ferreira França
21. Felisberto Caldeira Brant Pontes (Brigadeiro, Marquês de Barbacena)
22. Francisco Agostinho Gomes (Padre)
23. Francisco Gonçalves Martins
24. Francisco José de Mattos (Coronel)
25. Francisco Vicente Viana (Barão de Viana)
26. Fructuoso Vicente Viana (Barão de Rio de Contas)
27. George March
28. Ignacio Accioly de Cerqueira e Silva
29. Ignacio de Araújo de Aragão Bulcão
30. Ignacio José Aprígio da Fonseca Galvão
31. Ignacio Rigaud
32. Inocêncio José Galvão
33. Jerônimo Felisberto Gomes de Argollo
34. João de Cerqueira Lima
35. João Francisco Cabussú
36. João Ferreira de Oliveira e Silva
37. João Gonçalves Cesimbra
38. Joaquim Antonio Moutinho
39. Joaquim Bernardino Falcão de Gouveia
40. Joaquim Ferreira Bandeira
41. Joaquim Ignacio da Silva Pereira
42. Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão (Barão de Matoim)
43. Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão (1º Barão de S. Francisco)
44. José Avelino Barbosa
45. José Barros Reis
46. José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu, membro honorário)

47. José de Cerqueira Lima
48. José Ferreira de Oliveira e Silva
49. José Garcia Cavalcante de Albuquerque e Aragão
50. José Joaquim Moniz Barreto de Aragão Souza e Menezes (Barão de Itapororocas)
51. José Maria Pina e Mello (Coronel)
52. José Neto da Silva
53. José Plácido dos Santos
54. José Teles de Menezes Jr.
55. José Theodoro de Sá Barretto
56. Lázaro José Jambeiro
57. Luís Manoel de Oliveira Mendes (Coronel, Barão de Itapicuru de Cima)
58. Luiz Barbalho Muniz Fiuza Barreto /
59. Luiz da França Pinto Garcez
60. Luiz Félix Calmon de Siqueira
61. Luiz Francisco Gonçalves Junqueira
62. Luiz Paulo de Araújo Bastos (Visconde dos Fiaes) /
63. Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida
64. Manoel Vasconcelos de Souza Bahiana
65. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães
66. Manoel Ignacio de Lima
67. Manoel João dos Reis
68. Manoel Joaquim Fernandes de Barros
69. Manoel José de Araújo Borges
70. Manoel José de Mello
71. Manoel Maria do Amaral
72. Manoel Mauricio Rebouças
73. Manuel Ferreira da Camara de Bittencourt e Sá
74. Mathias de Araújo Góis
75. Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes)
76. Miguel José Maria de Teive Argolo
77. Paulo Argolo e Teive
78. Paulo José de Mello de Azevedo e Brito
79. Rodrigo Antonio de Teive e Argollo
80. Simão Gomes Ferreira Velloso
81. Theodoro Praxedes Froes

Fontes:

SACIPBA. *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia* (1832-1836).

PEDREIRA, P. T. *Memória História Geográfica de São Francisco do Conde.*

BAHIA, *Boletim da Secretaria de Agricultura*, 1903 (maio).

ANEXO II

“Relação dos membros para a Diretoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por Decreto do 1º de Novembro de 1859”.

FONTE: REL. MACOP, 1859

Presidente do Instituto. Senador
Herculano Ferreira Penna – atual
Presidente da Província;

Diretoria.

Senador Francisco Gonçalves Martins –
Vice-presidente
Visconde dos Fiais.
Thomas Pedreira Geremoabo.
Barão de Cajaíba.
Dr. José Augusto Chaves.
Barão de Pirajá.
Joaquim Ignácio de Araújo de Aragão
Bulcão.

Conselho Fiscal:

Senador João Maurício Wanderley –
Vice-Presidente
Visconde de Itapicuru
Barão de Rio de Contas
Desembargador Antonio Calmon du Pin
e Almeida
Coronel Francisco Vieira Tosta
Tenente-Coronel Egas Moniz Barreto
de Aragão
Coronel Simão Gomes Ferreira Vellozo
Tenente-Coronel Francisco da Rocha
Pita e Argolo
Dr. Francisco Moreira de Carvalho
Coronel Antonio da Costa Pinto
Coronel Sancho de Bittencourt
Berenguer César
Tenente-Coronel Ignácio Rodrigues
Pereira d’Utra
Tenente-Coronel Francisco Viana
Ferreira Bandeira
Dr. Miguel de Teive e Argolo
Dr. Baltasar de Araújo de Aragão
Bulcão
Pedro Moniz Barreto de Aragão
Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira
[Feira de Santana!]
Luiz Pereira Borges
Barão de S. Francisco

Tesoureiro:

Comendador Manoel Belens de Lima

“Além dos Sócios mencionados
inscreveram-se no ato da inauguração
do Instituto os seguinte”:

Arcebispo Conde de Santa Cruz
Coronel Antonio Pedroso de
Albuquerque
Visconde de Passé
Comendador Joaquim Pereira Marinho
Barão de Paraguaçu
Coronel Miguel José Maria de Teive e
Argolo
Comendador José Teixeira Barbosa
Francisco Pires de Carvalho e
Albuquerque
Tenente-Coronel Manoel José de
Almeida Couto
Antonio Francisco de Lacerda
Coronel Francisco Vicente Vianna
Coronel Luiz Manoel de Oliveira
Mendes
Major José Joaquim de Teive e Argolo
Joaquim José Rodrigues
Dr. Custódio Ferreira Vianna Bandeira
Paulo Pereira Monteiro
Pedro Ferreira Vianna Bandeira
Luiz Francisco Gonçalves Junqueira
Major Antonio da Costa Pinto Junior
Tenente-Coronel Manoel José de
Magalhães
Tenente-Coronel Fructuoso Gomes
Moncorvo
Francisco Xavier Machado
Comendador João Pereira da Motta
Francisco Dias Coelho Mello
Dr. Francisco Marques de Araújo Góis
Tenente-Coronel Domingos Antonio de
Oliveira Meirelles
Major Umbelino da Silva Tosta
José Carlos Novaes Lins

Dr. João de Araújo Argolo Gomes Ferrão
Manoel de Teive e Argolo
Joaquim Lopes de Carvalho
Dr. Luiz Antonio Pereira Franco
Antonio Alves Pereira da Silva
Major Carolino da Silva Tosta
Tenente-Coronel Manoel Caetano de Oliveira Passos
Coronel José Ricardo Gomes de Carvalho
Dr. Antonio Araújo de Aragão Bulcão
Tenente-Coronel Domingos Rodrigues Seixas
João Gonçalves Ferreira
Major Francisco de Sampaio Viana
Manoel dos Santos Neves
Gonçalves Alves Guimarães
Candido Pereira de Castro
Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góis

“Tem-se inscrito depois da inauguração os seguintes”:

Dr. Joaquim José Gaioso Sá Barreto
Joaquim Gomes de Araújo Góis
Luiz José Pereira Borges

Dr. João Fernandes de Moura
Antonio Joaquim Alves Pinto de Almeida
João de Teive e Argolo
Fortunato Pereira Galo
Capitão José Maria de Gouveia Portugal
Tenente-Coronel Joaquim Antonio de Magalhães Castro
Domingos Lopes Ribeiro
Reverendo Manoel Gomes de Figueiredo
Dr. Domingos José Gonçalves Ponce de Leão
João Baptista Pinto Sanches
João Vaz de Carvalho
João de Araújo Argolo Gomes Ferrão
Tenente-Coronel Francisco Gomes Moncorvo
Antonio Felix de Carvalho
Dr. João Garcez dos Santos
Coronel Jerônimo Vieira Tosta
Ignácio Pires de Carvalho e Albuquerque
Manoel dos Santos Correia
Comendador José de Barros Reis

ANEXO III

Relação nominal das pessoas que compõem o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto de 1º de novembro de 1859

Fonte principal: IIBA, *Livro da Inscrição dos sócios que compõem o Imperial Instituto da Baiano, 1859 a ...*

Fontes complementares: Atas do IIBA (1859-1902); PEDREIRA. *Memória histórico-geográfica de Santo Amaro*, p.266.

NOMES	TÍTULOS	RESIDÊNCIAS	PROFISSÕES
ALBUQUERQUE, Antonio Pedroso de	Cel.	Ao Barbalho	Proprietário
ALBUQUERQUE, Francisco Pires de Carvalho e		Cidade. Capital.	Proprietário
ALBUQUERQUE, Ignácio Pires de Carvalho e		Eng. Passagem, Termo de S. Amaro	Proprietário
ALBUQUERQUE, José Joaquim Pires de Carvalho e	Barão de Pirajá	Passo do Saldanha	Proprietário
ALMEIDA, Antonio Calmon du Pin e	Desembargador	Termo de S. Amaro	Proprietário
ALMEIDA, Antonio Joaquim Alveres Pinto de	Coronel	Eng. Triunfo. Termo de S. Amaro	Proprietário
ALMEIDA, Felix de Sousa e		Eng. S. Sebastião, Termo de Nazareth	Proprietário
ARAGÃO, Egas Muniz Barreto de	Ten. Cel. Comendador	Rio Paraguassu. Termo da Cachoeira	
ARAGÃO, Pedro Moniz Barreto de	Dr.	Eng. Buraco, Termo da Cachoeira	Proprietário
ARAGÃO, Salvador Muniz Barreto de	Barão de Paraguassu	Eng. Madruga. Termo de S. Francisco	Proprietário
ARGOLO, Antonio da Rocha Pita e	Conde de Passé	Eng. Pindoba. Termo de S. Francisco	Proprietário
ARGOLO, Francisco Antonio da Rocha Pita e	Barão de Passé, Ten. Cel.	Eng. S. Paulo. Termo de S. Francisco	Proprietário
ARGOLO, José de Teive e	Cel.	Eng. Água Comprida, Termo da Capital	Proprietário

ARGOLO, José Joaquim de Teive e	Ten. Cel.	Termo de S. Francisco	Proprietário
ARGOLO, Manoel José de Teive e		Cidade, Capital	Proprietário
ARGOLO, Miguel de Teive e		Cidade ou no seu Eng. do Termo de	Proprietário
ARGOLO, Miguel José Maria de Teive	Barão de Paramirim, Cel.	Eng. Das Almas. Termo de S. Francisco	Proprietário
BANDEIRA, Custódio Pereira de Viana		Solidade desta cidade	Proprietário
BANDEIRA, Francisco Ferreira Viana	Ten. Cel.	Cidade. Rua de João Pereira	Proprietário
BANDEIRA, Pedro Ferreira Viana		Rua da Solidade	Proprietário
BARBOSA, Manoel José Pereira	Comendador	Eng. Passagem, ou Portas do Carmo	Proprietário
BARRETO, José Joaquim	Barão de Saubara	Eng. S. Gonçalo. Termo de S. Amaro	Proprietário
BARROS, Ignácio Borges de	Barão de Rio Fundo	Eng. de S. Brás. Termo de S. Amaro	Proprietário
BASTOS, Luis Paulo de Araújo	Visconde de Fiães	Rua da Solidade	Proprietário
BOQUEIRÃO, Ladislau do		Vila do Urubu	Proprietário e Magistrado
BRANCO, Felix José Leite Pereira Castelo		Termo do Urubu	Proprietário
BRAZIL, Manoel Ferreira Canna		Eng. S. José, Termo de Alagoinhas	Proprietário
BULCÃO, Antonio de Araújo de Aragão		Termo de S. Amaro	Proprietário
BULCÃO, Balthasar de Araújo de Aragão	Dr.	Rua do Bispo	Proprietário
BULCÃO, Joaquim Ignácio de Araújo de Aragão	Barão de Matoim, Cel.	Rua da Direita do Palácio, ou em seu Eng. Pitanga. Termo de S. Francisco	Proprietário
BULCÃO, Joaquim Ignácio de Siqueira		Eng. Novo, Termo da Cachoeira	Proprietário
BULCÃO, José de Araújo de Aragão	Barão de S. Francisco	Rua direita do Palácio	Proprietário
CALMON, José Gabriel	Dr.		

CARVALHO, Antonio Felix de		Eng. Tarefas. Termo de S. Amaro	Proprietário
CARVALHO, Francisco Moreira de	Barão de Subaé, Dr.	Cidade de S. Amaro	Proprietário
CARVALHO, João Vaz de		Cidade. Capital, ou em seu Eng. Aratu	Proprietário
CARVALHO, Joaquim Lopes de		Cidade. Capital	Negociante
CARVALHO, José Freire de	Ten. Cel.	Eng. S. José, Termo de S. Francisco	Proprietário
CARVALHO, José Ricardo Gomes de	Dr.	Cidade da Cachoeira	Proprietário
CASTRO, Candido Pereira de		Cidade. Capital	Negociante
CASTRO, Joaquim Antonio de Magalhães	Ten. Cel.	Eng. Pitanga, Termo de S. Amaro	Proprietário
CERQUEIRA, Joaquim Pedreira de		Feira de Santana	Proprietário
CESAR, Sancho Bittencourt de Berenguer	Cel.	Eng. Padalunga, Termo de S. Amaro	Proprietário
CHAVES, José Augusto	Dr.	Cidade de S. Amaro	Proprietário
CORREIA, Manoel dos Santos		Capital	Proprietário
COUTO, Manoel José de Almeida	Cel.	Largo do Desterro ou em seu Eng. D. João, Termo de S. Francisco	Proprietário
FARIA, Augusto Silvestre de		Capital	Negociante e Proprietário
FERRÃO, Alexandre Gomes de Argolo	Barão de Cajaíba	Eng. Cajaíba. Termo de S. Francisco	Proprietário
FERRÃO, João de Araújo Argolo Gomes	Dr.	Cidade. Capital	Proprietário
FERREIRA, João Gonçalves		Cidade. Capital	Negociante
FIGUEIREDO, Manoel Gomes de	Reverendo	Inhambupe	Proprietário
FRANCO, Luiz Antonio Pereira	Dr.	Cidade, Capital	Proprietário e Magistrado
GALLO, Fortunato Pereira		Eng. S. Antonio da Ribeira das Pedras, Termo dos Ilhéus	Proprietário

GEREMOABO, Thomas Pedreira	Comendador	Cidade. Capital, ou no seu Eng. do Termo de Maragogipe	Proprietário
GÓIS, Francisco Marques de Araújo	Dr.	Cidade. Capital	Magistrado
GÓIS, Inocêncio Marques de Araújo	Dr.	Cidade. Capital.	Magistrado
GÓIS, Joaquim Gomes de Araújo		Eng. Cassarangongo, Termo de S. Francisco	Proprietário
GÓIS, Antonio Calmon de Araújo	Barão de Camaçari		
GÓIS, Paulino de Araújo	Barão de S. Miguel		
GUIMARÃES, Gonçalo Álvares		Cidade. Capital	Negociante
JUNQUEIRA, Luis Francisco Gonçalves	Barão de Jacuípe	Cidade. Capital	Proprietário
LACERDA, Antonio Francisco de	Comendador,	Praça da Piedade	Negociante
LEÃO, Domingos José Gonçalves Ponce de	Dr.	Cidade. Capital.	Proprietário
LIMA, Manoel Belens de	Comendador	Cidade. Capital	Negociante
LIMA, Pedro Emilio de Cerqueira			
LINS, José Carlos de Novaes		Cidade. Capital	Negociante
MACHADO, Francisco Xavier		Boa Viagem	Proprietário
MAGALHÃES, Manoel José de	Ten. Cel.	Povoação da Barra	Negociante
MARCIAL, Calisto Ignácio		Termo da Vila do Prado	Proprietário
MARINHO, Antonio Pereira	Barão de Marinho. Dr.	Cidade. Capital	
MARINHO, Joaquim Elísio Pereira	Barão de Guahy (ou Guaí, 1879)	Cidade. Capital	Negociante
MARINHO, Joaquim Pereira	Barão, depois Visconde de Pereira Marinho	Estrada da Vitória	Negociante
MARTINS, Dionísio Gonçalves	Comendador	Eng. S. Lourenço. Termo de S. Amaro	Engenheiro
MARTINS, Francisco Gonçalves	Barão de S.	Engenho S. Lourenço –	Proprietário

	Lourenço. Conselheiro		
MEIRELLES, Domingos Antonio de Oliveira		Eng. da Ponta. Termo de Cachoeira ou na Capital. Vitória.	Proprietário
MELLO, Francisco Dias Coelho		Cidade. Capital	Proprietário
MENDES, Antonio Joaquim de Oliveira	Visconde de Itapicuru de Cima	Termo de S. Amaro	Proprietário
MENDES, Luis Manoel de Oliveira	Barão de Traripe, Cel.	Praça do Teatro	Proprietário
MONCORVO, Francisco Gomes	Ten. Cel.	Iguape	Proprietário
MONCORVO, Fructuoso Gomes	Ten. Cel.	Cidade. Capital	Negociante
MONTEIRO, Paulo Pereira	Comendador	Cidade, Capital	Negociante
MOTTA, João Pereira da	Comendador	Cidade. Capital	Negociante
MOTTA, José Carlos da		Freguesia da Conceição do Mundo Novo, Termo da Conceição	Proprietário
MOURA, João Ferreira de	Dr.	Eng. Jauá, Termo de S. Amaro	Proprietário
NEVES, Manoel dos Santos		Capital	Negociante
NOVAES, Manoel Pinto		Cidade, Capital	Negociante
OLIVEIRA, Joaquim Ferreira de			Proprietário
OLIVEIRA, José Vicente de		Vila da Barra do Rio de S. Francisco	Proprietário
PAIVA, Joaquim Simões de	Cel.	Mata de São João	
PASSOS, Manoel Caetano de Oliveira	Ten. Cel.	Cidade da Cachoeira	Proprietário
PEREIRA, João Caetano Xavier da Silva	Cel.	Fazenda dos Campos, Termo de Monte Alto	Proprietário
PINHEIRO, Thomas Antonio		Aldeia, Termo de Nazareth	Proprietário
PINTO JR., Antonio da Costa	Barão de Oliveira	Cidade S. Amaro	Proprietário

PINTO, Antonio da Costa	Barão de Sergimirim, Cel.	Termo de S. Amaro	Proprietário
PINTO, Antonio Francisco	Barão de Itaitinga, Cel.	Termo de Nazareth	Proprietário
PINTO, José da Costa		Capital	Negociante
PINTO, Manoel Lopes da Costa	Barão de Aramaré, Ten. Cel.	Eng. Aramaré. Termo de S. Amaro	Proprietário
PORTUGAL, José Maria de Gouveia		Eng. São Gonçalo, Termo de S. Francisco	Proprietário
REIS, José de Barros		Cidade. Capital	Proprietário
RIBEIRO, Domingos Lopes		Ilha de Maré. Termo da Cidade	Proprietário
ROCHA, Manoel Pinto da		Eng. Velho, Termo de Alagoinhas	Proprietário
RODRIGUES, Joaquim José		Estrada da Vitória	Negociante
S., Antonio Alves Pereira da		Coité. Termo de S. Amaro	Proprietário
S., Manoel Pedro da	Ten. Cel.	Cidade de Nazareth	
SANCHES, João Baptista Pinto		Passé, Eng. Restinga, Termo de S. Francisco	Proprietário
SANTOS, João Garcez dos	Dr.	Ipojuca, Termo de S. Francisco	Proprietário
SANTOS', Manoel Garcia dos		Eng. Mucambo, Termo de S. Francisco	Proprietário
SEIXAS, Domingos Rodrigues	Brigadeiro Ten. Cel.	Nagé. Termo de Maragogipe	Proprietário
SILVA, Domingos Mendes da	Barão de S. Thiago	Cidade. Capital	Proprietário
SILVEIRA, Manoel Joaquim da	Arcebispo	Cidade. Capital	
SOBRINHO, Francisco José	Major	Calçada do Bonfim	Proprietário
SOUZA, Porfirio Pereira de		Freguesia de N. Sra. Da Graça, Termo do Morro do	Proprietário

		Chapéu	
TOSTA, Carolino da Silva		Cidade Cachoeira	Proprietário
TOSTA, Francisco Vieira	Barão de Nagé, Cel.	Cachoeira	Proprietário
TOSTA, Jerônimo Vieira	Cel.	Eng. da Terra, Termo de Cachoeira	Proprietário
TOSTA, Umbelino da Silva		Cidade da Cachoeira	Proprietário
ULTRA, Ignácio Rodrigues Pereira de	Ten. Cel.	Eng. da Cruz no Iguape	Proprietário
VELLOSO, Simão Gomes Ferreira	Cel.	Eng. Pojuca, Termo de S. Francisco	Proprietário
VIANA, Francisco de Sampaio	Major	Capital	Negociante
VIANA, Francisco Vicente	Barão de Viana, Cel.	Eng. Do Montez. Termo de S. Francisco	Proprietário
VIANA, Fructuoso Vicente	Barão de Rio de Contas	Eng. Guaíba. Termo de S. Francisco.	Proprietário
VIANA, Guilherme José Baptista			
WANDERLEY, João Maurício	Barão de Cotegipe, Conselheiro	Cidade. Capital ou em seu Eng. Cotegipe	Proprietário
VIANA, João Vicente			
PARANHOS JR., Antonio de Freitas			

ANEXO IV
SACIPBA E IIBA: MEMBROS E/OU FAMÍLIAS EM COMUM

FONTES:

IIBA. *Relação nominal das pessoas que compõem o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto de 1º de novembro de 1859.*

BAHIA *Boletim da Secretaria de Agricultura.* 1903.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. “Anexo 3: Relação dos Nomes, Títulos e Atividades dos Membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. - 1859” em *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do séc. XIX*, 1982, p.242-247.

NOMES	TÍTULOS	FUNÇÃO NO I.I.B.A.	ATIVIDADES	FUNDADOR DA SACIPBA (<u>S</u> – sim - ou <u>F</u> - familiar)
Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (1800-1870)	Barão de Cajaíba	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Proprietário de Engenhos (S. Francisco do Conde); Comandante de Armas da Bahia (1831); Militar, Marechal de Campo, combateu na luta pela Independência; lutou contra a Sabinada.	S
Antonio Calmon du Pin e Almeida		Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Proprietário do Engenho S. Bento; em 1870, recusa a Presidência do I.I.B.A.	F (Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida; Miguel Calmon du Pin e Almeida)
Antonio da Costa Pinto (1880)	Fidalgo, Cavalheiro da Casa Imperial (1849); Barão de Sergimirim (1860); Visconde de Sergimirim (1871)	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859); Presidente (1870-79).	Diretor Geral dos Índios da Bahia; Proprietário de terras; Patriarca do clã dos Costa Pinto em Santo Amaro. Concessionário da Fábrica Central Bom Jardim.	S
Antonio Joaquim Alves de Almeida		Sócio do I.I.B.A.	Proprietário do Engenho Timbó (Santo Amaro)	S
Antonio Pedroso de Albuquerque		Sócio do I.I.B.A.	Comissário de açúcar; Traficante de escravos.	S
Coronel Luiz Manoel de Oliveira Mendes		Sócio	Proprietário do Engenho São Cosme	F
Dr. Antonio Araújo de Aragão Bulcão	3.º Barão de S. Francisco	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859). Presidente (1882-1902).	Proprietário dos Engenhos D'Água, Guaíba e Quicengue (S. Francisco do Conde); Bacharel em Direito; Presidente da Província da Bahia (1879/81); Senador do Estado (1896-1913); Governador do Estado (1913)	F (Ignacio de Araújo de Aragão Bulcão; Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão (barão de Matoim)
Dr. Balthasar de Araújo Aragão Bulcão	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Acionista do Banco da Bahia; Proprietário do Engenho Novo (S. Francisco do Conde); Deputado da	F (Ignácio de Araújo de Aragão Bulcão; Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão (barão de Matoim)

Egaz Moniz Barreto de Aragão	Comendador	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Assembléia Provincial; Suplente de Deputado Geral. Grande proprietário no Recôncavo (Engenho Matararipe); Membro do Partido Conservador; Importador de Colonos.	F (Luiz Barbalho Muniz Fiuza Barreto)
Francisco Gonçalves Martins	Barão de S. Lourenço (1860) Visconde de S. Lourenço	Fundador e Vice-presidente (1859)	Acionista do B. da Bahia; Proprietário de Engenho em S. Francisco do Conde; Advogado; Juiz de Direito; Senador e Ministro do Império; Presidente da Província (1869-1871); Senhor de Engenho “Progressista”; lutou na Sabinada e reprimiu a revolta dos Malês como Chefe de Polícia da Capital.	S
Francisco Vicente Viana	Barão de Rio de Contas	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Ligações com Engenhos Centrais.	S
Joaquim Ignacio de Aragão Bulcão (1804-1886)	Barão de Matoim. Fidalgo, Cavaleiro da Casa Imperial e Comendador da Ordem de Cristo.	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Proprietário do Engenho de Baixo (S. Francisco do Conde), membro da Junta da Lavoura (1834); Lutou na Sabinada.	S
Luis Paulo de Araújo Bastos	Visconde de Fiais	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Fundador do Banco da Bahia (1845) e da Caixa Econômica da Bahia (1853); Membro da Junta da Lavoura; Representante da elite política e econômica da Província; Propôs fundação do Banco Agrícola; Presidente da Província.	S
Manoel Belens de Lima (?-1869)		Fundador e Tesoureiro do Conselho Fiscal.	Presidente da Associação Comercial; Diretor de Banco e de duas Cias. de Seguro; Vereador; Escutador da Corte do Comércio; Membro Fundador da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria (1831); Maior figura na comunidade de comerciantes.	S
Miguel de Teive e Argolo	Visconde de Paramirim	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Concessão da estrada de ferro Bahia-Minas; Proprietário de terras no Recôncavo (Engenho Paramirim).	F (Miguel José de Teive Argolo)
Salvador Moniz Barreto	Barão de Paraguassu	Sócio	Grande proprietário no Recôncavo	F (Luiz Barbalho Muniz Fiuza Barreto)
Sancho de Bittencourt Berenguer César		Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Proprietário de Engenhos em Santo Amaro (sete); Membro da Sociedade de	S

Ignácio Borges de Barros

Barão do Rio Fundo

Fundador (1859).

Agricultura, Comércio e Indústria;
Fundador da Junta da Lavoura, um dos
líderes da propagação de interesses
agrícolas em Santo Amaro.
Proprietário do Engenho de São Brás,
Santo Amaro.

F (Domingos Borges de Barros
(Visconde de Pedra Branca),
Alexandre Borges de Barros)

ANEXO V
DIPLOMADOS PELA ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA EM SÃO BENTO DAS LAGES (1880-1904)

Ano	Nome	Naturalidade	Título da tese	Pai	Mãe	Profissão/ Ocupação/ Título do Pai
1880	BAHIANA, Joaquim José de Vasconcelos de Souza	Bahia	Corretivos			
1880	CARVALHO, Eugenio Prisciliano de	Bahia	Motores hidráulicos e irrigação			
1880	COELHO, Jovino Rodrigues,	Bahia	Instrumentos aratórios	Leopoldino Rodrigues Coelho	Maria Paulina da Conceição Coelho	
1880	D'UTRA, Gustavo Rodrigues Pereira	Santo Amaro	Breves considerações sobre anatomia do colmo e moléstias da cana de açúcar	José R. Pereira d'Utra	Emilia Guimarães dos Santos d'Utra	
1880	DEVOTO, José Henrique	Bahia	Monografia do cafeeiro			
1880	LIMA, Antonio Lopes da Silva	Bahia	Cultura do fumo e acidentes que podem prejudicar a safra			
1880	PEREIRA, José Nuno de Barros	Bahia	Nutrição dos vegetais	Veríssimo Nuno de Barros Pereira	Carlota Amelia de Barros Pereira	
1880	SEIXAS, Silvino Adelino	Bahia	Cultura do milho			
1880	SILVA, Daniel Moreira da	Bahia	Germinação vegetal			
1880	SILVA, Francisco Pereira dos Santos	Bahia	Propriedades e aplicação da drenagem	Manoel Pereira dos Santos Silva	Mariana Carolina da C. Pereira	
1881	CASTRO, José Nunes de	Nazaré	Leis gerais da mecânica	José Araújo de Castro	Virgínia Angélica de Castro	
1881	VELOSO Jr, João Bernardo	Bahia	Sistema de culturas	João Bernardo Mendes Velloso	Maria José Mendes Velloso	
1882	LIMA, Joaquim Ignacio Ribeiro de	Bahia	Irrigações	Joaquim Ignacio Ribeiro de Lima	Carmozina Ediltrudes Ribeiro de Lima	Ten.Cel.Comendador
1882	LOPES, Francisco Domingues	Bahia	Cultura do cafeeiro no Brasil	Joaquim Domingues Lopes	Umbelina Cachoeira Lopes	Major
1882	NEVES, Samuel Augusto das	Bahia	Monografia do cacauero	Augusto Cezar das Neves	Vicencia Dorea das Neves	

1882	SANT'ANNA, Glicerio Lino de	Bahia	Apreciações gerais sobre a alvenaria do pedreiro comum	João Pedro Lino de Sant'anna	Euphrosyna Constança de Sant'Anna	
1882	TRAVASSOS, Inacio Garcia Rosa	Sergipe	Elementos inorgânicos de nutrição da cana de açúcar	Sem	Sem	
1883	ANTUNES, Julio Cesar	Bahia	Histórico, definição e teoria da difusão	Sem	Sem	
1883	DAVID, Pedro Jayme	Bahia	Ventilações dos prédios	Pedro Julio David	Maria Augusta David	{Agrimensor – Atas IIBA, 13/02/1880}
1883	DEIRÓ, Pedro Manoel Lefundes	Nazaré	Fermentações	Ignacio da Silva Deiró	Amelia Roza Lefundes Deiró	Ten.Cel.
1883	GONÇALVES, Luiz de Castro			João de Araújo Gonsalves		
1883	MENDES, Clemente Porto de Oliveira	Bahia	Terra Vegetal	Clemente Augusto de Oliveira Mendes	Maria Joaquina da Costa Pinto Mendes	
1883						
1883	PINTO, Francisco da Costa	Bahia (Santo Amaro)	Teoria física dos afolhamentos	{Manoel Lopes da Costa Pinto}		{Visconde de Aramaré}
1884	CARAÇAS, Francisco Pacifico	Ceará (Baturité)	Cultura do cacauero no Brasil	José Pacifico da Costa Caracas	Ana Telícia de Lima Caracas	
1884	CARDOSO, Teodolo Augusto	Bahia	Influência do calor sobre a vegetação	Sem	Sem	
1884	MAGALHÃES, Manoel Cerqueira	Bahia	Cultura do Algodoeiro	Sem	Sem	
1885	NAZARÉ, Manoel Alves	Bahia	Água como agente do metamorfismo das rochas			
1885	COSTA, Pedro Ribeiro da	Bahia	Higiene dos matadouros			
1885	SOBRAL, Domingos Dias de Menezes	Sergipe (Japarutuba)	Apreciações gerais sobre as lavouras que têm por fim tornar o solo arável e cultivável			
1885	SOUZA, José Maria Barroso de	Bahia	Escravidão e agricultura			
1885	ROCHA, José Feliciano da	Bahia	Trabalho considerado como instrumento geral da produção			
1885	SANT'ANA, Enedino José de	Bahia	Solo arável, estrutura geológica	Fellipe José de	Acacia Maria dos	

			do solo, formação dos solos, aráveis e composição química	Sant'anna	Prazeres Sant'anna	
1885	DAVID, João Gustavo	Bahia	Madeiras de construção			
1886	BARAUNA, Romualdo Antonio	Bahia	Aplicação das irrigações na Agricultura	Antonio Lazaro do Sacramento Barauna	Maria Joaquina Lopes Barauna	Major
1886	ESTRELA, José Alves de Souza	Bahia	Cultura da mandioca			
1886	GONÇALVES, Joaquim Francisco	Bahia	Construções rurais	Joaquim Francisco Gonçalves	Cândida Augusta Nogueira Gonçalves	
1886	GUIMARÃES, José Geminiano Gomes	Bahia (Santo Amaro)	Das vantagens da cultura nopal e do seu inseto	José Torquato Gomes Guimarães	Rosa Maria Guimarães	Capitão
1886	LIMA, Antonio Lopes da Silva	Bahia	Caminhos vicinais	José Lopes da Silva Lima	Manoela Lopes da Silva Lima	Comendador
1886	PRAIA FILHO, Franklin dos Santos	Rio Grande do Sul	Sericicultura	Franklin dos Santos Praia	Antonia Corrêa dos Santos Praia	
1886	SANTOS, José Celestino dos	Bahia	Qual o melhor meio de se aperfeiçoar a criação de gado vacum atendendo aos fins - trabalho, leite e açougue	Pedro Celestino dos Santos	Angélica Maria dos Santos	
1886	ROLENBERG, Joaquim Machado de Faro	Sergipe	Fabrico aperfeiçoado e simplificado do açúcar de cana	Barão de Japarutuba	Baronesa de Japarutuba	
1886	SILVA, José Tomaz da	Bahia	Crédito agrícola	José Thomaz da Silva	Ubalдина Emilia da Silva	Comendador
1886	VALVERDE, José Regis de Lima	Bahia	Classificação e escolha dos instrumentos e máquinas agrícolas			
1886	VALVERDE, Otacilio de Lima	Bahia	Extração da fécula da mandioca e fabrico da tapioca	Lucio de Lima Valverde	Alexandrina de Lima Valverde	Ten. Cel.
1886	ZUANNY, Luis Alberto	Bahia	Apicultura	Luiz Antonio Zuanny	Constança E. da Silva L. Paranhos Zuanny	
1887	BACELAR, Mariano de Araújo	Bahia	Dessecamento e saneamento dos terrenos aproveitáveis			

1887	BULCÃO, José Joaquim de	Bahia	Medida geral econômica do trabalho na agricultura			
1887	CAMPOS, Cristovam Americo de	Bahia	Capital rodante da propriedade agrícola			
1887	CARVALHO, Domingos Sergio de	Bahia (Santo Amaro)	Transformação do trabalho agrícola	José Pedro de Carvalho	Marcelina Alves de Carvalho	
1887	DANTAS, Ceciliano de Souza	Bahia	Cultura intensiva e extensiva			
1887	DORNELES, Lauro de Sá	Rio Grande do Sul (Alegrete)	Viticultura no Brasil	Sebastião Dornelles de Carvalho	Maria José de Sá Dornelles	
1887	GOMES, Lazaro França	Bahia	Cultura Alternativa			
1887	GUSMÃO, Manoel da Silveira	Bahia	Cultura do cafeeiro nas Províncias do norte do Brasil			
1887	LIMA, Joaquim Lopes da Silva	Bahia	Vantagens e desvantagens da grande propriedade e da grande e pequena cultura			
1887	MACHADO, Mateus Ferreira de Souza	Sergipe	Causas que influem sobre a escolha e aquisição de uma propriedade rural			
1887	MARQUES, José Batista Pereira	Bahia	Cultura do trigo no Brasil			
1887	ROCHA, José Caribé da	Bahia (Lençóis)	Cultura da mandioca			
1887	SÁ, Joaquim Pinto de	Bahia	Qualidades e disposições pessoais inerentes ao empreendedor de indústria agrícola	Joaquim Alves de Sá	Rosa Alexandrina da Rocha	Capitão
1887	RIOS, José Diogo de Pina e Mello	Bahia				
1887	VIANA, Antonio Vicente Calmon	Bahia	Direção econômica e administrativa das propriedades agrícolas			
1887	COSTA, Virgilio Izidoro da	Bahia	Valor nutritivo e econômico das substâncias alimentares destinadas aos animais de trabalho	Antonio Jesuíno da Costa	Laura Serafina da Costa	Capitão
1887	DAVID, Virgilio	Bahia	A grande e pequena lavoura	Eugenio David	Francisca Juliana David	

1888	LOPES, Adolfo de Araújo	Bahia	Água em suas relações com a Agricultura	Cassiano Amaro Lopes	Maria de Araújo Lopes	
1888	ROBATTO Junior, José	Bahia (Alagoinhas)	Biologia vegetal moderna	Robato José	Clemência Augusta de Barros Robatto	
1888	VASCONCELOS, Julio Barbosa de	Bahia	Qual o melhor meio de aperfeiçoar-se a criação de gado vacum atendendo aos fins - trabalho, leite e açougue	Sem	Sem	
1888	BARAUNA, João Leovigildo	Bahia (Santo Amaro)	Estado atual da grande e pequena propriedade e da grande e pequena cultura no Brasil	Antonio Lazaro do Sacramento Barauna	Maria Joaquina Lopes Barauna	Major
1888	CARVALHO E ALBUQUERQUE, José Joaquim Pires de	Bahia (Santo Amaro)	Cultura aperfeiçoada da cana de açúcar			
1889	LIMA, Antonio Joaquim de Almeida	Bahia	Sericicultura			
1889	MENDES, Symaco Domingues	Bahia	Regime alimentar dos animais domésticos			
1889	NAVARRO, Artur Cesar	Bahia	Estradas de rodagem	Augusto César Navarro	Carlota Flora Navarro	
1889	NOGUEIRA, Miguel Guedes	Alagoas (S. Miguel)	Máquinas a vapor e sua aplicação na agricultura			
1889	ROCHA, José Calasans deMelo	Bahia (Macaúbas)	Motores hidráulicos e sua aplicação na agricultura	Joaquim de Mello Rocha	Ana Angélica Brandão Rocha	Desembargador
1889	SOUZA, Francisco Cardoso de	Bahia (Riacho de Santana)	Nas condições atuais de agricultura nacional deve ser abolida a prática do alqueive?	Hermenegildo Cardoso de Souza	Amélia Rosa de Magalhães Souza	Ten.Cel.
1890	FILGUEIRAS, Carlos Augusto	Bahia (Salvador)	Fabrico do vinho	Carlos Augusto Filgueiras	Maria Elisa Filgueiras	
1890	TORRES, Luiz Vieira de Siqueira	Alagoas	Apicultura	Joaquim Antonio de Siqueira Torres	Joana Vieira Sandes	Barão e Baronesa de Água Branca
1890	CARVALHO E ALBUQUERQUE, Emilio Antonio Pires de	Bahia (Santo Amaro)	Fabrico aperfeiçoado do açúcar pelo processo de expressão	Sem	Sem	
1890	CARVALHO E ALBUQUERQUE,Francisco Antonio Pires de	Bahia (Santo Amaro)	Ensino agrícola no Brasil	Sem	Sem	
1890	SANTOS, Candido Garcêz dos	Bahia	Navegação interna e regime dos	Sem	Sem	Sem

			rios			
1890	BAHIA, Manoel Francisco de Oliveira	Bahia (Santo Amaro)	Valor locativo do solo	Sem	Sem	Sem
1890	GONÇALVES, Antonio da Purificação	Bahia (Santo Amaro)	Efeitos dos corretivos mais empregados na agricultura	Sem	Sem	Sem
1890	RIBEIRO, Candido Augusto Ribeiro	Bahia (São Félix)	Conservação e defesa das florestas	Candido Augusto Ribeiro	Isidia de Carvalho Ribeiro	Capitão de Mar e Guerra
1890	BRITO, Artur Raposa de Sá	Bahia	Papel agrônômico das substâncias minerais na nutrição das plantas	Felício de Sá Brito	Maria Teresa Raposo de Sá Brito	Capitão de Mar e Guerra
1890	BASTOS, José Aristobulo	Bahia (Vila Bela de Queimadas)	Meios conducentes ao aperfeiçoamento das raças bovinas no Brasil	Antonio de São Miguel Bastos	Maria Cecilia de Souza	Vigário
1890	BASTO, Manoel Moreira Dias	Bahia	Cultura do fumo	Domingos Moreira Dias Basto	Maria de Jesus Moreira Dias Basto	
1891	CANTOLINO, Artur	Bahia	Argamassas e matérias primas que entram na sua composição	Moysés Cantolino	Hermelina Pereira Cantolino	Tenente
1891	CARVALHO E ALBUQUERQUE, Antonio Joaquim Pires de	Bahia (Santo Amaro)	Fabrico do álcool	Sem	Sem	Sem
1891	CERQUEIRA, Lourenço Asterio de	Bahia (Salvador)	Influência dos agentes meteorológicos sobre a vegetação	Antonio Acurcio de Cerqueira	Maria Candida de Cerqueira	
1891	CUNHA, Constancio José da	Bahia (Salvador)	A floresta e sua influência na constituição dos climas e salubridade do ar	Germano José da Cunha	Constança Carolina da Cunha	
1891	FREITAS, Camerino Teixeira de	Bahia (Santo Amaro)	Estatística agrícola	Augusto Teixeira de Freitas	Carolina Teixeira de Freitas	Capitão
1891	NAVARRO, Alberto Cesar	Bahia (Itaparica)	Fibras têxteis e seu emprego na indústria	Augusto Cesar Navarro	Carlota Flora Navarro	Cel.
1891	OSORIO, João Antonio	Bahia	Fabrico aperfeiçoado de tijolos	Antonio José Osório	Maria Lutgard Osorio de Queiroz	
1891	PEREIRA, Artur Nuno de Barros	Bahia	Irrigação, suas mais importantes aplicações	Verissimo Nuno Alvares Pereira	Carlota Amelia de Barros Pereira	
1891	PINTO, Durval Moncorvo da Silva	Cachoeira	Indústria das peles	Manoel Antonio da Silva Pinto	Elisa Moncorvo da Silva Pinto	Comendador

1891	REGO, Francisco Pereira de Cerqueira	Bahia	O Exclusivismo cultural e suas consequências agrícolas e econômicas	Manoel Pereira Rego	Carolina Maria de Cerqueira Rego	
1891	SIQUEIRA, Inacio Benedito Calmon de	Bahia	Traçado das estradas de ferro e sua influência na prosperidade dos centros agrícolas	Inacio Benedito Calmon de Siqueira	Aurelia Bibiana dos Santos Calmon	Major
1891	SOUZA, Julio Marinho Marques de	Bahia (Salvador)	Ferro e suas aplicações	Tiburcio Hermilio Marques de Souza	Dométília Amelia Borges Marques	
1891	VELHO, Ervidio Pedreira de Souza	Bahia (S. Gonçalo)	A colonização no Brasil	Ovídio Pinto de Souza Velho	Marcolina Evangelista Pedreira Velho	Farmacêutico
1891	ABREU, José Alves de	Bahia (Feira de Santana)	Cortume das peles			
1892	ARAÚJO Jr. Rodrigo Antonio Correia de	Bahia	Exploração das florestas	Rodrigo Antonio Correia de Araújo	Justina Carolina Correia de Araujo	
1892	AZEVEDO, Francisco Ferreira de	Bahia	Ferro e suas aplicações			
1892	JOBIM, Plinio	Rio Grande do Sul (São Gabriel)	Drenagem agrícola	Francisco Martins da Cruz Jobim	Rita Zeferina de Oliveira Jobim	Comendador
1892	LIMA, Augusto Franco	Bahia	Colonização e colônias do Brasil			
1892	LOBO, Antonio Teles da Silva	Bahia	Cultura do Algodoeiro			
1892	MOREIRA, Henrique Matos de	Bahia (Salvador)	Matérias pedregosas	Leonidio Ribeiro da Costa Moreira	Amelia Augusta de Mattos Moreira	
1892	SILVA, Manoel Acioli Ferreira da	Bahia (Feira de Santana)	Fundações	Quintino Ferreira da Silva	Carolina Accioli Ferreira da Silva	Bacharel
1892	SILVA, Otavio Gomes da	Bahia	Cultura da Rami			
1892	SOUZA, José Barbosa de	Bahia	Cultura do cafeeiro	Deoclecio Barbosa de Souza	Maria Angélica Alves do Rego	Capitão
1892	SOUZA, Odilon Pereira de	Bahia	Estudo geral das madeiras			
1892	TEIXEIRA, José Antonio Rodrigues	Bahia	Estudo das pedras artificiais	Paulo Rodrigues Teixeira	Michilina de Araujo Goes Teixeira	Cel.
1892	URPIA, Eduardo	Bahia	Exploração do sal comum			
1892	BARAUNA, Oscar Augusto	Bahia (Cachoeira)	O Estilo na Arquitetura Rural	José Maria Barauna	Augusta Bastos Barauna	

1893	GUIMARÃES, João Silvério	Bahia (Valença)	Riqueza agrícola e suas fontes	Procópio Guimarães	Helena de Lury Guimarães	
1893	MENDES FILHO, Luis de Oliveira	Bahia	Meios de defesa das terras inundadas	Luis de Oliveira Mendes	Josephina Perpetua Garcez Mendes	Cel.
1893	ROLENBERG, Antonio Dias	Sergipe	Cultura da baunilha	José de Faro Rolenberg	Amelia Dias Rolenberg	Cel.
1893	SÁ, Julio dos Santos	Bahia	Sondagem e suas aplicações aos trabalhos rurais			
1893	SÉ, Justino Antinas de Sento	Bahia (Salvador)	Cultura do milho	Justino Sento Sé	Felismina Bittencourt Sento Sé	Capitão
1893	BANDEIRA, Custodio Ferreira de Viana	Bahia (Ilha de Madre de Deus)	Motores hidráulicos e sua aplicação na agricultura	Manoel Ignacio Ferreira de Viana Bandeira	Ana de Jesus Moniz de Viana Bandeira	Dr.
1894	BASTOS, João Pimenta	Bahia	Bancos Municipais agrícolas			
1894	FERREIRA, Serafim	Rio Grande do Sul (São Borja)	O Mate	José Gaspar Ferreira	Francisca Carolina dos Santos Ferreira	
1894	MELLO, Orlando	Rio Grande do Sul (Itaquy)	Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e o meio de combate-las	Ignacio Antonio de Oliveira Mello	Francisca Ribeiro da Silva Mello	Capitão
1894	NEVES, José Maria	Bahia (Salvador)	Resolução da crise agrícola pelo nacional	Virgílio Neves	Mathilde Carolina Neves (falecida)	Major
1894	RIBEIRO, Carlos Teixeira	Bahia (Salvador)	Divisão da propriedade territorial	Francisco Teixeira Ribeiro	Virginia P. Teixeira Ribeiro	Comendador
1894	SOUZA, Candido Nunes de	Rio Grande do Sul (Itaquy)	Extração da borracha	Joaquim Nunes de Souza	Angelina Fontella Nunes	Cel.
1894	SOUZA, Romualdo Nunes de	Rio Grande do Sul (Itaquy)	Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e o meio de combate-las. Divisão do trabalho.	Joaquim Nunes de Souza	Angelina Fontella Nunes	Ten.Cel.
1895	AVELAR, Joaquim Elisio de	Bahia	Fabrico do papel			
1895	BORGES, Dioclecio Barbosa	Bahia (Feira de Santana)	Terraplanagem	Annibal José Pereira Borges	Claudina Barbosa de Souza Borges	Cel.
1895	CORREIA, Eduardo dos Santos	Bahia	Melhoramento da raça cavalar e			

			os métodos empregados			
1895	GOMES, João Batista	Sergipe (Vila Nova)	Exploração das pedreiras	José Leandro Martins Soares	Emilia Martins Soares	Doutor
1895	JUNIOR, Domingues {Francisco}	Alagoas	Direito das medições e operações práticas concernentes			
1895	LACERDA, Joaquim Francisco de	Bahia (Nazareth)	Corretivos químicos empregados em agricultura	{Augusto Francisco de Lacerda}	Sem	
1895	MAGALHÃES, Antonio Batista de	Bahia (São Félix)	Decadência da agricultura brasileira			
1895	MATOS, Jacinto Antonio de	Espírito Santo	Imigração e colonização no Brasil	Jacinto Antonio de Jesus Mattos	Augusta Ramos de Mattos	Major
1895	PEREIRA, Carlos Nuno de Barros	Bahia	Sistema de esgotos e aplicação dos resíduos à agricultura			
1895	PRADO, Augusto Acioli do	Sergipe	Higiene dos animais domésticos			
1895	RANGEL, Eugenio dos Santos	Rio de Janeiro (Cabo Frio)	Construção e higiene dos trabalhos	Sem	Sem	Ilha do Governador (Na dissertação)
1895	ROCHA, Antonio de Melo	Bahia (Macaúbas)	A Cal			
1895	SANTANA, Alexandrino José de	Bahia	Lavoura e despovoamento dos campos			
1895	PORTUGAL {dos Santos}, Antonio Silvestre	Bahia	Fabrico de sabão	{Dionísio José dos Santos}	{Leopoldina Portugal da Costa Santos}	{Doutor}
1895	SILVA, Alfredo Rosendo da Silva	Bahia	Águas potáveis e poços artesianos			
1895	SILVA, Gervasio Pinto da	Bahia	Indústria agrícola e seus meios de desenvolvimento	Paulo Pinto da Silva	Emilia Maria de Jesus Pinto	Capitão
1895	SILVA, José Gomes da	Bahia (Jaguaripe)	Divisão do trabalho			
1895	SILVA, José Rosendo da	Bahia	Lei dos afolhamentos			
1895	SOUZA, Flaviano Amado de	Bahia (Maragogipe)	Estrada de ferro de interesse local	Manuel Amado de Souza	Anna Rosa de Souza	Cel.
1895	ALMEIDA, Lodonio Ferreira de	Bahia (Barra de Rio de	Materiais de construção	Lodonio Ferreira de Almeida	Josephina G. de Jesus Almeida	

		Contas)				
1895	AMORIM Jr., José Soares de	Bahia (Aratuípe)	Papel econômico das vias de comunicação	José Soares de Amorim	Francisca Leonor de Amorim	
1896	AZEVEDO, Miguel Olimpio Pinto de	Bahia	Crédito agrícola	José Olímpio de Azevedo	Leopoldina Pinto de Azevedo	Doutor
1896	BARBOSA, Ladislau Teixeira	Bahia	Criação do gado vacum, seus fins agrícolas e industriais	Cezario Teixeira Barbosa	Sem	Capitão
1896	BARBOSA, Tito Teixeira	Bahia	Estudo das idades, cores e sinais do cavalo	Sem	Sem	
1896	CARVALHO [Behring], Mario Marinho de	Minas Gerais (Ponte Nova)	Herança e variação	José Ribeiro Behring	Francisca Marinho Behring	Capitão
1896	COELHO, Ezequiel Ferreira	Bahia (Inhambupe)	Levantamento da agricultura na Bahia	Manoel Ferreira Coelho	Ana Ferreira Coelho Baptista	
1896	SOUZA DANTAS, Efrem de	Bahia (Alagoinhas)	Carbúnculo	Francisco de Souza Dantas	Ursula Alves Campos de Souza Dantas	Major
1896	DIAS, Afonso Alves	Bahia (Salvador)	Café	Mathias Alves Dias	Orminda Alves da Cunha Dias	
1896	FREIRE, Alfredo	Bahia	Centralização agrícola			
1896	FREITAS, Januario Americo de	Bahia (Salvador)	Criação e reprodução dos ovídeos	João Gamerino Américo de Freitas (falecido)	Amelia Josephina Lopes de Freitas	
1896	GOMES, Francisco de Souza	Bahia (Salvador)	Estudo econômico dos traçados das estradas de ferro	Americo de Souza Gomes	Felicissima Maria da Glória Gomes	
1896	GONZALVES, Joakim	Bahia (Salvador)	Necessidade do trabalho obrigatório no Brasil	José Joaquim Gonzalves	Roza Gonzalvez	
1896	GRAVE, Temistocles Pereira	Bahia	Economia política (Máquinas e sua influência na vida econômica)	Temistocles Pereira Grave de Menezes	Celina A. Grave de Menezes	
1896	LUZ, Antonio Leite da	Bahia	A locomotiva e sua influência sobre o progresso agrícola	José Leite da Luz	Guilhermina de Oliveira Leite da Luz	
1896	MARQUES FILHO, Antonio José	Bahia	Pontes	Sem	Sem	
1896	MATA, Manoel Augusto dos Santos	Bahia (Aratuípe)	Influência do homem na criação das raças	João da Matta Santos	Elisa Augusta da Matta Santos	Major Honorário do Exército

1896	MEIRELES, Vitorio Joaquim de	Bahia (Salvador)	Colônias Agrícolas	Leopoldino Joaquim de Meirelles	Amalia Pereira Marinho de Meirelles	
1896	MONTEIRO, José Joaquim	Bahia (Ilhéus)	Colonização e Imigração	José Joaquim Monteiro	Ercilia Scham Monteiro	
1896	MORAIS FILHO, Eduardo Dias de	Bahia	Piscicultura	Eduardo Dias de Moraes	Rita Costa de Moraes	
1896	MOTA, Pedro Argemiro	Bahia	Direito de Propriedade	Francisco Fernandes Motta	Christina Blandy Motta	
1896	NUNES FILHO, Luiz Rodrigues	Goiás (Catalão)	Direito de Trabalho	Luiz Rodrigues Nunes	Maria Izabel Lobo Nunes	
1896	PAULA Jr., Antonio Francisco de	Bahia (Salvador)	A liberdade na indústria	Antonio Francisco de Paula	Elisa Leopoldina de Paula	
1896	COSTA PINTO, Alfredo da	Bahia	Meios gerais de desenvolver a produção	Sem	Sem	
1896	RAMOS, Jaime Mario	Bahia (Salvador)	Cultura da cana	Joaquim José Ramos	Clara Hermelinda Ramos	
1896	RAMOS, João de Deus	Bahia (Salvador)	Estudo geral das madeiras	Joaquim José Ramos	Clara Hermelinda Ramos	
1896	SANTOS, Alberto Leal Dias dos	Bahia (Salvador)	Terraplanagem	Manuel Ferreira Dias dos Santos	Corina Constança Leal dos Santos (falecida)	
1896	SANTOS, Artur Adalberto dos	Bahia	Obras de Arte das Estradas de Ferro	Manuel José dos Santos	Julia Leitão dos Santos	
1896	SANTOS, João Telmo dos	Bahia (Aratuípe)	Colonização no Brasil	João Marcolino dos Santos	Virginia Etelvina Tourinho Santos	Capitão
1896	SANTOS, Raul Leal Dias dos	Bahia (Salvador)	Higiene das habitações	Manuel Ferreira Dias dos Santos	Corina Constança Leal dos Santos (falecida)	
1896	SEBRÃO, Afonso Cicero	Sergipe	Instrumentos gerais da produção	Cypriano de Almeida Sebrão	Elisa Adelina Lopes Sebrão	Desembargador
1896	SÉRGIO, Cezar Moreira	Bahia	Estudo econômico do consumo	Marinho Moreira Sérgio	Ana Candida Martins Sérgio	Capitão
1896	SILVA, Silvano Vieira da	Bahia (Cachoeira)	Obras de Arte das Estradas de Ferro	Manoel Vieira da Silva	Augusta de Faria Vieira	

1896	SOUZA, Americo Alves de	Bahia (Sento Sé)	Viticultura	Juvenio Alves de Sousa	Amelia Clara Sento Sé e Souza	Doutor
1896	TEIXEIRA, Otaviano Francisco	Bahia	Calçadas	Manoel Teixeira	Julia Augusta Teixeira	
1896			Sem título (Explosivos?)			
1896	TRINDADE, José Candido Martins	Maranhão	Sericicultura	Alipio de Araujo Trindade	Leopoldina Martins Trindade	
1896	TUVO, João dos Santos	Bahia (Salvador)	Locomotivas	João Baptista Tuvo	Maria Araujo dos Santos Tuvo	
1896	ALMEIDA, Firmino Eloi de	Bahia	Locomotivas e sua influência no progresso agrícola			
1897	ANDRADE, Joaquim Pereira [Navarro] de	Bahia	Exploração das matas			
1897	[Pedreira de] CERQUEIRA, Afonso Carlos	Bahia (Feira de Santana)	Indústria Lactífera	Afonso Pedreira de Cerqueira	Maria Pedreira de Cerqueira	Cel.
1897	GUIMARÃES, Emilio Chastinet	Bahia	Máquinas, seu poder na produção			
1897	LEONE, Olinto Batista	Bahia (Cachoeira)	Materiais corantes e vegetais e seu emprego na indústria			
1897	MAGALHÃES, Julio de	Bahia (S. Gonçalo)	O ar e o mundo organizado			
1897	MATTOS, José da Silva	Bahia	Fosfatos e sua influência na agricultura	Sem	Sem	
1897	PAIM, João Evangelista	Bahia (S. Sebastião)	Estudo econômico do consumo			
1897	RIBEIRO, José de Oliveira Lopes	Bahia (Salvador)	Máquinas a vapor e suas relações com a agricultura	Luiz Lopes Ribeiro	Agostinha Rosa Lopes Ribeiro	
1897	SANTO AMARO, Antonio Nunes de	Bahia (Santo Amaro)	Papel agrônômico e zootécnico do ar			
1897	SILVA, Marçal Ferreira da	Amazonas	Instrução agrícola no Brasil	José Ferreira da Silva	Virgilia Francisca Horta	
1897	SILVEIRA, João	Bahia (Condeúba)	O homem em luta com a natureza nas conquistas agrícolas	Aprígio José da Silveira	Maria Amália Silveira	Major {Lavrador}
1897	TORRES, José Anchieta Cerqueira	Bahia	A Cultura do trigo no Brasil			
1897	ARAGÃO FILHO, Francisco Muniz Barreto de	Bahia	Sem	{Francisco Muniz Barreto de Aragão}		

1897	BARBOSA [FILHO], Antonio Silvestre	Bahia (Santo Amaro)	Solo arável	Antonio Silvestre Barbosa	Maria Adelaide Barbosa	
1897	CERQUEIRA, Artur Rios de	Feira de Santana	Emprego dos fosfatos na agricultura	Manoel Hypollito de Cerqueira	Maria Adelia R. Ferreira	
1897	CORREIA, Eutiquio de Barros	Pernambuco	Nutrição da cana de açúcar	Antonio Epaminondas de Barros Correia	Maria Araújo de Barros Correia	Bacharel
1897	COSTA, Pedro Antonio da	Bahia (Salvador)	Agentes meteorológicos	Domingos Antonio da Costa (falecido)	Ignes Luzia d'Almeida	
1898	CASTRO, José Antonio Nogueira de	Bahia (Maragogipe)	Raça cavalar	José Dias de Castro (falecido)	Maria J. Nogueira de Castro	Cap.
1898	DRUMMOND, Trajano Silvestre	Bahia	Elementos químicos constitutivos do solo arável	Jayme Silvestre Drumond (falecido)	Candida Urania Drumond	Doutor
1898	FERREIRA, José Duarte	Bahia (Salvador)	Nutrição e fixação do azoto atmosférico no solo pelos micróbios	José Duarte Ferreira	Mafalda B. de Moraes Ferreira	Doutor
1898	FIALHO, Sartunino de Abreu	Bahia (Salvador)	Cultura intensiva	Sem	Sem	
1898	GOMES, Alberto	Bahia	Nutrição das plantas			
1898	LOPES, João Pedro da Silva	Bahia	Solo arável e microorganismos	Sem	Sem	
1898	[MACHADO], Felix Castelo Branco	Bahia (Xique-Xique)	Meteorologia agrícola	José Alfredo Machado	Anna Medrado Castello Branco Machado	Bacharel
1898	MASSENA, Estevão	Bahia (Salvador)	Cultura do arroz	André Massena (falecido)	Anna Maria Massena	
1898	MENDONÇA NETO, José Antonio	Alagoas	Máquinas: seus efeitos físicos e morais	Antonio de Mendonça	Eudocia Lopes Rodrigues de Mendonça (falecida)	
1898	NEVES, Genesio Sampaio	Bahia (Itaberaba)	Adubos orgânicos e sua aplicação na agricultura	Bernardo José das Neves (Falecido)	Anna Tiberia Sampaio	
1898	OLIVEIRA FILHO, Miguel	Bahia	Seleção			
1898	OLIVIERI, Durval	Bahia (Salvador)	Nitificação das terras	Francisco Olivieri	Luiza Devoto Olivieri	
1898	PINTO, Abilio Moncorvo da Silva	Bahia	A rotina permanente e a falta de	Manoel Antonio da	Elisa Moncorvo da	Comendador

		(Cachoeira)	braços na agricultura brasileira	Silva Pinto	Silva Pinto	
1898	PEREIRA, Américo de Pinho Leonardo	Bahia	Insetos nocivos às vinhas e os meios para a sua destruição			
1898	PÓVOAS, Agenor Portela	Rio de Janeiro (Cabo Frio)	Adubos químicos e sua aplicação na agricultura	Antonio Ferreira Póvoas	Claudionor Portella Póvoas	
1898	POVÔAS, Alvaro Portela	Rio de Janeiro (Capital Federal)	Exclusivismo cultural, suas consequências agrícolas e econômicas	Antonio Ferreira Póvoas	Claudionor Portella Póvoas	
1898	REGO, Fernando Otavio da Costa	Alagoas (Pilar)	A cultura científica			
1898	REIS, Adolfo João dos	Bahia	Cultura do tabaco			
1898	REQUIÃO, Julio Alves	Bahia (Salvador)	Adubos químicos	Domingos Souza Requião	Umbelina Alves Requião	
1898	SANTA IZABEL, Sabino de	Bahia (Canavieiras)	Meios de melhorar as raças cavalares no Brasil	Antonio João de Santa Izabel	Theodolina Malaquias dos Santos	
1898	SILVA, Luiz da França Imbassahy	Bahia (Salvador)	Humus e sua influência na vegetação e no solo	Flaviano Innocencio da Silva	Amelia Imbassahy da Silva	Capitão
1898	SOBRINHO, José Francisco Coelho	Pernambuco (Cabrobró)	Cultura do Algodoeiro	Procópio José de Carvalho	Maria Josepha de Carvalho	
1898	TEIXEIRA, Joaquim Otilio Spinola	Bahia (Lençóis)	Agricultura no sertão da Bahia	Francisco Teixeira de Araújo	Otilia de Souza Spinola Teixeira (Falecida)	
1898	TEIXEIRA, Mario Spinola	Bahia (Caetité) (Monte Alto – tese manuscrita)	O boi	Deocleciano Pires Teixeira	Rita Spinola Teixeira (Falecida)	
1898	TOURINHO, José Caetano	Bahia (Salvador)	Apicultura	João Gonçalves Tourinho	Caetana Olympiada Tourinho	
1898	BARRETO FILHO, João José	Bahia (Santo Amaro)	Influência do solo e da atmosfera na vegetação	João José Barreto	Adelaide Augusto Barreto	Coronel
1899	CARVALHO, Antonio Bonfim de	Bahia (Santo Amaro)	Utilidade dos adubos químicos	Sem	Sem	
1899	COELHO, Esmeraldo da Silva	Bahia	Que é a agricultura?	Lucio da Silva	Mariana Joaquina	Tenente

				Coelho	da Silva Coelho	
1899	FIGUEIREDO, Anibal Revault de	Bahia (Salvador)	O azoto e as plantas	Rodrigo Antonio de Figueiredo	Paula Revault de Figueiredo	Capitão
1899	GÓIS, Paulino de Araujo	Bahia (Santana do Catu)	Estudo fisiológico, cultural e industrial do solanum tuberosum	Paulino de Araujo Góis, Barão de S. Miguel, Diretor do IIBA 1897-1902.	Carolina dos Reis de Araujo Góis, baronesa de São Miguel	
1899	LIMA, Artur Guanais de	Bahia (Lavras Diamantinas)	A dinamite e sua aplicação na agricultura	Tiberio de Souza Lima	Theodolina Guanais de Lima (falecida)	
1899	MONTEIRO, Caetano de Azevedo	Bahia	Cultura da laranjeira			
1899	OLIVEIRA Jr., Joaquim José Ribeiro de	Bahia	Vantagens da agricultura científica sobre a rotina; causas de sua decadência no Brasil, com especialidade no Estado da Bahia: meios de seu levantamento			
1899	PINHEIRO, Enéas Calandrini	Pará (Mauá)	Estudos históricos, Fisiológicos, culturais e fitopatológicos do café	Cezar Augusto de Andrade Pinheiro	Roza Calandrini Pinheiro (falecida)	Professor
1899	PINHEIRO, Joaquim Magno	Pará (Bragança)	Cultura do tabaco	Joaquim Moysés de Andrade Pinheiro	Maria Botelho Pinheiro	Tenente
1899	ROCHA, João Nepomuceno de Melo	Bahia (Macaúbas)	Peste bovina	Joaquim de Melo Rocha	Ana Angélica Brandão Rocha	Desembargador
1899	SAMPAIO, José Mateus Leite	Sergipe	Tuberculose no gado bovino	João Machado Leite Sampaio	Francisca de Aguiar Leite Sampaio	Cel.
1899	SIMÕES, Julio	Bahia	Oenologia	Manoel Joaquim de Oliveira Simões	Theresa de Jesus Simões	Capitão
1899	SOBRINHO, José Cirino dos Santos	Bahia (Remanso)	O Gergelim e sua cultura sobre o ponto de vista industrial	Antonio Borges dos Santos	Emygdia Maria dos Santos	
1899	TORRES, Manoel Andrade Silva	Bahia (Cidade do Bonfim)	Fruticultura sobre o ponto de vista industrial; sua importância comercial e sua deficiência no Brasil	Manoel Felix de Andrade	Rita da Silva Torres	

1899	ARAUJO, Fancisco de Borja Mandacaru	Bahia (Salvador)	Causa única da falta de agricultura científica no Brasil	João José de Araújo (Falecido)	Arlinda Esmeralda de Araújo	
1900	ARGOLO, Alvino Pires de	Bahia	Cultura da soja	Sem	Sem	
1900	D'UTRA, Luiz	Bahia	Cultura e tratamento das videiras	Luiz Rodrigues d'Utra	Amélia Rodrigues d'Utra	
1900	GONÇALVES, Durval	Bahia (Vila de S. Francisco, S. Bento das Lages)	Estudo analítico da agricultura brasileira, necessidades atuais e meios em que consistem os melhoramentos agrícolas. Síntese da agricultura	Augusto Francisco Gonçalves (falecido)	Lauriana A. Gonçalves	Eng. Civil {Professor da EAB, Cadeira de Engenharia}
1900	GONÇALVES, Rômulo Monteiro	Bahia (Salvador)	A alimentação das plantas e os adubos	Jeronymo José Gonçalves	Júlia Avelino Monteiro	
1900	RIBEIRO, Helvecio Carneiro	Bahia (Salvador)	As nodosidades ou tubérculos das leguminosas em suas relações com a produção vegetal	Ernesto Carneiro Ribeiro	Maria Francisca Ribeiro	{Médico e professor do Ginásio – BOLSEAGRIBA. 1923; 1-6: 70}
1900	SACRAMENTO, Felipe Argolo do	Bahia (Salvador)	Moléstia do cavalo e seu tratamento	Sem	Sem	
1900	SANTOS, Alfredo Tuvo dos	Bahia (Salvador)	Trabalhos florestais	Joaquim F. Dias dos Santos	Amelia Tuvo dos Santos	
1900	SOUZA, João Marques de	Bahia	A lã	Tibúrio Hermilo Marques de Souza (falecido)	Dometilia A. Borges Marques	
1900	VACAREZZA, Julio Pedro	Bahia (Cachoeira)	Cultura do Eucalipto	João dos Santos Vacarezza	Guilhermina Vacarezza	
1900	BONFIM, Ubaldino Querino do	Bahia	Origem e formação do solo arável	Antonio Querino do Bonfim	Maria da Glória A. Bonfim	
1901	CARIA, Alfredo	Bahia (Salvador)	O ácido sulfuroso na indústria açucareira	Alfredo Caria	Guilhermina Maia Caria	Doutor
1901	FERREIRA, Antonio da Costa	Bahia (Alcobaça)	Cultura da alfafa e sua importância na agricultura	Manoel da Costa Ferreira	Bernardina Joaquina da Costa Ferreira	Capitão
1901	LOPES, José de Azevedo	Bahia (Santo Amaro)	Adubos orgânicos animais e seu valor na agricultura	Joaquim de Azevedo Lopes	Ana Joaquina de Oliveira Lopes (falecida)	

1901	OLAVO, Eduardo Dias	Bahia (Salvador)	Indústria Lactífera	Aristides Dias Olavo	Umbelina Amelia Olavo	
1901	PARANHOS, Elpidio Alves da Silva	Bahia (Santo Amaro)	Criação do Bicho da seda no Brasil	Elpídio Alves da Silva Paranhos	Isabel Pinheiro da Silva Paranhos	Capitão
1901	ROCHA, Candido Felix dos Santos	Bahia (Aratuípe)	Papel agrônômico das substâncias minerais na nutrição das plantas	Luiz Félix dos Santos Rocha (falecido)	Hermelina Maria do Espirito Santo	
1901	SOUZA, Agripino Monteiro de	Bahia	Degeneração das plantas cultas	Severo Monteiro de Souza	Bernardina R. de Souza	Capitão
1901	SOUZA, José Carvalho de	Bahia (Jaguari)	Cultura do arroz			
1901	VALENTE, Manoel de Castro	Pará (Cametá)	A Seringueira	Francisco José de Castro Valente	Izabel Tavares Valente	Cel.
1901	FREITAS, Francisco de Assis	Bahia (S. Gonçalo)	A maniçoba	Joaquim de Assis Freitas	Emygdia Mascarenhas de Freitas	Doutor
1902	SOBRINHO, Eduardo Dias deMoraes	Bahia (Jacobina)	Emprego do álcali no fábriço do açúcar	José Dias de Moraes	Ana Joaquina de Brito Moraes	
1902	ROCHA E SOUZA, Parizio da	Bahia (Santa Rita do Rio Preto)	Cultura do coqueiro	Francisco Angelo de Souza	Amazilia da Rocha Bonfim e Souza (falecida)	
1902	SANT'ANNA, Jacob Olimpio de	Bahia (Lençóis)	Patologia vegetal	Sem	Sem	
1902	MEIRELLES, Manoel Simões de	Bahia	Febre aftosa	Luiz Antonio Simões de Meirelles	Adelaide Vaz de Meirelles	
1902	CASTRO, Augusto de Almeida	Pernambuco (Escada)	Origem, formação e composição do solo arável	Antonio Hermenegildo de Castro	Rita de Almeida Castro	Doutor
1903	ESPÍRITO SANTO, José Morbeck do	Bahia (Maracás)	Clima agrícola e sua influência na escolha das culturas	Galdino Feliciano do Espírito Santo (Falecido)	Anna Clara Morbeck do Espírito Santo	
1903	ANDRADE, Diogo Braga de	Bahia (Jacobina)	A Pitoplasmose bovina e o Matadouro do Retiro como principal fator de propagação	Diogo Vallasques de Andrade	Virissima Braga de Andrade	
1903	VALENTE, José de Castro	Pará (Cametá)	Cultura do cacauero	Francisco José de Castro Valente	Isabel Tavares Valente	Cel.

1903	BERTORA, Benedito Fitel	Bahia (Salvador)	Cultura da cevada e sua importância na agricultura	Benedito Nicolao Bertora	Rosalina Fitel Bertora	Major
1903	PINHEIRO, Fausto Alves	Pará	Cultura da mandioca	Augusto de Andrade Pinheiro	Anesia de Senna Alves Pinheiro	
1904	ALBUQUERQUE, Cirilo José Pereira de	Mato Grosso	Cultura da luzerna	Cirilo José Pereira de Albuquerque	Maria Brasilina Pires de Albuquerque	Cirurgião-mor do Exército
1904	SERRA, Domingos da Silva	Bahia	Hereditariedade	João P. da Silva Serra	Hermelina A. da Silva Serra (falecida)	
1904	BITTENCOURT, Augusto Maia	Bahia	Habitação rural	Alexandre Freire Maia Bittencourt	Emilia Amelia Rios Maia	Eng. Civil

ANEXO VI
**PROJETO DE UMA ESCOLA DE AGRICULTURA PARA A
PROVÍNCIA DA BAHIA, PELO IMPERIAL INSTITUTO BAHIANO DE
AGRICULTURA**

1.º

Com a aprovação de Sua Majestade o Imperador se denominará a escola – Imperial escola de Agricultura da Bahia – o Augusto Fundador do Instituto será seu Protetor.

2.º

A escola fica debaixo da administração imediata do Instituto, subordinadas as deliberações deste à suprema Inspeção do Governo Imperial e de seu agente ou Delegado na Província.

3.º

Regerá internamente a parte econômica e administrativa da escola um Diretor de nomeação da Diretoria do Instituto; de cujas decisões haverá recurso para esta: ou interposto pela congregação dos Professores, ou pela parte prejudicada.

4.º

A congregação é a reunião de todos os Professores da escola debaixo da Presidência do Diretor: a esta pertence providenciar sobre quanto diz respeito ao ensino. O Diretor é o competente para fazer executar as deliberações da congregação; podendo suspender provisoriamente a que julgar inconveniente ao serviço, até a decisão final da Diretoria. Esta designará um dos Professores para substituir o Diretor nos impedimentos.

5.º

Uma comissão do Instituto, nomeada anualmente pela Diretoria, dentre os membros desta, e do Conselho Fiscal, visitará mensalmente, e quando julgar conveniente, os estabelecimentos da escola, e procurará informar-se de sua marcha, dos abusos introduzidos, e das necessidades e conveniências a satisfazer em bem da mesma escola; de que dará conta da sessão imediata a Diretoria. O Presidente desta é competente igualmente para exercer a mesma fiscalização quando o entender conveniente.

6.º

Os edificios da escola serão indispensáveis para 60 alunos internos, sendo 20 de primeira classe, e 40 de segunda, cada classe separadamente, com enfermarias, e refeitórios correspondentes. As aulas, e laboratórios serão comuns. Juntos ou separados (no mesmo edificio ou com outro vizinho) haverá cômodos ou habitações para o Diretor, Professores, e mais empregados do estabelecimento; uma decente capela e casa para o capelão.

Condições de admissão dos alunos

7.º

Os alunos da primeira classe deverão ter completado 16 anos; e os da segunda classe 18 anos. Todos devem ter sido vacinados, e ser dotados de constituição robusta, no gozo de perfeita saúde; o que tudo verificará o Médico da escola, podendo o Diretor fazer ainda repetir o exame por outros, ou a pedido da parte interessada, ou para firmar seu juízo de admissão, ou de recusa que lhe compete.

8.º

Para serem admitidos ao primeiro ano do curso agrícola, os da primeira classe devem mostrar-se habilitados com exames das seguintes matérias: leitura e escrita da língua Nacional com correção; tradução corrente das línguas Inglesa e Francesa; na aritmética as quatro operações, as frações, extrações das raízes quadradas e cúbicas, proporções e progressões; em geometria o que constitui os quatro primeiros livros da geometria de Legendre, ou o equivalente de qualquer outro autor preferido; algumas noções de Física (o que se poderá designar com mais precisão) como propriedade gerais dos Corpos, o termômetro, o barômetro, etc.

9.º

Os alunos da segunda classe farão somente exame de leitura e de escrituração da língua nacional, e das quatro operações.

Os Professores da escola que se quiserem aplicar ao ensino externo, das matérias preparatórias, poderão fazê-lo em casas especiais suas, sendo-lhes permitido residir fora do estabelecimento arbitrando-lhes a Diretoria uma quantia para sua alimentação, quando deixarem de a receber na comunidade. Os alunos assim preparados serão examinados em presença do Diretor, adicionará aos examinadores ordinários um extraordinário de sua confiança.

10.

O curso para os alunos da primeira classe durará três anos, e será teórico e prático; e para os da segunda classe, que é somente prático, dois anos.

11.

O ensino teórico abrange as seguintes matérias, que serão distribuídas pelos três anos, e pelo menor número de Professores, que for conciliável com a assiduidade e eficácia do mesmo ensino: geometria elementar aplicada à medição dos terrenos, e seu nivelamento; Física aplicada à Agricultura; Química aplicada à análise das terras e dos estrumes; Mecânica em sua aplicação aos instrumentos agrários, construção de talheiros, abrigadouros, etc. Hidráulica aplicada às valagens, às irrigações, e aos esgotos subterrâneos (Drainage); Princípios de Botânica, Fisiologia Vegetal, e de Zoologia; Elementos da arte Veterinária.

12.

O ensino prático consistirá na aplicação das teorias ensinadas, ou nos laboratórios, nas oficinas, nas fábricas, e nas estrebarias ou no campo onde se executará os diversos e os mais convenientes processos da cultura da cana, do tabaco, da mandioca e de todos os diferentes objetos da agricultura do país, ou do exterior, que convenha adotar.

13.

Como objeto de maior interesse para a Província, o ensino prático se especializará mais na cultura da cana, e no fabrico do açúcar; no plantio e manipulação do tabaco; e na cultura e melhor fabrico dos gêneros alimentícios.

14.

Além dos Professores do ensino teórico, que são obrigados a fazer as competentes repetidas aplicações de suas teorias e os terrenos e as oficinas de fabrico, haverá Professores ou guias práticos dos diferentes ramos de trabalho. Os alunos de ambas as classes não podem recusar-se a qualquer serviço prático que lhes for ordenado pelo respectivo chefe de ensino; e alternadamente executam o costeiro ordinário dos diferentes ramos, semanal ou mensalmente,

segundo a conveniência da escola. Os que entram de novo devem ser designadamente entregues aos cuidados dos mais antigos para dirigir sua conduta e instruir nos trabalhos.

15.

Os alunos da segunda classe, posto que não sejam obrigados às lições teóricas, assistirão contudo, às experiências dos respectivos ensinos; e às mesmas lições orais de veterinária, de Química, de Física e de Botânica, sem o ônus das lições.

16.

Os da primeira classe pagarão a escola, para sua nutrição, aceio e curativo, a pensão que for designada; e os da segunda metade. Se houverem externos, será de metade a pensão de cada uma das classes. Todos são sujeitos a uniformes que a escola adotar para as diversas classes, tendo-se em vista a economia, e facilidade do trabalho manual.

17.

A Diretoria, ouvida a escola, poderá dispensar do pagamento da pensão o aluno que se distinguir, e requerer, mostrando não poder continuar os estudos sem este auxílio.

18.

A Congregação designará as matérias de que devam os alunos fazer exame em cada um dos anos, sem cuja aprovação não poderão passar ao ano seguinte.

19.

A reprovação repetida exclui o aluno da escola.

Os que se destinarem ao Magistério repetirão mais um ano as matérias do curso, e durante ele servirão de substitutos dos Professores, sendo no fim sujeitos a exames extraordinários, segundo o programa que a escola submeterá a aprovação da Diretoria.

19.

Os aprovados de que trata a segunda parte do artigo antecedente, receberão da Escola o diploma de Engenheiro agrícola mestre. Os que simplesmente completarem o curso teórico e prático, o de Engenheiro agrícola. Os aprovados da segunda classe recebem um certificado de Agricultor Prático ou de Mestre agricultor Prático, se deu mais um ano ao respectivo curso e passou pelos exames especiais do competente programa.

20.

O Diretor poderá admitir aos trabalhos do campo, e das estrebarias, operários livres, ou escravos a pedido de seu Senhor, que quizerem aprender os diferentes processos agrícolas, prestando-se eles a toda sorte de trabalhos, como simples operários, nunca por menor tempo de seis meses; sendo sustentados pela Escola. No fim do tempo receberão um certificado de conduta, e de aptidão. O Diretor depois de seis meses, poderá designar um salário ao que merecer, aumentando-o progressivamente, em vista do serviço, e dos recursos do Estabelecimento.

21.

Haverá casas espaçosas, e convenientemente dispostas para abrigo, e trato dos animais que prestam utilidade à agricultura, ou como alimento, instrumento de trabalho, ou pelo seu estrume aumentando a fertilidade dos terrenos. Será de especial cuidado da Escola o aperfeiçoamento das raças existentes, já pela melhor escolha de indivíduos mais apropriados para a geração, de conformidade com o destino do animal; já pelo cruzamento das raças, pela

introdução de novas; ou enfim por ensaios de diferentes alimentações, promovendo a plantação de raízes, de ervas de corte, e de pastos de maior vantagem, pela nutrição e por serem menos sujeitos aos revezes das Estações.

22.

O Professor de Veterinária ficará na direção deste ramo de serviço, entendendo-se porém com o Professor de Química sobre o destino e trato dos estrumes.

23.

Os Professores Instaladores devem ser contratados, Nacionais, ou Estrangeiros, por um certo número de anos; serão alimentados pela escola, se residirem nela. Os que se conservarem além de dez anos, receberão mais uma gratificação correspondente ao quinto de salário contratado; e assim seguidamente até 25 anos, quando a gratificação fica igualada ao dito salário.

24.

Haverá os Professores de prática agrícola que a escola entender indispensáveis para o ensino especial dos diferentes arados, e de quaisquer outros instrumentos agrícolas, veículos de condução; para ensinar a forma e tempo das plantações, respectivos benefícios, até a oportunidade da colheita; e finalmente que ensinem os melhores sistemas de fabrico ou manipulação dos produtos.

25.

É com especialidade recomendado à escola quanto diz respeito ao plantio e cultura da cana; a preferência das espécies, de conformidade com a qualidade dos terrenos; a economia do trabalho; a abundância sacarina pela superioridade da cultura, e aplicação dos estrumes mais apropriados; enfim, deve ela procurar descobrir o mais vantajoso método do fabrico do açúcar, acomodado à inteligência, e recursos da maioria dos proprietários. Igual cuidado se lhe recomenda quanto à cultura e manipulação do tabaco, e dos gêneros alimentícios do uso comum, ou que o possam ser com vantagem.

26.

Os alunos darão aos respectivos Professores mensalmente um relatório dos trabalhos que executarão, e das experiências que observarão, como as reflexões que lhes subministrarem suas inteligências. Todos os três meses, cada Professor, alternadamente, recebendo de seus companheiros os relatórios mensais dos respectivos alunos, e do que de mais notável tiver ocorrido no seu ramo de ensino, escreverá uma memória, dirigida ao Instituto, do trabalho da escola, acompanhando-a das considerações que julgar convenientes para seu maior desenvolvimento. Esta memória, a que serão juntos os relatórios dos alunos, e as observações de seus Professores, será publicada no Jornal do Instituto, com os trabalhos acessórios que o merecerem.

27.

No fim do não, nos dias designados pelos estatutos internos da escola, terão lugar os exames dos alunos, em presença da Diretoria, ou de uma Comissão, dando-se a maior publicidade a tais atos, servindo de examinadores os próprios Professores, debaixo da Presidência do Diretor.

28.

O dia do encerramento dos estudos será dia festivo no estabelecimento; assim como o da abertura, que deve ter lugar no aniversário da instalação da escola. Em um deles haverá exposições dos diferentes produtos agrícolas, ou artefatos em benefício da lavoura; assim como dos animais nutridos, criados, ou importados pelo estabelecimento; de tais objetos se receberá também para a exposição aqueles que forem enviados por particulares. O Instituto, ouvida a escola, estabelecerá prêmios para esta concorrência estranha, e as condições dela. Assim também poderá designar quaisquer espécie de recompensa honorífica, ou lucrativa em favor dos alunos e dos Professores que tiverem prestado serviços importantes, ou apresentado notável zelo e inteligência no desempenho de suas obrigações.

29.

Além dos dias festivos de que trata o artigo antecedente, será também da primeira festividade o do aniversário do Imperador, como Fundador do Instituto, sendo por essa razão especial a Imperial Efigie colocada na primeira sala do Estabelecimento sem prejuízo da colocação do costume em todas as aulas como o Augusto Chefe da Nação.

30.

Nos três dias festivos indicados, haverá festa na Capela, sendo o Estabelecimento franqueado aos visitantes.

31.

Todos os anos a Diretoria do Instituto fará subir à Augusta presença do Imperador, por intermédio do Governo da Província, um relatório especial dos trabalhos da Escola, acompanhado do balanço da receita e despesa, e das memórias escritas dos Professores e alunos, que por sua importância o merecerem.

32.

A despesa e receita da Escola correm separadas de qualquer outras do Instituto, e de ambas se fará o orçamento anual, proposto pelo Diretor em congregação e deliberado pelo mesmo Instituto. Constituem a receita as anuidades dos alunos; os produtos agrícolas e fabris da escola; os auxílios dos Governo Geral e Provincial; os donativos particulares; e os recursos do Institutos para suprir qualquer falta. A escola poderá adquirir os terrenos, e edificios indispensáveis a seu desenvolvimento; e as sobras, legados ou donativos que porventura tenha, serão convertidos em fundos públicos.

33.

O aumento de alunos internos, ou de matérias de ensino, somente poderá ter lugar por deliberação do Instituto, com aprovação do Governo Imperial, quando existirem os meios de sua sustentação.

Regulamentos especiais marcarão o modo prático de fiscalização da receita e despesa; a forma da venda dos produtos e artefatos do estabelecimento; a marcha dos estudos, e quaisquer outras providências indispensáveis ou de utilidade ao entretenimento da escola, contanto que não ofendam as presentes bases. A aprovação destes regulamentos pertencem à Diretoria do Instituto com o assenso do Presidente da Província.

Bahia, 18 de Novembro de 1860.

Barão de S. Lourenço.

ANEXO VII
EGRESSOS DA EAB E DA EPOBA (quinquênios)

EGRESSOS DA EAB (1880-1904)
(quinquênios)

Números absolutos

1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	TOTAL
1880-1884	1885-1889	1890-1894	1895-1899	1900-1904	1880-1904
26	48	51	114	34	273

Média anual por quinquênio

1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	TOTAL
1880-1884	1885-1889	1890-1894	1895-1899	1900-1904	1880-1904
5,2	9,6	10,2	22,8	6,8	10,92

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA

Engenheiros civis - Números absolutos

1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	TOTAL
1901-1905	1906-1910	1911-1915	1916-1920	1921-1925	1901-1925
32	37	47	138	66	320

Engenheiros geógrafos - Números absolutos

1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	TOTAL
1901-1905	1906-1910	1911-1915	1916-1920	1921-1925	1901-1925
37	20	22	23	11	113

Bacharéis em Ciências - Números absolutos

1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	1º quinquênio	TOTAL
1901-1905	1906-1910	1911-1915	1916-1920	1921-1925	1901-1925
4	0	3	1	0	8

ANEXO VIII

Quadro comparativo da Escola Agrícola da Bahia em São Bento das Lages: EAB, IAB, EMTTAB

	IEAB-EAB (1875-1904)	IAB-EAB (1905-1910)	EMTPAB (1911)
Caráter da Escola	Nacional	Estadual	Regional (Norte)
Duração do curso	4 anos	3 anos	3 anos Obs.: Aprovados com 2/3 das médias entre 6 a 9 têm direito a um estágio final facultativo.
Duração das aulas/lições (Relação aulas teóricas/práticas)	1h30/1h30	Teórica – Agricultores, 1h30 – Feitores – 1h00. Prática, mínimo - dobro da teórica. Obs.: Trabalhos de campo – mínimo 3 horas.	Sem especificação, mas em igual proporção
Cursos "superiores"	1875 Agronomia, Engenharia Agrícola, Silvicultura e Veterinária (Dec. 5957/1875); 1883 Agronomia, Silvicultura e Veterinária. Obs.: Diplomados apenas eng. agrônomos.	Agricultores e Criadores (Diploma de Agricultor).	Agrônomo. Obs.: Concluintes do estágio final facultativo receberão um diploma especial.
Título do ensino elementar	Operários e Regentes (Agricultores e Florestais)	Feitores e Trabalhadores Rurais (Diploma de Feitor) Obs.: admitidos como operários assalariados da estação agrônômica.	Obs.2: Cursos abreviados - Além do curso regular, previam-se "cursos resumidos", destinados aos agricultores, criadores ou industriais (máximo 3 meses)
Regime	Internato e externato (diplomas); ouvintes (certificado)	Internato e externato	Internato (máximo 50) e externato (Matriculados e ouvintes (até 1/5 dos matriculados)).
Gratuitos	Máximo 30 alunos	Máximo 5 alunos	Máximo 15 alunos (5 internos e 10 externos). Obs. No 1º ano de funcionamento da Escola 10 vagas para internos e 15 para externos.
Gratuitos – preferência	1º Filhos de família que façam profissão da agricultura. 2º Órfãos de pai e mãe. 3º Filhos de viúvas. 4º Filhos de funcionários públicos.	Filhos de lavradores pobres	1º ter sido aprovado plenamente no exame de admissão ou no curso ginásial; 2º ser órfão de pai e mãe; 3º ser órfão de pai; 4º ser filho de agricultor, criador ou profissional da indústria rural. Obs.: Em igualdade de circunstâncias, preferência para o item 4º ou ser filho de funcionário público.
Pensionistas	Internos, 300\$000 anuais e Externos 100\$000.	Internos, 300\$000 anuais e Externos 50\$000	Internos, 465\$000 (anuais) e Externos, 90\$000 (anuais).
Admissão docente	Concurso público; 1 ^{as} nomeações a título provisório (confirmáveis após 1 ano).	Concurso (excluídos os lugares da 1ª e 2ª cadeiras e respectivo adjunto); 1 ^{as} nomeações a título provisório (confirmáveis após 3 anos).	Concurso
Admissão discente	Exames ou documentos comprobatórios de exames para: Gramática, leitura e escrita portuguesa. Gramática, leitura e tradução francesa.	Exames ou documentos comprobatórios de exames para: Português, Francês, Geografia e História do Brasil, Aritmética, e de Geometria somente	Exames de admissão (português, francês, aritmética, geografia geral e do Brasil, e história do Brasil) ou certificado do 3º ano do curso ginásial, com aditamento do exame de História do Brasil

	Geografia do Brasil.	definições e frações do Desenho Linear (Atas Congregação, 23/11/1907)	
Idade Mínima para Matrícula no 1º ano	16 anos	12 anos	17 (mínima) a 21 (máxima)
Cadeiras	<p>6/7 1875 1ª Seção 1ª – Química, Física e Mineralogia. 2ª - Geologia, Botânica e Zoologia. 3ª - Matemáticas elementares. 2ª Seção 4ª – Agricultura Geral e Especial, Engenharia, Economia agrícola e Florestal, Legislação, Contabilidade. 5ª – Veterinária e Zootecnia. 6ª – Desenho 1883 (O Regulamento desdobrou a 4ª cadeira em: 4ª (Engenharia rural) e 7ª (Agricultura Geral e Especial, Engenharia, Economia agrícola e Florestal, Legislação, Contabilidade.)</p>	<p>7 1ª Primeiras letras e língua portuguesa; 2ª Aritmética, geometria e trigonometria prática. Geografia e história do Brasil. Desenho Linear; 3ª Ciências físicas e naturais. Rudimentos de agricultura e pecuária; 4ª Química agrícola, agricultura geral, fitotecnia, entomologia agrícola, apicultura e sericicultura; 5ª Higiene e criação dos animais domésticos, seu aproveitamento, leiteria, engorda, racionamento, etc.; 6ª Moléstias mais comuns entre os animais e vegetais, meios de prevenção e tratamento; beneficiadores naturais da agricultura; 7ª Engenharia rural, etc. Administração, contabilidade, legislação e economia rural. Desenho aplicado às construções rurais, etc.</p>	<p>7 cadeiras + 2 aulas 1ª cadeira – Álgebra, geometria, trigonometria, noções de mecânica geral, mecânica agrícola, construções rurais, hidráulica agrícola. 2ª cadeira – Física agrícola, química geral inorgânica, noções de mineralogia e geologia agrícolas. 3ª cadeira – Botânica e zoologia agrícolas, sistemática. Estudo das principais moléstias das plantas úteis. 4ª cadeira – Noções de química orgânica, química agrícola e bromatológica, tecnologia industrial agrícola, fermentações industriais. 5ª cadeira – Agricultura geral e especial, silvicultura, economia rural, legislação agrária e florestal, contabilidade agrícola. 6ª cadeira – Higiene e alimentação dos animais domésticos, zootecnia geral e especial. 7ª cadeira – Noções de anatomia e fisiologia dos animais, higiene, medicina veterinária. Obs.: uma aula de topografia e desenho; uma aula de horticultura, arboricultura, fruticultura, viticultura, apicultura, sericicultura.</p>
Exercícios militares	Não – obrigatórias orações nas capelas todas manhãs e todas as noites (1875);	Sim - cursos de música, esgrima e ginástica, sendo os alunos obrigados à prática de exercícios militares.	Sim – Ginástica, jogos esportivos, exercícios militares e prática de tiro.
Exames gerais: semestrais/final	Semestrais	Semestrais	Final. Obs.: Exames Parciais a cada 8 a 10 lições. Obs.2: Insuficiência de média no 1º semestre implica em perda do ano.
Média mínima aprovação	10 (graus de 1 a 20)	2 (graus de 1 a 10)	(graus de 1 a 10)
Punições	<p>7 níveis: § 1º Admoestação em particular pelo professor ou diretor. § 2º Privação de recreio ou de outra qualquer distração permitida. § 3º Admoestação na presença de seus colegas. § 4º Repreensão pública em presença da congregação e de todos os alunos. § 5º Segregação de seus colegas de um a oito dias.</p>	<p>6 níveis 1. Admoestação em particular, pelo diretor ou professor; 2. Repreensão em presença dos colegas e penalidade de 3 faltas; 3. Repreensão em presença de todos os alunos e penalidade de 5 faltas; 4. Repreensão pública, em presença da congregação, todos os alunos, empregados e penalidade</p>	Regimento interno (não localizado na pesquisa).

	§ 6º Expulsão temporária ou perda do ano. § 7º Expulsão definitiva.	de dez faltas e impedimento de sair do estabelecimento nos dias feriados; 5. Expulsão temporária, com perda do ano; 6. Expulsão definitiva. Obs.: Órfãos podiam ser submetidos a um regime celular de isolamento Ver "cafua" em ZEHNTNER. Rel. IAB, 1909.	
Estágios/Prêmios discentes	1.º medalha de ouro; 2.º medalha de prata; 3.º menção honrosa. Obs.: Os alunos premiados têm, em igualdade de circunstâncias, preferência sobre os demais candidatos em concurso para Escola.	1.º medalha de ouro; 2.º medalha de prata; 3.º menção honrosa. Obs.: Premiados com a medalha de ouro teriam direito a uma bolsa de estudos de 3:600\$000 (preferencialmente em Java) ou estabelecimento de uma propriedade modelo. Obs.2: Os alunos do curso de trabalhadores que alcançarem a medalha de ouro fazem jus a seguir gratuitamente o curso de agricultores. Obs.3: Alunos laureados têm preferência para o exercício de funções públicas, concernentes à agricultura e, especialmente, para o cargo de professor do Instituto.	1. Preferência para os cargos no MAIC, "de acordo com o grau de ensino e as matérias que o constituem". 2. Concluintes com estágio - preferência, em igualdade de circunstâncias, para o preenchimento dos mesmos cargos e para os do magistério nas escolas práticas de agricultura. 3. Provitamento sem concurso, a partir de proposta da Congregação, para aluno estagiário mais distinto (média 10) em todas as matérias do curso em qualquer cadeira de uma escola media ou teórico-prática. 4. Dois alunos mais distintos no estágio (anual): 2 bolsas para cursos de aperfeiçoamento em países de culturas ou indústrias rurais similares às do Brasil.
Estágios/Prêmios docentes	Sem	Sem	Para publicação das lições do curso ou qualquer trabalho original sobre sua cadeira ou aula – 1) publicação pelo Ministério; 2) 2:000 a 5:000\$000
Mudança curricular	1883 – 4ª cadeira apenas de Engenharia; demais conteúdos passam para a nova 7ª cadeira; 1891 – supressão da cadeira de Matemáticas Elementares.	Sem	Sem
Frequência (Perda de ano)	20 faltas (ano)	20 faltas (ano)	12 faltas (semestre)
Categorias Docentes	1) Professor Efetivo (cada cadeira); 2) Professor Substituto (1875); Lentes e substitutos (1883)	1) Professor; 2) Professor Substituto.	1) Lentes (cadeiras) e Chefe de Prática Hortícola; 2) Professor (aula de Desenho e Topografia); 3) Auxiliares de Ensino : Preparadores-repetidores (auxiliares dos lentes ou do Chefe de Prática Hortícola); mestre de ginástica e exercícios militares; mestres de oficinas. Obs.: O lente da sétima cadeira deverá ser médico-veterinário ou veterinário; demais cadeiras ou aulas preferencialmente engenheiros agrônomos ou agrônomos.

Diretor: requisitos	"exclusivamente a administração e regência policial e econômica" (Art. 16, 1875).	Redigir e publicar trabalhos científicos; "profissional de competência, provada por seus trabalhos e estudos especiais de agronomia, feitos no país ou no estrangeiro"; "professor prático" sem cadeira fixa;	Ser engenheiro agrônomo ou agrônomo; integrar o corpo docente da EMTPA.
Diretor: nomeação	Diretoria do IIBA	Secretário de Agricultura	Ministério da Agricultura
Pessoal	1 Diretor agrônomo 1 Vice-diretor 7 Professores Lentes 2 Professores Substitutos 1 Secretário 1 Bibliotecário 1 Porteiro 1 Ecônomo	1 Diretor agrônomo 1 Vice-diretor 4 Professores 1 Secretário 3 Professores adjuntos 1 Químico 1 Chefe de Culturas 1 Almojarife 1 Zelador zootécnico 1 Bibliotecário 1 Porteiro	
Ano letivo	1875: 15/2-18/6 e 10/7-25/11 (25/11-14/12, exames)		
Residência do diretor na Escola	Obrigatória	Não há obrigatoriedade	Obrigatória
Residência: professores	Solteiros – vaga no edifício principal; Casados – direito a terrenos da Escola para casa. Autorização da Diretoria do IIBA	Com família – direito a terrenos da Escola para casa. Autorização da Diretoria do Secretário de Agricultura. Obs.: Chefe de Culturas, Almojarife e Porteiro obrigados a residir nos terrenos de São Bento das Lages.	Sem referência.
Gabinetes, Museus, etc.	1º Gabinete de física. 2º Laboratório químico. 3º Gabinete de zoologia e geologia. 4º Museu de produtos agrícolas e florestais e de máquinas. 5º Gabinete de engenharia rural. 6º Gabinete de desenho. 7º Gabinete veterinário.	1º Um gabinete de física; 2º Um laboratório químico e fisiológico; 3º Um gabinete de veterinária e zootecnia; 4º Um gabinete de microscopia e ensaios de sementes; 5º Um gabinete de desenho e instrumentos de engenharia rural; 6º Um museu de ciências naturais; 7º Um armazém de máquinas, utensílios, produtos agrícolas e florestais, como espécimes; 8º Uma biblioteca, contendo obras de ciências e artes agrícolas; 9º Um armazém ou celeiro para conservação das colheitas; 10. Um estábulo modelo para animais de trato; 11. Uma cavalaria para animais raçoeiros; 12. Um curral rústico para gado bovino; 13. Uma pastagem de	1. Gabinete de física; 2. Posto meteorológico; 3. Laboratório de botânica e patologia vegetal; 4. Herbário; 5. Laboratório de zoologia; 6. Oficina de taxidermia; 7. Gabinete de topografia e desenho; 8. Laboratório de química geral inorgânica, mineralogia e geologia; 9. Laboratório de química orgânica, química agrícola e bromatológica e tecnologia industrial agrícola; 10. Gabinete de engenharia rural; 11. Galeria de máquinas; 12. Gabinete de zootecnia; 13. Farmácia e veterinária; 14. Hospitais veterinários e anexos; 15. Fazenda experimental (A fazenda experimental teria 3 seções: a) agrícola; b) zootécnica; c) industrial. Divisão agrícola compreenderia: depósito de máquinas e utensílios agrícolas; aparelhos e utensílios necessários ao beneficiamento dos produtos agrícolas; instalação para

		<p>trato;</p> <p>14. Uma horta;</p> <p>15. Um pomar;</p> <p>16. Um vinhedo;</p> <p>17. Campos de experiências de culturas e adubos;</p> <p>18. Campos de cultura demonstrativa em larga escala;</p> <p>19. Um viveiro de espécies florestais preciosas;</p> <p>20. Um parque modelo;</p> <p>21. Um aquário;</p> <p>22. Um observatório meteorológico.</p>	<p>depósito de sementes, adubos, produtos agrícolas, celeiros para grãos, estrumeira, instalação para animais de trabalho e mais dependências; campo de experiência; campos de demonstração; prados naturais e artificiais; terrenos de cultura; jardim, horta e pomar; reserva de terrenos de mata.</p> <p>Divisão zootécnica compreenderia:</p> <p>instalações para a pecuária;</p> <p>instalações para apicultura e sericicultura.</p> <p>Divisão industrial compreenderia:</p> <p>instalações para fabrico de laticínios, destilação, fecularia, conservação e embalagens de frutas</p> <p>16. Museu agrícola e de história natural;</p> <p>17. Gabinete de fotografia;</p> <p>18. Biblioteca;</p> <p>19. Oficinas para o trabalho de ferro e madeira.</p>
Entidade Mantenedora	IIBA	Governo estadual da Bahia 1905 – Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas; 1907 – Diretoria da Agricultura, subalterna à Secretaria Geral.	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
OBSERVAÇÕES			Art. 4º Além do ensino que ministra aos alunos, cumpre à escola interessar-se em todos os assuntos agrícolas comuns à região a que deve servir, colaborando em seu desenvolvimento econômico, por meio de investigações científicas, trabalhos práticos nos laboratórios e na fazenda experimental e mediante os melhores métodos de propaganda agrícola.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)